

D. FERNANDO II



Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha nasceu em Viena, em 1816, no seio de uma família saxo-austro-húngara. Ao casar em 1836 com a rainha D. Maria II, tornou-se príncipe português e, no ano seguinte, com o nascimento de um herdeiro, rei consorte de Portugal. Homem culto e apaixonado pelas artes, excelente educador dos futuros reis de Portugal, orgulhoso e egocêntrico mas dotado de uma personalidade cativante, o seu comportamento no plano privado gerou duas polémicas: em 1869 ao casar com uma antiga cantora e em 1885 ao conhecer-se o seu testamento.

D. Fernando tem sido estudado enquanto artista, mas nesta biografia presta-se muita atenção às suas relações pessoais, iluminando a rede familiar e dinástica de extraordinário alcance em que se integrava, e com a qual manteve assídua correspondência, até agora em grande parte inédita. A atuação política do rei não é esquecida, até porque nas cartas agora descobertas há apreciações importantes e reveladoras do seu pensamento e ação, mas este livro acentua a sua vida íntima, aquela que D. Fernando verdadeiramente valorizava. Surge-nos enquanto filho, irmão, marido, pai, sobrinho, primo e amigo; rei consorte constitucional que comenta em privado a política de Lisboa e se irrita e indigna com as intrigas partidárias e os seus protagonistas; e homem com os seus interesses, ocupações, convicções, aversões, egoísmos, vaidades, alegrias, tristezas e desencantos.

ISBN 978-972-42-4894-3 Código: 1062972



Maria
Antónia
Lopes

D. FERNANDO II

Círculo Leitores



REIS CONSORTES DE PORTUGAL

Maria Antónia Lopes

D. FERNANDO II

Círculo Leitores

Maria Antónia Lopes, doutorada (2000) e agregada (2008) em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra, é professora da Faculdade de Letras da mesma universidade, investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

A sua área de investigação é a história social de Portugal nos séculos XVIII a XX, nomeadamente os seguintes temas: mulheres, crianças, pobres, políticas sociais, instituições de assistência e de saúde e vida privada.

Além de artigos em revistas e capítulos de obras coletivas publicados em Portugal e no estrangeiro, escreveu os livros: *Mulheres, espaço e sociabilidade: a transformação dos papéis femininos em Portugal, 2.ª metade do séc. XVIII* (1989); *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra, 1750-1850* (2000); *História breve das Misericórdias portuguesas, 1498-2000* (com Isabel G. Sá, 2008); *António Ferrer Correia, uma fotobiografia* (com Maria João Padez, 2008); *Proteção social em Portugal na Idade Moderna* (2010); *Na rota da 3.ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas* (2011); *Rainhas que o povo amou: Estefânia de Hohenzollern e Maria Pia de Saboia* (2011 e 2013). Com José Pedro Paiva coordenou os volumes 7 (1750-1834) e 8 (1834-1910) dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (2008 e 2010) e com Blythe Alice Raviola o livro *Portugal e o Piemonte: nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos, sécs. XII-XX* (2012).

D. FERNANDO II



Maria Antónia Lopes

D. FERNANDO II

UM REI AVESSE À POLÍTICA

Círculo de Leitores



A **cópia ilegal** viola os direitos dos autores.
Os prejudicados somos todos nós.

AUTORA: Maria Antónia Lopes
© 2013 Círculo de Leitores e autora

DESIGN DA SOBRECAPA: Carlos Correia/DPI Cromotipo
REVISÃO: Fotocompográfica, Lda.
PRÉ-IMPRESSÃO: Fotocompográfica, Lda.
EXECUÇÃO GRÁFICA: Bloco Gráfico, Lda.
Unidade Industrial da Maia
em junho de 2013
NÚMERO DE EDIÇÃO: 7770
DEPÓSITO LEGAL NÚMERO 360 182/13

ISBN 978-972-42-4894-3

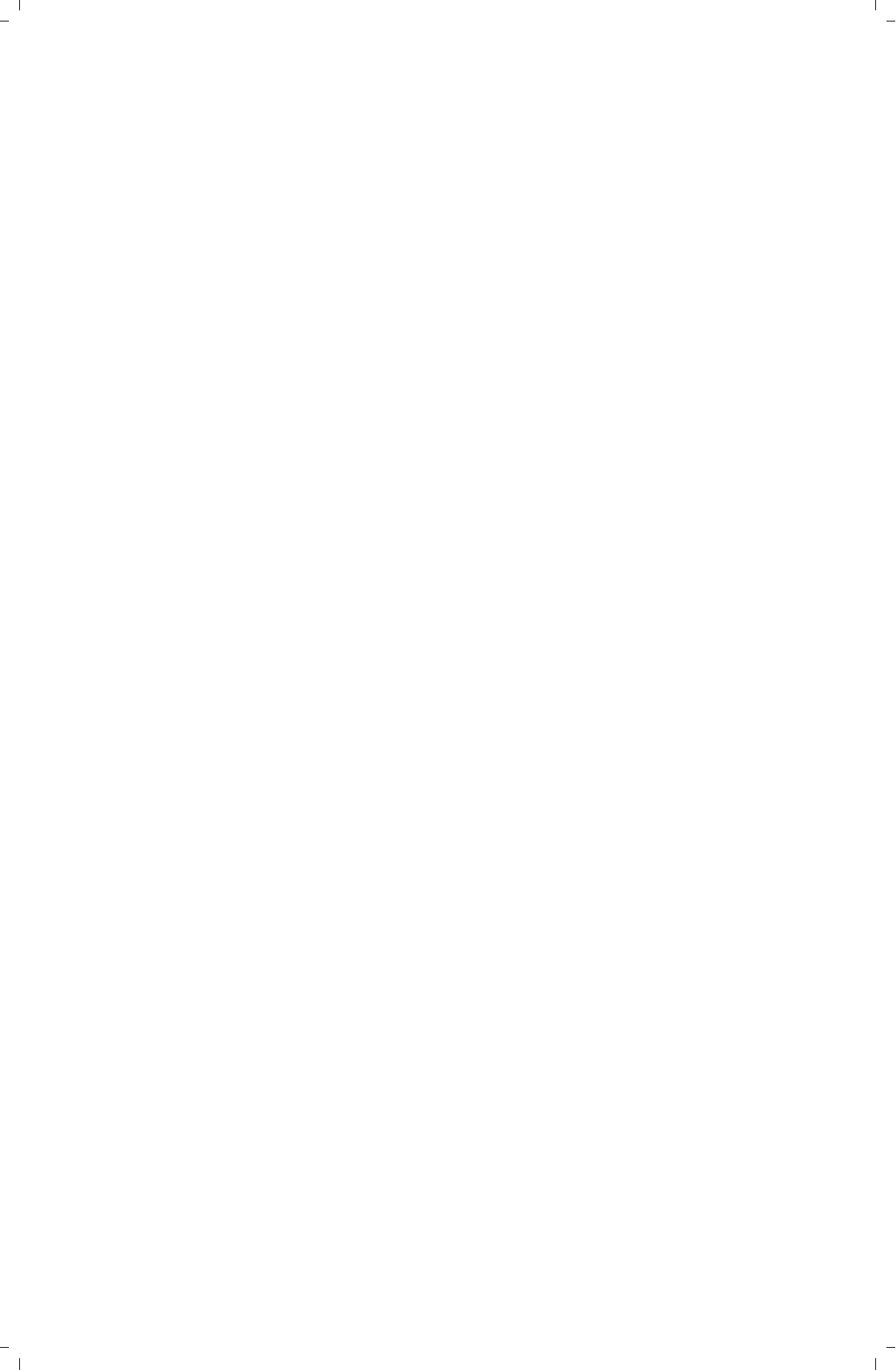


Na sobrecapa: Pormenor de *D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha*, da autoria de Joseph-Fortuné Layrond (1877). Palácio Nacional da Pena (PNP608). Foto: Palácio da Pena/EMIGUS (2012).

Esta edição segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Reservados todos os direitos. Nos termos do Código do Direito de Autor, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio, incluindo a fotocópia e o tratamento informático, sem a autorização expressa dos titulares dos direitos.

À Inês e ao João. Mais uma vez.



Sumário

Introdução	11
PARTE I — ANTES DE PORTUGAL (1816-1836)	19
Capítulo 1. A família Coburgo	21
Capítulo 2. Os Coburgos de Viena	29
Capítulo 3. Fernando Augusto Coburgo na infância e adolescência ...	33
3.1. Instrução	33
3.2. Convívios e lazeres	36
3.3. Aspeto físico e personalidade	38
Capítulo 4. Convite para ser rei	41
4.1. A escolha de Fernando Augusto de Coburgo	41
4.2. A renitente autorização do pai	47
4.3. Díficeis negociações	51
Capítulo 5. Casamento e viagem para Portugal	58
5.1. Cerimónias e início da viagem	58
5.2. Constituição do seu séquito	60
5.3. Viajando para Portugal com curso na arte de reinar um país constitucional	61
5.4. Os dias em Londres e o encantamento de Vitória	66
5.5. Campanha de descrédito contra D. Fernando	68
PARTE II — POLÍTICO A SEU PESAR (1836-1855)	73
Capítulo 1. Chegada a Portugal	75
1.1. Os cônjuges conhecem-se	75
1.2. Problemas políticos imediatos (o comando do exército)	78
Capítulo 2. Uma revolução e um golpe palaciano no primeiro ano em Portugal	80

2.1. A Revolução de Setembro	81
2.2. A Belenzada	86
Capítulo 3. A terrível política portuguesa: conspirações, guerras e escândalos (1837-1851)	93
3.1. O setembrismo	94
3.2. A revolução de 1842 e a ascensão de Costa Cabral	102
3.3. A revolta da Maria da Fonte e a primeira queda de Cabral ...	111
3.4. A guerra civil de 1846-1847 (Patuleia)	115
3.5. Regresso de Cabral e novos escândalos	126
Capítulo 4. Mulher e filhos	135
4.1. A relação conjugal e os primeiros filhos (1836-1840)	135
4.1.1. O casal	135
4.1.2. Nascimento de Pedro	138
4.1.3. Nascimento de Luís	140
4.1.4. Nascimento e morte de Maria	140
4.2. Uma ninhada que cresce (1842-1853)	142
4.2.1. João e Maria Ana	142
4.2.2. Antónia, Fernando e Augusto	145
4.2.3. Filhos que nascem e morrem, filhos que crescem	146
4.3. Sete filhos para educar	151
Capítulo 5. Pais, irmãos, tios e primos	157
5.1. A primeira visita do pai e irmãos	157
5.2. Casamento da irmã	161
5.3. Casamento do irmão Augusto	163
5.4. Projetos de casamento do irmão Leopoldo	165
5.5. Tios, primos, cunhados e sobrinhos	167
5.6. Nova visita do pai e irmãos	168
5.7. Queda dos Orleães e conseqüências nas famílias Coburgo e Bragança	169
5.8. Morte do pai e relações com os irmãos	175
5.9. Morte de Maria Amélia de Bragança	182
Capítulo 6. Afirmação de uma personalidade inesperada	185
6.1. Traços de personalidade	185
6.2. O palácio da Pena	190
6.3. Outros edifícios	195
6.4. Gravura, desenho, pintura e artes decorativas	198

SUMÁRIO

6.5. Canto	200
6.6. Paisagística, botânica e animais	201
Capítulo 7. Vida social	205
7.1. Teatro, récitas e bailes	205
7.2. Em Sintra e no Sobralinho	207
7.3. Eventos na corte	209
Capítulo 8. D. Fernando no golpe de 1851 e o início da Regeneração	214
8.1. A revolta e a guerra	215
8.2. O início da Regeneração	225
Capítulo 9. Viuvez e regência (1853-1855)	229
9.1. Morte da rainha	229
9.1.1. A dor do viúvo	234
9.1.2. Funeral e condolências	237
9.2. D. Fernando chefe de Estado	240
9.2.1. Regência	241
9.2.2. Família e recreios	245
PARTE III — LIBERTO DA POLÍTICA (1855-1885)	251
Capítulo 1. D. Pedro V, seu filho, rei e chefe de família	253
Capítulo 2. Recreios	256
2.1. A viagem a Espanha e ao Norte de África (1856)	256
2.2. Um rei viúvo em Lisboa	258
Capítulo 3. Alterações familiares	260
3.1. Casamento de Pedro (1858)	260
3.2. A família em 1858 nas palavras de D. Fernando	267
3.3. Casamento de Maria Ana (1859)	268
3.4. Morte de Estefânia (1859)	271
3.5. Surge Elisa Hensler (1860)	272
3.6. Casamento de Antónia (1861)	277
Capítulo 4. <i>Dies irae</i> (1861)	279
4.1. Uma família que se desfaz	279
4.2. Reações no clã Coburgo	283
4.3. Mágoas de D. Fernando	286
Capítulo 5. Recomposição familiar e refúgio em Elisa	290
5.1. Casamento de Luís	290
5.2. Viagem de 1863	293
5.3. Nascimento de Carlos e outros netos. Relações com D. Luís	298

Capítulo 6. Oferta de dois tronos	304
6.1. O trono espanhol antes da deposição da rainha	304
6.2. Trono da Grécia	309
6.3. Espanha outra vez. «Mas o rei — sábio profundo! Não quis a c'roa aceitar!»	311
Capítulo 7. O segundo casamento (1869)	326
7.1. Natureza do casamento	328
7.2. Reação da família	331
7.3. A indignação pública e a campanha d' <i>A Lanterna</i>	335
Capítulo 8. Recursos financeiros	343
8.1. Polémica sobre o direito à dotação	343
8.2. Investimentos e outros recursos	349
Capítulo 9. Viver para o deleite com Elisa (1872-1884)	353
9.1. Viagem de 1872	354
9.2. Quotidiano	356
9.3. Viagem de 1883	364
9.4. A morte que esvoaça (1884)	366
Capítulo 10. O fim	369
10.1. Doença e morte	369
10.2. O testamento	375
10.3. A polémica e a imagem de D. Fernando	376
10.4. Os agravos de Elisa	379
10.5. Dúvidas que permanecem	383
Epílogo	387
Anexos	391
Diário memorial de D. Fernando, 1853	393
Cronologia	400
Genealogias	429
Genealogia I — Casa de Coburgo	430
Genealogia II — Casa de Bragança	432
Genealogia III — Descendência de D. Fernando e D. Maria II ...	434
Fontes e estudos	437
Índice remissivo	449

Introdução

1. Este livro é uma obra de História e não um romance. Mas é possível fazer História com todas as regras de rigor científico e apresentar os resultados da investigação num texto fluente e claro, podendo ser lido tanto por especialistas como pelo grande público culto. Foi o que pretendi e espero tê-lo conseguido. Esta particularidade da História — a possibilidade de recurso a um vocabulário de uso comum na sua exposição de resultados, o que a distingue de áreas do saber como por exemplo a Física ou Linguística — gera um equívoco frequente: que qualquer um pode publicar um livro que acredita ser de História. Infelizmente, exemplos não faltam. Devem, portanto, esclarecer-se algumas confusões que persistem junto de quem está menos familiarizado com a epistemologia, metodologia e deontologia historiográficas.

A História assenta sempre em fontes, o que significa documentos da época (que podem ser de natureza muito diversificada), e nunca em estudos sobre a matéria em análise, aos quais, obviamente, tem também de recorrer. Quando se trabalha apenas com base em bibliografia, estamos perante um trabalho de síntese ou de um ensaio, mas não de um texto historiográfico. O ensaio é uma reflexão interpretativa sobre dados descobertos e fornecidos pelos investigadores. A síntese não passa de uma arrumação de informações colhidas em estudos já publicados e que nada acrescenta ao que já se sabia. O historiador, além de recorrer obrigatoriamente a fontes, que há que saber localizar, criticar, contextualizar e interpretar, tem de se sustentar num conhecimento epistemológico e bibliográfico bem refletido e num domínio prático da metodologia histórica da pesquisa, análise, interpretação e exposição. Por isso, a História não pode ser equiparada a relatos publicados por quem ignora os saberes, as técnicas e a deontologia inerentes a esta ciência.

Também não pode confundir-se História com Literatura. Esta não vive sem a liberdade criativa, sem a imaginação e sem a beleza e plasticidade da

escrita que no conjunto fazem a sua grandeza. Quanto à História, enquanto ramo do conhecimento, não existe sem provas, o que significa que tudo o que afirma tem de ser comprovado por fontes credíveis e claramente identificadas e nada que não esteja provado pode ser defendido.

2. D. Fernando II, o segundo e último rei consorte de Portugal, tem sido estudado na sua qualidade de artista, um dos fundadores do romantismo e do revivalismo português de Oitocentos, tanto na sua vertente criadora, como na de colecionador, protetor, restaurador e mecenas. Consagrada sobretudo a esse campo, temos já uma boa biografia do rei, que devemos a José Teixeira (1986). Outros especialistas em História de Arte debruçaram-se também sobre a ação e personalidade do Rei Artista, como José-Augusto França (1966, 1974-75), José Martins Carneiro (1985, 2009), Regina Anacleto (1986, 1997), Paulo Pereira e José Martins Carneiro (2012). Todos enaltecem D. Fernando enquanto personalidade ligada às Artes.

Enquanto político, e em geral descrito como inábil, manipulável e pusilânime, D. Fernando é mencionado pelos que se têm dedicado à tumultuosa história das primeiras décadas do liberalismo português e à figura e reinado de sua mulher, D. Maria II. Desta existem duas biografias: a de Ester de Lemos, de 1954, e a de Maria de Fátima Bonifácio, de 2005. Em ambas encontramos, além da personagem política, algumas páginas sobre o homem, o marido e o pai, o que também não foi esquecido por José Teixeira. Utilizaram os três autores cartas privadas trocadas entre a rainha e o rei e recebidas pelos seus filhos e, ainda, algumas outras, todas redigidas em francês, que D. Maria e D. Fernando escreveram e receberam da família estrangeira. Ester de Lemos, que não é historiadora, cometeu o erro, comum a quem não domina a metodologia e a deontologia historiográficas, de não identificar nem localizar a documentação que usou. Mas leu-a, de facto, transcrevendo com correção e reproduzindo imagens de várias missivas autógrafas e então inéditas que, sei agora, se encontram na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo (estas estavam então no Ministério das Finanças).

Quanto a biografias de D. Fernando, possuímos duas: a de José Teixeira, já mencionada, e uma outra publicada ainda em vida do rei, de autoria de F. J. Pinto Coelho (1878). Como não podia deixar de ser, esta, dedicada ao biografado, é claramente laudatória, residindo o seu interesse na informação factual, por vezes pormenorizada, embora nem sempre exata. José Teixeira fez uma boa pesquisa nos arquivos portugueses, mas a obra tende para o panegírico. Pela sua área disciplinar, privilegiou largamente o artista, mas não

esqueceu um breve apanhado dos acontecimentos políticos que o rei protagonizou nem os aspetos da sua vida familiar, compulsando documentação de diferente tipologia que referenciou escrupulosamente.

Existem ainda alguns trabalhos de Marion Ehrhardt (1985, 1988), alemã radicada em Portugal, que revelou trechos de algumas cartas de D. Fernando escritas em alemão e preservadas na Alemanha. Embora estas publicações datem da década de 1980, Marion Ehrhardt cometeu o erro de Ester de Lemos, pois ocultou a localização das suas fontes, omitindo até as datas das cartas usadas. No seu último artigo (2010), porém, já identificou corretamente os documentos nele citados. Por fim, Luís Espinha da Silveira, na sua biografia de D. Luís (2006), e em menor grau eu própria ao biografar as rainhas Estefânia e Maria Pia (2011b), usámos ambos correspondência privada e caracterizámos aspetos da personalidade de D. Fernando.

A intervenção política de D. Fernando durante o reinado da esposa é conhecida nas suas grandes linhas, desde as histórias clássicas de Pinheiro Chagas e de Damião Peres até à biografia de D. Maria II, de Maria de Fátima Bonifácio. Para a sua reconstituição têm sido exploradas boas fontes impressas, como os textos jornalísticos, tão acutilantes e mordazes, as cartas, os diários e a memorialística de intervenientes dos principais acontecimentos políticos desse primeiro e convulso liberalismo português. É impossível estudar a política da época e as figuras da rainha e do rei consorte sem recorrer às memórias do marquês de Fronteira (José Trazimundo Mascarenhas Barreto) e do conde do Lavradio (Francisco de Almeida Portugal), editadas respetivamente em 1926-1932 (reeditadas em 1986) e em 1934-1940; e aos documentos publicados por António Viana (1891, 1894) e por Ruben Andresen Leitão (1955, 1958), no caso do primeiro relativos a José da Silva Carvalho e do segundo de fontes existentes nos Arquivos de Windsor. Outras memórias, de âmbito mais circunscrito, como as de Francisco António Martins Bastos (1863), António Luís de Sousa Henriques Seco (1889) e Bulhão Pato (1894-1907) são também de valia. Quanto às cartas privadas já transcritas e disponibilizadas ao público, o maior labor deve-se a Ruben Andresen Leitão (1945, 1954, 1955, 1958, 1961, 1966, 1986). Maria Filomena Mónica completou a correspondência trocada entre D. Pedro V e o príncipe Alberto, onde tanto se fala de D. Fernando, publicando as respostas do príncipe inglês (2000). Maria de Fátima Bonifácio procurou em Windsor cartas inéditas de D. Maria II (2005), mas as que refere desse arquivo estavam já, em grande parte, publicadas por Ruben Andresen Leitão (1955, 1958).

A atuação política de D. Fernando não pode nem será aqui esquecida, ele que foi empurrado para o centro de sucessivas e contínuas insurreições, con-

trainsurreições e intrigas. Além disso, nas cartas agora descobertas, há apreciações importantes e reveladoras do seu pensamento e da sua ação. Tais aspetos concentram-se sobretudo na Parte II deste livro, consagrada ao período do reinado de D. Maria e da regência de D. Fernando, em que este foi, a seu pesar, um estadista. Mas nesta biografia acentuar-se-á a sua vida privada, aquela que o rei verdadeiramente apreciava e pôde gozar quando a subida ao trono do seu filho Pedro, em 1855, o libertou das penosas obrigações políticas que lhe eram impostas.

D. Fernando era um Coburgo casado na família de Bragança, com irmãos que se ligaram aos Orleães e filhos que se associaram à linha albertina de Saxe, aos Hohenzollerns e aos Saboias. Era, portanto, filho, irmão, sobrinho, primo, cunhado, tio, «compadre» e sogro de arquiducos soberanos, reis e príncipes em países tão diversos como a Áustria, Hungria, Saxónia ducal, Bélgica, Inglaterra, Brasil, França, Saxónia real, Prússia e Itália. Não tenhamos dúvidas de que esta rede poderosa em que se integrava era importantíssima para ele. Sei agora que não tanto pela influência política internacional que tal parentela lhe conferia — ao contrário dos viciados obsessivos pela política europeia que eram o seu tio Leopoldo I rei dos Belgas e o seu primo Alberto, príncipe consorte da Grã-Bretanha —, mas porque D. Fernando era vaidoso da sua posição e como todos os Coburgos sentia um orgulho desmedido pela família. Para a sua biografia era pois fundamental descobrir as fontes existentes nos arquivos estrangeiros. As minhas pesquisas foram infrutíferas na Áustria, Bélgica e Brasil, nuns casos por inexistentes e noutros por má vontade dos responsáveis pelos arquivos. Em contrapartida, localizei ótimas fontes inéditas, abundantes e esclarecedoras em arquivos alemães. E também em Portugal, onde permaneciam intocadas as cartas que D. Fernando recebeu em língua alemã. Ao aceitar o desafio de biografar Fernando II de Portugal, nunca poderia deixar de localizar, transcrever, traduzir e analisar essa enorme massa documental.

Não podemos esquecer que a sua língua nativa era o alemão e é óbvio que a correspondência com a família de origem, e ainda boa parte da que trocava com os filhos, era redigida nesse idioma. Só se excetuava a rainha Vitória (Saxe-Coburgo pela mãe), que, embora fluente em alemão, se sentia pouco à vontade na escrita. Como se passava exatamente o mesmo com D. Fernando em relação ao inglês, os dois primos correspondiam-se em francês. De arquivos portugueses e alemães compulsei mais de um milhar de cartas manuscritas emitidas e recebidas por D. Fernando. Salvo os trechos publicados por Marion Ehrhardt e uma missiva trazida a lume por José Galvão

(1998), o *corpus* em alemão estava inexplorado. Analisá-lo foi um trabalho árduo, dispendioso e difícil, até pela letra germânica oitocentista, tão diferente da que se usava nos restantes países ocidentais. Das fontes inéditas e de índole privada decorrem as principais novidades deste livro.

Há que ter presente o peculiar ambiente entre as famílias reinantes e da alta aristocracia do século XIX. Correspondiam-se continuamente, sempre amáveis, abusando das declarações de afeto e profunda estima, mera convenção que não pode ser entendida à letra. Os reinantes (fossem imperadores, reis, príncipes ou duques) e os seus cônjuges tratavam-se protocolarmente por irmãos. Os seus filhos dirigiam-se aos outros soberanos e aos seus filhos chamando-lhes primos. Simulavam assim a pertença a uma única família. Por isso faziam luto sempre que um deles morria e que na maioria dos casos nunca tinham visto ou por quem não sentiam qualquer afeto. Pelas mesmas razões festejavam os aniversários, enviavam parabéns pelos nascimentos e casamentos, celebravam ações de graças pelo restabelecimento de uma doença grave ou sobrevivência a um acidente ou atentado. Na correspondência de familiares próximos, entre filhos e pais, netos e avós, sobrinhos e tios, irmãos, cunhados e primos, também as expressões de amor e de respeito são hiperbólicas, infalivelmente a abrir e a fechar cada missiva. Quanto às cartas trocadas entre marido e mulher, são sempre as que se revelam menos codificadas.

Apesar de tais convenções, afinal fáceis de detetar e desconstruir, e dos assuntos abordados, que, como em toda a correspondência, dependem da personalidade do interlocutor, as cartas privadas destas altas personagens já demonstraram ser um recurso metodológico seguro e de grande valia para a compreensão dos seus temperamentos e reveladoras de ações por vezes surpreendentes que se mantiveram sigilosas, ações estas não só de âmbito privado mas também político, incluindo atividade diplomática, o que sucedeu, por exemplo, quando investiguei a vida da rainha D. Maria Pia (2011b). Assim sendo, a biografia que se apresenta difere do que já se tem escrito sobre D. Fernando porque presta muita atenção às suas relações pessoais e a tudo o que lhes interessa e transmitem uns aos outros, iluminando a rede familiar e dinástica de extraordinário alcance em que Fernando Coburgo se integrava. Não é o Rei Artista, cognome que ainda em vida lhe atribuíram, que será aqui estudado. Embora, obviamente, não se desatenda ao que foi a sua faceta de apaixonado pelas artes, artista plástico, músico, paisagista, colecionador, construtor do palácio e parque da Pena e protetor do património e de tantos artistas, não é essa a novidade deste livro, pois o assunto tem sido trabalhado pelos historiadores de arte e continuará decerto a sê-lo. Aqui encontra-se, so-

bretudo, o D. Fernando marido, pai, filho, irmão, sobrinho, primo e amigo; o rei que comenta a política de Lisboa e se irrita e indigna com as intrigas partidárias e com os seus protagonistas; o homem com os seus interesses, ocupações, convicções, aversões, paixões, egoísmos, vaidades, alegrias, tristezas e desencantos. O texto é narrativo, como não pode deixar de ser numa biografia, e interpretativo, porque há que conhecer, compreender, explicar. O fio condutor é a sua vida e não o contexto, e, portanto, a lógica expositiva assenta nas vicissitudes da sua existência.

Por fim, e desde já o quero fazer, é necessário esclarecer a questão da família e da nacionalidade de D. Fernando. Afirma-se invariavelmente que o rei era alemão, sem que se explique o significado da palavra nessa época. A Alemanha não existiu enquanto país antes de 1871 e quando Fernando nasceu, em 1816, o vocábulo designava todo o espaço de língua alemã. A partir de 1815, este coincidia com a Confederação Germânica, constituída sob a égide da Áustria, que tinha como rival a Prússia, os dois países predominantes. Além das duas potências, existiam 37 estados independentes que atualmente se situam na sua maioria em território alemão, mas também na Áustria, Luxemburgo, República Checa, Eslovénia, Polónia, etc. No *terminus* do seu processo de unificação, a Alemanha adotou como seu o nome de uma vasta região de que esse país era uma parte — abusivamente, tal como a Espanha o fizera ao arrogar-se um nome que era o de toda a península Ibérica. Portanto, só se pode dizer que D. Fernando II era alemão depois de se explicitar a evolução semântica das palavras «Alemanha» e «alemão».

Fernando de Saxe-Coburgo nasceu e cresceu em Viena, donde saiu para sempre em 1835, mas desde 1827 que tinha nacionalidade húngara, a da família materna. Contudo, os coburgueses do lado do pai não o consideravam húngaro, mas sim austríaco. E, obviamente, alemão, como eram todos eles, fossem austríacos, coburgueses, bávaros, prussianos, etc. Por ser católico, Fernando estava excluído da sucessão no ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, embora continuasse a ser membro da família ducal e assim foi considerado até à morte. Já rei de Portugal, reconhecia o duque soberano de Coburgo como chefe da sua linhagem. Quando ocorria um assunto grave de ordem familiar (nascimento, doença perigosa, morte), D. Fernando apressava-se a anunciá-lo ao duque (sucessivamente um tio e um primo), afirmando que assim o comunicava ao chefe da família, palavra entendida aqui no sentido de linhagem ou Casa. Esta chefia do duque era, contudo, apenas num sentido privado e as informações enviadas um mero gesto de deferência protocolar, pois ao duque não cabia autorizar ou proibir nada que respeitasse a D. Fer-

nando e filhos. Ao casar com uma rainha de direito próprio, D. Fernando tornara-se português e não detinha nem a chefia da sua família nuclear nem a da Casa de Bragança. A autoridade pertencia à rainha e depois da sua morte ao rei reinante, os seus filhos Pedro e Luís.

3. Como acontece sempre em obras que exigem um tão grande esforço, sou devedora do incentivo e da ajuda de muitos, desde os dirigentes dos arquivos e bibliotecas, aos que me auxiliaram na transcrição, tradução e recolha bibliográfica e aos que estiveram sempre presentes, acreditando nesta investigação e incentivando-me todos os dias. Agradeço a compreensão e facilidades concedidas pelo Professor José Augusto Bernardes, diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na consulta do seu acervo, o qual reúne praticamente todas as fontes impressas e bibliografia necessárias a um biógrafo de uma figura oitocentista portuguesa. Destaco outrossim o profissionalismo ímpar dos responsáveis dos arquivos de Coburgo e de Gotha.

Agradeço à Professora Regina Anacleto os esclarecimentos prestados para a elaboração de alguns pontos do capítulo 6 da Parte II deste livro. Sendo eu incapaz de ler a letra alemã oitocentista, devo esse trabalho, desempenhado com uma eficiência e qualidade notáveis, a Thomas Wetter; e à Professora Cornelia Plag agradeço a indicação desse paleógrafo. Pude contar com as ajudas preciosas da Dr.^a Rita Quezada na tradução de textos alemães, do Dr. Carlos Fásca na transcrição de manuscritos existentes em Lisboa e da Dr.^a Sónia Nobre na recolha bibliográfica em Coimbra.

Expresso a minha gratidão à Dr.^a Guilhermina Gomes, diretora editorial do Círculo de Leitores, por me ter confiado este livro, e aos meus colegas e amigos Professores Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, pois foram eles que me desafiaram a escrevê-lo e acompanharam de perto o seu processo de gestação. Ao Paulo devo também a indicação de algumas fontes da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, que foi encontrando enquanto pesquisava o «seu» D. Pedro III.

Por fim, devo ao João a paciência de viver com alguém que sacrifica lazes à investigação. Como sempre, agradeço-lhe a compreensão e incentivo diários e a confiança inabalável no meu trabalho que nunca prescinde da sua leitura final e atenta. E da Inês recebo, por entre os seus silêncios que não são mais do que um certo pudor, a cumplicidade de sempre desta filha única, agora mulher de rara sensibilidade, capacidade literária, grandeza moral e sentido de cidadania de que tanto me orgulho e que tanto me encoraja.



PARTE I

ANTES DE
PORTUGAL
(1816-1836)



Capítulo 1

A família Coburgo

O futuro rei Fernando II de Portugal nasceu em Viena a 29 de outubro de 1816. Foi batizado com os nomes Ferdinand August Franz Anton, Fernando Augusto Francisco António. Na alta sociedade, cada nome próprio homenageava alguém, em geral da família. E assim não surpreende esta sucessão de nomes: Fernando, o do pai; Augusto, o da avó paterna; Francisco, dos dois avôs, e António, o da mãe e da avó materna.

Nessa época ainda não existia a Casa Saxe-Coburgo-Gotha. Os apelidos de Fernando eram Saxe-Coburgo-Saalfeld, a que se acrescentava não oficialmente Koháry, da família materna. Na Europa além-Pirenéus as mães não transmitiam — nem transmitem — os seus apelidos aos filhos. Contudo, o ramo católico austríaco da família Saxe-Coburgo, fundado em 1815 pelos pais, Fernando Jorge de Saxe-Coburgo-Saalfeld (1785-1851) e Maria Antónia Gabriela Koháry de Csábrág e Szitnya (1797-1862), passou a ser conhecido por Saxe-Coburgo-Saalfeld-Koháry e, mais tarde, Saxe-Coburgo-Gotha-Koháry, para se distinguir dos outros, que eram protestantes e coburgueses. A fortuna dos Kohárys era colossal e no império austríaco o nome era de peso.

Na altura do nascimento de Fernando Augusto¹, a família paterna governava os ducados de Coburgo e Saalfeld, unidos desde 1735 e situados ambos na Turíngia (embora Coburgo pertença atualmente ao estado alemão da Baviera). Tinham sobrevivido como Estado independente às guerras francesas (1792-1815), à integração na Confederação do Reno (1806-1813) e à re-

¹ Nem ele nem o pai eram conhecidos pelos dois nomes, mas irei usá-los nesta primeira parte do livro para os distinguir. Seria anacrónico recorrer ao «dom», que é tratamento honorífico português, só devendo ser aplicado após o casamento de Fernando Augusto, em janeiro de 1836.

composição política da Confederação Germânica concebida em 1814-1815 no Congresso de Versalhes.

Como tantos outros estados germânicos, o ducado de Saxe-Coburgo-Saalfeld caíra sob domínio francês. Ocupado militarmente em outubro de 1806, foi integrado na Confederação do Reno dois meses depois. O soberano Francisco Frederico (1750-1806), que era o avô do príncipe Fernando Augusto, faleceu nesse mesmo mês, depois de ter negociado a integração, e foi a duquesa-viúva, Augusta Reuss-Ebersdorf (1757-1831), que assumiu a regência numa posição muito delicada e perigosa. Ernesto (1784-1844), que sucederia ao pai com o título de Ernesto III, combatera nas fileiras russas e nesse ano de 1806 integrava o exército prussiano; o irmão mais novo, Leopoldo (1790-1865), embora ainda não combatente, detinha uma patente militar na Rússia; e Fernando Jorge (pai do futuro D. Fernando) era desde 1802 oficial nas forças armadas austríacas.

Com a paz de Tilsit, em julho de 1807, a Casa de Coburgo foi recomposta, mas ao eclodir a guerra entre a França e a Áustria, em 1809, Napoleão exigiu que Fernando Jorge e um seu cunhado abandonassem o exército austríaco. Apesar da ameaça de julgamento em conselho de guerra, Fernando Jorge e o cunhado só fingiram acatar a ordem, continuando a combater sob falsa identidade. Não foi fácil para a mãe e os seus três filhos Ernesto, Fernando Jorge e o jovem Leopoldo preservar o ducado entre as exigências contraditórias da França, que os dominava, e os inimigos desta, a cujas cortes os Coburgos estavam ligados.

Recuemos, pois, para percebermos como esta família se integrava no xadrez político da época e como já iniciara a sua espantosa ascensão, ainda antes da guerra europeia, intensificando-se a seguir¹. E entremos nos meandros dos seus casamentos e nascimentos para nos familiarizarmos com os muitos tios e primos do futuro D. Fernando, cuja frequência de homonímia dificulta um tanto a tarefa².

¹ Carece de fundamento a afirmação do duque de Palmela segundo a qual o casamento do príncipe Fernando constituiu «a primeira das altas alianças que por uma singular combinação de circunstâncias a família de Saxe-Coburgo tem sucessivamente contraído», cit. por CARVALHO, 1903, p. 85.

² A consulta das genealogias no final deste livro muito ajudarão o leitor. Para a elaboração deste ponto foram fundamentais: SAXE-COBURG-GOTHA, *Memoirs of Ernest II Duke of Saxe-Coburg-Gotha*, I-II; GREY, *Early Years of His Royal Highness the Prince Consort*; MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert de Saxe-Cobourg époux de la reine Victoria d'après leurs lettres...*; SHOBERL, 1840; SCHELER, 1846; WEINTRAUB, 1997; DEFRANCE, 2004, SOTNICK, 2010, complementados com documentação inédita de arquivos alemães.

Em 1796 a tia Juliana (1781-1860), terceira filha do duque Francisco Frederico e de sua mulher Augusta, casou com Constantino Romanov, neto de Catarina II, *a Grande*, e filho do seu herdeiro, Paulo. Fora a velha czarina, germânica de nascimento, que depois de várias tentativas fracassadas para casar o neto com uma princesa alemã, convidara os duques reinantes de Saxe-Coburgo-Saalfeld a enviar a Moscovo as suas netas mais velhas. A proposta abria ótimas perspectivas à família, que tinha pouca influência política e graves carências financeiras, obstáculos de monta a um futuro promissor para as quatro filhas e seus irmãos Fernando Jorge e Leopoldo. A mãe apresentou-se na corte imperial russa com as três filhas mais velhas: Sofia, de 17 anos, Antonieta, de 16, e Juliana, de 14. Constantino não se interessou por nenhuma, mas a avó czarina obrigou-o a escolher e a eleita foi Juliana. Assim, a juvenzinha, pouco mais do que uma criança, ficou em Moscovo, realizando-se o casamento em inícios do ano seguinte, já após a morte de Catarina II e a entronização de Paulo I. Juliana, que na Rússia passou a ser Ana Feodorovna, assegurava à família uma aliança invejável. Por essa razão, os irmãos Ernesto e Leopoldo, como já vimos, eram oficiais do exército russo. Juliana foi profundamente infeliz, maltratada pelo marido. Oito anos depois conseguiu sair da Rússia e mais tarde obteve o divórcio e instalou-se na Suíça, onde viveu à sua vontade, apesar das pressões da família para se reconciliar com o marido. Como os Coburgos, sobretudo Leopoldo, sempre mantiveram boas relações com o ilustre parente Romanov, o casamento cumpriu os seus propósitos.

A tia Antonieta (1779-1824) não fez um casamento tão brilhante, mas também para ela se conseguiu uma união muito favorável aos interesses dos Coburgos, que a casaram em 1798 com um membro da família reinante de Wurtemberg e, mais importante do que isso, irmão da nova czarina russa, Maria Feodorovna. Sob o ponto de vista pessoal, não foi mais feliz do que a irmã, mas Antonieta nunca se rebelou, permanecendo na corte russa. Attingiram a vida adulta três dos seus filhos: Maria (1799-1860), que veio a casar com o seu tio Ernesto; Alexandre (1804-1881), que se uniu a Maria de Orleães, filha de Luís Filipe, rei dos Franceses; e Ernesto (1807-1868), que teve um futuro mais obscuro.

Vitória (1786-1861), a tia mais nova do «nosso» Fernando, foi, como as irmãs, um peão na estratégia de afirmação da família, mas isso ocorreria com o seu segundo casamento, proporcionando aos Coburgos a ligação familiar mais grandiosa, que nestes primeiros anos do século nada fazia prever. Em 1803 casaram-na com o príncipe de Leiningen, viúvo de uma irmã de Augusta

e que fora desapossado do seu estado renano por Napoleão. Era, pois, tio por afinidade da noiva e vinte e três anos mais velho. Deixou-a prematuramente viúva, em 1814, e com dois filhos: Carlos Frederico (1804-1856) e Ana Feodora (1807-1872), nome russo em homenagem à ilustríssima parenta.

Embora fosse a mais velha, Sofia (1778-1835) foi a última a casar-se, o que sucedeu em 1804, com o conde franco-austriaco Mensdorff-Pouilly, um aristocrata francês que fugira à revolução e fora acolhido pelo imperador da Áustria. Tiveram quatro filhos: Hugo (1806-1847), Afonso (1810-1894), Alexandre (1813-1871) e Artur (1817-1904). Por desígnio da família, Alexandre tentará desempenhar um papel político no nosso país na década de 1840, antes de se tornar um político importante no império austríaco. Sofia e o marido abriram caminho ao irmão e cunhado Fernando Jorge Coburgo. E assim o encontramos com uma boa patente a combater nos exércitos do imperador austríaco.

Combatentes durante a guerra nos exércitos vitoriosos, os três irmãos Coburgos conseguiram participar ativamente no Congresso de Viena (1814-1815), representando o seu minúsculo Estado, que manteve a independência e as fronteiras. Embora fosse o mais novo, Leopoldo destacou-se, sendo Fernando Jorge, segundo testemunhos da época, o menos dotado. Encerrado o Congresso, recompostos os estados, havia agora que pensar no futuro deles, isto é, contratar casamentos o mais vantajosos possível. Não perderam tempo e fizeram-no de forma brilhante: Fernando Jorge em 1815, Leopoldo em 1816 e Ernesto em 1817.

Francisco José Koháry (1767-1826), casado com a condessa boémia Maria Antónia de Waldstein-Wartenberg (1771-1854), era um nobre e magnata húngaro, nascido e residente em Viena e dono de imensas propriedades e senhorios na Áustria, Hungria e atual Eslováquia. Magnata da Hungria, designava os membros da Câmara Alta do reino, a *Főrendiház* ou Casa dos Magnatas. Francisco Koháry era membro hereditário, detendo, portanto, funções políticas. O casal só tinha uma filha de 18 anos, herdeira de toda a fabulosa fortuna do pai, por ter falecido em criança um irmão mais velho (1792-1795). Embora, por ser mulher, não pudesse suceder no exercício dos poderes políticos, a filha poderia transmiti-los ao seu marido se o imperador austríaco o consentisse, o que veio a suceder. Foi com esta herdeira, Maria Antónia de Koháry, nascida em Buda, que Fernando Jorge de Saxe-Coburgo-Saalfeld, de 30 anos, se casou em novembro de 1815. A noiva, sempre tratada por Toni na família, não era princesa ou sequer duquesa, nunca a sua família fora soberana, mas o casamento de Fernando Jorge era magnífico pa-

ra os propósitos da família Coburgo. Aliás, o problema de precedência nobiliárquica foi resolvido porque o imperador da Áustria concedeu aos futuros sogros de Fernando Jorge e à sua filha, precisamente em 1815, o título de príncipes. Mas, mais tarde, a «mancha» condal da família materna do noivo de D. Maria II não deixará de ser evocada. E seria, talvez, por esses pergaminhos de menor valia que em março de 1816, quando a duquesa Augusta convidou o jovem casal Fernando e Toni a passar uma temporada em Coburgo, aconselhou o filho a não levar os sogros¹.

Nessa altura, já há muito se projetava um casamento para Leopoldo, o filho mais novo de Augusta, que excederia todas as expectativas dos ambiciosos Coburgos: uni-lo a Carlota, de 20 anos, única filha e herdeira do príncipe Jorge de Inglaterra (1762-1830), regente do reino e filho mais velho do idoso monarca Jorge III (1738-1820)². Se o plano se concretizasse, à morte do sogro Leopoldo seria príncipe consorte ou rei consorte da Grã-Bretanha. Leopoldo caíra nas boas graças de um tio de Carlota, Eduardo, duque de Kent, que lhe facilitou a aproximação. O jovem Coburgo, que era um belo homem muito sedutor e que sabia como a jovem vivia isolada e em conflito aberto com o pai, conquistou-a sem dificuldade. Mas neste caso o destino foi adverso aos Coburgos. Leopoldo casou com a princesa inglesa em maio de 1816, mas em novembro de 1817 Carlota faleceu ao dar à luz, morrendo também o bebé. Leopoldo permaneceu em Inglaterra numa posição algo ingrata, embora financeiramente muito cómoda. Não ficou quieto, apesar do profundo desgosto e de nunca ter esquecido Carlota.

Com a morte desta, o príncipe de Gales ficara sem descendência. Assim, após o reinado de Jorge IV, sogro de Leopoldo, a sucessão passaria aos irmãos. Estes eram, por ordem de idades, o duque de York, Frederico Augusto, casado sem descendência; Guilherme, duque de Clarence, e Eduardo, duque de Kent, ambos solteiros, com 52 e 51 anos de idade. Frederico nada podia fazer, mas os irmãos, incluindo o mais novo de todos, o duque de Cambridge, também solteiro, trataram de encontrar noiva o mais depressa que podiam. Casaram os três em 1818. Guilherme, que veio a ser o rei Guilherme IV, desposou Adelaide, princesa de Saxe-Meiningen. Quanto a Eduardo Kent, o seu sobrinho Leopoldo Coburgo, de quem era amigo há muito, arquitetou-lhe o casamento com a irmã Vitória, viúva de 32 anos.

¹ Staatsarchiv Coburg, Koháry Archiv (doravante: StACo, KA), 45, carta da duquesa Augusta Coburgo ao filho Fernando, de 18.3.1816.

² Todos estes projetos eram discutidos com a mãe e entre os irmãos. Ver StACo, KA, 78, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, de 12.3.1816.

A união, tal como as outras duas, tinha como único propósito produzir um descendente, mas esta representaria para os Coburgos o acesso direto à Coroa inglesa, embora as probabilidades de esse futuro príncipe subir ao trono estivessem seriamente ameaçadas pelo casamento simultâneo de Clarence. Contudo, a boa estrela dos Coburgos funcionou: dos cinco filhos de Guilherme e Adelaide nenhum sobreviveu e foi a filha única do segundo casamento de Vitória Coburgo que veio a ser rainha de Inglaterra. O pai faleceu alguns meses após o seu nascimento, cheio de dívidas e nenhum património e Vitória de Hanôver (1819-1901) foi criada pela mãe no palácio de Claremont, propriedade de Leopoldo. Vitória Coburgo não regressou à Alemanha, onde deixara os dois filhos mais velhos e onde viveria melhor, a fim de não comprometer as aspirações dinásticas da filha inglesa. Leopoldo ajudou-a sempre.

O destino de Leopoldo não ficou por aqui. Em 1830 ofereceram-lhe a Coroa da Grécia, provocando a fúria da mãe ao vê-lo interessado. Leopoldo recusou, mas no fim da vida sentia-se arrependido da sua decisão. Logo no ano seguinte conseguiu um trono «civilizado», que mereceu a aprovação de todos, quando os Belgas o elegeram como seu primeiro rei. Precisava agora de uma rainha e de descendentes, como precisava do apoio da França, vizinho demasiado poderoso, cujas ambições expansionistas tinham de ser amainadas e que importava converter em aliado de peso, se a Holanda não desistisse de reincorporar a Bélgica. Conseguiu o que queria, mais uma vez, ao casar-se com Luísa de Orleães (1812-1850), filha do rei dos Franceses. Deste casamento nasceram os últimos primos coirmãos de Fernando Augusto, que, pela idade, já pertenciam à geração seguinte: Leopoldo (1835-1909), que sucederá ao pai, Filipe (1837-1905), conde da Flandres, que virá a casar com a irmã da defunta rainha Estefânia de Portugal; e Carlota (1840-1927), a quem os Coburgos destinavam o nosso D. Pedro V, mas se uniu a Maximiliano, que era irmão do imperador Francisco José da Áustria e foi efémero imperador do México.

Muito antes disto, em 1817, ano da morte de Carlota e do desfazer dos sonhos britânicos de Leopoldo, casou o chefe do clã Coburgo¹, o irmão Ernesto III de Saxe-Coburgo-Saalfeld, com Luísa de Saxe-Gotha-Altenburg, uma adolescente de 16 anos, escolhida por ser uma das herdeiras do duque soberano de Gotha-Altenburg, que não tinha descendentes diretos. Com a morte deste foi possível agregar os ducados, geograficamente descontínuos, de Coburgo e de Gotha, na Turíngia. A reestruturação de ducados, provoca-

¹ «Clã Coburgo» é expressão de Olivier Defrance.

da pela extinção da Casa de Saxe-Gotha-Altenburg, implicou a cedência de Saalfeld por parte de Ernesto, que assumiu o título de Ernesto I de Saxe-Coburgo-Gotha. Foi só então, em novembro de 1826, que os membros masculinos da família Coburgo adotaram esses apelidos, tinha o futuro rei de Portugal 10 anos de idade.

O casamento de Ernesto com Luísa Saxe-Gotha-Altenburg foi desastroso. Luísa deu à luz, em anos sucessivos, Ernesto (1818-1893), futuro Ernesto II, e Alberto (1819-1861), futuro príncipe consorte de Inglaterra, mas em 1824 o duque descobriu que a mulher tinha um amante. Ernesto fora sempre infiel¹, mas não perdoou. Luísa foi expulsa de Coburgo, levada durante a noite para impedir os protestos da população, que se manifestara a seu favor, e separada dos filhos, que não mais tornou a ver por imposição do marido. Este só fez avançar o divórcio depois da morte do duque de Gotha, em fevereiro de 1825, embora Augusta o pressionasse já antes disso porque receava que ele voltasse a receber a esposa². Mas Ernesto manteve-se inflexível e a família Coburgo reteve a herança de Luísa, já banida dos seus territórios. Além deste infeliz episódio, impossível de ocultar, correu o rumor de um segredo inconfessável: Alberto, nascido em 1819, não seria filho de Ernesto, mas do tio Leopoldo, o que explicaria o interesse e afeto que este último sempre demonstrou pelo sobrinho. Não há fontes que comprovem esta versão.

Luísa casou em 1826 com o antigo amante e viria a falecer em Paris, em 1831, angustiada porque os filhos a teriam esquecido e ninguém lhes falava dela³. Ernesto contraiu segundas núpcias no ano imediato com a sobrinha Maria, filha de Antonieta. Não houve filhos deste casamento e Ernesto e Alberto, que eram primos diretos da madrasta, foram ensinados a tratá-la por mãe.

Esta nova geração continuaria a erguer o prestígio da família. De tal forma que logo na década de 1840 Augusto Scheler afirma que «a história moderna não oferece um segundo exemplo de uma Casa soberana que, no espa-

¹ Dera brado no ano anterior a relação que Ernesto mantivera com a francesa Paulina Panam, que em 1808 Ernesto havia levado para Coburgo, provocando a cólera da mãe, que a fez sair no ano imediato. Nesse mesmo ano nasceu um filho que o pai manteve oculto com a ajuda do irmão Leopoldo. Como o duque não amparava o filho, que vivia com a mãe em Paris, em 1823 Paulina publicou um livro onde revelou a sua história, apresentando os Coburgos como pessoas «calculistas, ambiciosas, desprovidas de sentimentos e sem palavra» (DEFrance, 2004, p. 89). Foi proibido na Confederação Germânica, mas tornou-se de conhecimento geral, incluindo de Luísa.

² Ver StACo, KA, 58 e 59, cartas de Augusta ao filho Fernando, de 15.1.1825 e 10.7.1825.

³ Carta de Augusta ao filho Ernesto I, de 31.7.1831, cit. (sem indicação do arquivo de custódia) por WEINTRAUB, 1997, pp. 27-28.

ço de uma geração, tenha engrandecido tanto os seus estados hereditários e preenchido três tronos europeus, a Bélgica, a Grã-Bretanha e Portugal»¹. De facto, seria agora a vez de se ligarem aos Braganças de Portugal, novamente aos Hanôvers ingleses, mas também aos Orleães de França. Tentaram, sem o conseguir, ocupar o trono da Grécia, casar um dos seus com a rainha Isabel Bourbon de Espanha e mais tarde ocupar esse trono. Estes novos Coburgos eram Fernando Augusto, os irmãos e os seus primos diretos que se apresentaram. Os seus filhos, por sua vez, criarão laços de parentesco estreito com os Habsburgos da Áustria, os Hohenzollerns da Prússia, os Saboias de Itália, os Braganças do Brasil, as Casas reinantes da Saxónia real, Baviera e Dinamarca, fundando mesmo uma nova dinastia, a do reino da Bulgária, cujo primeiro monarca foi um sobrinho de D. Fernando, filho de Augusto.

¹ SCHELER, 1846, pp. 239-240. O mesmo, aliás, já dissera SHOBERL, 1840, p. 208. Nas transcrições apresentadas atualizei a grafia e o uso de maiúsculas, abri e fechei parágrafos e introduzi ligeiras alterações na pontuação dos textos manuscritos e impressos da época, incluindo os que foram recentemente editados. Todos os originais em línguas estrangeiras foram traduzidos por mim e, no caso do alemão, sob a minha responsabilidade.

Capítulo 2

Os Coburgos de Viena

Fernando Augusto de Saxe-Coburgo-Saalfeld-Koháry, futuro D. Fernando II, nasceu e cresceu na Áustria de Francisco I, primeiro imperador do império austríaco. Em 1806 este renunciara ao título de Francisco II do Sacro Império Romano-Germânico em consequência da derrota que Napoleão lhe infligiu em Austerlitz e, com o verdadeiro governante, o poderoso príncipe de Metternich, reinou na Áustria até 1835, ano em que Fernando Augusto deixou Viena para sempre. Nessa época a Áustria presidia à Confederação Germânica, estando a Prússia ainda longe de se afirmar como potência germânica dominante.

O contrato de casamento do duque Fernando Jorge Coburgo e a bela jovem húngara, agora princesa Maria Antónia Koháry, herdeira de uma Casa riquíssima com direitos políticos hereditários, como se disse, estabeleceu que os seus filhos seriam educados na religião católica, condição *sine qua non* para o acesso à Câmara Alta da Hungria. E assim os Coburgos, que se orgulhavam de ter auxiliado Lutero, sendo protestantes desde a primeira geração, viram nascer no seu seio um ramo católico. Mas o duque Fernando Jorge manteve a sua religião, como Leopoldo fará depois ao fundar a dinastia belga, também católica. Devido à existência destes novos ramos, diga-se, a propósito, que em 1839, quando se soube em Inglaterra que a jovem rainha Vitória se casava com um Coburgo, os seus adversários fizeram correr a versão falsa mas explosiva de que Alberto era papista¹. E, decerto porque nem o pai nem o tio se converteram a outra religião, muito mais tarde, em 1852, temendo que o irmão mais novo o fizesse, o rei D. Fernando, bastante indiferente em matéria religiosa, afirmará que é desprezível o homem que altera

¹ Denominação dos católicos em Inglaterra, insultuosa e ainda comum.

a religião em que foi criado¹. Para ele era uma questão de honra, de fidelidade aos princípios inculcados. A crença religiosa nunca o angustiou.

Fernando Jorge singrara na carreira militar ao longo das guerras contra a França e a sua ascensão continuou depois da paz, mas, característica que passará ao filho homónimo, e ao contrário de Ernesto e Leopoldo, interessava-se pouco por questões políticas. Talvez fosse apenas por isso que o consideravam menos inteligente do que os irmãos. Os estadistas e os historiadores que se circunscrevem à história política tendem, com muita frequência, a equiparar esse desinteresse com incapacidade de intelecto². Fernando Jorge Coburgo era um ótimo gestor. A preocupação com as finanças revelar-se-á com nitidez quando negociou os casamentos dos filhos.

Os noivos Coburgo-Koháry estabeleceram-se em casa dos pais e sogros, um edifício junto a um dos bastiões da cidade, comprado por Francisco José Koháry em 1802 e que se tornou depois conhecido como Palais Coburg, após a profunda remodelação levada a cabo pelo pai de D. Fernando entre 1839 e 1845³, já este vivia em Portugal. A jovem Toni rapidamente engravidou, para alegria da sogra Augusta, que também exultava com o casamento de Leopoldo e Carlota de Inglaterra⁴.

Fernando Augusto nasceu a 29 de outubro de 1816 no palácio Koháry. Como também era membro da família reinante de Coburgo, o seu nascimento foi anunciado às Casas reais, que, naturalmente, enviaram as suas congratulações ao duque seu tio, como o fizeram o imperador Francisco I da Áustria, o czar Alexandre I da Rússia, o príncipe regente da Grã-Bretanha e outros⁵. O recém-nascido possuía os títulos de duque de Saxe-Coburgo-Saalfeld e de príncipe de Koháry.

Fernando foi amamentado pela própria mãe, contrariando a prática normal da época nestes estratos sociais. O procedimento era tão insólito que foi motivo de conversa treze anos depois, entre a rainha Vitória e a irmã de D. Fernando⁶. Quando, em maio de 1818, Toni esperava o seu segundo filho, re-

¹ Landesbibliothek Coburg (doravante LC), ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 7.8.1852.

² Pelo mesmo preconceito absurdo e epistemologicamente indefensável, muitos desses historiadores consideram menor a historiografia diferente da que praticam, nomeadamente a que se debruça sobre a vida privada.

³ KURDIOVSKY, 2005, pp. 57-69.

⁴ Ver StACo, KA, 46, carta da duquesa Augusta ao filho Fernando, de 12.5.1816.

⁵ Ver Thüringisches Staatsarchiv Gotha (doravante TSG), Staatsministerium Abt. Coburg, n.º 234.

⁶ The Royal Archives of Windsor (doravante RAW), *Queen Victoria's Journals*, 11.9.1839.

cebeu uma carta da sogra em que esta a aconselhava a não amamentar a criança por ser demasiado árduo¹. O assunto preocupava-a. Augusta recomenda o mesmo ao filho, referindo-se aos «nervos fracos» de Toni². A sua opinião foi acatada e Maria Antónia Koháry não voltou a amamentar. Mas o que agora absorvia a matriarca, assunto presente nas duas cartas, era o próximo nascimento do herdeiro de Coburgo e o casamento de Vitória com o duque de Kent, que se realizou em Coburgo, segundo o rito luterano, a 28 de maio. A cerimónia seria repetida em Londres em solenidade anglicana em julho seguinte. Nessa altura já tinha nascido o segundo filho de Fernando Jorge Coburgo e Antónia Koháry, Augusto Luís Vítor (1818-1881), tratado em família por Gusti. Dias depois nascia também o primogénito de Ernesto, seu homónimo. No ano seguinte era a vez de Vitória, filha de Vitória, e Alberto, filho de Ernesto, virem ao mundo. Tudo corria de feição para os Coburgos.

Em fevereiro de 1822 nasceu a única irmã do futuro D. Fernando, a terceira Vitória da família, que foi batizada com os nomes Vitória Francisca Antónia Juliana Luísa (1822-1857), e dois anos mais tarde o último irmão, Leopoldo Francisco Júlio (1824-1884). Fernando Augusto, o primogénito, sobreviveu a todos.

Os Coburgos-Kohárys viveram os primeiros anos em casa do magnata húngaro, mas em 1818, quando nasceu Augusto, já se haviam mudado para um edifício modesto. A situação não agradava à matriarca Coburgo, que também considerava que o filho não recebia o apoio necessário dos sogros no sentido de assegurar os seus direitos na Hungria. Não hesitou em aconselhar a nora a que se instalasse noutra residência³, o que ela e a família fizeram em 1819, quando Fernando Jorge comprou um palacete no subúrbio vienense de Wieden, onde já nasceram Vitória e Leopoldo. Foi aí que o futuro D. Fernando cresceu, pois após a morte do avô os seus pais arrendaram o palácio Koháry, mantendo a sua residência no de Wieden⁴.

O príncipe Koháry sucumbira a um ataque de apoplexia a 27 de junho de 1826. O seu neto mais velho tinha 9 anos e ter-se-ão seguido atritos familiares relacionados com a herança, o que explicaria uma ordem do governo

¹ StACo, KA, 71, carta da duquesa Augusta à nora Antónia (Toni), de 12.5.1818.

² StACo, KA, 49, carta da duquesa Augusta ao filho Fernando, de 25.5.1818.

³ StACo, KA, 72, carta da duquesa Augusta à nora Antónia (Toni), de 8.7.1819. Também nesta carta fica patente a sua aversão ao aleitamento materno, mau exemplo que, segundo ela, Vitória estava a adotar com a sua filha de mês e meio.

⁴ KURDIOVSKY, 2005, pp. 53-54.

para que a princesa viúva entregasse à filha os bens do seu marido¹. A transmissão da herança levantava problemas legais, suscitando diferentes interpretações. «Segundo alguns, [...] sendo um feudo masculino, era reversível ao tesouro real após a morte da princesa viúva [...]. Outros, supondo a existência de cláusulas especiais no pacto do casamento entre a princesa Antónia e S. A. S. o duque Fernando, faziam-na reverter a este último. Outros ainda, fundamentando-se nas leis do país, alegavam que os bens de Kohary só podiam passar ao duque de Saxe-Coburg-Saalfeld com uma impetração formalmente requerida»². Foi esta a solução que se seguiu. Considerando as qualidades pessoais de Francisco José Koháry e do seu genro Fernando Jorge Coburgo, um decreto imperial de 1827 concedeu a este último a nacionalidade húngara, condição obrigatória para receber os bens do sogro *ex defectu sexus masculini*³. Mas a doação só foi assinada em março de 1831⁴ e em dezembro ritualizada na cerimónia tradicional. Este ano foi fértil em mudanças no clã Coburgo. Leopoldo, recorde-se, tornou-se rei dos Belgas e no fim do ano morria a matriarca, que ainda viu o filho mais novo subir ao trono, mas já não assistiu ao seu casamento com Luísa de Orleães.

Embora mantivessem os títulos de duques de Saxe-Coburgo-Gotha, a nacionalidade húngara do duque Fernando Jorge e seus filhos, e ainda a religião destes, impediam-nos de suceder no ducado soberano. Mas isso em nada alterou a união e política comum da família Coburgo. Há muito que se internacionalizara e sempre agiu e continuará a agir em bloco, todos considerando o duque reinante o chefe da família. Por essa razão, o casamento de Fernando Augusto, príncipe húngaro mas também detentor do título de duque de Saxe-Coburgo-Gotha, será negociado com os representantes do duque Ernesto I e celebrado em Gotha. Mas não adiantemos. O que há a reter agora é que o pequeno Fernando de 10 anos aprendeu que já não se chamava Saxe-Coburgo-Saalfeld mas sim Saxe-Coburgo-Gotha e meses depois que tinha a nacionalidade húngara e viria a ser magnata da Hungria.

¹ StACo, KA, 13.

² SCHELER, 1846, pp. 253-254.

³ Apesar disso, em janeiro de 1828, em carta dirigida ao filho Fernando, Augusta refere-se à ingratidão da família imperial austríaca e à sua atitude prejudicial a Fernando (StACo, Landesarchiv A, 581) e a filha Sofia dirá o mesmo em 1835, afirmando que esse desfavor provinha do facto de ele ser um Coburgo (StACo, KA, 60).

⁴ StACo, Landesarchiv (doravante: LA), 581.

Capítulo 3

Fernando Augusto Coburgo na infância e adolescência

3.1. Instrução

Foi na primavera de 1823 que o preceptor Carl Dietz (1801-1888) entrou na vida do príncipezinho Fernando, então com 6 anos¹. Dietz será companhia constante até 1847, quando foi obrigado a sair de Portugal por motivos políticos, mas continuará a corresponder-se com o antigo pupilo até à morte deste, a quem sobreviveu.

Em carta à mãe, de novembro de 1829, depois de toda a família ter passado uma temporada em Coburgo, o duque Fernando Jorge diz-lhe que os netos falam muito dela e que é com pena que todos regressam às suas obrigações. Considera que, apesar das férias escolares, a estada beneficiou as crianças porque em Viena vivem num ambiente mais limitado. O filho mais velho tinha então 13 anos e Augusto 11. Fernando Jorge conta à mãe que Dietz se queixa dos fracos progressos de Gusti, ao contrário do que sucede com o irmão, mas o pai considera que o professor investe muito mais em Fernando porque é muito mais compensador ensiná-lo devido ao seu talento natural. Por isso ordenou ao preceptor que se concentre em Augusto, com quem deve usar de paciência e meiguice. Gusti é uma criança encantadora, diz o pai, e confessa que a sua aparência lhe é muito mais agradável do que a de Fernando. Seria portanto uma pena se não se desenvolvesse sob o ponto de vista intelectual, mas está convencido de que assim não sucederá. Dietz, insiste o duque, não pode puxar só por Fernando e terá de ser menos impaciente

¹ StACo, KA, 259, carta de Fernando Coburgo a sua mãe Augusta, Viena, 14.4.1823.

com Augusto. Parece claro, portanto, que Gusti era o filho preferido, apesar de não ter as capacidades do irmão mais velho. Ou precisamente por isso. Talvez o pai sobrevalorizasse a aparência física, recusando-se a admitir as suas limitações, que atribuía aos métodos de Dietz. Fernando Jorge refere-se ainda aos outros filhos, às brincadeiras de Leopoldo (então com quase 6 anos), que faz grandes progressos na leitura e na escrita, e à educação de Vitória, de 7 anos, confiada a uma preceptora. O que ele deseja, conclui, é que todos se tornem pessoas boas e honestas¹. Fernando Jorge Coburgo era, pois, um pai muito atento à educação dos filhos, mas injusto para com o mais velho. Em 1847, em carta a Dietz, o príncipe Alberto diz-lhe que foi um preceptor muito rígido com Fernando². Quanto ao carinho que este recebeu na família, pelo que se percebe da correspondência posterior, vinha-lhe, acima de todos, da avó Koháry, que idolatrava o neto mais velho e o chorou com saudades contínuas até à sua morte, em 1854³.

Data de 19 de outubro de 1824 a carta mais antiga que localizei escrita pelo futuro rei de Portugal, então quase a completar 8 anos. É um texto curto com felicitações ao pai pelo dia do seu onomástico e assinado por Fernando e por Augusto. Cumprindo as regras do formalismo e reverência filial da época, e sem dúvida alguma orientadas por Dietz, as crianças escreveram: «Com os sentimentos da mais profunda gratidão pelo amor e cuidados que sempre, querido Pai, nos demonstrou, escrevemos-lhe no dia do nome, implorando a Deus Todo-Poderoso a sua proteção no futuro, de que a Sua misericórdia nos tem dados provas eloquentes. Saúdam-no os seus filhos que muito o amam, Fernando e Augusto»⁴.

Ignoro quem foram os mestres de Fernando Augusto nas áreas artísticas e que métodos adotaram. O que se sabe sobre a sua educação é que foi primorosa, a avaliar pelos resultados. O príncipe falava e escrevia fluentemente alemão, húngaro e francês. As duas primeiras línguas foram as da sua criação, as de um menino de uma família saxo-austro-húngara⁵. A sua casa estava re-

¹ StACo, KA, 262, carta de Fernando Coburgo a sua mãe Augusta, Viena, 20.11.1829.

² LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 60, carta do príncipe Alberto a Carl Dietz, Windsor, 26.1.1847.

³ Cf. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo da Casa Real (doravante ANTT, ACR), cx. 7461, cp. 966.

⁴ StACo, KA, 274.

⁵ Embora com pouca frequência, D. Fernando também se correspondia em húngaro, incluindo com o irmão Augusto — cf. ANTT, ACR, cx. 7429, cp. 909-A. Nas cartas a este último intercalava com frequência expressões em húngaro, nomeadamente quando eram opiniões mais fortes sobre certas pessoas. A sua fluência oral na língua húngara foi testemunhada pelo príncipe Lichnowsky em 1842 (LICHNOWSKY, *Portugal*, p. 51).

cheada de criados húngaros e na cidade falava-se o alemão vienense, com sotaque muito distinto de outras zonas germânicas. Quando a princesa Vitória conhece os primos Fernando e Augusto, irá considerar a sua pronúncia muito divertida¹. O francês foi aprendido e tão bem dominado que irá também espantar a prima inglesa e será sempre a língua de comunicação entre eles, porque embora Vitória falasse alemão e Fernando entendesse o inglês e o falasse razoavelmente, nem a primeira dominava a escrita alemã nem o segundo o inglês escrito². Além dessas línguas, o príncipe lia latim, italiano e castelhano. Depois, e muito depressa, aprendeu português, que falava e escrevia na perfeição.

Possuía conhecimentos sólidos de História, Geografia, Literatura, História de Arte, Música e Ciências Naturais, com realce para a Botânica. Cantava, desenhava, pintava e era um ótimo gravador. Os seus desenhos encantaram a prima Vitória, que considerou que ele tinha «um talento muito grande»³. Os animais e a jardinagem eram outros dos seus interesses, que manifestava já aos 19 anos e durante toda a sua vida irão deleitá-lo. Claro que Fernando aprendeu ainda os saberes indispensáveis ao seu grupo social e dominava-os com mestria no fim do seu período de formação: montar, caçar, dançar, saber estar em qualquer ambiente. Recebeu também formação militar, tendo servido no regimento austríaco dos hussardos sob o comando do primo Alexandre Mensdorff-Pouilly, seu grande amigo⁴.

Dietz, que era de Coburgo, professava a religião protestante. Quando foi contratado, interrompeu o curso superior de Teologia que seguia na Universidade de Halle⁵. Na sua vida adulta D. Fernando nunca se importou com questões formais religiosas. Admirava na mulher, a rainha D. Maria II, o seu afastamento em relação a eclesiásticos e a sua aversão à intolerância religiosa. Eis como se refere ao assunto, o que muito nos revela da sua personalidade e, indiretamente, do que foi a sua educação:

«A marquesa de Ponta Delgada (D. Leonor da Câmara) era então responsável pela educação da jovem princesa. Era uma mulher íntegra e nutria a maior afeição pela sua pupila mas, devota em demasia, cansava e aborrecia a princesa — que teve sempre caráter forte, alegre e independente — com longas e inúteis devoções que no futuro produziram o contrário do que a ve-

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20.3.1836, 7.6.1837.

² Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, 17.3.1836, 23.3.1836.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20.3.1836.

⁴ Cf. LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 28-29, carta do príncipe Alberto ao coronel Wylde, Osborne, 6.12.1846.

⁵ EHRHARDT, 2010, p. 103.

lha senhora queria obter. Quantas vezes se vê isto! As crianças acabam por detestar tudo o que queremos que amem à força. A rainha Maria, atormentada na sua infância e juventude, nunca conseguiu depois confiar num padre. A marquesa pregava-lhe tudo o que pode conter a cabeça de uma beata e, conseqüentemente, a intolerância contra aqueles que não professam as nossas crenças; a rainha, sendo boa cristã, nunca foi beata e a intolerância repugnava à sua alma nobre e generosa»¹.

Foi nestes princípios que D. Maria e D. Fernando educaram os filhos, pois tanto D. Pedro V como D. Luís I perfilhavam tais convicções e viveram em conformidade com elas. Por sua vez, D. Luís aplicou a D. Carlos e D. Afonso um programa semelhante ao que recebera. Graças a D. Fernando, as duas gerações seguintes de reis portugueses foram pessoas esmeradamente cultas e para quem os formalismos religiosos eram indiferentes, o que também se deveu às rainhas D. Maria II e D. Maria Pia.

Tudo isto, aliado ao conteúdo da carta que Fernando Jorge escreveu à mãe quando Dietz foi contratado, escrita num texto ambíguo, leva-me a crer que a educação católica que Fernando Coburgo planeava para os filhos era mais formal do que outra coisa, que tal facto encontrava a resistência do sogro, mas que o genro não estava disposto a transigir². Penso, pois, embora careça de provas concludentes, que os irmãos Coburgo-Koháry, pelo menos os rapazes, aprenderam a doutrina e os ritos católicos, que praticavam, como não podia deixar de ser na corte de Viena, mas a crença que lhes foi inculcada deve ter sido a de um cristianismo comum a católicos e protestantes, que não nutria qualquer simpatia por rituais públicos católicos e hierarquias clericais.

3.2. Convívios e lazeres

A família Coburgo-Koháry vivia em Viena, como se disse, mas deslocava-se várias vezes por ano, comportamento típico desta alta sociedade muito abastada. Em 1839, a rainha Vitória contará a lorde Melbourne que o tio Fernando tinha 60 000 ovelhas e 12 mansões com um belo jardim em cada³. Assim, ao longo da sua infância e adolescência o príncipe Fernando Augusto passou temporadas nas terras que tanto a família nuclear como a alargada possuíam nas atuais Áustria, Eslováquia e Alemanha.

Nos finais da primavera e inícios do verão, Fernando Jorge, Toni, os filhos e a avó materna destes (que nunca se separava da filha) instalavam-se em

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 novembro de 1853, 6.^a pág. Publicado em tradução integral nos Anexos.

² StACo, KA, 262.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.9.1839.

Ebenthal ou em Walterskirchen. É o próprio D. Fernando que o afirma, muito mais tarde, ao enviar os parabéns ao irmão Augusto, que nascera a 13 de junho: «Para que vejas que nunca me esqueço, apresso-me a dar-te os meus parabéns pelo teu aniversário e a mandar-te as minhas calorosas felicitações, pois a maior parte das vezes o passávamos juntos em Ebenthal ou em Walterskirchen»¹. As propriedades e palácios de Ebenthal e de Walterskirchen provinham da família Koháry, que os possuía desde 1732 e 1779, respetivamente². A primeira situa-se no atual estado austríaco da Caríntia, no Sul do país, vizinho da Itália e da Eslovénia, e a segunda, também no atual território da Áustria, mas a nordeste, próximo das fronteiras da República Checa e da Eslováquia.

Depois da temporada em Ebenthal ou em Walterskirchen, a família de Fernando instalava-se nos domínios da família paterna, em Coburgo, podendo regressar em meados do outono a um dos palácios da mãe para depois, finalmente, passarem a Viena, onde permaneciam no inverno e primavera. Foi esse o itinerário da família em 1829: em finais de outubro estavam em Ebenthal onde tinham chegado, por Viena, depois de passarem uma temporada no ducado de Coburgo. O duque Fernando Jorge escreve à mãe agradecendo-lhe toda a gentileza que manifestou por ele e a sua família e lamentando ter deixado Coburgo, único local onde podia usufruir de paz e liberdade. Ali, em Ebenthal, ficariam só os dias necessários a pôr tudo em ordem, pois tão cedo não poderia lá voltar. Fernando Jorge envia notícias da sogra e de Toni, que resistiu à viagem melhor do que ele pensava, e das crianças que são um encanto, sobretudo Leopoldo³.

Quando estavam no ducado paterno podiam instalar-se em Coburgo, no palácio ancestral de Ehrenburg ou, de preferência, veraneavam no de campo, em Rosenau, muito próximo de Coburgo, propriedade ducal desde 1805. Ambos os edifícios haviam sido remodelados em estilo neogótico. Não é, portanto, de estranhar o gosto que D. Fernando irá manifestar por esta fórmula arquitetónica que lhe recordava a infância.

Fugindo à cólera de 1831, os Coburgos de Viena, incluindo a princesa viúva Koháry, residiram largos meses em Rosenau. Foi daí que o jovem Fernando Augusto, então com perto de 15 anos, escreveu ao pai, que se deslocara com a avó Augusta a Bruxelas, onde Leopoldo era agora rei. Fernando refere-se ao tio Ernesto que fora a Gotha, aos primos, ao amigo Paulo Wan-

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

² KURDIOVSKY, 2005, p. 55.

³ StACo, KA, 261, carta do duque Fernando à sua mãe Augusta, Ebenthal, 28.10.1829.

genheim, ao mercado das cebolas onde tinham ido, ao concerto a que assistira e aos desenhos que fizera, revelando já conhecimentos artísticos e paixão pela música e pintura. Dá-lhe notícias da mãe, da avó (Koháry) da irmã e dos irmãos, que estavam bem e enviavam saudações¹.

Aí conviveu, pois, e muito de perto, com os primos Ernesto e Alberto e com Alexandre e Artur Mensdorff, os dois filhos mais novos da tia Sofia. Desses tempos ficaram belas recordações. Quando a irmã de D. Fernando faleceu, em 1857, o príncipe Alberto de Inglaterra, comovido, refere-se-lhe como «a companheira da minha infância»². Na década de 1870, altura em que D. Fernando e Ernesto II trocavam assídua correspondência, lembravam esses tempos com saudades. Em 1874, por exemplo, Ernesto envia ao primo um desenho de uma cena em Rosenau, sabendo como ele iria gostar de ter essa recordação de uma infância feliz e em comum³. Já em 1863, Artur Mensdorff, ao evocar a meninice de Alberto, recordara com nitidez um belo dia em Rosenau com os primos Ernesto, Alberto, Fernando e Augusto e com o irmão Alexandre⁴. Tinham todos idades muito próximas. Se essa recordação de Artur se reporta ao verão de 1831, o grupinho de rapazes ia dos 17 anos de Alexandre aos 12 de Alberto. Com os primos Mensdorff, que residiam em Viena, o príncipe Fernando Augusto terá convivido mais, até porque os cunhados Fernando Jorge Coburgo e Manuel Mensdorff-Pouilly eram amigos de longa data. Aliás, tudo indica que Alexandre era o primo favorito de Fernando.

3.3. Aspeto físico e personalidade

Vimos que o duque Fernando Jorge considerava Augusto uma criança mais bonita do que o irmão. Seis anos depois a princesa Vitória deu-lhe razão, mas também acha Fernando um belo homem, com olhos mais bonitos do que o irmão e, sobretudo, mais inteligente, culto e vivo, sendo a sua personalidade a mais agradável⁵. Contudo, as apreciações de Vitória devem ser lidas com alguma reserva, pois a princesinha encantou-se com o primo.

¹ StACo, KA, 275, carta do príncipe Fernando Augusto ao duque Fernando Jorge, Rosenau, 21.9.1831.

² Carta do príncipe Alberto a Stockmar, de 13.11.1857, cit. em MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 223.

³ StACo, LA, 6980, rascunho de carta do duque Ernesto II a D. Fernando, de 6.9.1874.

⁴ Carta de Artur Mensdorff à rainha Vitória, Castle Einöd, 16.3.1863, cit. em GREY, *Early Years of His Royal Highness the Prince Consort*, pp. 57-58.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 24.3.1836; 1.4.1836.

No final da sua adolescência, com 19 anos, Fernando era um homem alto e magro, de pele e cabelos claros, olhos castanhos e feições marcadas por um nariz proeminente, característica herdada do pai, que nunca teve a beleza dos irmãos. Aparentava ter menos idade, o que a barba incipiente reforçava. O jovem príncipe era também desfavorecido pela voz, profundamente nasalada, defeito tão pronunciado que de imediato chamava a atenção. A rainha dos Franceses, que muito simpatizou com ele, sentiu pena ao ouvir a sua voz e afirma ter sido esse o sentimento geral¹. Mas não foi o da sua prima Vitória, que também notou de imediato a singularidade da voz: «Fernando fala pelo nariz e de uma forma lenta e engraçada, que de início o desfavorece, mas a sensação logo se dissipa». «Nós estivemos pouco tempo na carruagem e deixei de notar a peculiaridade da voz e da forma de falar de Fernando. É um ótimo jovem muito amável, inteligente e franco; muito ingénuo no mundo, por o ter frequentado ainda muito pouco, e está muito ansioso por fazer tudo bem. É muito bonito, acho eu, e parece-me que a sua beleza provém da agradável expressão do rosto. É impossível vê-lo ou conhecê-lo e não o amar»². No seu novo país chamar-lhe-ão «o Fanhoso», embora nas muitas cartas que pude ler de D. Fernando, este nunca aflore a questão. Pelo contrário, vangloriava-se da sua bela voz de barítono, como se envaidecia da sua barba comprida e belo bigode, atitude facilmente explicável por complexos adquiridos.

Quarentão, orgulhava-se também, e de forma desmedida, da sua altura e elegância, própria da raça dos Coburgos, como dizia. Em 1862, meses depois da morte dos filhos Pedro, João e Fernando, em carta ao irmão Augusto, refere-se com desprezo aos anões que o primo Alberto produzira e lamenta que o melhor da sua prole, verdadeira Coburgo, alta e bela, fosse ceifada pela morte, pois Luís era baixo e gorducho³, preconceitos partilhados por outros. Quando conheceu D. Fernando, em 1836, Palmerston considerou que a sua elevada estatura suscitaria o respeito da atarracada população portuguesa⁴. Enganou-se redondamente porque, ao verem-no, os portugueses acharam-no um rapazola, ainda por cima imberbe. Onde estava, diziam, a virilidade necessária a um rei? E ao príncipe de cara lisa que casava com uma rainha que era a chefe da família chamaram cruelmente «Zé Nabo». O seu

¹ Carta da rainha Maria Amélia à filha Luísa, rainha dos Belgas, 12.3.1836, cit. em DEFRANCE, 2004, p. 144.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 17.3.1836, dia em que conheceu Fernando.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando para o irmão Augusto, Lisboa, 18.4.1862.

⁴ DEFRANCE, 2004, p. 144.

caráter conciliador e completa aversão a façanhas militares reforçaram a imagem. Figura com cabeça de nabo era, em décadas de caricaturas políticas, de imediato identificada. Desde que o conseguiu fazer, o rei usou para sempre uma barba inusitadamente comprida.

O príncipe Fernando Augusto era e será sempre muito simpático, conquistando de imediato aqueles a quem queria agradar. Com feitio muito alegre, era na verdade um sedutor. Encantou todos os que foi conhecendo durante a sua longa viagem para Portugal. A rainha Luísa, mulher de Leopoldo e sua tia por afinidade, achou-o pleno de nobreza, coragem, bom senso, naturalidade e boa disposição¹, embora ainda muito inexperiente do mundo². Em Paris, a rainha Maria Amélia declara: «Quanto mais o vejo, mais me agrada. É doce, espiritual e acolhedor», mas não deixa de perceber que se esforça por agradar e ser amável, o que ela vê como mais uma qualidade³. Em Londres, a princesa Vitória, sua prima, ficou rendida. Logo no dia seguinte ao da sua chegada, confia ao diário: «Conversei bastante com Fernando e cada vez gosto mais dele; é tão sensato, tão natural, nada afetado, nada sofisticado, verdadeiramente ótimo»⁴. Vitória, que vivia muito isolada e sem companheiros da sua idade, descobriu com os primos vienenses que o convívio podia ser descontração e alegria. Os dois jovens, mas sobretudo Fernando, irão preencher-lhe os dias e o pensamento, o que transborda no seu diário, onde Fernando é alvo de apreciações constantes e entusiastas, bem reveladoras da personalidade inteligente, culta, desenvolta e folgazã do novo príncipe de Portugal⁵.

Vitória nem queria pensar que Fernando iria partir em breve⁶ e não era só para si que a princesa inglesa registava tais apreciações. Nas cartas a Leopoldo, tio de ambos, lamenta a partida do primo e repete as suas avaliações empolgadas. Não duvida do sucesso de Fernando em Portugal, atendendo ao seu bom coração e à personalidade «plena de coragem, espírito e boa vontade, sendo ainda naturalmente inteligente e observador»⁷.

¹ Cit. por TEIXEIRA, 1986, p. 43.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 14.2.1836.

³ Carta da rainha Maria Amélia à filha Luísa, 11.3.1836, cit. por DEFANCE, 2004, p. 144.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 18.3.1836.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 23.3.1836; 24.3.1836; 28.3.1836; 30.3.1836; 6.4.1836.

⁶ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 19.3.1836.

⁷ Carta da princesa Vitória ao tio Leopoldo, Londres, 29.3.1836 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 58.

Capítulo 4

Convite para ser rei

4.1. A escolha de Fernando Augusto de Coburgo

Vimos como ao longo da infância e adolescência do futuro Fernando II de Portugal a sua família paterna, soberana de um minúsculo ducado germânico, aumentou os domínios, alterou o nome e cresceu em grandeza dinástica, penetrando na corte de Inglaterra, sentando um dos seus no trono de um país novo e criando laços de parentesco com os Orleães. A família ducal chamava a atenção das Casas reais europeias. Contudo, o futuro de Fernando Augusto estava delineado e ninguém projetara para ele um qualquer trono. Riquíssimo, com residência estabelecida na sofisticada cidade de Viena, em cuja alta sociedade poderia pontificar pela sua sólida instrução intelectual e artística e a sua personalidade amável e bem-disposta, teria também de se deslocar com alguma regularidade à Hungria, para supervisionar as imensas propriedades e exercer o seu cargo na Câmara Alta. Mas esta reunia tão poucas vezes que pouco tempo lhe iria tomar. O príncipe já mostrara ser homem inteligente e ter as artes como a sua maior paixão. Era, pois, uma vida agradável e sem preocupações que se previa para Fernando Coburgo-Koháry.

Mas eis que em setembro de 1835 o seu pai recebe uma proposta de tal forma inesperada e lisonjeira que se assustou. Pediam-lhe o primogénito para marido da rainha de Portugal, D. Maria II. Fernando Jorge Coburgo era um homem muito prudente e tinha razões para não aceitar de imediato um pedido que, embora pudesse transformar o filho em rei, também podia destruir-lhe o futuro.

Portugal estava na penúria depois da guerra civil só terminada no ano anterior, em maio de 1834, com a vitória dos partidários de uma monarquia constitucional. Mas esta estava longe de se considerar estabelecida e o novo regime não fora ainda reconhecido por muitas potências, nomeadamente a Áustria. Metternich, com quem Fernando Jorge Coburgo tinha de manter bom relacionamento, era um adversário das ideias constitucionais, desejando ver D. Miguel no trono português, pouco se importando com o facto de D. Maria II ser neta do imperador reinante. As simpatias pelo infante D. Miguel estendiam-se à Prússia, país amigo do ducado de Coburgo.

D. Pedro IV, o rei de Portugal que abdicara na filha Maria e que se pusera à frente das forças vitoriosas, assumindo depois a regência do reino em nome da pequena rainha, morrera com apenas 35 anos, meses depois da vitória definitiva e do exílio de D. Miguel. D. Maria fora declarada maior uns dias antes da morte do pai, aos 15 anos, e, sendo vital assegurar a continuidade da dinastia, rapidamente casada com um irmão da madrastra, Augusto de Beauharnais, duque Leuchtenberg¹, noivo escolhido por D. Pedro. A escolha desagradou à corte francesa, que não podia ver com bons olhos um neto de Napoleão no trono português. Mas, dois meses após a sua chegada a Portugal, o príncipe Augusto faleceu, em março de 1835. Levantaram-se distúrbios, houve acusações de assassínio, rumores sobre pessoas interessadas no trono. Se uma doença levasse a rainha, como sucedera ao pai e ao jovem marido, ninguém duvidava de que haveria nova guerra civil.

Esclareça-se que as irmãs inteiras de D. Maria eram brasileiras e residiam no Brasil. A sua meia-irmã, Maria Amélia (1831-1853), filha de D. Pedro IV e da segunda mulher, Amélia de Beauharnais, tinha apenas 3 anos e vivia com a mãe em Lisboa, não tendo sido ainda reconhecida como princesa do Brasil. Existiam também duas tias da rainha: a infanta D. Isabel Maria (1801-1876), solteira, que fora regente do reino à morte do pai (D. João VI), e a infanta D. Ana de Jesus (1806-1857), que nesse ano se separou do marido, o então marquês de Loulé. Destes havia filhos, mas como o casamento da infanta não fora permitido pelo rei, nem Loulé nem os filhos eram considerados membros da família real. Nada disso obviava a que qualquer um destes nomes viesse a ser apoiado na subida ao trono. Existia também, é claro, o candidato mais temível: o infante D. Miguel, ex-soberano que desde o ano

¹ Filho de Eugénio de Beauharnais, filho adotivo de Napoleão I. Depois da derrota deste o apelido Beauharnais era evitado e a família conhecida pelo seu título bávaro de príncipes de Leuchtenberg.

anterior vivia no exílio. Era portanto uma situação muito perigosa. Para complicar ainda mais o cenário, dizia-se ainda que o duque de Palmela planeava casar um filho com a rainha, que pretendia controlar, e que por isso teria envenenado D. Augusto de Beauharnais.

Preocupadas com este problema dinástico, dez dias depois da morte do príncipe Augusto, e sem contemplações pelos sentimentos da pequena viúva, as câmaras de deputados e dos pares aprovaram uma petição à rainha para que se iniciassem diligências para um novo casamento. A jovem, mal saída da adolescência, já se revelara personalidade enérgica, corajosa e pragmática. Percebeu que não podia adiar esse passo, que ter descendência era de absoluta necessidade e que, para evitar dissensões, o noivo teria de ser estrangeiro. A busca começou de imediato. D. Francisco de Almeida Portugal, conde do Lavradio, foi encarregado de o encontrar e conduzir as negociações, partindo para Londres a 26 de maio de 1835. Foi ele, plenipotenciário da rainha, que enviou a Fernando Jorge Coburgo a proposta de casamento.

Ao sair de Lisboa, Lavradio ia incumbido de negociar o casamento da rainha com o duque de Nemours, segundo filho de Luís Filipe de Orleães, rei dos Franceses. Nemours era de estirpe real, católico, filho de rei constitucional e de um país aliado. D. Maria II, que era sobrinha-neta de Maria Amélia, rainha dos Franceses, convivera com a família Orleães quando residira em Paris, primeiro com o pai e depois ao tempo em que decorria a guerra civil portuguesa. Tornara-se até amiga de Clementina, uma das filhas dos monarcas franceses, com quem manteve correspondência. O duque de Nemours era, pois, o candidato ideal. Contudo, tanto a rainha como o governo sabiam haver fortes possibilidades de um veto inglês. Lavradio estava então incumbido de tentar o casamento com Luís, duque de Nemours, ou com o irmão Francisco, príncipe de Joinville¹, mas no caso de se revelarem inviáveis, deveria procurar outro noivo. Este teria de perfilhar ideias constitucionais e merecer o aval da Inglaterra e da França, que eram as potências dominantes da Quádrupla Aliança, assinada por esses dois países e por Portugal e Espanha no ano anterior.

Todas as diligências teriam de ser feitas em completo sigilo porque estava em causa a dignidade da rainha e do país. De facto, seria bem pouco honroso se se soubesse que se procurava um marido para a monarca portuguesa e que

¹ Curiosamente, Nemours veio a casar com a irmã de D. Fernando e Joinville com uma irmã de D. Maria. Por sua vez, Clementina tornou-se esposa de Augusto, o irmão de D. Fernando.

esta recebia recusas. Tais instruções haviam sido cuidadosamente redigidas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, o conde de Vila Real¹.

Lavradio dirigiu-se a Londres e conversou com Palmerston, então ministro dos Negócios Estrangeiros. A resposta não podia ter sido mais brutal: se a rainha D. Maria II contraísse casamento com um príncipe Orleães, cessariam todos os tratados de aliança entre a Inglaterra e Portugal. Sem contemplações, o governo inglês obstava a uma alteração do equilíbrio político, isto é, a que a França pudesse ter influência no nosso país, destruindo a tradicional aliança com a Inglaterra que era contrabalançada por igual e tradicional ligação da Espanha à França. Ora, com a criação de laços familiares estreitos entre as famílias reinantes de Portugal e da França, esta ganharia ascendente sobre toda a península.

O rei dos Franceses, que não desejava criar conflitos com a Inglaterra e porque o futuro dos reis constitucionais de Portugal era mais do que incerto, não avançou com a candidatura de um filho, embora em abril tivesse demonstrado grande interesse ao embaixador de Portugal, visconde da Carreira. O rei Luís Filipe chamara-o à parte para lhe falar sobre a morte de Augusto Leuchtenberg, querendo saber a situação política de Portugal, se a rainha ficara grávida e opinando sobre a conveniência política do seu recasamento. Fez questão de dizer que não era verdade que não gostasse do príncipe defunto, mas que não aprovara o casamento porque não servira à reconciliação de Portugal com as potências que ainda não reconheciam a dinastia e que tinha lido que a rainha iria casar com Maximiliano, irmão do defunto marido, sendo esse demasiado novo e não indo agradar aos soberanos a quem desgostara o anterior casamento. Depois deu claramente a entender que lhe agradaria a união com um filho seu, mas que isso iria provocar ciúmes e obstáculos difíceis de transpor². Aliás, em julho e agosto, quando o casamento em França já estava posto de lado, ainda a família Orleães debatia a questão³.

¹ Leiam-se em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 87-89. A instabilidade governativa portuguesa era tão grande que no decurso da sua missão Lavradio lidou com três ministros: o conde de Vila Real, o duque de Palmela e o marquês de Loulé.

² Ver carta do embaixador datada de Paris, 10 de abril de 1835, e dirigida ao duque de Palmela, ministro dos Negócios Estrangeiros, com relato pormenorizado dessa conversa que decorreu no dia anterior. Carta pub. por CARVALHO, 1903, pp. 493-495 e por PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 89-91.

³ Ver cartas de Fernando de Orleães, herdeiro do trono, ao irmão Nemours, de 14.7.1836 e de Maria Amélia, rainha dos Franceses, à filha Luísa, rainha dos Belgas, de 21.8.1835, cit. em DEFRENCE, 2004, p. 139.

Decerto para se livrar do problema, Palmerston sugeriu o príncipe de Carignano, parente do rei da Sardenha (ele próprio Saboia-Carignano) e reconhecido no ano anterior como herdeiro do trono no caso de extinção da linha reinante. Lavradio nada sabia sobre ele e procurou informar-se, mas concluiu, e tinha razão, que, com exceção da idade, o que lhe diziam sobre o príncipe sardo era improvisado¹. Procurou informações sobre outros mancebos: o irmão do defunto D. Augusto, um filho do arquiduque Carlos da Áustria e o filho segundo do príncipe de Orange, mas nenhum reunia todos os «predicados requeridos para esposo de Sua Majestade» e, motivo ainda maior, o negociador português percebeu «que tanto o gabinete inglês como o francês desejavam que o marido da rainha não fosse nenhum dos príncipes das famílias imperiais ou reais que reinavam nos principais estados da Europa»².

De facto, em conversa com o ministro português em Inglaterra³, e tendo ainda a hipótese dos Orleães, Palmerston dissera-lhe claramente que «eram, pois, príncipes como estes», das Casas de Wurtemberg ou da Saxónia-Altenburgo-Hildburghausen, «sem conexão alguma com outras potências grandes, e que se tornariam completamente portuguesas, como o príncipe Augusto fora, os que convinham, e não aqueles que poriam Portugal à cauda dos estados de onde vinham»⁴.

Em julho, D. Maria estava decidida a casar com o príncipe de Carignano, ordenando a Palmela que mandasse Lavradio tratar do assunto⁵, mas este não o fez. Nas suas palavras:

«Continuando sempre nas minhas indagações, tive notícia de um príncipe que possivelmente reunia as qualidades exigidas: era o príncipe Fernando Augusto de Saxe-Coburgo, filho do duque Fernando Jorge de Saxe-Coburgo,

¹ De facto, nem a idade estava correta. O príncipe tinha 19 anos e não 24 ou 25, como transmitiram a Lavradio. Este jovem, Eugénio de Carignano (1816-1888), já com funções militares importantes no reinado de Carlos Alberto, será braço direito de Vítor Manuel II, e muito querido de Maria Pia, futura rainha de Portugal, que o tratava por tio. Eugénio de Carignano esteve várias vezes no nosso país, primeiro para recolher no Porto o cadáver de Carlos Alberto e depois em visitas à rainha Maria Pia (ver LOPES, 2011b, *passim*).

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 96.

³ Morais Sarmiento, nesse ano elevado a barão de Moncorvo. Ministro era uma categoria diplomática e não membro do governo, obviamente.

⁴ VIANA, *Documentos para a história contemporânea: José da Silva Carvalho e o seu tempo*, vol. II, p. 201.

⁵ Carta de 11 de julho de 1835, em CARVALHO, 1903, p. 68 e em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 95.

irmão segundo do duque reinante de Saxe-Coburgo. Este príncipe estava para completar dezanove anos e, apesar de ser da família de Saxe-Coburgo, era católico desde o nascimento; era sobrinho do rei dos Belgas e de Sua Alteza Real a duquesa de Kent, e, portanto, próximo parente da futura rainha de Inglaterra.

Afirmavam-me também que o príncipe era dotado de talento, recebera uma excelente educação e tanto ele como todos os da sua família eram amigos do sistema constitucional»,

o que estava longe de ser verdade. Lavradio prossegue: «As ilustres alianças da família Saxe-Coburgo, a plena aprovação dada pelo rei de Inglaterra e pelo seu governo a esta aliança e a convicção da necessidade absoluta de concluir prontamente a negociação do casamento induziram-me a adiantá-la e a tomar sobre mim a responsabilidade de sobrestar na execução das ordens que havia recebido para negociar o casamento com o príncipe de Carignan¹. Não tive que me arrepender e tanto a rainha como Palmela aprovaram plenamente o meu procedimento»².

O conde do Lavradio não esclarece quem lhe mencionou e recomendou o príncipe, mas é muito provável que tivesse sido inculcado por mensageiro de Vitória Coburgo, duquesa de Kent. Foi ela, e sobre isso não há dúvida, a primeira dos Coburgos a interessar-se pelo assunto e a fazê-lo avançar, mesmo antes de conhecer a opinião dos irmãos. Mas, prudente, porque a sua situação em Inglaterra não podia sofrer a mínima beliscadura, só se manifestou claramente depois de conseguida a aprovação do rei Guilherme IV e do governo inglês, que a deram de imediato, pois punha termo definitivo à hipótese Orleães. O emissário português testemunha: «Em toda esta negociação fui auxiliado por Suas Altezas Reais, a duquesa de Kent e duque de Sussex, e por Lord Palmerston, que, para isso, recebeu ordens positivas do rei de Inglaterra»³.

A 28 de julho, Lavradio envia a proposta ao duque Fernando Jorge, depois de a ter dado a conhecer à duquesa de Kent e ao duque de Sussex. Pelo mesmo mensageiro que partiu para Viena seguia uma carta de Vitória. Esta estava certa de que o irmão ficaria muito honrado com o pedido e daria grande atenção ao facto de ser apoiado pelo governo britânico e por ela própria, mas pede a Sussex, dada a delicadeza da matéria, que faça entender a Lavradio que não é conveniente visitá-la antes da resposta afirmativa do ir-

¹ Versão do nome em francês, usada também na corte sarda, que era francófona.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 97.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 98.

mão. Depois, afirma, quando ela chegasse adotaria um comportamento que demonstrasse o seu apoio¹. É óbvio que Vitória se apressou a escrever aos irmãos Ernesto e Leopoldo.

Ao conhecer a reviravolta do seu projeto matrimonial, em agosto, D. Maria ficou agradada e em carta a Lavradio diz-lhe: «Agradeço-lhe muito as suas duas cartas, assim como também a resolução que o conde tomou, a qual aprovo muito. Pode ser que certas pessoas não façam o mesmo». Referia-se a rainha, entre outros, à madrastra, que promovia o casamento da enteada com o seu irmão Maximiliano. Aliás, logo em abril, D. Amélia escreveu à mãe nesse sentido, comunicando-lhe que era isso que se desejava em Portugal². D. Maria prossegue na carta a Lavradio: «o que eu acho é que foi excelente que nós tivéssemos metido a duquesa de Kent e o duque de Sussex neste negócio, porque me parece sempre bom metermos nos nossos negócios algum *tory* e também me parece que é o príncipe de Saxe Coburgo o que é melhor para Portugal, não só por ser de uma família tão ilustre como ele é, mas também por ser parente do rei dos Belgas e da princesa Victoria»³.

Na Casa reinante em França, o nome foi também bem acolhido. Em carta à filha mais velha, a rainha Maria Amélia escreve: «Já tinham comunicado ao pai, de Lisboa, o projeto de casamento da pequena rainha com o filho do príncipe Fernando. O pai aprová-lo-ia muito e espero que se acerte. Parece-me que estando ligado à Inglaterra e a Léopich [rei Leopoldo, seu genro] por parentesco e à Áustria pela posição, seria uma boa escolha, que poderia ser vantajosa para Portugal»⁴.

4.2. A renitente autorização do pai

Fernando Jorge Coburgo viajava pelas suas terras da Hungria e só em setembro leu as cartas remetidas de Londres, em julho. Respondeu de imediato, dizendo-se muito lisonjeado, mas pediu tempo para discutir o assunto que tinha de ser levado ao conhecimento dos irmãos⁵ Ernesto, chefe da fa-

¹ Carta da duquesa de Kent ao duque de Sussex, de 21.7.1835, pub. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 98-99.

² MARTINS, 2001, p. 79.

³ Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP), ms. 148, doc. 15, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Sintra, 20.8.1835. Também pub. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 97-98.

⁴ Carta de Maria Amélia, rainha dos Franceses à filha Luísa, cit. por DEFRANCE, 2004, pp. 140-141, que a data de 1.7.1835, o que só pode ser lapso.

⁵ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 99-100.

mília, e Leopoldo, um chefe de facto. Estes já estavam a par da situação e, mais interessados na grandeza da sua Casa do que na felicidade do jovem em causa, exerceram forte pressão sobre o irmão para que aceitasse. Olivier De-france viu em Leopoldo aquele que conseguiu demover Fernando Jorge, mas o papel de Ernesto foi decisivo. Quanto ao jovem Fernando, ninguém o ouviu. O seu destino foi traçado pelo pai e pelos tios. À mãe, decerto, também ninguém atendeu.

Em agosto, o duque Ernesto escrevera ao irmão Fernando Jorge sobre os projetos de Vitória para o seu filho mais velho, carta que revela que já nesta altura o duque Fernando estava ao corrente do que se passava. O irmão mais velho diz-lhe que entende a sua surpresa e que precisam de falar pessoalmente, por ser matéria demasiado complicada para ser tratada por carta. Pede-lhe que se reúnam em Toplitz. Adianta logo que a questão é tão honrosa para o sobrinho e para toda a família que não pode ser ignorada, que de facto a família já foi alvo de inveja e de ressentimento, mas que quando Deus quer agraciá-lo, não pode ser estorvado. Espera, pois, e com ansiedade, a sua resposta¹. Três dias depois volta a escrever-lhe, enviando a carta por Carlowitz, seu ministro. Diz-lhe agora que já deve ter lido a sua missiva anterior e tem a certeza de que aceitará a posição brilhante e honrosa que oferecem ao seu filho, mas há que conhecer as condições que lhe serão dadas. Gostaria também de saber o que pensa o sobrinho, acrescentando que nada receia, pois apesar da sua juventude tem bom discernimento. Depois de Fernando Jorge ter tomado aquilo que ele, Ernesto, considera a boa decisão, que o informe de tudo para poder ajudar. E acalma os receios do irmão perante uma provável oposição de Metternich, até porque as condições do acordo seguirão pela embaixada da Inglaterra. Insiste num encontro. Se não em Toplitz, não poderá pelo menos deslocar-se a Praga? Ou enviar os filhos mais velhos a Toplitz, onde ele estará, assim como a czarina da Rússia²? Ou seja, o duque de Coburgo faz uma pressão cerrada para demover o irmão de todas as suas dúvidas e receios, manipulando tanto quanto pode.

A carta que Ernesto escreve a 8 de setembro revela-nos que, de facto, o duque Fernando viajara pela Hungria, respondera a Ernesto a 28 de agosto, de Ebenthal, e ainda não tinha lido a carta que Vitória lhe enviara juntamente com a de Lavradio, a quem deixara até então sem resposta. Mas agora, diz-lhe Ernesto, que já está bem inteirado do que se passa, o melhor é encontrarem-se os dois e o sobrinho para se tratar do assunto e negociá-lo como

¹ StACo, KA, 138, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Rosenau, 21.8.1835.

² StACo, KA, 151, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Coburgo, 24.8.1835.

questão que respeita à família, o que lhe poupará muitos dissabores¹. Isto é, o duque reinante em Coburgo-Gotha procurava retirar margem de manobra ao governo imperial da Áustria.

Nesse mesmo dia 8 de setembro, vimos que Fernando Jorge respondeu a Lavradio, uma resposta que o não era, como comentou Palmerston². Escreveu também ao irmão. Debatia-se entre sentimentos contraditórios, entre eles a dor de se separar para sempre do filho e herdeiro, o que nunca fizera parte dos seus planos. Ernesto respondeu-lhe de imediato, pressionando e manipulando mais do que nunca. Embora entendendo o que o irmão sente, diz, avisa-o de que se recusar irá lamentar a sua decisão, será acusado de ter despojado o filho de um futuro excelente que lhe oferecem, o que é uma felicidade rara, um sinal da Providência divina que não se pode ignorar e que se deve seguir com confiança. Que deixe Lavradio vir a Coburgo e aí negociarão, o que terá de ser feito com muito cuidado, mas que não adie mais a questão, sob pena de a ver posta de lado, pois foi com horror que soube que a carta de Lavradio esteve quase dois meses sem resposta. O duque reinante dominava-se, mas estava furioso com o irmão. Insiste numa reunião e que ele vá com os filhos e a mulher para Coburgo. Por fim, que considere ir a Bruxelas conferenciar com Leopoldo porque o assunto é muito sério³.

O convite a toda a família tinha, sem dúvida, por intuito afastá-la das intrigas políticas de Viena e do alcance de Metternich. Seria questão familiar tratada na capital do ducado independente com o chefe de família. O duque tinha razão, porque o chanceler austríaco tentaria impedir o casamento, como Lavradio testemunha: «Outra, porém, era a guerra que se me deparava na Alemanha, guerra do partido absolutista, habilmente conduzida pelo príncipe de Metternich, que, por diversos princípios, fazia a máxima oposição possível à conclusão do casamento»⁴. A situação de Fernando Jorge Coburgo era muito delicada. Criar um conflito com Metternich podia comprometer o seu futuro e o dos outros filhos e é a essa luz que se pode compreender a sua atitude.

O duque Fernando Jorge reuniu-se com o irmão mais velho em Praga, mas regressou a Viena e só em novembro partiu com a família para Coburgo.

¹ StACo, KA, 152, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Reinhardtsbrunn, 8.9.1835.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 99.

³ StACo, KA, 153, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Reinhardtsbrunn, 13.9.1835.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 103.

Ernesto, Vitória e Leopoldo não tinham cessado de o pressionar. O mesmo fizera o governo britânico. A 22 de setembro, Palmerston informa a duquesa Vitória que, caso as negociações do consórcio corresse bem, o governo britânico tomaria «a prominent part in the matter». Nesse sentido, Guilherme IV autorizara já os seus ministros a tomarem as providências necessárias para que o enlace se viesse a concretizar¹.

Mas Fernando Jorge continuava a resistir. Ainda a 31 de outubro, Ernesto dirige-lhe uma longa carta que é quase um ultimato em nome dele, de Leopoldo e de Vitória: tem de partir para Coburgo sem mais dilações porque Lavradio já está a caminho, sendo inadmissível que o não encontre à chegada. Alerta-o para o facto de ser já impossível recuar e que tanto Vitória como Leopoldo e a própria Inglaterra estavam comprometidos no assunto. Fernando Jorge Coburgo continuava muito receoso da reacção de Metternich e temia também agora um possível apoio da rainha de Inglaterra² à família Leuchtenberg, a da madrastra de D. Maria II, recorde-se. Ernesto procura tranquilizar o irmão, garantindo-lhe que a rainha de Inglaterra tem uma posição completamente neutral. Quanto a Metternich, nunca declarou os seus planos abertamente e, em todo o caso, é preferível afastar-se dele. Reitera, pois, que só vê benefícios e nenhuma desvantagem em que Fernando se afaste de Viena e avance com o casamento do filho. E refere-se já a pormenores como se fosse assunto decidido: cerimónia em Coburgo, casamento por procuração, viagem do noivo para Portugal, residência de Toni e da filha durante essa viagem. Envia-lhe ainda uma carta de Leopoldo que lhe garante que será acolhido na Inglaterra, onde se deseja que acompanhe o filho, e o mesmo acontecerá em Portugal, e dá-lhe conta da opinião de Vitória, segundo a qual a resolução do assunto não pode ser adiada para a primavera seguinte, como Fernando Jorge pretendia, sob pena de não ser concluído³.

Também Alberto, com apenas 16 anos, mas já muito senhor de si, escrevia ao primo: felicitava-o, informava-o de que tudo se preparava para receber a delegação portuguesa, comentava o turbilhão de sentimentos que Fernando deveria estar a experimentar, entre a alegria esfuziante e a angústia, pois não seria fácil tornar-se marido tão cedo e menos ainda separar-se dos pais e irmãos; por fim, dizia-lhe que o aguardava impaciente e que conversariam so-

¹ BNP, Coleções em Organização, cx. 28A, maço IV, carta de Vitória de Saxe-Coburgo Safeld, duquesa de Kent, a lorde Palmerston, Broadlands, 22.9.1835 (cópia autenticada). Agradeço ao Professor Paulo Drumond Braga a informação da existência deste fundo em organização.

² A rainha Adelaide era alemã, da família de Saxe-Meiningen.

³ StACo, KA, 156, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Coburgo, 31.10.1835.

bre o seu futuro¹. Alberto já então oferecia conselhos a Fernando, o que talvez irritasse o primo mais velho, como aconteceria mais tarde.

Não menos ansiosa pelo sucesso das negociações estava a jovem rainha de Portugal, que comunica a Lavradio que se ajustar esse casamento será «o maior milagre que o conde pode fazer». E pede que lhe envie um retrato do príncipe, «ainda que seja daqueles pretos como se fazem em Inglaterra»². De imediato começa a preparar o paço para receber o novo marido³, o que irá provocar um conflito com a madrasta, que teve de se instalar noutra palácio, significando, portanto, a sua perda de influência e afastamento definitivo do centro da corte. Realizado que foi o casamento, D. Maria voltará a afirmar que o considera um verdadeiro milagre, sobretudo devido aos esforços que se fizeram para que se realizasse com o irmão da duquesa de Bragança, o príncipe Max, «que tem cara de batata frita»⁴.

4.3. Díficeis negociações

Num bom resumo da questão, o marquês de Fronteira escreve: «A proposta do conde do Lavradio foi aceite pela rainha e seus ministros e os esponsais e escrituras matrimoniais fizeram-se na corte de Gotha. As escrituras foram idênticas às do príncipe Augusto; o príncipe Fernando, futuro marido da rainha, desistiu da grande fortuna a que tinha direito por morte de sua mãe e os seus parentes exigiram do governo de Portugal que ele estivesse na mesma posição do príncipe Augusto, inclusivamente comandante em chefe do exército, o que provocou uma grave questão na imprensa e no Parlamento»⁵. Mas este acordo matrimonial exigiu ao conde do Lavradio muito trabalho, engenho e paciência.

O príncipe Fernando Augusto, os pais e os irmãos partiram finalmente para Coburgo, em novembro de 1835, onde as negociações decorreram entre os representantes das duas famílias reinantes, o ministro Carlowitz, pelo lado de Coburgo, e Lavradio pelo português. O barão de Stockmar, que já era e será uma presença constante e fiel dos Coburgos (Leopoldo, duquesa de

¹ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta de Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha ao primo Fernando, Coburgo, 30.10.1835.

² BNP, ms. 148, doc. 18, carta de D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 2.10.1835.

³ Cf. BNP, ms. 148, doc. 19, carta de D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 15.10.1835.

⁴ BNP, ms. 148, doc. 41, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 6.2.1836.

⁵ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 165.

Kent e mais tarde Alberto), foi enviado pelo rei dos Belgas como conselheiro do duque Fernando Jorge, assumindo a qualidade de plenipotenciário deste último. As negociações revelaram-se difíceis e penosas por um conjunto de razões que, melhor do que ninguém, Lavradio explica: «Em todas as discussões encontrei grandes dificuldades, em consequência do nenhum ou quase nenhum conhecimento que o duque Fernando e as outras pessoas, com quem eu era obrigado a tratar, tinham da história e legislação portuguesa e, em geral, da essência e formas dos governos constitucionais»¹. Por isso, como veremos, o rei Leopoldo tinha toda a razão quando fez o sobrinho passar uma temporada em Bruxelas, onde lhe ensinaram o que era reinar em regime constitucional.

Como ponto de partida das negociações, foi apresentado o contrato do primeiro casamento da rainha, assinado precisamente um ano antes. Mas os duques de Coburgo não estavam dispostos a aceitar as mesmas condições. Daremos aqui a palavra ao negociador português, testemunho precioso do que se passou:

«Na segunda conferência [...] Carlowitz apresentou-me uma pretensão que muito me embaraçou. Depois de me haver observado que o príncipe Fernando deveria renunciar à dignidade de magnate da Hungria acrescentou que esta renúncia fazia perder ao príncipe uma renda de 400 000 florins anuais e que, portanto, para compensar este sacrifício, seria necessário que a dotação do príncipe fosse elevada a uma soma superior à de 50 000 000 [réis] (pouco mais ou menos 150 000 florins) que eu havia proposto. Depois de várias explicações que me foram necessárias dar a Carlowitz, concluí observando-lhe: 1.º que, nas circunstâncias atuais da Nação Portuguesa, me parecia que não seria possível conceder ao príncipe maior dotação do que aquela que eu havia oferecido; 2.º que, ainda quando fosse possível conceder ao príncipe maior dotação, me parecia inconveniente, nas atuais circunstâncias, pedi-la às cortes, pois este aumento, visto um precedente muito próximo, daria lugar a discussões que não só embaraçariam o governo, mas poderiam ser indecorosas para o príncipe.

Carlowitz [...] replicou-me, observando-me que a situação do primeiro marido da rainha era muito diferente da do príncipe Fernando, pois que o primeiro podia conservar os seus bens, e o segundo não, visto a natureza deles, que o obrigavam a deveres políticos que ele não podia cumprir sem ofender a majestade do trono português.

Como esta observação me pareceu atendível, propus, como meio de conciliação, que se ajuntasse à convenção um artigo pelo qual Sua Majestade se obrigasse, dados certos casos, que seriam marcados, a mandar pedir pelos ministros, às cortes, um aumento da dotação do príncipe. Esta lembrança excedia as minhas instruções, porém não comprometia o governo, e eu temia que

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 103.

o duque Fernando fizesse ainda mais exigências, não só pelo muito que zelava os interesses do filho, mas até como meio de demorar a conclusão da aliança, o que ele muito desejava»¹.

O motivo da renúncia do príncipe Fernando Augusto à herança da mãe está esclarecido por Carlowitz, se dúvidas houvesse. É óbvio que, como marido da rainha de Portugal, nunca poderia ser súbdito do rei da Hungria (o imperador da Áustria), o que seria se mantivesse a sua qualidade de membro da Câmara dos Magnatas. Tal posição era impensável, tanto para Portugal, como para a rainha, como para o noivo e a sua família. A renúncia de Fernando Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha à herança materna nada tem que ver com exigências portuguesas impostas à sua família², que não estava menos interessada em garantir a dignidade do futuro rei. Também não foi provocada por supostas leis húngaras que o inabilitavam³ e ainda menos por outras supostas leis portuguesas que impediam os consortes de herdar bens no estrangeiro⁴.

As manobras de dilação do duque Fernando Jorge podem ser explicadas por várias razões: atuava como se não desejasse o casamento para se proteger em Viena, ou, sem forças para se opor aos irmãos, minava as negociações porque a sua verdadeira vontade era que fracassassem. Pode ainda entender-se o seu comportamento (e aqui a explicação remete para um cenário antagónico) se pensarmos que quanto mais demorassem os ajustes, mais embaraçosa ficava a situação da rainha de Portugal, obrigando-a a ceder às suas exigências.

Para ressarcir o príncipe Fernando da renúncia à herança⁵, os Coburgos propuseram a adição de um artigo que elevava a dotação para o dobro, de 50 contos anuais para 100. Lavradio aceitou, com a condição de que o governo o poderia conservar secreto até ser levado à aprovação das Cortes. O que a família do príncipe afirmava em relação à sua perda efetiva de rendimentos correspondia à verdade, como Lavradio sabia e explica: «a fortuna de Sua Alteza real, o príncipe Fernando Augusto, era uma das mais consideráveis da Europa e suscetível, pela natureza e situação dos bens, de um considerável aumento; [...] Pelas indagações que fiz, posso afirmar que o rendimento que

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 104-105.

² Como pensa EHRHARDT, 1988, p. 9.

³ Como concluiu BONIFÁCIO, 2005, p. 68.

⁴ Como afirma DEFRANCE, 2004, p. 142.

⁵ Certificado do instrumento de renúncia de Fernando a todos os direitos de fideicomisso e bens a que teria direito na Áustria e na Hungria, em favor dos irmãos em StACo, LA, 159.

o príncipe sacrificou é muito superior a 100 000 000 réis anuais. Não obstante o conhecimento desta verdade, fiz todos os esforços possíveis para evitar a promessa do aumento de dotação, mas a única coisa que consegui (e não sem grande trabalho) foi que o artigo pudesse ficar por ora secreto»¹. Acrescenta Lavradio que não fosse a falta de príncipes que havia, não teria agido assim, mas como era o caso e para não provocar mais delongas, tomou essa responsabilidade.

Outra exigência lhe foi feita: «Logo na terceira conferência [...] o Barão de Carlowitz me disse que o duque Fernando o encarregara de me propor duas coisas: a primeira referente à dotação e a segunda: “que o governo de Sua Majestade pedisse ao governo inglês uma solene declaração, na qual o governo britânico se obrigasse a sustentar, em todos os casos, o governo de Sua Majestade, a rainha, e a sucessão proveniente do consórcio de Sua Majestade com o príncipe Fernando”»². Como é evidente, Lavradio respondeu que pelos tratados existentes entre Portugal e Inglaterra era desnecessária tal declaração e que a exigência ofendia a dignidade da rainha e a independência e lealdade da nação. Mas em janeiro seguinte, tanto Leopoldo como Vitória pedirão isso mesmo ao governo britânico.

Contudo, as pretensões do duque Fernando Jorge não cessavam: «Na conferência seguinte apresentou-me Carlowitz, segundo novas instruções que havia recebido do duque Fernando, um contraprojeto da convenção, no qual, além dos seis artigos que eu lhe havia comunicado, literalmente traduzidos dos da convenção celebrada em Munique aos 8 de novembro de 1834, se achavam os seguintes: 1.º relativo ao aumento de dotação, que já atrás referi; 2.º que Sua Majestade se obrigava a dar a Sua Alteza, durante a sua vida, o comando em chefe do exército português; 3.º que Sua Majestade se obrigava a mandar propor às cortes, com a maior brevidade possível, um projeto de lei muito claro sobre tutela e regência, nos casos de menoridade ou impedimento do rei ou rainha; 4.º que o príncipe tomará o título de rei, logo que do seu consórcio com Sua Majestade nascer um filho ou filha; 5.º que o príncipe, ainda antes de ter o título de rei, será em Portugal a primeira pessoa depois da Rainha; 6.º que o príncipe conservará nos seus títulos o de duque de Saxe-Coburgo-Gotha. Seguiram-se outros artigos ridículos, aos quais não dei atenção, até porque estava justamente indignado com as pretensões que acabavam de me ser apresentadas»³.

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 106.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 106-107.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 107-108.

Cansado de tudo aquilo, o diplomata português impôs um ultimato: «1.º que a convenção contivesse somente os seis artigos que eu primeiro havia proposto; 2.º que os artigos 2.º e 3.º os rejeitava, porque atacavam as prerrogativas da Coroa e a independência da Nação, em cujos negócios internos o governo português nunca consentiria que estrangeiros tivessem a mais pequena ingerência direta ou mesmo indireta. A respeito dos artigos 4.º e 5.º só tinha a observar que eram inteiramente inúteis, visto serem disposições das leis fundamentais da Monarquia Portuguesa, muito expressamente conservadas na Carta Constitucional. Ao artigo 6.º e aos que se lhe seguiam não fiz refutação, por versarem sobre matéria de pouca importância. Terminei, porém, como prova do meu desejo de conciliação, assegurando aos dois plenipotenciários que estava pronto a declarar, por escrito, que sabia que Sua Majestade estava resolvida a nomear o príncipe marechal e comandante em chefe do exército». Responderam-lhe que entendiam os seus motivos mas «que teriam grandes dificuldades para convencer o duque Fernando»¹.

Como Carlowitz e Stockmar já nada podiam fazer, dois dias depois Lavradio foi convidado pelo duque reinante a reunir-se com ele e o irmão. «Além do aumento da dotação, insistiram principalmente os dois príncipes nas duas seguintes pretensões: 1.º necessidade de assegurar ao príncipe o comando do exército, posto que o príncipe esteja por ora decidido a não o tomar de facto; 2.º promessa de uma lei que assegure ao príncipe, no caso de menoridade, não só a tutela do rei, mas também a regência durante a menoridade»².

Esta lei só seria aprovada em 1846 e veio, de facto, a ser aplicada quando D. Maria II faleceu, em 1853. O contrato consignou ainda, como era prática nas convenções matrimoniais das rainhas consortes e como se determinara para o príncipe Augusto, que a sua dotação era exclusivamente para as suas despesas pessoais, que teria sempre a livre disposição dos seus bens, que por morte do cônjuge soberano o viúvo teria direito à dotação e a um palácio para sua residência e, no caso de desejar sair de Portugal, a metade da dotação. Não ficou estabelecido o que sucederia se o viúvo viesse a contrair segundas núpcias, o que será mais tarde motivo de polémica.

A convenção matrimonial foi finalmente assinada a 6 de dezembro de 1835 com data de 1 por ter sido aprovada nesse dia. Manteve-se secreto o ar-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 108.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 109.

tigo relativo à duplicação da dotação, que seria concedida «1.º, quando Sua Alteza Sereníssima tomar o título de Rei; ou 2.º, se Sua Alteza Sereníssima for obrigado a ter uma casa e estado separados dos de Sua Majestade Fidelíssima». O noivo, cuja maioridade foi então declarada¹, nunca participou nas negociações. A 16 de dezembro o Conselho de Estado português aprovou o contrato. Ao conhecer-se a decisão em Portugal, e como resumiu o marquês de Fronteira, sempre cioso dos pergaminhos, «não nos lisonjeou muito a aliança, pelo lado dos Koháry, porque eram simples aristocratas, não tendo sido nunca príncipes soberanos, e a avó do nosso futuro rei era camareira-mor da imperatriz de Áustria, como rainha da Hungria, mas, desta vez, não se fez questão política do casamento da rainha»².

Em carta ao duque Ernesto I, D. Maria II agradece-lhe o bom acolhimento feito ao conde do Lavradio em Coburgo e garante-lhe que o seu ministro em Bruxelas irá cultivar as relações agora estabelecidas entre as cortes de Lisboa e de Coburgo³. Na verdade, sentia-se muito irritada com as exigências dos duques, sobretudo de Fernando. Com a sua habitual fraseologia viva e desempoeirada, lançava farpas ao futuro sogro nas cartas que escrevia a Lavradio: «o Pai Gotha gosta bem de dinheiro e parece-me que o dinheiro que o príncipe poderá perder não lhe fará grande falta»; deseja muito a chegada do noivo, esperando que se mexa mais depressa do que o pai⁴; deste tem «muito dó», pois lhe parece «coitadinho falho de percepção» e por isso o melhor será enviar «muitas cartas constitucionais para Coburgo por aí se não estar muito adiantado»⁵. A 31 de dezembro, a rainha assina o diploma que nomeia o noivo coronel honorário de Caçadores 5 e marechal-general do exército. «Quanto a comandante em chefe, decidiu-se dar-se-lhe a patente no dia em que ele chegasse a Lisboa; por isso, se a quiser ter depressa, é vir muitíssimo depressa porque senão, não a tem», afirma a rainhazinha, petulante e divertida⁶.

Enquanto decorriam todas estas trabalhosas negociações, o principal interessado, na verdade um mero rapaz mal saído da adolescência, entretinha-

¹ TSG, Staatsministerium Abt. Coburg, n.º 280.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 164.

³ STaCo, LA, 6130, carta da rainha D. Maria II ao duque Ernesto II de Coburgo, de 12.12.1835.

⁴ BNP, ms. 148, doc. 30, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 20.12.1835.

⁵ BNP, ms. 148, doc. 31, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 22.12.1835.

⁶ BNP, ms. 148, doc. 33, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 31.12.1835, também pub. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 113.

-se a conquistar uma beldade coburguesa. Pelo menos, disso o acusará Alberto junto da prima Vitória¹. A avó começara a chorá-lo e envia-lhe dinheiro para que se faça retratar o mais fielmente possível quando chegar a Bruxelas, pois precisa absolutamente dessa imagem junto dela².

Deve datar desta altura uma carta de Fernando a D. Maria, em que começa por agradecer uma outra enviada por ela e, depois de algum floreado, quer para com a noiva, quer em relação ao país que o espera, o príncipe declara a total devoção com que pretende exercer as funções de comandante em chefe do exército português «com grande zelo e uma vontade muito determinada de adquirir os conhecimentos que ainda me faltam»³. A carta, como só podia ser, estava redigida em francês, por enquanto a única língua em que conseguiam comunicar. E o noivo devia sentir-se muito pouco entusiasmado, atendendo à conquista que fizera em Coburgo e por lhe ter desagradado o retrato que recebera de D. Maria⁴.

¹ Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, 5.11.1839.

² ANTT, ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta da avó materna a Fernando, Viena, 26.1.1836.

³ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de Fernando a D. Maria II, s.l., s.d., mas anterior ao casamento. O príncipe assina ainda «Ferdinand» e não «Fernando».

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 28.7.1838.

Capítulo 5

Casamento e viagem para Portugal

5.1. Cerimónias e início da viagem

A 1 de janeiro de 1836, na Sé de Lisboa, realizou-se o casamento da rainha de Portugal D. Maria II. Era um matrimónio por procuração, com Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, representado pelo duque da Terceira.

O príncipe Fernando Augusto tornou-se, pois, português a 1 de janeiro, pelo seu casamento celebrado em Lisboa. Ao contrário do que afirma Fátima Bonifácio¹, não houve, como não podia haver, nenhum casamento em Gotha. O noivo fora representado em Lisboa e estava casado. O que se fez em Gotha, em finais do mês, foi uma cerimónia sumptuosa pela qual o duque reinante proclamou o novo estado conjugal, a nova nacionalidade, o novo nome em português e sobretudo a elevação do sobrinho à condição de príncipe real de Portugal — ritual de passagem que a Casa de Coburgo celebrou com fausto, precisamente porque não pudera realizar um casamento que exibisse a nova grandeza de um dos seus². Mas, ao ler a descrição das festividades, a rainha de Portugal, sempre sem papas na língua, considera que devem ter sido «das mais secantes principalmente para as pessoas de todo meridionais como nós»³.

O príncipe Fernando Augusto, agora Alteza Real, atributo superior ao do tio, que era Alteza Sereníssima, deixa de ser húngaro e Ferdinand, passando a usar, precedida de «dom», a versão portuguesa do seu nome, tal como sucedia com todas as rainhas consortes.

¹ BONIFÁCIO, 2005, p. 69.

² Ver descrição pormenorizada em *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 114-118.

³ BNP, ms. 148, doc. 44, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 5.3.1836.

A corte de Coburgo-Gotha recebeu as congratulações oficiais dos monarcas europeus¹ e «terminadas todas as festas e preparativos da viagem, partiu o príncipe, com o título de conde de Ourém, em direção a Bruxelas»². Ao chegar aí, D. Fernando escreveu à esposa. Informa-a do seu paradeiro e do percurso que irá fazer e declara, como se impunha, que os tios lhe fazem rasgados elogios do caráter da rainha e que ele espera com impaciência o encontro dos dois³. É pouco crível esta impaciência de D. Fernando em assumir uma posição que o assustaria, mas a de D. Maria era genuína e a sua irritação crescia, concentrando-a no sogro. Em fevereiro comunica a Lavradio que procure evitar a vinda do «Pai Fernando (quer dizer o pai do príncipe Fernando, é como nós cá o chamamos)», pois «não há quarto por agora para ele», o que era fraco pretexto. Quanto ao «Mano Augusto», poderá vir porque o quarto do defunto príncipe Augusto já se encontra preparado para o receber⁴. Nos dias seguintes continua a queixar-se: nunca viu pessoa «mais vagarosa» do que o duque Fernando⁵; «o que não posso de todo aturar são as lenturas(?) dos meus novos parentes, espero que sejam só os velhos e que os moços não partilhem destes sentimentos lentos»; o conde que «esperte o príncipe Fernando» para o pôr a caminho⁶.

Mas a rainha não era uma criança sem noções das dificuldades práticas da vida. Sossega o conde do Lavradio, dizendo-lhe que tem em Londres um crédito de 70 mil réis para acudir às despesas da viagem de D. Fernando, perguntando-lhe se o montante é suficiente⁷. Entretanto, prepara o paço o melhor que pode para receber o marido, sentindo-se satisfeita com os resultados. Sempre mordaz em relação à madrasta, conta a Lavradio, muito divertida, que ao mostrar-lhe os quartos destinados ao casal, ela e a sua dama

¹ TSG, Staatsministerium Abt. Coburg, n.º 283.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 119. Ainda antes de se iniciarem as negociações, a rainha propusera que o noivo viajasse «debaixo do nome de duque do Porto», mas assim não sucedeu (cf. BNP, ms. 148, doc. 17, carta de D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 25.9.1835).

³ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria II, Bruxelas, 16.2.1836.

⁴ BNP, ms. 148, doc. 41, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 6.2.1836.

⁵ BNP, ms. 148, doc. 45, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 18.2.1836.

⁶ BNP, ms. 148, doc. 45, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, s.l., 20.2.1836.

⁷ BNP, ms. 148, doc. 45, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 18.2.1836.

ficaram estupefactas com o requinte. E tal foi o espanto que temeu que «ficassem com a boca aberta *per omnia secula seculorum*»¹.

5.2. Constituição do seu séquito

Dietz acompanhou D. Fernando desde a primeira hora, mas a família Coburgo, que preparou cuidadosamente o séquito do novo príncipe de Portugal, continuou a constituir-lo após a sua partida de Gotha. Durante a viagem, que demorou três meses, os servidores foram chegando.

A 4 de fevereiro, dia em que D. Fernando partiu de Coburgo, o berlinense Dr. Koth recomenda o colega Kessler para médico pessoal do príncipe, em carta dirigida a Ernesto I². O pai de D. Fernando fora a Viena, a acompanhar a mulher e os filhos mais novos. Para aí lhe remete o irmão Ernesto a proposta de nomeação de Kessler. Continuando a dirigir os acontecimentos, Ernesto propõe-se mandá-lo vir a Gotha para o avaliar e contratar de imediato se lhe parecer a pessoa conveniente³, o que de facto sucedeu. Nas palavras do duque Ernesto, que o descreve ao irmão, Kessler era um homem com trinta e poucos anos que lhe parecia inteligente e modesto, mas com vontade de entrar no «grande mundo». Fora considerado capaz depois de severamente interrogado durante horas por Stockmar⁴. Kessler partiu de Gotha nos primeiros dias de março, reunindo-se a D. Fernando quando este se encontrava em Inglaterra⁵.

Além do médico, Ernesto desejava que o sobrinho fosse acompanhado por um assessor militar e tinha já um nome: o general prussiano Guilherme Scharnhorst, que aceitara o posto. Mas a nomeação foi proibida pelo rei da Prússia⁶. A 24 de março o duque Ernesto continuava a procurar-lhe um assessor militar de confiança⁷. Colocara-se também a questão de enviar um confessor e havia uma proposta do arcebispo de Bamberg. Ernesto procurava ainda um bom criado para o sobrinho⁸.

Entretanto, chega de Viena a hipótese de enviar Alexandre Mensdorff para Portugal, acompanhando o primo, e o pai de D. Fernando quer saber a opinião do irmão. Ernesto considera ser uma ótima ideia, até porque é o

¹ BNP, ms. 148, doc. 41, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 6.2.1836.

² Cf. StACo, KA, 284, carta do Dr. Koth ao duque Fernando, Berlim, 4.2.1836.

³ StACo, KA, 159, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 7.2.1836.

⁴ StACo, KA, 160, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 16.2.1836.

⁵ StACo, KA, 162, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 5.3.1836.

⁶ TSG, Staatsministerium Abt. Coburg n.º 281.

⁷ StACo, KA, 163, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Coburgo, 24.3.1836.

⁸ StACo, KA, 161, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 16.2.1836.

próprio D. Fernando que o deseja¹. Mensdorff não acompanhou o príncipe, mas dez anos mais tarde será enviado pela família, num período de grande perturbação política, o que desagradou a D. Maria e a D. Fernando, como veremos.

Em Portugal, já em fins de janeiro se haviam nomeado os oficiais às ordens de D. Fernando: João Ferreira Sarmento, depois barão e visconde de Sarmento, Caetano José Vaz Parreira, Carlos Caula, Francisco de Melo Breyner, António de Melo Breyner, Luís de Melo Breyner e D. Manuel de Sousa Coutinho. Segundo o marquês de Fronteira, que fora convidado mas não pudera aceitar, «os antigos ajudantes de campo do Sr. D. Pedro e do Sr. D. Augusto não convinham à situação, porque eram todos do partido *chamorro* [companheiros de luta de D. Pedro] e não convinham às pessoas que rodeavam a rainha e tinham influência no seu ânimo»². Um mês depois foi também escolhido Saint-Léger, marquês de Bemposta³.

5.3. Viajando para Portugal com curso na arte de reinar um país constitucional

D. Fernando dirigiu-se a Bruxelas, como se disse, onde chegou no dia 10 de fevereiro à noite⁴. Aí permaneceu quase um mês. O tio Leopoldo sabia que era necessário ensiná-lo a ser rei de um país constitucional, pois nem o pai, o tio Ernesto ou os regimes de Viena e de Coburgo podiam ser exemplo. E assim, o príncipe foi submetido a um verdadeiro curso intensivo, instruído pessoalmente por Leopoldo e por Stockmar. Depois da partida do sobrinho, o rei dos Belgas procurou acalmar D. Maria e persuadi-la de que a demora fora indispensável para a formação do marido e para benefício dos dois, assim como se revestiam de grande importância política as visitas do príncipe a Paris, Londres e Windsor⁵. E tinha razão.

Em Bruxelas, Fernando ficou inteirado do regime político, administração, condições financeiras, intrigas políticas, etc. que o aguardavam. Ao sair da capital da Bélgica trazia consigo, redigido pelo próprio tio, um longo memorando. Leopoldo começa por se referir à composição do Conselho de Estado e ao tipo de pessoas que devem ocupar o lugar. Segue-se a descrição bastante exaustiva do governo inglês, prosseguindo com a dos sistemas político-

¹ StACo, KA, 160, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 16.2.1836.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 169.

³ COELHO, 1878, p. 31.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 14.2.1836.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7321, cp. 141, carta do rei Leopoldo I a D. Maria II, Bruxelas, 21.3.1836.

-administrativos de vários estados europeus, entre os quais se encontram o francês e, um pouco mais sucintamente, o belga. Depois da caracterização do sistema político português como próximo do britânico, o documento refere-se ao posicionamento de D. Fernando em todo este contexto.

«Sem saber exatamente qual é o método adotado para tratar os assuntos de Estado com a soberana, parece-me que todos aqueles que têm alguma importância só deveriam ser discutidos no Conselho, reunido sob a presidência da rainha. Por tudo o que ouvi, é intenção da rainha que assista desde o início a todos os conselhos. O seu papel deve ser durante algum tempo, antes de emitir a sua opinião pessoal, estudar os assuntos e, quando tiver aprendido o suficiente para os conhecer, assim como para julgar os homens com quem terá de lidar, então, judiciosamente, depois de ter maduramente ponderado e pesado a importância das questões, esclarecerá a sua própria opinião».

O restante conteúdo do documento prende-se com a exposição pormenorizada da orgânica dos ministérios do Reino, das Finanças e da Justiça, complementada por alguns conselhos de carácter político. Sugere, por exemplo, que as obras públicas podem constituir «um grande meio de desenvolvimento para a prosperidade interna» e que se deve dar especial importância ao imposto da décima¹.

O rei Leopoldo ficou muito satisfeito consigo. Em carta à sobrinha Vitória, diz-lhe: «A estada de Fernando aqui fez-lhe muito bem e não se pode negar que é agora outra pessoa. Tive algumas dificuldades, mas escrevi-lhe tudo o que precisa de saber sobre a organização ou a governação em geral e do que será necessário *in specie* para progredir com sucesso no governo em Portugal»². Ao ler a cópia que o tio lhe enviara, a jovem princesa sentiu-se muito orgulhosa e não duvidou da sua eficácia: «O querido tio estudou a Constituição portuguesa, o governo, o povo, o país, etc., etc., tão exaustivamente desde que se previu o casamento de Fernando com a rainha de Portugal, que está familiarizado com tudo, como se fosse do país [...] e de certeza que não desperdiçou o seu tempo fazendo isso, porque Fernando, não só é muito bom, mas inteligente e, portanto, com os conselhos do tio ele vai conseguir, tenho a certeza». «Na verdade, Fernando irá governar, embora tudo seja feito em nome de Dona Maria»³. Além de um rei constitucional não governar, era não conhecer a personalidade da rainhazinha de Portugal.

¹ Este relatório, sem identificação da autoria, encontra-se na Biblioteca da Ajuda (doravante BA) 54-XI-5 (7).

² Carta do rei Leopoldo I à princesa Vitória, 4.3.1836 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 57.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 10.4.1836.

D. Fernando foi também, sem dúvida alguma, instruído sobre a forma como deveria defender a sua posição, influenciar a esposa e agir no interesse simultâneo do seu novo país e da família Coburgo. Leopoldo tinha veleidades de controlar a Coroa portuguesa por intermédio do sobrinho, planeando o mesmo com Vitória, para a Grã-Bretanha.

Leopoldo I já se imiscuíra em questões do governo português, enviando Sylvain Van de Weyer, então representante da Bélgica em Londres, conferenciar com Palmerston. Receava o regresso de D. Miguel e queria garantias de socorro por parte do governo inglês. É óbvio que recebeu uma recusa, pois a ajuda estava já garantida por tratados existentes e não se entendia por que razão era o pedido formulado pelo ministro belga e não pelo governo português¹. A irmã Vitória atuou no mesmo sentido, pressionando Melbourne e Palmerston para que tivessem em atenção as medidas sugeridas pelo irmão rei dos Belgas, no sentido de proteger o sobrinho de ambos. Resumidamente, alega que o consórcio é favorável aos interesses britânicos, permitindo estreitar as relações com Portugal devido ao parentesco próximo de D. Fernando com a futura rainha Vitória². Numa segunda carta a Palmerston, pressionada pelo irmão Fernando, vai mais longe: a situação em Portugal tem vindo a deteriorar-se e a Coroa portuguesa debate-se com maiores dificuldades. Assim, afirma, se no início das negociações a família Coburgo considerava importante o apoio inglês, este tornou-se agora indispensável. Na realidade, lembra a duquesa, foi a Inglaterra que procurou Portugal nesta questão, pelo que o governo português pode justamente exigir que a Inglaterra garanta as condições de segurança necessárias para o bem-estar de D. Fernando, já que a Casa de Saxe-Coburgo não está em condições de o fazer. E termina, enfática: «Quero dar a este assunto o peso da minha posição e meus sentimentos pessoais»³.

Meses depois, Leopoldo tentou também negociar um empréstimo a favor de Portugal, junto de Rothschild, que fracassou⁴. Van de Weyer, que fora membro ativo no processo da independência da Bélgica e integrara o seu primeiro governo provisório, será nomeado enviado extraordinário do rei Leo-

¹ DEFANCE, 2004, p. 142, com base em cartas de Sylvain Van de Weyer a Leopoldo I, rei dos Belgas, de 15.1.1836 e 22.1.1836.

² BNP, Coleções em Organização, cx. 28A, maço IV, cartas de Vitória, duquesa de Kent, a lorde Melbourne, Ramsgate, 8.1.1836 e a lorde Palmerston, Ramsgate, 8.1.1836 (cópias autenticadas).

³ BNP, Coleções em Organização, cx. 28A, maço IV, carta de Vitória, duquesa de Kent, a lorde Palmerston, Ramsgate, 9.1.1836 (cópia autenticada).

⁴ DEFANCE, 2004, p. 142, com base em carta de Sylvain Van de Weyer a Leopoldo I, rei dos Belgas, de 22.3.1836.

polo em Lisboa, acompanhando oficialmente D. Fernando. Em carta dirigida a D. Maria, após a partida do sobrinho, Leopoldo I põe à disposição da rainha de Portugal toda a sua experiência política, visto que ao governo português se apresenta uma tarefa muito difícil, sobretudo devido à infeliz complicação espanhola. O monarca belga aconselha a necessidade imperativa de Portugal ter um ministério competente que possua não só a confiança dos portugueses, mas também dos diversos soberanos europeus e sublinha a importância que se deve dar às finanças públicas e à fidelidade do exército e da estrutura administrativa. Por último, Leopoldo elogia o seu representante em Lisboa, pedindo que a rainha o tenha em especial proteção¹. Como Olivier Defrance conclui, «Leopold deseja que Van de Weyer seja não apenas o conselheiro dos soberanos portugueses, mas também uma ligação entre ele e Portugal»².

Logo durante a permanência em Bruxelas, D. Fernando recebe a sua primeira grande contrariedade política. A 17 de fevereiro um deputado português propôs a extinção do cargo de comando em chefe do exército, pelo qual a família Coburgo tanto se havia batido³. «Não posso explicar a péssima impressão produzida pela indicação feita pelo deputado Barjona; todas as pessoas com quem falei sobre aquela indicação me disseram que a julgavam sumamente injuriosa para o príncipe», testemunha o conde do Lavradio, prosseguindo:

«O rei dos Belgas, apenas teve conhecimento do modo por que a indicação havia sido combatida na sessão secreta da câmara dos deputados, mandou-me logo chamar e [...] disse-me que estava sumamente ofendido, não tanto da indicação de um obscuro e talvez louco deputado, como da tibieza com que ela havia sido combatida pelos ministros.

Considerou el-rei de tanta gravidade esta circunstância, que hesitou se devia demorar a partida do príncipe para Lisboa, mas depois de algumas reflexões, ficou decidido que não haveria alteração na viagem; recomendou-me, porém, o rei que escrevesse imediatamente a Sua Majestade, pedindo-lhe que por modo algum consentisse em qualquer proposta da câmara dos deputados, que, direta ou indiretamente, privasse a rainha das atribuições que lhe concede a Carta Constitucional. Terminou o rei dizendo-me que não só não aconselharia ao príncipe, seu sobrinho, que de *motu proprio* cedesse do comando em chefe do exército, mas que, pelo contrário, lhe aconselharia que

¹ ANTT, ACR, cx. 7321, cp. 141, carta do rei Leopoldo I a D. Maria II, 21.3.1836.

² DEFANCE, 2004, p. 145.

³ Já quando o primeiro marido de D. Maria fora nomeado para esse cargo, só em março de 1835, se levantara acesa polémica parlamentar. A sua morte, dias depois, encerrou a questão.

insistisse pelo cumprimento da soberana promessa que lhe foi feita e sem a qual se não teria concluído a aliança da rainha com o príncipe»¹.

Este, que demonstrará sempre um carácter conciliador, e até pusilânime, reagiu com veemência, «ainda mais ofendido do que o rei» Leopoldo, declarando que «se os Portugueses julgavam que ele seria capaz de trair os interesses da nação e de abusar da confiança da rainha, melhor seria que se tivessem oposto ao seu casamento; mas que, uma vez que o não haviam feito, podiam estar certos de que ele jamais cederia de *motu proprio* o comando do exército, emprego que lhe impunha o sagrado dever de defender a rainha e a sua nova pátria». Quando recordou estas palavras, Lavradio já conhecia a personalidade de D. Fernando e, *a posteriori*, estranhou a reação, sentindo-se obrigado a declarar: «Posto que o príncipe seja dotado de um carácter extremamente amável e brando, disse o que acabo de escrever»². Fora, sem dúvida, instigado pelo pai e pelo tio, que também terão inspirado o tom da carta que escreveu à rainha: «suplico-lhe que não os deixe concretizar o projeto deles, que é o de arrancar o comando do exército das mãos do soberano». Alegando estar a ser alvo de exigências injustas, D. Fernando afirma que o assunto o preocupa particularmente, pois trata-se de uma questão de honra pessoal e familiar, pois «poder-se-ia duvidar da lealdade das intenções de um príncipe da Saxónia?», pergunta com arrogante indignação³.

Com o pai e o irmão Augusto, D. Fernando partiu para Paris a 9 de março, onde permaneceu três dias. «Foi recebido por Suas Majestades e Altezas Reais, não somente com todas as honras devidas à sua situação, mas também com a maior cordialidade. [...] Sua Alteza Real mostrou sempre uma *assurance* que a todos admirou e agradou»⁴.

De Calais escreveu ao tio Ernesto, que já se mostrara ofendido pelo seu silêncio, depois de tudo o que tinha feito por ele⁵. Agora o sobrinho agradece-lhe e informa-o de que está retido por uma tempestade que impede a travessia do canal, que foi muito bem recebido pelos Orleães, particularmente pela rainha Maria Amélia, e que Hogguer chegara, trazendo com ele o criado que o tio mandara e lhe seria de grande utilidade⁶. No dia seguinte, no que foi a sua primeira viagem de mar, consegue embarcar para Inglaterra, onde

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 119.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 120.

³ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria II, Bruxelas, 7.3.1836.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 121.

⁵ StACO, KA, 162, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Gotha, 5.3.1836.

⁶ StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto I, Calais, 15.3.1836.

foi recebido pelo rei Guilherme IV e a rainha Adelaide em Windsor e, em Londres, no palácio de Kensington, pela família que não conhecia e tanto se interessava por ele: a tia Vitória de Kent e a prima Vitória, herdeira do trono. Acompanhavam-no o pai, o irmão e o primo Carlos Leiningen, meio-irmão da princesa Vitória.

5.4. Os dias em Londres e o encantamento de Vitória

Foram dias inesquecíveis para a princesa, como já foi dito, com o palácio de Kensington animado pela boa disposição dos primos. No próprio dia da chegada, 17 de março, depois de um breve descanso em Kensington, os príncipes Fernando de Portugal e Vitória de Inglaterra, acompanhados dos pais e irmãos, do barão de Dieskau e dos portugueses conde de Lavradio e seu sobrinho Vasconcelos, foram recebidos pelos monarcas em Windsor, onde os aguardava um jantar e um baile em honra de D. Fernando, que, naturalmente, já se apresentava com uniforme militar e insígnias portuguesas. Permaneceram mais dois dias, preenchidos com passeios e festas¹. Depois, instalaram-se em Kensington. Aqui os convivas de jantares, bailes e serões incluíram, além de Lavradio, o barão de Moncorvo (ministro de Portugal em Inglaterra), os ministros do Brasil, França e Bélgica e os estadistas ingleses Melbourne, Palmerston, John Russel, Robert Peel, entre outros. Moncorvo e Palmerston retribuíram os convites para jantar em suas casas. Como seria expectável, D. Fernando recebeu uma delegação de portugueses residentes no país. A 21 participou num baile que a duquesa de Kent organizou e três dias depois foi de novo convidado pelos reis de Inglaterra, desta vez para um jantar de gala no palácio de St. James.

Os primos reuniam-se invariavelmente ao pequeno-almoço, que tomavam juntos sempre muito alegres, e, invariavelmente também, o pai Fernando chegava atrasado. De imediato os dois filhos se levantavam e faziam-lhe uma reverência, a que ele correspondia com um afago na cabeça ou ombro, ritual que encantou a princesa Vitória. Neste ambiente de requinte e diversão, D. Fernando expandiu a sua faceta jovial, que comunicava a todos, apesar da angústia que sentia com a separação e a incógnita que se seguiria em Portugal².

Enquanto isso, em Lisboa a noiva impacientava-se cada vez mais. Desde o início das negociações que pressionava Lavradio para que acelerasse o pro-

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 17-19.3.1836.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20-25.3.1836, 4.4.1836.

cesso. Em dezembro do ano anterior acreditava que o marido chegaria a Lisboa no mês seguinte¹. Perante as dilações, concentrara a sua irritação no futuro sogro, como vimos, mas em inícios de março já a deixa transparecer contra D. Fernando, que, segundo afirma, deve começar «a tomar resoluções [...] porque lhe são muito necessárias principalmente nos tempos em que estamos que são bem calamitosos e difíceis para qualquer homem desembaraçado principalmente para uma rapariga de 17 anos que são os que eu tenho»². A rainhazinha adivinhava um dos traços de personalidade do marido, tão oposto ao seu próprio feitio resoluto.

A 19 de março D. Fernando anuncia-lhe a partida para o dia 26 e comunica-lhe que o pai os convidava a visitarem-no no ano seguinte³, viagem que nunca foi concretizada. Três dias depois volta a escrever, informando ser a última vez. O principal assunto da carta é o pedido para a concessão de uma amnistia no dia da sua chegada. D. Fernando desejava agradecer a «todas as fações que se odeiam» e, caso não fosse possível, demonstrar pelo menos o seu «desejo de contentar todos os partidos»⁴. Foi provavelmente aconselhado a isso. O pai escrevera ao irmão mais velho dando-lhe conta das suas preocupações sobre a situação política em Portugal. E Ernesto partilhava desses sentimentos⁵.

A 26 de março, Dietz partiu para Portsmouth a fim de preparar a viagem para Portugal. Era o último dia de Fernando em Londres, cujo serão foi ocupado numa ida à ópera com a família. Na manhã seguinte a tia e a prima acompanharam-no até Claremont, onde se despediram. «O querido Fernando tinha as lágrimas nos olhos, mas manteve um perfeito domínio de si», escreve Vitória, a quem ele disse que teria ainda de passar por uma separação mais terrível. «Às 11 e 25 minutos partiram para Portsmouth e eu mais uma vez abracei o nosso querido Fernando. Só Deus sabe! Separações daqueles que tanto se ama são terríveis! Derramei muitas lágrimas». «Parece um sonho que toda a nossa alegria, felicidade e jovialidade desaparecesse assim de repente»⁶.

Acompanhado pelo pai, irmão e o primo Carlos Leiningen, e ainda por Lavradio, Moncorvo, Elphinstone, Dieskau e Vasconcelos, além de Van de

¹ BNP, ms. 148, doc. 31, carta de D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 22.12.1835.

² BNP, ms. 148, doc. 44, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 5.3.1836.

³ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria II, Windsor, 19.3.1836.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria II, Londres, 22.3.1836.

⁵ StAco, KA, 163, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Coburgo, 24.3.1836.

⁶ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 27.3.1836.

Weyer, que seguiria com ele para Lisboa, o grupo prosseguiu viagem até Portsmouth, onde chegou às 17h. A partida para Portugal estava prevista para a manhã seguinte, 29 de março, às 9h, e assim Vitória o anunciou ao tio Leopoldo¹. Mas, mais uma vez, um temporal que repentinamente fustigou a zona viria frustrar os planos da viagem. Contudo, como aparentava ser passageiro, o príncipe embarcou, vivendo um dos momentos que mais temia, a despedida do pai e do irmão, que foi feita em privado, no hotel, porque Fernando suplicara ao pai que não o acompanhassem a bordo. Depois, Augusto contou a Vitória que fora «muito penoso».

O duque e o filho mais novo regressaram a Londres, o primeiro «muito pálido e abatido» e Augusto, o irmão de quem nunca se separara nem por um dia, muito perturbado e com os olhos entumecidos. Foi o primo Carlos que entrou com D. Fernando no vapor, testemunhando depois que, ao desancorar, o príncipe se comportara com aprumo, mantendo-se bem humorado no convés, em contraste com o séquito, pálido e desalentado².

Mas uma tempestade impediu que a viagem prosseguisse e foi necessário procurar abrigo em Cowes Roads, depois em Weymouth e finalmente em Plymouth. Embora sabendo que ele permanecia em Inglaterra, o pai e o irmão cumpriram o seu plano de viagem, partindo para a Bélgica a 2 de abril e prometendo à família regressar no ano seguinte na jornada que projetavam fazer a Lisboa. O duque partia irritado com os portugueses que tinham insistido em viajar num mês tão impróprio e Vitória lamentava o desperdício da semana que podia ter passado com Fernando.

O *Manchester* só pôde zarpar para Lisboa na madrugada de 4 de abril, dia em que D. Maria II completou 17 anos. Depois de recuperar do enjoo, D. Fernando alojara-se em terra, incógnito, e ocupara o tempo a conhecer a zona. Depois partiu com coragem e boa disposição³. Dietz, Van de Weyer e o séquito que lhe constituíram serviam de apoio a este jovem de 19 anos que viajava para o quase desconhecido.

5.5. Campanha de descrédito contra D. Fernando

Talvez D. Fernando o ignorasse, mas em Lisboa iria encontrar alguma hostilidade. Uma carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando escrita em outubro do ano anterior demonstra que a família Leuchtenberg (ou Beauhar-

¹ Carta da princesa Vitória ao rei Leopoldo I, Londres, 29.3.1836 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 58.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 29.3.1836.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 31.3.1836-7.4.1836.

nais) pretendia efetivamente casar outro dos seus membros com a rainha de Portugal¹. Torna-se, pois, entendível a propaganda anti-Coburgo que se forjara em Lisboa. É que, conhecida que foi a identidade do noivo, levantou-se uma campanha de descrédito contra o príncipe, que prosseguirá no ano seguinte. Por detrás dela estaria a duquesa de Bragança, viúva de D. Pedro IV e ex-imperatriz do Brasil, que não queria perder influência na corte. Criticava-se a escolha de um jovem inexperiente incapaz de coadjuvar a esposa e, sobretudo, a recusa desta em casar com o cunhado, irmão do defunto marido e da madrasta. Augurava-se a inevitável rutura de relações entre a rainha e a ex-imperatriz e a saída desta do reino².

Lavradio recorda: «Durante o tempo que fui obrigado a residir nas cortes de Paris e de Londres tive de sofrer ataques e calúnias publicadas nos jornais daquelas duas capitais, em consequência das correspondências vindas de Lisboa e mandadas por um partido que pretendia que Sua Majestade devia casar não sei com quem»³. Por sua vez, a rainha desabafara já em outubro: «Na verdade, conde, se elas [a madrasta e Madame Maucombe, sua dama] se tivessem interessado pelo bom êxito do negócio, como se têm interessado para o perderem, já estava casada há muito tempo e com um príncipe de França»⁴. Noutra carta dá a entender que também ao marquês de Loulé não agradara a escolha e que depois de tantas intrigas só o conde do Lavradio teria sido capaz do sucesso da negociação⁵. E, em fevereiro de 1836, quando o marido se encontrava em Bruxelas e ela pressionava mais uma vez a sua vinda imediata, afirma que é essencial para que se dissipem as intrigas que têm sido lançadas pelas «altas personagens bem conhecidas do conde»⁶.

Nesse mês de fevereiro, a campanha de opinião tornou-se muito grave. «O deputado Manuel Cardoso Castelo Branco publicou por esta ocasião um opúsculo pretendendo provar que a sucessão da Coroa pertencia à princesa D. Maria Amélia, no caso da rainha falecer sem herdeiros legítimos e se suas irmãs germanas não viessem residir para o reino; era uma nova maneira de pretender desgostar o príncipe e toda a família Coburgo»⁷. Estava também,

¹ StACo, KA, 156, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Coburgo, 31.10.1835.

² Cf. BNP, ms. 148, doc. 21.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 102-103.

⁴ BNP, ms. 148, doc. 21, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 30.10.1835. Também pub. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 101.

⁵ BNP, ms. 148, doc. 31, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, Lisboa, 22.12.1835.

⁶ BNP, ms. 148, doc. 45, carta da rainha D. Maria II ao conde do Lavradio, s.l., 20.2.1836.

⁷ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 120-121.

claramente, a pugnar pelos interesses da ex-imperatriz. A desinformação chegou à infâmia, que deve ter sido obra miguelista, ao publicar-se num jornal belga, precisamente quando D. Fernando estacionava no país, uma carta de um tenente português que declarava estar casado em segredo com a rainha. Os miguelistas propagaram também que D. Fernando era protestante e o ducado de Coburgo se resumia a «algumas jeiras de terra em volta de um castelo em ruínas»¹.

Em junho desse ano, já D. Fernando vivia em Portugal, um jornalista de Munique chantageou o duque Ernesto I, ameaçando publicar em jornais alemães o que dizia ser uma carta de um correspondente em Lisboa. O texto em causa, de violenta detração e ataque a D. Fernando e D. Maria, é simultaneamente um panegírico da família Leuchtenberg (bávara, recorde-se, e pertencente à família reinante da Baviera), com louvores ao primeiro marido da rainha e à duquesa de Bragança. Nele se dizia, em síntese: o príncipe de Coburgo era odiado em Portugal; quando chegou a Lisboa foi recebido com silêncio e desgosto, o que era agravado pela sua aparência, de rapaz bonito, que de imediato, pelo contraste, evocava o belo homem viril e poderoso que fora o duque Augusto; a aparência risível do príncipe e a sua voz nasalada eram um dos grandes motivos para lhe contestarem a chefia do exército; todos estavam a par da forma áspera com que a rainha tratava a madrastra, que era amada por todos os portugueses como um anjo bom; e o príncipe apoiava a esposa na hostilidade à duquesa, o que provocava a fúria do povo. Exagerada de forma malévola, havia nisto algum fundo de verdade, como veremos.

Vinha depois o mais grave e calunioso: a rainha aparentava gostar do marido, mas na verdade gostava de todos os homens jovens e não muito feios; só apreciava o que era novo e durante pouco tempo, o que se aplicava também aos amores; o seu primeiro marido morrera em circunstâncias muito estranhas e o atual, poucas semanas depois do casamento, fora atacado por doença semelhante, só se salvando por ter sido tratado pelo seu médico alemão e não pelos portugueses que a rainha chamou; o libelo culminava dizendo que o ter-se anunciado a gravidez da rainha três semanas depois do casamento veio recordar o que se soubera por uma carta de autoria de um oficial seu apaixonado publicada na imprensa; e que esse oficial continuava a gozar dos favores da monarca, tendo sido nomeado ajudante do príncipe, o que provocava as facécias do povo.

¹ VILHENA, 1921, vol. I, p. 350.

Depois de informar que era prussiano e residente na Baviera, lembrando que nenhum desses países reconheceria a nova dinastia de Portugal, o jornalista dava quinze dias ao duque para lhe pagar o seu silêncio. Pelo visto não pagou, pois a carta foi publicada em setembro no *Allgemeine Zeitung*. Este dossiê encerra com uma carta do ministro Carlowitz ao duque Fernando, datada de 12 de outubro, comunicando-lhe que já estavam em contacto com o jornal, que tais notícias saíram também em Lisboa e que teriam de agir com prudência porque o jornalista gozava da proteção do governo bávaro, agora reforçada pela sua homenagem a Amélia de Leuchtenberg¹.

¹ StACo, KA, 38.



PARTE II

POLÍTICO
A SEU PESAR
(1836-1855)



Capítulo 1

Chegada a Portugal

1.1. Os cônjuges conhecem-se

D Fernando chegou a Portugal no dia 8 de abril de 1836. O navio em que viajava fundeou no Cais das Colunas e às 15h uma salva de artilharia anunciava o início das cerimónias protocolares. O povo, curioso mas sem entusiasmo, aglomerava-se para assistir ao espetáculo, embelezado pelos barcos engalanados. Fardado de general, passando entre alas de militares e acompanhado do seu séquito e das muitas personalidades que vieram ao seu encontro, o príncipe dirigiu-se ao palácio das Necessidades, onde a rainha o aguardava vestida de azul, a cor que sabia ser a preferida do noivo. D. Maria tinha completado 17 anos quatro dias antes. Herdara da sua mãe Habsburgo uma pele branca, olhos azuis e cabelo louro. As feições eram bonitas, um pouco rechonchudas, e o seu aspeto agradou ao marido, que terá confidenciado a Van de Weyer haver ficado particularmente impressionado «com o ar de doçura e bondade do seu rosto, muito agradável»¹. «A visita foi longa, porque durou até às oito horas da noite, hora a que o príncipe voltou para bordo da embarcação que o tinha conduzido; vinha acompanhado do conde do Lavradio, de Mr. de Van de Weyer, ministro da Bélgica na corte de Londres, do barão de Dieskau, oficial de ordens do rei Leopoldo, do cavaleiro Dietz, precetor do príncipe, e do doutor Kessler, seu médico»².

No dia seguinte, 9 de abril, realizou-se a cerimónia religiosa na Sé de Lisboa, seguindo o mesmo programa que, um ano antes, unira a rainha a Au-

¹ Carta de Van de Weyer a Leopoldo I, rei dos Belgas, 8.4.1836, cit. por DEFRANCE, 2004, p. 145.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-xvi, p. 170.

gusto de Beauharnais. Como já salientei em obra anterior, este ritual não foi o casamento, que se realizara já a 1 de Janeiro, mas a sua ratificação, agora com a presença dos dois nubentes, que foram aspergidos com as bênçãos patriarcais. Sob o ponto de vista civil e canónico, era dispensável, mas tratava-se de uma celebração politicamente muito importante. E só por isso se fazia. O objetivo da cerimónia era encenar a realeza, proporcionar ao público um espetáculo de glorificação da dinastia, captar a adesão popular¹. Mas o povo não demonstrou entusiasmo, ao contrário do que escreve Pinto Coelho, cuja obra foi publicada em vida de D. Fernando². «O príncipe foi muito friamente recebido quando desembarcámos e durante todo o caminho até à catedral, não ouvi um único grito, nem de aclamação nem de improbação», relata Van de Weyer ao seu rei³.

A mesma curiosidade sem regozijo demonstraram os que se apinhavam no percurso entre a sé e o paço. Às 17h entravam nas Necessidades. O casal apareceu à varanda para assistir ao desfile das tropas. Em vez de aplausos, o silêncio da multidão terá sido confrangedor⁴. Seguiu-se um jantar com a presença dos membros da família — a duquesa de Bragança e as infantas Isabel Maria e Ana de Jesus —, dos duques de Palmela e da Terceira e dos ministros do Reino, da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

Como é natural, nos primeiros dias, D. Fernando sentiu-se desamparado, embora de imediato lhe agradasse o clima e «a admirável localização de Lisboa», como revelou à tia Luísa da Bélgica. Para o animar, esta diz-lhe que tem a certeza de que com o tempo irá gostar mais do país e amar a rainha à medida que a conhecer melhor, deixando de experimentar tristeza e isolamento. Mas agora compreende que por vezes se sinta melancólico ao pensar em todos os que deixou, particularmente Augusto, o que ela entende perfeitamente porque também passou por isso e também nunca se separara da irmã Maria quando se casou e partiu para a Bélgica. Revelando bondade e grande solicitude pelo sobrinho, quase da sua idade, Luísa, que também se dedicava às artes, promete enviar-lhe todo o material necessário para gravar em água-forte, como ele tanto gosta, e sugere-lhe que trabalhe ao ar livre e quando estiver muito calor que se instale à sombra dos loureiros dos jardins

¹ LOPES, 2011b, pp. 49, 137.

² COELHO, 1878, p. 31.

³ Carta de Van de Weyer a Leopoldo I, rei dos Belgas, 9.4.1836, cit. por DEFANCE, 2004, p. 145.

⁴ ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 50.

das Necessidades. Além disso — continua Luísa, procurando contribuir para a criação de cumplicidade no casal —, sabe que a rainha D. Maria tem grande facilidade para esse tipo de coisas e de certeza que se quisesse aprenderia depressa essa arte¹. A rainha dos Belgas cumpriu o prometido e enviou-lhe também um *Manual de gravura*, além de uma coleção de águas-fortes de Verboeckhoven que lhe parecem dignas do sobrinho².

Em 1853, à morte de D. Maria II, o viúvo, profundamente abalado, manteve durante uns dias um diário onde registou algumas memórias. Recordando o casamento, refere-se à defunta como «a rainha D. Maria, viúva sem ter sido esposa»³. D. Fernando terá escrito isso porque assim o deseja e para enaltecer a rainha que não passara por outro leito? Não é crível que D. Augusto fosse incapaz de consumir o casamento. Contudo, é plausível que D. Fernando dissesse a verdade, mas será outra a explicação. D. Maria tinha apenas 15 anos no seu primeiro casamento. Num tempo em que a menarquia ocorria mais tarde do que nos dias de hoje, é possível que a rainha ainda não fosse menstruada e, se assim era, as senhoras que a tutelavam (a madrasta e a marquesa de Ficalho, sua camareira-mor) teriam, sem qualquer dúvida, impedido a consumação do matrimónio até que pudesse realizar-se. Aliás, ter o primogénito de D. Maria e D. Fernando nascido dezassete meses depois de vida em comum e daí em diante os filhos se sucederem a um ritmo aflitivo indicia que nos primeiros tempos do seu segundo casamento a rainha ainda não era fértil.

De forma lapidar, escreveu Francisco Benevides em 1879: «Se o primeiro matrimónio da rainha D. Maria II foi a aprazimento de seu pai, o seu segundo casamento saiu muito ao gosto da soberana»⁴. Assim foi. Os dois jovens agarraram-se um ao outro. A rainhazinha já tinha percebido que era difícil confiar em quem quer que fosse, o que se acentuou com os anos. E o príncipe, além de Dietz, de quem mais dispunha? O casamento e a família que irão formar serão uma bênção para ambos, apesar de possuírem personalidades, formações e interesses tão distintos.

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, Laeken, 1.5.1836.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, cartas da rainha Luísa a D. Fernando datadas de Ostende, 19.9.1836 e de Laeken, 30.10.1836. Eugène Verboeckhoven (1798-1881), belga, foi pintor, gravador, litógrafo e escultor. Começava a afirmar-se e a rainha pergunta ao sobrinho se o conhecia.

³ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 novembro 1853, 7.^a pág. Publicado em tradução integral nos Anexos. Maria de Fátima Bonifácio (2005) usou alguns trechos, mas julgo ser agora a primeira vez que se publica integralmente.

⁴ BENEVIDES, 2007, p. 577.

1.2. Problemas políticos imediatos (o comando do exército)

Vimos que já em fevereiro se propusera a extinção do cargo de comandante em chefe do exército português. No próprio dia de desembarque do príncipe, acintosamente, o assunto volta à discussão na Câmara dos Deputados com o projeto de organização do exército. O seu primeiro artigo declarava: «Não haverá comandante em chefe do exército», o que é compreensível, pois os deputados não podiam ver com bons olhos as forças armadas entregues a um estrangeiro — como diziam, embora legalmente não o fosse — cuja personalidade era desconhecida. Por outro lado, era uma questão política. O exército dependia do governo. Porquê, então, entregar a sua chefia à Coroa?

No dia seguinte à cerimónia nupcial, o primeiro-ministro, José Jorge Loureiro, dirigiu-se ao paço e exigiu à rainha «que D. Fernando se compromettesse por escrito a renunciar à pretensão do comando em chefe do exército», o que o príncipe rejeitou perentoriamente¹. Sob o ponto de vista político, o início da sua nova vida não podia ter sido pior. «Lorde Howard² não estava menos irritado que o conde do Lavradio e Van de Weyer, e o ministério viu que o seu projeto de convencer da desistência a rainha, o príncipe e os plenipotenciários não podia ter lugar»³. Como consequência, o governo caiu e a 21 de abril foi empossado novo ministério, presidido pelo duque da Terceira. Dias depois decidiram convocar o conde do Lavradio ao Conselho de Estado para que esclarecesse a questão do comando em chefe do exército acordada nas negociações matrimoniais. Aclarada a situação, o Conselho de Estado aprovou o que se estabelecera no contrato do casamento. No dia seguinte, 28 de abril, o governo «assentou, depois de ouvido o conselho de Estado, que se entregasse a Sua Alteza Real, o príncipe D. Fernando, o comando do exército, segundo foi também voto unânime do conselho de Estado, à vista da correspondência que se leu, da carta régia que lhe foi enviada e das informações vocais do conde de Lavradio, donde se manifestava evidentemente que a nomeação estava já feita e fora essa uma das condições do contrato»⁴. A questão cessou no parlamento. Mas ainda nesse ano, devido à revolução setembrista, D. Fernando perderá o comando.

Os Coburgos seguiam todos estes acontecimentos com preocupação e as cartas circulavam entre Viena, Coburgo, Bruxelas e Londres e os seus agentes

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 122 (texto do comentador).

² Lorde Howard de Walden, ministro da Inglaterra em Lisboa.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 170.

⁴ VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 281.

em Lisboa¹. Tinham boas razões para se preocupar. A 14 de maio, Silva Carvalho entregou ao jovem príncipe D. Fernando um relatório sobre o estado financeiro do país, onde lhe explicava que as receitas do país não cobriam as despesas e o pagamento de juros da dívida pública e que Portugal tinha falta de crédito externo². Embora o relator afirmasse que «a nossa situação não é preocupante, desde que a ordem seja mantida e que haja estabilidade», quem a podia garantir?

Nesse mesmo dia, opinava Lavradio sem pessimismo exagerado: «Não tenho ilusões; o país está completamente desorganizado e para o reorganizar é necessário um homem extraordinário, cheio de justiça, de força e de talento, que pelas suas qualidades e posição se faça respeitar de todos. Se o príncipe fosse mais velho, se tivesse mais experiência, poderia, pela sua superioridade, pela sua posição e pelas suas qualidades, ser o homem da ocasião. Mas a experiência dos homens e dos negócios não se adquire de um dia para o outro; assim, é necessário esperar. Resta saber se o país pode esperar!»³. Ora, o país não esperou. As convulsões políticas serão contínuas até 1851. Quando, dois anos depois, a rainha morreu, D. Fernando, ao recordar a sua chegada, lamentava-se: «Poder-se-ia então dizer que eu era uma criança, e era-o de facto, mas a pouco e pouco aprendi a conhecer o terreno não sem uma triste aprendizagem»⁴.

¹ Cf., além das cartas citadas de Van de Weyer, as do duque Ernesto I ao irmão Fernando datadas de Londres, 20.5.1836 e de Rosenau, 25.7.1836 (StACo, KA, 165 e 167) e, ainda, da princesa Vitória ao tio Leopoldo, rei dos Belgas, Londres, 26.4.1836 (*The Letters of Queen Victoria*, vol. I, p. 59).

² VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, pp. 259-263.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 123.

⁴ 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov. 1853, 7.^a pág.

Capítulo 2

Uma revolução e um golpe palaciano no primeiro ano em Portugal

Em julho, D. Fernando viajou pelo país sem a companhia da rainha. «Os ministros da Coroa entenderam que era conveniente para as coisas públicas que o príncipe fosse fazer uma viagem nas províncias do Norte. Os dois marechais [Saldanha e Terceira], Van der Weyer, Dietz e todos os ajudantes de campo o acompanharam. A excursão foi até Braga»¹, comenta secamente o marquês de Fronteira. Mais entusiastas foram as apreciações dos que rodeavam D. Fernando. Dietz apressou-se a relatar a viagem à duquesa de Kent, sublinhando o acolhimento efusivo que lhe fizeram no Porto, mas também em Coimbra, a excelente conduta do príncipe, sempre a cavalo, incansável e bem-disposto, e a beleza do país, que o príncipe muito apreciara².

Depois da viagem, a rainha e o marido instalaram-se em Sintra para passar o verão, o que constituirá doravante a sua rotina. Aí conheceu D. Fernando a beleza da região e apaixonou-se por ela, paixão ininterrupta até ao dia da sua morte. Foi então, também, que conheceu Mafra. Primeiro, numa deslocação rápida com a rainha e depois numa ida a sós que lhe permitiu deter-se com prazer na biblioteca, ocupação imprópria na companhia da esposa, pessoa pouco culta e sem curiosidade intelectual. Uma caçada, provavelmente o pretexto para a deslocação, preencheu-lhe o resto da curta estada em que a rainha permaneceu em Sintra³. O resto do verão decorreu sem percalços. Como recorda o marquês de Fronteira, havia almoços na relva, caça às lebres,

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 178.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 25.8.1836.

³ ANTT, ACR, cx. 7321, carta do príncipe D. Fernando à rainha D. Maria II, Mafra, 24.8.1836.

em que ele participou «na companhia do príncipe, de Dieskau e do conde de Seia, caçadas desgraçadas em que nunca apanhámos uma só lebre, apesar de vermos bastantes, porque o terreno era terrível, não podendo correr nem galgos nem cavaleiros. Ali via muitas vezes Van der Weyer que morava na casa pequena de M.^{me} Costa; guardei-me bem de lhe falar em política e aos indivíduos que rodeavam o príncipe, porque não quis que eles se persuadissem de que eu tinha comissão da oposição para os aterrar ou que me prestava a ser espião. Muitas excursões fizemos a Colares e à Pena, onde jantávamos com as senhoras, falando em tudo menos na situação da época»¹.

2.1. A Revolução de Setembro

As palavras citadas revelam-nos que a situação política se deteriorava. Uma revolução estava na forja e dias terríveis de funda humilhação aguardavam a rainha e o príncipe. Rebentou a 9 de setembro, dia em que desembarcaram em Lisboa os deputados eleitos pela oposição da esquerda liberal nos círculos do Norte. Sobressaía entre eles Manuel Passos, depois conhecido por Passos Manuel. Foram ovacionados no cais, os soldados da Guarda Nacional enviados para manter a ordem juntaram-se à população e os tumultos invadiram as ruas da capital. «Teve toda a aparência de um movimento puramente espontâneo, mas é impensável que as bases tenham avançado sem a anuência prévia dos chefes», afirma Fátima Bonifácio². O mesmo disseram Vítor de Sá³ e Oliveira Marques: «para a sua efetivação concorreu algo de novo no liberalismo português: a manipulação eficiente de massas urbanas que deram ao movimento um *facies* de levantamento popular que ele, na realidade, não tinha», sustentando este autor que a revolta foi organizada por lojas maçónicas⁴.

Os promotores da revolta exigiam a proclamação da Constituição de 1822, elaborada por uma assembleia constituinte, e não outorgada pelo soberano, como era a Carta Constitucional, então em vigor, concedida em 1826 por D. Pedro IV. Muito sucintamente: a Carta (como geralmente se chamava ao texto constitucional de 1826) favorecia o soberano, outorgando-lhe mais poderes, incluindo o poder moderador que os vintistas (os partidários da Constituição de 1822) não reconheciam. «Cartistas» será o vocábulo para designar os partidários do texto de D. Pedro, a ala direita liberal. «Vin-

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 179-180.

² BONIFÁCIO, 2005, p. 89.

³ SÁ, 1969.

⁴ MARQUES, 2002a, p. 596.

tistas», e doravante «setembristas», serão a facção à esquerda. Mas nem sempre eram questões ideológicas que os separavam. Havia cartistas progressistas que sustentavam a Carta por lealdade a D. Pedro e aos sofrimentos por que haviam passado com ele no exílio, nos Açores e na guerra civil de 1832-1834. E décadas mais tarde, quando, já após a morte de D. Maria II, as duas facções se transformaram nos partidos Regenerador e Progressista, também não significava que a governação mais inovadora fosse a deste último.

Na tarde de 9 de setembro de 1836, quando os motins rebentaram, a rainha e seu marido passavam o último dia de veraneio em Sintra, onde ainda jantaram. Ao chegarem ao paço das Necessidades, acompanhados de Van de Weyer, encontraram lá o ministério, faltando apenas Terceira. Weyer, que assistiu ao conselho, cuja opinião predominante era de resistência e combate aos revoltosos, opinou que se fosse essa a atuação, a rainha podia correr perigo e por isso se devia escrever ao diplomata inglês, Howard, para que viesse de imediato. Foi o belga que lhe escreveu, mas Howard só compareceu no dia seguinte. Entretanto, o duque da Terceira, chefe do governo, apresentou-se no paço completamente desanimado. Os que já estavam temerosos, mais ficaram. Van de Weyer procurou convencer o príncipe a chefiar as tropas de contra-ataque, mas os restantes foram de opinião contrária: esperar-se-ia o regresso do coronel Pimentel, que D. Fernando, enquanto comandante em chefe do exército, tinha enviado a fazer um reconhecimento e tentar dispersar os revoltosos. Às 2h da manhã chegam notícias muito preocupantes. As tropas do coronel tinham-no abandonado, aderindo aos revoltosos, a marinha havia feito o mesmo e a rebelião era geral.

Entretanto, a duquesa de Bragança e a infanta D. Isabel Maria, temendo os acontecimentos, refugiaram-se nas Necessidades¹. «No paço durante a noite e a madrugada sucediam-se as notícias aterradoras. O pânico estabeleceu-se ali de tal maneira, que D. Fernando, muito novo ainda, e sem conhecimento algum dos homens e das circunstâncias, aconselhava, suplicava quase à rainha que se acobertasse com a bandeira inglesa, abandonasse o reino a bordo de um navio da esquadra, que não tardaria em entrar a barra de Lisboa. A rainha era um temperamento talvez em demasia autoritário, mas viril, ativo e nobre como poucos» e recusou abandonar o paço, porque significaria a abdicação. E Maria Amália Vaz de Carvalho, que estamos a citar da sua obra apologética do duque de Palmela — autora que tantas vezes deplora o comportamento da rainha por não ter demonstrado, na sua opinião, a gra-

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 18.9.1836.

tidão e lealdade que devia para com o seu biografado — opina desta vez: «E quem sabe se a energia de uma mulher não salvou neste lance supremo a dinastia portuguesa»¹.

O mesmo afirma Goblet de Alviela, o diplomata belga que substituiu Van de Weyer e nos deixou umas memórias valiosas. Salienta, porém, que foi o seu antecessor que procurou instantaneamente convencer a rainha a refugiar-se com o marido na frota britânica estacionada no Tejo, convencido de que ela corria perigo de vida, e que D. Fernando se juntou às suas súplicas. Não esqueçamos que D. Maria tinha apenas 17 anos, mas, relata Goblet, «com uma energia que foi uma revelação para todos, declarou que deixar o palácio era abdicar, que não queria ver proclamar a regência da viúva de D. Pedro, que preferia expor a sua pessoa do que expor a sua coroa»². Note-se, além da coragem que desde então e sempre irá revelar, como a rainhazinha sentia má vontade pela madrasta, suspeitando que desejava substituí-la na chefia do Estado.

A única alternativa era pois aceitar as exigências dos revoltosos que às 4h da manhã enviaram uma delegação. Não houve violência. Dirigiram-se respeitosamente à rainha exigindo a demissão do ministério e o restabelecimento da Constituição de 1822. O governo de Terceira caiu e o visconde de Sá da Bandeira foi indigitado para constituir governo. Van de Weyer continuava a insistir na necessidade de a rainha se refugiar em embarcação inglesa e lorde Howard, que só então compareceu nas Necessidades, advogava o mesmo, aconselhando-a a proclamar a Carta depois, já protegida pelas forças britânicas, e a protestar então contra a violência de que fora alvo. Com receio de que tal sucedesse, os revoltosos anunciaram ao povo que a rainha havia aceitado a Constituição de 1822. Mas havia que deixar a nova situação perfeitamente clara. E assim, na tarde desse dia 10, «a rainha foi levada pelos *patriotas* e pelo regimento 4 de cavalaria numa carruagem, acompanhada de el-rei [*sic*] e das suas damas, aos paços do concelho, no Terreiro do Paço, e, na presença duma comissão municipal improvisada e de Leonel Tavares e de muitos guardas nacionais em grande algazarra, foi obrigada a jurar a constituição de 1820 [*sic*]», relata o marquês de Fronteira, que testemunha também: «Vi a rainha nesse dia como a vi sempre nas grandes crises; com um grande sangue frio, apesar da sua idade, sangue frio que muitos soldados não tinham naquela ocasião»³. Contudo, nem a rainha nem o príncipe conseguiram conter

¹ CARVALHO, 1903, p. 108.

² ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 60.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 191-192.

as lágrimas, que não escaparam aos olhares de alguns¹. «Os corpos da guarnição saíram, sem oficiais, a passear pelas ruas de Lisboa e passaram em frente do paço das Necessidades, insultando a rainha e os seus servidores; com custo puderam os oficiais conseguir que eles voltassem aos seus quartéis. Sua Majestade e o príncipe, que não tinham descansado durante vinte e quatro horas um só minuto, recolheram-se aos seus aposentos e eu retirei-me para a Junqueira; e assim acabou o triste dia 10 de Setembro de 1836»².

O marquês de Fronteira, testemunha que iremos usar com frequência porque nos deixou umas memórias magníficas, deve contudo ser lido com alguma reserva. Era um cartista exaltado e o seu testemunho sofre de parcialidade. Apresenta sempre uma imagem da rainha muito favorável, que, na década seguinte, contrapõe à de D. Fernando, cuja personalidade traça como fraca e medrosa. Diga-se também que as suas apreciações sobre os futuros reis D. Pedro V, e sobretudo D. Luís, são hostis.

A 14 de setembro, D. Fernando teve de pedir a exoneração do cargo de comandante em chefe do exército. A rainha recusara-se a aceder a tal exigência, mas Passos Manuel fora brutal: «estando o Generalíssimo debaixo das ordens do ministro da guerra, este deliberava mandá-lo marchar imediatamente para Abrantes, e, caso se negasse a cumprir as ordens, seria metido em conselho de guerra e julgado segundo as leis militares que eram rigorosas, inflexíveis e iguais para todos»³. Ao apresentar a sua demissão, em carta à rainha, D. Fernando renuncia também ao título de coronel honorário do regimento de Caçadores 5. O texto foi redigido de forma a preservar o melhor possível a sua dignidade: resigna porque não aceita comandar tropas que de modo totalmente arbitrário expulsaram os seus legítimos oficiais e que, sem terem recebido qualquer ordem nesse sentido, marcharam para o palácio da rainha, num ato de «violência e de insubordinação»⁴.

A carta «de despedida» que endereçou aos «Srs. generais, oficiais, oficiais inferiores e soldados» era muito mais contundente e com acentuado cunho político. E por isso foi impedido de a entregar. Neste texto empolgado, D. Fernando afirma que «É com o maior sentimento que eu me vejo nas circunstâncias de resignar ao comando do exército português», porque:

¹ ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 65.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 192-193.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. iii, p. 124 (texto do comentador).

⁴ ANTT, ACR, cx. 7321, cp. 128, carta de D. Fernando a D. Maria II, Lisboa, 14.9.1836.

«Foi com grande afã [rasurado] que eu aceitei a honra de comandar este bravo exército que verteu o mais puro do seu sangue para conquistar a Carta Constitucional; esta Carta em[ana]da espontaneamente da Coroa; e que oferecia à Nação seguras garantias; esta Carta pela qual o pai da rainha e herói do Porto, morreu tão gloriosamente; esta Carta que serviu de grito; de reunião nos dias de sofrimento e de combate; que invocavam morrendo os mártires dos Açores, do Porto, de Almoester e de Asseiceira, e que inspirou sempre toda a coragem e denodo necessários para fazer triunfar pelos mais altos feitos de armas a justa causa da rainha sobre a opressão e a tirania.

Esta Carta foi calcada aos pés na noite de 9 deste mês, e substituída pela força na véspera mesmo do dia fixado para a reunião das Cortes em representação. Eu não me constituo agora juiz das diversas constituições: mas repugna ao meu coração o acreditar que a Carta de D. Pedro, saudada até ao presente pelas aclamações unânimes de um povo reconhecido seja insuficiente para fazer a felicidade dos Portugueses. Esperarei, portanto, que a nação se tenha pronunciado; e não voltarei a tomar o comando dos bravos companheiros de armas do imperador, daqueles que no Porto, em Mindelo, se cobriram juntamente com Ele de louros que deviam permanecer imortais e sem mancha, senão quando a disciplina, a obediência e a ordem estiverem restabelecidas no exército e quando este tiver voltado a seguir as lições de D. Pedro.

*Dom Fernando*¹.

A família do príncipe sentia-se cada vez mais sobressaltada. Que país era esse, que assim tratava a monarca e o seu marido? A prima Vitória soube as notícias a 17 de setembro por relato que lhe fez o barão de Moncorvo. «Sinto tanto pelo pobre Fernando neste momento penoso, assim como pela pobre e boa rainha», mas acrescenta que, ao contrário dos espanhóis, os portugueses «comportaram-se respeitosamente com Fernando e D. Maria e em Espanha, quase insultaram a rainha regente». O diplomata português tinha-lhe contado uma versão suavizada. Contudo, é verdade que, como escreveu, «Em Portugal, graças a Deus! nenhum sangue foi derramado»².

O rei Leopoldo encontrava-se em Inglaterra a 9 de setembro porque, alertado por Van de Weyer da possibilidade de um pronunciamento, fora negociar, em vão, um apoio militar aos sobrinhos portugueses³. Quando recebeu a notícia da revolução ficou em estado de choque. O seu enviado comunicou-lhe que a revolta fora fruto de uma intriga da corte, que «o principal instigador parece ter sido um D. Tomás de Melo, cunhado da duquesa de Ficalho e de Lavradio», que D. Tomás «foi sempre um homem imprudente

¹ BNP, ms. 246, doc. 61, borrão da carta de D. Fernando aos militares, Lisboa, 14.9.1836.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 18.9.1836.

³ ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 70.

e insolente» e que «até mesmo Lavradio teve um papel pouco melhor do que o de um traidor». Claro que na versão do diplomata belga, tanto ele próprio, o único a manter a serenidade, como o príncipe se comportaram de forma irreprensível e tivessem sido seguidas as suas opiniões, a Constituição não haveria sido promulgada. Não o fizeram e todos se renderam sem luta nem tentativa de resistência, «com a mais hedionda cobardia»¹. A princesa Vitória, consternada, apressa-se a escrever ao «pobre querido Fernando». Também Ernesto I de Coburgo e o irmão Fernando trocaram correspondência sobre o assunto. Ernesto tem esperança de que a presença de Leopoldo em Inglaterra tenha um impacto positivo numa possível reação da Grã-Bretanha aos acontecimentos portugueses². Reação que não existiu. Dias depois, uma outra missiva de Van de Weyer datada de 11 de setembro e dirigida à duquesa de Kent afirma agora que tanto D. Fernando como D. Maria demonstraram grande sangue-frio e dignidade, embora estejam todos numa «situação muito desconfortável»³. Finalmente, a 4 de outubro, a princesa Vitória recebe carta de Fernando. Este, o que é bem característico da sua personalidade, no meio da situação constrangedora em que vivia teve disposição para lhe enviar um desenho seu de Sintra⁴.

2.2. A Belenzada

É conhecido como Belenzada um golpe de Estado palaciano contrarrevolucionário que decorreu de 3 a 5 de novembro deste mesmo ano de 1836. Os seus autores (a rainha, em última instância) nomearam um novo governo e restabeleceram a Carta Constitucional. Foram vencidos e humilhados. Demos voz aos protagonistas.

«O corpo diplomático estava completamente dividido. A França não estava de acordo com a Inglaterra nos negócios de Portugal. Lorde Howard era amigo íntimo dos chefes do partido cartista e animava uma reação armada, tendo a convicção de que o negócio não se podia arranjar senão daquela maneira. A força marítima inglesa tinha engrossado, achando-se uma esquadra ancorada entre Belém e o Cais do Sodré, e uma esquadra francesa também veio ancorar no Tejo. À esquadra francesa não se atribuía o querer influir politicamente, mas, devido à grande amizade que o rei Luís Filipe e a rainha

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 18.9.1836.

² StACo, KA, 168, carta do duque Ernesto I ao irmão Fernando, Reinhardsbrunn, 26.9.1836.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 28.9.1836.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 4.10.1836.

Amélia tinham à rainha D. Maria II, as instruções que tinha o almirante eram só em defesa da pessoa augusta de Sua Majestade e da sua real família»¹. Este é o relato do marquês de Fronteira, mas Goblet de Alviela afirma que foi Saldanha que persuadiu os diplomatas da necessidade da revolta e os instigou a convencer a rainha².

D. Fernando completava 20 anos a 29 de outubro, o primeiro aniversário celebrado em Portugal. Em bem tristes circunstâncias. Muitos outros se iriam seguir em cenário tanto ou mais difícil do que este, pois só de julho de 1851 em diante o país estabilizou politicamente.

O príncipe consorte não disfarçava a aversão que sentia pelos novos governantes, bem patente no texto de despedida que quis enviar ao exército. Conta Goblet que certo dia Passos Manuel disse ao príncipe que ainda viria a apreciar a revolução, ao que este respondeu que a detestava e sempre detestaria porque a oposição tivera todos os meios legais para fazer valer as suas opiniões³. A réplica é verosímil e será sempre esta a posição de D. Fernando. Contudo, nas suas cartas à prima Vitória, D. Fernando aparentava despreocupação. A 30 de outubro escreveu-lhe e voltou a enviar-lhe um desenho que fizera de um dos seus cães. Mas quando a carta foi recebida tudo mudara e a princesa estava já a par da «horrível desgraça» que acontecera logo a seguir⁴.

É que «lorde Howard, os duques da Terceira e de Palmela, o marechal Saldanha e uma quantidade de eminentes homens de Estado e generais, que compunham o partido cartista, instavam com a rainha e com o príncipe, por intervenção de Van der Weyer e Dietz, para demitir quanto antes o ministério setembrista, organizando um novo ministério cartista que proclamasse a Carta desde logo»⁵. Segundo o plano estabelecido, «a rainha devia passar das Necessidades para Belém, e ali, rodeada da fraca guarnição de Lisboa de primeira linha e de todos os homens eminentes do partido cartista, proclamar o novo ministério e a Carta Constitucional. De tudo isso se guardou um profundo segredo e raras vezes tem acontecido conservar-se como se conservou até que o programa se desenvolveu»⁶.

O sempre vigilante rei Leopoldo também não parara. Queria assegurar a intervenção militar da Inglaterra e da França na defesa dos sobrinhos e dos seus poderes soberanos. Dispunha-se a expedir tropas, enviou Goblet para

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 199-200.

² ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, pp. 68-69.

³ ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 80.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 19.11.1836.

⁵ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 201.

⁶ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 202.

Londres e dirigiu-se ele próprio a Paris. Mais uma vez fazia valer as suas íntimas ligações familiares, pois, recorde-se, o rei Luís Filipe de Orleães era seu sogro. Pouco conseguiu¹. Em carta à sogra, dir-lhe-ia depois, antes de saber do fracasso do golpe, acreditar no seu êxito «porque é uma vantagem enorme poder manter Lisboa sob o canhão de uma frota. Os moradores de uma cidade marítima têm um medo extremo deste tipo de coisas e sabem apreciar o poder de um navio», concluindo: «farei tudo o que puder para consolidar a reação»² porque o que sucedera em setembro aos sobrinhos portugueses fora o esbulho «pela violência e sedição dos seus direitos legítimos e constitucionais», como dirá mais tarde³.

A 3 de novembro o marquês de Fronteira e a esposa foram ao Teatro da Rua dos Condes. «Como Sua Majestade e Sua Alteza frequentavam muito os teatros, maravilhou-nos não os vermos ali; pouco depois fui prevenido por alguns dos ajudantes do príncipe, que ali estavam, de que tinham recebido ordem para se apresentarem desde logo no paço de Belém; em seguida soube que os corpos marchavam na mesma direção e que o conde de Lumiares ali tinha sido chamado como presidente do Conselho»⁴. A rainha demitiu os ministros. O golpe parecia vitorioso. Passos Manuel aceitara a demissão pedindo apenas amnistia para todos os implicados na Revolução de Setembro. Mas eis que corre a notícia de que Agostinho José Freire, cartista, ex-governante e liberal de primeira hora, fora assassinado na rua. Os partidários da Carta esconderam-se e as tropas de guarda ao palácio começaram a dispersar em desordem. D. Fernando saiu do paço, saltou para um cavalo seguido pelo seu estado-maior e, de espada em punho, tentou impedir a deserção⁵. Mas a revolta estava na rua e em Lisboa era criada uma junta governativa.

Em 1853, à morte da rainha, D. Fernando conta a sua versão: «Se a Corte e sobretudo os seus conselheiros tivessem tido então o bom senso de dar livre curso aos acontecimentos e principalmente dar tempo aos homens de se desgastarem, os alicerces da revolução de setembro, edificada em bases tão pouco sólidas, em pouco tempo ruiriam, arrastando nos escombros as grandes personagens deste drama. Não foi assim pelos pareceres e instâncias do

¹ Cf. ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, pp. 85-96.

² Carta de Leopoldo I, rei dos Belgas, a Maria Amélia, rainha dos Franceses, 14.11.1836, cit. em DEFRANCE, 2004, p. 146.

³ Carta de Leopoldo I, rei dos Belgas, a Vitória, rainha de Inglaterra, 11.11.1837, cit. em DEFRANCE, 2004, pp. 146-147.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 202.

⁵ Cf. ALVIELLA, *L'établissement des Cobourg en Portugal*, p. 108, e BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 205.

ministro de Inglaterra, lorde Howard de Walden, e da Bélgica, Sr. Sylvan de Van de Weyer. A Corte tomou a triste e funesta decisão de fazer um golpe de Estado, de se mudar clandestinamente, às ocultas até dos membros dos séquitos, para o palácio de Belém e aí proclamar a Carta»¹. D. Fernando reconhece pois o grande erro cometido. Mas haviam passado muitos anos e *a posteriori* é sempre fácil ver com clarividência. Em nenhuma passagem assume responsabilidade, escudando-se na palavra «corte», fórmula escolhida, sem dúvida, para não ferir a memória da rainha que acabara de falecer.

Salienta José de Almeida Correia de Sá² que «eram muito recentes as discussões sobre o comando em chefe, nomeação que não fora popular; os carcionistas, mercê dos clubes revolucionários e da péssima administração que haviam feito, não eram bem vistos do público; o desembarque das tropas inglesas para proteger a rainha e o príncipe era pouco simpático, tanto mais que se acreditava que esse desembarque era de acordo com o príncipe, e estas as razões principais por que o golpe de estado não vingou»³. Passos Manuel regressou a Belém e tentou a conciliação. «Entretanto os ministros da rainha, em Belém, e os seus conselheiros souberam, por lorde Howard, que nada tinham a esperar da esquadra senão demonstrações, mas nunca um apoio real, desembarcando as suas forças, e, no caso de grande desgraça, um asilo para a rainha e para a sua real família»⁴.

O desfecho foi humilhante. «Tudo quanto se achava em Belém teve ordem para sair do real palácio e cada um procurou um asilo onde pôde. Uma parte da força dispersou e a rainha entregou-se nos braços dos seus inimigos, quero dizer, dos setembristas, e voltou às Necessidades, rodeada dos Guardas Nacionais e da população que a injuriou e humilhou»⁵. Ou, nas palavras do príncipe consorte:

«Os apoiantes e forças prometidos não chegaram, como quase sempre acontece, o plano falhou, regressou-se ao palácio das Necessidades entre duas alas de guardas nacionais num horrível estado terrível de exaltação, comprometeram-se pessoas e, o que é pior, dando novas forças a um partido já exaurido e quase desejoso de se retirar. A ação do governo setembrista sob os auspícios de Manuel da Silva Passos e todos os seus desvarios e ridículos são conhecidos. No entanto, não devo deixar de testemunhar que Passos Manuel

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20.11.1853, 7.^a-8.^a págs.

² Comentador das *Memórias do conde do Lavradio*.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 128.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 205.

⁵ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, p. 206.

nunca foi cruel nem vingativo no meio dos seus sucessos e que, com má vontade, poderia ter feito muito mais mal do que fez»¹.

O governo, constituído a 5 de novembro sob a chefia de Sá da Bandeira e tendo Passos Manuel como figura mais ativa, procurou a conciliação política com a convocação de eleições para Cortes Constituintes, logo nesse mês, as quais viriam a elaborar a Constituição de 1838, um compromisso entre a de 1822 e a de 1826. D. Fernando ficara indignado quando a Carta foi banida por uma revolução mas depois reconheceu as vantagens da nova Constituição:

«A constituição de 38 parecia nesse tempo a muitas pessoas uma espécie de trégua entre os partidos; e de facto esta constituição, que tinha, no entanto, para aqueles que não cedem à força das circunstâncias, o mal de emanar por assim dizer do povo, parecia-me feita de forma a contentar os espíritos razoáveis. Tinha duas câmaras, uma de deputados e o senado. Esta última sempre me pareceu uma instituição mais adaptada aos hábitos e às condições do país, do que uma câmara de pares hereditários. Penso que um senado eleito é muito mais satisfatório para o trono do que um pariato hereditário cuja descendência tem de se suportar, agrada ou não, e que muitas vezes assume facetas muito mais incômodas do que um deputado da extrema esquerda. Já passou o tempo em que só o nome de príncipe ou de nobre nos fazia grandes e respeitados; as loucuras de príncipes e a insolência dos grandes fizeram ver à humanidade que só se é grande e nobre pelo coração, pelo saber e pelos sentimentos. Logo, o pariato sem instrução e sem riqueza para colmatar este defeito é um absurdo que muitas vezes pode tornar-se fatal»².

É de destacar a lucidez política do rei e a sua capacidade de análise despidida dos preconceitos aristocratas em que fora criado. Escreve ainda D. Fernando que «a constituição de 38 durou poucos anos, mas esses anos passaram bastante pacificamente e produzia-se na época uma espécie de reconciliação impercetível entre os partidos que prometia um futuro um pouco mais tranquilo depois de tantas tormentas»³. Foi mais uma vez imparcial, mas outra justiça o rei poderia ainda ter feito aos setembristas, pois nos três anos que exerceram o poder encetaram uma notável política de reformas. Refira-se que logo nesse ano de 1836 se decretou a reorganização dos

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20.11.1853, 8.^a-9.^a págs.

² ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov 1853, 9.^a-10.^a págs.

³ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov 1853, 10.^a pág.

concelhos, que passaram de 828 a 330, a criação do ensino liceal nas capitais de distrito, das escolas superiores médico-cirúrgicas e das politécnicas em Lisboa e Porto, as Academias de Belas-Artes (abertas aos artífices) nas mesmas cidades, as reformas judiciária, dos ensinos primário e universitário e da assistência pública aos expostos, a proibição do tráfico de escravos, a promulgação do primeiro código administrativo português, etc.¹.

Dietz continuava a informar os Coburgos de tudo o que se passava em Portugal. Em carta à duquesa de Kent qualifica o que sucedera como «o pior» «de todos os infelizes acontecimentos que tiveram lugar em Lisboa, desde a chegada»; «nunca houve nada mais mal dirigido». A princesa Vitória sente-se consternada com o relato de Dietz (que era alarmista por natureza) e com as notícias dos jornais: «A posição da pobre e querida rainha é, se possível, pior do que antes! A situação do nosso muito amado Fernando é terrível e sinto muito por ele»². Quanto a D. Maria, em carta à rainha Luísa da Bélgica, mostrava-se muito mortificada com tudo o que sucedera³.

Possivelmente, Vitória Coburgo comunicou as suas preocupações a Palmerston, pois este escreveu-lhe tranquilizando-a: «O resultado de tudo é que a posição da rainha é melhor do que era, não tão má como poderia ter sido depois de um tal fracasso, mas muito menos boa do que se ela tivesse esperado pacientemente até chegar o momento adequado para a ação. O príncipe comportou-se com espírito, coragem e firmeza e adquiriu pela sua conduta o respeito das duas fações»⁴, o que a filha irá repetir ao tio Leopoldo⁵ e, possivelmente, a duquesa de Kent ao irmão Ernesto, pois este, a 23 de novembro, felicita D. Fernando pelo seu comportamento decisivo e pelos aplausos gerais que colheu, pedindo-lhe pormenores do que acontecera⁶. Palmerston participava ainda à duquesa de Kent que lorde Howard o informara de uma reunião que tivera com Passos Manuel em que este declarara aspirar à reconciliação e que o novo texto constitucional seria «uma amálgama da carta de D. Pedro e da Constituição»⁷. Aliás, fora isso que ficara estabelecido em reunião da rainha e Passos Manuel.

O rei Leopoldo reagiu com mais irritação, considerando que à rainha de Portugal e seu marido só restava colaborar «com esses infelizes ministros re-

¹ Sobre a governação de Passos Manuel, ver PINHEIRO, 1996, pp. 105-124.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 18.11.1836.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 27.11.1836.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20.11.1836.

⁵ *The Letters of Queen Victoria*, vol. I, pp. 69-70, carta de 21.11.1836.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Coburgo, 23.11.1836.

⁷ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20.11.1836.

volucionários»¹. O que não revela à sobrinha Vitória é que apoiara o golpe. A opinião pública belga não se deixou iludir e o rei foi acusado de «conduzir uma política internacional reacionária». Acabou por ter de mandar regressar Van de Weyer, que saiu de Lisboa com o pretexto de falta de saúde. Foi substituído pelo general Goblet, antigo ministro da Guerra. «O rei Leopoldo nunca mais conseguirá desempenhar um papel de primeiro plano na política portuguesa»².

Chegado a Londres nos primeiros dias de janeiro de 1837, Van de Weyer apressa-se a visitar a princesa Vitória, passando-lhe uma versão bastante reforcada do que se passava em Portugal. Segundo o diplomata belga, as intrigas e vilanias das classes mais elevadas são inacreditáveis e até Lavradio faz jogo sujo. Quanto ao príncipe Fernando, é dotado de uma tal inteligência e firmeza de carácter que dificilmente mais alguém da sua idade poderia possuir. Pelo contrário, a «pobre rainha» mostra-se «totalmente indiferente a tudo o que se passa», mas possui a boa qualidade de ser «extremamente obediente a Fernando que tem um enorme poder sobre ela»³. Apreciações de personalidade que os acontecimentos contrariavam.

Ainda antes de completar o seu primeiro ano em Portugal, D. Fernando foi vítima de uma agressão sem consequências que parece ter sido obra de um francês algo desequilibrado e sem ligações à política. De resto, o que pomposamente se chamou «atentado» não passou de um arremesso de pedras. Ao autor, Pierre Mercier, foi movido um mero processo correcional⁴.

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 27.11.1836.

² DEFRANCE, 2004, p. 147.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 10.1.1837, e *The Letters of Queen Victoria*, vol. I, pp. 74-75, carta ao tio Leopoldo, 23.1.1837.

⁴ Cf. BNP, ms. 223, docs. 64 e 65.

Capítulo 3

A terrível política portuguesa: conspirações, guerras e escândalos (1837-1851)

«A função de governar é das mais tristes que se pode ter
à face da terra».

D. Fernando II, 1851

A 16 de setembro de 1837, com o nascimento do seu primeiro filho, D. Fernando ascendeu à dignidade régia, tomando o título de rei D. Fernando II de Portugal. Privilégio negado às rainhas esposas dos soberanos, mas concedido no nosso país aos reis consortes, o seu nome entrou no elenco dos monarcas portugueses, tendo portanto direito à numeração que o individualizava. Nesse mesmo ano, em junho, também a prima Vitória subira ao trono do Reino Unido como rainha reinante. Os Coburgos tinham agora dois monarcas reinantes e um consorte e a descendência assegurada, tanto em Portugal como na Bélgica, onde em março nascera um príncipe.

Mas estes acontecimentos felizes decorreram em Portugal num clima político permanentemente instável e preocupante, incluindo luta armada, embora o paroxismo se atingisse na década de 1840. O casal teria preferido que o deixassem em sossego: ela para gozar as alegrias da família sem que lhe contestassem a autoridade régia, ele para se deleitar no ambiente doméstico, na sua Pena que construía, arborizava e ajardinava, numa ou outra caçada, na fruição dos seus cavalos e cães e no exercício da pintura, desenho, gravura e música. Só o conseguiram em momentos que ciosamente cultivaram, quando a política acalmava, o que nunca era por muito tempo. Vários filhos nasceram em plena crise política ou mesmo bélica. D. Maria teve a grande infelicidade de morrer aos 34 anos, no seu décimo primeiro parto, quando se

inaugurava uma era de paz que duraria décadas e que lhe permitiria preencher os seus dias como gostava. O destino de D. Fernando foi muito mais risonho.

Não se pretende neste livro narrar com minúcia as terríveis vicissitudes políticas portuguesas que fizeram do reinado de D. Maria II um *continuum* de intrigas, revoltas, campanhas de descrédito, ameaças reais ao trono, golpes de Estado e guerras civis¹. Mas impõe-se este capítulo que pretende evidenciar o permanente sobressalto em que o casal viveu e perceber qual foi o protagonismo e a apreciação de D. Fernando sobre todos esses acontecimentos que se sucederam a um ritmo alucinante².

3.1. O setembrismo

Logo em maio de 1837, decorriam então os trabalhos das Cortes Constituintes, eclodiu uma conspiração miguelista («conspiração das Marnotas»), mas foi rapidamente dominada. Miguelista significa, recorde-se, partidário de D. Miguel, ou seja, uma conspiração que pretendia desapossar do trono D. Maria e D. Fernando. Dois meses depois, já Passos Manuel abandonara o governo e a ideologia setembrista perdia vigor, dá-se a «revolta dos marechais» Saldanha e Terceira, que eclodiu no Minho e alastrou a Trás-os-Montes, Beiras, Ribatejo, Estremoz e cercanias de Lisboa. O novo ministério, presidido por Sá da Bandeira, não conseguiu pacificar a oposição. A rainha estava então no fim da gravidez, que durante muito tempo se pensara que terminaria em princípios de agosto³. Nesta época era difícil prever a data do parto. Um mês antes do nascimento de D. Pedro, a rainha emite um alvará em que determina que, devido à proximidade do parto, na sua ausência nenhum diploma poderia ser rubricado sem a presença de D. Fernando, coadjuvado pelo ministério⁴. Precavia-se, sabendo que a luta estava na forja, pois os marechais não se haviam aquietado. De facto, dois dias depois, a 20 de

¹ Remeto o leitor interessado para capítulos de distintas autorias de PERES, 1935, TORRAL e ROQUE, 1993, MARQUES, 2002a e para as obras de SERRÃO, 1986a e BONIFÁCIO, 2005, entre outras.

² Além da bibliografia da especialidade e de fontes publicadas, será privilegiada a correspondência privada emitida e recebida por D. Fernando existente em arquivos portugueses e alemães, na sua maioria até agora inédita. Dos documentos sob custódia portuguesa, foram já exploradas por José Teixeira e por Fátima Bonifácio algumas cartas dos ANTT, e pelo primeiro outras depositadas na BNP. Dos arquivos alemães, alguns poucos trechos de cartas de D. Fernando foram revelados por Marion Ehrhardt, que os usa sem identificação dos arquivos de custódia e suas cotas. Quanto ao diário da princesa e depois rainha Vitória, que também aqui será utilizado, Fátima Bonifácio usou algumas entradas de 1836.

³ Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, 4.5.1837, 29.7.1837.

⁴ *Cortes Gerais e Extraordinárias*, sessão de 18.8.1837.

agosto, nomearam uma «regência provisória do reino» em Torres Vedras. O país vivia outra guerra civil. Os rebeldes avançaram sobre Lisboa, mas retiraram para norte por não terem suscitado adesão. A 28 de agosto e a 18 de setembro, dois dias após o nascimento de D. Pedro, os exércitos confrontaram-se, respetivamente nas batalhas de Chão da Feira (distrito de Leiria) e de Ruivães (distrito de Braga). A última determinou a vitória dos setembristas, a paz foi assinada a 20 de setembro de 1837 na Convenção de Chaves e os dois marechais partiram para o exílio.

Mas nada garantia a pacificação. Nesse outono D. Fernando quis saber com que auxílio podia contar por parte da Inglaterra. Fê-lo por intermédio do tio Leopoldo, que por sua vez escreveu a Vitória. A resposta desta foi pouco satisfatória: tudo dependeria das circunstâncias e só podia garantir o que já fora ordenado, isto é, que a armada inglesa protegeria as pessoas da família real em caso de perigo. Depreende-se também desta carta que o rei dos Belgas desejava o afastamento de lorde Howard, talvez a pedido de D. Fernando¹. É que já nesta altura o diplomata inglês enviava informações negativas sobre Dietz. O afastamento de Dietz e a sua saída de Portugal será cavalo de batalha da política inglesa, que o considerava uma má influência junto dos monarcas portugueses.

Embora em tom de gracejo, já em julho desse ano de 1837, em carta a D. Fernando, Van de Weyer acusara o seu antigo professor de ser absolutista: «O rei de Hanôver parece ter pelas constituições o mesmo horror que o sr. Dietz»². Em outubro, a rainha Vitória e o primeiro-ministro, lorde Melbourne, estão convencidos de que uma carta recebida de D. Fernando «que contém uma questão singular respeitante à nossa política em Portugal» «foi instada por Dietz, que é sempre insensato e alarmista»³. Meses mais tarde, em fevereiro de 1838, a rainha inglesa escreve no seu diário: lorde Melbourne «falou-me sobre uma carta de lorde Howard de Lisboa para lorde Palmerston, em que ele (Howard) se queixa amargamente de Dietz e da imensa influência que tem sobre Fernando, o que eu temo seja bem verdade»⁴. Dias depois, Vitória também debateu a questão Dietz com Palmerston⁵ e a 7 de março já se haviam recebido novas acusações que Howard formulava contra

¹ *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, pp. 124-125, carta da rainha Vitória para o tio Leopoldo, reis dos Belgas, Londres, 19.11.1837.

² BA, 54-X-28 (146), carta de Van de Weyer a D. Fernando, Londres, 19.7.1837.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 25.10.1837.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 6.2.1838. Nesta época a jovem rainha inglesa era completamente influenciada por Melbourne.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 14.2.1838.

o coburguês¹. Vitória começou a suplicar ao primo Fernando que não ouvisse o seu antigo professor, uma péssima influência, como afirmava, e o governo inglês não se inibia em intercetar as cartas de Dietz².

Dietz será «osso duro de roer», resistindo durante dez anos. Só em 1847 a união de esforços do governo britânico e de todos os ramos da família Coburgo (inglês, belga, saxão e austro-húngaro) conseguirão o seu afastamento da corte portuguesa. O governo inglês reputava Dietz de antibritânico. Leopoldo, e sobretudo Alberto e Vitória, estavam convencidos de que ele era o responsável pelo que consideravam erros de atuação do casal régio português, demasiado interventivo e não compreendendo o que era o papel de um monarca constitucional. Atribuíaam a Dietz, ao seu sectarismo, aos seus conselhos aos reis e à sua imprudência discursiva que nem selecionava os interlocutores, a sucessão de revoltas portuguesas, a impopularidade da Coroa e o perigo real do fim da dinastia. Quanto à família da Saxónia e da Áustria, pouco entusiasta do regime constitucional, não admitia que se propalasse pela Europa que Dietz determinava o comportamento de Fernando e que este era incapaz de pensar e decidir por si próprio, o que os miguelistas se encarregaram de difundir. Não fora para isso que Dietz acompanhara o príncipe. Mas em Lisboa ele revelara-se um excelente gestor das finanças da Casa Real e, como se esperava, um magnífico professor dos infantes. A rainha reconhecia isso e foi ela que nos últimos tempos de permanência de Dietz maior resistência opôs à sua saída. Teve de se vergar à vontade da Grã-Bretanha, que impôs a remoção do preceptor como uma das condições para a intervenção militar que assegurou o fim da guerra civil de 1846-1847.

Mas retome-se o fio dos acontecimentos. Em carta de votos de bom ano de 1838 que dirigiu ao tio Ernesto, D. Fernando mostrava-se relativamente esperançado: «não podemos negar que a moderação em geral tornou-se muito maior, facto que não deve ser desprezado». Contudo, considerava que a «inação» não resultava de «convicções», mas de «fraqueza e impotência das partes»³. Lavradio era mais pessimista: «Estou receoso do que acontecerá em Espanha, depois de perdidas as esperanças de intervenção francesa. Se os *descamisados* se aproveitam do ensejo para de novo imperarem pelo terror, deve temer-se muito em breve o triunfo do pretendente [D. Carlos], e, nesse caso, o que será de nós? Os miguelistas já andam de cabeça erguida, e estão tão

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 7.3.1838.

² Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, 4.4.1838, 11.12.1838.

³ StAco, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 1.1.1838.

certos de vencer, que já D. Miguel trata de se casar com uma princesa napolitana e de aprontar as malas para ir reunir-se a D. Carlos»¹. Dias depois volta ao assunto: «O casamento de D. Miguel diz-se que não está em maus termos e os miguelistas andam muito contentes, contando com subsídios e auxílios das grandes potências e com a próxima reunião do seu chefe a D. Carlos»².

A 7 de março eclodia nova revolta militar em Lisboa, mas não miguelista, como Lavradio temia. Um nome que muito iria dar que falar começa a ser conhecido: Costa Cabral, então nomeado administrador-geral (designação da época para governador civil) do distrito de Lisboa. Em outubro nasceu o infante D. Luís. Os pais sentiam-se felizes, com dois rapazes a assegurar a continuidade da dinastia dos Braganças liberais. Mas estes tempos de bonança nunca duravam muito, embora o ano seguinte decorresse com relativa tranquilidade interna. Em contrapartida, a Grã-Bretanha comportou-se mais como inimigo do que como país aliado em torno de duas discórdias que Palmerston suscitou: uma respeitava ao tráfico de escravos, com a Inglaterra a acusar Portugal de o manter, e outra com um pretenso auxílio que os funcionários portugueses de Goa haviam prestado aos rebeldes indianos que lutavam contra a Coroa britânica. Como compensação por este agravo, o governo inglês quis a entrega dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu. Portugal não cedeu, mas Sá da Bandeira, o chefe do governo que reagiu com firmeza acusando os ingleses de falsidade e declarando «que Sua Majestade não podia admitir, como base de qualquer negociação, a cedência de territórios da Coroa»³, teve de se demitir em abril de 1839. Quatro meses depois, Palmerston autorizou os navios ingleses a interceptar os portugueses suspeitos de tráfico negreiro. Coincidiu isto com a vinda do pai de D. Fernando a Portugal, donde seguiu para Londres. Para os monarcas portugueses, primos diretos da rainha de Inglaterra, a situação tornou-se muito desconfortável — passando por cartas em tom duro trocadas entre Vitória e Fernando —, agravada ainda com o diferendo sobre Dietz, que era detestado por lorde Howard. Por sua vez, D. Fernando e o pai antipatizavam profundamente com o diplomata inglês e eram retribuídos. Também Vitória se sentia incomodada. Reconhecia graves defeitos a Howard, mas não podia deixar de defender os interesses ingleses⁴. Após o casamento de Vitória com o seu primo Alber-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 138, 29.1.1838. D. Carlos era o pretendente absolutista ao trono de Espanha.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 138, 5.2.1838.

³ Cit. por PORTUGAL, *Memórias do Conde do Lavradio*, vol. III, p. 139.

⁴ Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, *passim*.

to de Saxe-Coburgo-Gotha, em fevereiro de 1840, passavam a ser dois a pressionar constantemente a rainha e o rei de Portugal. Entretanto, desde novembro de 1839, os governos integravam já cartistas no seu seio.

Veja-se agora como apreciava D. Fernando estes acontecimentos, ou melhor, o que revelava do seu pensamento ao tio Ernesto, duque reinante de Coburgo-Gotha e chefe da família por todos assim considerado, incluindo o rei português. A 29 de fevereiro de 1840 escreve-lhe: «aqui estamos todos muito bem e agora também em termos políticos, pois, dispensadas as nossas queridas Cortes, temos menos contrariedades. Mas, apesar de todas as suas loucuras, pouco eco encontraram no país» que precisa, acima de tudo, de paz e ordem. «Que feliz é, querido tio, no seu adorado e discreto Coburgo, desconhecendo as alegrias da vida constitucional!»¹. Duvido que D. Fernando perfilhasse realmente esta ideia e muito menos que se batesse por ela, mas é natural que as perturbações contínuas em que vivia desde que chegara a Portugal lhe propiciassem estes desânimos constitucionais. Por outro lado, o rei tinha a fraqueza de querer agradar a todos e tal opinião transmitida ao duque seria muito bem acolhida. Mas era imprudente da parte dele confiar tal parecer a um documento escrito, mesmo em jeito de *boutade*.

A 11 de agosto houve nova tentativa de revolta. «O governo aproveitou a ocasião para suspender as garantias e suprimir jornais que nos últimos tempos caricaturavam insolentemente el-rei D. Fernando e não poupavam nos seus ataques a própria rainha»². No parlamento, José Estêvão insurge-se com a sua proverbial veemência.

A rainha estava grávida pela terceira vez, nascendo uma menina que morreu no parto a 4 de outubro de 1840 e fez a mãe correr risco de vida. Recompuesto do susto, D. Fernando preocupava-se também com a «incerteza e desordem em Espanha» que podia inspirar revolucionários portugueses³. Seguiu-se mais uma questão desagradável, a da sua dotação, já questionada em fevereiro e de novo debatida e votada em novembro. O deputado Carlos Mourato Roma, bom conhecedor de questões financeiras, declarou opor-se ao montante de 100 contos de réis, muito embora tivesse sido esse o valor estabelecido no contrato matrimonial. Na sua opinião, «se bastasse o contrato,

¹ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 29.2.1840.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 149-150.

³ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 11.10.1840.

sem dependência das cortes, para fixar a dotação de el-rei, assim como se estabeleceu a dotação de 100 contos, podia ter-se fixado uma muitíssimo maior; e então nós nos veríamos em grande embarço». Para este deputado apenas as Cortes tinham o poder de estabelecer o valor da dotação. Silva Carvalho discordou, visto que após a morte do príncipe consorte D. Augusto o governo e as cortes pressionaram a rainha para que contraísse rapidamente um novo matrimónio e, devido à urgência do assunto, dotara-se um negociador de plenos poderes que estabeleceu o contrato o melhor que pôde e, perante circunstâncias extremamente adversas, conseguiu a assinatura do consórcio mediante cláusulas secretas, que aliás foram apresentadas e ratificadas pelas Cortes em 1836. Silva Carvalho lembrou ainda que D. Fernando possuía uma «imensa Casa que tinha nos seus estados» e da qual fora forçado a abdicar para se casar com a rainha de Portugal. Assim, na sua opinião, o contrato devia ser cumprido. Alexandre Herculano, então deputado, interveio no mesmo sentido, declarando que o valor em causa «não é uma generosidade, é uma obrigação que resulta de um contrato legal feito por uma nação que preza a sua honra». A dotação manteve-se, aprovada por 83 votos contra oito¹.

Dias depois o rei escreve a Ernesto I, mas diz-lhe que poucas novidades tem, que a sessão legislativa, onde alguns membros da oposição foram contundentes, está a acabar e o que o preocupa é a Espanha, rematando: «Como seria magnífico se não estivéssemos tão próximos de Espanha, desta vizinhança não vem nada de bom para nós»². Ainda no mesmo mês regressa ao tema espanhol, país onde grassa a confusão, que tudo indica irá aumentar, um dos melhores exemplos que ilustram o destino de um país ignorante e quase selvagem conduzido por ideias mal entendidas de liberdade e por desastrosa interferência estrangeira, avalia o rei. Como nesta altura o debate parlamentar a respeito do valor da dotação do rei consorte já devia ser do conhecimento do duque, D. Fernando tranquiliza-o: «a maioria da câmara comportou-se muito bem, como se esperava»³.

A correspondência entre Fernando II de Portugal e Ernesto I de Saxe-Coburgo-Gotha manteve-se assídua. O rei abordava tanto questões pessoais como políticas. Estas últimas aborreciam D. Fernando, mas interessavam ao

¹ *Actas da Câmara dos Deputados*, sessões de 17.2.1840 e 6.11.1840.

² StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 13.11.1840.

³ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 22.11.1840.

interlocutor que pedia notícias¹. E assim, na carta habitual de ano novo, o sobrinho diz-lhe que desde a sua última carta «o céu político» «clareou», que há razões para acreditar que nada de extraordinário venha a acontecer e apesar de nunca faltarem desapontamentos e da quantidade de exaltados que existem em Espanha e em Portugal, não há motivos para receios nem para temer uma guerra luso-espanhola. Contudo, acrescenta, é necessário «estar sempre em guarda com os nossos vizinhos, onde a confusão cresce diariamente». Referindo-se à intervenção inglesa em Espanha, classifica-a de perniciososa e «resta saber como vai a Inglaterra comportar-se connosco nesta matéria». Tivesse Portugal dinheiro e capacidade de produção de material militar, pouco haveria a temer. Mesmo assim, com o que se tem, assegura, se houver ataque espanhol «defender-nos-emos, mesmo sendo mais pequenos». A carta revela também que o tio o pressionava sobre dois assuntos, que D. Fernando diz não ser possível resolver sem o consentimento das Cortes, que reabriram na véspera e que estão agora a debater medidas financeiras urgentes, pois há fome no reino. Um dos assuntos não é especificado, mas o outro é o comando do exército, que Ernesto I queria que ele reassumisse. Depois de lhe dizer que a nomeação depende de votação parlamentar, D. Fernando acrescenta que a Constituição o proíbe e, sendo possível alterar esse artigo, não é fácil consegui-lo, especialmente porque o ministro da Guerra se sente felicíssimo por comandar o exército. O ministro era então José Travassos Valdez, conde do Bonfim. O rei garante que não deixará cair a questão, mas o que deseja é a tranquilidade do país². Acredito piamente nesta sua última afirmação, mas não creio que aspirasse a retomar o posto do comando militar.

A discórdia entre Portugal e Espanha estalou em torno da navegação do Douro e Portugal chegou a preparar-se para um ataque espanhol. A mediação britânica resolveu o problema. Em fevereiro de 1841 D. Fernando refere-se ao assunto, tanto para o primo Ernesto, que se encontrava então em Espanha depois de o ter visitado em Lisboa, como ao tio, pai daquele. Ao primo diz que deve ter seguido com interesse «a nossa disputa com os nossos amáveis vizinhos». «Não preciso de te dizer o quanto odiamos os nossos vizinhos. Há muito poucas pessoas que queiram ser espanholas e essas estão muito bem com os seus irmãos em Madrid», embora a «República Ibérica» esteja «em algumas mentes». Quanto ao incidente, está resolvido muito

¹ Não tenho dúvidas de que de idêntico teor seriam as cartas para o pai e o tio Leopoldo, mas não foi possível localizá-las.

² StA Co, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 2.1.1841.

a contento de Portugal e «os Espanhóis fizeram figura de tolos com a fanfaronada». «A Inglaterra foi-nos muito útil»¹.

Para o tio, continua a invetivar a Espanha, «em completa dissolução»: «temos de nos separar tanto quanto possível deste povo e tentar nada ter em comum com ele». Seria bom, continua, que os países estrangeiros deixassem de confundir os dois países porque «embora nós sejamos uns grandes loucos e não vivamos em condições brilhantes, somos apesar de tudo melhores do que os espanhóis, merecendo, portanto, que nos distingam deles». Não deixa de ser irónico conhecer a opinião que D. Fernando tinha de Espanha quando sabemos com que obstinação décadas mais tarde esse país o quis para seu rei. Claro que D. Fernando reconhece as dificuldades internas, os problemas financeiros, a instabilidade governativa, afirmando, trocista, que o ministério parece ter já as pernas fracas, o que não admira por ser idoso, pois tem quinze meses de vida, quando usualmente só existem durante seis a nove. E volta a desabafar: «Que feliz é o tio sabendo que nos seus pacíficos Coburgo e Gotha nada disto acontece. Que feliz é esse pequeno país, mesmo que languesça sob o despotismo em vez de ser estimulado pela divina dádiva da liberdade!»². Trata-se mais uma vez de um gracejo, tom que agradava ao tio.

Ainda em 1841, por carta redigida em Sintra a 1 de julho, refere-se a uma desconfortável crise ministerial ocorrida duas semanas antes. De facto, em junho fora nomeado novo governo presidido por Joaquim António de Aguiar, um cartista, que acumulava a pasta do Reino, a mais influente. Costa Cabral manteve-se na Justiça e Rodrigo da Fonseca Magalhães deixou a do Reino pela dos Estrangeiros, que aliás já exercia há um ano por interinidade. A adesão dos ministros à Constituição de 1838 «era geralmente nominal»³. A sua composição agradou ao rei, que afirma ter dado trabalho e aflição, mas ser um «ministério bastante decente». O problema que não se resolve, escreve, é a situação financeira, pois se assim não fosse tudo corria bem. Entre as boas notícias, o rei destaca as relações diplomáticas portuguesas, com o regime já reconhecido pelo papa e pela Prússia, a que sem dúvida se seguirão a Áustria e a Rússia, o que efetivamente aconteceu. D. Fernando mais uma

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto (futuro Ernesto II), Lisboa, 12.2.1841.

² StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Lisboa, 28.2.1841.

³ MARQUES, 2002a, p. 601.

vez sublinha, orgulhoso do seu país: «Fica agora claro que entre nós e os nossos queridos vizinhos há alguma diferença»¹.

3.2. A revolução de 1842 e a ascensão de Costa Cabral

No fim do ano de 1839, Costa Cabral entrara para o governo, assumindo a pasta da Justiça. Este ministério, dirigido por Bonfim e que integrava também Rodrigo da Fonseca Magalhães, marca *de facto* o fim do setembrismo. Desde então a ascensão de Costa Cabral foi imparável, levando à ilharga o irmão, José da Silva Cabral, além de outros familiares de menor relevância. Rodrigo, *o Raposa*, virá a ser completamente ultrapassado pelo colega e rival e só voltará à ribalta após o fim do cabralismo em 1851.

Em janeiro de 1842 o partido cartista venceu as eleições autárquicas no Porto. A cidade festejou em massa e nos dias seguintes manifestou-se a favor da reposição da Carta Constitucional de 1826. Costa Cabral, pretextando assuntos familiares a resolver, embarcou para o Porto. Ao chegar aí, a 19, foi aclamado. E dá-se então o impensável: o ministro da Justiça põe-se à frente dos revoltosos contra o governo de que ele próprio era membro. Ou melhor dizendo, impensável num outro país onde o regime constitucional estivesse consolidado e onde as divergências políticas se debatiam em eleições e no parlamento; não em Portugal, que vivia há décadas em permanente alvoroço guerreiro. Aliás, Cabral não iludiu toda a gente ao partir para o Norte. A 12 de janeiro, escreve o conde do Lavradio no seu diário: «O ministro Costa Cabral pediu licença para ir ao Porto, com o motivo aparente de ir ver a sua família, ou parte dela, que ali se acha; dizem, porém, que o verdadeiro motivo desta viagem é promover, principalmente por meio da maçonaria, uma reação a favor da Carta de 1826, ou, ao menos, a favor do comando em chefe do exército, que alguns pretendem convém dar novamente a el-rei»².

D. Maria e D. Fernando eram permanentemente aconselhados de forma contraditória. Muito jovens, nada mais natural que tivessem cometido erros. Palmela insistia em que D. Fernando seguisse de imediato para o Porto³, mas desta vez adotou-se o parecer mais sensato de Sá da Bandeira, que impediu essa missão absurda, como a qualifica o marquês da Bemposta, ajudante

¹ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, duque de Coburgo, Sintra, 1.7.1841.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 162.

³ Cf. duas das três cartas do duque de Palmela ao rei, de 30 e 31.1.1842, cit. em CARVALHO, 1903, p. 205.

de campo do rei¹. Maria Amália Vaz de Carvalho, a biógrafa de Palmela, conclui, erradamente, que o rei não empreendeu a viagem porque tinha pouca vontade de lutar por uma causa que não era sua². Em seu lugar, foi enviado o barão Sarmento, mas o vapor avariou e regressou a Lisboa. Houve quem pensasse que foi traição do capitão do navio para permitir que a revolução prosseguisse. O marquês da Bemposta, testemunha ocular do que se passava no paço, revela em correspondência íntima que a rainha e seu marido não aprovaram esta forma violenta de repor a Carta³, apesar de a preferirem à Constituição de 1838. O mesmo dissera o rei ao príncipe Alberto: que não aprovava a revolução, porque, embora a Carta pudesse ser desejável, não devia ter sido restaurada dessa maneira, mas sim por uma reforma política⁴. Uma carta de D. Fernando a Palmela patenteia o mesmo: «Mando-lhe estes dois boletins que acabámos de receber. Por um deles verá que a desgraça quer que o vapor que levava o Sarmento nem chegasse ao Porto. Não sei por ora se este (Sarmento) teve a luminosa ideia de desembarcar e ir por terra ao Porto. Peço-lhe também que venha quanto antes ao paço para podermos falar sobretudo do projeto de ontem e vermos o que mais convém fazer»⁵.

D. Maria demitiu Costa Cabral do governo, mas no Porto foi constituída uma Junta de Governo presidida por ele, que, em nome da rainha, revogou a Constituição de 1838 e proclamou a Carta de 1826⁶. Os revoltosos iniciaram a sua marcha para Lisboa. Nas Necessidades percebera-se que o duque da Terceira apoiava os revoltosos e tentava-se subtraí-lo ao movimento. Uma outra carta de D. Fernando a Palmela, no dia em que os sublevados já vinham na zona de Coimbra, revela-o, assim como a sua insistência em defender «a ordem legal e sossego da capital»⁷. No dia seguinte, 7 de fevereiro, Palmela constituiu governo, que só durou dois dias, coincidentes com o Carnaval, passando à História com o nome de ministério do Entrudo. Foi substituído por outro presidido pelo duque da Terceira. Nesta emergên-

¹ Carta do marquês da Bemposta à esposa, 31.1.1842-1.2.1842, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 159.

² CARVALHO, 1903, p. 207.

³ Cf. carta do marquês da Bemposta à esposa, 1.2.1842, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 160.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto a D. Fernando, Londres, 15.4.1842, onde Alberto transcreve essa afirmação do primo.

⁵ Carta de D. Fernando ao duque de Palmela, 31.1.1842, cit. em CARVALHO, 1903, p. 207.

⁶ Cf. carta do marquês da Bemposta à esposa, 1.2.1842, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 160.

⁷ Carta de D. Fernando ao duque de Palmela, 6.2.1842, cit. em CARVALHO, 1903, pp. 210-211.

cia, os reis, rodeados por muitas e desencontradas opiniões, procuravam aconselhar-se com políticos experimentados, tendo de agir semiclandestamente. No dia 10, Dietz escreveu a Rodrigo da Fonseca Magalhães pedindo-lhe que fosse de imediato ao paço porque Suas Majestades precisavam de o consultar, mas que entrasse pelos seus aposentos «para evitar a curiosidade de muitas pessoas de que estamos rodeados»¹. Nesse mesmo dia, a rainha, que se encontrava de novo em fim de gravidez, teve de decretar a reposição da Carta proclamada pelo ministro que depusera.

Nas suas memórias de 1853, o rei esclarece o papel do duque de Palmela:

«O duque de Palmela foi alheio ao criminoso plano de Costa Cabral e nesta circunstância deu o seu apoio ao trono que, sinceramente, desejava resistir ao que a força queria impor-lhe. O duque de Palmela, um homem que muitas vezes submetia demasiado os factos a si próprio, e sem dúvida com boas intenções, tornou-se pouco depois o protetor e não o antagonista do conde Tomar e ninguém mais do que ele suplicou ao trono, sempre indisposto, para que perdoasse ao restaurador da Carta»².

Na altura dos acontecimentos, em carta ao seu tio Ernesto, D. Fernando compara de novo o sossego de que ele goza no seu pequeno país com a situação de Portugal, onde a Natureza concedeu tudo, mas em vez de crescer o bom senso, grassa a desarmonia com a irrupção de «um desastre», «uma loucura revolucionária do tipo de 1836», mas em prol da Carta. Explica ao tio que o «infeliz projeto» foi obra de militares no Porto e nas províncias do Norte e que um ministro que aí se deslocou dizendo que ia visitar a família sustentou e ampliou a «loucura» que eles, em Lisboa, não conseguiram impedir. Mas, afirma, ele e a rainha estão de «consciência tranquila» e com «a honra intacta», embora se propalasse e acreditasse, sobretudo no Norte, que a rainha apoiava a revolta e que as suas declarações em contrário lhe haviam sido impostas pelos ministros. «Só recentemente, quando já não se podia recuar, começou a ser percebido que nós desejámos resistência. É claro que não temos objeções à Carta porque é melhor em vários aspetos», explica o rei, mas sim ao processo adotado para a sua restauração. Promulgá-la, continua, foi «a única forma decorosa» de resolver a situação. «É muito triste que as coisas tenham corrido assim, especialmente numa altura em que estávamos calmos e tranquilos». Os cartistas, diz com realismo, acreditam que

¹ Carta de Dietz a Rodrigo da Fonseca Magalhães, 10.2.1842, cit. em VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 390.

² ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov. 1853, 12.^a pág.

a Carta salvou o país para sempre, «uma triste ilusão, porque um nome nunca contribuiu para a felicidade de um país. Mas de nada servem os lamentos, temos agora de ver como é que isto, conseguido de forma tão triste, pode trazer o melhor e olhar para o futuro»¹. D. Fernando era um otimista e reagiu sempre com notável rapidez a todos os infortúnios que o atingiram e este não era para ele de grande monta.

Em tom compreensivelmente mais melancólico, reitera a ideia em 1853: «Sou daqueles que acreditam que muitas vezes é mais político, e sobretudo humano, reconhecer os factos consumados, e penso que é muitas vezes, quando o trono se aventurou demasiado imprudentemente em ações que não tinha a força de realizar, o único meio de se salvar e de se conservar viável. Com frequência é um remédio bem triste, mas é sempre melhor manter o que temos, fazendo um pouco de penitência pelos nossos erros políticos»². Se dúvidas ainda houvesse sobre o que pensou D. Fernando do golpe de Costa Cabral, estes documentos dissipam-nas, sobretudo os que escreveu em cima dos acontecimentos. A afirmação atrás citada de Maria Amália Vaz de Carvalho carece de fundamento, mas muitos assim o pensaram ou o quiseram fazer crer. Em carta à rainha Vitória, D. Maria declara-lhe também que não houvera qualquer conivência da Coroa na restauração da Carta, mas o tom adotado por Vitória, quando a remete a lorde Melbourne, faz suspeitar que não se acreditava na soberana portuguesa³. O marquês de Fronteira, que viveu de perto os acontecimentos, afirma nas suas memórias que «o trabalho dos cartistas dissidentes, que influenciavam no ânimo fraco do conselheiro Dietz, era persuadi-lo de que o papel que a rainha devia representar naquela situação era o de ter aceitado a Carta contrafeita e admitido o restaurador dela nos seus conselhos por força das circunstâncias»⁴. Mas não era assim, porque nem a rainha nem o rei nem Dietz aprovaram o golpe.

A 19 de fevereiro Costa Cabral chega a Lisboa e entra para o novo governo. Começa o período a que se chamou o primeiro cabralismo. Um mês depois, já nascido o infante D. João, D. Fernando volta a escrever ao tio Ernesto I. O texto é ainda mais esclarecedor do que ele pensava da revolta, tanto

¹ StAco, LA, 6130, carta de D. Fernando para o tio o duque Ernesto I, Lisboa, 18.2.1842.

² ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov. 1853, 12.^a-13.^a págs.

³ *The Letters of Queen Victoria*, vol. I, p. 482, carta da rainha Vitória a lorde Melbourne, 4.3.1842.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 5.

mais que o tio se manifestara muito satisfeito com a reposição da Carta de 1826: «É sempre um crime destruir as instituições existentes», «e bem triste é quando um soberano não tem meios de resistir a uma tal insurreição. Isto aconteceu connosco numa altura em que tudo começava a correr muito bem». Sublinha de novo que nada o opõe à Carta, mas os meios de que os seus promotores se serviram «são humilhantes para o trono», «definitivamente maus e ilegais». E conclui, com lucidez: «eu não sei, realmente, o que se ganhou com isso. Dizem muitos que é sempre melhor ter uma constituição provinda do trono em vez de uma emanada do povo, mas com estas pessoas é um princípio muito perigoso porque quando um partido (quase diria uns indivíduos), quis derrubar constituições e instituições existentes pode voltar a fazê-lo sempre que o desejar»¹. Onze anos mais tarde, o rei mantém a opinião:

«O destino sempre invejoso dos que gozam um pouco de descanso, acendeu na sociedade portuguesa, então bastante tranquila e resignada, um novo facho de guerra; o instrumento deste golpe fatal foi o conde de Tomar, então António Bernardo da Costa Cabral. Diremos adiante algumas palavras mais pormenorizadas sobre esta personagem, conhecida em toda a Europa de hoje. Para voltar ao triste fim da Constituição de 38, direi que não se deve pensar que na época a que nos referimos as simpatias pela Carta de D. Pedro estivessem totalmente extintas; pelo contrário, havia muitos, especialmente entre os militares que tinham lutado por ela e pela rainha, cujo coração sangrava ao vê-la destruída por um acaso infeliz. Este sentimento, de resto louvável, tornou-se funesto para o país, porque tudo o que não se faz legalmente, mais cedo ou mais tarde acarreta maus frutos. Estou convencido de que se não tivessem precipitado as coisas que ainda não estavam maduras, regressar-se-ia gradualmente à Carta pelas próprias Câmaras, restauração, neste caso, desejável e sobretudo legal. A ambição e a paixão quiseram colher os frutos ainda verdes. O conde de Tomar (Costa Cabral), então ministro com os senhores Fonseca Magalhães, Aguiar e conde de Vila Real, desejando, sem dúvida, livrar-se de alguns dos seus colegas que lhe pareciam mais influentes do que ele, pretextou um dia uma viagem de negócios particulares ao Porto; apesar de alguns avisos, os seus colegas deixaram-no partir e dois dias depois souberam que tinha proclamado a Carta no Porto. Este ato de felonía e de ambição de Costa Cabral havia sido previamente combinado com o irmão José Bernardo da Silva Cabral, tão famoso depois com a continuação dos acontecimentos de que fazemos aqui apenas um ligeiro esboço.

Por sistema e porque acreditava ser seu dever agir assim, o Trono fez uma oposição leal e franca ao movimento do Porto de que falamos. Não que a rainha não desejasse restaurar a Carta dada por seu pai, mas não era assim que ela e eu a queríamos restabelecida, prevendo já então facilmente todas as tris-

¹ StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio o duque Ernesto I, Lisboa, 18.3.1842.

tes conseqüências desse infeliz acontecimento, o que o futuro demonstrou bem funestamente»¹.

O rei não se refere às qualidades governativas dos novos ministros, mas Dietz não se eximia. Comunica ao pai de D. Fernando que o ministério só se preocupava em ganhar as eleições e era formado pelos «mais ridículos idiotas do país»². Constituíam o governo o duque da Terceira, Costa Cabral, António de Azevedo Melo e Castro, o barão do Tojal (João Gualberto de Oliveira) e António José Campelo. Perante a maioria destes nomes que não deixou memória, talvez Dietz só exagerasse um pouco.

Sabedor da «grande comoção que sofreu Portugal», o imperador do Brasil escreveu ao cunhado: um soberano deve ser sempre contrário a revoluções, mesmo que estas lhe pareçam bem intencionadas, já que «um povo, que fez uma revolução, pode com outra, se lhe não agradar o soberano, deitá-lo abaixo»³. D. Pedro II do Brasil e D. Fernando II de Portugal apreciavam o golpe de Costa Cabral pelo mesmo ângulo. O príncipe Alberto foi mais pragmático. A mudança constitucional deveria ter ocorrido nas instâncias políticas, mas sendo outra a situação, há agora que lidar com ela: a rainha não pode apresentar-se como derrotada; não pode também afirmar uma coisa e fazer outra; a Carta é aceitável até se proceder a uma revisão constitucional negociada entre o trono e os representantes do povo; para isto precisa de um parlamento conservador e para o ter é necessário que não se poupem esforços no sentido de associar os miguelistas aos cartistas, a fim de se constituir em Portugal um partido conservador forte⁴.

Costa Cabral manipulou eleições e governou sem se preocupar com pruridos legais, surgindo recorrentes manifestações e intentonas anticabralistas, como em março ou agosto de 1842. Todavia, o seu governo (sob a presidência nominal de Terceira) encetou medidas necessárias, importantes e progressistas. Destacam-se as leis da saúde, que incluíam a proibição dos enterramentos nos templos, e a reforma fiscal. A ironia do destino de Cabral é que foram estas medidas, de inegável valor, que ditaram a sua queda.

Segundo o marquês de Fronteira, cabralista incondicional, «habilmente Costa Cabral, pela sua conduta moderada, pela linguagem sensata que tinha

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 nov. 1853, 10.^a-11.^a págs.

² StACo, KA, 288, carta de Carl Dietz ao duque Fernando, Lisboa, 21.3.1842.

³ ATT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta de D. Pedro II, imperador do Brasil ao rei D. Fernando, s.l., 25 de maio de 1842.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto a D. Fernando, Londres, 15.4.1842.

na presença da rainha, pôde ir fazendo mudar a opinião que Sua Majestade fazia dele e da restauração de que ele era chefe e, sem exigir graça alguma nem para si nem para os seus companheiros do movimento na cidade do Porto, foi obtendo, tanto para eles como para si, mais benevolência da parte de Suas Majestades e da Corte»¹.

Em junho o governo ganhou as eleições e as Cortes abriram no mês seguinte, mas desprovidas de poder de revisão da Carta. Em agosto dá-se uma revolta setembrista em Braga. D. Fernando não se sentia tranquilo, naturalmente. Considerava dias depois que não existia um governo porque só dois ministros tinham capacidade para o ser. Referia-se, sem dúvida, a Terceira e a Costa Cabral. Apesar da maioria parlamentar, afirmava, as dificuldades financeiras eram graves e temia que a qualquer momento irrompesse nova revolta, dados os precedentes². Adivinhava. Nesse mesmo mês eclodiu nova rebelião anticabralista em Marvão.

Dietz acumulava também adversários. Circulou então uma biografia sua, difamatória, atribuída a José da Silva Cabral, irmão de Costa Cabral. O marquês de Fronteira afirma que a identificação da autoria foi uma calúnia dos adversários dos Cabrais para indispor os reis³. No fim do ano, era já Leopoldo da Bélgica a defender o seu afastamento⁴. Agastado com a campanha anti-Dietz, D. Fernando, embora só para a família, chega à imprudência: se Dietz partir também ele não teria desgosto algum em ir embora. Como comenta a prima Vitória para o tio comum Leopoldo: «isto é uma loucura e afirmação muitíssimo perigosa, porque se a repete, temo que os Portugueses num belo dia lhe satisfaçam o desejo»⁵.

O ano de 1843, com a rainha grávida pela quinta vez, também não foi inteiramente pacífico. Logo em fevereiro Silva Cabral seguiu para o Porto na qualidade de governador civil para reprimir tumultos antifiscais. D. Fernando continuava a comentar a situação política com o tio de Coburgo, relatando-lhe que as Cortes, devido à vasta maioria assegurada pelo governo, estavam menos violentas. Refere-se aos motins do Porto e revela discordância com os modos brandos com que em Portugal se lida com rebeldes. Nunca entendeu este comportamento português. Será essa também a sua posição

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 5.

² StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio, o duque Ernesto I, Sintra, 4.9.1842.

³ Cf. BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 5.

⁴ Carta de Leopoldo I, rei dos Belgas, à rainha Vitória de Inglaterra, 5.12.1842, cit. por DEFANCE, 2004, p. 147.

⁵ Carta da rainha Vitória para o tio Leopoldo, rei dos Belgas, Windsor, 13.12.1842, em *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 558.

durante a guerra civil de 1847. Tivesse sido outra a atitude das autoridades, diz agora em fevereiro de 1843, e já estariam dominados. De qualquer forma, considera que os tumultos do Porto são sem consequência. Comenta ainda a atuação do «pequeno e conservador conde do Lavradio», agora completamente absorvido pela política, fazendo na Câmara dos Pares a mais feroz e veemente oposição ao governo, mas sem que nenhuma das suas propostas fosse aprovada. Em *post scriptum* informa que acabou de saber que o Porto foi pacificado¹.

A seguir ao nascimento da infanta Maria Ana, que ocorreu em julho, as questões políticas que mais preocuparam D. Maria e D. Fernando foram a chegada de Espartero a Lisboa e as negociações que decorriam na Grã-Bretanha, o que surge tanto na correspondência do rei para o duque Ernesto I, como nas cartas que endereçou a Palmela, que se encontrava em Londres a negociar os tratados do comércio e do tráfico de escravos. Espartero era um militar e político espanhol que em 1840 tinha feito exilar a rainha viúva Maria Cristina, que regia o país em nome da filha Isabel II, assumindo depois ele próprio a regência. Agora, em 1843, fora vencido e fugira de Espanha, refugiando-se em Lisboa. Como é evidente, a sua presença podia suscitar desentendimentos entre os dois países. Nem a Coroa portuguesa nem o governo desejavam ser envolvidos nas questões internas espanholas e muito menos que as ideias de Espartero se espalhassem em Portugal. Em carta ao duque de Palmela, e tendo o cuidado de não referir o nome do exilado, D. Fernando diz-lhe que o assunto os ocupou desagradavelmente, que o governo agiu muito bem e que lamenta que Palmerston (cuja identidade também omite) atribua mais a atuação da rainha de Portugal a uma pretensa influência francesa, em que persiste em acreditar, do que à sua vontade própria. Contudo, congratula-se porque Espartero já partiu sem deixar epígonos: «Agora no país não há felizmente novidade, nem me parece que o fogo *sagrado* que as notícias de Espanha tinham no princípio alimentado esteja ainda ardendo com grande calor. O que é certo é que por ora é mais prudente não arriscar ainda opinião sobre os negócios de Espanha»².

Sobre as negociações com o governo inglês, afirma que «tanto a rainha como o príncipe Alberto desejam ver aplanadas as dificuldades do negócio, porém tanto uma como o outro dizem constantemente que há certos pontos sobre os quais é bem difícil entender-se a gente, assim como que as ideias

¹ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando para o tio Ernesto, Lisboa, 6.2.1843.

² Carta de D. Fernando ao duque de Palmela, Sintra, 21.8.1843, cit. em CARVALHO, 1903, pp. 241-242.

sensatas e moderadas de lordes Aberdeen a este respeito possam convencer os seus colegas»¹. Um mês depois continuava o impasse. Alberto comunica a Fernando que não se verificavam progressos porque além de Aberdeen, de Vitória e dele próprio ninguém no ministério queria reabrir as negociações. Contudo, declarava, não se deve desistir².

Espartero foi ainda motivo de outros comentários de D. Fernando. Em carta para Palmela diz-lhe que «a experiência vai-nos mostrando que a nossa política para com Espartero foi sensata e que não pouco se precipitou lordes Howard naquela ocasião»³. E ao tio Ernesto comunica que «a presença de Espartero não fez aqui a menor impressão, embora fosse visita muito desagradável». O rei sossegava o tio, alarmado com as notícias que lera⁴. O duque Ernesto I faleceu em janeiro de 1844. Na última carta que D. Fernando lhe endereçou, nesse mesmo mês, é ainda a Espanha e o receio de novas convulsões que venham destruir a tranquilidade portuguesa a única matéria política que aborda⁵.

Mas essa tranquilidade não era total. É certo que em outubro de 1843 os reis haviam viajado pelo Alentejo, com Costa Cabral, em jornada que decorreu pelo melhor, e que em dezembro este último obtivera da rainha a nomeação de conselheiro de Estado vitalício, o que aparentava um entendimento perfeito e a confiança régia. Mas logo em fevereiro de 1844 houve um pronunciamento setembrista em Torres Novas, que provocou a suspensão das garantias, o encerramento das Cortes e a nomeação de Silva Cabral para governador civil de Lisboa. Seguiu-se uma sublevação de tropas que ocuparam a vila de Almeida, que só se rendeu dois meses depois. O poder de Costa Cabral incomodava cada vez mais e o seu entendimento com a Coroa começava a minar a imagem desta.

Em carta ao primo Ernesto II, agora o chefe da família Coburgo, D. Fernando diz-lhe que decorria uma rebelião, que em Lisboa estava tudo sossegado, embora se conspirasse por toda a parte, mas que tinha esperanças num desfecho feliz⁶. No mês seguinte, o conde do Lavradio, José Jorge Loureiro

¹ Carta de D. Fernando ao duque de Palmela, Sintra, 1.9.1843, cit. em CARVALHO, 1903, pp. 246-247.

² ANTT, ACR, 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto a seu primo D. Fernando, Windsor, 2.10.1843

³ Carta de D. Fernando ao duque de Palmela, Sintra, 1.9.1843, cit. em CARVALHO, 1903, pp. 246-247.

⁴ StAco, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio, o duque Ernesto I, Sintra, 18.9.1843.

⁵ StAco, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio, o duque Ernesto I, Lisboa, 1.1.1844.

⁶ StAco, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo, o duque Ernesto II, Lisboa, ?2.1844.

e Mouzinho de Albuquerque entregaram um memorando à rainha aconselhando a demissão de Costa Cabral. Não foram atendidos. Cabral manteve-se e no fim do ano foi elevado a par do reino.

Em fevereiro de 1845 nasceu a infanta D. Antónia, a segunda filha. D. Maria e D. Fernando tinham agora uma «ninhada», como dizia a rainha: Pedro, Luís, João, Maria Ana e Antónia. Só uma menina, que nascera no terceiro parto, havia falecido. Em 1846 nasceria Fernando e em 1847 Augusto, dois anos terríveis, sob o ponto de vista político.

3.3. A revolta da Maria da Fonte e a primeira queda de Cabral

Em setembro de 1845, D. Maria e D. Fernando passaram uns dias em Tomar no palácio de Costa Cabral, que ele adaptara de uma ala do convento que comprara. É então que a rainha lhe concede o título de conde de Tomar. Os meios de enriquecimento rápido de um homem que nascera pobre eram contestados. As honras que agora a rainha lhe acordava agravavam os descontentamentos. Em novembro são promulgadas as leis da saúde pública, incluindo a proibição de enterros nas igrejas e em fevereiro de 1846 entra em vigor o novo sistema fiscal que estabelecia a décima da repartição. No mesmo mês o irmão do conde de Tomar, José da Silva Cabral, é nomeado conselheiro de Estado vitalício. Concentraram-se pois várias medidas que, pelas melhores e piores razões, suscitavam o ódio aos Cabrais.

Em abril, com a chefe de Estado de novo grávida e há muito obesa e de saúde fragilizada, decretou-se finalmente uma lei que estabelecia a regência de D. Fernando em caso de morte da rainha. Lei mais do que prudencial, que viria a ser aplicada, e que nesta altura pode ter sido motivada pela suspeita de que Palmela aspirava à regência. Nesse mesmo mês estalou no Norte a revolta popular da Maria da Fonte, desencadeada pela aplicação das leis sanitárias e fiscais. Com tropas sob o seu comando, Silva Cabral embarcou para o Norte com poderes sobre todas as autoridades civis e militares. Nada conseguiu, vendo-se obrigado a regressar em maio, com a revolta alastrada a todo o país. A 11 desse mês o visconde de Vinhais (Simão da Costa Pessoa), comandante da divisão militar de Trás-os-Montes, recusou-se a combater os revoltosos, apelando à rainha para que atendesse às reclamações do povo. Escreveu também a D. Fernando, pedindo-lhe que intercedesse junto da esposa no sentido de a persuadir a deferir a sua súplica. Na carta ao rei, onde lhe relatava que «o povo apareceu armado e completamente sublevado quase no termo de um só dia», queixava-se da falta de recursos, já que mesmo ten-

do «empregado todos os meios para atalhar os progressos da rebelião [...] os meus esforços têm sido inúteis». E pedia-lhe: «na real pessoa de Vossa Majestade, espero eu, que esta súplica vá encontrar a mais poderosa proteção» para «atender a reclamação dos povos [...] na súplica que hoje elevo às mãos de Sua Majestade a rainha»¹.

Tudo então se precipita. A 17 de maio a rainha reúne o Conselho de Estado e o duque da Terceira aconselha a demissão do governo. A rainha anui e os Cabrais caem. É constituído um governo transitório presidido por Palmela e integrando o duque da Terceira. O marquês de Saldanha foi também indigitado, enviando-se-lhe a comunicação para Viena, onde era o representante diplomático de Portugal. As Cortes são encerradas e a rainha revoga as leis da saúde.

O duque da Terceira, que, naturalmente, era malvisto pelos opositores dos Cabrais, acabou por ser afastado. Palmela não tinha, como nunca teve, a confiança dos reis. O marquês de Fronteira, cabralista ferrenho, apesar da sua parcialidade possivelmente diz a verdade quando escreve que a rainha lhe disse a ele e ao irmão, D. Carlos de Mascarenhas, que tivessem paciência como ela que sofria «os despropósitos de Palmela e da sua gente»². O comentador das *Memórias* do conde do Lavradio, José de Almeida Correia de Sá, também já fez notar que «Palmela era olhado, no paço, com desconfiança; suspeitavam-no de aspirar à regência, no caso previsto de uma abdição». E, ainda, «que os partidários da antiga situação cabralista eram recebidos no paço com a maior cordialidade e que a rainha tinha para com eles atenções que deviam pôr de sobreaviso os ministros de então»³. Mas, perante as pressões, D. Maria teve de nomear novo governo. Em carta à mulher, de 22 de maio, o marquês da Bemposta conta-lhe que «o duque de Palmela foi esta noite dizer à rainha que se ela não nomeasse de imediato um ministério da oposição, contasse com grandes infortúnios e que ele não respondia por nada. Diz-se que, depois disso, ela se decidiu (ainda que contra vontade) a fazer chamar Aguiar e Júlio Sanches». «Mouzinho manteve a palavra: disse verdades à rainha e por fim convenceu-a a demitir esse triste duque da Terceira»⁴. No mesmo dia, a rainha revogou a reforma tributária e no imediato decretou

¹ BA, 51-XIII-37 (26), carta do visconde de Vinhais ao rei D. Fernando, Chaves, 11.5.1846.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 67. O episódio é datável de maio de 1846.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 204-205.

⁴ Cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 204.

a dissolução da Câmara dos Deputados, que estava já encerrada. Finalmente, a 26, foi constituído o governo definitivo do duque de Palmela, sem a presença de Terceira, mas com Saldanha, cuja vinda se aguardava, Mouzinho de Albuquerque e o conde do Lavradio. Costa Cabral abandonou o país.

Contudo, suspeitava-se que a rainha continuava a proteger o seu «valido». José da Silva Carvalho escreve no seu diário a 27 de junho de 1846: «Disseram-me que a rainha fizera que os Costas Cabrais ficassem em Cádiz; que se correspondia com eles em todos os paquetes; que custara muito a el-rei o fazer com que ela ficasse no reino na ocasião da saída do pai d'el-rei, que ela queria acompanhar, levando consigo os filhos todos; que Dietz e o esmoler-mor [padre Marcos]¹ ainda eram muito escutados e que o ministério Palmela era aborrecidíssimo no paço»². A suposta vontade da rainha em abandonar o país é inconcebível, mas este trecho dá bem a ideia dos rumores desvairados que corriam e a que davam crédito até pessoas como Silva Carvalho.

Entretanto, Saldanha demorava-se na Áustria e do paço real instavam-no a vir, de que é exemplo uma carta que D. Fernando lhe dirige a 30 de junho, pedindo-lhe «não só por mim, mas também em nome da rainha, que venha sem demora a Lisboa». Sublinhando a confiança e a dedicação que ambos, rei e rainha, têm pelos serviços prestados por Saldanha ao trono e à pátria, D. Fernando considera a sua presença necessária, sobretudo tendo em conta as movimentações que se desenvolvem em Trás-os-Montes com «algum espírito miguelista». Assim, o rei consorte entende que deve chamar «os antigos amigos e defensores do trono, entre os quais Saldanha ocupa o primeiro lugar», para que «se reúnam junto à rainha»³.

Os reis pretendiam um ministério que congregasse distintas sensibilidades e insistiam na presença de Sá da Bandeira, setembrista. Os cartistas opunham-se. Por sua vez, Sá da Bandeira terá pedido que Dietz saísse do país⁴. D. Maria e D. Fernando viam-se pressionados, pela enésima vez, por vontades contraditórias e que se opunham às suas. Terá até havido «ralhos» entre o duque de Palmela e os reis, pois estes «se persuadiam que ele concorrera

¹ Sempre conhecido como «padre Marcos», era arcebispo *in partibus* (Lacedemónia) e de nome completo Marcos Pinto Soares Vaz Preto. Nasceu em 1782 e morreu em 1851. Abraçou a causa liberal e viveu no exílio durante o miguelismo. Cabralista, deixou fama de coresão intriguista e, ainda, de boçal e beberão, o que não parece corresponder à verdade (cf. VILHENA, 1921, vol. 2, pp. 428-456; CARROMEU, 2007-2008).

² VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 449.

³ BNP, ms. 174, doc. 5, carta do rei D. Fernando ao marquês de Saldanha, Belém, 30 de junho de 1846.

⁴ Cf. VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 451.

para a revolução e queria ser regente»¹. Sempre o pensaram, assim como Dietz. Este e D. Fernando atribuíam, porém, maiores responsabilidades às intrigas da duquesa de Palmela. No ano seguinte, D. Fernando crê que o «duque de Palmela e sobretudo a santa da duquesa estejam maquinando muito em Londres para apresentarem o duque como único homem capaz e virtuoso de Portugal»². Talvez já tivesse lido o que de Paris lhe escrevera Dietz, que se refere a Palmela como «esse homem mau, incitado pela sua mulher, ainda mais malévola», que espalhava em França que a rainha de Portugal era odiada e pretendia que o príncipe D. Pedro tivesse sido proclamado rei, embora tal «desejo criminoso» houvesse sido instigado pela sua «ambiciosa esposa»³. Também D. Maria, dirigindo-se à rainha Vitória, afirma nesse ano de 1847: «Quanto ao que me contas do que Palmela se vangloria, não me surpreende nada porque o conheço tão bem que nada me espanta»⁴.

Em julho de 1846 o governo foi remodelado, entrando gente «à esquerda»: Sá da Bandeira, Joaquim António de Aguiar, Mouzinho de Albuquerque e Júlio Gomes da Silva Sanches. Permaneciam Palmela e Lavradio e a nomeação de Saldanha foi declarada sem efeito. A pobre rainha tinha vivido tudo isto na iminência do parto. O infante D. Fernando nasceu a 23 de julho, quatro dias após a remodelação governamental. Ao mesmo tempo, com D. Maria confinada à cama, surgiam ou mantinham-se revoltas miguelistas no Norte e crescia o receio de uma invasão espanhola instigada pelos irmãos Cabrais⁵. Estes são demitidos do Conselho de Estado, a que ainda pertenciam, e dias depois Saldanha desembarca em Lisboa. A presença de pessoa tão enérgica, volúvel e dúplice era e será sempre um perigo. «Apenas fundeado o vapor que o conduzia, recebeu ordem da rainha para ir imediatamente ao paço, onde foi recebido por Suas Majestades, que lhe disseram que tinham querido ser as primeiras pessoas a falar-lhe, porque, constando-lhes que muita gente se dispunha para o convidar a tomar a direção duma reação contra o que se havia feito em maio e junho, queriam preveni-lo e declarar-lhe que julgavam que um tal ato aumentaria sem dúvida as desgraças do país»⁶. No mês imediato, setembro, Saldanha aceitou chefiar os cartistas.

¹ VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 451.

² BNP, ms. 160, doc. 50, carta de D. Fernando a Ildefonso Bayard, Lisboa, 13.6.1847.

³ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz ao rei D. Fernando, Paris, 23.5.1847.

⁴ Carta de 8.6.1847 in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 286

⁵ Ver carta do marquês da Bemposta à esposa de 31.7.1846, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 207.

⁶ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 215-216.

Segundo Fronteira, após a saída de Costa Cabral, «Lisboa, e principalmente Belém, achavam-se num estado vergonhoso. Não havia polícia alguma, a rainha era injuriada e insultada, os pasquins mais obscenos afixados nos muros do real palácio e a canalha de Belém cantava junto ao palácio as cantigas mais indecentes defronte das sentinelas»¹. Havia, pois, que tomar medidas. Já os seus contrários, como é óbvio, apresentam os cabralistas como incansáveis conspiradores dentro e fora do paço, procurando o apoio de Saldanha e dos reis, estes por intermédio de Dietz e do padre Marcos, o esmolador-mor. E, de facto, a conspiração deu frutos, no que ficou conhecido como a Emboscada, a 5 e 6 de outubro, orquestrada por Saldanha e apoiada pela rainha. O governo de Palmela caiu e Saldanha tornou-se primeiro-ministro.

Em carta à rainha Vitória em que D. Maria justifica o golpe que a prima condenara, diz-lhe que não era possível manter um ministério «de maneira nenhuma composto por homens de bem, muito pelo contrário; e estou convencida, como muitos outros, que conduziam as coisas para que quando as câmaras [parlamentares] abrissem, estas enviassem aqui uma deputação a dizer-me que devia abdicar». E adiante acrescenta: «Aliás, para mim é mais que certo que o duque de Palmela nos detesta e tinha pretensões quanto à regência»².

3.4. A guerra civil de 1846-1847 (Patuleia)

O duque da Terceira foi nomeado lugar-tenente da rainha nas províncias do Norte onde, além de lavrarem guerrilhas miguelistas, os portuenses se agitavam contra o que se passara em Lisboa. Ao chegar à Foz, a 9 de outubro, o duque foi preso de imediato. Estalava a revolução setembrista no Porto com a formação de um governo que se intitulava nacional e declarou guerra ao de Lisboa: a Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, presidida pelo conde das Antas, sendo José Passos o vice-presidente. Depois, e muito rapidamente, outras juntas se constituíram noutras cidades. Os mais exaltados, mas não os dirigentes, exigiam a abdicação da rainha em favor do filho mais velho.

O conde do Lavradio, que fora apeado com Palmela, confiava ao seu diário a 12 de outubro: «Não se percebe que o governo enviasse o duque da Terceira, sem saber de antemão quais eram as disposições da cidade, e espe-

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 107.

² Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 30.10.1846, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 6.

cialmente de uma cidade como o Porto, cuja população é tão turbulenta. O duque foi vítima da sua inexplicável confiança e caiu numa armadilha cujas conseqüências podem ser muito graves para ele. Esta contrarrevolução pode comprometer gravemente o trono da rainha e receio que lance o país em completa anarquia»¹. Receava com toda a razão, porque a guerra foi terrível e prolongou-se até 29 de junho do ano seguinte, tendo sido necessária a intervenção militar estrangeira.

Ao lado da rainha perfilavam-se o marquês de Saldanha, o duque da Terceira, o marquês de Fronteira, o visconde de Vinhais, o barão do Casal... Do lado dos revoltosos, conhecidos como patuleias, estavam, entre outros, José Passos, o conde das Antas, o visconde de Sá da Bandeira, Mouzinho de Albuquerque, o conde do Bonfim, o conde de Vila Real (Fernando), o conde de Melo, José Estêvão de Magalhães e António Rodrigues Sampaio.

Segundo o marquês de Fronteira, o duque de Palmela também os auxiliava e disso avisou os reis. «Com a maior franqueza disse aos ministros, na presença da rainha, quanto era urgente dar uma comissão diplomática ao duque de Palmela enquanto durassem as circunstâncias críticas. Disse-lhes que a influência do duque para com o gabinete inglês, sendo ele o medianeiro, do que eu tinha a convicção, era perigosíssima, e que os fundos da Casa do conde da Póvoa [vindos a Palmela pelo casamento de um dos filhos com a herdeira Póvoa], postos em Lisboa à disposição dos agentes da Junta do Porto, eram um inimigo poderoso. Sousa Azevedo não gostou da minha linguagem; os outros ministros acanharam-se; el-rei, pareceu-me, julgava a minha exigência demasiada; e a rainha mostrou uma grande reserva». Pouco depois, continua Fronteira, Saldanha recomendou o mesmo e ele próprio apresentou um relatório com provas de que Palmela coadjuvava a Junta. A rainha foi então aconselhada a convencer o duque a sair de Portugal, conselho bem infeliz, comenta Fronteira, porque foi depois propalado que fora intimado pela rainha a exilar-se. Acrescenta ainda Fronteira que uma carta de Palmela a Passos José, no dia em que partiu, confirmava tudo o que ele dissera².

Em finais de novembro, D. Fernando conta a Saldanha que a rainha mandara chamar Palmela ao paço e lhe dissera que o estado do país, bem como a própria segurança pessoal do duque, aconselhavam a sua partida. Este

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 225.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 186-188.

aceitou deixar Lisboa, exigindo somente que a rainha lhe desse ordem de saída por escrito. A monarca não anuiu a este pedido. D. Fernando não duvida que o duque de Palmela «há de conspirar também fora do país», porém, «ao menos não estará aqui animando outros com a sua presença»¹. Depois, D. Fernando atribuirá a responsabilidade do afastamento de Palmela ao duque de Saldanha (o que Fronteira também afirma), acentuando, porém, a desaprovação e contrariedade dele e da rainha, o que não parece corresponder aos factos, mas que o rei quis fazer passar para Inglaterra².

Nesta terrível contingência, logo em outubro, e invocando o protocolo da Quádrupla Aliança, Saldanha comunicou ao diplomata inglês creditado em Lisboa a intenção de pedir o auxílio do seu governo. A 17 desse mês, dez anos depois da sua extinção, restabeleceu-se o antigo comando em chefe nas mãos de D. Fernando³, que nomeou Saldanha chefe do estado-maior general.

Fronteira recorda esses dias: «Fui ao Paço e encontrei Sua Majestade a rainha com a maior coragem e resolução, querendo que el-rei e o marechal Saldanha marchassem logo com as forças disponíveis da capital, dizendo que para sua guarda e manutenção da ordem em Lisboa bastava a guarda municipal; queria que os vasos de guerra em disponibilidade fossem logo bloquear a barra do Porto e ordenou-me que partisse imediatamente para Lisboa a comunicar estas resoluções aos ministros, recomendando-me o maior segredo sobre a prisão do duque [da Terceira], principalmente com a duquesa, a quem não queria afligir; ordenou-me igualmente que prevenisse os ministros de que ia mudar imediatamente a sua residência de Belém para o palácio das Necessidades»⁴.

Os adversários cada vez mais clamavam contra Dietz, a quem responsabilizavam pelo golpe da Emboscada e por manipular a rainha, o rei, Saldanha e Fronteira. O marquês da Bemposta chega a afirmar que ninguém entende como é que o marechal Saldanha e o marquês de Fronteira podem ser «instrumentos de um preceptor alemão cuja tolice iguala a maldade»⁵, o que creio ser caracterização injusta.

¹ BNP, ms. 174, doc. 19, carta de D. Fernando ao duque de Saldanha, Lisboa, 27.11.1846.

² Cf. ofício confidencial do coronel Wylde ao príncipe Alberto, Lisboa, 19.12.1846, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 35.

³ ANTT, ACR, cx. 7306, cp. 36, carta régia de D. Maria II a D. Fernando, Belém, 17.10.1846.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 125.

⁵ Carta do marquês da Bemposta a sua mulher, Lisboa, 14.10.1846, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 230.

Mais contundentes ainda eram as publicações clandestinas, como a folha *O Estado da Questão* que apareceu a 23 de outubro: «ou a revolução há de sucumbir, repetindo-se a bacanal de 6 de Outubro, acabando o governo representativo e sucedendo-lhe o pessoal, ou a rainha deve abdicar, separando-se inteiramente dos negócios públicos, com seu marido e com o mestre Dietz, aos quais se devem umas poucas de revoluções e o estado de anarquia em que se acha o país. Esta abdição espontânea será o único ato nacional do reinado da senhora D. Maria II»¹. Pedia-se, pois, e com acinte, a resignação da rainha. De dezembro em diante, com a publicação do *Espectro*, jornal gratuito redigido por António Rodrigues Sampaio e cuja oficina o governo nunca descobriu, a violência verbal contra a política da Coroa ganhou eficácia pela veemência das convicções e talento do redator.

Ainda em outubro, a Constituição foi suspensa, assumindo D. Maria todos os poderes do Estado. Doravante a correspondência entre as rainhas de Portugal e de Inglaterra e sobretudo entre o rei D. Fernando e os dois primos Vitória e Alberto torna-se intensíssima, assim como as mensagens que saíam da corte britânica para os membros do governo, os seus representantes em Portugal e o rei dos Belgas. A posição da rainha Vitória e de seu marido era muito delicada, pois, se por um lado pretendiam sinceramente auxiliar os primos portugueses, por outro estavam manietados, tanto pela posição assumida pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros (Palmerston), simpatizante dos revoltosos, como pelas ações da rainha e do rei de Portugal, que várias vezes reprovaram. O que estes não gostavam de ouvir e contra-argumentavam².

Os sublevados avançavam sobre Lisboa sob o comando do conde das Antas. A 7 de novembro, o exército do governo da rainha, dirigido por Saldanha (elevado a duque três dias antes), sai ao seu encontro. Na semana seguinte há uma primeira batalha, em Trás-os-Montes, em que Sá da Bandeira (patuleia, recorde-se) é derrotado pelo barão do Casal. Os miguelistas, agora dirigidos pelo escocês Macdonell e depois pelo general Álvaro Póvoas, aproveitam a oportunidade, chegando-se a estabelecer a aliança contranatura de setembristas e miguelistas. A imprensa inglesa manifestava-se a favor dos revoltosos. Em carta a Saldanha, D. Fernando explode: «não se pode com os

¹ Cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 231.

² Do impressionante volume desta correspondência existente em Windsor, são bem reveladores os dois grossos livros com a sua publicação, que devemos a Ruben Andresen Leitão (*Documentos dos Arquivos de Windsor* e *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*). Outra há, ainda inédita, em Windsor e em arquivos portugueses, além da que o rei D. Fernando mantinha com a família alemã.

jornais ingleses»; «não há dúvida que os Ingleses nos estão prestando os piores serviços». Mas conclui, mais calmo: «primeiro que todos os outros, somos nós que devemos tratar dos nossos negócios, não nos devemos alterar com a filantropia das ideias britânicas»¹.

Entretanto, os agentes do governo e da família real de Inglaterra em Portugal movimentavam-se ativamente para se encontrar uma solução de compromisso que pusesse fim à guerra. Fizeram-no sem interrupção até ao fim do conflito, assim como outros membros da família Coburgo. Preocupados com a situação política portuguesa cada vez mais grave, com a imagem de D. Fernando apresentado como joguete nas mãos de Dietz, que se tornara personagem conhecida em toda a Europa, os Coburgos enviaram para Lisboa Alexandre Mensdorff-Pouilly, um dos primos vienenses do rei de Portugal, talvez o que lhe era mais chegado, além de militar experiente. Desembarcou em Lisboa em dezembro com o pretexto público de recuperação de saúde, mas, na realidade, como delegado da família, em socorro de um dos seus, o que incluía expulsar Dietz. D. Maria enfureceu-se, mas não conseguiu impedir a vinda do primo, a quem sempre guerreou. Afirmava a rainha, e não sem razão, que se temiam que a imagem do marido fosse apoucada por ter ao seu lado o antigo mestre, que se pensaria dele ao ver a família enviar-lhe um primo como conselheiro? Conseguiu a remoção de Alexandre em fins de janeiro, mas no mês seguinte o primo regressou, permanecendo em Portugal até ao fim da guerra, em julho de 1847. Dietz partira em abril contra a vontade da rainha, que nunca considerou ser isso politicamente necessário, mas teve de se vergar às exigências dos países aliados. D. Fernando, pelo contrário, percebera que a presença do seu antigo professor era prejudicial para a sua imagem e para a da rainha, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Em carta escrita ao primo Ernesto a 10 de dezembro de 1846, D. Fernando comentara a intervenção de Alberto e Vitória e expusera o que pensava do conflito: que os chefes do pronunciamento tinham as piores intenções em relação ao trono, mas Palmerston parecia apreciá-los; que Vitória e Alberto enviaram o coronel Wylde com o melhor dos propósitos, mas que não se surpreenderia se soubesse que o coronel recebia instruções secretas de Palmerston. Aliás, continuava Fernando, o próprio Wylde lhe comunicou que o ministro lhe recomendara a reconciliação e também Alberto parecia ir no mesmo sentido. Mas, afirmava o rei, só quem não conhecia os indivíduos em causa podia advogar tal coisa. Contudo, acrescentava, relacionava-se bem

¹ BNP, ms. 174, doc. 21, carta de D. Fernando ao duque de Saldanha, 4.12.1846.

com Wylde. Dizia-lhe ainda que Palmela, «este homem sinistro donde nunca vem nada de bom», fora aconselhado a deixar o país¹. Como Ernesto era irmão de Alberto, tudo isto podia ser um recado que o rei de Portugal lhe enviava.

Dias depois, em 22 de dezembro, deu-se a maior batalha deste conflito, em Torres Vedras, que custou a vida a Mouzinho de Albuquerque e a centenas de homens cujo número exato nunca se apurou, além do aprisionamento de dezenas de oficiais. Saiu então em *O Espectro* uma violenta e apaixonada diatribe de Rodrigues Sampaio contra a rainha. Imaginando o espectro de Luís Mouzinho de Albuquerque no paço das Necessidades, onde foi confrontar a soberana, invejava-a com estas palavras finais: «Não te amo nem te odeio: lamento-te. Tiraste-me as honras, mas não me pudeste tirar a honra. Foste o que os reis costumam ser: néscios e ingratos». Já sem interpostas personagens, Sampaio prossegue as suas acusações, sem peias, a D. Maria, D. Fernando e Dietz: «sois rainha de facção, porque vos deixais guiar por um valido estulto». «A Nação não será vencida por um estrangeiro. O reinado de Fernando II será como o do primeiro, porque um é tão fraco como o outro». «Os regicidas têm sido castigados, mas ainda nenhum rei destronado subiu ao trono, ainda nenhum justicado ressuscitou». «Portugal não será república, mas D. Maria pode deixar de ser sua rainha. Pode, porque ela rasga os seus títulos, porque ela assume o poder despótico»².

O castigo de 32 prisioneiros de Torres Vedras considerados mais responsáveis, decidido em janeiro de 1847, foi duríssimo para os padrões portugueses: a deportação para Angola, onde se acreditava que não sobreviveriam. Parte da fidalguia portuguesa, que tinha membros entre os prisioneiros, ficou em estado de choque e a punição provocou também espanto e censura internacional. D. Maria II foi acusada de grande dureza, mas D. Fernando, logo em dezembro, advogara um castigo severo e exemplar. Em carta a Saldanha, em que acusa a receção do seu «interessantíssimo relatório» da batalha, diz-lhe que o brilhantismo revelado é uma lição para «tantos tolos que esmorecem quando não há todos os dias uma batalha ganhada». Quanto ao destino dos inúmeros prisioneiros de guerra, pede ao duque que lhe transmita a sua opinião, mas desde logo avança com a sua. Segundo o rei, devem ser julgados sumariamente, pois assim terá «mais peso o castigo que os espera, o qual ficaria sempre subsistindo mesmo depois de acabada a ditadura». Insiste em que «não se deve perder tempo nenhum com a remoção desta gente». Apesar

¹ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto II de Coburgo, 10.12.1846.

² *O Espectro*, 27.12.1846, cit. em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 232-233.

desta severidade, considera, porém, que «nem todos os prisioneiros têm a mesma criminalidade» e isso terá de ser levado em conta¹.

A Inglaterra reagiu à condenação, considerada excessiva, e no fim de janeiro o seu representante em Portugal, Southern, emitiu uma nota sobre o assunto que enfureceu D. Fernando. Comunicando o que pensa à prima Vitória, lembra-lhe que «a Inglaterra também castiga e sabe muito bem livrar-se de tudo o que lhe é incômodo. Aliás, esta punição estava decidida e a nossa honra impede-nos de comprazer à nota do Sr. Southern. Lamento se isso indis põe os Ingleses contra nós, mas creio que a ordem de um país merece mais simpatias do que homens que, de resto, nenhuma grande qualidade recomenda. Devo também dizer que com a proteção da Inglaterra ao partido do movimento, seríamos por fim forçados a emigrar deste país. Não é a primeira vez que digo isto, mas sabe que a boca diz o que vai no coração»². Dois dias depois, os prisioneiros partiram para o degredo.

O ano de 1847 iniciara-se sem que se percebesse qual seria o desfecho do conflito. Logo em janeiro, Saldanha propôs sigilosamente um acordo de paz à Junta do Porto, mas os rebeldes não aceitaram. E a guerra prosseguiu com confrontos no Norte do país, onde Saldanha chegara. Nesta altura, Costa Cabral ia-se reaproximando do poder. Ainda não regressara a Portugal, mas era já o seu representante em Madrid desde dezembro do ano anterior.

Cada vez mais se percebia, da parte do governo e da Coroa, que era necessária a ajuda estrangeira. D. Fernando, que os diplomatas ingleses consideravam muito mais sensato do que a esposa — embora esta opinião talvez visasse apenas lisonjear a rainha Vitória —, deu passos no sentido de alcançar a pacificação, alterando, portanto, o que pensava em dezembro anterior. Mas os rebeldes reagiram e Sá da Bandeira saiu com as suas tropas do Porto, dirigindo-se por mar para o Algarve, onde desembarcou a 1 de abril, numa manobra que repetia a de Terceira na guerra civil de 1832-1834. Daí, também como este, prosseguiu por terra em direção a Lisboa. Foi detido em Setúbal.

Nesse mesmo mês, Costa Cabral pediu a intervenção militar espanhola e receberam-se em Lisboa as condições da mediação britânica definidas por Palmerston. Recorrendo à boa síntese de José de Almeida Correia de Sá, o ministro dos Negócios Estrangeiros inglês reiterava que «o tratado da Quádrupla Aliança não era aplicável ao estado atual das coisas em Portugal, e que a guerra civil não nascera das pretensões de D. Miguel nem fora movida pe-

¹ BNP, ms. 174, doc. 28, carta de D. Fernando ao duque de Saldanha, 27.12.1846.

² Carta de D. Fernando à rainha Vitória, 31.1.1847, cit. em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 75-76.

los seus partidários, não sendo portanto uma questão de sucessão ou dinastia». Contudo, devido à gravidade da situação e às «relações íntimas que os antigos tratados estabelecem entre as duas Coroas», entre outras razões, a Grã-Bretanha oferecia o seu auxílio com as seguintes condições: «1.º amnistia plena e geral para todos os crimes políticos, cometidos desde o princípio de outubro, e o imediato regresso de todas as pessoas mandadas sair de Portugal por motivos políticos; 2.º revogação imediata de todos os decretos, promulgados desde o princípio de outubro, que sejam contrários às leis e à Constituição; 3.º convocação das Cortes, logo que terminem as eleições, que se deverão realizar sem demora alguma; 4.º nomeação imediata de uma administração [= governo] composta de homens que não pertençam ao partido dos Cabrais nem sejam membros da Junta do Porto». Se o governo português aceitasse estas condições, o general inglês Wylde, que há muito se encontrava em Lisboa, onde se envolvera ativamente em todas as questões políticas, iria pessoalmente propor a paz à Junta do Porto. Mas, «condição *sine qua non* para se dar qualquer passo era a saída imediata de Portugal de Dietz. Wylde não devia partir para o Porto enquanto Dietz não tivesse embarcado e partido para Inglaterra». Finalmente, se a Junta do Porto não aceitasse depor as armas, os governos inglês, francês e espanhol entender-se-iam para intervir em defesa da rainha de Portugal¹. Dias depois de se receberem estas condições, Dietz, muito desgostoso e muito preocupado em relação ao futuro dos reis, deixou para sempre o nosso país. Acusava o príncipe Alberto de ouvir mais os estranhos, como Palmela, do que o rei de Portugal, seu primo, mas aconselhava D. Fernando a apoiar-se em Wylde, que poderia ser-lhe útil².

No relato do marquês de Fronteira, tudo o que fosse no sentido da conciliação é visto como fraqueza e cedência. O marquês apresenta a rainha como uma mulher de grande coragem, que contrapõe ao marido, um pusilânime. Recorda que quando em abril de 1847 Saldanha a aconselhou a pedir a intervenção estrangeira, tais «cartas do marechal à rainha nenhuma impressão lhe fizeram; el-rei, pelo contrário, ficou profundamente impressionado e desde então foi dominado completamente pela ideia da intervenção estrangeira». E relata então um episódio em que D. Fernando é apresentado de forma muito negativa, indo da baixa ao risível:

No dia 25 de abril, «sem prevenir nem os ministros nem a nenhum de nós, estando os ministros, meu irmão e eu reunidos no gabinete do ministro da

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, pp. 251-252.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, cartas de Dietz para D. Fernando, Bruxelas, 11.5.1847 e Paris, 23.5.1847.

Guerra, vimos chegar ao Arsenal Sua Majestade, de pequeno uniforme, com vários dos seus ajudantes de campo e com uma pequena bagagem, pretendendo passar para o lado de Cacilhas. Descemos ao Arsenal, cheios de curiosidade, e, aproximando-nos de Sua Majestade e beijando-lhe a mão, soubemos por ele que atravessava o Tejo com o fim de passar revista às forças do general Vinhais. O segredo que houve neste negócio para com o ministro da Guerra fez-nos crer que havia um projeto que Sua Majestade ocultava aos ministros. El-rei passou para Cacilhas e, pouco depois, tivemos a certeza de que o ministro de Inglaterra [Sir Hamilton Seymour] e o coronel Wylde tinham convencido Sua Majestade da utilidade de propor uma entrevista ao visconde de Sá da Bandeira»¹.

Ignoro se foram eles que o convenceram, mas na véspera, em carta confidencial ao príncipe Alberto, Wylde comunica-lhe que o rei deseja que as condições de paz sejam aceites, que pensa que os ministros concordariam, mas a rainha opõe-se. Todavia, esta não o faz, acrescenta, pelo desejo de punir os rebeldes, mas «apenas porque Fronteira, o irmão e os *exaltados* [em português] do partido Cartista entram em fúria perante a ideia de que os seus antagonistas escapem à punição»². Como é evidente, tal iniciativa do rei é para Fronteira uma baixeza: «Pode imaginar-se a impressão que isto nos fez, prezando nós a dignidade d'el-rei e o decoro da Coroa. Se a iniciativa viesse do visconde, nada havia a dizer, mas partir ela d'el-rei, o marido da rainha e o general em chefe, era muito descer!»³.

Entretanto, a rainha recebia a primeira carta de Saldanha instando-a a recorrer aos países aliados. Ao lê-la, e no testemunho do marquês de Fronteira, «tornou-se vermelha como lacre e, deitando a carta do marechal sobre a banca, disse com a voz um tanto alterada: *Que se retire porque nós cá estamos*». Chamou os ministros, leu-lhes a carta «que a todos surpreendeu, e disse francamente aos ministros o que me tinha dito». Havia agora que prevenir o rei do que se passava e disso foi encarregado o visconde de Sarmento. «Passou o Tejo e, quando esperava ir encontrar el-rei nas posições junto a Setúbal, encontrou-o na sala do contador da Marinha, na Calçada de Almada, cantando um dueto da *Semiramis* com a filha do dono da casa, tendo ficado em Almada por lhe ter anoitecido. A carta do marechal não obrigou Sua Majestade a finalizar o concerto nem a abandonar a ideia da entrevista com Sá da Bandeira»⁴. Ainda durante a ausência de D. Fernando, e continuando a se-

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 220.

² Carta do coronel Wylde ao príncipe Alberto, Lisboa, 24.4.1847, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 203.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 221.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 221-222.

guir o relato do marquês de Fronteira, que já se percebeu ser adversário fidalgo dos representantes da Coroa e governo britânicos, «o ministro de Inglaterra apresentava-se no paço, fingindo-se muito impressionado e dizendo a Sua Majestade que tinha a certeza de que no dia seguinte os batalhões nacionais, a guarda municipal e o povo em massa proclamavam D. Pedro V e que a vida de Sua Majestade perigava, se não se entendesse imediatamente com o visconde de Sá da Bandeira. A rainha agradeceu-lhe muito o interesse que tinha por ela e respondeu-lhe que não se escandalizasse por ela acreditar mais na polícia portuguesa do que na estrangeira e que lhe assegurava que nada havia»¹.

D. Fernando chegava entretanto às imediações de Setúbal, onde se detinham os dois exércitos inimigos. Conferenciou com o general e conde de Vinhais e daí escreveu à rainha pressionando-a a aceitar «uma pronta mediação», mas classificando a carta de Saldanha de «muito tola»². Nessa mesma noite regressou a Lisboa, sem se ter encontrado com Sá da Bandeira. Segundo o marquês de Fronteira, foi Vinhais que o dissuadiu, mas depois Hamilton, Wylde e Alexandre Mensdorff (enviado dos Coburgos, recorde-se) «não perdiam tempo para impressionar el-rei, que já estava convencido, e levar a Rainha a dar o último passo, convencendo os seus ministros, ou mudando o ministério, a fim de fazerem a precisa nota pedindo a intervenção em nome dos tratados»³. E assim, o governo foi remodelado e aceites as condições de Palmerston. Em Setúbal, Wylde estabeleceu um armistício entre Vinhais e Sá da Bandeira. Depois, o coronel inglês seguiu para o Porto, mas não conseguiu que a Junta aceitasse as condições inglesas.

D. Fernando escreve então aos primos Vitória e Alberto apelando a uma pronta intervenção inglesa para evitar «nova efusão de sangue», pacificar o país e devolver-lhe as condições necessárias para a retoma da normalidade constitucional. «A Junta não acredita na possibilidade da intervenção e é isso que a torna tão arrogante. O ministro da França [...] faz tudo o que pode para espalhar esta ideia no público». Depois tece críticas muito duras tanto ao diplomata francês, Varenne, como ao marquês da Bemposta, Saint Léger: «Em geral, apesar de toda a boa-vontade e diligências de Sir Hamilton, Varenne até agora recuou sempre na questão da mediação, e sobretudo, da intervenção. Há que admitir que o Sr. de Varenne e toda a legação da França fazem um triste papel em tudo isto. É bem indigno e absurdo ver a influência que nisso tem o Sr. de Saint Léger, um meu antigo ajudante de campo,

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 222.

² ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria, Setúbal, 27.4.1847.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 222-223.

homem desprezível em todos os aspetos e grande conspirador, que mora em frente do Sr. Varenne. [...] Varenne tem a maior simpatia, sem dúvida pelas inspirações do Sr. de Saint Léger, pelo partido da Junta e creio mesmo que gostaria de ver chegar ao poder os seus dirigentes»¹.

Em resposta a esta carta e a duas outras de 14 e 15 de maio, a rainha Vitória diz ao primo que espera que recebesse nesse mesmo dia a sua anterior missiva e que esteja satisfeito com a prontidão com que resolveram o assunto e com o alcance da ajuda prestada. Informa-o ainda de que o ministério não hesitou um momento na tomada de decisão. Sobre a conduta de Varenne e da França, qualifica-as de muito inconvenientes e pensa que os Franceses não são de fiar. Depois censura a conduta dos reis de Portugal para com o primo comum Alexandre, o que considera seu dever comunicar-lhes. Muito estranhou o que Maria Ihe escreveu sobre ele, porque Alexandre merece reconhecimento e espantam-na as suspeitas de Maria, ela que tanto ama o marido, que sabe como ele a ama e como Alexandre é modesto, prudente e leal. Adverte Fernando que quando Alexandre o deixar ficará completamente só e irá lamentá-lo porque é uma felicidade poder falar abertamente com alguém, sobretudo quando é da família. Enfim, o que ela e Alberto desejam é que Alexandre fique até que esta questão esteja resolvida porque seria muito inconveniente para ele partir agora. Como era frequente, D. Fernando enviara-lhe um desenho que a prima agradece e que muito a divertiu².

Embora a ação militar da França fosse nula, também ela, ao lado da Inglaterra e da Espanha, subscreveu o Protocolo de Londres, estabelecendo as condições da intervenção armada em Portugal. Assinado a 21 de maio, assim que se soube em Londres do rompimento de negociações com a Junta, de imediato a marinha britânica bloqueou o Porto. Mesmo assim, o conde das Antas tentou sair com as suas tropas. Foram apresadas. A 5 de junho a Junta aceitou as condições do Protocolo que incluía, recorde-se, amnistia geral, mas não desarmou os soldados. Sá da Bandeira rendeu-se em Setúbal e o exército espanhol entrou em Portugal por Mirandela. Ainda antes da assinatura da paz, a rainha Vitória suplicou a D. Fernando que abandonasse a ideia de afastar os patuleias, que os deixasse lutar nas Cortes, sem tomar partido por nenhuma facção e que nada fizesse que os pudesse impedir a eles, Vitória e Alberto, de lhe dar todo o apoio³.

¹ Carta de D. Fernando à rainha Vitória e ao príncipe Alberto, Lisboa, 19.5.1847, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 244-246. Sobre a queda em desgraça de Saint Léger, ver adiante.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta de Londres, 26.5.1847.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta de Londres, 27.6.1847.

Finalmente, a 29 de junho de 1847 assinou-se a Convenção de Gramido, que punha termo à guerra. O país estava completamente arruinado. Em desabafo para a rainha Vitória, D. Fernando interroga-se sobre o futuro: «Deus permita que possamos construir as bases de um futuro melhor, que crie condições para tornar os partidos menos salientes e excessivos e o país mais civilizado e suscetível de algum progresso material»¹.

3.5. Regresso de Cabral e novos escândalos

Teria ou não a rainha de Portugal contactos com Cabral, conde de Tomar? As opiniões eram contraditórias. O príncipe Alberto assegurava ao governo britânico que não e que o rei o impediria, assim como já tratara com o patriarca de Lisboa o afastamento do padre Marcos². Nesse agosto de 1847 o governo foi remodelado. Alberto de Inglaterra qualificava os seus membros de «nulidades», mas constituído segundo as condições do Protocolo por nenhum pertencer à extinta Junta nem ser cabralista propriamente dito. D. Fernando desabafara: se este ministério também abortar, não sabe o que acontecerá³. Em fins de agosto Costa Cabral regressara a Portugal e em outubro venceu as municipais de Lisboa. Mais uma vez D. Fernando confia, agora ao irmão Augusto: «Vamos quase bem, mas precisa-se duma grande paciência num país como este. Aquele que não tem nada que ver com governos pode julgar-se feliz; fico contente quando penso que tu ao menos podes viver tranquilamente e sem problemas»⁴. A pobre D. Maria estava de novo em fim de gravidez.

Palmerston, informado por Sir Hamilton Seymour, acusa-a de pôr o trono em risco porque está de má-fé, mantendo um entendimento perfeito e secreto com os Cabrais, o que indignou a rainha Vitória que, em tom duro, lhe diz que ele tem direito à sua opinião, que não é a dela, mas deplora que faça afirmações tão graves, sem provas e que não correspondem ao que o rei de Portugal lhe transmite⁵. Este sentia-se agastado com as intervenções inglesas

¹ Carta de D. Fernando à rainha Vitória, Lisboa, 28.5.1847, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 270.

² Carta do príncipe Alberto a lorde John Russel, Osborne, 1.8.1847, em LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 344-345. O padre Marcos manteve-se ao serviço do paço até 1851, ano da sua morte.

³ Carta do príncipe Alberto ao barão de Stockmar, Ardverikie, 11.9.1847, em MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert... d'après leurs lettres, journaux, mémoires, etc.*, vol. I, pp. 229-230.

⁴ Carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 29.10.1847, pub. por GALVÃO, 1998.

⁵ Ofícios de Palmerston à rainha Vitória, Londres, 30.10.1847, e resposta desta de Windsor, 31.10.1847, em *The Letters of Queen Victoria*, vol. II, pp. 158-159.

e dizia-o com frontalidade, tanto ao representante inglês¹, como aos primos Alberto² e Vitória³.

A 4 de novembro, nascia o infante D. Augusto e era na cama que a rainha analisava com o marido a resolução de nova crise governamental. Dirigindo-se ao paço, por essa ocasião festiva, José da Silva Carvalho e Rodrigo da Fonseca Magalhães falaram a sós com o rei, que «abriu o seu coração e pensamento, mostrando na cautela com que falava, para não ser ouvido fora, a plena confiança que tinha em nossas pessoas e o quanto desconfiava de tudo o que o rodeava. Pediu a Rodrigo que voltasse no outro dia e perguntou se tomaria parte na administração logo que a rainha se levantasse, porquanto a atual tinha pedido a sua demissão, e tinha-lhe sido dada, ficando só com o expediente. Classificou os ministros como eles mereciam, duque da Terceira e Fronteira, e todos os de casa; disse que a rainha pensava como ele» e que haviam convidado Saldanha para presidir ao novo governo⁴.

Ao comunicar o nascimento do novo filho ao seu primo Ernesto, D. Fernando conta-lhe que mais uma vez se encontram na difícil situação de formar governo com a rainha em pós-parto, que os ânimos estão muito exaltados devido à proximidade das eleições e que «o arrebatamento de Costa Cabral e dos seus seguidores, roçando a insanidade, ainda corrompe mais a situação». O que o rei ambiciona, afirma, é manter o trono acima do tumulto partidário, mas «a situação é muito séria». E de novo exprime o seu desalento em relação aos políticos portugueses: «É um infortúnio que em Portugal, mesmo aqueles que se qualificam como conservadores, não sejam imunes a ideias revolucionárias, quando estas favorecem os seus interesses»⁵.

Silva Carvalho registara no seu diário que os Cabrais planeavam convencer o rei a mandar regressar Dietz «porque sendo el-rei uma criança, só aquele homem o podia bem aconselhar»⁶. A carta que D. Fernando escreveu ao primo a 8 de novembro refere-se a esse plano, o que não comprova a sua veracidade, pois é possível que o rei o tivesse sabido pela mesma fonte de Silva

¹ Cartas de D. Fernando a Sir Hamilton Seymour, Lisboa, 16.10.1847 e 19.10.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 45, 50.

² Carta de D. Fernando ao príncipe Alberto, Lisboa, 21.10.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 54-56.

³ Carta de D. Fernando e de D. Maria à rainha Vitória, Lisboa, 29.10.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 61-62.

⁴ Diário de José da Silva Carvalho, 4.11.1847, em VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 473.

⁵ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Lisboa, 8.11.1847.

⁶ Diário de José da Silva Carvalho, 2.11.1847, em VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 473.

Carvalho ou por este no encontro do dia 4. Seja como for, acreditou nele, mas D. Fernando não queria o regresso de Dietz. Não deseja ser ingrato porque reconhece que lhe deve muito, mas os cabralistas «são tão absurdos», diz, que propalam que Dietz é necessário e que eles o farão voltar. «Que despau-tério!», exclama, e retira a conclusão óbvia: «Isto demonstra-te como o partido cabralista, que eu considero neste momento uma facção, não está muito contente comigo»¹.

Estariam D. Fernando e D. Maria em desacordo? Silva Carvalho «inferiu» que sim: «Quando Rodrigo saiu do paço, chamou-o o esmoler-mor, dizendo-lhe que el-rei tinha a rainha em coação, que era um pateta, que estava fazendo muito mal a este país!! De onde bem inferimos que ela ainda olhava para o conde de Tomar, que estas ideias eram da camarilha que a cercava e que neste negócio só andava sincero el-rei»². A conclusão era excessiva, pois ninguém podia garantir que o padre Marcos dissesse a verdade, mas Hamilton Seymour comunicou o mesmo a Palmerston: rei e rainha tinham posições políticas antagónicas³. Em fins de novembro as informações que envia ao seu governo são assustadoras: os cabralistas organizavam-se para separar o rei da família, expulsando-o do país⁴ e dizia-se que D. Fernando dirigia um partido revolucionário que pretendia matar a rainha para entregar a regência ao viúvo⁵. Nesse mesmo dia, sem ainda ter lido tais absurdos, a rainha Vitória diz que Sir Hamilton vê tudo *en noir*⁶.

Os cabralistas não trouxeram Dietz nem expulsaram o rei, mas ganharam as eleições, a que se seguiu nova remodelação que reforçou a sua influência. D. Fernando sentia-se tão deprimido que chegou a dizer a Sir Hamilton que lamentava estar ligado aos assuntos de Portugal⁷. O desprezo que nutria pela classe política parece acentuar-se: «Veremos que tolos e asnos políticos nos traz o novo ano»⁸.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Lisboa, 8.11.1847.

² Diário de José da Silva Carvalho, 11.11.1847, em VIANA, *Documentos para a história contemporânea: José da Silva Carvalho e o seu tempo*, vol. II, p. 474.

³ Ofício de Hamilton Seymour, Lisboa, 18.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 80-81.

⁴ Ofício de Hamilton Seymour a Palmerston, Lisboa, 29.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 88.

⁵ Ofício de Hamilton Seymour a Palmerston, Lisboa, 28.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 89-90.

⁶ Carta da rainha Vitória a lordé John Russell, Windsor, 28.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 90.

⁷ Ofício de Hamilton Seymour a Palmerston, Lisboa, 18.12.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 95.

⁸ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 24.12.1847.

O novo ano, 1848, foi devastador para as monarquias europeias. Tudo começou em França, em fevereiro, com a proclamação da república, alastrando-se as revoltas ao Piemonte, Espanha, reino de Nápoles, Prússia, império austríaco e vários principados alemães. A onda revolucionária poupou o nosso país, mas o exílio e expropriação da fortuna dos Orleães, que até então reinavam em França, foi um choque para os reis de Portugal, com duas irmãs e um irmão casados nessa família: Francisca de Bragança, irmã da rainha, e Vitória e Augusto Coburgo, irmãos do rei¹. As restantes Casas reais conseguiram manter-se, mas tiveram de conceder liberdades e direitos aos seus cidadãos.

Nessa altura, a duquesa de Bragança encontrava-se em Munique. Em carta a D. Fernando anuncia-lhe que o rei da Baviera fora já forçado a abdicar no filho e que a situação era difícil em Berlim e em Viena, onde os monarcas, apesar das concessões feitas, continuavam bastante ameaçados. Mas esperava que «no nosso querido Portugal» se mantivesse a tranquilidade no meio da calamidade que se abatera sobre a Europa, com os soberanos a tentar salvar a monarquia do naufrágio². Oliveira Marreca, António Rodrigues Sampaio e José Estêvão formaram em maio a Comissão Revolucionária de Lisboa, em Coimbra surgiu a Carbonária Lusitana e no mês seguinte, o da insurreição operária de Paris, eclodiu em Lisboa a «revolta das Hidras», que não teve consequências. Salvo isso, Portugal passou imune, no imediato, às convulsões de 1848³. Contudo, suspeitava-se, mais uma vez, de que o duque de Palmela conspirava para destronar D. Maria II. Em junho, o representante da Inglaterra, Sir Hamilton Seymour, foi duramente censurado pela sua rainha e governo por se imiscuir nas intrigas políticas portuguesas e reunir com Palmela e Rodrigo da Fonseca Magalhães, de quem se presumia a traição⁴.

Costa Cabral chegou à presidência do governo em junho de 1849, conseguindo, finalmente, expulsar Saldanha. Havia decorridos três anos sobre o fim da guerra que o ódio aos Cabrais provocara. O conde de Lavradio anota no seu diário a 18 de junho de 1849, véspera da tomada de posse do go-

¹ O assunto é desenvolvido no capítulo seguinte.

² Carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, a D. Fernando, Munique, 29.3.1848, ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185.

³ Sobre o rasto ideológico, ver RIBEIRO, 1990.

⁴ Cf. LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 145-150. No mês anterior, D. Maria qualificara Rodrigo da Fonseca Magalhães como possuindo um exterior de pomba e um fundo de víbora (carta da rainha de Portugal à rainha de Inglaterra, Lisboa, 28.5.1848 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 144).

verno: «Uma intriga entre o ministro da guerra e o marquês de Fronteira deu o golpe mortal no pobre ministério, que há muito estava minado pelas intrigas do conde de Tomar, o qual tinha bons agentes no paço, entre outros, o célebre padre Marcos [...]. Presidente de conselho e ministro dos negócios do reino: o conde de Tomar!»; «parece impossível que, tendo sido ele a causa da revolução de maio de 1846, a que se seguiu uma guerra civil que o governo não teve forças para acabar e que necessitou da intervenção armada de três nações para ter um fim. Parece impossível, que se ousasse fazer uma tal nomeação! Parece-me que ela terá funestas consequências. Deus queira que me engane!»¹. Não se enganou, mas Costa Cabral resistiu dois anos. Saldanha, que ele agora afastara, derrubou-o então definitivamente com mais um golpe e uma guerra civil, que foi breve mas funesta para D. Fernando.

Este segundo cabralismo foi muito marcado por escândalos sucessivos atribuídos ao conde de Tomar e recorrentes pedidos da sua demissão. Resurgiam as antigas acusações de corrupção e enriquecimento ilícito. O compadrio e os ataques à liberdade constitucionais foram frequentes. Gravíssimo para a imagem da realeza, propalava-se que o conde era amante da rainha, que, naturalmente, apoiava todas as suas medidas.

Em 1849, foi «o ano do caleche»², como lhe chamou Rodrigues Sampaio, se bem que o escândalo só surgiu em novembro, quando esse publicista deu a primeira notícia do caso no seu jornal *A Revolução de Setembro*. Denunciava que o conde de Tomar recebera uma caleche que pagou com uma comenda da Ordem de Cristo. No mês seguinte, várias vezes, incluindo de Saldanha, pediram a sua demissão. Costa Cabral tinha a maioria parlamentar porque, como os seus antecessores, manipulava as eleições dos deputados. Para conseguir o mesmo na câmara alta, obteve da rainha a nomeação de várias «fornadas»³, assim como tentava controlar a imprensa.

Em inícios de 1850 rebentava em Portugal o maior escândalo. José de Almeida Correia de Sá, uma vez mais, relata bem o que se passou: «O *Morning Post*, que recebia inspirações do partido miguelista, publicava em 12 de janeiro uma correspondência de Lisboa, em que dizia que *a razão impolítica da escolha do conde de Tomar custava a explicar, a não ser pelo leviano proceder de uma alta personagem com este valido, circunstância de que ele sabia aproveitar-se bem para firmar a sua importância no poder*. Tomar, que nunca chama-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 285.

² Caleche dizia-se então no masculino.

³ Nome por que era conhecida a criação de novos pares a fim de garantir uma maioria favorável ao governo.

ra aos tribunais portugueses os que o tratavam de *concessionário e ladrão*, que nunca levara perante a Justiça os que insultavam a rainha e seu augusto esposo, não hesitou em recorrer às justiças inglesas, não teve dúvida em promover em Londres uma discussão sobre a rainha de Portugal e intentou ação contra o *Morning Post*. Segundo a lei inglesa, o autor tinha de fazer perante o tribunal o juramento de calúnia *affidavit* e o conde de Tomar, pelo seu procurador, fizera a seguinte declaração: *Terminante e positivamente nega que tivesse sido escolhido para ministro por causa de qualquer conduta imoral da parte da rainha de Portugal ou dele próprio, ou que tenha jamais havido na conduta de Sua Majestade, ou na sua, qualquer coisa de natureza imoral e imprópria*»¹.

A notícia saiu no *Revolução de Setembro* de 28 de janeiro. Foi um escândalo, depois repetido por toda a imprensa que clamava contra o primeiro-ministro que assim ousava manchar a honra da rainha. De facto, era inconcebível referir-se-lhe dessa forma. Costa Cabral não podia ter sido mais desastrado. O conde do Lavradio levou o assunto à Câmara dos Pares. Esta, com maioria cabralista, não admitiu a discussão. Lavradio insistiu dois dias depois. Levantaram-se clamores na sala, gritos de Lavradio e de Tomar e «o tumulto tomou tais proporções que o presidente da Câmara foi obrigado a levantar a sessão, mas não antes de Lavradio se ter conseguido fazer ouvir, acusando o conde de Tomar de ter ousado levar aos tribunais ingleses o nome da rainha, tornando-se assim *criminoso de lesa Majestade*. As represálias do presidente do conselho não se fizeram demorar. Saldanha, tendo votado pela discussão do *affidavit*, foi o primeiro alvo de vingança do conde de Tomar: quatro decretos sucessivos destituíram-no dos seus lugares de mordomo-mor do paço, de conselheiro de estado, de vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar e de primeiro ajudante de campo de el-rei D. Fernando»².

Daí em diante, a imprensa portuguesa atacou sem tréguas o primeiro-ministro. Em outubro até o irmão, Silva Cabral, se incompatibilizou com ele. No fim do ano deu brado o caso do arrendamento do Alfeite, também noticiado pelo «Sampaio da Revolução», como era conhecido António Rodrigues Sampaio. Desta vez, o conde de Tomar conseguira que a Casa Real lhe arrendasse o palácio e quinta do Alfeite por um prazo de noventa e nove anos. O conde do Lavradio levantou a questão na Câmara dos Pares, alegando ser o Alfeite propriedade do Estado, mas o assunto só foi discutido, com nova algazarra, em fins de março de 1851. Durante esses meses os jornais ti-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 288.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 290, texto de José de Almeida Correia de Sá.

nham explorado o assunto. Foi durante esta polémica, que vexava a credibilidade da rainha, que nasceu morta mais uma infanta. Era o segundo parto consecutivo que corria mal, pois já em 1849 sucedera o mesmo com um menino.

Carl Dietz, em Viena, continuava a seguir muito de perto e muito preocupado todos os acontecimentos portugueses. O seu amigo padre Marcos manteve um diário que escrevia expressamente para lhe enviar, ao qual Dietz se refere com frequência na correspondência com D. Fernando, queixando-se quando se atrasava. Seria importante localizar esse documento. Em resposta a carta do rei de 28 de janeiro de 1850 — dia em que a questão do *affidavit* era noticiada em Portugal e que possivelmente D. Fernando já conhecia pela imprensa inglesa, mas não mencionou ao antigo professor — Dietz diz-lhe que tem passado os dias muito ansioso e desgostoso com todos os golpes com que o rei é constantemente atingido e por quem menos se esperava. «O comportamento absurdo e ingrato de Saldanha contra Vossa Majestade entristeceu-me profundamente», mas «é assim o mundo e estou certo que Vossa Majestade não vai permitir que estas experiências amargas o desviem do caminho da moderação e da paz que sempre tanto apreciei e admirei em vós». Ainda tem esperança na reconciliação de Saldanha e Costa Cabral e «um trono que é chamado a reinar sobre tais personagens faz o melhor em ser o mais generoso possível e cuidar em não se comprometer muito com nenhum dos partidos»¹. Palavras conciliatórias que contrariam a imagem propalada de Dietz. É no mês seguinte que se refere à discussão do *affidavit* na Câmara dos Pares, o que lhe provocou um profundo desgosto e a rejeição de Cabral e o levou a escrever uma longa carta com importante conteúdo político.

No que parece ser concordância com a opinião do rei na carta que este lhe escrevera a 18 de fevereiro, Dietz afirma: «Eu também conheço demasiado bem a triste composição da Câmara dos Pares». «Com a Câmara dos Pares e o Conselho de Estado que a Carta de D. Pedro prescreve ninguém pode governar em Portugal a longo prazo e a bem do país (e menos do que ninguém Costa Cabral) e aí reside a verdadeira praga da sua desastrosa e traiçoeira revolução de 1842». Lidas estas palavras, cai por terra o suposto apoio de Dietz ao golpe de restauração da Carta. A sua confiança em Saldanha, essa sim, era real: «Sim, confesso abertamente que estremeço ao pensar no futuro e por isso me deixou muito triste saber que Vossa Majestade foi forçado a depor Saldanha». Quanto ao «desafortunado processo contra o *Morning Post*»

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 18.2.1850.

que lê na imprensa e «à maneira irresponsável com que Costa Cabral comprometeu o nome e a reputação da nobre e digna rainha, que está acima de qualquer descrédito, vangloriando-se no tribunal inglês com a sua incompreensível declaração», Dietz considera que «foi muito mais longe do que os acusados se atreveram a ir», não conseguindo compreender tanta «insensatez». Mas também não perdoa «a detestável oposição que avidamente aproveitou a oportunidade de ferir a realeza a partir de um escândalo que não podia ser mais íntimo e fundamental».

«Depois de tantas experiências tristes, Costa Cabral não se tornou mais sensato, continua com a sua antiga frivolidade de um modo tal que [...] mais cedo ou mais tarde cairá e nessa altura colocará o trono tanto mais em perigo, quanto mais apoio aí encontrou. Portanto, imploro ardentemente a Vossa Majestade que controle o homem apertadamente. Vossa Majestade sabe que aprecio muito o talento governativo de Costa Cabral, no entanto, com ligeireza já não é agora possível governar em lado nenhum e, portanto, também não em Portugal; mas acima de tudo o dever mais sagrado de um ministro é proteger o reino de qualquer ataque do exterior, o que inclui deixar brilhar para o mundo toda a respeitabilidade e virtude. Perdoe Vossa Majestade esta franqueza, é o medo provocado pela minha ilimitada devoção, a firme veneração e crescente culto por uma tão nobre rainha, pela sua bondade e benevolência que nunca posso agradecer o suficiente, é o fruto da ansiedade pela preservação de um nome que não pode ser tocado pela inveja mais venenosa, pelo toque da mais negra calúnia. Vossa Majestade sabe também o que penso da insensatez de Saldanha, de algumas das suas ações deploráveis, partilhando com V.M. o desagrado, a profunda indignação, que uma tal falta de caráter, causa no vosso espírito reto, honesto e aberto. Lembremo-nos, no entanto, que ele está sob inspiração estrangeira e também recebeu ordens da Inglaterra»¹.

Em suma: Dietz aconselha, implora o afastamento de Costa Cabral, percebendo como a sua manutenção era perigosa e, apesar de reconhecer os muitos defeitos de Saldanha, prefere-o e desagrada-lhe o desfavor que o rei lhe manifesta. Como confessa numa outra carta, embora concorde com o que lhe dizem o rei e a rainha sobre o marechal, tem de confessar que gosta de Saldanha porque fez muito pelo trono de D. Maria e é muito dedicado ao rei².

Durante este ano de 1850, D. Fernando correspondeu-se também com assiduidade com o irmão Augusto. Só de passagem se referia a assuntos políticos, que o aborreciam, e sobre os quais o irmão não o interpelava. A aver-

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 6.3.1850.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 12.4.1850.

são por alguns governantes é patente e não se inibia em qualificá-los. Já o ouvimos apelidar Palmela de sinistro. Não é, pois, de admirar que ao informar o irmão da morte do duque, em outubro desse ano, embora reconheça que «era da velha escola do Congresso, um homem que prestou muitos serviços», acrescenta que «recentemente tinha-se tornado um tanto incómodo» e, em língua húngara, afirma: «não choro por ele»¹. Quando em dezembro conta a Augusto que o maior opositor do chefe de governo era agora o seu próprio irmão, Silva Cabral, qualifica-o de meio louco e, recorrendo outra vez ao húngaro, «um grande canalha»². Mas nada revela sobre o conde de Tomar. O que o irrita são as conspirações sem fim. Em abril refere-se às «intrigas e idiota oposição de Saldanha»³ e em maio escreve: «Até agora, temos tido sorte em manter a ordem no país, desejo que assim perdure, pois a maior parte dos portugueses reconhece que através de tumultos e agitações pouco de bom se alcança. Também a situação singular de Saldanha não teve a repercussão política que ele talvez desejaria e na qual acreditou. Vês, assim, que eu não te dou demasiadas más notícias»⁴. É patente a sua imensa saturação da política e a indiferença que lhe mereciam a sorte e atividades de Saldanha, apesar das opiniões de Dietz.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 20.10.1850.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 22.12.1850.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.4.1850.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

Capítulo 4

Mulher e filhos

4.1. A relação conjugal e os primeiros filhos (1836-1840)

4.1.1. O casal

D Fernando e D. Maria constituíram um casal harmonioso. Não restam dúvidas sobre o profundo afeto que os uniu. À morte da rainha, após perto de dezassete anos de vida em comum, o viúvo chorou-a com dor sincera, demonstrando uma imensa gratidão pela felicidade que lhe tinha proporcionado e respeito pelas suas qualidades pessoais. Admirava o «sangue-frio e essa admirável coragem, digna de um herói, que esta mulher generosa demonstrou durante toda a sua vida infelizmente curta, mas cheia de dificuldades e sobressaltos»¹. Refere-se-lhe, então, o que se percebera há muito pelas suas cartas, como «aquela que foi a felicidade da minha vida e que pela intimidade tão doce, tão simples e tão santa que formámos me compensava com juro dos caprichos do destino que, arrancando-me ao repouso e à agradável posição que me esperavam na minha antiga pátria, me transportaram a um país tantas vezes transformado em teatro da luta das paixões. Esta mulher generosa só pensava em mim, mostrando-me a sua afeição profunda até nas mais pequenas coisas. Nunca houve esposa como ela, mas também nunca houve esposo que tão bem soubesse apreciar e honrar a sua esposa». «Maria era tão boa, que prazer ela tinha em adivinhar os meus gostos. Para me ser agradável, ela, que antes não tinha a menor ideia de tais coi-

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15-20 novembro 1853, 1.ª pág. As citações que se seguem são das págs. 1-4.

sas, aprendera a apreciar e a amar as obras de arte». Mais adiante qualifica-a «como a melhor das mães e o modelo das esposas». As cartas da rainha¹ e outras fontes corroboram tudo isto. Faz tudo para agradar a Fernando, diz a rainha Vitória em 1839². É o próprio rei que analisa e descreve a sua vida conjugal, num testemunho comovente:

«A nossa união, ao princípio tímida, como a de crianças que éramos, tornou-se a cada dia mais sincera e mais íntima, acabando por nos fazer indispensáveis um ao outro. Perdi irremediavelmente todo este bem e ei-la para sempre acabada esta vida encantadora, tranquila e de confiança mútua, que só é dada àqueles que compreendem a poesia do casamento e aí encontram uma fonte de felicidade. Eis que desapareceu este repouso da alma e esta certeza que cada um de nós tinha de encontrar no outro a compensação para tudo o que os encargos e aquilo a que se convencionou chamar a política tem de repugnante».

Corria na corte o rumor de que a rainha teria dito ao marido: «Aqui, no Paço Real das Necessidades, enquanto houver galinha, o galo não canta!». Isto é bem conhecido e repetido, mas boato não confirmado. Nas suas cartas à rainha Vitória, D. Maria II traçava um quadro diferente, reproduzindo os valores da época: à esposa compete obedecer, mesmo sendo rainha, e ela fazia-o com gosto³. É óbvio que aderir a um princípio que se reputa justo não significa cumpri-lo e D. Maria, mulher enérgica, corajosa e determinada, e que legalmente tinha o mando, não poucas vezes o terá transgredido.

A questão da autoridade colocava os dois membros do casal em situação desconfortável. Ao contrário da lei geral da época, a rainha era a chefe da família e não havia padrões de comportamento que a orientassem, nem a ela, nem ao marido, nem a quem os observava. Todas as suas atitudes eram, portanto, passíveis de crítica. Se a rainha mandasse, o que lhe competia por lei, era a galinha que cantava e o marido, alvo de troça, «o rainho», como lhe chamavam os miguelistas. Se fosse visível o contrário, D. Maria seria acusada de apoucar a dignidade régia portuguesa, obedecendo a um estrangeiro com veleidades ilegítimas e indecorosas para o trono. Contudo, como eram ambos inteligentes e se afeiçoaram muito um ao outro, crescendo entre eles grande respeito mútuo, conseguiram manter uma grande harmonia. O que não impediu, como nunca impediria, os boatos malévolos de origem cortesã ou política.

¹ Cf. *The Letters of Queen Victoria*; LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*; LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*; BONIFÁCIO, 2005, pp. 121-132.

² RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.9.1839.

³ Cf. trechos citados por BONIFÁCIO, 2005, p. 121.

Como se viu no capítulo anterior, propalou-se que D. Maria II e Costa Cabral mantiveram uma relação amorosa. Fátima Bonifácio, a mais recente biógrafa da rainha, declara que «nada indica, e pelo contrário tudo desmente que as relações da rainha com o ministro se tenham revestido de uma natureza amorosa»¹. Compulsando parte da mesma documentação e muitas outras fontes, afirmo o mesmo. Toda a correspondência consultada, tanto da rainha, como do rei, como ainda dos seus muitos familiares, revela, isso sim, que D. Maria e D. Fernando formavam um casal que se sustentava num profundo afeto e mútua admiração.

Afirma-se, por vezes, que D. Fernando manteve relações extraconjugais. Cite-se o que se pode ler no *Diccionario historico* de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, onde, ao referir as «ocupações prediletas» do rei, se inclui: «entregando-se também um pouco a cortejar as damas, entretendo amores menos platónicos, que não eram muito do agrado da rainha»². Que D. Fernando apreciava as mulheres bonitas é indiscutível e o tópico surge nas suas cartas ao irmão. Mas ele era extremamente sensível a toda a beleza, fosse ela uma mulher, um homem, um cavalo, uma flor, uma paisagem, uma noite de luar... A única referência da época que conheço a uma possível aventura amorosa é uma frase de Rodrigo da Fonseca Magalhães em carta a Silva Carvalho, de 1847: «El-rei tinha ido ao S. João da Outra Banda! *Promenade de plaisir*»³. É possível que D. Fernando tivesse alguns casos sem importância real, o que é compatível com a sua personalidade hedonista e vaidosa e até porque a esposa se tornara obesa, um tanto desleixada e estava permanentemente grávida. O que não invalida o afeto que sempre sentiu por ela. D. Fernando apreciava o aconchego familiar e só teve um comportamento mais livre quando se viu desacompanhado, após a morte da rainha e antes de se apaixonar por Elisa Hensler. A vida familiar foi sempre para ele um refúgio. Cito, entre outros excertos que poderia aqui usar, o que o rei escreveu ao primo Ernesto em 1842, quando este estava para casar e após o golpe de Costa Cabral:

«Desejo-te de todo o coração que sejas neste aspeto tão feliz como eu e a rainha, que tenhas uma vida familiar tão tranquila e sossegada como eu. Só assim consegui suportar tantas coisas que de outra forma teriam sido mil vezes piores. Voltei a perceber isso recentemente, durante os indignos acontecimentos portugueses que bem conheces. Causaram-me uma tal aversão e cho-

¹ BONIFÁCIO, 2005, p. 8.

² PEREIRA e RODRIGUES, 1904-1915, vol. III, p. 381.

³ In VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 406.

que que teria sucumbido aos pensamentos mais sombrios se não amasse a minha mulher e os meus pequeninos»¹.

4.1.2. *Nascimento de Pedro*

A 16 de setembro de 1837 nasceu o primeiro filho, Pedro. Os pais rejubilaram. D. Fernando, um jovem de 21 anos, expande-se com o tio Ernesto: «O evento feliz, feliz, tão indizível, por que ansiávamos, finalmente aconteceu». «O que eu senti, neste dia tão esperado, a 16, os sentimentos que despertaram em mim, o tio pode adivinhá-los melhor do que eu posso descrevê-los. Desta vez tudo se tornou realidade, até o nosso desejo de que fosse um rapaz. O pequeno não é apenas um menino, mas um homem muito forte e grande, que quase nunca chora, e para uma criança de dois dias de idade comporta-se de forma admirável»². No mesmo dia escreveu à prima Vitória: «A minha felicidade é indizível!»³. E em termos semelhantes se dirigiu à tia Luísa, mulher do rei Leopoldo. Estava em êxtase com o seu rapazinho, como comenta Vitória, depois de ler a carta que o primo enviara à tia belga⁴.

O parto fora rápido, tudo correria pelo melhor e 101 tiros de canhão anunciaram ao povo o nascimento de um príncipe. Dietz informou a duquesa de Kent de que a rainha sentira as primeiras dores às 21h e às 23h30m o menino nascera. Era forte e a mãe estava feliz e tão bem como se nada houvesse acontecido. O marido não saía do seu lado, assim como a madrasta e as tias, as infantas Isabel Maria e Ana de Jesus⁵. Nas palavras de D. Maria, Pedro tinha os olhos e o nariz do pai e a boca e o queixo dela, «o que é uma pena», comenta a rainha Vitória, «já que é justamente a parte mais feia do rosto de D. Maria»⁶. Mas a duquesa de Bragança comunica-lhe que o menino é forte, bonito e parecido com Fernando⁷. Meses depois, ao ver uma miniatura do príncipezinho que D. Maria enviara a Clementina de Orleães, Vitória conclui que era parecido com os dois progenitores⁸.

O perigo de morte dos recém-nascidos era nestes tempos muito real e por isso os batizados eram sempre rápidos, um ou dois dias após o nasci-

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 27.3.1842.

² StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 17.9.1837.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 26.9.1837.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 13.10.1837. Era prática normal dentro das famílias enviar uns aos outros as cartas recebidas (com pedido ou não de devolução). De forma alguma se considerava tal costume como violação de confiança.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 26.9.1837.

⁶ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 13.10.1837.

⁷ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 21.12.1837.

⁸ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 1.2.1838.

mento. Como para os príncipes era necessário organizar um cerimonial complicado, as crianças eram batizadas no paço *sub condicione*, no próprio dia do nascimento, e só depois se fazia o batismo solene. A mãe, fosse qual fosse o estrato social, não participava em nenhuma das cerimónias¹.

D. Pedro foi batizado solenemente na capela das Necessidades no dia 1 de outubro. Foram seus padrinhos o tio materno D. Pedro II, imperador do Brasil, representado pelo ministro do Brasil, e a viúva do avô materno, a duquesa de Bragança. Com a escolha dos dois homenageava-se D. Pedro IV, o fundador do regime liberal e a quem D. Maria devia o trono, e reforçavam-se os laços políticos com o Brasil. Note-se que o procurador do padrinho, tio da criança, não foi um membro da família, mas sim o representante do governo brasileiro em Lisboa. Violando os costumes da aristocracia e porque prevaleceram razões de Estado, a família paterna do recém-nascido, sem expressão política, foi por agora relegada. Mas não foi esquecida nos nomes da criança, que obedeceram, na sua escolha e sequência, às regras da etiqueta e protocolo: nomes do padrinho, dos pais, de santos tradicionalmente cultuados na família de Bragança e de vários parentes de ambos os sexos dos ramos materno e paterno. Assim, o príncipe recebeu os nomes Pedro de Alcântara Maria Fernando Miguel Gabriel Rafael Gonzaga Xavier João António Leopoldo Vítor Francisco de Assis Júlio Amélio. Na época, o apelido predominante em Portugal era o primeiro e não o último. Por isso, os seus foram Bragança Bourbon Saxe-Coburgo-Gotha. Os Coburgos estavam satisfeitos, pois Fernando assegurara a sucessão com um filho varão e tinha agora o título de rei. E trataram de espalhar a ideia, reproduzida pelo *Almanaque de Gotha*² e ainda agora repetida no estrangeiro, de que se iniciara uma nova dinastia em Portugal, a de Coburgo ou, em versão mais suave, de Coburgo-Bragança, o que, obviamente, é erróneo.

A 26 de janeiro de 1838, D. Pedro foi reconhecido em Cortes como herdeiro do trono. Em abril seguinte, como pai orgulhoso que era, D. Fernando já concluíra que o filho de 7 meses era lindo, inteligente e um tanto teimoso. Ainda não tinha dentes, mas isso devia-se, afirma o pai, ao facto de ser muito forte. Já sabia também que provavelmente a rainha estava de novo grávida³. De facto, o segundo filho nasceria a 31 de outubro desse ano. É claro que to-

¹ LOPES, 2011a, p. 157.

² O *Almanaque de Gotha*, publicado anualmente nessa cidade do ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, era um autêntico guia para as realezas e aristocracia. Nele se registava a existência de todos os membros das famílias mais importantes da Europa, todas as mortes, nascimentos, títulos nobiliárquicos, etc.

³ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 15.4.1838.

das estas e outras notícias eram passadas aos restantes membros da família e amplamente comentadas¹.

4.1.3. *Nascimento de Luís*

O nascimento de D. Luís voltou a exultar os pais, pois ambos queriam outro rapaz. E este, tal como o irmão, nasceu grande e saudável num parto sem dificuldades que durou quatro horas e do qual a rainha se recompôs de imediato. «Estou particularmente feliz porque queria muito que fosse um rapaz, o que em todos os aspetos é sempre preferível», afirma D. Fernando². À prima Vitória diz-lhe que a rainha sofreu bastante, mas está bem e ser pai de um segundo filho era o que desejava³. Receou, de facto, que nascesse uma filha: «estamos todos muito felizes, sobretudo eu, que temia que fosse uma menina, o que teria sido para mim um tanto desagradável, porque no que respeita a crianças gosto mais dos rapazinhos que são sempre mais alegres e turbulentos»⁴. Ao exultar com o sexo masculino do filho, nesta carta à rainha Vitória, o rei de Portugal nem alude a conveniências políticas, agindo como um pai típico da época. Mas mais uma vez a escolha dos padrinhos obedeceu a uma lógica não familiar. O menino foi batizado solenemente a 14 de novembro, apadrinhado por procuração pelo rei dos Franceses, de quem tomou o nome Luís Filipe, e pela avó paterna, Maria Antónia Koháry-Saxe-Coburgo-Gotha.

4.1.4. *Nascimento e morte de Maria*

O terceiro parto de D. Maria II foi a primeira experiência dolorosa e afli-tiva do casal. Estava-se no outono de 1840, D. Fernando e D. Maria tinham dois filhos de três e dois anos que nenhuma aflição lhes davam e a terceira gravidez da rainha chegava ao fim. Na madrugada do dia 3 de outubro a parturiente sentiu as primeiras dores. O que se seguiu foi um pesadelo que durou 30 horas «de sofrimento terrível», nas palavras de D. Fernando. A criança, que era uma menina muito forte, não nascia, a rainha corria perigo de vida. No dia seguinte não houve remédio senão batizá-la dentro da mãe e extraí-la, com uso de fórceps que muito provavelmente a mataram. «Como me

¹ Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals, passim*; *The Letters of Queen Victoria, passim*; cartas do duque Ernesto I ao irmão Fernando, StACo, KA, 173, 177, 180.

² StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 3.11.1838.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 12.11.1838.

⁴ Carta da rainha Vitória a Leopoldo rei dos Belgas, onde lhe repete o que Fernando lhe dissera. Windsor, 12.11.1838 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 168.

senti então e de certa forma ainda agora, não consigo descrever, mas posso dizer que nunca vivi nada assim», escreve D. Fernando no dia 5 de outubro num turbilhão de dor e alívio pela sobrevivência da mulher, cuja vida, estava convencido, devia ao seu médico alemão Kessler¹. Contudo, só a 11, depois de quatro dias consecutivos sem incómodos, a rainha foi considerada livre de perigo².

Um mês depois D. Fernando ultrapassara a dor. A rainha estava bem e os filhos enchiam-no de alegria e orgulho. Em novembro de 1840 escreve: «Os nossos dois jovens cavalheiros estão florescentes», «sendo ainda crianças tão pequenas, dão-nos muita alegria, cada um à sua maneira. Pedro é uma criança muito doce, sensata e boa». A precocidade de Pedro era já manifesta, pois, diz o pai, «fala muito bem alemão, francês e português e comigo como um alemão. Possui também aptidões para ser um grande cientista, porque a coleção de história natural local é a sua atividade preferida. Luís, com a sua bela cabeça de cabelos completamente brancos, ainda é um pouco arrebatado e incontrolável, o que é devido à sua grande vitalidade. Tem boa índole e às vezes é muito engraçado³. Dias depois, volta ao assunto: «Estamos todos muito bem. Os queridos filhos são brilhantes e alegres e têm um aspeto muito próspero». E D. Fernando faz um rápido esboço dos dois com a indumentária com que passearam:



Esboço de autoria de
D. Fernando II em carta ao
duque Ernesto I, 22.11.1840.
Stratsarchiv Coburg, 6130.
Coburgo.

Quanto à rainha, «está excelente» e cavalgaram ambos na véspera⁴. E ainda em fevereiro do ano seguinte: «estamos todos bem», «os nossos queridos filhos também desfrutam da melhor saúde e dão-nos muita alegria. Pedro é uma criança encantadora que se interessa por tudo» e «Luís, que é um grande maroto muito agitado, não tem tanta paciência como o irmão para aprender línguas e por isso está pouco adiantado no alemão»⁵.

¹ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 5.10.1840.

² StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 11.10.1840.

³ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 13.11.1840.

⁴ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 22.11.1840.

⁵ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 28.2.1841.

4.2. Uma ninhada que cresce (1842-1853)

Ao contrário do que vulgarmente se pensa, nesta época as mulheres não tinham em geral mais de cinco a seis filhos. Para isso contribuía a idade tardia do seu casamento (ao invés, mais uma vez, de outro mito que persiste), os longos aleitamentos que dilatavam os intervalos intergenésicos e a elevada mortalidade adulta que desfazia as uniões conjugais durante a idade reprodutiva da esposa. Assim sendo, e porque a mortalidade infantil era muito elevada, assim como a saída precoce das crianças para ingressarem no mundo do trabalho, também a dimensão familiar média era pequena, de 4 a 5 pessoas no máximo, muito longe dos extensos agregados que a opinião comum acredita ter sido a norma. Contudo, as elites escapavam a este modelo porque não sofriam restrições financeiras que as obrigavam a adiar os casamentos depois de atingida a maturidade física e porque as mulheres destes estratos nunca amamentavam os filhos. Pagavam por isso um preço elevado: porque as uniões conjugais eram mais duradouras, os partos eram muitos; porque recorriam a amas de leite, os intervalos entre nascimentos muito curtos. É este comportamento demográfico de elites que persiste na memória coletiva e foi esse o do casal Maria de Bragança e Fernando Coburgo.

4.2.1. João e Maria Ana

A 16 de março de 1842, pelas 9h da manhã, D. Maria teve o seu quarto parto. Desta vez tudo correu bem e nasceu mais um menino grande e saudável que seria chamado João. Meia hora depois, para aproveitar um vapor francês que partia e podia levar a carta, Dietz informa o chefe dos Coburgos, Ernesto I. O rei escreverá assim que puder, diz¹. D. Fernando escreveu, de facto, no dia 18. Estava feliz e aliviado porque não conseguira deixar de pensar no parto anterior. «A nossa querida rainha deu à luz no dia 16 pelas 9 horas da manhã, de forma feliz e depois de apenas 5 horas de sofrimento, um menino saudável e forte. Pode imaginar como estamos todos contentes com este feliz acontecimento, que deve ser considerado como uma verdadeira compensação do desafortunado parto anterior». Quanto aos irmãos do recém-nascido, «estão muito felizes com o novo irmão, mas vêem-no mais como um animalzinho do que como um ser humano. Sobre este recém-chegado ainda não se pode dizer muito, porque todos os recém-nascidos são parecidos. Ao contrário dos irmãos, que têm olhos azuis muito claros, ele

¹ StACO, LA, 6130, carta de Carl Dietz ao duque Ernesto I, Lisboa, 16.3.1842.

tem-nos castanhos»¹. Ao primo Ernesto, D. Fernando diz que Pedro e Luís são crianças muito alegres que mantêm entre si estranhas conversas em alemão².

Carl Dietz escreve também ao duque Fernando, avô do recém-nascido. Sossega-o. A rainha está bem, alegre e sem ponta de febre. «O pequeno João está cada dia mais forte e mais bonito, dormindo e mamando muito, embora durma mais de dia do que de noite, o que deixa o pobre pessoal cansado, especialmente as amas». Embora o trate já por João, Dietz informa que ainda se hesita entre João, Fernando e Leopoldo. Prevaleceu o nome tradicional dos Braganças. Conta ainda que os irmãos aceitaram bem o recém-nascido e que Lipipi (D. Luís) faz um grande esforço porque deixou de ser o pequeno. Refere-se depois ao batismo, cuja data ainda se desconhece devido a atrasos relacionados com a representação do padrinho, mas que só se poderá realizar por meados do mês seguinte³. É que o padrinho do infante seria o papa. Portugal e Roma haviam reatado relações diplomáticas no ano anterior e o convite tinha significado político. Neste ano de 1842 o sumo pontífice atribuiu à rainha a Rosa de Ouro, cuja cerimónia decorrera dois dias antes do parto, e esta convidara-o para apadrinhar o seu novo filho, cerimónia que se realizou a 17 de abril. Os padrinhos de D. João foram, pois, Gregório XVI e a tia-avó infanta D. Isabel Maria de Bragança. Nesta altura, com um «apetite extraordinário», o bebé crescia muito⁴.

No ano seguinte as crianças continuavam a desenvolver-se bem e os pais orgulhavam-se delas. «Os nossos queridos filhos têm ótima saúde e desenvolvem-se muito bem física e mentalmente», diz o pai⁵. E, meses depois: «estes dois cavalheiros», que são Pedro e Luís, estão fortes, são alegres e muito amigos e têm aulas nas primeiras horas da manhã. O irmão mais novo corre por todo o lado e «é dotado de um estranho apetite»⁶.

Já então se aproximava novo parto da rainha, que ocorreu a 21 de julho de 1843. Nascia a infanta Maria Ana, uma criança forte e saudável. O parto foi rápido, terminando às 14h30m. Na véspera, conta o rei, ele e a rainha haviam participado na longa cerimónia de imposição do barrete cardinalício, mal imaginando que no dia seguinte a gravidez chegaria ao termo. «Fica-se

¹ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 18.3.1842.

² StACo, LA, 6980, carta do rei D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 27.3.1842.

³ StACo, KA, 288, carta de Carl Dietz ao duque Fernando, Lisboa, 21.3.1842.

⁴ StaCo, KA, 289, carta de Carl Dietz ao duque Fernando, Lisboa, 25.4.1842.

⁵ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 2.1.1843.

⁶ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 22.5.1843.

sempre feliz quando esse momento já passou, especialmente quando decorre tão depressa e da forma desejável, como desta vez foi o nosso caso. A rainha está tão bem como se nada tivesse acontecido e a pequenita promete ser muito linda, na opinião de todos os conhecedores»¹. Nem D. Maria nem D. Fernando desejavam meninas, mas como seria de esperar, descobriram depois os encantos de uma filha, embora sempre considerassem ser preferível o nascimento de rapazes.

O batizado realizou-se a 10 de agosto na capela do paço das Necessidades, como habitualmente. Os padrinhos foram o imperador da Áustria, Fernando I, que era tio de D. Maria, e sua esposa a imperatriz Ana, de quem a recém-nascida tomou o nome. Mas eram de novo razões políticas que explicavam o convite, pois as relações diplomáticas com a Áustria haviam sido restabelecidas no ano anterior.

D. Maria nunca fora esbelta, mas depois do parto de João tornara-se obesa. Os filhos encantavam D. Fernando, que se refere a eles constantemente, mas considerava, o que é mais do que compreensível, que era bom que por agora não nascessem mais, como desabafa com o tio Ernesto: «Para nós não seria assim tão mau, se agora nos dessem um pouco de descanso. A nossa amada rainha, e Vitória também, a este respeito já fizeram muito. Ambas ficariam felizes em descansar agora um pouco»². Se rezou por isso, as suas preces foram então ouvidas, porque no ano seguinte D. Maria não deu à luz. Mas a trégua foi breve. Os reis de Portugal terão mais seis filhos. Nesta carta de 1843, o rei continua: «Tornámo-nos uma família muito respeitável, de cuja prosperidade e boas qualidades, devemos estar satisfeitos no mais alto grau. Pedro e Luís são agora pessoas que nos acompanham a todo o lado». «São ambos muito alegres [...]. Tenho grandes esperanças de que a nossa querida Mariazinha se torne uma menina muito bonita». Não se refere a João.

A família real tinha como rotina instalar-se em Sintra entre julho e setembro e, durante a estada, ir uns dias a Mafra, onde se organizavam caçadas. Em 1843, devido ao nascimento de Maria Ana, houve que adiar a partida, mas não deixaram de ir aos dois locais. Em outubro, os reis partiram em viagem oficial para o Alentejo, acompanhados por Costa Cabral. Em janeiro seguinte faleceu o duque Ernesto I e D. Fernando passa a transmitir os even-

¹ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 21.7.1843.

² StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Sintra, 18.9.1843.

tos familiares e políticos ao primo, Ernesto II, formalmente agora o chefe dos Coburgos.

4.2.2. *Antónia, Fernando e Augusto*

Nos três anos que se seguiram a pobre rainha teve três filhos: Maria Antónia, Fernando e Augusto. A infanta nasceu a 17 de fevereiro de 1845 às 11h da noite e era bonita e forte¹. Os reis residiam nessa época no palácio de Belém e foi aí que o parto ocorreu. O padrinho foi Pedro, o irmão mais velho, e a madrinha a avó paterna, de quem a menina tomou o nome. Era já o 6.º descendente de D. Fernando mas o primeiro a receber como nome principal um antropónimo da sua família.

O batizado realizou-se com uma pompa inusitada, a 8 de abril, usando-se os coches régios antigos no pequeno cortejo do palácio de Belém aos Jerónimos. Isabel de Saint-Léger, que o viu com apenas 4 anos de idade e depois assistiu a quantas solenidades a monarquia organizou até à sua extinção, afirma ter sido «talvez a última festa com grandeza, com esplendor, em Portugal»². Estava-se em pleno consulado de Cabral, ele e a rainha eram atacados com violência e talvez seja esta conjuntura que explique a organização de festa tão deslumbrante que podia atrair simpatias pela realeza.

Ainda em 1845, a rainha volta a engravidar. Durante essa gestação, já no ano seguinte, decorreu a revolta da Maria da Fonte, a que se seguiu a queda dos Cabrais. Foi também ao tempo dessa gravidez, a 7 de abril de 1846, que se aprovou a lei providencial que estabelecia a regência em D. Fernando em caso de morte da rainha. A 23 de julho nasceu o infante D. Fernando, em Belém, pelas 3h da manhã. Foi batizado na capela do palácio a 25 de agosto, numa cerimónia simples, sem paralelo com a do ano anterior. O padrinho foi o irmão Luís e a madrinha a rainha dos Belgas, Luísa de Orleães, tia do pai por afinidade.

Meses depois rebentava a guerra civil. Decorriam os combates e a rainha engravidou de novo, por altura da controversa partida para o degredo dos prisioneiros de Torres Vedras, em fevereiro de 1847. Em outubro, ao agradecer ao irmão Augusto e esposa terem aceite apadrinhar o filho que ia nascer, D. Fernando desabafa outra vez: «Seria bom que se produzisse um fim neste engrandecimento de família de nossa estirpe. É verdade que as crianças são

¹ StACo, LA, 6980, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto II, seu primo, Lisboa, 18.2.1845.

² COLAÇO, *Memórias da marquesa de Rio Maior*, p. 41.

todas muito gentis e boas, mas às vezes a gente tem medo quando se vê aumentá-la muito»¹. Na mesma carta, o rei revela-se definitivamente conquistado pela filha mais velha, «uma criança encantadora que te agradaria muito com certeza».

D. Augusto nasceu às 13h do dia 4 de novembro de 1847, no palácio das Necessidades. O parto foi rápido e ocorreu mais cedo do que a rainha esperava. Duas semanas depois, estava completamente restabelecida, mas ainda a obrigavam a permanecer no quarto, o que muito a arreliava. O menino era forte, louro, mas com olhos escuros².

Como sempre, D. Fernando anuncia o novo membro da família ao duque de Coburgo e não oculta a sua contrariedade com o nascimento de tantos filhos: «Querido Ernesto! Como amigo e cabeça da nossa família, escrevo-te hoje para te dizer que no dia 4 a nossa já larga linha de descendência foi acrescentada ainda mais por um novo membro masculino. É uma criatura estranhamente grande e forte que eu gostaria de te dispensar, pois nós, na verdade, não precisamos de mais filhos»³. Como poderia adivinhar que dos cinco filhos varões só este bebé e o pequeno Luís lhe sobreviveriam? Que em 1861 a dinastia correria perigo precisamente por falta de descendência? O batismo fez-se a 2 de dezembro, recebendo o menino o nome do padrinho. D. Fernando informa o irmão, que, naturalmente, se fizera representar: «O nosso batizado felizmente correu muito bem e o vosso pequeno Augusto é uma bela criança. Diz isso à tua querida mulher, a quem desejo, tal como a ti, toda a felicidade para o novo ano. Que este seja para vós tão amável e pacífico como, até agora, todos os vossos anos foram»⁴.

4.2.3. *Filhos que nascem e morrem, filhos que crescem*

Em 1848 D. Maria foi poupada a mais um parto, mas ainda nesse ano engravidou. Ao informar a prima Vitória, diz-lhe a rainha de Portugal que a família dispensava tal aumento, mas tudo o que vier será bem recebido⁵. D. Maria deu à luz a 7 de maio de 1849 um bebé de invulgar dimensão que, como se afirma na notícia oficial, nasceu e morreu de imediato, tendo sido

¹ Carta do rei D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 29.10.1847, pub. por GALVÃO, 1998. Tradução dele.

² Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 20.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 83.

³ StACO, LA, 6980, carta do rei D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 8.11.1847.

⁴ LC, ms. 477, carta do rei D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 24.12.1847.

⁵ Carta da rainha D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 9.2.1849 in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 159-160.

batizado com o nome de Leopoldo. Outras fontes indicam que o feto foi extraído vivo por meio de *arpeo rubro*, mas o uso deste instrumento torna impossível que a criança nascesse com vida¹. O batismo só pode ter sido *in utero*, o que se fazia com uma seringa. De facto, a duquesa de Bragança, ao descrever em 1853 a morte de D. Maria, diz sem rodeios que o uso dos «ferros» matou a criança no ventre da mãe, tal como sucedera nos dois partos anteriores².

A rainha sofreu ao longo de doze horas, correndo perigo de vida e a consternação foi grande, mas os infantes de nada se aperceberam. Mesmo os dois mais velhos, então com 11 e 10 anos, que nada sabiam ainda do que era uma gestação e um parto, não compreenderam o que se passava, pois tinham-lhes dito que um menino, seu primo, estava chegando da Alemanha³. Todavia, a parturiente recompôs-se rapidamente, pois no dia 15 já assistiu, bem-disposta, a um concerto no paço⁴ e a 18 dizia à rainha Vitória que estava perfeitamente bem⁵.

Em fevereiro de 1850, os cunhados Francisca de Bragança e Joinville estavam de visita, mas D. Fernando encontra tempo para escrever ao irmão Augusto. Entre outros assuntos, refere-se às crianças: «Alegra-me que estejas satisfeito com o teu filho mais velho e com o seu professor. Com paciência, alcança-se muito dos filhos, quando a união é sólida. Digo isto, apesar de não ser nenhum mestre da paciência. Os nossos filhos são, no entanto, tão disciplinados que poucas aflições podem causar. Não são muito inquietos, mas, por vezes, correm energicamente em nosso redor. Porém, eu gosto disso: é um mau sinal quando as crianças são tristes ou têm pouca vida»⁶. De novo a Augusto, volta a falar de pai para pai, revelando-se agora especialmente enternecido com as filhas:

«Recebi há pouco os retratos dos teus dois filhos mais velhos, que devem ser umas crianças muito bonitas. Folgo em saber que estás satisfeito com eles. Connosco acontece o mesmo com os dois mais velhos. Com os outros, tudo está igualmente bem. Não se pode nunca exigir que todos os filhos devam ter as mesmas capacidades.

Vejo que também tens muito que ver com a tua filha; creio que as meninas são encantadoras, adaptando-se melhor ao pai do que os rapazes. Para

¹ COSTA-SACADURA, 1940, pp. 13-15.

² Carta de Lisboa, 17.12.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 317-318.

³ BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelíssimo o Senhor Dom Pedro V...*, p. 49.

⁴ BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelíssimo o Senhor Dom Pedro V...*, p. 50.

⁵ Carta de 18.5.1849 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 163.

⁶ LC, ms. 477, carta do rei D. Fernando a Augusto, Lisboa, 18.2.1850.

que vejas que continuo a ser o velho Gosch¹, como na nossa infância, em que o furar das orelhas tinha para nós um papel primordial, quero dizer-te que recentemente a minha pequena Antónia, que realmente é uma criança encantadora e bonita, furou as suas belas e pequenas orelhas. Ela já tem 5 anos. Por ser muito delicada, chorou muito durante esta pequena operação, mas sem demoras ficou satisfeita. Dado que, naturalmente, as duas raparigas não usam pendentes mas umas pequenas argolas, vou deixá-las ficar assim; também é muito mais doloroso deixar fazer os furos quando se é mais velho»².

A 3 de fevereiro de 1851 morreu e nasceu (por esta ordem) uma menina, que fora batizada no ventre da mãe com o nome Maria. O parto durou dez horas e na versão oficial a criança nasceu com sinais de vida. Os partos da rainha eram cada vez mais problemáticos, embora D. Fernando dissesse à cunhada Francisca de Bragança que a irmã nunca estivera em perigo³. Antes de receber a notícia pelo irmão, Augusto, que estava então em Sevilha, soube pelos jornais do «novo desastre» que atingira Fernando e que muito lamenta⁴. Clementina escreve também ao rei, no mesmo dia, expressando a sua tristeza e a sua preocupação com a saúde da cunhada⁵. E ainda nesse dia, de Claremont, a irmã lhe dirige uma carta em resposta à triste notícia que ele lhe dera e ela acabara de receber. Lamenta, naturalmente, a perda da criança, mas congratula-se porque a rainha não esteve em perigo, o que agradece a Deus, enviando «mil e mil abraços para Maria». Diz ainda ao irmão que irá escrever de imediato para Viena. «Como ficarão desolados os pobres pais!»⁶, exclama numa das suas raras referências à mãe, aqui mencionada com o pai. Também Vitória se associa ao coro de lamentações, mas dizendo, pragmática, que os sete filhos que têm os podem consolar da perda de três. Aconselha ainda uma mudança de clima, que poderia ser salutar para ajudar Maria a emagrecer⁷.

¹ Nas cartas a Augusto, D. Fernando usa com frequência este nome para se referir a si próprio, tratamento que, como se percebe, era já usado na infância pelos dois irmãos. Nos dialetos do Sul da Alemanha *Gosch* significa boca numa aceção coloquial, podendo ter o sentido de fanfarrão ou fala-barato. Agradeço este esclarecimento à Professora Cornelia Plag.

² LC, ms. 477, carta do rei D. Fernando a Augusto, Lisboa, 28.4.1850.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 188, carta da princesa de Joinville ao rei D. Fernando, Claremont, 13.2.1851.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7430, cp. 910-A, carta de Augusto ao irmão D. Fernando, Sevilha, 14.2.1851.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7427, cp. 905, carta da princesa Clementina de Orleães ao rei D. Fernando, Sevilha, 14.2.1851.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta de Vitória, duquesa de Nemours, ao irmão D. Fernando, Claremont, 14.2.1851.

⁷ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Londres, 16.2.1851.

Mais uma vez a rainha se restabeleceu prontamente, mais depressa, até, do que nos partos anteriores. D. Maria, o que era normal na época, chorou pouco a morte da recém-nascida, até porque não lhe faltavam filhos, como Vitória lhe dissera e todos pensavam, e porque estava convencida de que não fora nenhuma imprudência sua a causadora da morte¹. Contudo, e apesar do que disse aos parentes, D. Fernando assustou-se e percebeu que os partos poderiam ser fatais para a esposa. Tomou então a resolução extrema de cessar a vida sexual conjugal, a bem da sobrevivência de Maria. Assim o comunicou ao pai, que lhe respondeu que «muito aprovava» a sua «tão sensata decisão», porque a vida da rainha era o mais importante e eles estavam já abençoados com muitos filhos encantadores cuja educação lhe daria grandes alegrias e suficientes preocupações². O rei ou a rainha ou ambos foram incapazes de cumprir a decisão. Em julho deste mesmo ano de 1851 D. Maria voltou a engravidar, sofrendo um aborto espontâneo três meses depois.

Antes disso, decorrera nova guerra civil e D. Fernando vira-se a comandar pessoalmente as tropas que combatiam Saldanha³. Nas cartas que envia à esposa tem disposição para não falar só de política. Refere-se com deleite às paisagens e não esquece os filhos, exigindo aos mais velhos que lhe escrevam⁴. D. Fernando foi um pai muito atento e presente. Divertia-se com os filhos quando crianças, brincava com eles, achava-lhes graça. Observava-os e desenhava-os. Na correspondência que mantém com Augusto e Ernesto, menciona com preocupação as doenças infantis e como o desgosta quando, por medo de contágio, algum dos filhos tem de ser isolado. A 19 de setembro de 1851, por exemplo, diz que nesse dia a pequena Antónia acordou com escarlatina, «uma história muito aborrecida, que nos separa por algum tempo da linda criança»⁵. Mas à medida que os filhos cresciam, aparenta desprender-se deles.

Nunca desejou ter filhas, nem mesmo após o nascimento de Pedro, Luís e João, que asseguravam a continuidade da dinastia por via masculina. O nascimento de meninos alimentava-lhe o ego. Exultava sempre que nascia um, se bem que depois de três rapazes e duas raparigas já achasse que bastava. Em 1861, em carta ao irmão e a propósito da filha mais nova, então com

¹ Carta de D. Maria à rainha Vitória, Lisboa, 18.2.1851 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 175.

² ANTT, ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta do duque Fernando ao seu filho D. Fernando, Viena, 19.2.1851.

³ Ver este assunto adiante.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7321, carta do rei D. Fernando à rainha, Santarém, 11.4.1851.

⁵ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 19.9.1851.

16 anos, confessa que é bom ter filhas belas para as quais um pai se deleite a olhar¹. Mais uma vez, é o prazer estético acima de tudo. Pobre Luís, que teve o azar de não ser alto nem magro. Pobre Maria Ana, que não era tão bonita nem tão viva como a irmã. Em 1859, D. Fernando demonstrou relutância em se separar de Maria Ana, a primeira a casar e partir, com apenas 15 anos. Contudo, afigura-se, como veremos, não ter sofrido com os infortúnios dela na vida adulta, que não foram poucos, nem com a sua morte prematura em 1884. Quando, em novembro e dezembro de 1861, faleceram Fernando, Pedro e João, respetivamente com 15, 24 e 19 anos, o que choca o pai, acima de tudo, é a perda do primogénito admirado por toda a Europa e que o enchia de orgulho. Por fim, o seu testamento é verdadeiramente perturbador pelo total desapego que revela pelos filhos, mencionados apenas por necessidade legal. Os netos foram completamente esquecidos e estão omissos, mesmo os órfãos de Maria Ana. Luís e Augusto viviam com dificuldade financeiras, mas nada lhes legou. A questão será tratada adiante. Voltemos atrás, ao tempo da meninice dos filhos.

Em 1852, quando os monarcas e os dois príncipes mais velhos viajaram pelo litoral centro e norte do país, as cartas da infanta Maria Ana, que ainda não tinha 9 anos, foram semanais. E são deliciosas estas cartinhas, todas escritas em francês, em abril e maio. Pede ao pai que lhe envie flores, diz-lhe que vai ter lição de Inglês, que todos os dias reza para que façam uma boa viagem, que ela, a irmã e os irmãos se têm portado bem, mas que tem muito para lhe contar «do Gugu e do Ratão» que eram diminutivos de Augusto e Fernando. Finalmente, transmite cumprimentos de Viale, Gravely, Fonseca e dama. Os homens mencionados eram os professores de Língua e Cultura Portuguesa, Inglês e Desenho e Pintura. A dama era a diretora dos estudos das infantas, D. Maria de Vasconcelos e Sousa.

Na semana seguinte a menina está feliz por ter recebido carta do pai e com o delicioso passeio no jardim que fizera no dia anterior na companhia de Chicha (Antónia), Ratão e Gugu. Conta-lhe que aprendeu uma fábula em alemão e uma valsa. A 5 de maio espera as flores que o pai lhe prometeu para o seu jardim, que está agora muito bonito, todo florido, e diz-lhe que teve boas notas com Manuel Inocência (o professor de piano) e Viale. Dias mais tarde afirma que ficou zangada ao saber por carta da mãe que não regressariam tão cedo. Depois, mostrando-se conformada, regressa ao seu tema favorito, o jardim, que está cada vez mais belo, contando também que o irmão

¹ LC, ms. 477, carta de 11.5.1861.

João conseguiu fazer crescer abóboras, embora muito pequenas. Desta vez os cumprimentos que envia são também de Alexina¹. Tratava-se da alemã Alexandrina Augusta Weber, que coadjuvava a diretora dos estudos das infantas e ensinava alemão a todos.

Sem data, mas possivelmente também deste ano, é uma cartinha do pequeno Fernando que, se assim for, ainda não completara 6 anos: «Meu Caro Papá, não posso escrever muito e por isso em lugar de cumprimentos ofereço ao Papá no dia da sua festa umas flores que aqui mando. Saudades à Mamã e aos Manos. Fernando»². Estas cartas introduzem-nos no quotidiano dos infantes, que seguiram um regime educativo muito exigente e com um vasto leque temático.

4.3. Sete filhos para educar

A educação de D. Maria II fora negligenciada e as suas limitações, semelhantes à da maioria dos cortesãos que a rodeavam, evidenciavam-se junto de um marido muito instruído e com interesses culturais diversificados e requintados. A rainha fez ponto de honra em que os filhos recebessem uma educação primorosa que ela, porém, não sabia guiar. Fê-lo o marido, reproduzindo o seu próprio sistema de educação. Foi graças a D. Fernando que os reis e príncipes de Portugal que se seguiram foram homens muito cultos — novidade absoluta na dinastia de Bragança.

Até abril de 1847 a formação dos infantes foi dirigida por Carl Dietz, o antigo preceptor do rei. Era um excelente educador e D. Maria e D. Fernando confiavam nele em absoluto. Não se encarregava, porém, da instrução religiosa, visto ser protestante. Dietz foi afastado porque extravasou as suas funções, aparecendo a todos como conselheiro político dos monarcas. Vimos o papel que a Inglaterra e Alexandre Mensdorff desempenharam nesse afastamento que os reis de Portugal consideraram irreparável, tanto pela instrução que ministrava aos filhos como pelo amigo que perdiam.

Quando Dietz partiu, D. Maria confiou-lhe uma carta que escrevera à rainha Vitória para ele entregar em mãos porque queria que a prima falasse com o antigo preceptor. D. Maria pede a Vitória que «o ouça atentamente porque tudo o que ele te disser é a pura verdade, pois não conheço ninguém mais verdadeiro e mais honesto do que ele. Na verdade, foram bem injustos

¹ Todas em ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 180, cartas da infanta D. Maria Ana ao seu pai o rei D. Fernando, [Lisboa], abril-maio de 1852.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 182, carta do infante D. Fernando ao rei D. Fernando, seu pai, sl., sd.

com ele e deram-lhe uma enorme importância. Vemo-lo partir com o maior desgosto, porque Pedro e Luís ficarão sem ninguém que possa dirigir os seus estudos, que eram dirigidos de uma forma verdadeiramente notável. Temos já um preceptor para eles que é o visconde da Carreira, nosso ministro em Paris, um homem excelente e instruído e espero em Deus que tenhamos feito uma boa escolha, mas infelizmente não o poderemos ter conosco tão depressa como desejaríamos. Além disso, a partida de Dietz causa-nos também muito desgosto porque perdemos um amigo muito dedicado, o que é coisa bem preciosa, sobretudo nos tempos que correm. Quanto à política, não direi nada porque me aborrece furiosamente e, aliás, como Fernando escreveu a Alberto, decerto lhe falará disso»¹. Em julho, é D. Fernando que conta à esposa que pensa muito no «bom» Dietz que se encontra longe dos dois e, portanto, sujeito a «todos os tipos de infortúnios». Apesar da grande estima que sente por Alexandre, continua o rei, «confesso que, quanto a Dietz, a missão em nada o honra»². Na mesma altura, a duquesa de Bragança formula votos para que Dietz regresse, pois sabe que D. Fernando o considera essencial para a correta educação dos filhos e que teme não conseguir arranjar um substituto à altura³. Como se viu, D. Fernando não desejava o regresso de Dietz. Lamentava a perda do amigo e do magnífico professor, mas sabia que a sua presença era politicamente inviável.

Os reis convidaram para o cargo o conde de Vila Real, que recusou porque o seu filho era um dos prisioneiros de Torres Vedras condenado ao degredo. Foi então que surgiu o nome do visconde da Carreira, Luís António de Abreu e Lima. A este, que vivia há catorze anos na capital francesa, onde gostava de estar, nada agradou o convite e ainda se aventurou a responder a D. Fernando que o conde de Vila Real era preferível, devido à sua ligação com as principais famílias portuguesas cuja fidelidade ao trono era desejável conquistar. Mas o rei insistiu e Carreira não teve remédio senão aceitar⁴. Dietz, que se encontrou com ele em Paris, percebeu também, apesar da sua reserva cautelosa, que Abreu e Lima sentia grande relutância em assegurar as funções que lhe atribuíam. Por isso, Dietz era de opinião que, nestas circunstâncias, D. Fernando não poderia contar com ele a longo prazo⁵.

¹ Carta da rainha D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 20.4.1847 in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 199-200.

² ANTT, ACR, cx. 7321, carta do rei D. Fernando à rainha D. Maria, 27.7.1847.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta da duquesa de Bragança ao rei D. Fernando, Ismaning, 6.8.1847.

⁴ Carta de lorde Normanby a lorde Palmerston, Paris, 26.4.1847 in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 206.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Paris, 23.5.1847.

O visconde era melômano, vindo a tornar-se um bom companheiro do rei, que também o era. Mas uma carta de finais de 1847, dirigida a Augusto, revela-nos que nessa altura D. Fernando o detestava. «Por vezes sinto-me bastante macambúzio e com frequência sinto necessidade de ter junto de mim não um preceptor, mas um amigo, como, por exemplo, o meu irmão. Volta! Odeio o preceptor e zangar-me-ia com Alexandre sobre essa questão, não fosse gostar tanto dele. A sua missão foi também uma obra-prima inglesa»¹. Não será a única vez que manifesta irritação com as intervenções do primo Alberto.

Carreira assumiu funções com o título de aio de D. Pedro e de D. Luís, então com 9 e 8 anos. Em julho de 1848, Manuel Moreira Coelho, vice-cônsul em Paris, veio coadjuvar o visconde com o título de subinspetor dos estudos. Foi ele que supervisionou a educação de João, Fernando e Augusto. Das infantas estava encarregada D. Maria de Vasconcelos e Sousa, da família Castelo Melhor. Senhora tão severa, que na véspera do casamento de Antónia ainda a mandou estudar inglês². Era assistida por Alexandrina Augusta Weber, alemã, que também auxiliava Moreira com os pequenitos. Estes dois, Manuel Moreira e Alexandrina, seriam incansáveis quando a doença e morte se abateu sobre os seus pupilos em 1861.

D. Maria e D. Fernando comunicavam entre si em francês e português e o rei falava com os filhos em alemão. Os servidores que os rodeavam, desde os superiores, vários deles fidalgos, aos criados mais humildes, expressavam-se também num dos três idiomas. Não é portanto de espantar que os infantes crescessem a falar essas línguas. Aos 3 anos de idade, e nas palavras do pai, Pedro falava muito bem alemão, francês e português³. Depois, a instrução formal ensinou-os a dominá-las na forma escrita, a que se acrescentou o inglês para todos e o latim e o grego para os rapazes. Nesta época a aprendizagem da leitura precedia a da escrita. Em 1842 Dietz informou o duque Fernando de que o seu neto Pedro, então com 4 anos, rendia muito nos estudos, fazendo os maiores progressos e acrescentava, orgulhoso, que na véspera, 20 de março, começara a escrever⁴. Aos 6 anos, Pedro escrevia bem alemão, dirigindo uma cartinha ao tio-avô, o duque Ernesto I⁵. Antes de completar 7 anos, também João escrevia ditados em inglês, alemão, francês

¹ LC, ms. 477, carta do rei D. Fernando ao duque Augusto, seu irmão, Lisboa, 24.12.1847.

² BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelíssimo o Senhor Dom Pedro V...*, p. 157.

³ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 13.11.1840.

⁴ StACo, KA, 288, carta de Carl Dietz ao duque Fernando, Lisboa, 21.3.1842.

⁵ StACo, LA, 6130, carta do príncipe D. Pedro ao duque Ernesto I, Lisboa, 30.12.1843.

e português «quase sem erros», sendo «a sua maior paixão» as contas. As irmãs não lhes ficavam atrás. Maria Ana, com 5 anos e meio, escrevia alemão, francês e português¹.

A mãe, que adorava os filhos e gostava de estar com eles, era severa. Nunca permitiu que tratassem os criados com desrespeito, incluindo o tratamento por tu² ou a omissão de senhor ou senhora para os mais graduados³. Devido às suas idades, foram educados aos pares, tal como o pai Fernando e seu irmão Augusto e os primos destes, Ernesto e Alberto. Assim, recebiam lições juntos: Pedro e Luís, Maria Ana e Antónia e Fernando e Augusto. João, que era 4 anos mais novo do que Luís, e porque não se ensinavam meninos e meninas em conjunto, ficou isolado.

Francisco António Martins Bastos, a quem devemos informações preciosas sobre a educação dos infantes, foi contratado em agosto de 1847 como professor de Latim de Pedro e de Luís, que se iniciavam então no seu estudo. Recebeu da rainha a ordem de não ter com eles «consideração alguma particular» e de lhes dar aulas sentado⁴. Deslocava-se ao paço três vezes por semana. Nesse mês a família real estava em Lisboa, mas usualmente mudava-se para Sintra entre julho e setembro, com uns dias em Maфра. Nessa altura, os mestres iam também dar as aulas, tanto a Sintra como a Maфра, mas só uma vez por semana.

Bastos afirma que foi ele que iniciou os exames dos infantes perante os pais e pessoas da corte, em abril de 1848. Depois tornaram-se regulares a todas as disciplinas e realizavam-se em dezembro. As crianças prestavam as suas provas em ambiente formal e no fim D. Fernando escrevia o seu parecer. No mesmo documento, a rainha e os restantes assistentes votavam a nota. Assim, logo nas primeiras provas de Latim, o rei escreveu sobre a prestação do filho mais velho: «Pareceu-me muito adiantado na Latinidade o Sr. D. Pedro, tendo o mesmo senhor traduzido com a maior facilidade e propriedade dos termos um capítulo de Eutrópio e duas fábulas de Fedro, analisando o capítulo de Eutrópio»⁵. A mãe atribuiu-lhe um «Bem», as restantes senhoras «Muito bem» e os cavalheiros, incluindo o visconde da Carreira, «Muitíssimo Bem». A rainha — e decerto vários outros membros deste júri, nomeadamente as senhoras — não sabia latim, mas para a orientar tinha o parecer de D. Fer-

¹ Carta da rainha D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 9.2.1849 in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 159-160.

² BASTOS, *Memórias para a história de el-rey fidelíssimo...*, p. 58.

³ COSTA, 1947, p. 168.

⁴ BASTOS, *Memórias para a história de el-rey fidelíssimo...*, pp. 24-25.

⁵ BASTOS, *Memórias para a história de el-rey fidelíssimo...*, p. 41.

nando. A seguir às provas havia uma refeição onde todos participavam, recreio nos jardins e um pequeno sarau com Manuel Inocêncio a acompanhar ao piano a bela voz do rei.

Quando Pedro e Luís iniciaram os seus estudos de Latindade com o professor Bastos, no verão de 1847, foram também contratados mestres de Inglês (Carlos Mylton Graveley), Desenho e Pintura (António Manuel da Fonseca) e Música (Manuel Inocêncio). Continuavam a receber lições de Alemão e Francês e tinham ainda aulas de Ginástica, Dança, Doutrina Cristã e Equitação. A Botânica e a Zoologia entusiasmavam os dois irmãos e praticavam-nas nos seus talhões e no museu de História Natural, que eles próprios principiaram a organizar em fins de 1847. Em abril de 1851 escreve a sua jovem tia Maria Amélia: «Fui há dias com a Mamã ver o museu dos meus sobrinhos Pedro e Luís que eles mesmos começaram e classificaram: consiste principalmente em pássaros e conchas. Os sobrinhos gostam muito de História Natural e em geral são muito estudiosos. Pedro desenha mui bem e toca mui bem piano tanto com música como de cor»¹.

Ao completar 12 anos, em setembro de 1849, D. Pedro iniciou os estudos de Grego, Retórica, Filosofia Racional e Moral, História e Direito Natural. Foi então que António José Viale, um reputado classicista, entrou no paço como mestre dos príncipes. Em janeiro de 1851, foi a vez de Filipe Folque, contratado como professor de Matemática. Nesta altura, D. Fernando considerou que o filho mais velho dominava o latim. Martins Bastos continuou a ensinar D. Luís durante mais um ano e ainda D. João, que começara os seus estudos latinos em 1850, ao abeirar-se dos 8 anos. D. Augusto fê-lo aos 9 anos e com certeza que o infante D. Fernando teria também 8 ou 9 anos quando iniciou essas lições.

O regime diário imposto às crianças era exigente. Deitavam-se e acordavam muito cedo. Como se praticava em todas as classes superiores da época, as crianças não tomavam as refeições com os pais. Assim, os infantes sentavam-se à mesa com o visconde da Carreira e Moreira Coelho e as infantas com D. Maria de Vasconcelos e Sousa. O pequeno-almoço (a que se chamava almoço) era às 8h, o almoço (que se dizia jantar) às 13h ou 14h e o jantar (a ceia) às 20h. As bebidas alcoólicas estavam-lhes interditas. As lições começavam ainda antes da primeira refeição. Às 6h da manhã, recorda Martins

¹ Carta da princesa Maria Amélia ao irmão, Pedro II, imperador do Brasil, 11.4.1851 in BRAGANÇA, 2009, p. 48. D. Pedro V recebeu uma educação musical primorosa. Contudo, em 1858 a sua esposa D. Estefânia afirma que «tocava piano de ouvido porque não sabia ler música» (LOPES, 2011b, p. 63). Teria entretanto esquecido o seu solfejo?

Bastos, várias vezes viu as infantas estudar piano com o mestre Inocêncio. Depois sucediam-se as aulas até ao meio da tarde. A essa hora iam para o pica-deiro do paço praticar equitação e para os jardins, onde jardinavam, cultivavam produtos hortícolas e criavam aves. Os rapazes faziam também trabalhos de marcenaria e as raparigas os tradicionais labores.

A esta ampla gama de saberes, os últimos com componente lúdica, juntavam-se outras atividades divertidas como representações teatrais que organizavam para os pais, pequenos concertos e, desde meninos, a celebração do Natal ao modo germânico, que o pai introduziu no paço e em Portugal e que encantou a rainha¹: a árvore armada em cima de uma mesa rodeada de prendas e a vinda do Pai Natal (o rei disfarçado) com um saco cheio de mais presentes que distribuía às crianças — como se pode ver em gravuras a água-forte executadas por D. Fernando em 1844 e 1848².

Depois da morte da mãe, a 15 de novembro de 1853, e cumprido o nojo protocolar dos oito dias de encerramento nos quartos, a rotina das crianças continuou. Fez-se o costumado exame de dezembro, mas devido ao luto não houve banquete, passeio e sarau.

A educação religiosa foi também muito cuidada, mas creio que a das infantas mais devota do que a mãe gostaria. No dia em que completou 9 anos, em 1846, D. Pedro confessou-se ao patriarca e fez a sua primeira comunhão na igreja do mosteiro dos Jerónimos. D. Luís confessou-se também nesse dia pela primeira vez, mas só comungou no ano seguinte³. Receberam os dois a confirmação durante a regência de D. Fernando, antes de saírem para a sua viagem de instrução pelo estrangeiro. A cerimónia decorreu no paço das Necessidades, a 20 de maio de 1854, uma semana antes da partida. Cinco anos depois, já D. Estefânia era rainha de Portugal, foi a vez das infantas receberem o crisma, meses antes de a mais velha se casar.

¹ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 23.12.1847. Esta inovação foi também levada para Inglaterra pelo príncipe Alberto.

² Publicadas, assim como muitas outras, por TEIXEIRA, 1986.

³ Carta do rei D. Fernando ao duque de Palmela, Lisboa, 15.9.1846 in CARVALHO, 1903, p. 334.

Capítulo 5

Pais, irmãos, tios e primos¹

5.1. A primeira visita do pai e irmãos

Em 1839, o pai, os dois irmãos e a irmã de D. Fernando estiveram em Portugal. A mãe não os acompanhou, mas vieram também dois primos, Alexandre Mensdorff e Carlos Leiningen, o filho do primeiro casamento da duquesa de Kent. Em 1843, Maria Antónia Koháry sofria de um pé². Em 1847 passeava nos jardins do seu palácio conduzindo uma viatura puxada por um cavalo por não conseguir caminhar³. É possível, pois, que já em 1839 tivesse dificuldades motoras e fosse esse o motivo para não vir a Portugal com o marido e os filhos.

Contudo, a relação de D. Fernando e dos seus irmãos com a mãe é estranha. Como entender que nas suas cartas ao pai e ao irmão Augusto D. Fernando nunca pergunte pela saúde dela, sabendo-se que tinha problemas de mobilidade, nunca envie um abraço, nunca aflore o seu nome? Como explicar que Augusto nunca mencione a mãe? Na correspondência da rainha Vitória, do príncipe Alberto e do rei Leopoldo, Toni nunca é mencionada. Só a cunhada Vitória de Kent se lhe refere quando escreve a D. Fernando. Esconder-se-á aqui mais um segredo dos Coburgos? Creio que não, mas pelas menções superficiais que Dietz faz à mãe do rei, teria uma personalidade de-

¹ Ver as genealogias em Anexo, sempre que a identidade das personagens cause alguma dúvida.

² LC, ms. 478, carta do duque Ernesto I ao irmão, o duque Fernando, Roseneau, 26.7.1843. ANTT, ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta da avó Antónia a D. Fernando, Viena, 2.11.1843.

³ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Ebenthal, 13.6.1847.

sinteressante, ou talvez mesmo desagradável, e ter-se-á desprendido do filho. Em completo contraste com a omissão da mãe, as cartas do antigo professor, após o seu regresso a Viena, revelam que era a avó que idolatrava D. Fernando, que tudo queria saber sobre ele, que bebia cada palavra que ouvia ou lia sobre o neto. O silêncio de Dietz sobre a mãe, quando assim lhe descreve o amor da avó, é eloquente.

A 29 de outubro de 1847, descrevendo a celebração que fizeram em Ebenthal pelo aniversário do filho ausente, Dietz assegura a D. Fernando que continua vivo e presente em todos os corações da família e servidores. Assistiram a uma missa logo de manhã onde rezaram por ele e o jantar foi especial e em sua honra. O velho preceptor, que pela primeira vez passava este dia separado do antigo pupilo, não conseguiu reter as lágrimas. E depois, afirma, «não preciso de vos dizer quão profundamente os pais de Vossa Majestade sentem a importância deste dia, pois Vossa Majestade sabe como o bom duque vos ama profundamente, mas o que sente a boa avó neste dia não pode traduzir-se em palavras. Não é amor o que dedica a Vossa Majestade [...], é uma espécie de culto que lhe vem do coração e muitas vezes se transforma numa torrente de lágrimas. Vossa Majestade nunca lhe poderá ser suficientemente grato pelo que ela sente e por isso [peço-lhe] deveras que lhe escreva de vez em quando». Prosseguindo a missiva dias depois, já em Viena, agradece-lhe a carta que recebera do rei e que leu ao pai e à avó, dizendo-lhe que os três sentiram grande alegria e consolação¹. Os anos passaram e este quadro manteve-se. Em 1850, conta: «Não consigo descrever a Vossa Majestade a perturbação da boa princesa Koháry quando lhe dei a ler a carta, especialmente a parte que diz respeito apenas a vós. Ninguém no mundo ama tão profunda e ternamente Vossa Majestade, Sua Majestade a rainha e toda a vossa família como esta Senhora e ninguém recebe as vossas cartas com maior gratidão do que ela. Suplico a Vossa Majestade que lhe escreva algumas vezes porque animará os dias da velha princesa e será um copioso bálsamo para o seu coração maternal. Também pela rainha ela sente um grande amor»².

Regressemos à visita de 1839. Quando se planeava a estada dos Coburgos de Viena em Lisboa, convidados pelos monarcas portugueses, a rainha Vitória considerou ser impraticável a viagem da prima por nunca ter estado tão longe da mãe. E nesse sentido escreveu a D. Fernando e D. Maria, dan-

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Ebenthal/Viena, 29.10.1847-4.11.1847.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 6.3.1850.

do-lhes poucas esperanças de receberem a visita da irmã e cunhada¹. Também ela não equacionava a viagem da mãe de D. Fernando. Mas Vitória Co-burgo-Koháry acompanhou o pai e os irmãos, que seguiram de Viena para Londres, onde chegaram a 3 de junho. Aí estiveram uns dias. A recepção que Vitória fez ao tio e primos foi fria, sem qualquer comparação com a de 1836. No dia 13 de junho nem menciona o aniversário de Augusto. Contudo, em finais de agosto, quando se reuniram de novo, Vitória volta a apreciar muito a companhia da família austro-húngara e foi com grande desgosto que a viu partir a 11 de setembro².

Na avaliação da rainha Vitória, «O tio envelheceu mas continua bem-parecido; Vitória, encantadora: alta e esguia, uma pele de lírios e rosas, olhos castanhos, belos cabelos claros, um nariz aquilino e uma boca muito doce, nem tímida nem desajeitada; Augusto crescido, mas não tão bonito como antes, a cara muito gorda; Leopoldo muito baixo (ele tem 15 e Vitória 16) mas de expressão muito inteligente, grandes olhos azuis, um nariz de galo, cabelo e pele claros; Alexandre Mensdorff da altura de Carlos, um rosto muito bonito, muito escuro, quase espanhol; Mademoiselle Feny Vessy, imensamente alta, mas muito elegante»³. Esta última era a preceptora de Vitória, acompanhando-a desde a infância. Diz ainda que Alexandre é «um jovem muito bonito, mas muito tímido»⁴ e que o jovem Leopoldo, o que era estranho, não sabia falar francês nem inglês, ao contrário da irmã⁵. Vitória simpaticizou com a prima homónima e com Leopoldo, que a encantou pela sua vivacidade: «Leopoldo faz-me morrer a rir: é tão engraçado, tão invulgar; ele e Vitória discutem permanentemente e ofendem-se um ao outro»⁶.

Augusto era o irmão menos dotado. Já foi citada uma carta de 1829, do pai, que revela que as suas aptidões intelectuais eram inferiores às do irmão mais velho. Dez anos depois, consideraram-no em Londres demasiado fleumático, indiferente a tudo o que não fosse a sua ocupação militar. O primo Alexandre afirmava que se alguma vez Augusto se casasse nunca contradiria a mulher por mera preguiça, mas Vitória achava que era demasiado preguiçoso até para se casar⁷. A sua tia Luísa de Orleães dirá no ano seguinte que

¹ Carta da rainha Vitória ao rei Leopoldo, Londres, 14.3.1839 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, pp. 187-188.

² Cf. RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.6.1839 a 11.9.1839.

³ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.6.1839.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 7.6.1839.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.6.1839 e 28.8.1839.

⁶ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 31.8.1839.

⁷ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 3.9.1839.

«Augusto Coburgo, apesar do seu ar rude e mesmo um tanto simplório, é um bom rapaz a quem não falta espírito e sobretudo sentido de observação, mas é facilmente levado pela vaidade»¹. Em 1842, D. Fernando referir-se-á a esse irmão como «uma natureza um tanto lenta»² e, no mesmo ano, ao rever a família vienense, a rainha Vitória escreverá: «O tio Fernando está muito bem e estamos encantados com o querido Leopoldo, que melhorou muito e é um rapaz modesto e sensato. Não posso dizer o mesmo do pobre Gusti, embora goste dele, mas é realmente muito estranho e apático»³.

Carlos Leiningen, que em 1839 se limitara a acompanhar a família até Lisboa, regressando de imediato a Londres, conta à meia-irmã que «Fernando está muito belo e muito cortês; fala demais, de manhã à noite; a rainha, extremamente gorda, nunca fala com ninguém, nunca se dirigiu ao tio [sogro de D. Maria] quando este chegou, nunca trata de questões políticas (incompreensível e vergonhoso), mas tem muito boa índole; os filhos não são bonitos»⁴. No regresso de todos, a 19 de agosto, Alexandre diz-lhe algo semelhante, «que a rainha de Portugal nunca fez nada; que Fernando lê-lhe as coisas e então diz “assina isto” [...], que Dietz é bom para as questões domésticas da Casa e para mais nada»⁵. Parece, pois, que já neste ano Alexandre e D. Maria embirraram um com o outro e o primeiro dava já também informações negativas sobre Dietz. O que os primos afirmam sobre a rainha de Portugal parece pouco crível. Aliás, a irmã de D. Fernando traça outro quadro: o rei estava mais alto e muito belo, Pedrinho é uma criança encantadora, D. Maria muito gentil para eles e ocupando-se de assuntos de Estado em conjunto com o marido⁶.

D. Maria e D. Fernando alojaram a família no palácio de Belém. Depois, seguiram todos para Sintra. A madrasta e a meia-irmã de D. Maria não estavam. Haviam partido para Munique em maio do ano anterior, mas regressaram quando os austríacos se encontravam ainda no nosso país. Durante esta temporada em Portugal, o duque de Nemours, segundo filho do rei dos Franceses, veio a Lisboa para ver se Vitória Coburgo-Koháry lhe agradava, já que as famílias planeavam esse casamento sem que Vitória o suspeitasse.

¹ Carta de Luísa, rainha dos Belgas, à sua mãe, rainha dos Franceses, 16.4.1840, cit. in DEFANCE, 2004, p. 196.

² StACO, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 2.5.1842.

³ Carta da rainha Vitória ao rei Leopoldo, Windsor, 1.2.1842 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. I, p. 475.

⁴ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 8.7.1839.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 24.8.1839.

⁶ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 20.8.1839.

5.2. Casamento da irmã

Percebeu-se já, na primeira parte deste livro, quando se abordou a família Coburgo e a sua ascensão internacional, e depois, com as negociações do casamento de D. Fernando, como as uniões matrimoniais eram empreendimentos decisivos, levados a cabo com toda a prudência, pesando todas as suas implicações, pois deles dependia a grandeza das famílias destes estratos superiores. O assunto respeitava à Casa, isto é, à família alargada, e todos se envolviam. Naturalmente que o mesmo aconteceu com os seus irmãos¹. Estas questões ocuparam o pensamento de D. Fernando, que continuava a considerar-se membro da família Coburgo, a quem reconhecia um chefe no soberano do ducado. Muito mais lhe interessavam ainda, como é óbvio, os casamentos dos irmãos, com quem sempre teve relações afetuosas. Não devem, pois, ser omitidos da sua biografia, que, nas questões familiares, não se circunscreve a Lisboa.

Logo em 1836, o rei Leopoldo pensou casar a sobrinha Vitória Coburgo-Koháry com o seu cunhado Fernando de Orleães, duque com o mesmo título, herdeiro do rei dos Franceses, quando este procurava mulher para o filho. Repare-se como agora os Coburgos só já perspectivavam ligações com Casas reais. E não era qualquer uma. Vitória Coburgo-Koháry seria rainha dos Franceses. A jovem tinha apenas 15 anos, não era filha de reis e nem sequer de duques soberanos, mas era parente íntima das famílias reais portuguesa, belga e inglesa e seria herdeira de parte da imensa fortuna da mãe. O projeto era facilitado por Leopoldo ser genro do rei francês, Luís Filipe. A amizade existente entre a rainha de Portugal e Clementina de Orleães, irmã do noivo em causa, também poderia ajudar. Na realidade, Luís Filipe não tinha muito por onde escolher. As famílias reais católicas ou não tinham filhas em idade de casar ou desprezavam-no como arrivista, o que era o caso dos Habsburgos. Encetaram-se negociações sigilosas, pois todos receavam a reação da Casa de Áustria. Já neste ano os Orleães pensaram numa dupla união: Vitória com Fernando e o seu irmão Augusto com Clementina, cujos projetos matrimoniais até então existentes tinham falhado, mas não se avançou, por então, com a proposta de Clementina. Todavia, tal como procedera no ano anterior, o pai de D. Fernando tergiversou, impossibilitando a concretização. O duque considerava, e os acontecimentos deram-lhe razão, que o futuro da Casa de Orleães era pouco seguro. Quando finalmente se decidiu, ul-

¹ Para estes temas segui DEFRENCE, 2004, pp. 185-212, cuja investigação completo com outras fontes que assinalo.

trapassando os seus receios, já os Orleães tinham encontrado outra noiva que também não era de família real. Ainda no mesmo ano, tentou-se o casamento de Clementina com Ernesto Coburgo, filho mais velho do duque homónimo. Sem consequências, mas as negociações prolongaram-se até finais de 1839. Os casamentos da princesa Vitória Coburgo-Koháry na Casa de Orleães e de Clementina de Orleães na de Coburgo-Koháry viriam de facto a realizar-se. Os maridos é que foram outros. Um pormenor, afinal.

Luís Filipe, reis dos Franceses, continuava com dificuldades em estabelecer as filhas. Teve de recorrer ao genro Leopoldo Coburgo para casar a princesa Maria, que em outubro de 1837 se uniu a Alexandre de Vurtemberga filho de Antonieta de Saxe-Cobourg, um primo coirmão de D. Fernando, como vimos. Nesse mesmo mês, o duque Ernesto I diz a D. Fernando que ainda espera que o pai deste vá passar com ele uma temporada porque terão lá o duque de Nemours e seria muito bom que Vitória também fosse, «podes adivinhar porquê»¹.

O duque Fernando não lhe fez a vontade, pois Luís de Orleães, segundo filho dos reis dos Franceses e duque de Nemours, só em 1839 conheceu Vitória, em Portugal, como foi dito. Não parece ter sentido grande entusiasmo, mas as conversações prosseguiram por insistência dos pais. O duque Fernando temia pela segurança financeira da filha, pois não era provável que o Parlamento francês assegurasse dotação oficial ao príncipe noivo, recusa que, de facto, aconteceu. Tentou, sem conseguir, que o rei Luís Filipe fizesse um depósito de um milhão de francos num banco estrangeiro em nome do filho Nemours, o que bem revela que o duque continuava a considerar a dinastia francesa pouco segura. Finalmente, o pedido oficial foi feito no fim do ano e em fevereiro de 1840 o duque Ernesto I, como chefe dos Coburgos, deu o seu consentimento² — dias antes do casamento do seu filho Alberto com a sobrinha Vitória de Inglaterra. Esta gostou do enlace³ e D. Fernando também. Em carta ao tio Ernesto afirma-o claramente: «A minha boa irmã Vitória anda agora muito ocupada, mas da forma mais agradável. A querida criatura merece ser feliz e tenho a certeza de que será [...]. Esta ligação era há muito um dos meus maiores desejos»⁴.

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Ernesto I a D. Fernando, Coburgo, 31.10.1837.

² StAco, KA, 190, carta de Ernesto I ao irmão Fernando, Bruxelas, 5.2.1840. Ver também carta de Alberto Coburgo à rainha Vitória, Bruxelas, 4.2.1840, pub. em SAXE-COBURG-GOTHA, *Letters of the Prince Consort 1831-1861*, p. 59.

³ Cf. *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 269, carta da rainha Vitória para Alberto, seu noivo, Londres, 31.1.1840.

⁴ StAco, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 29.2.1840.

O casamento de Vitória Coburgo-Koháry com Luís de Orleães, duque de Nemours, realizou-se a 27 de abril desse ano de 1840. Tornara-se nora do rei dos Franceses e cunhada do seu tio Leopoldo.

5.3. Casamento do irmão Augusto

O segundo casamento que se projetou para Augusto, irmão de D. Fernando e herdeiro dos senhorios húngaros, foi com Januária de Bragança, irmã de D. Maria II, logo em 1837. A proposta foi feita pelo ministro do Brasil em Londres à duquesa de Kent. Esta considerou-a muito aliciante e, como fizera com o sobrinho Fernando, fê-la seguir para os restantes membros da família. Salientava os benefícios que traria para os Braganças brasileiros, mas referia-se ao casamento como «ligação brilhante para a Casa de Saxe-Coburgo», que tinha a vantagem de proporcionar a Augusto o parentesco com a família imperial austríaca¹. De facto, se Augusto fosse reconhecido como parente pelo seu imperador — o que não era seguro, dadas as relações pouco amistosas de Metternich com o seu pai — a nada de melhor podia aspirar. Acrescia que Januária estava bem dotada e tinha direito de sucessão ao trono do Brasil, como frisava a duquesa, em caso de morte do pequeno imperador seu irmão, Pedro II. O tio Ernesto e o pai de D. Fernando trataram de o envolver, pedindo-lhe opinião e informações, pois estava em posição privilegiada para o fazer². Ignoro a resposta de D. Fernando.

O rei Leopoldo considerava que para Augusto seria vantajoso unir-se a uma arquiduquesa austríaca, porque o integrava na família imperial. Fez algumas diligências em vão porque, mais uma vez, o pai do noivo não manifestava qualquer empenho no assunto. É curiosa esta atitude recorrente do duque Fernando em relação ao casamento dos filhos. A família movimentava-se para lhos casar e era ele que tudo fazia para que os planos abortassem. Leopoldo, muito aborrecido com o irmão, explicava o facto pela sua avareza, pois casar a filha implicava dar-lhe um dote e ao casar o filho teria de lhe estabelecer uma renda avultada que lhe permitisse manter a sua casa. A família pensava, também, que o comportamento do duque Fernando era ditado por comodismo, porque tudo o que perturbasse a sua tranquilidade o irritava.

Mas os irmãos não lhe davam tréguas. Se o duque não se preocupava com a possibilidade de Augusto se poder apaixonar e querer casar com alguma aris-

¹ Cit. por DEFRANCE, 2004, p. 196.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta do duque Ernesto I a D. Fernando, Carlsbad, 4.7.1837.

toocrata de baixo estatuto, eles não deixariam que tal acontecesse. Leopoldo continuou a tentar encontrar uma arquiduquesa. Em 1841 ressurgiu a hipótese de Clementina de Orleães, que até então não conseguira casar. Terá sido a própria princesa a decidir e não lhe foi difícil desencadear o processo. Bastou-lhe pedir à cunhada Vitória, duquesa de Nemours, e à amiga Maria, rainha de Portugal, respetivamente irmã e cunhada de Augusto, que sondassem a família de Viena. O duque Fernando consultou Leopoldo, mas este não se entusiasmou porque considerava, e com razão, que essa aliança poderia trazer dissabores a Augusto, pois descontentaria os Habsburgos. Ao pai de Clementina também não agradava a perspectiva, tanto mais que nessa mesma altura se travava uma surda e violenta batalha entre os Orleães e os Coburgos, pretendendo ambas as famílias casar um dos seus com a jovem rainha Isabel II de Espanha.

O duque Ernesto quis conhecer o parecer de D. Fernando sobre os casamentos planeados para os dois irmãos e o rei de Portugal transmite-lho em maio de 1842. Em relação a Augusto, afirma que o irmão nunca lhe disse estar ansioso por casar, mas adverte que como há algum tempo Augusto parece estar um tanto «contra mim, um pouco cauteloso e desconfiado», ele, Fernando, não tentou saber mais. Na sua opinião, uma esposa bonita e inteligente poderia torná-lo mais ativo e, atendendo à atual situação de Augusto, teria também de ser abastada. Fernando considera que, com 24 anos, o irmão pode ainda esperar um tempo, mas se o tio lhe encontrar alguém que reúna aquelas condições só tem a regozijar-se.

Ernesto mencionara dois nomes, Clementina de Orleães e «uma princesa brasileira». Clementina tem qualidades e dote que permitem recomendá-la, diz o rei, mas não lhe parece que reúna as características físicas e mentais adequadas ao irmão. D. Fernando parece pois conhecer bem a personalidade de Clementina, o que só podia ser por revelações de D. Maria. Depois, o rei exprime-se sem rodeios: «Para Augusto, que é, como é sabido, uma natureza um tanto lenta, uma esposa um pouco coquete não é conveniente porque lhe daria tantas preocupações que, por fim, poderiam daí decorrer algumas consequências muito desagradáveis. Quanto à princesa brasileira, posso igualmente dizer francamente que não é adequada a Augusto porque provavelmente teria dificuldades no modo de vida europeu e (o que é, de facto, a principal ameaça) é demasiado pobre para ser um bom partido»¹.

Já em 1839 a rainha Vitória opinara em sentido semelhante. Esperava que tivessem «desistido da ideia do partido brasileiro para o pobre Augusto,

¹ StACO, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 2.5.1842.

que está perfeitamente satisfeito como está, com as suas magníficas possessões na Hungria, [...] de longe preferíveis ao império brasileiro», até porque o primo não tinha um «caráter empreendedor»¹. Mas o casamento brasileiro continuava a ser considerado em 1842 pelo duque de Saxe-Coburgo-Gotha. Não pelos irmãos. O rei Leopoldo insistia numa Habsburgo, mas sabia que a situação financeira da noiva era determinante e os Orleães davam à filha um dote de cerca de um milhão de francos. Por isso previu que o irmão a escolheria. «Cedê-lo-á [a Augusto] como um cavalo que metemos na estrebaria de um amigo para lhe não dar aveia»², explode para a mulher.

Passaram-se meses e nada se sabia ao certo. Em setembro, a rainha Vitória sente-se magoada porque ninguém a esclarece e pede ao tio Leopoldo que lhe diga a verdade sobre o casamento do primo com Clementina, garantindo-lhe que não se oporá³. Em novembro diz-lhe que espera que já não seja segredo, agora que está decidido; ele que lhe perdoe, mas é mania da família ter estes *secrets de la comédie* que a forcem a mentir sobre o que é verdade⁴. Augusto e Clementina casaram-se meses depois, em abril de 1843. A seguir viajaram para Lisboa, onde D. Fernando se declarou já muito satisfeito com a união⁵.

5.4. Projetos de casamento do irmão Leopoldo

Os planos feitos pelos Coburgos para o irmão mais novo de D. Fernando foram muito mais ambiciosos. Leopoldo tinha apenas 16 anos em 1839, mas desde essa altura e até 1846, a família fez o que pôde para o casar com Isabel de Bourbon (1830-1904), a menina que era rainha de Espanha⁶. Não o conseguiram devido à oposição feroz de Luís Filipe de Orleães e do seu ministro Guizot, que temiam que a França perdesse influência em Espanha, a favor da Inglaterra. O rei dos Franceses teve também de ceder, desistindo de casar o seu filho mais novo, António, duque de Montpensier, com a rainha espanhola, mas tudo fez para que o filho chegasse ao trono de Madrid: contra a vontade da rainha Cristina, mãe de Isabel, que insistia em Leopoldo de Saxe-Coburgo e o propôs formalmente por duas vezes em cartas dirigidas ao

¹ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 16.9.1839.

² Cit. por DEFANCE, 2004, p. 198, carta de Leopoldo I à esposa, 18.3.1842.

³ *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 540, carta de Windsor, 20.9.1842.

⁴ *The Letters of Queen Victoria*, vol. 1, p. 550, carta de Windsor, 1.11.1842.

⁵ StACo, LA, 6130, cartas do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 2.1.1843 e 6.2.1843.

⁶ Antes disso, enquanto o rei dos Belgas não teve descendência, Leopoldo Coburgo-Koháry fora reconhecido seu herdeiro no trono.

duque Fernando e ao duque Ernesto II, Luís Filipe de Orleães impôs como príncipe consorte de Espanha um Bourbon deste país que se supunha ser incapaz de assegurar descendência. Depois, violando o acordado com a Inglaterra, fez casar no mesmo dia (18 de outubro de 1846) o filho António com a infanta Luísa Fernanda, irmã da rainha, no que ficou conhecido como «os casamentos espanhóis». Luísa de Bourbon e António de Orleães, duques de Montpensier, voltarão a aparecer neste livro, primeiro como convidados de D. Maria II e D. Fernando e depois como candidatos ao trono de Madrid quando a rainha Isabel foi expulsa. Todavia, o que sucedeu nesse decénio de 1860 parecia uma desforra dos Coburgos: é que Montpensier, que sempre quis ser rei de Espanha, foi preterido pelos espanhóis em favor de Fernando de Coburgo, rei viúvo de Portugal. Mas não adiantemos.

O que interessa aqui frisar é que o casamento de Leopoldo com a rainha de Espanha foi assunto que ocupou a família durante anos. A opinião de D. Fernando conhecemo-la por uma carta já citada em que se debruça sobre as alianças planeadas para Augusto e Leopoldo. Sob o ponto de vista político, diz o rei de Portugal, o casamento de Leopoldo com Isabel de Bourbon só tem vantagens. Não as especifica, mas eram óbvias, sendo eles irmãos e irmãos que se entendiam bem. Mas D. Fernando nunca foi o *homo politicus* que eram o tio Leopoldo e o primo Alberto. Por isso afirma que se politicamente não hesitaria um só momento em recomendar tal união e em congratular-se com ela, o assunto tem também de ser considerado sob outro ângulo: o da realização e felicidade de Leopoldo. Num país como Espanha, continua o rei, o ofício será muito penoso e duvida que com tal esposa, sem atrativos e talvez incapaz de o cativar, Leopoldo encontre o refúgio doméstico que lhe será tão necessário. D. Fernando estava, claramente, a pensar na sua situação. Em suma, o rei apoiará esse casamento, desde que Leopoldo o deseje com convicção. Mas nesse caso, terá de se fazer acompanhar de alguém mais maduro que, nos primeiros anos, o possa aconselhar¹. Mais uma vez, D. Fernando retrata o seu caso.

Leopoldo não casou com a rainha de Espanha nem com ninguém encontrado pelo tio homónimo, que não desistiu de o estabelecer dignamente. Uma das suas escolhas foi a princesa Amélia de Bragança, a meia-irmã de D. Maria que vivia em Lisboa. Os contactos foram feitos, mas Amélia apaixonara-se e a mãe aprovara o noivo, que era Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador Francisco José. Leopoldo de Saxe-Coburgo-Koháry casou

¹ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 2.5.1842.

a seu gosto, só em 1861, com uma mulher considerada de condição inferior, o que muito escandalizou os parentes.

5.5. Tios, primos, cunhados e sobrinhos

A rede familiar de D. Fernando expandia-se com casamentos e nascimentos sucessivos. O tio Leopoldo tinha já três filhos, Leopoldo, Filipe e Carlota, nascidos em 1835, 1837 e 1840. Vitória e Alberto constituíram, como Fernando e Maria, uma vasta família de nove filhos nascidos entre 1840 e 1857 e não morrendo nenhum, o que era uma raridade na época.

Ernesto, o herdeiro do ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, casou com Alexandrina (1820-1904), princesa de Baden, em 1842. Mas, para desgosto de toda a família, o casal não teve descendência. Seria um filho de Alberto e Vitória, Alfredo, a suceder no trono ducal que Ernesto II ocupava desde a morte do pai, em 1844. A partir deste ano, é pois o primo de D. Fernando o chefe dos Coburgos. De imediato, D. Maria II lhe atribui a grã-cruz da Ordem da Torre e Espada e a Alexandrina a Ordem de Santa Isabel¹, a mais alta ordem honorífica concedida às mulheres pela dinastia de Bragança. Quanto a Alexandre Mensdorff, só casou em 1857².

Em 1842 nasceu o primeiro sobrinho de D. Fernando, Gastão de Orléans, filho da sua irmã Vitória e neto do rei dos Franceses. Será conde de Eu e em 1864 casará com Isabel de Bragança, sobrinha de D. Maria II, afilhada de D. Fernando e herdeira do trono imperial do Brasil. Se os ventos da república não tivessem varrido o império brasileiro, seria mais um Coburgo a chegar a um trono. Outros sobrinhos se seguiram: em 1844, Filipe, primeiro filho de Augusto, e Fernando, duque de Alençon, segundo filho da irmã; em 1845 nasceu Augusto, filho de Augusto, que também se unirá aos Braganças brasileiros, ao casar em 1864 com outra sobrinha de D. Maria II, Leopoldina de Bragança. A irmã de D. Fernando terá mais duas filhas: Margarida em 1846 e Branca em 1857, cujo parto a matou. Augusto será ainda pai de Clotilde (1846), Amélia (1848) e Fernando (1861), que virá a ser rei da Bulgária. O irmão mais novo de D. Fernando só será pai em 1860.

Quanto à sua família por afinidade, os Braganças do Brasil, logo na geração de D. Fernando criaram mais laços com os Coburgos. A cunhada Fran-

¹ Cf. StACo, LA, 594.

² Omito outros primos de D. Fernando por terem tido poucas relações com ele, embora D. Maria afirme que o marido sentiu muita pena ao saber da morte de Hugo, o irmão mais velho de Alexandre Mensdorff (carta à rainha Vitória, Lisboa, 20.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 83).

cisca de Bragança (1824-1898), conhecida por Chica, casou com Francisco de Orleães, príncipe de Joinville, em 1843, tornando-se também cunhada de Vitória e Augusto, irmãos de D. Fernando. O imperador Pedro II do Brasil, o irmão de D. Maria nascido em 1825, desposou Teresa de Bourbon-Sicília em 1843 e no ano seguinte a outra irmã da rainha, Januária de Bragança (1822-1901), um irmão de Teresa, Luís de Bourbon-Sicília, conde de Áquila. A meia-irmã de D. Maria II, Maria Amélia, viria a falecer com apenas 21 anos, meses antes da mais velha. Vivia em Lisboa com a mãe, embora as duas passassem largas temporadas na Baviera.

5.6. Nova visita do pai e irmãos

Na primavera de 1843, o duque Fernando visitou de novo o filho em Portugal. Acompanharam-no Leopoldo, Augusto e a sua esposa Clementina, com quem casara nesse ano. D. Maria e Clementina, amigas de longa data e agora cunhadas, viam-se pela primeira vez desde a sua meninice. D. Fernando gostaria que tivesse vindo também o tio Ernesto, mas o duque de Coburgo não se deslocou a Lisboa¹. Uma vez mais, a sua mãe não veio.

Depois de passarem perto de um mês em Lisboa, instalaram-se todos em Sintra, a 19 de junho, mas a chuva tornou a estada menos agradável do que se esperava. Depois, como sempre, foram até Mafra, onde se organizou uma caçada. D. Fernando sentiu-se radiante ao ver o pai encantado com a sua adorada Pena, ao proporcionar a caçada ao irmão e ao concluir que as crianças se entendiam bem com o avô². Os infantes eram então Pedro, Luís e João, com 5, 4 e 1 anos.

O duque Fernando e filhos deixaram Portugal em julho e, como haviam feito em 1839, passaram uns dias em Londres. A prima Vitória apressa-se a enviar boas notícias. Simpatizara com Clementina, achara Augusto muito favorecido com a sua barba, mas Leopoldo continuava a ser o seu preferido³. O duque Ernesto remete ao irmão boas novas da esposa. Toni sentia-se tão bem que desejava ir até Roseneau em agosto para se reunir ao marido e filhos, mas Ernesto tentou dissuadi-la. «Por um lado, a impossibilidade de deixar a mãe sozinha e, por outro, a preocupação com o pé, que graças a Deus está melhor, parecem-me os obstáculos principais. Talvez tenhas tu mais sorte na persuasão, isso agradecer-me-ia muito, até ela se conseguir movimentar

¹ StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 22.5.1843.

² StACo, LA, 6130, carta do rei D. Fernando ao duque Ernesto I, Sintra, 26.6.1843.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória ao rei D. Fernando, 22.7.1843.

melhor. Gostei muito de saber, e não esperava outra coisa, que tenhas estado bem e feliz com Fernando. Os filhos dele devem ser encantadores e compreendo o quão difícil para ti deve ter sido separares-te novamente»¹.

5.7. Queda dos Orleães e consequências nas famílias Coburgo e Bragança

Em fevereiro de 1848 rebentou a revolução em Paris. Foi proclamada a república e os Orleães tiveram de debandar disfarçados. Desamparada pelo marido, que tentou dominar a situação política e permitir a fuga dos pais, a irmã de D. Fernando alcançou a costa inglesa pelos seus meios e aí se refugiou com os filhos. Ao contrário dos sogros e cunhados, era parente chegada da rainha de Inglaterra e a República Francesa nada poderia opor a que fosse acolhida na corte de Londres.

Dois outros filhos do rei Luís Filipe, o príncipe de Joinville e o duque de Aumale, encontravam-se então em Argel com as esposas. Recorde-se que a mulher de Joinville era Francisca de Bragança. D. Maria II enviou de imediato um vapor de guerra a recolhê-los, mas houve um desencontro. Os príncipes franceses, que tinham encontrado transporte, desembarcaram em Lisboa, «indo surpreender os seus augustos parentes no palácio das Necessidades, onde eu casualmente me achava», recorda o marquês de Fronteira². «Presenciei então uma das cenas mais tocantes a que tenho assistido. Vi entrar no real paço os filhos e netos dum dos soberanos mais poderosos do mundo, errantes, sem as menores notícias de seus augustos pais, sem pátria nem fortuna, procurando um asilo no paço dum real parente que, poucos anos antes, sofrera a mesma sorte, indo bater à porta do palácio ducal do *Palais-Royal*, onde achara a mesma hospitalidade que dava agora aos seus ilustres parentes»³.

Os antigos reis dos Franceses, depois de escondidos, haviam chegado a Inglaterra, o que pouco agradou a Vitória e a Alberto, que, desde a questão dos casamentos espanhóis, tinham com eles relações frias. O rei Leopoldo dos Belgas continuava a ser proprietário da mansão de Claremont, que lhe ficara do tempo em que fora casado com Carlota, princesa herdeira de Inglaterra. Foi aí que os Orleães, seus sogros, se refugiaram. A solução era conve-

¹ LC, ms. 478, carta do duque Ernesto I ao irmão o duque Fernando, Roseneau, 26.7.1843.

² Cf. carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 12.3.1848, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 140.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 296-297.

niente para a rainha Vitória e os seus ministros. Tratava-se de ajuda prestada por um genro, não era o governo nem a Coroa britânicos que se envolviam numa situação que poderia tornar-se melindrosa nas relações dos dois países. Vitória, duquesa de Nemours, instalou-se também em Claremont com os restantes Orleães, mas, contrariamente a estes, era recebida na corte de Inglaterra como prima que era da rainha e do seu marido. Contudo, Vitória pouco frequentava Buckingham ou Windsor, vivendo com a família do marido. Em 1850 refere-se a Claremont como a sua prisão. E diz a D. Fernando que dificilmente reconheceria a rapariga alegre que vira pela última vez há onze anos¹.

Os republicanos franceses retiveram toda a imensa fortuna de Luís Filipe e dos seus filhos, deixando-os arruinados. A duquesa de Bragança, então em Munique, escreve a D. Fernando e diz-lhe esperar que, pelo menos, o dote da sua enteada Francisca seja salvo, confiando que os ministros portugueses e brasileiros consigam, de forma oficial, tratar do assunto com o governo provisório francês. Estando o casal em dificuldades financeiras, D. Amélia abre-lhes um crédito junto do banqueiro londrino Samuel Phillips². Também Vitória, duquesa de Nemours, escreve ao irmão. Agradece-lhe a carta carinhosa que a consolou na sua triste situação, mas começa por abordar o turbilhão que assola a Europa «até na nossa querida pátria», se bem que agora tenha notícias mais tranquilizadoras, tanto da Áustria como da Hungria, para onde partiram Augusto e Clementina, pois para a sua posição e o futuro dos filhos convém que cheguem quanto antes aos territórios húngaros. «O que achas da transformação da Áustria? Quem o teria pensado?». Quanto a si, enquanto duquesa de Nemours, via-se roubada de quase tudo pela apropriação dos bens em França, pois o sogro aplicara aí todo o dinheiro. Mas encontra serenidade para agradecer a Deus ter-lhes poupado as vidas³.

Nesta situação confusa e dolorosa, as cartas vindas de Inglaterra afluem ao paço das Necessidades. Luís Filipe de Orleães agradece o acolhimento feito aos filhos⁴. A duquesa de Kent, que recebera notícias de Alexandre Mensdorff, diz a Fernando que «as notícias da Alemanha continuam a ser muito

¹ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta de Vitória de Nemours a D. Fernando, Richmond, 5.3.1850.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta da duquesa de Bragança ao rei D. Fernando, Munique, 29.3.1848.

³ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Nemours ao rei D. Fernando, Claremont, 1.4.1848.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 194, carta de Luís Filipe de Orleães, ex-rei dos Franceses, ao rei D. Fernando, Claremont, 3.4.1848.

perturbadoras. A situação na França é terrível», mas «a Bélgica, graças a Deus, está por enquanto sossegada». Parte-se-lhe o coração ao ver a situação da sobrinha Vitória, mas ela é corajosa¹. Também D. Maria II admira a resignação da cunhada².

O príncipe Alberto sente-se muito impressionado, referindo-se à tormenta que desmorona as monarquias umas atrás das outras, tentando algumas salvar-se tornando-se democráticas mas sempre demasiado tarde. E informa o primo que «Clementina e Vitória estão arruinadas, a Hungria está perigosa para os grandes proprietários e se acontecer alguma coisa penso que afetará o teu pobre pai»³. Os reis de Portugal, que já no mês anterior haviam sido alertados por Dietz para esse perigo⁴, acreditam também que a fortuna da família austríaca desapareceria. «Cada dia lamento mais a pobre família de França e a nossa tão querida Vicky porque a pobre está numa terrível posição, pois de certeza que o meu querido sogro perderá muito», afirma D. Maria. Quanto à sua irmã Francisca, está «muito atormentada com o futuro dos filhos»⁵. Em julho, os pais de D. Fernando estavam instalados em Walterskirchen⁶, mas a situação na Hungria tinha acalmado⁷, o que não impediu uma guerra no ano seguinte.

Em dezembro de 1848, Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do antigo imperador, é eleito presidente da República Francesa. Três anos depois, com o golpe de 2 de dezembro de 1851, assegura o poder pessoal. No mês seguinte confisca por decreto os bens dos Orleães em França. A medida provocou indignação porque envolvia bens privados, incluindo os dotes das princesas estrangeiras que haviam casado na família Orleães. O conde do Lavradio manifestou ao embaixador da França o seu «profundo desgosto», pois «naquelas rigorosas medidas se achavam compreendidas duas princesas, uma delas irmã da rainha, minha augusta soberana, e outra irmã de el-rei»⁸.

¹ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent ao rei D. Fernando, Londres, 6.4.1848.

² Carta da rainha D. Maria à rainha Vitória, Lisboa, 19.4.1848, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 143.

³ ANTT, ACR, cx. 7433, cap. 914-A, carta do príncipe Alberto ao rei D. Fernando, Londres, 7.4.1848.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Carl Dietz a D. Fernando, Viena, 18.3.1848.

⁵ Carta da rainha D. Maria à rainha Vitória, Lisboa, 28.5.1848, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 144.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7435, cap. 916-A, carta da duquesa de Kent ao rei D. Fernando, Londres, 6.7.1848.

⁷ Carta da rainha D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 18.7.1848, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 157.

⁸ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, p. 75.

No mês seguinte Lavradio anota no seu diário:

«Os governos da Bélgica, Espanha, Vurtemberg, Saxónia e Coburgo, em consequência dos tratados celebrados outrora entre eles e o governo francês, protestaram contra os decretos, pelos quais Luís Bonaparte despojou da sua propriedade os príncipes da família real de Orleães. Espera-se também brevemente um protesto semelhante por parte do governo de Nápoles e é provável que o governo imperial do Brasil siga o exemplo dos outros governos que se acham ligados por tratados com o governo francês.

O governo português, quanto a mim, deveria fazer alguma demonstração a favor dos direitos de Suas Altezas Reais, a princesa de Joinville e a duquesa de Nemours, irmãs de Suas Majestades, a rainha e el-rei. Eu não encobri ao embaixador de França a minha opinião *particular* sobre a iniquidade dos citados decretos».

Dias depois aconselhou a rainha que «na qualidade de irmã e cunhada de Suas Altezas Reais, a princesa de Joinville e a duquesa de Nemours, poderia aderir ao protesto do duque de Coburgo e ao que necessariamente há de fazer o imperador do Brasil. Parece-me que isto se poderia fazer sem que o governo de Sua Majestade se compromettesse com o presidente da República Francesa e sei que este passo penhoraria muito a augusta família Orleães, a quem Sua Majestade deve grandes finezas e os seus súbditos fiéis notável e constante proteção»¹.

D. Maria II achou bem, mas foi prudente. É Lavradio que regista o que se passou:

«1 de Abril de 1852. — Tendo recebido ordem de Lisboa, fui procurar lorde Malmesbury para lhe expor os desejos da rainha de apoiar as reclamações feitas pelo reis da Bélgica e de Vurtemberg, o duque de Coburgo e outros príncipes contra a execução dos tão arbitrários como tirânicos decretos de 22 de janeiro último, pelos quais os príncipes de Orleães foram despojados da sua propriedade. Disse-lhe que reconhecendo o governo que uma manifestação qualquer, embora feita com a devida prudência, contra atos praticados pelo presidente da República Francesa poderia vir a ter sérias consequências, me havia ordenado que, primeiro que tudo, procurasse conhecer a opinião de sua Majestade Britânica: 1.º sobre a conveniência da manifestação que Sua Majestade deseja fazer em favor de suas irmã e cunhada e apoio que, para isso, poderá esperar do governo inglês; 2.º se, sendo mal recebida a manifestação feita em nome de Sua Majestade e dando causa a algu-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, pp. 85-86.

ma seria desinteligência entre os governos português e francês, o governo inglês se julgaria obrigado pelos tratados a coadjuvar o governo português contra qualquer ofensa que lhe intentasse fazer o governo francês.

Lorde Malmesbury, depois de me ouvir atentamente, respondeu-me, quanto ao primeiro ponto, que a manifestação que se pretendia fazer em nome de Sua Majestade Fidelíssima, não só era inconveniente, mas até prejudicial, porque em vez de mover o presidente a alterar a sua resolução, só serviria para aumentar a irritação que no seu ânimo haviam de produzir os protestos a que eu me referia. Acrescentou que o governo inglês nenhum apoio daria a qualquer ato que, a semelhante respeito, praticasse o meu governo, embora ele, lorde Malmesbury, julgasse os citados decretos do presidente tão severamente como eu.

Quanto ao meu segundo quesito, respondeu-me muito categoricamente que se o governo de Sua Majestade Fidelíssima protestasse contra os decretos do presidente e se desse protesto se originasse alguma desinteligência entre os governos português e francês, o governo de Sua Majestade britânica não se julgaria obrigado pelos tratados existentes a coadjuvar o governo português, pois as obrigações do governo britânico não se estendiam a coadjuvar Portugal nas questões por ele provocadas, mas apenas quando ele fosse injustamente agredido.

Observou-me, depois, que lhe parecia que a situação dos governos que haviam protestado contra os decretos do presidente da República Francesa era muito diversa da do governo português, por isso que entre aqueles governos e a França existiam tratados que regulavam a matéria, o que não acontecia com Portugal, que só podia alegar, como a Inglaterra, as afeições provenientes do parentesco que existe entre as reais famílias dos dois Estados e alguns dos príncipes de Orleães»¹.

Os reis de Portugal não protestaram.

Em fins de 1849 Ernesto Leiningen (1830-1904), filho do primo Carlos, visitou a corte portuguesa². Depois, foi a vez de Francisca de Bragança e o seu marido Joinville. Chica tinha dado à luz um filho que morreu e ela própria corria perigo. D. Maria e D. Fernando convidaram-na a passar uma temporada com eles para recuperar, pois o clima de Inglaterra afetava-a muito e a irmã considerava que precisava do nosso sol e do nosso calor vivificante³, comparando-a a «uma pobre planta tropical a que falta o sol»⁴. Como

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, pp. 96-97.

² ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent ao sobrinho, o rei D. Fernando, Tunbridge Wells, 25.9.1849. A visita foi breve. D. Maria queixou-se à rainha Vitória, tia de Ernesto, de que só esteve com eles duas vezes e que partiu sem se despedir (carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 18.11.1849, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 164-165).

³ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 18.11.1849, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 164-165.

⁴ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 28.11.1849, cit. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 165-166.

Chica casara na família Orleães, era necessária autorização do seu chefe, o ex-rei dos Franceses, que agradece o convite mas, antes de tomar qualquer decisão, afirma, tem de pensar nas circunstâncias, pois há que saber a opinião dos médicos e quem irá suportar os custos da viagem¹.

A tia Vitória, duquesa de Kent, continuava a enviar notícias de toda a família. Assim, em fevereiro de 1850, depois de agradecer o bom acolhimento ao neto Ernesto, diz a D. Fernando que recebera cartas da mãe dele e de Alexandre, enviando-lhe a deste com pedido de devolução. Conta ainda que o filho Carlos estivera em Viena com os tios, pais do rei, e o tio Mensdorff, que está tudo bem com Vitória, Alberto e os filhos e que espera que os príncipes de Joinville estejam já com ele². Estes chegaram, de facto, em início desse mês. D. Fernando levou-os até Sintra³ e «foi com lágrimas nos olhos» que se separou deles. «Joinville é um verdadeiro amigo para mim», «Chica, embora por vezes um tanto excêntrica, é um ser encantador que me cativa muito; é sempre muito afável e simpática para mim. Encantaram-se ambos com Lisboa e com o nosso desenvolto estilo de vida»⁴.

Logo depois chegou Maximiliano Beauharnais, irmão da duquesa de Bragança, aquele a quem D. Maria chamara «cara de batata frita» quando pretenderam que casasse com ele. Estivera na Madeira a beneficiar do seu clima. Já em abril, a irmã, então em Munique, pedira a D. Fernando que o recebesse, mostrando-lhe Sintra, Mafra ou o jardim das Necessidades, mas sem nunca negligenciar as pequenas precauções necessárias para que o seu irmão consolide «o bem obtido na Madeira». D. Amélia crê ainda que o caráter bom e franco de seu irmão será do agrado do rei consorte⁵. D. Fernando refere-o nas suas cartas: «Agora temos cá o conde de Leuchtenberg com muitos russos. O príncipe parece-me amável, mas tem algo do desassossego da sua irmã e da sua excessiva pontualidade. [...] mostrou prazer em ver os cavalos e elogiou a nossa cavalaria»⁶. Na verdade, ele era cunhado de D. Maria por ser irmão do seu primeiro marido, mas só a duquesa de Bragança tinha isso em conta. No ano seguinte, quando faleceu a mãe desta, Amélia de Beauharnais acusa a enteada de se ter esquecido do parentesco: «Ah! A minha dor

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 194, carta de Luís Filipe de Orleães a D. Fernando, Claremont, 29.11.1849.

² ANTT, ACR, cx. 7435, cap. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Frogmore, 6.2.1850.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando a Augusto, Lisboa, 18.2.1850.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando a Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta da duquesa de Bragança a D. Fernando, Munique, 17.4.1850.

⁶ LC, ms. 477, carta de D. Fernando a Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

ainda aumentou mais pelo desgosto de ver Maria esquecer completamente que a minha boa mãe era também a do seu primeiro marido e de só fazer o luto devido a uma princesa estrangeira!»¹.

Ainda nesse ano de 1850, em outubro, uma comoção maior atingiu os Coburgos e os Orleães com a morte da jovem rainha dos Belgas, Luísa de Orleães. Leopoldo, muito mais velho do que a esposa, enviuvava pela segunda vez. Como era da praxe, mesmo que o não sentissem, as manifestações de grande dor percorriam o continente nas cartas trocadas entre todos. D. Fernando era seu sobrinho por afinidade, mas os seus irmãos Augusto e Vitória eram também cunhados. Assim, o rei de Portugal, em carta ao irmão, afirma-se mergulhado numa dor que nunca experimentara porque amava e venerava essa mulher «angélica, boa e excelente em todos os aspetos». Nessa altura, Augusto e a família encontravam-se em Sevilha, em casa dos duques de Montpensier. Estava planeado que de Espanha viriam para Portugal. D. Fernando diz-lhe que continuam a contar com eles, que serão sempre bem-vindos; só pede — e o irmão compreenderá a franqueza, acrescenta — que não venham em janeiro pois nessa altura nascerá outro filho e como ele sabe «por experiência, enquanto pai de família, não são situações em que as visitas sejam agradáveis»².

A 3 de fevereiro de 1851, nasceu morta, como se disse, a infanta Maria. Um mês depois estava tudo ultrapassado e D. Fernando aguardava ansioso a vinda do irmão que este lhe anunciou só para maio³. Entretanto, em abril e maio, dá-se o golpe da Regeneração, cuja guerra representou para D. Fernando um dos momentos mais penosos da sua vida pública. A chegada de Augusto, Clementina e filhos em finais de maio foi com certeza um bálsamo, embora D. Maria receasse que os sobrinhos austríacos, que todos diziam muito mimados, fossem uma má influência para os seus filhos⁴.

5.8. Morte do pai e relações com os irmãos

A rainha de Portugal confirmou o que se afirmava sobre a má-educação dos sobrinhos, pelo que responsabilizava Clementina, cega com os filhos e nada abnegada nem submissa ao marido, como deveria ser qualquer mu-

¹ Carta da duquesa de Bragança a D. Pedro II do Brasil, in BRAGANÇA, 2009, p. 41.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando a Augusto, Lisboa, 29.10.1850.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando a Augusto, Lisboa, 3.3.1851; ANTT, ACR, cx. 7430, cp. 910-A, carta de Augusto ao irmão D. Fernando, Sevilha, 22.3.1851.

⁴ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 9.1.1851 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 173-174.

lher, o que D. Maria confia à prima Vitória¹. Durante esta visita chegaram notícias preocupantes sobre o estado de saúde do pai e da avó de D. Fernando. Augusto e família foram para Inglaterra, donde seguiram para a Áustria, a 3 de julho². A irmã Vitória encontrava-se em Viena e aí ficava aguardando Augusto, mesmo após a partida do marido³. Leopoldo também não se atrevia a regressar ao seu regimento antes da chegada do irmão, mas nessa altura, e para surpresa de todos, a avó já recuperava do ataque que lhe paralisara o braço direito e o pai era levado ao jardim, mas ainda tinha a perna esquerda imóvel⁴.

Foi com mágoa que D. Fernando se separou de Augusto. «Ainda não me consegui habituar à nossa separação e vejo agora o amor infinito que te tenho. Sê também tu sempre bom, pois neste mundo posto do avesso e pouco agradável, o amor e a amizade fraternais, que são fieis e sólidos, é o que há de mais belo e verdadeiro. Por isso a nossa relação se fortalece cada vez mais e mais!», diz-lhe a 8 de julho, mal se instalara em Sintra. Nessa altura, soubera que o pai e a avó recuperavam. D. Fernando diz ao irmão: «O céu seja louvado, as notícias de Viena começam a acalmar-me e Deus queira que em breve me relates informações mais precisas e reconfortantes sobre isso. Expressa, tanto ao pai como à boa avó, a minha profunda alegria por saber que estão no caminho da recuperação. Dá também muitos cumprimentos ao Dietz, não lhe pude escrever hoje, mas chegámos todos bem a Sintra e já nos estabelecemos para a usual temporada de verão»⁵. A tia Vitória também já conhecia as boas novas, que lhe comunica⁶, embora fosse desnecessário porque Dietz o mantinha regularmente informado. Este, além das notícias de recuperação, realçava sempre o profundo amor que a avó de D. Fernando lhe dedicava. Em finais de julho estava menos otimista em relação à saúde do duque⁷.

De facto, a recuperação de Fernando Jorge Coburgo fora ilusória. Sofrera uma apoplexia que o incapacitava física e mentalmente e Augusto ficou cho-

¹ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Sintra, 7.6.1851 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 279-280.

² ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Londres, 6.7.1851.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Londres, 26.6.1851.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 21.6.1851.

⁵ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7435, cap. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Londres, 6.7.1851.

⁷ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, cartas de Dietz a D. Fernando, Viena, 10, 21, 31.7.1851.

cado quando o viu: letárgico, calado e indiferente à chegada do filho, a quem não demonstrou «o mais leve sinal de amor». Depois melhorou um pouco, mas recusava-se a passar-lhe uma procuração para gerir os bens da Casa. «Sinto-me tão triste, só e abandonado aqui», desabafa Augusto, «magoa-me tanto poder falar tão pouco com o pobre pai e ser tratado com tanta frieza. Com a querida avó, corre tudo bem, está muito animada e interessada em tudo. A boa mãe está bem, mas parece muito cansada. Como o pai não corre qualquer risco e não tenho aqui nenhuma utilidade, dentro de 5 dias irei para Coburgo. Tremo ao pensar no meu tão desagradável futuro»¹.

Augusto, sem autorização para gerir a Casa, estava numa posição difícil. O príncipe Alberto, atuando como verdadeiro chefe dos Coburgos, alerta D. Fernando e sugere-lhe que aconselhe o irmão², o que o rei não deve ter apreciado. A tia Vitória também se inquieta: lamenta as questões domésticas de Augusto e Clementina, não entende como é que o sobrinho pode abandonar Viena para se instalar em Coburgo, embora também reconheça que a sua situação é difícil. «A tua pobre mãe, é claro, nada pode fazer»³. Que dificuldades domésticas eram essas, as cartas de e para D. Fernando não o revelam. Podiam ser provocadas pelas questões da educação dos filhos e do mando no casal, pois no mês seguinte D. Maria volta a referir-se ao assunto: os sobrinhos são «crianças indomáveis», o que poderá provocar a desunião do casal, porque Clem é «louca e cega» em relação aos filhos, muito teimosa e «com ideias fixas sobre tudo» e «o pobre Augusto não soube tomar o seu lugar e ter a autoridade necessária sobre a esposa»⁴.

D. Fernando escreveu ao irmão cinco dias após a morte do pai, mas, ignorando-o ainda, diz-lhe:

«Sinto, com bastante frequência, necessidade de falar francamente contigo sobre tanta coisa e fico feliz por saber que também amiúde sentes saudades. Especialmente agora, com a angustiante situação do nosso amado pai, teríamos muito que dizer. Confesso-te, querido Augusto, que espero cada pacote com ansia e pavor. A grande irritabilidade é um péssimo sinal nos idosos e quando não recuperam o apetite é impossível também recuperar as forças. Todos estes acontecimentos são tristíssimos e magoa-me que o pai não

¹ ANTT, ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta de Augusto a D. Fernando, Viena, 15/17.7.1851.

² ANTT, ACR, cx. 7433, cap. 914-A, carta do príncipe Alberto a D. Fernando, Osborne, 25.7.1851.

³ ANTT, ACR, cx. 7435, cap. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Londres, 25.7.1851.

⁴ Carta à rainha Vitória, Sintra, 9.8.1851 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 284.

te atribua funções, o que seria natural e útil para ti e para ele. Todos estes são, no meu entender, péssimos sinais, pois os homens velhos, quando se sentem fracos, habitualmente tornam-se caprichosos. Deus permita que a saúde mental volte novamente! Se não tiveres intenção de ir para Viena em setembro, aconselho-te a fazê-lo, pois infelizmente não se sabe o que pode suceder de um dia para o outro e por isso é importante que o filho esteja disponível neste momento tão grave e não deixe o pai só rodeado de outras pessoas»¹.

Fernando Jorge Coburgo falecera a 27 de agosto de 1851, o que D. Fernando soube a 3 de setembro. Decerto que escreveu de imediato à mãe, porque também o fez a Augusto:

«Podes calcular os sentimentos com que te escrevo. Soube agora mesmo a triste notícia do falecimento do nosso nobre e amado pai e o meu primeiro pensamento foi para ti. [...].

Já estava há muito à espera deste golpe, mas não foi por isso que me tocou com menos intensidade e que não fiquei triste — e não sei quanto tempo irá durar — pois não o vi fraco como tu, mas forte e cheio de vida, da última vez que saiu de Lisboa. [...] A ti, bom e querido Augusto, talvez te aguarde um caminho duro e desagradável. Pensa sempre que tens em mim o teu melhor amigo e permite-me também apreciar a situação no seu conjunto. Sabes que não exijo nada, mas é natural que como irmão, no que a vós e à Casa diz respeito, queira participar. [...]

Estou muito triste, querido amigo, pois é sempre doloroso dizer: o meu querido pai morreu! A boa rainha, esta linda mulher, cujo amor se manifesta em todas as ocasiões, está infinitamente triste [...]. Que o céu esteja contigo e zele por ti»².

D. Fernando ressentiu-se por não estar junto da família e não haver participado das últimas honras prestadas ao pai. «A minha dor aumenta com o isolamento», diz a Ernesto. «É como se já não pertencesse à família, e, contudo, ninguém mais do que eu lhe está ligado e procura ser digno dela»³. Augusto passara a ser o chefe da família do ramo vienense. O mando feminino mudava também de Maria Antónia Koháry para Clementina de Orleães. A 18 de setembro o rei de Portugal continuava a mostrar-se muito desgostoso, mas agora havia que encarar o presente. Atendendo à nobreza de caráter de Augusto, o irmão mais velho diz-lhe que não precisa de lhe recomendar a mãe, que é «forte e corajosa», mas não deixa de afirmar que ela precisa do seu amor e cuidados. Quanto a Dietz, que muito o preocupa, Fernando lembra a Augusto o quanto ambos lhe devem e que nesse sentido escrevera tam-

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 1.9.1851.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 3.9.1851.

³ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 19.9.1851.

bém a Clementina. Depois passa a assunto muito delicado, a questão do mando dentro do casal. Era sabido por toda a família que Clem dirigia a vida do marido, o que não agradava aos Coburgos. Agora Augusto, ou melhor, Clementina tinha o destino da sogra, avó, cunhado e servidores da casa nas suas mãos. D. Fernando diz-lhe que como seu melhor amigo e que só quer a sua felicidade, lhe suplica que dirija a mulher com as rédeas nem demasiado soltas nem demasiado curtas¹. Augusto não lhe respondeu. No mês seguinte, D. Fernando volta a escrever, lamentando não ter notícias dele, mas dizendo compreender que andasse muito ocupado.

«Decerto não pensaste pouco no teu velho amigo, que tanto gostaria de estar contigo. É uma necessidade para mim, depois da nossa imensa e incensurável perda, conversar contigo intimamente, como fazíamos há alguns meses. Não tens uma missão nada fácil e deparaste com muitas dificuldades, mas decerto que com a tua inteligência e honorabilidade gradualmente chegarás a bom porto. O nosso Alberto, que de bom grado mostra a sua inteligência brilhante e o seu raciocínio inglês, parece-me que pretende dar conselhos, tal como aconteceu quando as coisas estavam tão difíceis. Estou consciente de que estás numa posição complicada, mas por que não há de gradualmente encontrar o caminho? Nunca me arroguei a falar nisto, dado que não conheço em absoluto e até agora ignoro as relações domésticas daí, portanto não posso dizer muito»².

É possível que tivessem surgido atritos entre a antiga senhora da casa e a sucessora. É possível também que as duas viúvas pugnassem pelos interesses de Leopoldo. Logo nesse ano, a mãe legou-lhe parte da sua fortuna³. O certo é que havia problemas e Augusto não pedia ajuda ao irmão mais velho. Este, despeitado por ver que Alberto, que tantas vezes o irritava, interferia nos assuntos dos seus irmãos e mãe, diz a Augusto que já sabia que Dietz geria os bens da mãe e da avó, o que muito lhe agradava, tanto por Dietz como por elas, porque revelava que as duas viúvas quiseram e conseguiram governar a sua própria casa. Todavia, acrescenta, como tudo isso implica grandes valores e muitos pagamentos que podem ser disputados, admite não ter razão. Pede também ao irmão, «se isso não for contra as disposições da herança», que lhe ceda «1 ou 2 quadros antigos, pois são para mim memórias de juventude que muito estimo. Escreve-me honestamente sobre isto»⁴. E aborda, ainda, a situação de Leopoldo que estava sob a autoridade de Augusto:

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.9.1851.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 27.10.1851.

³ StACo, LA, 169.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 27.10.1851.

«É necessário que todos nós o incentivemos a não abandonar o serviço [militar] porque deve ter uma carreira e na sua idade não se pode lamentar da progressão. Se não fizer um casamento insensato pode, com o que tem, viver uma boa vida. O casamento, uma coisa completamente inútil para ele se não encontrar um bom partido, algo que não acontece todos os dias, deve ser-lhe contrariado. A família Coburgo já é suficientemente grande e quando ouvi que tu tinhas um rebento a caminho achei que era um luxo».

Augusto não deve ter apreciado as opiniões do irmão mais velho, porque só lhe respondeu em janeiro. Houve ainda uma herança em dinheiro que os Coburgos austro-húngaros mantiveram sigilosa do resto da família. Em finais de 1852 a questão não estava resolvida e D. Fernando reclamou junto de Augusto por nada saber do seu dinheiro em Viena, pedindo-lhe que enquanto «nosso chefe de família» o informe como, quando e para onde serão enviados esses fundos, pois como qualquer outra pessoa, precisa de saber o que tem. «Certamente tratarás este assunto com o mesmo segredo que já antes se usou, pois seria inconveniente e desconfortável para mim se fosse conhecido do público ou em Coburgo», insistindo em que Ernesto deve ignorá-lo¹. Foi também necessário, neste ano de 1852, que o rei de Portugal assinasse novo documento de renúncia a todos os bens e direitos senhoriais que o pai detivera na Áustria e na Hungria².

Leopoldo esteve em Portugal em inícios de 1852. Nesta altura preocupava a família porque estaria entusiasmado com uma filha da família Jersey, meros condes ingleses. A rainha Vitória apressa-se a avisar os parentes e D. Maria concorda com a prima: seria uma ligação muito inconveniente para Leo e para toda a família³. D. Fernando vê partir o irmão com desgosto e acredita que se estivesse mais tempo com ele conseguiria «convertê-lo em muitos aspetos». Por isso, muda agora de opinião em relação à vantagem de um casamento, pois «uma mulher razoável e agradável poderia ter sobre ele uma influência muito benéfica», mas não crê que Leopoldo pense nisso⁴. Vitória continua vigilante. Recebe o primo na viagem de regresso e informa Fernando que o mantém com eles em Windsor por não haver qualquer perigo em relação à jovem senhora, não só porque Leo percebeu que seria um disparate e uma loucura, mas também porque não lhe possibilitam nenhuma

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 7.11.1852.

² TSG, Staatsministerium Abt. Coburg Nr. 180.

³ Carta de D. Maria II à rainha Vitória, Lisboa, 9.2.1852 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 290.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 8.4.1852. D. Fernando datou-a, por lapso, de 8 de março.

oportunidade de a ver. Além disso, ela, Vitória, nunca achou que fosse um perigo real porque Leo tem o costume de falar como se levasse a sério o que não é, como dizer que ninguém o ama e que era melhor ter-se afogado. Mas anda bem-disposto, prossegue a rainha, e agradou-lhe muito a prima dela, Maria Cambridge, que é excelente e um bom partido, se não houver dificuldades a ultrapassar na questão da religião, comentário que pede que fique entre eles¹.

Chegado a Viena, Leopoldo continua sob observação. É agora Dietz que envia as informações. O príncipe mantém-se caprichoso, pouco se importando com a opinião dos outros, mas felizmente e graças à rainha de Inglaterra, já não pensa a sério em tão absurdo casamento, limitando-se a brincar com o assunto. Quanto às senhoras, estão bem e a avó continua a falar-lhe todos os dias dos seus queridos netos de Portugal e a ansiar por cartas². Contudo, em agosto, D. Fernando ouviu notícias do irmão mais novo que o perturbaram e escreve de imediato a Augusto. Ele que o informe sobre o que Leo anda a fazer, porque se falava de um casamento que era uma loucura e corriam boatos de que ia mudar de religião. D. Fernando explode em húngaro: «pelo amor de Deus!». E, prosseguindo em alemão, em trecho já referido, qualifica de desprezível o homem que deixa a religião em que foi criado. Ignoro se se tratava de Maria de Cambridge, mas é possível, porque D. Fernando, que não crê que Leo cometa tal ação, vê em tudo isso «o dedo de Alberto, que é frio e mineral»³. Mais uma farpa, e grande, ao primo que tanto o impacientava. Augusto sossega-o, assegurando-lhe que Leopoldo já não pensa nisso, porque compreendera que seria infeliz num casamento que o levaria a abandonar a religião dele e dos seus. Contudo, continua completamente ocioso e só Deus sabe o que será dele⁴.

Em fevereiro de 1853, numa visita rápida, Augusto esteve de novo em Portugal, e como fizera antes, saiu daqui para Inglaterra. Ao chegar, recebeu a notícia de que a avó tivera dois ataques sucessivos, possivelmente acidentes vasculares cerebrais. Augusto lamentou menos a avó do que o aborrecimento de ter de deixar a Inglaterra caso recebesse notícias do agravamento da situação⁵. Dias depois, é a irmã que escreve a D. Fernando. Fala-lhe do interesse e impaciência com que interrogara Augusto sobre Fernando e toda a família

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Windsor, 16.4.1852.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 11.4.1852.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 7.8.1852.

⁴ ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta de Augusto a D. Fernando, Antal, 28.8.1852.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7430, cp. 910-A, carta de Augusto a D. Fernando, Claremont, 15.3.1853.

e da esperança de o rever neste mundo — o que nunca aconteceu. Depois, envia as notícias da avó, cujo estado é menos preocupante, e da mãe, agora mais animada e feliz. Quanto a Leopoldo, encontra-se bem em Liubliana¹. Mas a tia Vitória desaprovava a inércia de Augusto, considerando ser sua obrigação ir para Viena, apesar de saber pelo seu filho Carlos Leiningen que a idosa princesa de Koháry estava a recuperar muito bem². Uma semana depois é mais incisiva: «Lamento dizer-te que ele [Augusto] continua em Claremont! Carlos escreveu-me e é mais do que altura de Augusto regressar. Eu disse-lhe e Vitória está a pressioná-lo, mas sem resultados»³. Augusto partiu, por fim, a 1 de abril, mas Clementina ficou com a mãe porque recebeu a moléstia infecciosa que grassava em Coburgo e em Gotha, onde iriam passar. Agora a tia Vitória estava satisfeita com Augusto. Nunca o vira tão decidido⁴.

A idosa princesa de Koháry resistiu, mostrando-se sempre muito interessada em tudo o que dizia respeito aos seus netos e bisnetos portugueses, ao contrário da filha, mãe de D. Fernando. É, pelo menos esse, o quadro que continua a revelar-se nas cartas de Dietz: «A princesa Koháry [...] encarregame de enviar a Vossa Majestade mil lembranças. Ler-lhe as cartas de Vossa Majestade é sempre um verdadeiro refrigério e bálsamo analgésico para o seu doloroso estado. A duquesa está bem»⁵. A disparidade com que se refere às suas duas senhoras é quase chocante. Só numa carta, ainda desse mês, Dietz comenta o comportamento da mãe de D. Fernando. «A duquesa-mãe está bem, apesar de se queixar permanentemente da sua saúde, mas isso é um velho hábito que nunca mudará»⁶. Não restam dúvidas de que Dietz não tinha em grande apreço Maria Antónia Koháry-Coburgo.

5.9. Morte de Maria Amélia de Bragança

Em 1852 o arquiduque Maximiliano de Habsburgo visitou Portugal. D. Fernando apreciou muito esta visita, que lhe deu a oportunidade de receber o irmão do imperador austríaco Francisco José com todas as honras e de

¹ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da irmã Vitória a D. Fernando, Claremont, 23.3.1853.

² ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Londres, 16.3.1863.

³ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Frogmore, 26.3.1853.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, cartas da duquesa de Kent a D. Fernando, Londres, 6.4.1853 e 16.4.1853.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, 1.10.1853.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, 8.10.1853.

lhe mostrar as belezas de Sintra, muito especialmente o seu adorado palácio da Pena. Fez questão de acentuar a sua simpatia, que já era proverbial, como uma bofetada de luva branca aos Habsburgos que nunca haviam sido agradáveis com a sua família¹.

O arquiduque conheceu então a princesa Maria Amélia de Bragança e enamorou-se. Foi correspondido, a mãe da visada aprovou plenamente e o casamento ficou acertado, mas mantido em sigilo, pois eram necessárias as autorizações dos respetivos chefes de família: os imperadores Francisco José da Áustria e Pedro II do Brasil. Contudo, logo a seguir, manifestou-se a tuberculose da princesa, com um ataque agudo que quase a matou, chegando a ser sacramentada a 2 de julho². Quando se recompôs, a mãe partiu com ela para a Madeira. Em janeiro de 1853 já não havia esperança na sua cura. A condessa de Rio Maior informa o filho mais velho: «O baile do dia 18 é provável que tenha lugar, visto as notícias que vieram ontem da princesa pelo paquete do Brasil, não serem piores. Ouvei mesmo que ela tinha escrito à rainha com a sua própria letra. Entretanto pouca ou nenhuma esperança há que ela escape»³.

Maria Amélia morreu no Funchal a 4 de fevereiro de 1853, com 21 anos de idade. Nesse mesmo dia a mãe escreveu a D. Fernando, dizendo-lhe que a princesa falecera pelas 4h30m, após ter sofrido toda a noite e que às 2h30 da noite se confessara e recebera a extrema-unção⁴. A notícia só chegou a Lisboa no dia 12. «Ontem pela manhã fui ao paço dar os pêsames à rainha pela morte da princesa Amélia», escreve a condessa de Rio Maior.

«Todos esperavam esta triste notícia, mas assim mesmo fez uma impressão muito grande. Acho que não há ninguém de partido nenhum que não tenha pena e muito dó da pobre mãe. Eu não posso pensar nela. Muito infeliz é, coitadinha; Deus tem-lhe dado um bom quinhão neste mundo.

Ela escreveu muito à rainha e a el-rei, mas não dizia ainda o que tinha tenção de fazer. Dizia que dentro de 3 ou 4 dias partia o Vouga, que por ele mandaria as suas ordens. Supõe-se que vem trazer o corpo da sua filha para São Vicente, pois a princesa quando se sacramentou em Benfica pediu à rainha que se morresse, fizesse depositar o seu corpo ao pé de seu pai; e na vés-

¹ Cf. LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.6.1852 e 28.6.1852.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, cartas a António de 3 e 5 de julho de 1852. Maximiliano viria a casar com a prima de D. Fernando Carlota Coburgo, filha do rei Leopoldo.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 12.1.1853.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta da duquesa de Bragança a D. Fernando, [Funchal], 4.2.1853.

pera da sua morte disse à imperatriz que lembrasse à rainha a sua promessa. A imperatriz assistiu a filha até ao fim; depois não se tirou de ao pé do seu corpo, vestiu-a, ajudou a metê-la no caixão, e foi ela quem deu volta à chave; fez armar em capela o seu toucador e ali está depositada a princesa, dormindo a imperatriz no quarto ao pé. Eu não sei como tem tido e tem ânimo para tudo isto; mas parece que a sua única consolação é embeber-se na sua dor e em tudo que a pode aumentar. Pobre senhora!»¹.

A 11 de maio, a duquesa chegou finalmente a Lisboa com o corpo da filha e no dia seguinte realizou-se o funeral em São Vicente de Fora. «A imperatriz veio para terra pouco depois do corpo, meteu-se na carruagem com a rainha e foi para as Janelas Verdes. A rainha depois mandou buscar todos os filhos e ficaram com a imperatriz até depois de acabado o ofício»². Como já tive oportunidade de explicar, nessa época os parentes mais próximos não participavam nos funerais³. Por isso a mãe, irmã e sobrinhos da defunta permaneceram no palácio das Janelas Verdes, residência da duquesa, enquanto o cortejo seguia para São Vicente. Nessa altura D. Maria II estava de novo grávida. Seria fatal. Em novembro, o seu cadáver juntou-se ao da irmã.

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 14.2.1853.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 14.5.1853.

³ LOPES, 2011a, pp. 186-187.

Capítulo 6

Afirmção de uma personalidade inesperada

«Estou contente com o que fizeste pelo equipamento agrícola, o que é tanto mais necessário quanto o teu futuro irá girar muito em torno disso. Para mim, esse tipo de vida é muito mais fascinante do que a política e a diplomacia».

D. Fernando ao irmão Augusto, 3 de dezembro de 1850

6.1. Traços de personalidade

Ao chegar a Portugal, Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha tinha apenas 19 anos, possuía treino militar e estava muito influenciado pelo que a família ambicionava para ele. Creio que nessa altura partilhou a visão dos Coburgos, se interessou pela política e queria ativamente participar nela, sonhando, decerto, desempenhar um papel preponderante e glorioso. Perante um ambiente de intriga e instabilidade, e porque não retirava desses jogos qualquer prazer, foi crescendo o seu desinteresse pela política, que chegou à aversão. D. Fernando rapidamente revelou possuir uma personalidade que era inesperada para todos: para a rainha, os políticos e povo português e para a sua família de sangue, nomeadamente os tios Leopoldo e Ernesto e o primo Alberto.

O rei consorte não se entusiasmava com feitos militares nem com questões de governação. Vibrava, sim, com tudo o que lhe deleitava a visão, a audição e até o olfato. Os outros sentidos eram menos importantes, pois não era pessoa gluttona nem dissoluta. Herdara do avô Coburgo a paixão pela botânica e pelas artes, embora no duque a botânica se sobrepusesse. O rei de Portugal conhecia, admirava, colecionava ou executava trabalhos de arquitetura, pintura, escultura, gravura a água-forte e arte decorativa. Projetava e fazia crescer jardins e matas. Gostava de assistir a concertos e peças teatrais,

participar em bailes e saraus e, ainda mais, de cantar em público. Não admira que o cognome de Rei Artista, que por antonomásia significa D. Fernando II, lhe fosse atribuído logo em 1841, por António Feliciano de Castilho. É possível que o entusiasmo pelas artes e pelas belezas da Natureza lhe fosse inculcado por Carl Dietz. Ou, então, este foi conquistado pelos interesses do antigo pupilo. É que na sua correspondência com o rei, Dietz refere-se com deleite às paisagens, jardins, monumentos antigos e contemporâneos, mobiliário e peças decorativas, óperas e récitas¹.

D. Fernando era muito sensível à beleza: nas paisagens, nos jardins, nas noites enluradas, nos edifícios e objetos artísticos em geral, nas mulheres, nos homens², no vestuário, nos cavalos, nos veículos, na música. As paisagens e ambientes românticos provocavam-lhe uma emoção tão profunda que chegava às lágrimas, como confessa em algumas cartas — um romântico típico. Homem muito simpático, de convívio muito agradável, sabia seduzir quem recebia. O que queria da vida era gozar os prazeres que ela lhe oferecia. A sua energia sempre a canalizou para aí: o deleite através das artes plásticas e musicais, da calma fruição dos jardins e das paisagens, dos passeios a pé ou a cavalo, do convívio, das viagens. Gostava moderadamente de caçar, sem nunca ter conseguido ser um bom caçador, como ele próprio admitia, mas entusiasmava-se com os cães e sobretudo com cavalos. Muito orgulhoso de si, D. Fernando envaidecia-se do seu físico, da sua voz, das suas capacidades e proezas.

Apesar de possuir uma sólida cultura literária, não era um leitor entusiasmado nem demonstrou grande interesse nesse campo, ao contrário do filho Luís, que em vários outros aspetos se lhe assemelhava. Por documento elaborado quando D. Pedro tinha já o título de rei (1853-1861), sabe-se que D. Fernando tinha na sua posse 21 livros da Biblioteca da Ajuda, mas não se esclarece em que data os requisitara: desde Tácito a Voltaire, passando pelo *Cancioneiro* de Garcia de Resende e pela *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, aos compêndios genealógicos de António Caetano de Sousa e a outras obras de história de Portugal que precisava de dominar. Os restantes livros eram obras sobre botânica, escultura, criação de cavalos e arte equestre³.

O prazer que D. Fernando retirava do convívio com a esposa e as crianças era também uma das suas características, como já se salientou. São inú-

¹ Por exemplo, ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Ebenthal, 13.6.1847.

² Nas suas cartas a Augusto, o rei comentava aspetos físicos dele próprio, do interlocutor e do irmão mais novo.

³ BA, 54-V-19 (22).

meros os seus esboços, desenhos e aguarelas com cenas da vida familiar: a rainha a dar de comer a um dos filhos, as crianças que brincam, que se extasiam com a árvore de Natal e com a alegria dos presentes... A vida de Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha era agradável e plácida mas nunca monótona ou fastidiosa, porque era um homem naturalmente alegre, com grande gosto de viver e energia vital. Como não sentir horror pela política se as crises se sucediam, destruindo esse quotidiano idílico?

Claro que não era um homem deste tipo que sonharam os ministros da jovem D. Maria II, ela própria e o seu plenipotenciário Lavradio quando, em 1835, procuravam um rei consorte para Portugal. Como não era, o que já se frisou, o que a família dele pensava e desejava. D. Fernando nunca se interessou genuinamente pelo governo do país, pelas reformas a concretizar; nunca voluntariamente sacrificou o seu bem-estar e o seu tempo ao ofício de reinar; nunca se preocupou a sério com as condições de vida da população. Nunca o dever — palavra recorrente nos textos de D. Pedro V, que tinha personalidade completamente distinta — afluía nos de D. Fernando II. Contudo, não lhe faltava argúcia e capacidade de análise política, bem patentes nas suas cartas e no seu diário memorial de 1853 que, infelizmente, se detém na evocação do golpe de 1842.

Embora não tanto como Pedro, Fernando desprezava quase todos os políticos portugueses, mas ao contrário do filho exercia sobre eles um processo de sedução consciente. Lavradio, por exemplo, estava convencido de que o rei consorte o tinha em estima e apreço, mas, pelo menos na primavera de 1851, quando na Câmara dos Pares Lavradio invetivava o conde de Tomar, D. Fernando sentia por ele um profundo desprezo, não se inibindo de o adjectivar com violência: «um canalha», escreve em húngaro¹, uma «cara hedionda de homem honesto»². Procedia da mesma forma para com as damas da corte, cuja companhia não apreciava e cuja personalidade menosprezava, como revela nas cartas ao irmão.

Um caso paradigmático do poder de sedução de D. Fernando é o do príncipe Lichnowsky, um aristocrata e oficial prussiano de origem polaca que esteve em Portugal em 1842. A sua estada foi semelhante à de muitos outros viajantes, mas ficou perpetuada porque publicou as suas impressões, logo dois anos depois traduzidas e editadas em Portugal³. Acontece que os Coburgos encararam a visita com desconfiança, de tal forma que o duque Er-

¹ LC, ms. 377, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.3.1851.

² LC, ms. 377, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.4.1851.

³ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*.

nesto I, assim que soube dos planos do príncipe, em maio, avisou o sobrinho para que estivesse de sobreaviso. É que Lichnowsky havia combatido pouco tempo antes nas fileiras dos carlistas espanhóis, que, como já se explicou, equivaliam aos miguelistas portugueses. O rei agradece ao tio a informação. Já muito ouvira falar do «cavalheiro» por notícias enviadas por diplomatas portugueses em Berlim e sabia que planeava vir a Portugal, mas ignorava que ia agora concretizar o projeto. «Não me sinto particularmente feliz com a visita, pois considero esse senhor um conspirador e aventureiro e é muito possível que surjam aqui algumas reações de identificação com Espanha»¹. Mas D. Fernando fez o seu trabalho de sedução, recebendo o príncipe com a maior das afabilidades. Tudo o que Lichnowsky escreve sobre o rei de Portugal é laudatório.

Nessa altura era já violenta a campanha contra Dietz. Lichnowsky, que só o conheceu superficialmente, declara que «sem hesitação de consciência, posso proclamar o cavalheiro Dietz como isento de toda a mácula desonrosa; tenho-o por um homem completamente probo, um servidor fiel e dedicado ao seu rei e à Casa dele, e que constantemente tem em vista e promove com os mais ardentes desejos a imperturbável felicidade doméstica e a aprazível vida de família dos dois jovens esposos reais». E não fica por aqui. Atribuiu-lhe «uma razão constantemente segura», profundo conhecimento das questões portuguesas, mas abstendo-se em absoluto «de exercer uma ingerência efetiva nos assuntos políticos»².

Depois, justifica o apego do rei ao seu antigo professor. «Pode acontecer que alguns portugueses, mesmo pessoas conspícuas e honradas, tivessem desejado como condição favorável aos interesses do país, que o rei, ao entrar na sua pátria adotiva, se separasse inteiramente de todos os indivíduos com que tinha sido educado [...]. Porém, a um príncipe que abandona os seus parentes e a sua pátria, que renuncia a um futuro destituído de inquietações e a todos os respeitos brilhante, para através de extensos mares e em remotas regiões ir habitar um reino ainda gotejando o sangue da guerra civil e profundamente abalado nos seus alicerces; quem lhe poderá levar à conta de censura que ele para esta nova pátria, e entre pessoas totalmente estranhas, traga consigo alguns dos conselheiros e dos diretores da sua infância?»³. Quanto à personalidade de D. Fernando, eis o que escreve:

¹ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto, Lisboa, 13.6.1842.

² LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, p. 36.

³ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, pp. 36-37.

«O rei conhece muito de perto Portugal e todas as suas circunstâncias: fala perfeitamente a língua do país; e tendo atingido totalmente o conhecimento das necessidades públicas e havendo penetrado o caráter de todas as notabilidades políticas, não precisa do auxílio de conselheiros nem de sujeitar-se a inspirações alheias. O tato singular e o seguro juízo de que tem dado tantas provas, fazem rejeitar inteiramente a ideia de que haja para com ele uma influência preponderante, ou seja de um estrangeiro, ou de um Português. O príncipe D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha é hoje rei de Portugal, e por isso Português; padece com os sofrimentos e se regozija com as prosperidades de Portugal sua única pátria; não pertence a nenhuma fração política; é sobranceiro a todas elas. Ninguém sabe isto melhor do que ele próprio; toda a esperança de o fazer vacilar é criminosa; toda a diligência para o conseguir é insensata — qualquer que seja o indivíduo que tal empreenda. As minhas observações sobre tudo isto são inteiramente imparciais e sem preocupação, visto que as escrevo a muitíssimas léguas de distância daquele país. Não conservo relações algumas com Portugal e bem difícil me será tornar a ver essa formosa terra; não tenho portanto incentivo para calar alguma cousa ou para dizer aquilo que não acredito»¹.

D. Fernando não apreciava muito o seu primo Alberto, como Marion Ehrhardt já fez notar baseando-se numa frase da sua correspondência². Ehrhardt, cujos textos que dedicou a D. Fernando tendem para o panegírico, pretendendo veicular a imagem de um príncipe alemão (sem nunca explicar que «alemão» não significava cidadão do país Alemanha) de altíssimas qualidades, explica a desafeição de Fernando por Alberto com ressentimentos da infância e inveja que o inglês sentiria por nunca lhe ter sido atribuído o título de rei — o que afirma sem bases de sustentação porque não explorou os textos de Alberto. Na verdade, os escritos do príncipe consorte de Inglaterra revelam que se preocupava com o primo português e procurou ajudá-lo de forma muito concreta e repetida, e ajudou de facto, ao longo das graves e perigosas crises políticas portuguesas dos anos 1830 e 1840. A interpretação que me parece mais verosímil é que Alberto agastava Fernando porque aquele, com a sua obsessão da ação política e governativa, o incomodava, pressionando-o a fazer o que ele, Fernando, não queria e inundando-o de conselhos. Alberto era um homem comandado pelo sentido do dever, dotado de uma invulgar inteligência, energia, capacidade de trabalho e iniciativa. As suas análises e os seus conselhos só podiam irritar D. Fernando, que não só tinha aversão à política como decerto reconhecia que não possuía as capacidades do primo nesse domínio. O que diz contra Alberto é claramente fruto

¹ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, p. 37.

² EHRHARDT, 2010.

de irritação e despeito. Assim, na minha opinião, a haver alguma invejinha, seria da parte de D. Fernando e não de Alberto, que, na verdade, além do título de rei, só podia invejar ao primo o seu filho Pedro.

D. Fernando tinha um carácter conciliador, ótima qualidade num rei constitucional. Porém, essa sua particularidade era ditada pelo desejo de não ser incomodado na sua vida, que queria aprazível — mais uma característica comum ao futuro rei D. Luís. Não se encontram nas suas cartas manifestações de genuína bondade ou de generosidade, o que também não existe nos muitos escritos de D. Pedro e nas cartas que conheço de D. Antónia¹. D. Luís era bondoso, mas não mais do que isso, embora, por vezes, conseguisse revelar generosidade. Os irmãos nem isso. Na família de D. Fernando a bondade genuína e os gestos de generosidade e verdadeira compaixão pelo sofrimento dos outros só os encontramos nas noras: Estefânia e, sobretudo, Maria Pia. Orgulhoso e egocêntrico, D. Fernando nunca conseguiu amar nem ser amado ou admirado pelas suas duas noras, ambas mulheres de excelência.

6.2. O palácio da Pena

A 3 de novembro de 1838 foi vendido em leilão pela Junta de Crédito Público «uma porção de Bens Nacionais, onde se encontrava o convento de Nossa Senhora da Pena, da Serra de Sintra» e «casas de hospedaria juntas; e a cerca, que consta de limoal, terras de sementeira, pinhal e matos»². Era uma propriedade do Estado que lhe viera quatro anos antes com a extinção das ordens religiosas masculinas. D. Fernando adquiriu o lote pelo preço da base de licitação, 700 000 réis, porque mais ninguém licitou, talvez por se saber que o rei se interessara pela propriedade e porque se estipulava «ficar o arrematante obrigado a cuidar na sua boa conservação [...], visto ser um monumento nacional e conter a igreja um retábulo de primorosa escultura»³. O edifício estava arruinado ou pelo menos degradado e de imediato o novo proprietário mandou proceder a pequenas reparações que importaram em 47 960 réis. As obras arrancaram no ano seguinte com a construção de uma estrada, tendo-se gasto mais de 7 milhões de réis. Desde 1840, com o problema dos acessos resolvido, os trabalhos intensificaram-se no imóvel, sendo o período de maior fôlego entre 1841 e 1847, quando se construiu um novo

¹ Não tenho dados que me permitam pronunciar-me sobre D. Maria Ana e D. Augusto.

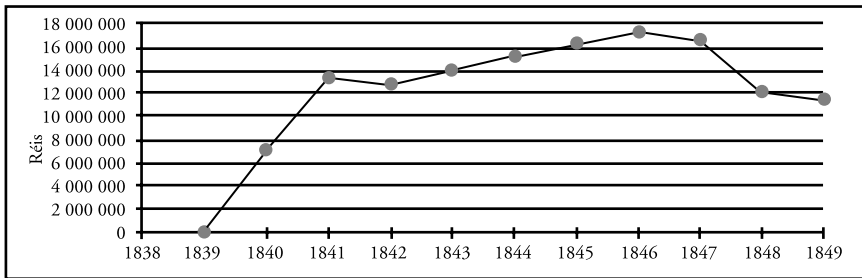
² Cit. por TEIXEIRA, 1986, p. 303.

³ Cit. por ANACLETO, 1997, vol. 1, p. 62.

edifício contíguo ao anterior. Mas nos anos seguintes e, na verdade, durante toda a vida de D. Fernando, as despesas continuaram a ser muito avultadas porque as obras nunca cessaram.

Curioso e talvez não por acaso, enquanto D. Fernando construía o seu palácio, também o pai fazia o mesmo em Viena, em quase total sincronia, pois o duque Fernando decidiu-se a remodelar o velho edifício que herdara do sogro precisamente em 1839, decorrendo as maiores obras até 1845. Contudo, os interiores e as decorações do Palais Coburg só ficaram completos em 1852 e os pais de D. Fernando nunca o habitaram. O duque havia falecido em 1851 e a viúva, que viveu até 1862, preferiu ficar com a mãe onde sempre residira, em Wieden, instalando-se no Palais o filho herdeiro da Casa, Augusto¹.

Gráfico 1 — Despesas anuais com a construção do palácio da Pena (1838-1849)



Fonte: ANTT, ACR, cx. 7311.

Entre 1838 e 1849, o rei dispendeu na construção do palácio da Pena 144 403 761 réis², montante colossal, mas os 100 contos anuais de rendimento oficial de D. Fernando (a dotação) era quantia muito considerável porque se destinava apenas às suas despesas pessoais, uma vez que todos os encargos da Casa e família reais eram custeados pela dotação da monarca reinante, 365 contos/ano. Recorde-se que a dotação de D. Fernando era o dobro da que se estipulara para o primeiro marido de D. Maria II e que as das rainhas consortes que se lhe seguiram foram de 60 contos anuais, que, mesmo assim, surpreenderam agradavelmente tanto o príncipe Alberto, quando se tratou do casamento de D. Pedro V, como o ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália quando Maria Pia de Saboia casou com D. Luís³. Isto é, D. Fernando nunca teve dificuldades económicas. Couberam-lhe

¹ KURDIOVSKY, 2005, pp. 57-76.

² ANTT, ACR, cx. 7311. No mesmo período, a venda de produtos agrícolas e florestais da propriedade renderam 788 175 réis.

³ LOPES, 2011b, pp. 31, 124.

também as heranças dos filhos falecidos e, o que se manteve em sigilo, algum capital por morte do pai e, possivelmente também, pelo falecimento da mãe.

O edifício que D. Fernando concebeu e construiu no topo do monte era e é uma obra deslumbrante pela sua beleza, imaginação criativa, exotismo, ecletismo de estilos revivalistas, superação de dificuldades de execução, riqueza, variedade e policromia de materiais, magnificência de pormenores arquiteturais e escultóricos, com frequência de acento esotérico ou onírico. E também o espaço envolvente, íngreme e estéril, foi completamente transformado após anos de luta persistente contra o solo pedregoso e os ventos constantes. O palácio romântico que D. Fernando sonhou e concretizou passou a coroar um espaço vivificado com as mais variadas espécies de árvores, arbustos e plantas florais, cuidadosamente distribuídos, bosque atravessado por caminhos e veredas e pontuado de alguns lagos e inúmeros recantos poéticos. Nasceria o parque da Pena, um espaço idílico e surpreendente de vegetação luxuriante, um verdadeiro parque, também ele, romântico.

Nas palavras de Regina Anacleto, «rosa, amarelo, azulado, pedra, cerâmica, promiscuidade de estilos, tudo se desenvolve num equilíbrio estranho, assimétrico, num capricho que pode bem considerar-se a mais ambiciosa loucura romântica acontecida em Portugal no campo da arquitetura. Por isso jamais conseguiu suscitar opiniões unânimes»¹. Enquanto obra de arte, o palácio está estudado, não se justificando aqui uma análise técnica e artística, que pode ser lida nos trabalhos de José-Augusto França, José Carneiro, José Teixeira e Regina Anacleto², entre outros. Neste livro reafirma-se a importância central que a Pena teve na vida de D. Fernando: um amor perene, uma criação que o envaidecia, que descrevia com prazer, onde conduzia, feliz, os visitantes e convidados, que o encantava e reencantava todos os anos. Na sua correspondência privada há referências às obras de edificação do palácio da Pena, desde pedidos de contacto com artistas e técnicos, descrição dos planos, manifestações de júbilo pelos trabalhos realizados. Darei alguns exemplos referentes aos palácios da Pena e das Necessidades e às coleções do rei, importantes pelo que revelam dos seus apegos e preocupações, da sua personalidade e da sua vida, além de conterem algumas referências úteis para os estudiosos.

¹ ANACLETO, 1997, vol. I, p. 94.

² FRANÇA, 1966, vol. I, pp. 292-306; 1974, vol. II, pp. 481-501; CARNEIRO, 1985; TEIXEIRA, 1986, pp. 302-343; ANACLETO, 1986, pp. 102-106; ANACLETO, 1997, vol. I, pp. 49-95. É utilíssimo o recente catálogo de fontes relativas ao palácio da Pena de Jorge Muchagato, que inclui ainda muitos documentos transcritos (MUCHAGATO, *O palácio e parque da Pena*).

O seu tio Ernesto, que também procedia a importantes obras de arquitetura em Coburgo, propôs-lhe em 1840 que contratasse um arquiteto coburguês para a Pena. D. Fernando agradece, mas recusa e diz-lhe que apenas foram feitas reparações, que quase desistiu da obra, mas que o plano está já inteiramente definido. Acrescenta que foi o barão de Eschwege quem o concebeu e que este ficaria com o coração destroçado se não lhe fosse entregue. Depois refere-se às dificuldades: embora a localização seja magnífica, tem o grande defeito de um vento incessante, quase não tem vegetação, no inverno é tanta a humidade que penetra em todos os lugares e é tremendamente difícil configurar o espaço¹. Apesar desta recusa, na semana imediata, pede ao tio que se informe sobre as condições em que podia contratar um pintor de frescos, embora ainda não tomasse uma resolução definitiva sobre o seu emprego na Pena².

Em fevereiro do ano seguinte não esconde o seu entusiasmo pela obra que prosseguia e refere-se concretamente ao túnel da entrada, que qualifica de solução inovadora, e à ponte levadiça. D. Fernando tinha o hábito, nas suas cartas, de fazer pequenos desenhos sobre aquilo de que falava. Para que o tio pudesse compreender a obra, faz um esboço na carta e diz-lhe ainda que foram lá há dias em passeio muito agradável e que por todo o lado, entre as rochas, cresciam violetas e outras flores primaveris que exalavam os melhores odores³.



Esboço de autoria de D. Fernando II em carta ao duque Ernesto I, 28.2.1841. Stratsarchiv Coburg, 6130. Coburgo.

É bem conhecido o testemunho do príncipe Lichnowsky, de julho de 1842:

«El-rei tinha-me ordenado de acompanhar Suas Majestades à Pena. Esta digressão foi feita a cavalo, pois que a vereda que conduz ao castelo é larga

¹ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 13.11.1840.

² StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 22.11.1840.

³ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 28.2.1841. Marion Ehrhardt, que já citou um trecho desta carta sobre o túnel e a ponte levadiça, equivocou-se na leitura da data, porque a missiva foi escrita em 1841 e não em 1843, como afirma (EHRHARDT, 1988, p. 13).

e bela; porém muito íngreme para seges e carruagens. A rainha montava em um grande burro cinzento, o mais robusto e mais alto que tenho visto; sobre ele ia uma cadeirinha vermelha à semelhança dos *Artolas* dos Pirenéus; atrás vinha um moço que trazia um elegante degrau. O rei ia sobre um formoso cavalo cinzento inglês; é um ousado e hábil cavaleiro e faz a melhor figura a cavalo. A mim foi-me destinado um robusto corcel de raça portuguesa; [...] O camarista de serviço, o marquês de Santa Iria, um velho general e destro cavaleiro, cavalgava adiante da rainha, que era seguida por uma dama do paço, montada em um burro. O rei ia apenas acompanhado por um seu ajudante e pelo conselheiro Dietz. Este singelo cortejo foi adotado pelas atuais pessoas reais em flagrante contraste com o fausto incómodo e penosa etiqueta que eram usados antigamente em ambas as cortes da península. [...] À porta do castelo da Pena recebeu o coronel de Eschwege a Suas Majestades e conduziu-as por todos os pórticos e aposentos a fim de examinarem as obras novamente concluídas. Um grande número de escultores e canteiros estavam ocupados a fazer em calcário branco colunas, frontões, balaustradas, capitéis, florões e outros ornamentos, admirando-se em todas estas obras grande proficiência artística, muito gosto e um esmero no acabamento que entre nós se não atingiu ainda»¹.

No ano imediato, D. Fernando já exultava porque a Pena concitava os aplausos dos visitantes². Depois de 1850, as obras abrandaram. D. Fernando decidiu que não podia continuar a gastar tanto na Pena, resolução que Dietz muito aprovou, pois, afirma, o conselho de Eschwege no sentido de pedir um empréstimo é «pura loucura» e ele sabe bem ao que as grandes dívidas conduzem as Casas³. Nessa altura o barão de Eschwege viajava pelo estrangeiro, donde regressou no ano seguinte⁴. Se tinha planos para continuar a acrescentar o edifício, o rei não lhe fez a vontade. D. Fernando foi sempre muito ponderado nos seus gastos, exemplo que não conseguiu transmitir a D. Luís, D. Maria Pia e D. Carlos. Eschwege deixou definitivamente Portugal em 1853. Terá sido porque o rei não satisfez o que ele queria? O certo é que o barão, nas palavras de D. Fernando, se tornara «cada vez mais taciturno»⁵.

Em 1852 o rei sente-se orgulhoso com a admiração que a sua amada Pena suscitara ao arquiduque Maximiliano, irmão do imperador da Áustria, e com o entusiasmo do duque de Montpensier (filho de Luís Filipe de Orleães e cunhado da rainha de Espanha), que afirmara nunca ter visto nada as-

¹ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, pp. 124-125.

² StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao duque Ernesto I, Lisboa, 6.2.1843.

³ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 18.2.1850.

⁴ ANACLETO, 1997, vol. I, p. 92.

⁵ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 9.3.1853.

sim¹. No ano seguinte, D. Fernando anuncia, contente, que construía lagos no parque e que em breve iria inspecionar as obras². Mais tarde, a sua nora Estefânia dirá à mãe que se quiser agradecer a D. Fernando e deixá-lo bem-disposto bastará admirar muito os seus aposentos e a sua Pena³, onde se procedia, já desde 1854, aos trabalhos de decoração interior⁴.

Sobre o palácio e parque da Pena, o rei escreve trechos de puro estilo romântico oitocentista. Acabado de chegar a Sintra, onde se instalavam no paço da vila, diz ao irmão: «Apesar da minha vigorosa cavalgada de Lisboa para cá, à noite fui a pé à Pena, onde estava cinzento e desagradável, mas ainda assim bonito. Pode parecer bastante aventureiro quando à noite está nevoeiro e o vento sibila, o viandante por vezes não vê por onde vai e só é advertido pelos rítmicos exercícios vocais das rãs à beira da água. Ontem faziam-se ouvir todos os tipos de vozes desta alegre vida aquática»⁵. Da mesma temporada, data este seu trecho: «Ainda não me sinto completamente em casa, desde que não estás ao meu lado para partilhar as tristezas e alegrias e para apreciar comigo, de forma poética e familiar, os atractivos de Sintra, que só a nós, Teutões, dizem respeito. No nosso caso ainda acresce o húngaro, ou seja, o sangue asiático que corre nas nossas veias, propenso a entusiasmos. Há alguns anos eu ria-me deste entusiasmo e agora um céu estrelado e a recortada silhueta escura da serra de Sintra poderia levar-me às lágrimas!!! Explica-me isto! [...] Isto aqui é esplendoroso e a Pena está cada vez mais bonita e adorável»⁶.

D. Maria faleceu sem nunca ter visto o palácio da Pena apto a ser habitado, o que aconteceu apenas em finais da década de 1860, por alturas do segundo casamento do rei, quando se procedeu à compra do mobiliário⁷.

6.3. Outros edifícios

O paço das Necessidades, património da Coroa e residência oficial dos monarcas, era um extinto convento que nunca foi nem poderia ser um palácio sumptuoso. O paço dos reis de Portugal havia sido destruído pelo terramoto de 1755. Depois, substituindo a Real Barraca de D. José, iniciara-se

¹ LC, ms. 477, cartas de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.6.1852 e 7.8.1852.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 9.3.1853.

³ HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, *Cartas inéditas da rainha D. Estefânia*, 20.1.1859, p. 188.

⁴ ANACLETO, 1997, vol. I, p. 88.

⁵ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

⁶ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 19.8.1851.

⁷ TEIXEIRA, 1986, p. 327.

a construção de um palácio digno de reis no mesmo sítio da Ajuda. As Invasões Francesas, a ausência da família real no Brasil e as convulsões políticas que se seguiram ao seu regresso impediram o remate das obras. Assim, quando D. Fernando chegou a Portugal, o palácio da Ajuda permanecia inacabado e a sua localização, então fora de Lisboa, não motivava a conclusão do edifício.

D. Fernando procedeu a importantes obras de remodelação e de decoração no paço das Necessidades, mas aqui não o fez na qualidade de proprietário, que não o era, não custeando tais obras, cuja autorização dependia do monarca reinante e cujas despesas corriam pela Casa Real. De 1842, antes da primeira renovação, possuímos a descrição do palácio, muito pouco abonatória, do príncipe Lichnowsky:

«O edifício das Necessidades não corresponde de modo algum à ideia de um palácio real e do seu destino anterior (Nossa Senhora das Necessidades era um convento de freiras) conserva ainda muitas reminiscências tanto no exterior como no interior. É um edifício elevado de um só andar, rebocado de vermelho e feito de tijolo, sem arquitetura designada, com um frontispício de trinta janelas, quando muito, e algumas humildes colunas que sustentam a varanda, tendo um campanário ao lado, dois pátios interiores, em torno dos quais estão dispostos os diferentes aposentos, junto ao que se acha um jardim insignificante: tudo isto encerra apenas espaço suficiente para alojar as augustas personagens e o seu séquito habitual. Como deverá parecer apertada esta habitação ao herdeiro dos maiores palácios da Hungria! A escadaria geral do palácio conduz a um par de salas de grandeza mediana, uma das quais se chama a sala dos marechais, em honra dos retratos que pendem nas suas paredes e representam os marechais Terceira e Saldanha e o capitão Sir Charles Napier, que tem o posto de almirante em Portugal: segue-se uma câmara em que Suas Majestades recebem o corpo diplomático e em que se acha um retrato da rainha muito mal executado. Dois porteiros com um antigo traje negro português semelhante ao vestido de corte dos franceses, e alguns arceiros, encontram-se no alto das escadas e na antessala»¹.

Em 1844 iniciaram-se as obras, já estudadas com minúcia por Manuel Côrte-Real e José Teixeira, para quem remeto². Foram entregues ao arquiteto Possidónio da Silva, que contou com a direção artística de Giuseppe Cinnatti. Durante a realização dos trabalhos, a corte instalou-se no palácio de Belém, donde viria a sair em outubro de 1846, com o início da Patuleia.

Depois da intervenção, tanto no plano da arquitetura interior, como do recheio, a rainha viúva de Inglaterra esteve no palácio das Necessidades, que consi-

¹ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, p. 50.

² CÔRTE-REAL, 1983, pp. 67-127; TEIXEIRA, 1986, pp. 145-175, 183-219.

derou «magnificamente mobilado e, de facto, esplêndido», apreciando também a beleza do jardim¹. Este juízo sobre o mobiliário e a decoração do paço entra em contradição com a opinião de D. Pedro V, que em 1858 confessa ao conde do Lavradio não desejar convidar os parentes belgas para o seu casamento porque se sentia confrangido ao revelar-lhes as condições em que vivia². Mas o jovem rei era um crítico muito severo do pai. Também então se procedeu a nova remodelação e D. Fernando e os filhos solteiros passaram a habitar outra ala do palácio. Mesmo assim, a rainha Estefânia considerou que o paço não tinha nem elegância nem conforto e sentiu-se quase escandalizada com o palácio de Mafra³.

Sobre este último edifício, temos uma breve descrição de D. Fernando, que coincide com a opinião da sua futura nora. Depois de esclarecer que Mafra não possui a vegetação e a frescura de Sintra, o rei de Portugal explica que o palácio de Mafra é um dos maiores edifícios da Europa e significativamente maior do que o castelo de Gotha, mas pouco confortável⁴.

Portugal deve a D. Fernando a preservação de património monumental, então totalmente negligenciado⁵. Quando em 1836 conheceu os mosteiros de Alcobaca e da Batalha, sentiu-se simultaneamente fascinado e chocado com o que viu. Em 1841, diz ao primo Ernesto, então em viagem pelo Sul de Espanha: «Alhambra e os outros monumentos antigos que viste devem ser belíssimos! Infelizmente, podes verificar que na península não se ama os monumentos invulgares e esta barbárie e indiferença de seus habitantes enfurece-me. Se vieres cá, terás também de ver a Batalha»⁶. Mas foi só com a pacificação política após a Regeneração que se reuniram condições para o governo intervir, o que se fez sob pressão direta do rei, que em 1852 apelou ao ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães: «Façam-se diligências para que a Batalha, esse monumento pelo qual eu tenho uma espécie de fanatismo, não siga a sorte de Alcobaca». «Confesso que passei lá umas horas de amargura, porque me pareceu achar hoje o edifício em pior estado de que quando lá passei no ano passado», verificando, por exemplo, que tinham desaparecido vitrais da sala do capítulo, fruto da «indiferença e falta de inspeção»⁷.

¹ Carta da rainha Adelaide à rainha Vitória, Lisboa, 24.10.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 57-59.

² BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 199.

³ LOPES, 2011b, p. 72

⁴ StACo, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto, Sintra, 18.9.1843.

⁵ Salvo indicação em contrário, sigo TEIXEIRA, 1986, pp. 291-301.

⁶ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 12.2.1841.

⁷ Carta de D. Fernando a Rodrigo da Fonseca Magalhães, de 19.4.1852, cit. por TEIXEIRA, 1986, pp. 291, 295.

D. Fernando conheceu o convento de Tomar em 1843. Além do deslumbramento que a célebre janela lhe provocou — ao ponto de nela se inspirar para a que mandou construir na Pena, criando o que já se chamou «a “certidão de nascimento” do neomanuelino»¹ —, o rei pressionou o mais que pôde para que se procedesse ao restauro do convento, o que se fez. Ainda neste período, mandou reconstruir o paço dos condes de Barcelos, depois de o ver em quase total ruína durante a viagem de 1852. Todavia, não foi possível concretizar o plano aprovado. No mosteiro dos Jerónimos, conseguiu que se procedesse à limpeza e colocação de vidros mas foi depois, já no reinado de D. Luís, que se fizeram obras de vulto, projeto em que D. Fernando se envolveu.

Não deve omitir-se que a ele se deve a preservação e/ou restauro de obras-primas como as *Tentações de Santo Antão*, de Bosch, *A Fonte da Vida*, de Holbein, e a custódia de Belém. Refira-se, ainda, a sua ação mecénica junto de tantos artistas plásticos, músicos, atores e cantores².

6.4. Gravura, desenho, pintura e artes decorativas

D. Fernando era um exímio gravador na utilização da técnica da água-forte, que nunca deixou de praticar. Já vimos como, logo em 1836, a sua tia Luísa o procurara consolar nos seus primeiros tempos em Portugal, oferecendo-lhe material de gravação, um compêndio de gravura e uma coleção de águas-fortes de Verboeckhoven. Em 1847 D. Fernando enviou algumas das suas gravuras ao irmão, dizendo-lhe que nessa altura só aos domingos se dedicava a essa arte³. Três anos depois pintava aguarelas, sobretudo estudos de cavalos, considerando que era com o desenho naturalista que se faziam os maiores progressos⁴. Adquirira obras de pintores consagrados, como um Cristo menino entre os escribas «que me parece ser um exemplar de Ribera (Spagnuololetto)» e «um fascinante pequeno Samuel Brueghel (com assinatura e data), uma paisagem com muitas figuras», que lhe oferecera a condessa de Anadia. Esta carta ao irmão que estou a citar é um bom resumo dos gostos e ocupações do rei. D. Fernando diz-lhe que o compartimento onde escreve (nas Necessidades) lhe iria agradar porque está encantador e ornamentado com os dois quadros antigos referidos, que atribuíra a Ribera e a Brueghel; que desenha e grava; que canta (há dias acompanhado a trompa pelo conde

¹ ANACLETO, 1986, p. 103.

² Ver, sobre este assunto, TEIXEIRA, 1986, pp. 253-290.

³ Carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 29.10.1847, pub. por GALVÃO, 1998.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.2.1850.

de Farrobo), o que sempre impressiona *le donne*; que cria cavalos em Mafra; e que termina a carta para ir gozar do ar primaveril no jardim, «um verdadeiro mar de rosas e de outras flores»¹.

Em 1864, D. Fernando terá redigido um estudo sobre o pintor holandês Dirk Stoop (1610-1686), autor do conhecido quadro de D. Catarina de Bragança, executado por altura do seu casamento com Carlos II de Inglaterra. De facto, encontra-se na Biblioteca Nacional um documento com uma anotação de Sousa Holstein, segundo a qual o manuscrito lhe fora entregue em 19 de dezembro de 1864, pelo próprio rei, para que o publicasse anonimamente². O texto analisa alguns quadros de Stoop, que viveu um período da sua vida em Lisboa, tendo sido nomeado pintor da infanta D. Catarina e acompanhando-a depois a Inglaterra. Refere-se também à posse, por parte de D. Fernando, de dois quadros desse artista representando cenas bélicas entre os turcos e uma nação desconhecida. Mais tarde, nas décadas de 1870 e 1880, o rei irá também dedicar-se à cerâmica³.

A paixão pelas artes decorativas e pelo colecionismo extravasa na sua correspondência, pois contava com a ajuda do irmão Augusto e ainda de Dietz para as suas aquisições: em 1847, indo aquele a Paris, pede-lhe que lhe descubra espadas, armaduras e antiguidades em cobre⁴ e em 1850, estando o irmão em Espanha, pergunta-lhe se não consegue encontrar-lhe antiguidades para o seu quarto. Diz-lhe também que há alguns dias fizera uma aquisição magnífica: três jarros maravilhosos, além de quatro taças grandes e uma pequena de prata dourada; «dois destes jarros são a melhor coisa que vi deste tipo e não indignos de Cellini. Estes artigos são dos séculos XV e XVI», mas não dirá mais nada, acrescenta, porque os verá logo que chegue e, nessa altura, como conhecedor que é, lhe dará a sua opinião⁵. No ano seguinte, D. Fernando continuava a recorrer a Augusto: «Espero que [...] não esqueças o teu irmão amante de antiguidades e providencia-me o catálogo de Dresden e diz-me se não haverá algo que se possa encontrar em Viena»⁶. Augusto responde-lhe no mesmo mês: já tinha o catálogo de antiguidades do Sr. Meyer de Dresden, que lhe envia, e refere-se ainda a toalhas de mesa de linho, camurças coloridas, serviços de chá em azul esmalte⁷. Desse catálogo, D. Fernando

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.4.1850.

² BNP, Coleções em Organização, cx. 28A, maço IV.

³ Sobre a criação artística de D. Fernando, ver SOARES, 1952.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 24.12.1847.

⁵ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 22.12.1850.

⁶ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

⁷ ANTT, ACR, cx. 7430, cp. 910-A, carta de Augusto a D. Fernando, [Coburgo], 30.7.1851.

encomendou uma armadura, «algo que em Portugal não descubro de modo nenhum», além de outros objetos, que não especifica, escolhidos por ele e pela rainha¹. D. Fernando passou a receber diretamente os catálogos de Meyer e a fazer-lhe as suas encomendas².

Também Dietz lhe encomendava e pagava as compras na loja de Meyer, remetia livros comprados em Estugarda e informava-o sobre as novidades musicais apresentadas em Viena³.

6.5. Canto

Nas cartas de D. Fernando a Augusto, são frequentes as menções à voz e aos pequenos concertos em que se apresenta. Em 1850 andava entusiasmado com o canto, cujo prazer partilha com o irmão: «Alegra-me que voltasses a cantar: quando se tem voz, deve cultivar-se esse talento. Eu levei isso muito a sério e julgo ter feito progressos. A minha voz está agora tão bem em Baixo como em Barítono, pois atinjo o Fá grave e o agudo, com frequência o Mi baixo e, em dias extraordinários, o Sol agudo. Peço-te que me descrevas também a tua extensão vocal, pois isso interessa-me muito. Creio que o canto é, em todas as circunstâncias da vida, um companheiro bem-vindo»⁴. «O amor pela música cresce dentro de mim, por isso continuámos com os nossos pequenos concertos noturnos. No último, cantei, entre outras coisas, a ária “Podestá” de *La Gazza Ladra*, *O trompetista* de Speyer (alemão) e uma grande ária de Mercadante. Espero que não desistas do canto, para que possas cantar aqui connosco»⁵. Note-se que todos os compositores referidos, Rossini (1792-1868), Guilherme Speyer (1790-1878), famoso pelas suas composições vocais, e Saverio Mercadante (1795-1870), eram contemporâneos de D. Fernando. No ano seguinte, o rei afirma estar muito orgulhoso da sua voz, cantando sem receio e com expressão, e que é a música que consegue «exprimir melhor a nossa natureza sentimental»⁶.

Em Sintra havia um piano excelente que, nas suas estadas de verão, permitiam a D. Fernando continuar a cantar. A aquisição de partituras novas era uma constante. Encomendava-as diretamente, pedia a Augusto música

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 19.8.1851.

² Cf. LC, ms. 477, cartas de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.6.1852, 7.8.1852, 7.11.1852. Sobre a produção artística de D. Fernando e as suas coleções, ver TEIXEIRA, 1986, pp. 222-246.

³ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, cartas de Dietz, Viena, 6.3.1850 e 8.10.1853.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.2.1850.

⁵ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

⁶ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.3.1851.

e letras originais húngaras¹ e à tia Vitória de Kent canções inglesas². No aio dos príncipes, o visconde da Carreira, encontrou um interlocutor à altura. Com ele discutia aspetos técnicos musicais, incluindo por escrito³. Depois, na época da sua regência, em concertos no paço das Necessidades, cantará em dueto com a embaixatriz da Rússia Nadine Ozeroff e as cantoras líricas profissionais Marieta Alboni (1826-1894) e Joana Castellan (1819-1858).

6.6. Paisagística, botânica e animais

Logo nos primeiros tempos de casamento, o rei pensou desenvolver a agricultura e a pecuária, criando uma quinta-modelo. Pretendeu também resolver o problema de abastecimento de água em Lisboa, mandando abrir poços artesanais. Sobre ambos os projetos pediu e recebeu conselhos técnicos do pai, que muito aprovou as ideias do filho⁴. A quinta nunca se concretizou, mas deve-se a D. Fernando o fontanário da Praça de São Paulo, inaugurado em 1849, no dia em que o rei completou 33 anos⁵.

D. Fernando era muitíssimo sensível às variações do tempo e adorava o clima português, que enaltecia constantemente nas suas cartas à família. As paisagens e a sua mutação ao longo do ano encantavam-no e arborizou e ajardinou com paixão. Este gosto, que partilhou com a esposa, já lhe vinha de família. O seu avô Coburgo, como se disse, fora um botânico aficionado. O filho mais velho, Ernesto, seguiu-lhe os passos⁶. É pois natural que o sobrinho lhe falasse dos seus jardins e plantas e os dois trocassem espécimes⁷, o que também fazia com o cunhado Pedro II do Brasil⁸. Não admira, também, que a duquesa de Bragança lhe pedisse sementes de flores para enviar à irmã⁹ ou mesmo que D. Fernando doasse plantas à Real Sociedade Botânica de Londres¹⁰.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 1.9.1851.

² ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, cartas da duquesa de Kent ao rei D. Fernando, Londres, 6.7.1848, e Frogmore, 6.2.1850.

³ BA, 54-X-18 (317), carta do visconde da Carreira ao rei D. Fernando, Lisboa, 14.1.1849.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7432, cp. 913-A, carta do pai a D. Fernando, Viena, 29.1.1838.

⁵ TEIXEIRA, 1986, p. 268.

⁶ StACo, KA, 177, carta do duque Ernesto I ao seu irmão, duque Fernando Jorge, Reihardsbrunn, 16.5.1838.

⁷ StACo, LA, cartas de D. Fernando ao tio Ernesto, Lisboa, 3.6.1839 e 22.5.1843.

⁸ ACR, cx. 7324, cp. 184, carta de D. Pedro II ao rei D. Fernando, s.l., 25.5.1842.

⁹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, a D. Fernando, Lisboa, 6.6.1855.

¹⁰ BA, 54-XI-22 (90), carta da Royal Botanic Society of London, Londres, 29.12.1854.

O tema da beleza das paisagens e sua vegetação surge ainda nas cartas que o rei dirigiu à esposa¹ e era frequente nas que escrevia a Augusto. No inverno de 1850, por exemplo, diz-lhe que procura todos os anos enriquecer os seus jardins com a introdução de novas plantas, que as camélias, belíssimas, florescem ao ar livre e até mesmo as bananeiras e outras plantas brasileiras estão ilesas². Também encomendava aves que lhe povoassem as matas, jardins e gaiolas. Em 1843, chega a Lisboa um caixote com pássaros enviado da cidade do Cabo³, dez anos mais tarde é o cunhado Pedro II do Brasil que lhe anuncia a remessa de uma coleção de pássaros «em número de 702, incluindo 108 géneros e 419 espécies»⁴. Mas no mundo zoológico, D. Fernando elegia os cavalos. Logo em 1839, D. Maria não se inibiu de sugerir à rainha Vitória a oferta de alguns cavalos puros-sangues ingleses para o marido⁵. Quatro anos depois, a prima inglesa oferece-lhe dois garanhões⁶ que cumpriram as suas funções, pois em 1850 D. Fernando diz ao irmão: «Temos agora também um cavalo branco e um castanho, bem bonitos e criados por nós. Também vai chegar um cavalo murzelo, mas são animais muito maldosos, como todos os descendentes de Hamlet, o garanhão puro sangue que me foi oferecido por Vitória, cuja castração resolvemos não fazer. A raça do cavalo murzelo é constituída só por garanhões, muito parecidos com os cavalos húngaros»⁷.

A criação e apuramento das raças da sua coudelaria eram, pois, outros dos interesses do rei, de que regularmente falava ao irmão, outro aficionado. Em 1851, diz-lhe que já conseguiu cavalos belíssimos com cruzamento de sangues inglês, árabe e andaluz, que evita quanto pode as castrações e que gosta muito dos cavalos portugueses, que são ótimos para galope⁸. Depois são os potros que nasceram, um cavalo que morreu e a ferida de um outro⁹, os garanhões pretos que atrela ao factonte e a pequena égua castanha anglo-árabe, que o irmão tanto apreciava e que tem consigo em Sintra para se habituar aos cami-

¹ ANTT, ACR, cx. 7321, cartas de D. Fernando a D. Maria, Sintra, 27.7.1847; Santarém, 11.4.1851; Cabaços, 18.4.1852.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 22.12.1850.

³ BA, 54-XI-22, n.º 87, catálogo dos pássaros de África que vão no caixote dirigido a el-rei D. Fernando II.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta de D. Pedro II ao rei D. Fernando, Rio de Janeiro, 13.9.1853.

⁵ RAW, *Queen Victoria's Journals*, 24.9.1839.

⁶ ANTT, ACR, 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto a D. Fernando, Windsor, 2.10.1843.

⁷ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.5.1850.

⁸ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.3.1851.

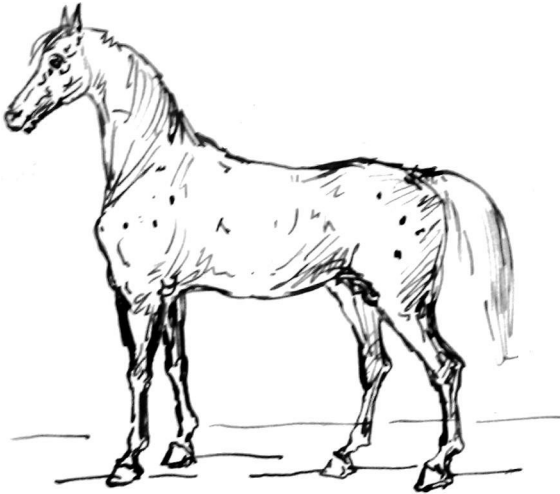
⁹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.4.1851.

nhos da montanha¹. Em setembro, as notícias equestres são menos animadoras e as palavras de D. Fernando demonstram quanto gostava dos seus cavalos:

«O tempo está esplêndido, mas por vezes quente em extremo e por isso terrivelmente seco, pois não choveu em todo o verão. Por essa razão não podemos contar com o pasto para a alimentação dos pobres cavalos. Uma terrível epidemia de anginas, que atacou toda a geração dos potros, afetou a coudeleira. Foi muito angustiante para mim encontrar os pobres animais, que na tua presença estavam tão bonitos, e agora estão tão magros e com a cabeça e o pescoço inchados. Agora essa questão já passou e por sorte não morreu nenhum devido à epidemia. Contudo, este tipo de situação é sempre penosa. Na primavera seria muito necessário um garanhão amansado de uma grande raça árabe, mas onde adquirir um animal com essas características se eu não conheço ninguém que o possa obter?

Já montei aqui algumas vezes a pequena égua castanha, que foi chamada *Aspasia*. É um animal precioso e muito bonito e parece possuir qualidades excelentes. Por causa da grande familiaridade, seria um belo cavalo de senhoras. A égua Isabel, de 2 anos, promete tornar-se num lindo animal, tal como os cavalos baios lá na grande Sappada. Pedro e Luís já abateram aqui 3 gamos, quero em breve sair e ver se abato alguma coisa, mas confesso que sem companhia não retiro prazer das caçadas»².

O rei sente-se tão orgulhoso dos seus cavalos que chega a desenhar um deles, em carta ao primo Ernesto, garantindo-lhe que não está favorecido³:



Esboço de autoria de D. Fernando II em carta ao duque Ernesto II, 18.12.1852. Stratsarchiv Coburg, 6130. Coburgo.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 1.9.1851.

³ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 18.12.1852.

A paixão de D. Fernando pelos equídeos era partilhada com a esposa. Quase sempre prosaica, D. Maria consegue poetizar um pouco as suas cartas ao referir-se às flores e aos cavalos, como, por exemplo, neste trecho que escreveu à rainha Vitória: «Aqui nesta querida Mafra levamos uma vida muito pacífica e campestre, só pensamos em belos passeios e nos nossos potros que são encantadores; na verdade, há-os muito bonitos e não há nada tão gracioso como um potrozinho a correr»¹.

¹ Carta da rainha D. Maria II à rainha Vitória, Mafra, 7.8.1849 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 163-164.

Capítulo 7

Vida social

A vida social das elites tinha um ritmo próprio ao longo do ano. Os bailes concentravam-se nos meses de janeiro e fevereiro, interrompiam-se na Quaresma e retomavam-se, com menos intensidade, depois da Páscoa. No verão, a alta sociedade deixava a capital e instalava-se no campo, aglomerando-se em Sintra. Nesta época os meses de julho e agosto ainda não eram balneares, pois os banhos de mar tomavam-se em inícios do outono, após o regresso do campo. A 29 de outubro, aniversário de D. Fernando, começava a época lírica, que tanto dizia ao rei, encerrando no fim da primavera, estação em que também se convivia muito no Passeio Público à noite, desde 1851, quando passou a estar iluminado a gás, o que permitia a realização de festas.

7.1. Teatro, récitas e bailes

Como já se percebeu, D. Fernando apreciava o convívio elegante e os sa-raus musicais. Tanto ele como D. Maria gostavam também de ir ao teatro, frequentando desde sempre o São Carlos, o Teatro Francês (antigo Teatro da Rua dos Condes), o do Salitre e depois o D. Maria II, cuja primeira representação foi em 1845, e o Teatro de D. Fernando, inaugurado em 1849. Eram assíduos também em salas não abertas ao público, de que é bom exemplo a do conde de Farrobo, e ainda em récitas de amadores onde atuavam membros da nobreza.

As festas organizadas pelo riquíssimo conde de Farrobo no seu palácio das Laranjeiras, que incluía um teatro privativo com capacidade para 600 espectadores, tornaram-se memoráveis. Sobressaiu entre todas a que decorreu

a 23 de fevereiro de 1843 em honra da rainha, do rei, da duquesa de Bragança e da infanta D. Ana de Jesus, na qual o anfitrião gastou 60 contos, uma despesa estapafúrdia. Houve representação teatral, *Le duque d'Olonne*, ópera cómica em francês escolhida pela rainha e que estreara no ano anterior em Paris. Nos intervalos, de uma hora, dançava-se, e, após a ceia, retomou-se o baile até ser dia. A família real retirara-se às 4h30m. Durante e depois da regência, várias vezes o rei voltou com os filhos às récitas e bailes do palácio das Laranjeiras¹.

Os concertos, récitas e bazares organizados para angariar receitas a fim de subsidiar uma instituição ou mesmo uma pessoa surgiram nesta altura. Os monarcas também os frequentavam. A 19 de janeiro de 1843, por exemplo, participaram numa festa com bazar de prendas em casa dos marqueses de Viana em benefício do Asilo de Mendicidade²; dez anos depois foram com os três filhos mais velhos a um concerto cuja receita revertia para um colégio pobre³. Nesta época vieram também a Portugal grandes vultos da música, sendo exemplo maior a estada de Liszt, em 1845. O seu brilhantismo, como compositor e como pianista, aliado à sua naturalidade húngara, não podiam deixar de entusiasmar D. Fernando, a quem o músico já dedicara uma obra. Atuou no São Carlos e foi convidado pelos reis para tocar num sarau em Belém⁴. Os concertos organizados pelo visconde da Carreira em sua casa, onde tantas vezes D. Fernando cantou, deixaram também memória.

Os bailes faziam parte dos ritos sociais obrigatórios das elites, incluindo a família real. Os reis realizavam os seus no palácio de Belém, embora também tivesse havido alguns nas Necessidades. Em janeiro e fevereiro de 1841 organizaram quatro, todos em Belém⁵. Apesar da sua corpulência, a rainha era ágil e gostava de dançar, em geral quadrilhas, recusando-se à inovação da valsa, que considerava muito cansativa. O rei, vienense de nascimento, que deixara a sua cidade quando Johann Strauss (pai) já se impusera, valsava com gosto.

D. Maria e D. Fernando participavam também nos bailes organizados pela Assembleia Lisbonense e pelas principais famílias de Lisboa, como os duques de Palmela, marqueses de Viana, condes de Tomar, Farrobo e Penafiel; e nas «soirées dançantes» dos duques de Saldanha e da Terceira, marque-

¹ TINOP, 1898, pp. 102-106.

² TINOP, 1898, pp. 125-126.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 20.4.1853.

⁴ TEIXEIRA, 1986, p. 138.

⁵ ANTT, ACR, cxs. 3917 e 3918 (documentos de despesa). StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 12.2.1841.

ses de Fronteira e de Lille de Siry (embaixador francês), condes de Pombeiro, condessas de Anadia e de Murça e famílias Freire de Andrade e Pinto Basto¹.

7.2. Em Sintra e no Sobralinho

Como se disse, o verão era passado no campo, mas a vida social mantinha-se animada. «Sintra, naquela época, assim como este ano, estava muito concorrida. O corpo diplomático e o duque da Terceira, que tinha uma bonita habitação, a casa do bom conde de Seia, que era um recurso para os visitantes de Sintra, visto a boa hospitalidade que ele lhes dava, tudo tornava Sintra agradável, e minha mulher, eu, filha e irmão, para ali fomos passar algum tempo», escreve o marquês de Fronteira, recordando o ano de 1841. «Sua Majestade a Rainha dava jantares políticos naquela ocasião, para que tinham a honra de ser convidados os senadores e deputados e, aos domingos, recebia a corte, os altos funcionários e os representantes da nação. A augusta viúva do duque de Bragança também nos honrava e ao corpo diplomático com os seus convites a jantar»².

Nos inícios dos anos de 1840, o duque da Terceira tinha por hábito organizar uma festa no dia de São João na sua quinta do Sobralinho (concelho de Vila Franca de Xira). São conhecidas duas descrições dessas festas, a do marquês de Fronteira e a do príncipe de Lichnowsky. Também D. Fernando, em carta ao tio Ernesto, se refere ao São João no Sobralinho em 1841.

«Não sei se já nas minhas *Memórias* falei nas festas de S. João, em casa do duque da Terceira, onde Suas Majestades lhe faziam a honra de ir passar alguns dias. Era a festa anual da vila da Alhandra, a que Suas Majestades assistiam e onde havia de tudo: festa de igreja com *Te Deum*, touros reais e grande fogo de vista», recorda Fronteira, que prossegue:

«A concorrência era considerável em casa do duque. Os oficiais-mores do paço, os que estavam de serviço a Suas Majestades, ministros da Coroa, alguns diplomatas que vinham de Suberra, de casa do marquês, com o fim de apresentar os seus respetos a Suas Majestades, tornavam a assembleia brilhante e digna dos hóspedes do nobre duque. Eram imensos os convidados que o duque tinha, e nós outros de casa, antigos ajudantes de campo, íamos habitar as casas nas vizinhanças. A elegante residência do duque tornava-se muito animada, os almoços e jantares eram esplêndidos. Suas Majestades por muito tempo honraram anualmente a residência do ilustre marechal, pare-

¹ TINOP, 1898, *passim*; TEIXEIRA, 1986, pp. 135-136.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 289, 291.

cendo que isto muito os divertia, e as vésperas do S. João eram muito festejadas pelos augustos hóspedes»¹.

Referindo-se à mesma ocasião, D. Fernando conta ao tio que estiveram vários dias na casa de campo do duque da Terceira «para celebrar o festival do solstício de Verão, que é sempre comemorado aqui com grande solenidade». Não deixando de ser verdadeiro, o rei adapta a terminologia para ser entendível por um alemão luterano. Depois de dizer que as touradas fizeram parte dos festejos, descreve as lides portuguesas procurando desfazer a ideia de barbárie que os povos do Norte lhes associam.

«Para o Português, mas especialmente para a população rural, não há prazer autêntico sem touros e todos os anos há o mesmo entusiasmo por este entretenimento um pouco selvagem e violento. Contudo, como aqui cortam as pontas dos chifres dos touros e as cobrem com couro grosso, há muito menos acidentes do que nas caçadas à raposa inglesas com os seus saltos alucinantes. É raro alguém morrer nas praças de touros portuguesas, devido à incrível tenacidade dos lidadores. Não sei se admiro mais a sua agilidade ou a sua imobilidade. Recentemente, por exemplo, vimos um dos *capinhas* (que luta em pé) alguns minutos depois de ser dado como morto, assistir ao espetáculo envolto no seu manto e com os ossos da face partidos. No dia seguinte apareceu de novo na praça de touros de Lisboa. Devo confessar que não tenho relutância em assistir ao espetáculo, pois o colorido da multidão e os vários grupos que se apresentam oferecem um cenário peculiar. A multidão é sempre muito animada e às vezes barulhenta, especialmente quando os touros saltam as paredes de madeira que os separam do público. Então, as cenas tanto podem ser muito divertidas como trágicas»².

O príncipe de Lichnowsky esteve nos palácios das Necessidades e da Pena, como foi referido. Presenciou também a festa de São João no Sobralinho. A sua descrição é interessante e merece ser reproduzida.

«O Sobralinho é uma casa de campo muito elegante no estilo das *cottages* inglesas e montada com mais conforto do que é de esperar em Portugal. Em honra dos reais hóspedes tinham-se elevado alguns arcos triunfais e construiu-se uma cidadela em miniatura, onde tremulava o estandarte vitorioso do marechal, e donde Suas Majestades, quando entravam, ou saíam, eram saudadas por alguns tiros de peça. Uma sociedade bastante numerosa tinha-se reunido nos salões da duquesa da Terceira: várias damas jogavam o *whist* e os homens tinham-se aglomerado em torno de um bilhar. Infelizmente, o amável duque estava impedido de aparecer por causa de um ligeiro ataque de go-

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, pp. 289-290.

² StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto Coburgo, Sintra, 1.7.1841.

ta. Alguns momentos depois entraram Suas Majestades; como no campo desaparece toda a espécie de etiqueta, as damas estavam com vestidos de passeio e os homens de sobrecasaca. É isto mesmo o que talvez seria muito para recomendar em algumas cortes alemãs, onde todos os dias, todos os anos, desde pela manhã até à noite, são todos obrigados a aparecer de uniforme rigorosamente abotoado. Dentro em pouco estavam prontos um *phaetonte* puxado a quatro, destinado para Suas Majestades, algumas carruagens para as damas e cavalos para os homens e então partiram todos para a corrida de touros de Alhandra».

«Os reais consortes, no momento da sua chegada, e no da partida, foram saudados pela multidão com o mais vivo júbilo; o rei, no fim de cada corrida, lançava dinheiro aos mais hábeis capinhas, e homens de forçado, os quais se apresentavam junto à tribuna da corte, e faziam as mais respeitosas reverências. Voltámos a casa perto da noite; às 8 horas deu-nos o duque da Terceira um ótimo jantar [...] e dançámos depois durante algumas horas»¹.

Do Sobralinho, os monarcas voltavam para Sintra. No fim do verão, depois de terem estado uns dias em Mafra, era sempre com grande desânimo que regressavam a Lisboa.

7.3. Eventos na corte

Além dos bailes e saraus que a corte organizava, eram obrigatórias as cerimónias determinadas pelo regime político de propaganda ao sistema constitucional e à dinastia. O ano abria com beija-mão a 1 de janeiro, a que se seguia, no dia imediato, a pomposa «abertura das Cortes» ou «Sessão Real da Abertura», na formulação da Carta Constitucional.

Depois, o ano decorria pontilhado pelas celebrações dos dias de gala. A etiqueta da corte portuguesa prescrevia dias de grande gala, que implicavam receção no paço com beija-mão, e dias de simples gala ou pequena gala. As festividades eram determinadas pela comemoração de eventos nacionais e das vidas dos membros da família real. Eram de grande gala os dias 1 de janeiro, 29 de abril (outorga da Carta), 31 de julho (juramento da Carta) e os aniversários da rainha (4 de abril) e do rei (29 de outubro). Nesta época, as classes elevadas dos países católicos comemoravam o onomástico ou «o dia do nome» no dia da festa litúrgica do santo do seu nome. Com exceção do nosso país, este aniversário era mais importante do que o natalício. Assim,

¹ LICHNOWSKY, *Portugal: Recordações do anno de 1842*, pp. 90-92.

em Portugal os aniversários natalícios dos infantes e os onomásticos dos reis implicavam pequena gala. D. Maria celebrava o dia do seu nome a 15 de agosto e D. Fernando a 30 de maio.

Pelo seu significado simbólico de abertura de uma nova era, refira-se a cerimónia de inauguração das obras do caminho de ferro a 7 de maio de 1853, presidida pela rainha e seu marido. Nesse mesmo dia, a condessa de Rio Maior comenta que «ir a rainha começar uma cousa que se não sabe se se poderá continuar por não ser aprovada pelo Corpo Legislativo, é muito ridículo»¹. A obra foi aprovada e revolucionou as comunicações do país. D. Maria II é que já não assistiu, nem pôde beneficiar dos comboios para viajar pelo país e sair ao estrangeiro.

Contentavam-se, pois, com pequenos passeios entre Lisboa, o Alentejo, Caxias, Sintra e Mafra. Em 1850, D. Fernando encomendou em Inglaterra duas viaturas que lhe permitiam transportar toda a família com conforto e velocidade. Eram dois *chairs à bancs*, rapidamente aporuguesados em charabãs, que deram brado em Portugal e no estrangeiro. Já em 1841 o rei pediu ao tio Ernesto se lhe conseguia saber quanto custaria uma viatura desse tipo na Alemanha², dizendo que iria pedir o mesmo a Alberto. Só dez anos depois conseguiu o que queria e ficou radiante. «Cheguei aqui [Sintra] a cavalo. Os outros nos 2 bonitos charabãs [...]. As carruagens, pelas quais esperávamos, chegaram e, para meu grande contentamento, são espantosas. O faetonte, em particular, é muito bonito e confortável e leva 4 ganhões pretos, que recentemente apareceram pela primeira vez oficialmente e foi fascinante. Fomos com eles para Caxias, para nos despedirmos da imperatriz»³. Percursos mais longos, o casal D. Maria e D. Fernando só os fizeram em 1843 ao Alentejo, em 1845 a Tomar e — o único verdadeiramente longo — em 1852 a Coimbra, Porto, Braga e Viana do Castelo.

As visitas de príncipes reais estrangeiros foram algo frequentes durante o reinado de D. Maria II, intensificando-se nos reinados seguintes com o desenvolvimento dos meios de transporte. Como os visitantes de D. Maria eram quase todos seus parentes, foram já referidos em capítulo anterior. Acrescente-se aqui a estada em Portugal do «arquiduque Frederico», em 1842. Creio tratar-se de um neto do imperador Leopoldo II. Frederico tinha então 19 anos e viria a morrer cinco anos depois. D. Fernando ficou satisfeito com a visita, que foi «agradável e barata». Além disso, o jovem encantou-

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 7.5.1853.

² StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto Coburgo, Lisboa, 28.2.1841.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

-se com a Pena. O rei levou-o também a Mafra para uma caçada onde, conta D. Fernando com bom humor, a sua costumada perícia venatória deixou escapar cervos, javalis e até uma raposa¹. Logo depois, chegaram a Portugal o duque de Saxe-Weymar e o filho².

Em outubro de 1847 é Adelaide, a rainha viúva de Inglaterra, que vem a Portugal. Personagem muito mais ilustre, a sua visita foi rodeada de outros cuidados, tendo ido o rei e os membros do governo cumprimentá-la a bordo do navio³. Vinha, na companhia de uma irmã e sobrinha, com destino à Madeira. Em carta à rainha Vitória, sua sobrinha por afinidade, Adelaide de Saxe-Meiningen descreve-lhe uma segunda visita do rei, acompanhado pelos dois filhos mais velhos. Fernando «melhorou muito na aparência e está agora muito bem; tornou-se mais robusto e usa a barba de *sapeur*, que, contudo, se adequa particularmente bem ao seu rosto». Pedro e Luís são «meninos muito simpáticos, nada tímidos e conversando com todos. Estão muito bem educados e falam português, alemão e francês igualmente bem». Depois, quando Adelaide visitou a rainha de Portugal no paço das Necessidades, foi recebida com toda a pompa. D. Maria, muito mais gorda, diz Adelaide, estava rodeada pelos filhos e filhas; e destas, a mais velha é muito parecida com a mãe e a mais nova, «a great pet», a favorita do pai. Num dos dias seguintes, depois de terem estado com a infanta Isabel Maria no seu palácio de Benfica, as duas rainhas e o rei regressaram às Necessidades, onde passearam no «belo jardim». Aí encontraram todas as crianças. Adelaide espantou-se ao ver as infantas de cabeça descoberta e com o pescoço e braços nus sem que estivessem crestados pelo sol. Como seria de esperar, D. Fernando levou a visitante a Sintra⁴.

Por fim, recordem-se apenas as visitas de Maximiliano de Áustria e do duque de Montpensier, ambas em 1852 e já mencionadas porque os visitantes deram o imenso prazer ao rei de muito lhe apreciarem a Pena. Já se referiu também o encantamento do arquiduque Maximiliano pela infeliz princesa Maria Amélia. Quanto à receção a Montpensier, que além de Orleães e cunhado da rainha de Espanha, era também cunhado de Vitória e de Augusto, irmãos de D. Fernando, muito preocupou os reis portugueses, porque

¹ StACO, LA, 6130, carta de D. Fernando ao tio Ernesto Coburgo, Sintra, 4.9.1842.

² Carta da rainha D. Maria à rainha Vitória, Lisboa, 20.11.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 83.

³ VIANA, *Documentos para a história contemporânea: José da Silva Carvalho e o seu tempo*, vol. II, p. 473.

⁴ Carta da rainha Adelaide à rainha Vitória, Lisboa, 24.10.1847 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 57-59.

a infanta/duquesa, que estava grávida, adoeceu, receando-se um aborto e não se sabendo se seria uma febre tifoide. D. Fernando achou-a bela, simpática e enérgica¹. Diferente foi a opinião da condessa de Rio Maior, tantas vezes trocista: «A infanta espanhola recebeu antes de ontem pela manhã as senhoras e homens que lá quiseram ir e que têm direito de ir ao paço. Éramos muito poucas; ela é muito sensaborinha, segundo me pareceu, e o duque de Montpensier é feíssimo e não muito esperto. A duquesa parece ainda estar muito doente. Vai-se hoje embora e acho que é bom que se vá, para que não torne a adoecer aqui».

Depois refere-se à família real portuguesa: «A rainha vai para Mafra na quinta-feira. Este ano não vai para Sintra. As primas [damas da rainha] detestam Mafra e têm razão. As janelas dos seus quartos dão para um dos terraços interiores; este para um saguão e não veem senão cento e tantas janelas de quartos desabitados, o céu e o tal saguão a que não vai ninguém. É de morrer de melancolia»². D. Fernando, que sabia que as damas da corte não gostavam de estar em Mafra, perfilhava opinião oposta à da condessa. Irritavam-no essas criaturas frívolas e incapazes de estar longe de Lisboa, sem «a bisbilhote e tantas outras coisas sem as quais as mulheres comuns não conseguem viver»³. Ele e a rainha, pelo contrário, muito antes da partida sentiam já a tristeza do regresso.

A vida palaciana podia ser muito desgastante com as suas contínuas intrigas, maledicência, agravos e despeitos. Refiro apenas a grave questão que em 1846 afastou do paço Saint-Léger, marquês de Subserra, mestre-sala e ajudante de campo do rei desde que este chegara a Portugal.

Segundo o marquês de Fronteira, apesar de estrangeiro de nascimento e «tendo obtido tudo o que numa corte há de mais alto», Subserra «tornou-se um dos mais figadais inimigos da situação e do conde de Tomar, aproveitando todas as ocasiões para o indispor contra o corpo diplomático; tinha a indiscrição de não poupar seus augustos amos. [...] Os reis, como todos nós, gostam de viver em família; a rainha gostava disto, como boa mãe de família, e na encantadora Pena, em Sintra, rodeada dos seus, fazia servir merendas ou jantares. Em vários jornais franceses apareceram descrições dessas merendas e desses jantares. Sua Majestade, de antiga data prevenida contra o mestre-sala, acreditou que era ele o autor dessas descrições e dispensou-o do serviço de mestre-sala e mesmo de ajudante de campo de el-rei D. Fernando. O conde

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 7.8.1852.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 16.8.1852.

³ Carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 1.9.1851.

de Tomar nada concorreu para este negócio e até quis evitá-lo, mas a rainha ordenou-o. À oposição conveio-lhe que fosse o conde de Tomar o seu autor e mil contos se narraram a esse respeito»¹. Muito mais tarde, a sua filha, marquesa de Rio Maior, dirá isso mesmo, que o pai teve um profundo desgosto ao ser expulso da corte, o que aconteceu por perseguição de Costa Cabral, que temia o seu valimento². Saint-Léger exigiu explicações ao duque da Terceira e recebeu deste uma resposta muito dura:

«Quando em cumprimento de ordens de Sua Majestade a rainha mandei lavrar o decreto que demitiu V. Ex.^a da comissão em que se achava junto d'el-rei, já eu estava informado que V. Ex.^a tinha sido prevenido de que ia ser exonerado da referida comissão, e por consequência, julguei dever poupar-me ao dissabor de diretamente lhe transmitir uma notícia que eu não poderia deixar de considerar que lhe seria desagradável. Se V. Ex.^a refletisse de que o lugar de ajudante de campo d'el-rei só pode recair em pessoas da sua escolha e que a conservação nesse exercício é exclusivamente dependente da sua augusta vontade, por certo não faria a inconveniente exigência de que eu lhe declarasse os motivos que provocaram uma tal medida. Tenho assim respondido a carta de V. Ex.^a de 12 do corrente, entendendo dever dispensar-me de dar explicações acerca de algumas ponderações nela exaradas que sem dúvida não vêm a propósito e que naturalmente foram ditadas debaixo de um sentimento um pouco apaixonado»³.

Meses depois, D. Fernando nutria grande hostilidade pelo seu antigo ajudante de campo. Acreditando que conspirava com o embaixador francês a favor da Junta do Porto, impedindo o apoio da França à causa real, referese-lhe, em trecho já citado, como «homem desprezível em todos os aspetos e grande conspirador»⁴, o que leva a concluir terem sido, de facto, razões de perda de confiança política que provocaram o fim da carreira cortesã de Saint-Léger.

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 50

² COLAÇO, *Memórias da marquesa de Rio Maior*, p. 43.

³ APMAL, carta do duque da Terceira a Saint-Léger, marquês de Suberra, Pedrouços, 15.9.[1846].

⁴ Carta de D. Fernando à rainha Vitória, Lisboa, 19.5.1847, pub. in LEITÃO, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 246.

Capítulo 8

D. Fernando no golpe de 1851 e o início da Regeneração

Como vimos em capítulo anterior, a partir de 1850 cresceu a contestação ao governo de Costa Cabral e sucederam-se as denúncias da sua corrupção. Rodrigues Sampaio na imprensa e o conde do Lavradio na Câmara dos Pares incendiavam os ânimos. Políticos de vários quadrantes uniam-se nas críticas ao chefe do governo, o povo acusava a rainha de cumplicidade nos desvarios do seu ministro e até de manter com ele intimidade ilícita.

A rainha e o rei continuavam a apoiar o conde de Tomar, que trouxera paz à nação e, na verdade, promovera uma série de medidas importantes para a modernização e desenvolvimento do país. Mas estavam isolados e Saldanha, que não perdoava ao primeiro-ministro ter sido destituído dos cargos na corte e nos tribunais, organizava a revolta. O marquês de Fronteira e seu irmão D. Carlos Mascarenhas, indefetíveis cabralistas e respetivamente governador civil de Lisboa e comandante da guarda municipal, souberam-no e avisaram os reis. Segundo o marquês, D. Fernando não acreditou: «Os meus relatórios eram mandados ao ministro do reino, não direi só todos os dias, mas a todas as horas. Eram lidos na presença de Sua Majestade a rainha, que os escutava, mas não acontecia o mesmo a Sua Majestade el-rei D. Fernando nem ao duque da Terceira, que me acusavam de exaltado e à polícia de facciosa». E repete, insistindo na clarividência da rainha, «todos, exceto a rainha, pensavam que o duque de Saldanha não ousaria pegar em armas contra o governo legítimo». António José de Ávila «era de opinião de nada se fazer». «Esta linguagem agradava a el-rei e ao duque da Terceira, mas à rainha, mais perspicaz e mais enérgica nestas crises, não lhe agradava a política;

porém calava-se, porque a sua energia muitas vezes tinha sido olhada, pelas pessoas mais íntimas que a rodeavam, como uma exaltação indiscreta»¹.

É ainda Fronteira que conta que os conspiradores tentaram aliciar o conde de Farrobo, mas este, que frequentava os concertos do paço real, considerou uma traição aos reis aderir a tal movimento e deixá-los na ignorância do que se passava. Recusou, portanto, e avisou o governador civil. Mais uma vez, este acusa o rei de cegueira e indolência: «Preveni a rainha, el-rei, o duque da Terceira e o conde de Tomar. A visita fez-se e o conde do Farrobo explicou-se. A rainha e o conde de Tomar acreditaram-no, mas el-rei e o duque [da Terceira], como lhes fazia preguiça uma revolução lisonjeavam-se com a ideia de que era um estratagema do conde do Farrobo fazendo-se valer para obter proteção para a sua grande questão», que era uma demanda judicial que então mantinha.

«El-rei, quando lhe falei a primeira vez depois deste incidente, analisou o pequeno relatório que tinha feito o conde do Farrobo, achando-lhe muitas incoerências e não lhe dando importância alguma.

O duque da Terceira, a quem muito atormentava a verdade da minha polícia e que queria iludir-se, ficou furioso com as declarações do conde do Farrobo, porque elas vinham em abono do que eu tinha anunciado, e o pobre conde foi posto, por alguns dias, pela rua da amargura, enquanto não luziu a verdade, tanto por el-rei como pelo duque da Terceira e mesmo pelo conselheiro Ávila».

Fronteira passa, pois, a versão de que a conspiração só avançou porque três homens não lhe deram crédito: o rei, o duque da Terceira e António José de Ávila. «Eu pedia incessantemente a suspensão das garantias, para evitar a revolução e proceder contra os revolucionários. Mostrava a necessidade de dar um golpe no centro revolucionário que existia na capital e que era composto do duque de Saldanha, conselheiro José Bernardo, José Lourenço da Luz e outros indivíduos. Isto fazia irritar o duque da Terceira, indispunha contra mim el-rei e, muitas vezes, o conselheiro Ávila se lembrou da minha demissão»².

8.1. A revolta e a guerra

A 7 de abril de 1851, Saldanha saiu de Lisboa e iniciou a revolta da Regeneração. Dirigiu-se a Sintra e daí a Leiria e Coimbra. Contudo, os planos

¹ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 359-360.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 362-363.

não lhe correram de feição porque não se lhe reuniram os milhares de soldados trazidos de diversos aquartelamentos, com que contava. O marechal continuou a sua progressão para norte. No Minho percebeu que estava derrotado e atravessou a fronteira da Galiza. Dá-se então uma reviravolta. José Passos, o antigo patuleia, consegue que o Porto se subleve a favor da revolta anti-Cabral e obtém os meios financeiros para a sustentar. Saldanha regressa ao país e é recebido no Porto como um herói. Tem agora o apoio de que precisa.

Nesta altura, D. Fernando encontrava-se em Coimbra a comandar o exército. O governo e rainha haviam reagido com determinação. Para surpresa (e desaprovação) de muitos, o próprio rei, na sua qualidade de comandante em chefe do exército, pusera-se à frente das tropas e dirigiu-as pessoalmente em perseguição dos revoltosos, logo na tarde de 9 de abril. Começava nova guerra civil, o que seria o acontecimento mais penoso da vida política de D. Fernando. Não por derrotas em campo de batalha ou perdas de vidas, que não houve, nesta guerra singular, mas pela humilhação por que passou. Considerado cobarde por muitos, indolente e inepto no mínimo, o comportamento de D. Fernando, que percebeu que combatia uma causa detestada pela generalidade do país e rapidamente advogou o afastamento de Cabral e a cedência a Saldanha, foi afinal a atitude política mais inteligente, atitude que talvez salvasse o trono de D. Maria II, a quem muitos exigiam a abdicação com a entrega da regência ao chefe da revolta.

Há quem sustente que o rei entrara na conspiração à revelia da rainha. Que o pronunciamento de Saldanha fora secretamente planeado com D. Fernando e que o comando das tropas por parte do rei se tratou, afinal, não só de uma fachada como de uma forma de sabotar a guerra. Nisso acreditou ou disso suspeitou Silva Carvalho, pelo menos em abril de 1851, pois no dia 25 registou no seu diário: «soube que el-rei dois dias antes da partida do Saldanha estivera na tapada com ele boas duas horas e que isto se ocultara à rainha; supõe-se que a partida fora concertada com el-rei, assim como agora a sua entrada no Porto»¹.

Disso o acusará também Costa Cabral, já no exílio, e nisso parece crer a historiadora Fátima Bonifácio depois de conhecer duas missivas inéditas dos condes de Tomar dirigidas à rainha². Na verdade, trata-se de uma cópia não autenticada de um «extrato» de uma carta de Costa Cabral à rainha e de outra cópia, também não certificada, de carta escrita pela condessa de Tomar

¹ VIANA, *Documentos para a história...*, vol. II, p. 483.

² BONIFÁCIO, 2005, pp. 239-240.

remetendo a anterior. Deixando de lado a crítica formal à autenticidade destes documentos, que aparentemente não são autógrafos, nem há provas de que fossem enviados, o que dizem eles? Na cópia do «extrato», Costa Cabral acusa o rei de ser o seu «inimigo capital», «causa principal» das suas «desgraças», pessoa «que dá beijos e abraços nos traidores que o obrigaram a fazer a mais desgraçada figura do mundo», o que pouco difere das apreciações do marquês de Fronteira. Mas afirma também, como Silva Carvalho anotara no seu diário, que D. Fernando «tinha conferências secretas com Saldanha». Por sua vez, no documento atribuído à esposa de Costa Cabral, o que é importante é uma frase em que a condessa pede desculpa pela frontalidade e diz à rainha que precisará de muita «benevolência» para ler as «verdades» «amargas» que vão na carta do marido. Na minha opinião, estes documentos em nada provam o envolvimento de D. Fernando na conspiração de Saldanha, mas apenas, e se forem autênticos (o que talvez sejam), a imensa animosidade que os condes de Tomar nutriam pelo rei e, ainda, como fez notar Fátima Bonifácio, o grau de confiança e intimidade que revelam ter com a rainha ao permitirem-se falar-lhe assim do seu marido. Resta saber, o que não sabemos, qual foi a reação de D. Maria.

Outros testemunhos bem conhecidos, as cartas de D. Fernando publicadas por Ruben Andresen Leitão e a documentação inédita agora localizada, desmentem a versão da cumplicidade do rei no golpe da Regeneração. Vejamos, pois, como se desenrolaram os factos e o que se conseguiu apurar sobre a opinião do rei.

Em março de 1851, no mês seguinte ao nascimento e morte da infanta D. Maria, o escândalo do arrendamento do Alfeite ao primeiro-ministro atinge o auge. Lavradio incendeia os ânimos na Câmara dos Pares no dia 27, como já há muito fazia sempre que surgia novo escândalo. O que pensava disso D. Fernando? Aplaudia Lavradio na oposição a Cabral? Longe disso. Ainda antes dessa sessão tumultuosa, confidenciava ao irmão: «O nosso execrável Lavradio, que é para mim um dos homens mais falsos e vingativos à face da terra, está também este ano nas Câmaras, onde o catavento faz a oposição de Saldanha. Eu não seria tão impaciente com estes senhores se a sua oposição se tangesse a princípios e não a inveja e ódio pessoal contra este ou aquele, o que é, de facto, o seu principal fundamento. Saldanha é a este respeito, uma coluna muito baixa e bastante diferente do que se pensa. De qualquer forma, aqui não há ninguém completamente inocente»¹. Se o rei estivesse ao lado dos

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.3.1851.

conspiradores anti-Cabrais, dificilmente expenderia tais pareceres. D. Fernando não era totalmente injusto. Parte dos opositores de Cabral moviam-se mais por aversão pessoal e busca dos seus interesses do que por defesa de princípios políticos, aliás, díspares entre eles. Quanto a Saldanha, não era e nunca será de confiança, dada a sua enorme insensatez, jactância e permanente versatilidade.

Em inícios de abril, quando a conspiração de Saldanha estava já preparada, escreve o rei ao irmão, no único parágrafo que nessa carta dedica à política e que é claro testemunho sobre o que pensava da situação e da personalidade de Saldanha: «Em geral, agora sou mais filosófico, insensível, mas também [posso ser] muito mais impaciente e violento do que nunca. Há certos dias em que com prazer quero lutar contra o mundo inteiro. Aconteceu-me isto nas últimas semanas devido ao que sucedeu na Câmara dos Pares, que talvez ainda tenha o prazer de ver cair, pois é completamente insuportável [...]. Estas coisas só podem provocar natural aversão aos políticos. Saldanha está agora completamente doido e até talvez mesmo algo pior. Sobre Lavradio escrevi noutro dia e só posso acrescentar que participou nessas discussões inflamadas de agitadores»¹. Basta este trecho para destruir a teoria de conluio entre D. Fernando e Saldanha. Uma frase de Rodrigo da Fonseca Magalhães, escrita a 24 de abril, quando o rei já se encontrava em campanha, aponta no mesmo sentido: «Há coisa séria, sem dúvida, porque el-rei creio que abriu os olhos»². Aliás, o marquês de Fronteira, cabralista e a testemunha mais hostil a D. Fernando nesta conjuntura, nunca o afirma. Pelo contrário, diz que o rei reprovou a conduta do duque de Saldanha³.

A decisão de entrega do comando das tropas ao rei é apresentada por Fronteira como ideia de Costa Cabral, o que, possivelmente, é verdade: «O presidente do conselho propôs logo a partida de toda a guarnição de Lisboa e a concentração das forças do Alentejo debaixo do comando de el-rei D. Fernando, tendo por chefe de estado maior o marechal duque da Terceira». No dia 8 de abril, «decidiu-se que a marcha de el-rei para o interior do reino teria lugar no dia seguinte, o que muito desgostava alguns dos que marchavam, não por falta de coragem, mas por preguiça»⁴. Sem dúvida alguma que o marquês incluía o rei neste grupo.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.4.1851.

² Carta a Reis de Vasconcelos in PORTUGAL, *Memórias do Conde do Lavradio*, vol. III, p. 299.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 373.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, pp. 371-372.

Os reis não podiam, como é óbvio, pactuar com um golpe militar que pretendia derrubar um governo empossado pela rainha, por mais odiado que fosse o seu chefe. A sua atitude só podia ser de condenação, mas teria sido mais criterioso entregar o comando das tropas ao marechal duque da Terceira, o que não se fez por se entender que este não tinha a força simbólica necessária. Na verdade, D. Maria e D. Fernando foram pouco sensatos em concordar que o rei comandasse pessoalmente um exército que combatia portugueses que não se haviam declarado formalmente contra a Coroa. Ter o rei de Portugal a guerrear compatriotas fazia dele o inimigo e compreende-se que muitos sublevados viessem a reivindicar a destituição da rainha ou mesmo da dinastia. Na sua jornada, o rei percebeu rapidamente que a causa do governo estava perdida e atuou de forma pragmática, fazendo valer as suas qualidades conciliatórias junto de Saldanha e dos seus apoiantes. O seu comportamento — na verdade a antítese do que se esperaria de um intrépido militar — foi vilipendiado pelos cabralistas, sendo exemplo maior o que o marquês de Fronteira perpetuou nas suas *Memórias*. Considero, porém, que a atitude do rei, que não quis ser herói de guerra nem nunca teve tal propensão, pode ter salvo o trono da esposa e, mais importante, a paz dos portugueses.

Ao sair de Lisboa, D. Fernando fez publicar a seguinte ordem do exército:

«Bravo e leal exército português! Um general, cujo primeiro dever pelos princípios de honra e pelas leis militares, é respeitar o trono, as suas constitucionais prerrogativas e manter a disciplina, cometeu o inaudito e injustificável atentado de insubordinar e sublevar alguns corpos do exército português. Este criminoso procedimento há de ser devidamente avaliado pela nação.

Bravo e leal exército português! Na qualidade de comandante em chefe, eu sou o primeiro a respeitar o livre uso das prerrogativas da Coroa. Os militares, essencialmente obedientes, não podem nem devem intrometer-se nos negócios políticos: o procedimento contrário é um atentado contra Sua Magestade a rainha, contra a Carta Constitucional e contra a ordem pública.

Confiando na vossa lealdade e certo do vosso patriotismo, não hesitei um momento em me pôr à frente dos bravos, que tenho a satisfação de comandar, e a quem há de competir a glória de sufocar a rebelião.

Quartel general no Paço das Necessidades, em 9 de abril de 1851. El-rei, comandante em chefe do exercito»¹.

¹ In SECCO, *Memórias do tempo passado e presente*, vol. 2, p. 444 e também em PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 296.

No dia seguinte o rei desembarcou em Santarém, onde estacionou até ao dia 16, para desespero dos mais exaltados, a quem o rei chamava, em português, «papalvos»¹. «O alto que Sua Majestade fez em Santarém foi incompreensível e a marcha de Santarém para Coimbra, pela estrada velha, foi muito demorada, em consequência do mau caminho e de ter chovido»². De facto, nas suas cartas à rainha, D. Fernando queixa-se continuamente do estado das estradas portuguesas e de como ele e as suas tropas se encontram exaustos. O desespero devido às más vias de comunicação leva-o a lamentar este belo país mantido «num estado de selvajaria». E no seu imenso desconforto pessoal não evita uma imprecação: «Deus confunda aqueles ou aquele que é a causa de tantas contrariedades, fadigas e despesas»³.

No dia 20 de abril, Domingo de Páscoa, D. Fernando chegou finalmente a Coimbra. Daqui temos o testemunho de António de Sousa Henriques Seco (1822-1892), um professor universitário anticabralista que virá a desempenhar papel político proeminente na cidade. A receção que Coimbra reservou ao rei foi gélida: «El-rei foi e nem podia deixar de ser acolhido com todas as demonstrações oficiais devidas à sua elevada categoria; mas é também certo que outras não podia ter, porquanto Coimbra deplorava, como o país todo, ver el-rei à frente dos soldados cuja missão era sustentar uma das situações mais obnóxias que Portugal haja suportado. A cidade ficou pois silenciosa na presença do rei que entrava. E não obstante el-rei mostrava-se sempre atencioso e afável». A população aderira ao movimento de Saldanha e, assim, «do silêncio da receção, Coimbra passou a um ato positivo de reprovação para com o governo, dirigindo a el-rei uma representação na qual pedia a demissão do ministério cabralista».

Todavia, «foi tarefa um pouco difícil o arranjar cidadãos que se prestassem ao mister. Escusavam-se até alguns de acentuadas ideias políticas e que não eram tidos na conta de pusilânimes. Não o ocultemos; incutia certos receios a ideia de ir a um quartel-general, que vinha para aniquilar os sublevados, implicitamente representar em favor destes mesmos, que a tanto equivalia pedir a demissão do conde de Tomar. Seria a comissão enviada dos paços da Universidade para a cadeia do Aljube? Seria ao menos severamente despedida? Digamos a verdade, para obviar a estes contratempos havia somente fiador na reconhecida bondade e prudência do rei D. Fernando». Mas logo na manhã seguinte um grupo de homens mais arrojados pediu para ser rece-

¹ ANTT, ACR, cx. 7231, carta de D. Fernando a D. Maria, Santarém, 11.4.1851.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 375.

³ ANTT, ACR, cx. 7231, carta de D. Fernando a D. Maria, Cabaços, 18.4.1851

bido pelo rei, ao que este anuiu, e apresentou-lhe uma exposição em nome dos habitantes de Coimbra. «Julgou-se el-rei incompetente, na sua qualidade de comandante em chefe do exército, para aceitar a representação, acrescentando que reconhecia o direito de petição e podiam portanto dirigir-se a Sua Majestade a rainha»¹.

É claro que na versão de Fronteira «el-rei fez um tristíssimo ato em Coimbra, deixando os estudantes aliciar as forças do seu comando». «El-rei montou a cavalo para debelar a revolta. A revolta era a queda do ministério. O general rebelde proclamava à nação, chamando corrupto ao ministério e a nós *concussionários*. O general em chefe, o Sr. D. Fernando, não proclamava, mas dirigia epístolas a sua augusta mulher, pedindo-lhe, em nome do exército e do país, a mudança do ministério. O bom senso da rainha fazia com que as respostas fossem: *Debela a revolta e depois pensaremos no que havemos de fazer*»².

De facto, a 21, no dia em que recebeu a deputação coimbrã, o rei escreveu à rainha e a Costa Cabral, pedindo-lhe que se demitisse. Este respondeu que o faria quando acabasse a crise, impondo, portanto, as suas condições. D. Fernando voltou a escrever-lhe instando-o a que o fizesse de imediato³. Entretanto, dá-se a sublevação militar do Porto, que adere à revolta. No dia seguinte, a rainha assinou o decreto que exonerava Costa Cabral de presidente do Conselho e de ministro e secretário de Estado do Reino. O duque da Terceira foi nomeado chefe do governo, mantendo-se interinamente os outros ministros. Depois, a chefia do governo foi entregue a Saldanha. «A resistência tinha cessado, uma vez que o marido da rainha, sem consultar a augusta mulher nem os ministros, se pôs em correspondência com o chefe da revolução»⁴, acusa o marquês de Fronteira, que é implacável com D. Fernando nesta insurreição de 1851. «A rainha, com a circunspeção de que era dotada, não queria por forma alguma dar confiança a nenhum dos seus súbditos para murmurar da conduta de el-rei, ainda que muito a reprovava»⁵. Contudo, o conde de Lavradio, anticabralista, ao registar a 30 de abril uma reunião que tivera com a rainha nesse mesmo dia, nota: «Sempre que me falou do conde de Tomar, mostrou por ele uma grande indiferença e quase desprezo e, quando falava em el-rei, mostrava um grande sentimento de

¹ SECCO, *Memórias do tempo passado e presente*, vol. 2, pp. 334-338. Ver representação feita em nome dos habitantes de Coimbra nas pp. 445-446.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 376.

³ Cf. PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 300.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 384.

⁵ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 387.

amor, dizendo-me, com grande indignação, que não ignorava o que no Terreiro do Paço certas pessoas tinham murmurado de el-rei, sustentando até que ele se tinha bandeado com a *patuleia*»¹.

Em Coimbra, D. Fernando viveu momentos de amarga humilhação: a 27 de abril Saldanha foi recebido triunfalmente no Porto e nessa noite «a quase totalidade dos lanceiros que acompanhavam o Sr. D. Fernando e duas companhias do regimento de infantaria n.º 16 tomaram a estrada do Porto, e certamente, a não ser a presença de Sua Majestade, nem um só soldado e poucos oficiais deixariam, durante a mesma noite, de seguir-lhes as pisadas». Henriques Seco, anticabralista, desdramatiza o que aconteceu e louva o procedimento do rei. «No intuito de pôr cobro ao desmoroamento geral das tropas estacionadas em Coimbra, que era de recear, por virtude da saída de partidas singulares para o Porto, e talvez ao pronunciamento que poderia efetuar-se mesmo junto do quartel-general; e principalmente porque a conservação das referidas tropas aqui deixava de ser justificada desde que houve a certeza da demissão do ministério cabralista, resolveu o mesmo quartel-general a retirada para a manhã do dia 28 de abril»². «No trânsito pelas ruas da cidade, conquanto a tristeza devesse ir-lhe na alma, mostrava-se el-rei todavia sempre cortês para com todos; e posto que lhe soassem aos ouvidos as vozes de adesão à pessoa e à causa do marechal, mormente no Largo da Portagem, onde a aglomeração dos habitantes era maior, teve, não obstante, ocasião de observar que o povo lhe não era pessoalmente hostil; todos se descobriam em sinal de respeito e saudação a Sua Majestade»³. Já na estrada, por alturas de Condeixa, muitos mais soldados o abandonaram, seguindo para o Porto. A versão dos acontecimentos de Coimbra na pena de Fronteira é bastante diferente, referindo-se à «quase fuga» do rei.

Possivelmente o que ocorreu em Coimbra foi mais penoso para D. Fernando do que inculca a versão do doutor Seco, mas perfilho a sua apreciação do comportamento político do rei nesta guerra. «El-rei o Sr. D. Fernando procedeu com verdadeiro e louvável tino nesta difícil conjuntura. A guerra civil cifrava-se até este momento somente em marchas e contramarchas; e, se destas houvesse de passar-se aos tiros, não era então, nem é hoje mesmo, possível calcular até onde chegaria o desencadeamento das paixões. O país repe- lia os Cabrais, era necessário fazer-lhe a vontade». «É na solução ganhava também a dinastia, pois que para perder não era mister que a parcialidade re-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 304.

² SECCO, *Memorias do tempo passado e presente*, vol. 2, pp. 361-362.

³ SECCO, *Memorias do tempo passado e presente*, vol. 2, p. 367.

publicana tivesse já então como hoje tem, representação parlamentar e um bom cortejo de adeptos»¹.

A avaliação de Fronteira é diametralmente oposta: «Sua Majestade el-rei, naquela ocasião, estava dotado duma resignação cristã. As receções diárias do corpo académico eram a maior humilhação por que um rei pode passar. Principiaram por lhe pedir a demissão do ministério: dada ela, felicitaram-no. Felicitaram-no pela revolta do Porto; felicitaram-no pela entrada do duque de Saldanha; estiveram quase a felicitá-lo pela abdicação de sua augusta mulher, o que esteve para acontecer, tanto em Lisboa como no Porto. Estou certo de que, se isto acontecesse, a felicitação seria recebida com a mesma benevolência, porque a prudência era o característico do general em chefe das forças da rainha naquela campanha»². Cobardia absoluta e traição à sua rainha e esposa — é disso que Fronteira o acusa, malevolamente, deixando-se conduzir pelo ressentimento. São também dele estas palavras: «Quem fez triunfar a revolução no Porto não foi o seu chefe, porque fugiu; não foram os coronéis Joaquim Bento e Cabreira, porque estavam a trinta léguas de distância: foi o ex-vice-presidente da Junta do Porto [José Passos], com os meios que lhe deram os revolucionários para comprar a guarnição, e foi a conduta inexplicável do comandante em chefe das forças da rainha, o Sr. D. Fernando. Só a estes devemos o triste resultado da revolta»³.

A 1 de maio, dia em que foi nomeado um governo transitório presidido por Saldanha, *A Revolução de Setembro* pediu a abdicação da rainha a favor de D. Pedro, na altura com 13 anos. O marquês de Fronteira sustenta que Saldanha pretendia ser regente do reino e que não se tome tal asserção como resultado de rancor da sua parte porque o soube pelo próprio⁴. Desta vez inclino-me a acreditar nele. Saldanha era intrinsecamente megalómano e desleal. Aliás, quis fazer o mesmo em 1870, destituindo D. Luís para se proclamar regente em nome da criança que então era D. Carlos⁵.

Na sua viagem de regresso, D. Fernando comunica à rainha estar encantado com tudo que ela fazia, pois «não há remédio» e «não é nenhuma vergonha para nós, porque todo o país reclamava a queda do conde de Tomar.

¹ SECCO, *Memórias do tempo passado e presente*, vol. 2, pp. 363-364.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 395.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 379.

⁴ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 400.

⁵ Há quem duvide ter sido essa a verdadeira intenção de Saldanha, assim como há quem acredite que ainda queria ir mais longe: proclamar a república e fazer-se nomear presidente. A rainha Maria Pia viu na Saldanhada uma tentativa do velho marechal para destituir o rei (LOPES, 2011b, pp. 188-189).

Acho excelente, digna e muito bem escrita a tua carta a Saldanha e espero que ele não hesite em vir, porque tomou sobre si uma enorme responsabilidade». Em relação ao seu desembarque, visto não ser possível na Pampulha, o rei considera que deve ser no Arsenal, pois em Belém seria interpretado como fuga para não ser presenciado pela população, o que não quer porque não se arrepende do que fez¹. A sua opinião não foi seguida e a acostagem, a 3 de maio, fez-se em Alcântara, indo a rainha recebê-lo com todos os filhos. Como o vapor não assinalava a presença do rei a bordo, o desembarque passou praticamente despercebido, o que provocou o que rei temera. Silva Carvalho dirá que «chegou el-rei, incógnito, pela tarde»². No mesmo dia, *A Revolução de Setembro* clamava: D. Pedro IV «não quis mais pôr nos ombros a púrpura que lhe tinham desacatado. Esse príncipe veio depois para a Europa e obrou gentilezas de soldado para dar um reino a sua filha. Nessa investidura real havia recomendações sagradas e boas lições de reinar: a abdição era uma delas. Mas pouco vale o exemplo paterno para quem o decoro nada importa»³.

D. Fernando pediu a exoneração do cargo do comando em chefe do exército, que não mais viria a assumir. Do Porto, Saldanha respondeu à rainha de forma submissa, afastando o espectro da abdição, e foi reconduzido nos seus cargos palacianos. Contudo, corriam rumores de que logo que o marechal desembarcasse seria proclamada a sua regência pela multidão que o esperava. Finalmente, a 15 de maio, Saldanha desembarcou. Foi, de facto, recebido em triunfo, mas não houve qualquer pronunciamento a favor da sua regência. Dias depois é constituído o novo governo e logo de seguida chegam a Portugal, de visita à família, os príncipes Augusto, Clementina e filhos. D. Fernando dirá ao seu primo Ernesto que não deseja ao pior inimigo o que viveu e que está convencido de que perdeu anos de vida⁴. Também o cunhado, imperador do Brasil, se aflige com a situação portuguesa, opinando que infelizmente não se enganou sobre Costa Cabral. Quanto a Saldanha, afirma, pouco há a esperar dele. Foi apoiado por «população incauta, que aceitaria o próprio diabo contando que expelisse do governo o Costa Cabral»⁵.

¹ ANTT, ACR, cx. 7321, carta de D. Fernando a D. Maria, Azambuja, 2 de maio de 1851.

² VIANA, *Documentos para a história contemporânea...*, vol. II, p. 485.

³ In PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. III, p. 311.

⁴ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Lisboa, 19.9.1851.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta do imperador D. Pedro II ao rei D. Fernando, Rio de Janeiro, 10.6.1851.

8.2. O início da Regeneração

Uma remodelação governamental, em julho, faz entrar no governo Fontes Pereira de Melo, o político que irá marcar as décadas de bonança que se seguirão. Na altura, como é óbvio, ninguém o adivinhava. Dietz, lá longe em Viena, continuava a seguir atentamente os acontecimentos, comentando-os abertamente com o rei: lamenta que mais uma vez se revelasse a indisciplina do exército, cuja culpa agora deve ser imputada a Saldanha, que já tantas vezes errou; confia nas capacidades do ministro do Interior, que era Rodrigo da Fonseca Magalhães, mas teme que rapidamente Saldanha se desfaça dele. Quanto ao conde de Tomar, embora lhe reconheça talentos excepcionais — que, porém, não incluem a sensatez —, pede a Deus que o ilumine para que consiga convencer-se de que a sua existência política é perigosa e prejudicial ao país e à rainha. Mas teme que, devido à generosidade de Rodrigo para com a família do conde e sobretudo à ambição desmedida da esposa de Costa Cabral, este regresse rapidamente¹.

Para Augusto, D. Fernando comentara desta forma a reestruturação do governo: «Saldanha organizou um novo ministério. Nós não desempenhámos qualquer papel neste assunto e desaprovo sempre a forma como se desembaraça dos seus colegas, embora esta mudança talvez fosse mesmo necessária [...]. Fico contente com a entrada de Magalhães [Rodrigo da Fonseca Magalhães], pois ele é um homem talentoso (apesar de ser uma verdadeira raposa), e que nos últimos tempos se comportou muito bem em relação a nós»². O rei só escreveu o que acabou de se citar para que o irmão o transmitisse ao pai, que, se estivesse bem de saúde, havia de querer saber. Nem Augusto nem D. Fernando perdiam muito tempo com política. O rei de Portugal cada vez a detestava mais. Em finais de agosto, desconhecendo que entretanto o seu pai falecera, diz: «Por aqui, até hoje a tranquilidade não foi perturbada, mas sabe Deus o que está para vir com as eleições, principalmente porque o partido conservador é insensato e fragmentado e é conduzido pelo ódio e pelo exclusivismo, como parece ser em todos os países»³. Dias antes fora mais cortante:

«A política de cá repugna-me ao mais alto grau e, na minha visão da vida, a função de governar é das mais tristes que se pode ter à face da terra. Contu-

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 31.7.1851.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 8.7.1851.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Mafra, 1.9.1851.

do, quando se é aí colocado pelo destino, há que desempenhar o seu dever enquanto se pode. Há conspirações por todos os lados e ideias de reacções disparatadas, mas penso que pelo menos as pessoas sensatas nos fazem a justiça de crer que nós não aprovamos nenhuma destas loucuras. O género feminino é particularmente intolerante e louco em Lisboa, portanto relaciono-me cada vez menos com ele»¹.

Em outubro o rei continua a lamentar-se, mas a paz instalara-se. Aliás, nesta longa carta só dedica à política as seguintes palavras: «estamos em pleno período eleitoral, por isso não pensamos em mais nada. Para mim isto é sempre um horror e dificilmente vejo a poesia do sistema constitucional, na qual eu ainda quero acreditar. Podes imaginar como todos os diferentes partidos se digladiam, mas o país até agora está pacífico e também espero que o resultado não seja muito mau»². De facto, entrara-se, finalmente, numa era em que as dissensões eram luta política e não golpes de Estado e combates armados.

Havia agora possibilidade de fazer viajar a família real pelo país a fim de concitar a fidelidade e o entusiasmo das populações. Um casal unido com os dois filhos mais velhos muito jovens, bonitos e educados, era uma forma de o conseguir. As cidades de Coimbra e Porto, tradicionalmente rebeldes, e o Minho, onde as simpatias miguelistas ainda tinham alguma força, eram os principais baluartes a conquistar para os encantos da dinastia. D. Fernando desejava esta viagem há muitos anos e aguardava-a com entusiasmo, explicando ao irmão «é muito necessário que a família real apareça nas províncias do Norte, onde muitos ainda são devotados a D. Miguel»³. O príncipe Alberto dirá o mesmo: a viagem da família real portuguesa é uma ótima iniciativa da qual o primo só poderá colher bons frutos, porque conseguirá a adesão do país e ficará familiarizado com ele⁴.

O séquito dos monarcas e dos dois infantes foi constituído pelos cortesãos: duque de Saldanha, mordomo-mor; D. Maria das Dores Sousa Coutinho, dama da rainha; visconde da Carreira, aio dos príncipes; Tomás de Melo Breyner, camarista; barões de Sarmiento e da Foz, ajudantes de ordens do rei; Frederico Kessler, médico; António Severino Alves, estribeiro. O príncipe real deixou-nos desta viagem um diário onde registou com minúcia os lo-

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Sintra, 19.8.1851.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 27.10.1851.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 8.4.1852 (datada, por lapso, de 8.3.1852).

⁴ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto a D. Fernando, Windsor, 16.4.1852.

cais visitados, as autoridades civis e militares com quem privaram, as paisagens, as diferentes atividades económicas, etc.¹. Nas palavras de D. Pedro, então com 14 anos, o objetivo era «ver os povos e conhecer as suas necessidades e examinar quais os melhoramentos de que pudesse resultar maior utilidade para o país» e contrariar aqueles a quem «desagradava a reconciliação desta Nação».

A viagem iniciou-se com o embarque no Arsenal às 8h da manhã de 15 de abril de 1852 rumo a Vila Franca de Xira. Daqui, prosseguiu-se por terra para Alcobaça, Leiria, Pombal, Coimbra, Cantanhede, Montemor-o-Velho. O rei e D. Pedro foram ainda à Figueira da Foz. Depois seguiram para o Porto. Nesta cidade, como sucedera em Coimbra, o regozijo demonstrado pelas populações excedeu as expectativas. Visitaram a seguir Braga, Barcelos e Viana do Castelo. O regresso fez-se com segunda estada no Porto e em Coimbra. A 1 de junho pernoitaram em Mafra, «onde foram recebidos com o maior entusiasmo e alegria daquele povo, que tanto aumento devia à rainha, desde que a mesma Senhora se determinou passar ali algum tempo de verão»². No dia seguinte chegaram a Lisboa.

Henriques Seco, anticabralista já mencionado, descreve com entusiasmo a estada da família real em Coimbra de 23 a 26 de abril. E conclui: «Como síntese da visita da Corte às províncias do norte pode dizer-se, com afouteza, que não somente se desvaneceram antigos melindres entre a mesma Corte e os povos, mas se restabeleceu uma recíproca e saudável confiança (qual deve sempre reinar entre governados e governantes), que somente era possível depois que a Regeneração restituiu ao país a liberdade legal»³. A viagem fora de facto um êxito. D. Fernando sentia-se satisfeito. «Regressámos a Lisboa, ficaram para trás aflições e dificuldades da viagem, mas permanecem as mais agradáveis lembranças, a receção amistosa e alguns lugares maravilhosos»⁴. A causa miguelista estava neutralizada tanto no país como no exterior. Em maio o ministro da Rússia em Londres garantira a Lavradio que «nem o imperador nem nenhum dos seus ministros receberá nem dará atenção alguma aos emissários de D. Miguel»⁵.

No mês imediato ao regresso dos reis à capital, é aprovado o 1.º Ato Adicional à Carta Constitucional e três dias depois D. Pedro presta juramento

¹ BA, 54-XI-31 (2). Publicado em BRAGANÇA, *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, vol. I, pp. 1-50.

² BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelíssimo...*, pp. 74-75.

³ SECCO, *Memorias do tempo passado e presente...*, vol. 2, p. 493.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.6.1852.

⁵ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, p. 115.

nas Cortes, o que foi condignamente celebrado, para grande «estafadeira» dos cortesãos e damas honorárias, nas palavras da condessa de Rio Maior, que pertencia a esta última categoria. «Fui às 11 horas menos um quarto para as Cortes. O príncipe prestou o seu juramento em voz muito alta e inteligível. Depois fomos a correr à Sé, assistir ao *Te Deum*. Em seguida o beija-mão nas Necessidades, que acabou depois das 4 horas porque se esteve à espera que chegasse gente»¹.

Em agosto surge um novo ministério, o das Obras Públicas, presidido por Fontes Pereira de Melo, e em maio do ano seguinte D. Maria e D. Fernando inauguram os trabalhos da via-férrea, em Xabregas. Abria-se uma nova época que prometia paz e progressos materiais. Mas a rainha teve a infelicidade de falecer quando a situação política do país finalmente lhe sorria.

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 9.7.1852.

Capítulo 9

Viuvez e regência (1853-1855)

9.1. Morte da rainha

Em 1853, como habitualmente, a família real passou os meses de julho e agosto em Sintra e em Mafra. A 5 de setembro o casal e os três filhos mais velhos regressaram a Lisboa, ficando as infantas e os dois irmãos mais novos retidos em Mafra a convalescer de papeira durante mais duas semanas¹.

D. Maria estava no sétimo mês de gravidez, cada vez mais gorda e com aspeto doentio. «Era necessário não ter olhos para não ver na fisionomia de Sua Majestade quanto era precário o seu estado de saúde e quanto era imprudente que, anunciando-se o parto para o mês de novembro, continuasse a ir tão assiduamente ao teatro», afirma o marquês de Fronteira. Segundo o mesmo, durante a temporada que passara em Sintra a rainha não se coibira de fazer tudo o que lhe agradava, para aflição dos médicos e das suas damas. Contudo, declara, nem ela nem o marido se preocupavam. «O repouso era a opinião dos médicos; mas as excursões a cavalo, de burro, a pé e de carruagem, eram diárias»². É possível que o marquês fosse de novo injusto em relação ao rei, que sabia, como todos, que o parto era de risco. No seu diário, que iniciou horas após a tragédia, D. Fernando escreve: «A sua constituição, naturalmente robusta, tinha de se ressentir de tantas gestações seguidas»³.

¹ BASTOS, *Memórias para a historia de el-rey fidelissimo...*, pp. 79-80. O marquês de Fronteira afirma que regressaram em princípios de outubro. BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 455.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 455.

³ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15.11.1853, 1.^a pág.

A rainha Vitória, tão massacrada como a de Portugal com gravidezes sucessivas e com muito menos espírito de resignação perante o sofrimento e perigos dos partos, enviou a D. Fernando dois frascos de clorofórmio, pedindo que os entregasse ao Dr. Kessler e que não deixassem de os usar porque estava muito preocupada, pois Maria passara muito mal nos dois partos anteriores. Insistia nas vantagens do uso da substância que já salvara a vida de tantas mulheres e dos seus filhos, além de lhes atenuar as dores, e esclarecia ainda que o bom clorofórmio só se encontrava em Edimburgo e que, portanto, não podia deixar de o enviar¹.

No dia 13 de novembro, D. Maria foi ainda ao teatro e no dia seguinte teve uma crise intestinal que ocultou a todos, incluindo médicos e marido². Nessa noite entrou em trabalho de parto. Dispomos de vários testemunhos sobre a tragédia. Um deles é o relato que a sua camareira-mor, duquesa de Ficalho, enviou ao irmão, o conde do Lavradio.

«Às duas horas depois da meia-noite do dia 14 para 15, recebi ordem para ir para o paço, onde cheguei perto das três. Achei já a imperatriz no quarto da rainha, para onde entrei logo, achando Sua Majestade incomodada e mesmo pouco fora do seu costume. Assim estivemos até às cinco horas e então saímos ao quarto imediato e perguntámos ao Teixeira o que achava, dizendo-nos: *Sua Majestade vai bem, mas devagar*. Eu não gostei; e assim se foi passando até às oito horas e meia. Então é que o Teixeira chamou os facultativos, que estavam fora e que não tinham visto a rainha, e, logo que a examinaram, decidiu-se a horrível operação. Os facultativos eram o Teixeira, o Farto e o Kessler e os médicos eram o Elias e o Benevides. O Kessler deu logo o caso por muito perigoso.

Começou-se a operação. Eu subi para cima da cama. Do lado direito, a imperatriz, toda debulhada em lágrimas; a rainha com ânimo, sem ter um desmaio, mas com muito mau parecer e, queixando-se de que sofria bastante, disse com a sua voz natural:

“Ó Teixeira? Se tenho perigo, diga-mo; não me engane”.

A imperatriz desceu da cama, e disse-me: *A rainha deve-se confessar*; e foi logo dizê-lo a el-rei, que respondeu: *Chamem o patriarca*. Ora a este tempo já o Farto tinha batizado o menino. O patriarca entrou e a operação não estava de todo acabada e tudo era horroroso, mas eram mais de dez horas. Acabou-se e o patriarca falou com a rainha, que estava bem mal, e disse-lhe que fizesse com ele o ato de contrição para a absolver, mas, depois disto, pôde Sua Majestade confessar-se, sacramentar-se e ungir-se, e às onze horas e meia expirou»³.

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Balmoral, 5.10.1853.

² Carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, à rainha Vitória, Lisboa, 17.12.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 317-318.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, pp. 329-331.

A que tipo de operação foi a rainha submetida? Fronteira menciona os fórceps. Todavia, este memorialista comete vários lapsos ao descrever o último parto da rainha. No diário memorial que iniciou nesse próprio dia, D. Fernando refere-se a «uma longa e dolorosa extração da criança, durante a qual o meu pobre coração sangrava e se enchia dos mais tristes pressentimentos»¹. Pode ter sido, de facto, a extração do feto com o uso de fórceps, mas o cenário de horror traçado pela marquesa de Ficalho indicia outro tipo de operação: a embriotomia, isto é, a intervenção cirúrgica pela qual se quebrava o crânio ou seccionava as diferentes partes do corpo do feto excessivamente grande para que pudesse ser extraído.

No relato que em três cartas sucessivas a duquesa de Bragança redigiu para a rainha Vitória, que quis saber todos os pormenores, diz-lhe que a criança tinha o dobro do tamanho e do peso normais e foi necessário usar «ferros», a que se seguiu uma hemorragia. A rainha recebeu os sacramentos e sucumbiu hora e meia depois da «cruel operação», durante o sono, tendo adormecido acreditando estar salva. Antes disso, vendo o marido chorar, dissera-lhe que o não fizesse porque o perigo passara e só precisava de dormir². Respondendo às perguntas de Vitória, D. Amélia de Beauharnais escreve segunda carta na qual explica que os médicos temiam o parto e haviam recomendado à rainha que tivesse muito cuidado com a alimentação para que a criança não crescesse demasiado, que evitasse andar de carruagem após o sétimo mês e que comprimisse um pouco o ventre também com o objetivo de evitar o excessivo desenvolvimento do feto. Maria, continua a madrastra, só acatou a primeira advertência. Extinguiu-se sem dores, mas com uma rapidez assustadora e, reafirma, julgando estar livre de perigo³. É na terceira carta que D. Amélia esclarece que a operação, em que Kessler insistiu, custou a vida ao menino, como já tinha sucedido noutros dois partos. Diz ainda que a enteada não viu os filhos antes de morrer. Quando o rei lhe sugeriu mandar vir os infantes, respondeu que sim, mas só depois de repousar um pouco. «Quando ela já não tinha conhecimento Fernando fez entrar os três mais velhos, que soluçavam, as pobres crianças»⁴.

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15.11.1853, 1.^a pág.

² Carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, à rainha Vitória, Lisboa, 27.11.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 311-312.

³ Carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, à rainha Vitória, Lisboa, 8.12.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 315-317.

⁴ Carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, à rainha Vitória, Lisboa, 17.12.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 317-318.

Numa carta do ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Atouguia, para o representante de Portugal na Bélgica, já publicada em 1906 por Barbosa Colen, afirma-se também claramente que a criança foi morta e que não era a primeira vez que isso acontecia nos partos da rainha. O ministro acorrera ao paço logo às 23h30m do dia 14, passando a noite à espera do desenrolar dos acontecimentos, mas «nada ocorreu que nos causasse susto até às 8 horas da manhã. Então conheceu-se que o feto não apresentava favorável posição no seu nascimento. Quiseram os facultativos aplicar os ferros, mas a rainha não consentiu por mais de meia hora. Às 8 horas e três quartos os facultativos vendo o perigo que corria a mãe e o filho resolveram ser necessário sacrificar este para salvar a mãe!»¹. Apesar desta afirmação taxativa, Costa Sacadura duvida que a intenção fosse mutilar o feto, considerando hipótese mais verosímil que se pretendesse apenas abreviar o parto².

O visconde de Atouguia relatou ainda: «Ouvíamos-lhe poucos gemidos, e com coragem varonil animava o rei, que estava ao pé, e os facultativos, dizendo-lhes que continuassem nas operações que infelizmente eram semelhantes às que havia tido nos últimos partos»³. Só às 10h45m foi extraída a criança, que era do sexo masculino e de dimensões extraordinárias. Assim sendo, a horrível cirurgia durou duas horas.

Embora se confessasse e sacramentasse, as cartas de D. Fernando revelam que quando tudo terminou a rainha se sentia completamente exausta, mas acreditava estar salva e adormeceu sossegada, falecendo durante o sono. Por isso não se despediu do marido e dos filhos, o que foi para D. Fernando motivo acrescido de desgosto. «Pelo menos morreu sem dores e sem saber nada sobre o seu estado. Adormeceu suavemente, sem lutar com a morte»⁴, escreve o rei viúvo no próprio dia da tragédia. E, semanas depois: «Nunca poderia imaginar que a nobre rainha deixaria este mundo antes de mim e é duplamente doloroso que partisse sem se despedir de mim e das pobres crianças. Não se pensou que iria morrer, porque não estava a sofrer. Só me disse que estava muito cansada e preferia dormir. Estas foram as suas últimas palavras e um quarto de hora depois faleceu tranquilamente, sem se aperceber»⁵.

¹ Carta do marquês de Atouguia ao barão do Seisal, 18.11.1853, cit. in COLEN, 1906, pp. 604-605.

² COSTA-SACADURA, 1940, pp. 21-22.

³ Carta do marquês de Atouguia ao barão do Seisal, 18.11.1853, cit. in COLEN, 1906, pp. 604-605.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 15.11.1853.

⁵ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 9.12.1853.

Contara sensivelmente o mesmo à rainha Vitória¹, versão que contraria o que relata o marquês de Fronteira, que diz ter chegado ao paço «quando a extrema-unção saía da real câmara, onde entrámos para ver exalar o último suspiro à augusta e sempre chorada rainha D. Maria II. Ao lado direito do leito estava o príncipe D. Pedro, com os seus inocentes irmãos, de joelhos, recebendo a última bênção da virtuosa rainha, e, do outro lado, junto à cabeceira, lavada em pranto, a desditosa imperatriz»². Esta redação induz em erro, pois adiante afirma que antes da morte

«El-rei D. Fernando apoiava-se a um dos balaústres do leito, deixando cair as lágrimas sobre o mesmo leito e contemplando a triste cena.

Sua Eminência rezava em voz alta as orações dos agonizantes e os médicos da real câmara, Dr. Silveira, Kessler e Teixeira, faziam todos os esforços que a ciência indica para conservarem a vida dum ente que lhes era tão caro e tão precioso para o país que possuía a fortuna de ter semelhante soberana.

Os facultativos aconselharam a retirada dos jovens príncipes, porque a hora extrema chegava. A imperatriz ficou no seu posto, como tem ficado sempre, porque, infelizmente, não foi este o ultimo triste acontecimento a que ela assistiu corajosamente. Os duques de Saldanha e da Terceira a todos os momentos se aproximavam dos facultativos, que nenhuma esperança lhes davam. [...]

A rainha reconhecia ainda os facultativos que se aproximavam e, dizendo a um deles que queria dormir, descansou a cabeça sobre uma almofada e deu o ultimo suspiro.

O sentimento foi profundo e geral, porque até mesmo os seus antigos e figadais inimigos manifestaram grande sentimento, ainda que o não tivessem, por consideração para com o regente e para com o futuro rei D. Pedro V.

Seguiu-se a triste etiqueta do beija-mão dos presentes e eu tive a honra de ser um dos primeiros, depois dos duques. O pranto sincero e doloroso era abundante sobre a mão gelada da augusta rainha.

[...] A imperatriz, dando o braço a el-rei e cercada por Sua Eminência, o cardeal patriarca, ministros, conselheiros de Estado e nós outros, oficiais mores, saiu do triste aposento»³.

Mas também este relato, assim como o de Atouguia e ainda o da esposa do Dr. Kessler, contradizem os do viúvo e da madrastra, que são taxativos ao afirmar que depois da extração do filho não esperava a morte, que não houve despedidas e que faleceu durante o sono. D. Fernando diz ainda que a esposa

¹ Carta de D. Fernando à rainha Vitória, Lisboa, 26.11.1863 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 310-311.

² BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 457.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 458.

só morreu cerca de 15 minutos após ter adormecido. O visconde de Atouguia conta outra versão: terminada a cirurgia e recebidos os sacramentos, D. Amélia pediu à enteada que pensasse em Deus. «A rainha respondeu: “Penso sim, e neste que vou deixar”». E dizendo isto lançou o braço sobre o pescoço do rei, que estava assentado sobre a borda da cama. Dois minutos depois exalou o último suspiro»¹. E também Kessler relatou à esposa, que por sua vez informou o marquês da Bemposta: extraído o feto (sem especificar se morto ou vivo), o médico percebeu que a rainha «estava perdida»; avisou a madrastra, que fez vir o patriarca para administrar os sacramentos, e depois todos os príncipes para se despedirem da mãe; as crianças ajoelharam em volta da cama, chorando; a rainha abriu os olhos por um instante e expirou de imediato; morreu nos braços do rei, que a manteve abraçada durante mais de um quarto de hora². Nenhum testemunho menciona o nome com que foi batizado o feto que a documentação oficial denominou Eugénio.

Em conclusão: todas as versões são discrepantes na sequência dos acontecimentos; os familiares diretos (mas só eles) asseguram que a rainha não acreditava na morte e que por isso não houve despedidas; e só D. Fernando declara que faleceu cerca de 15 minutos após ter adormecido. O relato de Kessler, pela voz da esposa, refere-se aos 15 minutos em que a rainha esteve nos braços do rei. Creio ser este pormenor o causador da contradição: os presentes sabiam ou estavam convencidos de que D. Maria morrera, mas D. Fernando só acreditou ou só se apercebeu disso cerca de um quarto de hora depois.

9.1.1. *A dor do viúvo*

Os costumes da época impunham que os familiares diretos, incluindo as crianças, se encerrassem oito dias nos seus quartos, donde não podiam sair. D. Fernando e os infantes cumpriram o preceito até ao dia 22, saindo apenas a 20, domingo, para assistirem à missa na capela do paço³. Foi aí, nos seus aposentos, que no próprio dia da tragédia, o rei começou a escrever um texto que é um misto de diário e memórias e que se tem vindo a utilizar. Foi a sua catarse, assim como as cartas que a etiqueta familiar e dinástica o obrigavam a redigir. Mas as suas memórias, como a de todos os autores, não se destina-

¹ Carta do visconde de Atouguia ao barão do Seisal, 18.11.1853, cit. in COLEN, 1906, p. 605.

² Carta do marquês da Bemposta à esposa, 15.11.1853, cit. in COSTA-SACADURA, 1940, pp. 19-20.

³ BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelíssimo...*, p. 81.

vam apenas aos seus olhos. Quando evoca a vida da rainha, escreve: «Todos conhecem a história de D. Pedro [IV] e da sua morte, por isso não direi nada sobre ela»¹. Não estava, portanto, se dúvidas houvesse, a escrever só para si próprio este texto que redigiu em francês e iniciou assim: «15 de novembro de 1853, dia de tristeza e de infelicidade. Maria, a minha bem-amada Maria, já não está entre nós.» E continuava: «Momento para sempre indelével para mim, e cuja recordação não me deixará até ao fim da vida! Compreendi então o desespero e loucura e teria gostado de poder morrer com aquela que foi a felicidade da minha vida»².

D. Maria e D. Fernando formavam um casal muito harmonioso, unido por um grande afeto, como já se salientou. O viúvo sentiu um desgosto profundo e a perspetiva do futuro sem a esposa deprimiu-o. «Olho o passado com saudade e receio a solidão e a melancolia do futuro»³. Nesse mesmo dia, ao dar a notícia ao irmão Augusto, diz-lhe: «Quem, melhor que tu, terá um gesto caloroso na minha terrível infelicidade, meu melhor amigo! Não consigo explicar-te quão infeliz estou! Perdi a minha boa e querida rainha, que era tudo para mim e que só vivia para mim». «Foi terrível ver morrer esta mulher tão corajosa e que eu amava tanto». E, desanimado, confessa: «E assim enterrei definitivamente a minha felicidade familiar e fico sozinho, pois as crianças [...] nunca substituirão uma mulher com a qual se viveu quase 18 anos na mais pura felicidade. Deus, que me atingiu terrivelmente, me dê forças para lidar com a minha perda, tanto mais necessárias agora, pois na qualidade de regente trato diretamente dos negócios. Se ao menos te tivesse aqui, para chorar contigo; não sei quanto tempo mais conseguirei viver tão sozinho». «Não consigo, de modo algum, reconfortar-me». «Que o céu te proteja de algo semelhante, é o que desejo do fundo do coração»⁴.

No dia seguinte escreveu ao primo Ernesto, a quem se dirigiu na qualidade de «chefe da nossa casa» e «velho e fiel amigo», pedindo-lhe que o lamentasse e chorasse com ele. «Pensei que não poderia sobreviver a este momento, porque ela era tudo para mim e tornou a minha vida serena e sorridente, viveu só para mim e eu adorava-a e teria dado a vida por ela! Aí

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 20.11.1853, 7.^a pág.

² ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15.11.1853, 1.^a pág.

³ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15.11.1853, 2.^a pág.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 15.11.1853.

jaz agora destroçado este belo passado que nunca mais voltará e no presente e futuro espera-me provavelmente apenas a triste melancolia porque a santa paz idílica e serena está perdida»¹. À prima Vitória diz que esta não imagina até que ponto ele e Maria estavam agarrados um ao outro e que «estas grandes afeições quando são desfeitas, deixam atrás de si um vazio horrível e uma dor difícil de curar. Tenho os meus filhos, que amo muito e que são todos lindos e bons, mas uma mulher que nos ama não se substitui»². E a Ernesto, numa carta já de dezembro: «Ai, é demasiado terrível termos de nos escrever para chorar esta mulher preciosa e excepcional que constituiu toda a felicidade da minha vida e sem a qual vagueio como num deserto. Quando se viveu juntos como nós vivemos, conhecendo os melhores lados da nossa alma e o mútuo respeito selando esta aliança, o cruel destino veio destruir esta união e tudo me parece ainda um sonho»³.

Com o irmão desabafara na véspera: «Agora que estou tão sozinho no mundo e que as melhores, ou pelo menos as mais encantadoras folhas do livro da minha vida foram arrancadas, quero-te ainda mais e os laços que nos unem tornar-se-ão mais fortes! Tu, que tantas vezes nos observaste [...], podes adivinhar o meu estado e o que senti quando esta mulher destemida, e no entanto tão meiga, sem se despedir de mim e sem me ouvir, inconsciente e sem dores, assim partiu suavemente. Estou tão desolado e sozinho que apesar da minha filosofia de vida e do meu inato desejo de distração, ainda diariamente me vêm as lágrimas aos olhos»⁴. Haviam passado só três semanas sobre a morte da esposa, mas D. Fernando estranhava já a persistência da sua dor quotidiana porque ele era, como confessava ao irmão, um homem alegre por natureza. E, de facto, apesar da dor sincera, recompôs-se rapidamente. A vida, com os seus deleites, era demasiado atrativa para lhe resistir. Será uma constante da sua personalidade. Reagirá da mesma forma em 1861, quando a sua família quase se desfez.

Agora, em 1853, no próprio dia da tragédia e depois de ter confiado ao seu diário que temia um futuro de solidão e melancolia, escreve: «Ai de mim, que não mais a verei, mas a sua doce memória gravada em letras de ouro no

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 16.11.1853. Trecho já publicado por EHRHARDT, 1988, pp. 12-13.

² Carta de D. Fernando à rainha Vitória, Lisboa, 26.11.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 310-311.

³ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 9.12.1853. Trecho já publicado por EHRHARDT, 1988, pp. 12-13.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 8.12.1853.

meu coração, viverá aí para sempre, guiar-me-á em todas as circunstâncias da vida e dar-me-á a perseverança que tão necessária é na minha situação atual». Estava a reagir. Viverá sem a esposa, mas viverá. Encontrara já o apoio de que precisava: a memória dela. E consegue, também, analisar a sua posição política.

«Não é invejável, esta situação. Obrigado a cuidar dos negócios sem a certeza de poder fazer o bem, perderei talvez a simpatia que algumas pessoas afirmam ter por mim. Já vi o suficiente das ações dos homens e tenho 37 anos; conheço, pois, o valor desses protestos de afeto geral. E, além disso, perdoar-me-ão a grande falha de não ter nascido em Portugal?

Enfim, Deus me ajudará e eu ficar-lhe-ia muito reconhecido se este país conseguisse manter-se em paz e fazer alguns progressos úteis até o meu filho Pedro tomar as rédeas do poder!»¹.

Depois, muito depressa, irá perceber e confessar que outros interesses lhe ocuparão os dias com prazer. Na carta a Augusto de 8 de dezembro, logo depois de estranhar as lágrimas ainda diárias e de lhe dizer que os filhos, apesar de constituírem um consolo, lhe lembram muito a mulher, declara: «Contudo, como Gosch velho e casmurro que sempre serei, até que me enterrem em S. Vicente ou na Pena, procurarei à minha maneira as pequenas felicidades que me possam ser concedidas neste estúpido mundo»².

9.1.2. *Funeral e condolências*

Os tiros de canhão das fortalezas e dos barcos de guerra anunciaram ao povo de Lisboa que a rainha morrera.

«O mesmo estrondo das baterias de S. Julião da Barra e do Bugio preveniram do triste acontecimento os príncipes de Joinville, irmã e cunhado da augusta finada. Navegavam de Cádiz para Lisboa, com o fim de passarem algumas semanas em família no real palácio das Necessidades.

Poucas horas depois do triste acontecimento desembarcaram os príncipes junto ao palácio de Sua Majestade, a imperatriz do Brasil e, depois de chorarem a grande perda que tinham tido, foram abraçar o cunhado e os sobrinhos e rezar junto ao cadáver da excelsa rainha que, poucas horas antes, ansiosos, esperavam abraçar na força da vida. Este acontecimento tornou ainda mais triste a terrível cena»³.

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 15.11.1853, 3.^a pág.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 8.12.1853.

³ BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. VII-VIII, p. 460.

Também D. Fernando se refere à penosa coincidência, na carta a Ernesto: «Para minha consternação e acréscimo da dor, chegaram aqui hoje os Joinvilles que só então souberam da tragédia. A cena, podes imaginá-la»¹.

Os membros da família real eram sempre embalsamados, o que tornava possível prestar-lhes honras fúnebres durante vários dias. Mas no caso de D. Maria, tudo foi particularmente horrível. «Triste embalsamação, que se fez no dia 16, estando eu sempre», conta a duquesa de Ficalho, «e durou a do infante e a da rainha sete horas. Acabada esta aflição, foi a de se vestir, o que era quase impossível, no estado da dissolução em que estava Sua Majestade, mas do modo possível se fez, levando as ordens e manto real, mas foi preciso fechar o caixão, porque não é possível pintar o estado de dissolução»².

O funeral realizou-se no dia 19. D. Fernando, fechado no seu quarto, prosseguia com o seu diário memorial. «A cidade de Lisboa oferece hoje um espetáculo raro, de tristeza e de emoção. O cortejo fúnebre da nossa querida e sempre chorada rainha encaminha-se para este fatal São Vicente, onde repousam os nossos pobres filhos e onde jazem os restos desta boa e encantadora Amélia, tirada na flor da sua primavera a uma carinhosa e triste mãe e àqueles que puderam apreciar as suas belas qualidades». E continua, o que só podia saber por ter espreitado pela janela e pelo que lhe contavam: «O aspeto da cidade é imponente, é toda a população que vem testemunhar o seu respeito aos augustos despojos que passam e o cortejo não exclui nenhuma classe»³.

Era um momento em que a avaliação de D. Maria, também enquanto monarca, ocorria com naturalidade. O viúvo fê-lo nestes termos nos dias 19 e 20: «A rainha D. Maria II, filha de D. Pedro, morreu com 34 anos. Toda a sua vida foi agitada e na sua curta existência teve com frequência experiências tão duras, viu por vezes os homens sob um aspeto tão pouco favorável, que não podemos censurar-lhe esse desprezo dos humanos levado, algumas vezes, ao excesso».

«A posteridade já agora faz justiça à generosidade e clemência da rainha Maria, pois mesmo aqueles que ainda há poucos anos a acusavam de despotismo e de espírito vingativo, deploram a sua perda e prestam-lhe solenemente a última reverência. Não é só a rainha que o povo chora, é sobretudo a melhor das mães e o modelo das esposas! O povo parece muitas vezes indiferente

¹ StACo, LA, 6980, cartas de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 16.11.1853.

² PORTUGAL, *Memórias do Conde do Lavradio*, vol. IV, p. 331.

³ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 19.11.1853, 3.^a-4.^a págs.

a certas coisas, mas ele vê, entende e cuida de tudo. A vida privada dos príncipes, que tantas vezes lhe dá o mau exemplo, é o que mais lhe importa. Ai dos príncipes que pensam que ninguém os observa na sua vida privada! A probidade e os bons sentimentos de família sustentam com frequência os tronos. Não é agora para nós, nesta infeliz ocasião, um belo exemplo da justiça que o povo faz tantas vezes, no seu grande bom-senso e na apreciação dos sentimentos honrosos, àqueles que os merecem? Não reside aí a nossa mais bela recompensa?»¹.

O desgosto que os portugueses demonstraram pela morte da rainha ajudou D. Fernando a superar a dor. E a rainha merece esse desgosto, diz também ao primo Ernesto. «Tinha grandes capacidades e qualidades que raramente se encontram numa mulher e foi, seguramente, um dos mais hábeis monarcas dos nossos tempos»².

Ignoro quanto tempo depois da morte da rainha os diversos membros da família o souberam. Só às 22h30m do dia 19, já o corpo de D. Maria repousava em São Vicente, é que Lavradio, o nosso representante em Londres, o soube por telegrama remetido de Paris. Foi ele que fez chegar a notícia à família real britânica³. No dia 26, regista no seu diário: «A rainha [Vitória] tem dado as maiores provas do seu sentimento: não só mandou cessar todos os festejos na Corte, mas até ordenou que as músicas das Guardas não tocassem até segunda ordem, e determinou que a Corte se vestisse de luto durante oito semanas, facto extraordinário nesta Corte, onde os lutos não podem ser muito longos, em atenção aos interesses da indústria e do comércio»⁴.

Vitória escreve ao primo a 6 de dezembro, tendo já recebido a carta dele, que lhe agradece por lha ter escrito quando vive uma tão grande dor e tem o tempo tão ocupado. Pensa e reza por ele todos os dias e espera sempre ansiosa a chegada do barco de Lisboa que lhe traga notícias. Procurando consolá-lo, congratula-se com as demonstrações públicas de dor pela morte da rainha, que honram também a nação. «A sua tarefa é difícil, mas faz bem em empreendê-la com coragem porque é o seu dever e cumprindo o dever para com os filhos e para com o país, faz-se sempre bem, por mais que outros possam falar». D. Fernando tinha-lhe dito que podia perder a reputação. Vitória encoraja-o, transcrevendo-lhe um trecho de uma carta de D. Maria de 30 de março de 1846, em que ela lhe anunciara o feliz desfecho da regulação da regência que há muito queria. E lhe dissera: «Agora estou completamente tran-

¹ ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944, Diário/Memórias de D. Fernando, 19 e 20.11.1853, 3.^a-5.^a págs.

² StACo, LA, 6980, cartas de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 9.12.1853.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. iv, pp. 324-325.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. iv, pp. 326-327.

quila com a sorte e o futuro dos meus filhos». Pede-lhe também que faça o possível para que Pedro possa viajar e que não precisa de lhe dizer o prazer que terão em receber Pedro e Luís¹.

O imperador do Brasil, irmão da rainha, só muito mais tarde ficou ao corrente. Em carta de 2 de dezembro, diz-lhe a madrastra: «Passarás o teu aniversário [esse mesmo dia] alegre e contente, não suspeitando da morte da tua pobre e querida irmã Maria. Esta terrível notícia chegar-te-á pelo Natal e chorarás de novo, neste termo do ano de 1853, como choraste no seu início pela tua irmã Amélia. Com 9 meses de distância as tuas duas irmãs deixaram este mundo e ambas bem jovens!»². Nessa altura, já D. Fernando recebera cartas de apoio de toda a sua vasta família europeia e em fevereiro Leopoldo visitou o irmão. No ano imediato, em 1855, foi a vez de Augusto.

9.2. D. Fernando chefe de Estado

«Forte impressão tem feito a morte da rainha; coitadinha; muito dó fez e falta, pois como mãe de família era exemplar. Felizmente que se tinha prevenido de antemão dar a regência a el-rei, pois isto evitou agora complicações e intrigas», comenta no dia 16 a condessa de Rio Maior³. D. Fernando convocou os ministros e os conselheiros de Estado e manteve o governo, que era constituído pelo duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Fontes Pereira de Melo, visconde de Atouguia e Frederico Guilherme da Silva Pereira. Os jornais anunciaram a transferência de poderes, explicaram que D. Fernando era chefe de Estado até à maioridade do rei D. Pedro V e tudo se passou com tranquilidade, apesar de alguns terem sentido certos receios.

O conde do Lavradio, por exemplo, «sabendo que a nação vizinha quase sempre aproveita as nossas desgraças para nos inquietar», propôs ao ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, lorde Clarendon, «a conveniência de mandar para o Tejo algumas embarcações de guerra com as devidas instruções». No dia seguinte, Lavradio era informado de que dois navios de guerra e uma fragata saíam nessa mesma noite para Lisboa, onde se lhe reuniria depois uma frota de guerra⁴, o que, obviamente, o ministro comunicou à sua rainha⁵.

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Balmoral, 6.12.1853.

² Cit. in BRAGANÇA, 2009, p. 91

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 16.11.1853.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. iv, pp. 325-326.

⁵ Carta de lorde Clarendon à rainha Vitória, 22.11.1853, pub. in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, p. 309.

Não foi necessária qualquer intervenção, pois nem os espanhóis nem os miguelistas se manifestaram. Contudo, parece ter havido algumas movimentações em Espanha. Em meados de dezembro o visconde de Atouguia, ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicou a Lavradio que o governo de Portugal sabia «que os Espanhóis nos querem roubar o nosso rei, o senhor D. Pedro, consentindo eles em serem conquistados por nós, unindo-se Portugal à Espanha! Não queremos tanta fortuna e contamos com o sincero e eficaz apoio da Inglaterra, e mesmo da França, para rebater qualquer tentativa dos nossos vizinhos no sentido ibérico. Com autorização das Cortes é muito provável que o senhor D. Pedro vá viajar na primavera seguinte; não pisará, contudo, território espanhol. Os ministros do Regente farão deste ponto questão ministerial, o que V. Ex.^a poderá asseverar ao ministro britânico»¹. Este projeto de união ibérica irá congregiar muitos esforços e virá a envolver diretamente D. Fernando. Mas, por agora, não houve desenvolvimentos.

9.2.1. *Regência*

«Agora também tenho a praga e a responsabilidade da regência, embora só dure dois anos, até Pedro completar os 18 e tomar as rédeas do poder. Uma nova inquietação para mim. Ele tem muito discernimento e grandes capacidades, mas ainda não foi iniciado em nada», confessa o rei-pai ao primo Ernesto, logo a 16 de novembro². E, dez dias depois, à prima Vitória: «Eis-me agora por dois anos à frente dos assuntos deste país, segundo as determinações da Carta. Esta disposição é uma felicidade neste momento de aflição, pois qualquer outra regência que não fosse a minha poderia mergulhar o país na maior desordem, cujas consequências seriam incalculáveis. Não enjeito este fardo, porque conheço o país e os homens e tenho fé nas minhas boas intenções, creio apenas que dois anos são muitos para se perder a reputação e insuficientes para fazer alguma coisa boa»³. Nenhum destes trechos indicia, e antes desmente, que o regente pensasse antecipar a declaração de maioria de D. Pedro V, como se fizera com a mãe. Se semanas depois desanimou e acalentou tal ideia, ignoro-o. Mas a família temeu que tal projeto existisse e pressionou-o para recuar.

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. IV, p. 327.

² StACO, LA, 6980, cartas de D. Fernando ao primo Ernesto II, Lisboa, 16.11.1853.

³ Carta de D. Fernando à rainha Vitória, Lisboa, 26.11.1853 in LEITÃO, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, pp. 311-312.

Alexandre Mensdorff avisou o príncipe Alberto de que tanto ele como Dietz suspeitavam de que Fernando tomasse essa decisão. Alberto apressa-se a escrever-lhe. Diz-lhe que, embora reconheça a gravidade e o perigo da situação do primo, Deus providencia quando se cumpre um dever com todas as nossas capacidades, pois nunca deixa perecer os seus servos. Que é da máxima importância política que o governo prossiga em funções com calma e dentro da legalidade. Assim sendo, não gostaria que a regência fosse abreviada um só dia. Por outro lado, acrescenta, Pedro necessita deste precioso tempo de preparação, guiado pelo pai e pelo que irá conhecer no estrangeiro. E finaliza a argumentação: «Recebê-lo-emos de braços abertos e tudo faremos para tornar a sua estada na Inglaterra o mais possível agradável e proveitosa»¹.

Logo no dia seguinte, a tia Vitória de Kent, que se encontrava em Osborne com a filha e o genro e, tal como este, conversara com Lavradio, insiste no mesmo assunto e com argumentos semelhantes: reconhece a dificuldade da posição que o sobrinho tem agora, mas Deus dar-lhe-á forças, coragem e perseverança para cumprir com vontade forte e pura os seus deveres para com o país, a esposa amada e os filhos. Por isso, apesar da tarefa árdua que o espera, tem a certeza de que o sobrinho não a abandonará antes do tempo prescrito².

A questão morreu por uns meses. Em fevereiro, em carta a Augusto, D. Fernando refere-se aos assuntos de Estado com grande serenidade: «O sossego permanece aqui e é provável que assim perdure. Há muitas coisas que provavelmente não estão como deveriam, mas herdei-as todas assim e não está nas minhas mãos o poder de as alterar. Se até à elevação de Pedro ao trono o país se mantiver pacífico, há, pelo menos, algo de bom que se fez, o que, a propósito, não é assim tão pouco. O ambiente está, em geral, favorável ao trono e não nos devemos queixar, quando vemos o que se passa atualmente nos outros países. A questão oriental, por exemplo, pertence àquele rol de assuntos que já enjoam e que ameaçam ficar tão velhos como Matusalém!»³.

Mas o assunto da cessação da regência renasceu em agosto, quando D. Pedro viajava pelo estrangeiro. Corria o rumor segundo o qual D. Fer-

¹ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto ao rei D. Fernando, Osborne, 6.12.1853.

² ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent a D. Fernando, Osborne, 7.12.1853.

³ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 6.2.1854. A «questão oriental» a que D. Fernando se refere era o conflito pelo domínio da região dos Balcãs e mar Negro (território otomano), entre, por um lado, a Rússia, e por outro as potências ocidentais. O longo contencioso desembocara na Guerra da Crimeia, em 1853, que se arrastou até 1856. Do lado ocidental, coligaram-se a Grã-Bretanha, a França e a Sardenha, que «protegeram» o império otomano, invadido pelos russos.

nando deliberara chamar o jovem rei porque tencionava propor a sua maioria na abertura das Cortes¹. Quando, a 9 de setembro de 1854, D. Pedro se encontrou com Lavradio em Inglaterra, a questão foi por eles debatida. O diplomata regista: «Fui a bordo do *Mindelo*, onde tive uma longa conversação com el-rei sobre o estado das coisas de Portugal; falando-me Sua Majestade sobre a possibilidade de alguns gritos inconvenientes que poderia haver à sua chegada a Lisboa, disse-lhe eu que esperava que não haveria nenhuns e que seria uma desgraça se os houvesse; que igualmente esperava que o seu reinado havia de ser muito feliz, mas que desejava que se não ferisse a lei fundamental e que el-rei D. Fernando conservasse a regência até setembro de 1855; que muito má coisa seria começar Sua Majestade o seu reinado por uma violação da lei, violação acompanhada de desaire para seu pai. El-rei conveio em tudo comigo»². Nesta mesma semana, o *Imprensa e Lei* publicava um artigo sobre a maioria de D. Pedro V, elogiando o regente por ainda não ter decidido a questão antes da chegada do filho. «Em um rei a demora provocaria indecisão, no regente atesta prudência»³.

O que se passava? Queria D. Fernando libertar-se do fardo de reinar? Era o filho que não desejava esperar mais um ano? Tratava-se, provavelmente, de mais uma intriga política de Lisboa, obra da oposição que julgaria poder manipular o jovem rei. E/ou, talvez, relacionada com o desejarem muitos na mesma altura, em Madrid, que D. Pedro subisse aos dois tronos, criando a sonhada união ibérica⁴. A questão foi também apresentada a Lavradio pelo ministro britânico dos Estrangeiros. Com a sua habitual clareza, o conde resume a conversa: «Perguntou-me depois lorde Clarendon o que havia a respeito do projeto de abreviar a menoridade de el-rei, projeto sobre o qual Pakenham [representante diplomático da Inglaterra em Portugal] lhe havia escrito com grande e justa reprovação. Disse-lhe o que me constava e que eu julgava que aquele projeto, que partia de intrigantes e ambiciosos, devia ser rejeitado: 1.º por indecoroso para o regente, pai do rei; 2.º por ilegal; 3.º por inconveniente para o próprio rei, que, tendo muito talento, não tinha ainda a experiência que devia adquirir neste ano que lhe restava de menoridade. Lorde Clarendon disse-me que seria uma desgraça que tal projeto vingasse, qualquer que fosse o modo de o realizar, assegurando-me que tal realização

¹ *O Portuguez*, 23.8.1854.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, p. 99.

³ *O Portuguez*, 9.9.1854.

⁴ Ver esta questão adiante, quando se tratar da oferta do trono de Espanha a D. Fernando.

produziria um péssimo efeito em Inglaterra e em toda a Europa. Esta mesma opinião me havia manifestado lord Aberdeen [primeiro-ministro] e outros grandes personagens»¹.

A regência de D. Fernando teve a duração estabelecida por lei, terminando no dia em que D. Pedro completou os 18 anos, a 16 de setembro de 1855. Enquanto chefe de Estado, e como competia a um rei constitucional, o regente deixou ao governo a tarefa de governar, permanecendo como árbitro. Mostrou-se imune às pressões de Costa Cabral, que regressara à Câmara dos Pares e mais uma vez tentava desestabilizar a governação, e apoiou Fontes, nesta altura empenhadíssimo já na construção de vias-férreas. Foi um período de paz, que se prolongava desde 1851, mas para o qual o génio conciliador de D. Fernando muito contribuiu.

Ao avizinhar-se o fim da regência, o que, segundo D. Fernando, «é quase sempre uma coisa terrível», sente-se satisfeito porque a sua manteve o país pacificado. Acredita que o filho seguirá o seu sistema porque é inteligente e talentoso, embora preferisse que fosse menos sisudo. «Os Portugueses gostam de jovens com aspeto alegre. Do seu senhor pai creio que disso não se podem queixar»². Mas não era só a sisudez de Pedro que lhe desagrava. Ao cunhado Pedro revelara o «gosto pelo militarismo» do seu filho, aspeto de personalidade que assustou o tio³.

O contrato matrimonial de D. Fernando autorizava-o a abandonar para sempre o país. Perderia, contudo, metade do seu rendimento oficial, a dotação. Mas se o rei viúvo desejava viajar, não queria mudar de residência. Isso mesmo explica a Ernesto, que o convidara a instalar-se no seu ducado, revelando uma generosidade que Augusto não demonstrou. D. Fernando agradece-lhe, mas recusa, por estar profundamente ligado à sua nova pátria, que ama, e nunca seria capaz de deixar por muito tempo. Mostra-se desiludido com Augusto, embora não diga que esperava dele um convite equivalente ao do primo. Afirma, sim, que desde algum tempo ele e o irmão estão mais afastados, que pensa que ele não aprecia o seu génio jovial e descontraído, mas que vai continuar a manter os laços para ajudar Leopoldo, que lhe parece ser infeliz e com quem Augusto é rígido⁴.

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, p. 103. Entrada do diário de 15.9.1854.

² StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Sintra, 17.8.1855.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta de D. Pedro II do Brasil ao rei D. Fernando, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1855.

⁴ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Sintra, 17.8.1855.

9.2.2. *Família e recreios*

A avó materna de D. Fernando, Maria Antónia de Waldstein Koháry, faleceu a 17 de janeiro de 1854, com 82 anos. Nesse mesmo dia, Dietz informa D. Fernando, dizendo-lhe que a princesa tinha sofrido muito¹. No dia seguinte é Augusto que escreve de Coburgo, antes de partir para Viena a fim de apoiar «a pobre mãe que está mesmo mal»². Como Dietz e Augusto pensavam que Leopoldo, o neto mais novo, se encontrava em Lisboa, pediram a Fernando que lhe desse a notícia. Mas Leopoldo, que esteve de facto em Portugal, só chegou no mês seguinte. A família andava preocupada em casá-lo e D. Fernando e a tia Vitória referem-se ao assunto na sua correspondência³.

A carta de resposta de D. Fernando a Augusto, a 6 de fevereiro, é um documento relevante por nos mostrar como estava o rei a reagir à viuvez, reação que ele próprio analisa. O rei tinha saudades da sua antiga vida, íntima e agradável, mas acrescenta: «sabes que tenho estes momentos melancólicos, mas está sempre presente uma imensa vontade de viver. Por isso não desisti de modo algum dos meus antigos passatempos. Ao contrário, continuo, ainda mais empenhado, com as mesmas coisas, o que não enriquece muito as minhas finanças. Na Pena, onde ainda não estive desde a morte da pobre rainha, mandei construir uma bonita estufa gótica e também ali nascerá um pequeno jardim, que, entre outras coisas, terá a segunda maior plantação de camélias, que decerto se farão muito bonitas. Talvez lá vá uns dias com Leopoldo, que provavelmente chegou aqui no paquete que acabou de entrar no porto, para, mais uma vez, respirar outros ares»⁴. A sua proverbial alegria de viver estava intacta e a vida prosseguia com tudo aquilo que sempre lhe dera prazer.

As viagens de instrução de D. Pedro pelo estrangeiro haviam sido decididas em vida de D. Maria II. Uma carta da rainha Vitória escrita em outubro de 1853 revela que nessa altura se escolhera o ano seguinte para uma visita de Pedro a Inglaterra⁵. Talvez então apenas a esse país porque, segundo

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz ao rei D. Fernando, Viena, 17.1.1854.

² ANTT, ACR, cx. 7430, cp. 910-A, carta do príncipe Augusto ao rei D. Fernando, Coburgo, 18.1.1854.

³ Cf. ANTT, ACR, cx. 7435, cp. 916-A, carta da duquesa de Kent ao rei D. Fernando, Frogmore, 16.1.1854.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 6.2.1854.

⁵ Carta da rainha Vitória ao primo Leopoldo, filho do rei Leopoldo, 21.10.1853, cit. in DEFRENCE, 2004, p. 258.

Francisco Bastos, os monarcas portugueses queriam que D. Pedro fizesse uma longa viagem de dois anos quando atingisse a maioridade. Depois, planeavam entregar-lhe a regência para que então pudessem eles encetar uma viagem de recreio¹. A versão é plausível. O país estava pacificado, nenhum dos reis tinha saído do reino desde o casamento, nunca haviam regressado aos países europeus que visitaram na infância ou juventude, a rainha não conhecia a Áustria e a Alemanha e é bem possível que desejassem ir a todos esses locais e ver os parentes espalhados pela Europa. Nada disto foi possível e as viagens de D. Pedro, já rei embora menor, tiveram de ser realizadas durante a regência do pai.

Partiu com ele o irmão D. Luís, agora príncipe herdeiro, a 28 de maio de 1854. Acompanharam-nos o aio (visconde da Carreira), o Dr. Folque (que fora seu professor de Matemática), o duque da Terceira, Francisco de Melo (filho do marquês de Ficalho) e o barão de Sarmiento, além dos criados particulares. Dirigiram-se a Inglaterra, onde estiveram um mês, e daí passaram à Bélgica, Holanda, Prússia, Saxe-Coburgo-Gotha, Saxónia e Áustria. No regresso evitaram Paris, onde grassava a cólera, mas encontraram-se com o imperador Napoleão em Boulogne-sur-Mer. Depois de nova e curta estada na Inglaterra, aportaram em Lisboa a 15 de setembro. No ano seguinte, entre 20 de maio e 14 de agosto, os dois príncipes empreenderam nova viagem de instrução. Desta vez percorreram a França, a Itália (onde foram aos vários países então aí existentes), a Suíça, alguns estados renanos, regressando pela Bélgica e a Inglaterra. D. Pedro registou cuidadosamente todas as suas impressões². Como o documento é bem conhecido e muito tem sido glosado, dispensei-me de descrições, nesta biografia que é sobre D. Fernando e não sobre os filhos³.

Saliento, contudo, três aspetos relacionados com a família Coburgo, todos ocorridos na viagem de 1854. O primeiro, e mais importante, foi o conhecimento pessoal de D. Pedro e do príncipe Alberto, a quem aquele chamava tio, como na alta sociedade se tratavam os primos dos pais. Os encontros com o príncipe consorte, como quem depois sempre manteve íntimas relações epistolares, foram decisivos para o jovem rei português e, de certa forma, para o seu relacionamento com o pai. Alberto e Pedro tinham personalidades muito parecidas e ambos encontraram o seu *alter ego*. A admiração foi mútua, em absoluto contraste com o que Pedro sentia pelo pai e Alberto pelo

¹ BASTOS, *Memorias para a historia de el-rey fidelissimo...*, p. 91.

² Publicado em BRAGANÇA, *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, vols. 1-2.

³ Ver narrativa, por exemplo, em MÓNICA, 2005, pp. 57-78.

filho mais velho — o que acentuou a desaprovação com que cada um julgava Fernando e o jovem Alberto, futuro Eduardo VII¹.

Na sua estada em Viena, D. Pedro foi alvo de uma frieza ultrajante por parte dos imperadores da Áustria, que, apesar de serem seus parentes pela avó materna, chegaram a abandonar a cidade. Nas palavras do visconde da Carreira, «A receção de el-rei nesta Corte não correspondeu de modo algum ao que com razão se esperava e não é sem pesar meu que ainda hoje fica Sua Majestade neste paço e nesta corte, de que parece terem fugido todas as pessoas da família imperial, como de lugar emprestado pelas augustas presenças de el-rei e de seu augusto irmão»². A ofensa ao rei português deve encontrar explicação na hostilidade com que os imperadores há muito tratavam a família Coburgo-Koháry. Já desde o tempo do duque Fernando as relações eram difíceis. Depois, o casamento do seu herdeiro Augusto com Clementina de Orleães acentuou a inimizade imperial, de tal forma que este casal só por esta altura passou a residir em Viena. Augusto e a esposa encontravam-se na cidade a receber os sobrinhos, que já conheciam de Lisboa. Quem eles viram pela primeira vez, foi a avó, Maria Antónia Koháry-Coburgo. A bisavó havia morrido nesse mesmo ano. Reviram ainda Dietz, que encontraram em Praga e os acompanhou até Viena, e haviam conhecido o primo Ernesto II, que os acolheu no ducado.

Foi também nesta primeira viagem que D. Pedro conheceu Carlota, filha do tio-avô Leopoldo da Bélgica. Tanto este, como os sobrinhos Vitória, Alberto e muito provavelmente D. Fernando e D. Maria, desejavam o casamento dos dois primos. É Vitória de Inglaterra que o afirma, ainda em vida da rainha de Portugal: «Diz-se que Pedro é encantador, muito inteligente e instruído. [...]. Todos em Portugal desejam o casamento (dentro de 4 ou 5 anos) com Carlota e nós também o desejamos vivamente»³. Não se concretizou com pena de todos, à exceção de Carlota.

Enquanto os dois filhos mais velhos viajavam, as rotinas do palácio mantiveram-se para os irmãos, prosseguindo com o quotidiano de estudos e outras atividades já impostas no tempo da mãe. De vez em quando as infantas almoçavam com a «avó» duquesa de Bragança, com quem passavam umas

¹ O filho mais velho de Vitória e Alberto chamava-se Alberto Eduardo. Manteve com os pais relações muito difíceis e, ao subir ao trono, deixou cair o primeiro nome, que lhe fora dado em homenagem ao pai.

² Carta do visconde da Carreira ao conde do Lavradio, Viena, 26.8.1854, cit. *in* PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, p. 93.

³ Carta da rainha Vitória ao primo Leopoldo, irmão de Carlota, 21.10.1853, cit. *in* DE-FRANCE, 2004, p. 258.

horas¹. A mudança de toda a família para Sintra durante o verão, entrecortada com estada em Mafra, manteve-se também.

Teve D. Fernando, nesta época, algum envolvimento amoroso? Algo revelou ao cunhado, D. Pedro do Brasil, que o interpelara sobre o assunto. Diz-lhe o imperador a 25 de fevereiro de 1855: «tu já gozaste da verdadeira felicidade, ao menos assim o acreditas». Aconselha-o a não entregar o «coração a quem não saiba votar-te todo o seu», caso não consiga permanecer fiel à felicidade que já teve. Que confidências D. Fernando lhe terá feito? O imperador prossegue: «Chamar-me-ás rabugento; mas eu não posso deixar de notar que talvez tivesses pensado haver da minha parte curiosidade no que te escrevi a respeito dos sentimentos do teu coração; o meu intuito deve ser perfeitamente claro para a tua inteligência e sigo a regra do decálogo — não faças aos outros o que não queres que te façam a ti; sou segredista e tenho sido acusado de dissimulação, quando da minha parte não há senão reserva»².

Retomando a escrita dias depois, D. Pedro II volta ao assunto das relações amorosas: «a completa felicidade só se encontra em um amor único que mereça interior dedicação e nem posso conceber como se pode olhar para outra mulher com qualquer sentimento, cuja sincera confissão angustia quem amamos». Este parágrafo é o mote para uma longa reflexão sobre os sentimentos humanos, a razão, mas sobretudo sobre o amor. D. Fernando dissera ao cunhado que se divertia muito e este insiste para que lhe escreva com franqueza. O texto de Pedro de Alcântara revela, pois, de forma elegante mas clara, a sua apreensão com o comportamento de D. Fernando, que provavelmente se entregava a conquistas amorosas, nomeadamente no meio teatral. É bem possível que além de carta do rei regente, Pedro II recebesse informações de D. Amélia, sua madrastra.

Nas festas da corte ou da aristocracia, D. Fernando não ocultava a sua expansividade e alegria de viver, nem sempre bem aceites pelos mais conservadores. Entre o Natal e a Quaresma era uma das épocas de bailes, como se disse. Em 1854, devido ao luto, não houve bailes na corte, mas no ano seguinte o rei já frequentou os da fidalguia e realizou pelo menos dois no palácio de Belém. O primeiro foi em honra do seu irmão Augusto, que o visitara,

¹ Cf. ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta de D. Amélia, duquesa de Bragança, ao rei D. Fernando, Lisboa, 18.11.1854.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta do imperador do Brasil D. Pedro II ao rei D. Fernando, Petrópolis, 25.2.1855-16.3.1855. Trata-se de uma extensa carta que o imperador foi escrevendo ao longo desses dias.

e substituindo a rainha, foi a infanta D. Ana de Jesus a senhora anfitriã¹. Sobre o segundo, conta a condessa de Rio Maior:

«Achei lá el-rei D. Fernando, que dançou, valsou, conversou toda a noite e até cantou por duas vezes; disso gostei eu, pois realmente tem muito boa voz. Entre nós seja dito, acho que ele faz mal, sobre tudo enquanto é regente de se apresentar tanto em público e tanto sem cerimónia. Daqui a pouco costumam-se todos a tratá-lo como um particular; já muito pouca cerimónia se faz, estão muitos homens sentados quando ele está de pé e as pessoas que ocupam lugares tão elevados como o seu é preciso que sustentem a sua dignidade, não por soberba, mas mesmo por consideração para a nação, pois a dignidade do trono está ligada a ela. Todas as posições têm seus senões, mas quem aproveita das vantagens, é preciso que se sujeite também aos inconvenientes, que os hábitos, os prejuízos [= preconceitos] talvez, mas também decerto o bom-senso, tem ligado aos diferentes graus sociais do mundo. Além disso, os soberanos têm ocupações tão sérias e tantas que não pode a gente deixar de pensar que aqueles que as querem cumprir não têm tempo de se dar a outras muito mais fúteis. Um juiz a dançar, acho eu que é uma coisa que não faz boa impressão, ora o supremo juiz estando, aquele que tem que assignar a pena de morte quando algum criminoso a merece, a valsar e cantar na sociedade, acho que faz bem mau efeito. Entretanto, guarda estas reflexões para ti e para o mano, pois não gostaria que se repetissem»².

A mesma condessa refere-se a uma *soirée* em casa do duque da Terceira, onde gostou de ouvir D. Fernando cantar³, e a um baile oferecido pelo marquês de Viana que «esteve magnífico, as casas [= salas] lindas, a ceia muito boa e muita gente. Foram os dois reis. El-rei D. Pedro saiu antes das duas horas. El-rei D. Fernando às 3½ ainda ficava dançando»⁴. Noutros ambientes, nomeadamente teatrais, vedados aos olhares das senhoras das elites, D. Fernando iria com certeza bem mais longe.

O regente planeava viajar assim que se libertasse das funções de Estado, o que era bem natural, dado que desde que chegara a Portugal, em 1836, nunca mais saíra. O primo Ernesto convidara-o a rever Coburgo, mas D. Fernando desejava conhecer primeiro sítios novos, começando pelo Brasil⁵. Decerto que o exotismo dessas paragens e as latitudes mais quentes eram um poderoso atrativo. O seu projeto satisfazia o cunhado Pedro⁶. Co-

¹ GOMES, 1907, p. 45.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 12.2.1855.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 14.2.1855

⁴ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 19.2.1855.

⁵ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao duque Ernesto II, Lisboa, 7.6.1855.

⁶ Cf. ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta do imperador do Brasil D. Pedro II ao rei D. Fernando, Petrópolis, 25.2.1855-16.3.1855.

nhecê-lo-ia, finalmente, e encontraria nele um interlocutor nos seus interesses culturais. Mas a viagem não se realizou e D. Fernando nunca foi ao Brasil. Pedro e Fernando viriam a conhecer-se em Portugal.

PARTE III

LIBERTO DA POLÍTICA (1855-1885)



Capítulo 1

D. Pedro V, seu filho, rei e chefe de família

«Aconteceu o que eu tinha previsto — ele [D. Fernando] já não se interessa pelos negócios públicos».

D. Pedro V, 7.10.1855

A 16 de setembro de 1855, D. Pedro completou 18 anos e foi coroado rei de Portugal. D. Fernando estava, enfim, liberto de intervenção ativa na política. Dias depois passeou-se longamente pelas ruas de Lisboa, a pé, aceitando os cumprimentos da população, como que encenando uma despedida informal já fora do ambiente restrito das Cortes. Tinha agora o título de «rei D. Fernando», enquanto o filho, que era o monarca reinante, era simplesmente o rei.

A situação familiar de D. Fernando fora sempre atípica, como já se salientou, pois à esposa coubera a chefia da família e do Estado. Agora, com a maioridade do filho, vivia uma situação ainda mais delicada. Pedro, um jovem que revelava possuir uma personalidade totalmente distinta da do pai, tornara-se seu rei e formalmente o membro dirigente da família, a quem os irmãos prestavam respeito e obediência. Contudo, estes, tal como o próprio D. Pedro, deviam também reverência filial a D. Fernando. As tensões não tardaram a surgir, com o jovem e austero monarca cada vez mais crítico em relação ao pai, o que transmitia ao seu tio Alberto¹, com quem tanto se assemelhava. Contudo, D. Pedro nunca pretendeu quebrar a harmonia e não interferiu na orientação da vida familiar, deixando D. Fernando pontificar no

¹ Já se explicou que os primos dos pais eram tratados por tios.

quotidiano do paço, o que viria a ser desastroso para a posição e felicidade da jovem rainha Estefânia¹.

Que as personalidades dos dois reis eram muito diferentes, todos o sabiam. Comentando um concerto de amadores realizado em fevereiro de 1856, escreve a condessa de Rio Maior que «estavam os dois reis, e o pai pulando-lhe a voz para cantar também, mas dizendo que se não atrevia por causa do senhor D. Pedro»². As dificuldades de relacionamento entre pai e filho não caíram no domínio público. Contudo, eram bem reais. D. Fernando era discreto quanto a esse assunto na sua correspondência privada, mas D. Pedro, embora por vezes usasse uma redação muito críptica, abria-se com o tio Alberto. E o jovem de 17 anos era implacável com o pai. Ainda antes de subir ao trono, em agosto de 1855, refere-se aos «princípios latitudinários» do rei viúvo que o obrigam a «usar de muito tato para o persuadir a aprovar aquilo que a minha consciência me diz ser necessário». Na mesma carta escreve, com um surpreendente tom de superioridade: «Sintra, onde estamos atualmente, está cheia do *beau monde*, que eu acho muito aborrecido mas de que o pobre papá gosta imensamente. Ele ainda não percebeu que é um motivo de divertimento para os outros». E é tal a fratura entre os dois, que pede ao príncipe Alberto que lhe envie a correspondência para o visconde da Carreira, acrescentando «Não preciso dizer porquê»³.

Três semanas após a sua coroação, o novo reinante revela, mais uma vez ao tio Alberto: «Aconteceu o que eu tinha previsto — ele já não se interessa pelos negócios públicos. Infelizmente Kessler & C.^a estão mais poderosos do que nunca. A visita ao Brasil ainda ocupa o primeiro lugar nos seus planos. Nada tenho a dizer contra isso, mas eu não gosto nada desta ânsia constante de romance e desta exagerada adoração pela Natureza»⁴. Com o decorrer do tempo, a opinião que D. Pedro forjara do pai será cada vez mais negativa e inflexível. Em fevereiro de 1857 escreve: «Ele não sabe as coisas que nele deploro e quanto me preocupo com um certo número de factos que pouco têm contribuído para o seu bom nome. Mas raras vezes discutimos o que quer que seja. A sua imprudência quanto à escolha dos amigos, diante de quem ele fala de tudo e mais alguma coisa, fez-me evitar tanto quanto possível qualquer oportunidade de discutir um assunto [o seu primeiro projeto

¹ Cf. LOPES, 2011b.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a António, 27.2.1856.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Sintra, 18.8.1855 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 41.

⁴ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 7.10.1855 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 50.

matrimonial] no qual ele me podia atribuir motivos que ninguém desejaria que fossem tratados em público, especialmente se eles não são os verdadeiros. Tem amigos que só lhe são prejudiciais, que se sentem mal ao pé de mim e, ainda que vejam quão difícil isso será, não desistem de ganhar a minha aprovação»¹. E meses depois: «O meu pai não se conhece como devia, e não lhe é fácil conhecer-me bem, porque se lhe contamos tudo quanto se passa, ele irá dizê-lo a pessoas em quem tem uma confiança ilimitada e em quem eu, conhecendo-lhes o carácter e irresponsabilidade, não tenho nenhuma confiança. Daí ele atribuir a minha taciturnidade, que provém mais da necessidade das circunstâncias do que da natureza, a uma relutância em falar com ele pessoalmente». E o jovem monarca de 19 anos, temendo «o espírito de intriga — um elemento trágico com que se tem de contar sempre na Península — [que] se aproveitaria do menor estado de tensão familiar», mantinha no sigilo possível as dificuldades de relacionamento entre pai e filho². Que a sua solidão no exercício do cargo era total, revelou-o também ao tio e padrinho Pedro II do Brasil, a quem, no final de uma longa carta onde se refere apenas a questões políticas, diz: «Receio incomodá-lo com a extensão desta carta que lhe peço queira tomar como filha da necessidade de achar alguém a quem possa com segurança comunicar os meus receios e as minhas esperanças»³.

Crescia, pois, não apenas um fosso profundo entre as duas personalidades, mas também o menosprezo que D. Pedro nutria pelo pai, a quem se referia como se fosse seu filho.

¹ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 8.2.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, pp. 179-180.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 28.4.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, pp. 192-193.

³ Carta de D. Pedro V a D. Pedro II do Brasil, Lisboa, 14.6.1857 in BRAGANÇA, «Cartas de D. Pedro V ao imperador do Brasil», p. 55.

Capítulo 2

Recreios

2.1. A viagem a Espanha e ao Norte de África (1856)

Em abril de 1856, D. Fernando pôde enfim viajar. No dia 14 partiu no vapor *Mindelo* para Cádiz, seguindo depois para Sevilha. Acompanharam-no o visconde da Foz e o Dr. Kessler. Dias antes, muito entusiasmado, anunciara a Augusto a viagem que ia realizar. Estava ansioso por partir, embora se separasse com pena dos filhos, sobretudo das raparigas, muito agarradas a ele, como diz ao irmão; mas assegura que tentará regressar dentro de um mês se nada o retiver e não for convidado para ir a Madrid¹.

Os políticos, sempre pouco imaginativos, não compreendiam o propósito da viagem. Em Inglaterra suspeitaram de motivos políticos ocultos, e em Portugal Rodrigo da Fonseca Magalhães muito estranhou tal desejo de ir a África e a ausência do rei viúvo em momento que reputava difícil². Quanto ao rei seu filho, perfilhava a incompreensão de Rodrigo e atribuía-lhe também razões menos confessáveis, decerto relacionadas com aventuras amorosas: «Foi há poucos dias a Sevilha, a casa dos Montpensier. Não gosto nada desta visita quando penso nas condições em Espanha e especialmente porque preferiria tê-lo junto a mim no estado atual dos negócios públicos. A expedição à Andaluzia encantarà o lado artístico do seu temperamento que muitas vezes o domina. Talvez que no seu conjunto esta viagem seja boa para ele, por motivos que o tio pode facilmente adivinhar»³.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 6.4.1856.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. vi, pp. 74, 77.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 18.4.1856 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 113.

Depois de um mês na Andaluzia, atravessou o estreito de Gibraltar e aportou a Tânger a 20 de maio¹. A chegada coincidiu com uma grande desordem no porto porque pela primeira vez os peregrinos para Meca partiam em vapores ingleses e franceses e não percebiam que deviam acomodar-se em lugares pré-estabelecidos. O governador teve de acudir, não podendo, por isso, ir cumprimentar o rei a bordo, à chegada. D. Fernando viajava incógnito, mas, como diz José Colaço, era só nominalmente, pois todos sabiam quem vinha a bordo do *Mindelo*. D. Fernando desembarcou ao fim da tarde, por entre uma multidão curiosa. Cumprimentou o governador, que o esperava, mas como se estava no Ramadão e o rei ia a fumar, aquele tapou a boca e o nariz. Instalou-se no consulado e deambulou pela cidade nessa noite e dia seguinte.

No terceiro dia, 22 de maio, pelas 5h da manhã, partiu para Tetuão, ele a cavalo e o séquito em mulas, tudo fornecido pelo governador da cidade, que também pôs à sua disposição 30 soldados de cavalaria para escolta. No mesmo dia chegaram ao destino, onde o governador os esperava, assim como uma multidão curiosa que, tal como em Tânger, os soldados dispersaram à paulada. Um palácio estava pronto para o receber, mas como a mobília se resumia a tapetes e coxins, D. Fernando instalou-se em casa do vice-cônsul português, um negociante judeu. Isto é, ficou na *Mellah*, o gueto.

O *Mindelo* tinha permanecido em Tânger, esperando pelo regresso do rei, por ser naquela altura do ano muito difícil e perigoso o embarque em Tetuão. Mas como o caminho era tão mau e a viagem tão incómoda, o rei ordenou que o navio viesse para este porto. A 23 visitou a cidade a pé, como fizera em Tânger, mas agora vestido com um *haik*. À tarde assistiu a um espetáculo equestre em sua honra.

Embarcou na manhã de 24 e horas depois estava em Ceuta. No dia seguinte rumou a Gibraltar. Depois de uma visita a Granada, regressou a Portugal a 6 de junho, sem ter ido a Madrid, o que muito sossegou o filho e Lavradio, que se irritara com esta viagem². Ao desembarcar em Lisboa foi, naturalmente, recebido com todas as honras que lhe eram devidas, o que incluía um séquito de cortesãos e parlamentares à sua espera. Vinha encantado e planeava ir no ano seguinte a Coburgo³.

¹ Toda as informações sobre a viagem a Marrocos foram colhidas em COLAÇO, *Viagem de Sua Magestade El Rei o Senhor Dom Fernando a Marrocos*.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 28.5.1856 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 116.

³ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 12.6.1856.

Durante a sua ausência, os filhos tinham-lhe escrito com regularidade. Maria Ana, Antónia e Fernando, então com 12, 11 e 9 anos, contavam-lhe o seu quotidiano: visitas à tia-avó Isabel e à «avó» Amélia, cultivo da horta e do jardim, saúde dos seus animais, aplicação nos estudos. Obedecendo às ordens do pai, redigiam as cartas em francês¹ e D. Fernando arranjava sempre tempo para lhes escrever. A 11 de maio, a filha mais velha já tinha recebido dele seis ou sete cartas².

No fim do ano, D. Fernando desistira da viagem ao Brasil, o que deixou o cunhado imperador desiludido. «Sinto profundamente que a tua viagem seja adiada», diz-lhe D. Pedro II, e, sugerindo que a sua amizade não era inteiramente correspondida, acrescenta: «deve doer-me tudo o que tem aparência de menos afeição da tua parte; se eu pudesse já teria estado mais de uma vez em tua companhia»³. No mesmo dia em que Pedro II escrevia a D. Fernando, falecia na Baviera o primo Carlos Frederico Leiningen, filho do primeiro casamento de Vitória de Kent.

2.2. Um rei viúvo em Lisboa

D. Fernando prosseguiu a sua vida agradável, participando em bailes, concertos ou saraus onde cantava em público. Frequentava muito os meios teatrais. O filho Luís acompanhava-o a alguns destes divertimentos sociais, que pouco agradavam a Pedro, até porque o rei-pai não se coibia de comportamentos que o reinante condenava. Dizia-se, por exemplo, em 1856, que a atriz Paulina Chevalier era abertamente requestada pelo rei D. Fernando, pelo conde de Farrobo e por D. João de Meneses⁴ e que em maio de 1858 o rei «andava entusiasmadíssimo com uma francesinha, Charlotte Hanriot, costureira duma modista francesa que morava no Chiado»⁵. A crer em Bulhão Pato, muitas outras mulheres se deixaram seduzir pelo jovem rei-viúvo, incluindo aristocratas que frequentavam o paço⁶.

D. Fernando continuava a aumentar as suas coleções e prosseguia as obras no palácio e no parque da Pena. Quanto ao paço das Necessidades, foi em 1857 profundamente beneficiado, preparando-se para acolher Estefânia

¹ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 180-182.

² ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 185, carta da duquesa de Bragança a D. Fernando, Lisboa, 11.5.1856.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 184, carta de D. Pedro II do Brasil a D. Fernando II de Portugal, Rio de Janeiro, 13.11.1856.

⁴ NORONHA, 1922, p. 125.

⁵ COSTA, 1941, p. 51.

⁶ PATO, *Memórias* 3, pp. 73-79.

de Hohenzollern, a nova rainha de Portugal, e criando-se áreas distintas de residência para D. Fernando e infantes e para o novo casal régio. O rei-pai sentia-se muito satisfeito com a situação. Um mês após a chegada da nora, refere-se à sua vida «agora livre e independente em aposentos separados, o que é muito agradável» e convida o irmão a vir partilhá-la, pois é em Portugal, onde pertence e onde está naturalizado, que prefere reunir-se com ele. Prossegue em tom fanfarrão, de homem sem compromissos conjugais, que não passa os serões no palácio, onde se aborreceria na ternura tranquila dos dois noivos. Anda agora a descobrir o Passeio Público de Lisboa, que está já completamente iluminado a gás, e onde se pode ouvir música, cantar canções francesas num café ou passear nestas noites maravilhosas de verão em que tudo é agradável¹.

O gosto pela posse de obras de arte nunca o abandonou. Em julho de 1861, talvez por não poder já recorrer aos bons ofícios da tia duquesa de Kent, falecida em março desse ano, pediu ao conde do Lavradio informações seguras e pormenorizadas de «um baixo-relevo em madeira representando um feito de armas de um rei de Portugal, o qual, segundo parece, deve ter bastante merecimento e ser curioso, não só pelo assunto, mas pela execução», pertencente a Alexandre Castellani, em Londres. Desculpando-se pelos «incómodos que porventura lhe vou dar», apela à compreensão do conde, que «sabe que tudo quanto tem relação com a arte é a minha maior paixão, paixão ainda mais perdoável no meio deste nosso árido e singular século do que em qualquer outro». E acrescenta: «Não diga o conde: *Valha-nos Deus!*, recebendo este meu *requerimento*. Eu acho que não tenho sido até agora importuno»².

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 16.6.1858.

² Carta de D. Fernando II ao conde do Lavradio, Lisboa, 18.7.1861, in PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 69.

Capítulo 3

Alterações familiares

3.1. Casamento de Pedro (1858)

A família Coburgo projetara casar o primogénito de D. Fernando com Carlota, única filha do rei Leopoldo. Em 1854 os dois jovens conheceram-se, quando D. Pedro fez a sua primeira viagem pela Europa, mas nenhum deles ficou particularmente agradado, o que contrariou vivamente o clã Coburgo. No ano seguinte o desagrado mútuo confirmou-se na segunda estada de D. Pedro na Bélgica. Olivier Defrance concluiu que o rei Leopoldo desistira do casamento português¹, mas não foi assim, porque em agosto o rei dos Belgas surpreendeu D. Pedro com uma carta endereçada a D. Fernando «que trazia o projeto que eu tinha considerado já como perdido de me garantir uma parte do meu futuro»². Foi por essa razão que o jovem rei de Portugal acabou por pedir a mão de Carlota em carta que o tio Leopoldo recebeu a 14 de setembro de 1856³. Mas nesta altura, a princesa belga já conhecera o arquiduque Maximiliano da Áustria, o jovem que quatro anos antes se enamorara da princesa Maria Amélia de Bragança. E Carlota apaixonou-se por Max. O velho rei Leopoldo, por uma vez, esqueceu os

¹ DEFANCE, 2004, p. 258.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 8.2.1857, in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 180.

³ Informação do rei Leopoldo em carta à filha de 20.9.1856, cit. por DEFANCE, 2004, p. 261. D. Pedro apresenta uma versão diferente ao tio Alberto «Respondi [ao pai] que a proposta me parecia muito aceitável mas que, por variadas razões, não se podia efetivar nesta altura. Esta, tenho de acreditar, foi a resposta que meu pai deu ao tio Leopoldo», Carta de Lisboa, 8.2.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 180.

imperativos políticos e preocupou-se seriamente com a felicidade da filha. Assim, quando recebeu o pedido do sobrinho-neto português, ficou numa situação embaraçosa.

Pedro, que oferecia a Carlota uma situação muito mais vantajosa do que o Habsburgo, continuava a ser o seu preferido, assim como o da rainha Vitória e de seu marido, que pressionavam o tio para casar a filha em Portugal. Para não os ofender, Leopoldo fez-lhes crer que o casamento com Maximiliano fora proposto por Viena e escreveu à filha uma carta/memorando, onde lhe expôs as vantagens e desvantagens de cada um dos pretendentes, dando-lhe liberdade de escolha. No mês seguinte, outubro, a rainha Vitória ainda tentou contrariar o curso dos acontecimentos, acentuando a «imensa superioridade de Pedro», tanto pela sua personalidade como pela sua posição, afirmando que lhe daria qualquer uma das suas filhas não fosse ele católico¹. Ao mesmo tempo, o príncipe Alberto, ignorando ou fingindo ignorar que D. Pedro já pedira Carlota, pressionava-o: «Quando é que tu vais pensar no matrimónio? Falta-te uma rainha que assuma a parte feminina da tarefa»². O mesmo fez Vitória, dirigindo-se a D. Fernando: Pedro «não pensa em casar? Com 20 anos, seria desejável»³. De nada serviu. Carlota casou com Maximiliano, com quem teve um infeliz destino⁴.

O casamento de D. Pedro com a princesa Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen foi sugerido pelo príncipe Alberto de Inglaterra três meses depois, alertando-o nestes termos: «Precisas de uma rainha que desse a toda a corte e ao lar, a plenitude e normalidade que não pode ser esperada dum celibatário. Além disso, o celibato tornar-se-á tanto mais perigoso quanto os teus irmãos e irmãs se fizerem adultos e quanto mais se evidenciarem as diferenças, nos gostos e nas ideias, entre filho e pai. Assim, como atualmente estão as coisas, depressa o centro da família se perderá de vez e, sem este, não é possível, manter uma família unida. A rainha devia ser jovem, bonita, pura, bem educada e instruída, não ser beata nem mimada. Julgamos ter encontrado

¹ Cf. cartas da rainha Vitória ao tio Leopoldo e deste para a sobrinha in *The Letters of Queen Victoria*, vol. III, pp. 263-269 e in DEFANCE, 2004, pp. 260-262.

² Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Windsor, 25.10.1856 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 157.

³ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Balmoral, 4.10.1856.

⁴ Viveram afastados da corte de Viena. Em 1864 o arquiduque aceitou o trono do México e em 1867 foi fuzilado por revolucionários. Carlota estava na Europa onde viera pedir ajuda. Enlouqueceu e viveu alienada até à morte, em 1927.

uma pessoa com estes requisitos na filha mais velha do príncipe de Hohenzollern-Sigmaringen»¹.

Noutra carta, na sua arrogância de Saxe-Coburgo, afirma: «terias a vantagem de ficares com uma princesa católica, oriunda de uma Casa protestante e liberal e com sangue completamente novo, não conspurcado com misturas de Bourbons ou Habsburgos, além de ela ter gozado uma educação simples, não estragada pelos incensos da corte»². Pedro apreciou as características da noiva: «O que o tio me diz nas suas últimas cartas sobre a princesa Estefânia de Hohenzollern, sobre a sua educação, que corresponde aos meus hábitos e maneira simples de viver, as ideias políticas da sua família, o interesse que o tio e a querida tia têm na realização deste plano [...], e especialmente o facto de a princesa não pertencer à família Bourbon [...], tudo isto me parece uma base sólida para não abandonar a ideia e para a defender se alguém a ela se opuser»³.

A rainha Vitória escrevera também sobre o assunto a D. Fernando. Pedro não gostou que tivessem envolvido o pai e pediu que doravante, na medida do possível, fosse mantido à margem do assunto⁴, mas nessa altura Vitória instava novamente com Fernando: irá informar-se sobre a fortuna da princesa porque, embora compreenda muito bem a dificuldade que ele sente em dar uma resposta decisiva, sobretudo devido ao estado das finanças da Casa Real, considera desejável que Pedro se case dentro de um ano⁵.

Enquanto os Coburgos pressionavam o casamento, o velho Dietz e o imperador do Brasil achavam ser cedo demais, concordando com D. Fernando. O antigo professor sustentava que Pedro deveria aguardar mais dois ou três anos porque estava agora demasiado ocupado com as suas funções e porque o seu desenvolvimento físico ainda não se completara de forma a gerar príncipes e princesas fortes e saudáveis. Além disso, acrescenta, a dinastia portuguesa não corria qualquer perigo de extinção, tendo um príncipe como D. Luís, tão forte e tão jovial⁶. Tais considerações só podem significar que

¹ Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Windsor, 30.1.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, pp. 162-163.

² Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Londres, 29.3.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 188.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa 28.4.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 193.

⁴ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto de 8.2.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 179-181.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7324, cp. 200, carta da rainha Vitória a D. Fernando, Windsor, 6 (ou 8?).2.1857.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 27.5.1857. Trata-se da última carta que localizei de Dietz para D. Fernando.

suspeitava da virilidade de Pedro. Dietz estivera com os jovens em 1854 e mantinha correspondência assídua pelo menos com D. Fernando. Também este se surpreendeu, como veremos já, ao concluir que Pedro fazia a esposa feliz.

Quanto ao imperador do Brasil, ignoro o que disse, mas é conhecida a resposta do sobrinho: «Lisonjeio-me com a ideia de poder contar com a sua aprovação no que respeita à escolha [da noiva], se bem que da sua última carta eu veja que dissentimos enquanto à oportunidade do passo que dei. [...] Se meu tio porém estivesse no meu lugar, se tivesse a minha índole, o meu horror pelas distrações que a moral, sem as condenar, não aprova, e que de mais ou menos desacreditam o soberano, achar-me-ia talvez razão em procurar na família uma consolação honesta aos dissabores que são o prémio de um trabalho desgraçadamente, na sua melhor parte, vão»¹.

Foi o príncipe Alberto, em quem D. Pedro confiava em absoluto, que conduziu todos os acontecimentos. D. Fernando resistiu à ideia o mais que pôde, acabando por se conformar. A sua reação não tinha que ver com a personalidade da futura rainha, mas possivelmente com um conjunto de razões: vinha alterar todo o ambiente doméstico, devia reear a sua subalternidade, talvez duvidasse das aptidões conjugais do filho e, decerto, porque fora Alberto e não ele a escolher a sua nora. D. Pedro explica a situação: «Como o tio deve ter visto pela minha penúltima carta, pensei que o projeto de me casar em breve não seria bem recebido pelo meu pai, não tanto por causa do caráter da pessoa em questão, mas por ele não gostar de um acontecimento que, segundo me parece, deve trazer, como resultado, mudanças radicais nas nossas relações domésticas. Concluí, também, por certos sinais desagradáveis que, por razões que o tio conhece e que me escusarei de mencionar, a sua *entourage* o aconselhara a adiar a realização de um projeto de que eles não gostam. E não posso esconder que ele não gostou das palavras finais da penúltima carta do tio»². As palavras de Alberto haviam sido: «A tua atual situação como filho varão entre os outros irmãos, na casa paterna, e simultaneamente rei, não será sustentável a longo prazo e só se tornará natural no momento em que tu próprio fundares um lar

¹ Carta de D. Pedro V a D. Pedro II do Brasil, Lisboa, 12.12.1857 pub. in BRAGANÇA, «Cartas de D. Pedro V ao imperador do Brasil», p. 60.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 28.4.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, pp. 191-192.

e uma rainha passar a presidir à corte feminina e à vida social. Sem completares a família, a tua grande tarefa política tornar-se-á quase irrealizável. É esta a minha firme convicção»¹.

D. Pedro prossegue com a descrição da reação de D. Fernando, que fugia a abordar o assunto, de tal forma que o filho teve de lhe pedir que destinasse o dia para o discutir. «De todos os pontos que ele levantou em relação ao plano, só me lembro dos seguintes: a impossibilidade da sua realização imediata, as dificuldades financeiras do país e o seu desgosto em se separar de mim. Com respeito ao primeiro ponto respondi que também via inconvenientes em apressar as coisas, que era preciso fazer muitos preparativos, que os assuntos financeiros da Casa Real deviam ser postos em ordem tanto quanto possível e que isto, como o tio sabe, não se faz rapidamente em Portugal, e que, portanto, eu julgava difícil que o meu casamento tivesse lugar em 1857. A segunda objeção, disse eu, persistiria por muito tempo, e se nós fôssemos esperar até a remover, demoraria ainda muito tempo antes que eu pudesse pensar em casar. O último argumento caiu por si próprio. Como tudo o que ele disse foi que eu estava a tomar uma responsabilidade desnecessária — uma observação que não me preocupa — resolvi comunicar imediatamente a minha ideia ao presidente do conselho de ministros, com o pedido expresso de não mencionar aos seus colegas o nome da princesa, pois as negociações ainda não estavam terminadas».

Em julho de 1857 Carlota de Saxe-Coburgo casa com Maximiliano da Áustria. Nessa altura já as Cortes portuguesas, que não estavam informadas da identidade da escolhida, tinham votado a dotação da futura rainha em 60 contos anuais, quantia proposta por D. Pedro e considerada adequada pelo príncipe Alberto. E D. Pedro já pedira Estefânia em casamento, sendo o pedido aceite com júbilo a 8 de junho. A princesa Estefânia, que era da mesma idade de Pedro e jovem muito simpática, culta e religiosa, pertencia ao ramo católico dos Hohenzollerns, que fora soberano no estado de Sigmaringen até 1848-1850. Nessa altura, Carlos António de Hohenzollern-Sigmaringen, pai da princesa, integrara o seu principado na Prússia. Em contrapartida, entre outras, passou a ser considerado membro da família real prussiana. Por essa razão, o pedido de D. Pedro teve de ser também aceite pelo rei da Prússia. Não houve qualquer dificuldade. Portugal podia ser um país periférico e atrasado, mas o título de rainha que se oferecia a Estefânia engrandecia a família Hohenzollern e particularmente o seu ramo católico.

¹ Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Londres, 29.3.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 188.

A 6 de julho, novamente Alberto, participa a D. Pedro que recebera carta do pai de Estefânia pela qual lhe comunica «a anuência do rei da Prússia ao casamento de sua filha, estando assim, ao que parece, completadas todas as formalidades e o segredo revelado ao mundo. A diplomacia caiu das nuvens e não pode conceber que tenha andado a leste de tudo. O teu próprio encarregado de negócios disse-me, anteontem, que não percebia como a coisa se tinha feito — pois quem teria diligenciado? — e que estava certo que o próprio Fernando (teu pai) não tinha sabido de nada. Em resposta, apenas me ri»¹.

D. Fernando deve ter-se sentido profundamente magoado, mas nova questão indis pôs D. Pedro contra o pai. Tratava-se no maior segredo do casamento de D. Luís com a princesa imperial do Brasil, mas a notícia transpirou para a imprensa europeia a partir de Paris e no Brasil provocou grande celeuma. Casar a herdeira do trono com um príncipe português e considerando, como era próprio da época, que a esposa seguiria os ditames do marido, era encarado pelos brasileiros como recolonização². O rei suspeitou da indiscrição do pai. Obrigado a revelar o segredo a Lavradio, a quem encarregou de averiguar quem transmitira a informação, lamenta-se: «se porém a imprudência nasceu da desgraçada tendência para confiar segredos a quem os não sabe guardar, serve-me o facto para me dar a medida de prudência com que cumpre proceder para com aquele a quem é sumamente duro ter de ocultar os seus pensamentos»³.

Em novembro deste ano de 1857, D. Fernando perdeu a irmã, falecida em consequência de parto e deixando viva uma menina. Foi um choque para os Coburgos e para os Orleães. D. Fernando sentiu um desgosto grande, mas para Pedro terá sido quase indiferente e as negociações do casamento prosseguiram normalmente. Em junho desse ano falecera também a infanta D. Ana de Jesus. D. Pedro, com uma frieza brutal, refere-se assim à sua tia-avó em carta ao príncipe Alberto: «O tio já deve ter ouvido dizer que a infanta Ana, a mulher divorciada do marquês de Loulé, morreu, em Roma, no decurso de uma das suas viagens ao estrangeiro»⁴.

¹ Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Londres, 6.7.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 211.

² BARMAN, 2002, p. 53.

³ Carta de D. Pedro V ao conde do Lavradio, Sintra, 8.9.1857 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 128. Isabel de Bragança, herdeira do trono brasileiro, consorciou-se em 1864 com Gastão de Orleães, filho da irmã de D. Fernando.

⁴ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 8.7.1857 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 216.

O contrato matrimonial de Pedro e Estefânia foi assinado a 8 de dezembro em nome do rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, e do rei de Portugal, D. Pedro V. O casamento realizou-se por procuração, em Berlim, a 29 de abril de 1858, mas só a 17 de maio, depois de visitar os novos parentes Saxe-Coburgo-Gotha em Bruxelas e em Londres, a rainha de Portugal chegou a Lisboa. Conheceu então o marido e a restante família portuguesa. No dia seguinte desembarcou, celebrando-se com pompa a ratificação matrimonial¹.

Como já tive oportunidade de escrever, «D. Pedro prendeu-se à mulher como um naufrago a um rochedo. Ela preenchia-lhe o total vazio afetivo em que vivera. Com ela podia desabafar de coração aberto e sem apreensões. Ela era, para além dele próprio e do “tio” Alberto, o único ser humano por quem sentia admiração. Queria-a sempre consigo, absorvente, obsessivo, não lhe deixando um momento para ela». Mas «cometeu um erro ao manter a coabitação com o pai e irmãos, pois fragilizou a sua posição e, sobretudo, a da rainha. Se os reis reinantes se tivessem estabelecido noutra palácio, não haveria ambiguidades quanto à sua supremacia. Formar-se-ia a corte em torno dos jovens soberanos que imporiam os seus valores, gostos, hábitos e horários. D. Fernando continuaria a pontificar junto dos filhos solteiros e dos cavalheiros e damas que o rodeavam a si e aos infantes, constituindo-se uma corte secundária, como sucedia com as das rainhas viúvas. O risco era elevado, pois D. Fernando possuía todas as qualidades de homem elegante e mundano que escasseavam em D. Pedro. Mas o soberano era o filho e não lhe faltariam cortesãos e cortesãs sempre atraídos pelo poder. Se D. Pedro o tivesse permitido, D. Estefânia teria criado um bom ambiente de corte. Nada disto sucedeu, porém. D. Pedro preferiu salvar a paz familiar e a rainha viu-se esvaziada de influência, porque D. Fernando, habituado a sobressair, não lhe deixou margem de manobra»².

Logo em agosto, D. Estefânia iniciou reformas no palácio, mas compreendeu que seriam impossíveis, pois de imediato se levantaram intrigas e revoltas. A rainha queixa-se à mãe, sente-se uma hóspede no seu palácio. Quatro meses depois de chegar a Portugal, escreve: «Há dias em que me sinto terrivelmente desencorajada, em que vejo tudo o que falta, não só no país e em casa, mas também na família porque [...] percebo que não fiz absolutamente nada desde que aqui estou»³. E no mês seguinte, reconhecendo res-

¹ Sobre o casamento de D. Pedro e futura relação conjugal, ver MÓNICA, 2005, pp. 125-130 e, mais aprofundadamente, LOPES, 2011b, pp. 24-62.

² LOPES, 2011b, pp. 54, 62.

³ Carta da rainha Estefânia à mãe, s.l., 18.9.1858 in HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, *Cartas*, pp. 140-141.

ponsabilidades também ao marido, desabafa: «se os dois caracteres principais se adequassem melhor, tudo seria diferente, tudo seria muito mais fácil, para mim também; mas é esse o grande escolho onde tudo, mais ou menos, se vem quebrar»¹.

Surgiram também atritos com a infanta Maria Ana, muito unida ao pai e ressentida com a presença de Estefânia, que lhe tirava o primeiro lugar entre as senhoras da corte².

3.2. A família em 1858 nas palavras de D. Fernando

A 16 de junho de 1858, um mês após a chegada de Estefânia, D. Fernando escreve uma longa carta a Augusto, onde lhe descreve os filhos, a nora e a sua vida. Procurando animar o irmão que lhe falara dos problemas dos seus, diz-lhe que quando crescem os filhos mudam muito. João era uma criança medrosa e agora é um jovem forte e bonito, muito corajoso e determinado, além de um excelente cavaleiro. Luís era muito preguiçoso e meio louco e agora é um homem brilhante e de bom coração, com excelentes aptidões para os serviços marítimos.

O irmão perguntara-lhe como se sentia Pedro na qualidade de marido e se ele, Fernando, gostava de Estefânia. O rei diz-lhe que o filho «será sempre o mesmo homem calmo, nobre, inteligente, mas não muito enérgico e sempre deselegante». «Parece, contudo, ter a mulher muito feliz», escreve o rei, com indisfarçável espanto. Quanto à nora, D. Fernando diz não ser fácil responder. O seu desagrado com a precipitação do casamento está ultrapassado, afirma, porque Estefânia não cria conflitos e discórdias no círculo familiar e é uma pessoa calma e excelente. «Como vês, só digo bem dela e, contudo, é uma mulher que, pessoalmente — eu que estou habituado ao calor e vivacidade das naturezas meridionais —, não considero muito atraente». «Nem muito bonita», acrescenta, ele que «sempre gostou de ver mulheres de bela raça». «Não tem o verdadeiro tipo germânico», «não é sentimental e sensual», «as mãos não são belas, mas a impressão geral é bastante agradável e graciosa e muito adequada a Pedro, que não tem natureza artística e nunca será *um maroto*. E [se o fosse] seria um muito fraco, porque não é um homem brilhante». Isto é, D. Fernando descrevia a nora como descreveria uma qualquer outra mulher, apreciando-a pelos seus atrativos físicos, e troçava da

¹ Carta da rainha Estefânia à mãe, s.l., 13.10.1858 in HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, *Cartas*, 1922, pp. 159-160.

² LOPES, 2011b, pp. 65-66.

deselegância, prosaísmo e sensorialidade do marido seu filho. Noutra passagem lamenta que a nora não aprecie a música. Reconhece que é boa e gentil com ele, mas pouco têm em comum.

Refere-se depois ao noivado da filha, que gosta muito do noivo e ele dela, pois Maria é afável e boa porque Deus a criou assim. Segundo o rei, isto prova que as mulheres despretensiosas são sempre as que mais agradam. «Uma mulher que sabe demais torna-se numa criatura insuportável. Para mim, na sagacidade natural da mulher reside sempre o melhor. Maria não é de forma alguma ignorante, tem a inteligência natural da mãe, um exterior germânico e uma vivacidade meridional». Quanto ao noivo, Jorge da Saxônia, embora num primeiro contacto pareça frio, quando se conhece percebe-se que é uma pessoa sossegada e alegre¹.

3.3. Casamento de Maria Ana (1859)

O ano de 1857 fora fértil em projetos matrimoniais na Casa Real portuguesa. A infanta Maria Ana completara apenas 14 anos, mas o irmão mais velho desejava casá-la, temendo que a falta da mãe a pusesse em perigo. A tia materna, Januária de Bragança, que casara na família real de Nápoles, tornando-se condessa de Áquila, insistia para que a sobrinha se unisse ao duque da Calábria e a Corte napolitana fez a proposta, mas a ideia desagradou tanto a D. Fernando como a D. Pedro. Considerava este que a irmã era demasiado boa, simples e inocente para se poder adaptar ao ambiente de Nápoles e concluiu que a maior motivação da tia era encontrar uma companhia para a sua solidão. Havia, ainda, motivos de ordem política que desaconselhavam vivamente o enlace porque, como bem ponderava o jovem rei, «nos tornaria, pelos vínculos de parentesco, solidários aos olhos do mundo das intrigas que voam de Nápoles a Madrid e de Madrid a Nápoles. Nem creio eu que, sendo nós do número dos poucos príncipes que aceitaram com a inteligência e com o coração o regime representativo, possamos procurar a aliança com a família que representa princípios diametralmente opostos»².

Os dois reis de Portugal desejavam unir Maria Ana ao conde da Flandres, segundo filho de Leopoldo, rei dos Belgas³. Seria mais um casamento numa dinastia liberal e entre os Coburgos. Contudo, o tio não correspondeu

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 16.6.1858.

² Carta de D. Pedro V ao conde do Lavradio, Lisboa, 7.12.1857 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, pp. 167-168.

³ Filipe de Saxe-Coburgo-Gotha, conde da Flandres, veio a casar, em 1867, com Maria de Hohenzollern-Sigmaringen, irmã de D. Estefânia.

e só quando o perceberam D. Fernando e D. Pedro aceitaram Jorge da Saxónia, segundo filho do rei João I, sugestão que partira do conde do Lavradio. Escrevera este a D. Fernando, a 4 de novembro de 1857: «Em Dresden vi eu um jovem príncipe (o príncipe Jorge), belo rapaz, rico e muito bem educado, que me disseram desejava ardentemente ser genro de Vossa Majestade. Eu ouvi o que me disseram e respondi com a conveniente reserva, por isso que nenhuma instrução tinha a semelhante respeito. Devo, contudo, dizer que esta aliança me parece muito conveniente»¹.

Lavradio transmite o mesmo a D. Pedro, que lhe responde: «Tenho pensado mais de uma vez no que o conde me escreve enquanto a possibilidade do pedido da mão de minha irmã mais velha para o príncipe Jorge de Saxónia; e nesse negócio tive ocasião de conversar com meu pai. Não penso que contra esta aliança se possa fazer objeção alguma séria, uma vez que somos, pelo prolongado silêncio do rei Leopoldo, como que obrigados a renunciar ao projeto de enlace com o conde de Flandres. Conheço o príncipe Jorge, que me pareceu, se não de uma grande inteligência, pelo menos ter as qualidades precisas para fazer a felicidade de minha irmã que eu quisera antes ver unir-se a um príncipe para quem o trono fosse um acaso, do que trocar a sua tranquilidade pelos incómodos de um trono». E, ultrapassando o pai e agindo contra a sua vontade, pois D. Fernando não queria separar-se da filha tão cedo, D. Pedro apressou o casamento da irmã². A 17 de abril de 1858, dias antes do casamento de Estefânia e Pedro em Berlim, Jorge da Saxónia, que se deslocara a Lisboa, pediu pessoalmente a infanta. O pedido foi aceite pelos dois reis e a adolescente deu o seu consentimento. A rainha Vitória gostou do arranjo, pois «a nossa família» liga-se agora à linhagem da Saxónia real³.

D. Fernando decidira acompanhar D. Maria Ana a Dresden⁴, o que não se concretizou, e insistiu que se esperasse um ano⁵. Ao dar-lhe os parabéns, o primo Alberto, depois de lhe mostrar de forma muito elegante que não gostara de não ter sido informado, concorda que foi uma decisão muito sábia adiar por um ano o matrimónio. E, falando de pai para pai, diz-lhe também: «Posso imaginar vividamente os teus sentimentos mistos, porque também eu

¹ PORTUGAL, *Memórias do Conde do Lavradio*, vol. VI, p. 236. A infanta portuguesa também não fora a primeira escolha de Jorge, que no ano anterior pretendia casar com Carlota da Bélgica.

² Carta de D. Pedro V ao conde do Lavradio, Lisboa, 7.12.1857 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 168-169.

³ Carta da rainha Vitória à filha mais velha, 10.4.1859, cit. por BARMAN, 2002, p. 52

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VII, p. 31.

⁵ Cf. carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Londres, 26.4.1858 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, pp. 264-265.

os experimentei»¹. Contudo, D. Pedro, sempre crítico do pai e com frequência injusto, conta ao tio que é ele que mais se preocupa e a quem mais custa a separação. «O caso agradou a meu pai, mas eu não me sinto completamente feliz com ele. Estou a pensar na separação e, infelizmente, sinto-me preocupado demais com o futuro, de forma que represento o papel de um pai, enquanto o meu pai está para mim na posição de um irmão»².

O casamento de D. Maria Ana realizou-se em Lisboa a 11 de maio de 1859. Fora aprovado nas Cortes um dote de 90 contos de réis e D. Luís comandou os navios que foram buscar o noivo. Nesta altura, D. Pedro acusava o pai de perverter o irmão: «o meu pai tem feito muito para o encorajar na procura de prazeres desordenados que — pelo esgotamento físico e moral que produzem — o tornam incapaz de um contínuo trabalho mental»³.

Deu nas vistas a antipatia do noivo, que não era amável com ninguém e mal dirigia a palavra à jovem esposa de 15 anos. A pobrezinha chegou a chorar em público. Cinco dias depois deixou para sempre o seu país. Os saxões não lhe permitiram levar consigo nenhuma dama ou qualquer outra pessoa portuguesa que a ajudasse a integrar-se na corte de Dresden. Só a acompanhou, durante a viagem, o irmão Luís, tentando atenuar-lhe a dor. Como resume D. Pedro V: «celebrou-se com mais pompa que alegria o casamento de minha irmã com o príncipe Jorge de Saxónia. É desgraçada sina, que persegue este último, não deixar simpatias em parte alguma»⁴.

D. Pedro nunca se refere ao desgosto que a partida de Maria Ana representava para o pai, mas a rainha, que, como se disse, tinha razões de queixa tanto do sogro como, em menor grau, da cunhada, não deixou de o notar: «Esta partida será triste, Maria irá deixar-nos um grande vazio e para o pai é uma verdadeira perda. Era para ele muito mais do que uma filha; tinha uma influência muito boa sobre ele e sobre os irmãos»⁵. Duas semanas mais tarde, Estefânia sente-se muito grata ao sogro porque lhe recomendou a pe-

¹ ANTT, ACR, cx. 7433, cp. 914-A, carta do príncipe Alberto ao rei D. Fernando II, Londres, 26.4.1858.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 28.4.1858 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 269.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 10.4.1859 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 308.

⁴ Carta de D. Pedro V ao conde do Lavradio, Lisboa, 6.7.1858 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 232.

⁵ Carta da rainha D. Estefânia à mãe, Lisboa, 1.5.1859 in HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, *Cartas inéditas*, p. 222.

quena Antónia e diz agora à mãe que D. Fernando «em geral, é excelente para mim»¹.

3.4. Morte de Estefânia (1859)

Passados apenas dois meses, a rainha contraiu uma angina diftérica. Só resistiu nove dias, falecendo a 17 de julho de 1859, dias depois de completar 22 anos². Foi uma tragédia para todos. O marido, que pela primeira vez na vida se sentia feliz, ficou devastado, mas toda a família se ressentiu, incluindo os parentes estrangeiros. O príncipe Alberto dirá que há muitos anos não experimentava um desgosto tão profundo e a rainha Vitória interroga-se: «O que é a política em comparação com uma tal desgraça e uma tal desolação?»³.

O casamento de Pedro deveria ter assegurado a descendência e a normalidade familiar. Em vez disso, o rei continuava sem sucessão e abominando a ideia de contrair segundas núpcias. As crianças viviam de novo o horror da morte da figura maternal. Quanto a D. Fernando, não se conhecendo cartas suas deste período, podemos contudo adivinhar que terá sido um golpe, pelo que significava enquanto perda para o filho, cuja personalidade era tão depressiva, e para a família, de novo desorganizada.

Pedro isolou-se cada vez mais, só se distraíndo com a caça. Apreciava pouco o irmão Luís, mas, em contrapartida, gostava de João, seco e frio como ele, mas demasiado novo para seu confidente. Os restantes irmãos eram crianças por quem se sentia responsável. O tio Alberto continuava a ser a única pessoa com quem desabafava e a quem revelava o difícil relacionamento que mantinha com o pai. A 4 de novembro diz-lhe que está completamente só e incompreendido e, conhecendo ele as suas relações familiares, não precisa de ser mais explícito, até porque o tio sabe «o pouco que seria necessário para desfazer inteiramente laços que só se mantêm à custa de paciência que tem algo de meritório»⁴. D. Pedro queixava-se, pois, da sua solidão afetiva, mas também ele podia ser de uma perturbante frieza. O tio Alberto enviara congratulações pela gravidez de D. Maria Ana. Pedro, incapaz de pensar nas emoções que a juvenzinha sua irmã estaria a sentir ao esperar

¹ Carta da rainha D. Estefânia à mãe, Lisboa, 15.5.1859 in HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, *Cartas inéditas*, p. 227.

² Sobre a vida e morte de Estefânia, ver LOPES, 2011b.

³ Cartas do príncipe Alberto à filha Vitória, 20.7.1859 e da rainha Vitória ao tio Leopoldo, 19.07.1859 in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 354.

⁴ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 4.11.1859 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 320.

o seu primeiro filho, agradece-lhe as felicitações «pelo acontecimento que faz de Jorge da Saxónia o reprodutor de uma raça quase extinta»¹.

Contudo, Pedro também conseguia revelar perspicácia. Referindo-se obviamente ao pai, diz ao príncipe Alberto: «Há neste mundo naturezas tão egoístas, tão mimadas pelo constante favor dos seus semelhantes, que nunca conseguirão perdoar nem mesmo à natureza que lhes contrarie os mínimos caprichos. Esquecendo facilmente tudo o que as perturbou, felizes porque lhes é quase impossível ser infelizes, nunca esquecerão o que alguma vez magoou»². Feliz porque lhe é quase impossível ser infeliz, eis uma caracterização lapidar da personalidade de Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha. O que foi trágico para pai e filho é que D. Pedro considerava censurável tal característica.

Neste final de 1859, Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, irmão de D. Estefânia, veio a Portugal recolher o espólio da irmã. A condessa de Rio Maior foi cumprimentá-lo às Necessidades. E aí esteve com «el-rei D. Fernando, sempre falador e polido, coitado, mas muito avelhantado. Dizem que para o ano vai à Alemanha ver a Sr.^a infanta D. Maria Ana»³. D. Fernando não foi à Saxónia, onde em junho de 1860 lhe nasceu a primeira neta. Nessa altura, o rei-viúvo já conhecera Elisa Hensler e é possível que fosse esse o motivo para não visitar a filha. De facto, foi só depois do encontro de D. Fernando e Elisa que D. Pedro percebeu que o pai já não iria a Dresden⁴.

3.5. Surge Elisa Hensler (1860)

A 15 de abril de 1860, a cantora Elisa Hensler atuou no Teatro de São Carlos e foi provavelmente nesta data que D. Fernando a conheceu⁵. Segundo parece, o envolvimento foi rápido. Em outubro, D. Pedro, D. Luís e D. João foram para Vila Viçosa e em novembro visitaram o Porto, mas o pai não os acompanhou em nenhuma das viagens. Nesta altura já o seu romance era bem conhecido, pois a 1 de dezembro a condessa de Rio Maior

¹ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 16.12.1859 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 328. Jorge perdera três irmãs e o irmão mais velho, herdeiro do trono, não tinha filhos.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 4.11.1859 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 320.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 4.12.1859.

⁴ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 5.5.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 342.

⁵ REBELO, 2006, p. 37.

contava ao filho mais velho, em Coimbra, que «el-rei D. Fernando deu o outro dia uma *soirée*; esqueceu-me falar-te nisso. Estavam só homens e a Hensler e Gazzaniga. A primeira estava ali como em sua casa. El-rei cantarolou toda a noite, divertiu-se imenso, e diz que conta repetir. Faz contraste com a serenidade do filho»¹. Pode imaginar-se o que D. Pedro pensaria. E pode compreender-se que quisesse apressar o casamento da irmãzita Antónia. Segundo Teresa Rebelo, o rei viúvo frequentava também «assiduamente a casa onde vivia a cantora, situada na Rua dos Remédios, à Lapa, no número 68, relativamente perto do Palácio das Necessidades»². A 17 de dezembro, os três filhos mais velhos e Leopoldo de Hohenzollern (que voltara a Portugal para pedir a mão de D. Antónia) partiram para Vila Viçosa, de onde regressaram a 23. Mais uma vez, D. Fernando, que vivia a sua paixão, não os acompanhou.

O rei viúvo tinha então 44 anos e Elisa 24. Nascera na Suíça, em Neuchâtel, em 1836, ano em que D. Fernando casou com a rainha de Portugal. Em 1838 a família Hensler emigrou para os Estados Unidos, onde, em Bristol, a jovem aprendeu canto lírico. Depois regressou à Europa como profissional. No nosso país, estreou-se no Porto, em outubro de 1859. Acompanhavam-na a mãe e provavelmente já também uma menina, Alice, que todos diziam ser filha de Elisa, mas que esta negava, só o revelando à hora da morte, em 1929, tinha então a filha mais de 70 anos³.

A 10 de janeiro de 1861, D. Fernando organizou outra festa no paço. Como convidou a sua apaixonada, a função foi, de novo, reservada à elite masculina da capital. D. Fernando impunha já Elisa, embora ainda só aos homens, pouco se incomodando com o escândalo. Conta, mais uma vez, a condessa de Rio Maior: «O tio Francisco [1.º conde de Azinhaga] está melhor, fez-lhe muito bem o ser convidado para a função d'el-rei D. Fernando antes de ontem. Gostou da distração, e tendo passado mal na noite antecedente, e lamuriado muito ao jantar por ter que se vestir, pentear, etc. lá foi para o Paço às 9h. Gostou imenso, diz que as casas são lindas, que lhe parecia ver realizados os sonhos de mil e uma noites, veio contentíssimo. A sociedade de homens não era má, estavam todos os criados da casa [cortesãos], o corpo diplomático e alguns preferidos; mas de senhoras a Hensler e a Gaz-

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 1.12.1860.

² REBELO, 2006, p. 39.

³ REBELO, 2006, pp. 39-40, 117. Ruben Andresen Leitão afirma, não sei com que fundamentos, que Elisa Hensler tinha dois filhos do músico portuense Miguel Ângelo (LEITÃO, 1965a, p. 5).

zaniga, e a primeira muito à sua vontade, conhecendo os cantos à casa, e até atrevendo-se a armar com o Catacazé uma partida de monte, jogo que se não joga em casa nenhuma séria. Nem el-rei D. Pedro nem nenhum dos irmãos estava, o que ainda dava um cunho mais decidido à festa, mas o dono da casa contentíssimo, cantando toda a noite. Tudo aquilo é um pouco esquisito; deixá-lo; mas antes pecar por seriedade de mais, como el-rei D. Pedro»¹. Nesta altura, D. Pedro devia sentir-se satisfeito por ter apressado o casamento das irmãs.

O último filho de Augusto e Clementina e futuro czar da Bulgária, Fernando, nasceu no mês seguinte. Era um feliz acontecimento, mas ensombreado em março pelas mortes da neta de D. Fernando, a pequena filha de D. Maria Ana, e da duquesa de Kent, mãe da rainha Vitória. Esta entrou numa estranha depressão. Logo a seguir, em abril, rebentou um escândalo em Viena que afetou todo o clã Coburgo. Leopoldo, o irmão mais novo de D. Fernando, que fora sempre rebelde, casou morganaticamente com Constança Geiger (1835-1890), de quem tivera um filho seis meses antes. Constança era uma celebridade em Viena: filha de um músico da corte, relacionada com a família Strauss e considerada menina-prodígio desde os 8 anos, era compositora, pintora, atriz e poeta². Mas nenhum destes predicados faziam dela uma esposa aceitável para um príncipe húngaro e duque de Coburgo. O rei Leopoldo dos Belgas ficou irritado com o sobrinho e apelidou o casamento de ridículo³. O príncipe Alberto comenta com D. Pedro: «Que escândalo o Leopoldo deu em Viena! Teu pai deve estar muito pouco contente com a nova irmã, Mademoiselle Geiger!!»⁴. Talvez não fosse exatamente assim. Afinal, tal como ele, Leopoldo apaixonara-se por uma artista. Em 1862 o primo Ernesto, soberano de Coburgo, concedeu a Constança um título nobiliárquico, como sete anos depois fará a Elisa Hensler. Estranho e igual destino o destes dois irmãos Coburgo-Koháry.

Em maio de 1861, D. Fernando escreve a Augusto, muito bem-disposto e brincalhão. O irmão não lhe comunicara pessoalmente o nascimento do filho, que o tio só soube por anúncio oficial, mas Fernando diz-lhe que está perdoado e felicita-o pelo «novo *homunculus*». Depois fala-lhe dos seus. Sobre a morte da neta e a dor da filha, não há um lamento, escrevendo o se-

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 12.1.1861.

² FASTNER, 2005, p. 197.

³ Carta do rei Leopoldo à filha Carlota, 27.4.1861 in DEFANCE, 2004, p. 299.

⁴ Carta do príncipe Alberto a D. Pedro V, Londres, 16.5.1861 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 368.

guinte: «Desejo que a nossa querida Maria, que continua de luto pelo sua filha, siga em breve o vosso exemplo e alegre *Dominum Georgium* com um pequeno fruto masculino, mas parece que até agora isso não está no horizonte, tanto quanto sabemos aqui na nossa velha Lisboa». Caracteriza Antónia, que casará em setembro, como muito maliciosa mas encantadora, muito bonita e agora decerto tão alta como a irmã. «Tens de admitir, que um pai, a respeito de filhas bonitas, tenha um deleite verdadeiramente insensato». Gosta do futuro genro, mas tanto ele como a noiva são infantis¹. Com a sua frivolidade de sempre, ou se se quiser com o seu culto exagerado da beleza física, D. Fernando dirá depois que é «para lastimar que fisicamente ele [o genro] não seja um pouco mais alto»².

Ainda na carta que em maio escreveu a Augusto, D. Fernando aborda a questão do casamento do irmão mais novo, percebendo-se que, ao contrário do interlocutor e do que ele próprio procura dar a entender pelas palavras de apoio que lhe dirige, não ficou enfurecido com o assunto. «Sobre Leopoldo, o recente marido, eu digo: *Que faire?* A loucura aconteceu, mas gostaria de saber o verdadeiro porquê. Partilho da tua perspectiva sobre o desconforto do assunto». «A mim esta questão não me espanta, pois desde há algum tempo que esperava de Leopoldo, o déspota domesticado, tal golpe de génio que só o prejudica a si próprio e à família, contra a qual, muito provavelmente, o mesmo era dirigido». «Compreendo a tua indignação, pois esta questão também me fez sentir muito desconfortável. Se ele ao menos fosse feliz! Contudo, nem isso se pode esperar quando se conhece este homem tão peculiar, que me diz, da forma mais natural e afável, que praticou um golpe demente. Além disso, não posso dizer nada sobre esta questão porque não conheço todas as circunstâncias e em relação à personalidade [da cunhada] estou completamente às escuras. Seria bom aqui, neste local, enviar uma prece ao céu, que Deus nos conserve a força e todos os poderes mentais! Dito isto, em Lisboa, com um corpo saudável embora muito usado (não sejas maroto, Augusto!) e, como eu creio, um entendimento são, *Anno Domini* 1861, 11 de maio. *Et sur ce*, sou e serei teu velho amigo Fernando». Sobre Elisa, o silêncio é total.

No mês seguinte, D. Fernando escrevia com igual jovialidade. Andava feliz. Recebera carta de Augusto que evocava a infância comum em Walterskirchen, ao que parece em tom melancólico, mas o irmão mais velho não ex-

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 11.5.1861.

² Carta de D. Fernando ao conde do Lavradio, 13.10.1861 in PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 2.

perimentava tais sentimentos («não cultivo esses estados de espírito!») e declara que Deus fez tudo pelo melhor, pois ele é mais feliz num país meridional. Volta a interceder por Leopoldo, a quem escreveu uma carta que o irmão mais novo «qualificou de razoavelmente filosófica». «Que mais há a fazer, quando a loucura se encontra na dimensão dos factos consumados?». E D. Fernando prossegue, sempre num tom muito leve: «A propósito, a esposa, a julgar pelo retrato, não é demasiado graciosa e não é nada o meu género e Leopoldo tem uma barba impossível e bárbara». «O Pedro está agora bastante bem e está um belo homem com um bigode bastante bonito e empinado, cujo aperfeiçoamento é indispensável. Gosch [ele próprio] é sempre o mesmo, em todos os aspetos, só talvez mais propenso a fúrias do que era. A barba, ainda maior que habitualmente, é sempre conservada e o cabelo pode ainda ser sacudido. Por vezes fazem-se aqui, nesta casa encantadora, sempre recheada de novos objetos, pequenos jantares e festas com música. O canto é cada vez mais estimulado e a voz ainda está mais cheia do que habitualmente»¹. E continua a não revelar a existência de Elisa.

O filho mais velho não conseguia entender nem aceitar tanta leveza e queixava-se da infantilidade, do «glorioso egoísmo» do pai² e do «dualismo incompreensível que existe na família»³. Sem esquecer Estefânia, e convencido de que nunca encontraria ninguém como ela, tinha já decidido contrair segundas núpcias, inevitáveis para assegurar a dinastia, mas ainda não escolhera a noiva. Olivier Defrance afirma que D. Fernando desejava o casamento de Pedro com «uma filha do rei de Itália, com apenas catorze anos» e que o rei Leopoldo, que ouvira falar do projeto, considerava a ideia fantasista⁴. A «filha do rei de Itália» só podia ser Maria Pia. É verdade que se falou dessa união, que Vítor Manuel de Itália e o seu primeiro-ministro Cavour a desejavam e que em 1861 enviaram a Lisboa o marquês Caracciolo di Bella para sondar o rei português. Nada encontrei que confirme o envolvimento de D. Fernando, mas é possível que o enviado de Itália o persuadissem, embora Vítor Manuel não se lhe refira quando em outubro e novembro menciona a questão à filha mais velha, Clotilde⁵.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 28.6.1861.

² Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 5.5.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 342.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 22.8.1861 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 375.

⁴ DEFANCE, 2004, p. 282.

⁵ LOPES, 2011b, p. 117.

3.6. Casamento de Antónia (1861)

Quem casou em 1861 foi D. Antónia. D. Estefânia já tinha pensado em unir um dia o irmão Leopoldo à sua cunhada mais nova e nesse sentido aconselhara a família. D. Pedro não deixou cair a ideia. Quando em finais de 1859, Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen veio a Portugal recolher os haveres deixados pela rainha (cujos herdeiros foram os pais), o assunto foi tratado seriamente por pressão de D. Pedro e os jovens ficaram noivos, embora ainda não oficial e publicamente. Embora a infanta tivesse apenas 14 anos, o irmão exigiu brevidade na realização do casamento, de que Leopoldo se queixou. Mas, no entender de Pedro, Antónia era demasiado viva para permanecer solteira numa casa sem mãe e com um pai infantil. Nas suas próprias palavras, atuou de forma demasiado direta, mas necessária porque lhe cabia «ocupar um lugar que está vazio na nossa família»¹. Confiava tão pouco no pai que ao saber que o sogro, pai do noivo, iria escrever a D. Fernando, pensou que este poderia «estragar tudo»². Neste mesmo dia, revela ao tio que as relações familiares estavam de novo tensas.

Mas D. Fernando não se opôs durante muito tempo e no verão seguinte agradava-lhe tanto a ideia do casamento da filha que mais uma vez chocou o primogénito. «A resistência paterna foi nula e a repugnância que existia substituída por um contentamento que me absterei de julgar». Além disso, acusava-o também o filho, nada fazia de concreto e tudo dependia da vontade de uma menina de 15 anos com cabeça de criança porque o pai se esquecia sempre de tudo o que o importunava. A duquesa de Bragança também não estava contente porque não a tinham informado da escolha do marido de D. Antónia e porque deveria ter em vista «algum príncipe bávaro bem absolutista e católico». É nesta carta ao tio Alberto que Pedro lhe comunica que o pai adiou *sine die* a viagem a Dresden, «com vários pretextos que eu tomo a grande liberdade de considerar bastante fúteis e que se reduzem a uma única razão real — não renunciar à liberdade de tudo dizer e tudo fazer que Lisboa concede a todos aqueles que a tomam»³.

O contrato matrimonial de Antónia de Bragança e Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen foi assinado a 8 de junho de 1861 entre Guilherme I da

¹ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 15.1.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 335.

² Carta de D. Pedro ao príncipe Alberto, Lisboa, 5.5.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 342.

³ Carta de D. Pedro V ao príncipe Alberto, Lisboa, 6.8.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 351.

Prússia, como chefe da Casa de Hohenzollern, D. Pedro V, rei de Portugal, e D. Fernando II, rei de Portugal e duque de Saxe-Coburgo-Gotha. D. Luís foi buscar o noivo e o seu irmão Carlos, que chegaram a Lisboa em agosto, e o casamento celebrou-se a 12 de setembro. Na manhã de 18, D. Antónia embarcou no cais de Belém. Acompanharam-na os infantes D. Luís e D. João e levava, tal como a irmã, um dote de 90 milhões de réis.

Capítulo 4

Dies irae (1861)

4.1. Uma família que se desfaz

A 29 de setembro de 1861, D. Pedro viajou com os dois irmãos mais novos, Fernando e Augusto, para Vila Viçosa, onde estes nunca tinham ido. Oferecia-lhes essas férias para os consolar da partida da irmã, até porque nesse ano não haviam saído de Lisboa. Os dois infantes regressaram à capital a 6 de outubro, a fim de retomarem as aulas, ficando o rei no Alentejo alguns dias mais. Segundo Francisco Bastos, professor dos príncipes, a 12 de outubro D. Fernando mandou que os dois filhos mais novos o acompanhassem de comboio a Santarém a esperar D. Pedro. Numa versão muito diferente da usual, que atribui a doença dos infantes e do rei a tifo contraído em Vila Viçosa, Bastos imputa a doença dos príncipes a esta viagem de comboio, onde apanharam muito frio. Recorda que quando voltou a vê-los, no dia 15, os encontrou incomodados, ambos com o pescoço inclinado para um dos lados, que resguardavam com um lenço. O próprio infante D. Fernando lhe disse que estavam doentes devido ao frio que apanharam no caminho de ferro tendo as cabeças descobertas. D. Augusto piorou e deu cuidados nos dias seguintes¹. Contudo, o que vitimou os filhos de D. Fernando foi com certeza o tifo, doença que tem um período de incubação de uma a duas semanas e é muito contagiosa.

Continuando a seguir o minucioso relato de Francisco Bastos, sabe-se que a 20 de outubro D. Pedro também se sentiu mal, embora ligeiramente. A 22 ficou de cama, mas depois levantou-se. Quem agora inspirava preocu-

¹ BASTOS, *Memórias para a história*, pp. 161-164.

pação era o infante D. Fernando, bastante mal desde 26. O dia 29, aniversário do pai, «foi de grandíssimos cuidados e desgostos no paço, pela gravidade a que tinha chegado a doença do senhor infante Dom Fernando; os dias 30 e 31 pareceram os últimos da sua vida. Todos os médicos e cirurgiões do paço estavam ocupados da doença do senhor infante; nem de noite nem de dia saíam do seu quarto». O subinspetor dos estudos, conselheiro Moreira, «andava como fora de si, com as mãos na cabeça e com os olhos banhados de lágrimas, sem saber o que fizesse». D. Alexina Weber corria do quarto de Fernando para o de Augusto. Temendo o contágio, Moreira instalou Augusto, que estava melhor, num aposento mais afastado e D. Pedro, que continuava doente, não estava autorizado a visitar os irmãos. «O extremoso pai, desde o princípio da enfermidade do senhor infante Dom Augusto, e depois que o senhor rei Dom Pedro V adoeceu e finalmente o senhor infante Dom Fernando, nunca deixou de correr do quarto de um destes senhores ao quarto do outro»¹.

A 31 de outubro o rei D. Fernando comunicou a D. Luís que o irmão Fernando já não estava tão mal, embora ainda continuasse muito doente². O dia seguinte foi de alegria porque as suas melhoras eram nítidas e Augusto estava em convalescença, mas houve nova reviravolta a 4, com recaída de ambos. O estado de Fernando agravou-se subitamente. A 5 de novembro comunicaram à pobre criança que devia confessar-se. Fê-lo à tarde. À noite ministraram-lhe a extrema-unção. Horas depois, às 5h15m da manhã de 6 de novembro, morreu. Tinha 15 anos. «O senhor rei Dom Fernando estava no mais profundo desgosto pela morte do senhor infante Dom Fernando e pela enfermidade do senhor infante Dom Augusto», mas com esperanças nas melhoras de D. Pedro³.

D. Luís e D. João receberam a notícia no estrangeiro e regressaram de imediato. O infante D. Fernando foi sepultado junto da mãe, a 8 de novembro. Neste mesmo dia D. Pedro piorou. Os tiros disparados de meia em meia hora desde a morte do irmão em nada ajudaram. A 9 o rei estava tão mal que nessa noite se ordenaram preces públicas e no dia seguinte o doente pediu a confissão. A duquesa de Bragança e a infanta Isabel Maria acorreram ao paço. Em Londres soube-se, por telegrama, o estado perigoso de Pedro. Alberto sentiu medo⁴. Finalmente, a 11 de novembro, D. Pedro recebeu

¹ BASTOS, *Memórias para a historia*, pp. 166-168.

² BA, 54-X-32 (72).

³ BASTOS, *Memórias para a historia*, p. 173.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 80.

o viático, a extrema-unção e a bênção papal. Morreu às 19h15m. Tinha 24 anos e era viúvo há dois. O pai assumiu a regência até à chegada de D. Luís, agora rei de Portugal, embora não o soubesse. A legislação portuguesa não previa esta regência, mas foi pacífica. Em fevereiro do ano seguinte, o novo monarca promulgou a lei que dava a D. Fernando a regência no caso da ausência do reinante. Manuel Moreira Coelho, o dedicado preceptor dos infantes mais novos, temeu o pior para D. Augusto e levou-o no dia imediato para o paço de Belém, nunca o perdendo de vista.

O rei D. Luís e D. João, agora príncipe herdeiro, chegaram a Lisboa às 7h da manhã do dia 14, o que foi um alívio porque uma terrível tempestade que durava há dias podia ter sido fatal para o vapor brasileiro onde vieram. O marquês de Loulé foi a bordo e dirigindo-se a D. Luís com o tratamento de «Vossa Majestade», revelou-lhe a morte de D. Pedro. Com o pai, os recém-chegados visitaram Augusto em Belém e decidiram os dois alojar-se também ali. O estado do irmão mais novo ia oscilando: sem melhoras até 17, recuperou até 21, voltando então a piorar. Oito dias depois pensou-se que morria e o seu estado foi muito preocupante até ao 1.º de dezembro. Depois melhorou até à véspera de Natal. O pai e os irmãos visitavam-no regularmente e, provavelmente devido a esses contactos, D. João sentiu-se indisposto a 9 de dezembro, agravando-se perigosamente o seu estado a 16. Dois dias antes, sem que ninguém o esperasse, falecera o príncipe Alberto de Inglaterra. Na época acreditou-se que, tal como os primos portugueses, morreria de febre tifoide¹. A família Coburgo vivia o seu pior pesadelo.

Nesta atmosfera sinistra, e com D. João a lutar contra a morte, procedeu-se à coroação de D. Luís, a 22. Nessa mesma noite D. Fernando foi buscar o jovem rei ao paço de Belém e levou-o para as Necessidades. Protegia o único filho que não fora atacado pela pestilência. Seguem-se mais dias de horror. A 23, D. João é sacramentado, no dia seguinte D. Augusto piora e o estado de D. João é gravíssimo. A 25, a câmara municipal de Lisboa pede ao rei D. Luís que se retire das Necessidades. O jovem monarca muda-se para Caxias durante a tarde, após a eclosão de motins que só se aquietaram no dia seguinte. O povo acreditava que o rei e os infantes tinham sido envenenados e queria saber o que se passava com D. João, que se dizia já falecido. Relata uma testemunha a 26 de dezembro: «Viam-se grupos pela rua, perguntavam-se notícias do infante, propalavam-se boatos de envenenamento, indignavam-se os autores do crime e (coisa incrível de dizer-se) os designados à ani-

¹ Hoje pensa-se que pode ter sucumbido à doença de Crohn.

madversão popular eram os maiores amigos de el-rei: o conde da Ponte, o marquês de Ficalho, com quem de envolta se ouviam os nomes do marquês de Loulé, de Valada, da Ribeira, o da senhora infanta D. Isabel. Chamava-se a esta lista a *dos reaccionários*. No teatro espalhavam-se listas com estes nomes; enfim, empregavam-se todos os meios para criar contra estas pessoas o ódio popular. [...]. Ontem de manhã organizou-se um grande *meeting* no Terreiro do Paço. Vou, a este respeito, contar a V. Ex.^a [o conde do Lavradio] o que vi.

Estava eu no Paço pelas três horas da tarde, quando vieram dizer a el-rei que uma multidão de duas a três mil pessoas presididas pela câmara municipal se encaminhavam para as Necessidades. Sua Majestade respondeu que receberia só a Câmara. Esta subiu e o seu presidente entregou uma representação a el-rei, dizendo que havia constado à Câmara que alguns cidadãos se reuniam para representar a el-rei se dignasse mudar de residência, para não apanhar o contágio; que parecia à Câmara muito justa esta representação e, para que o *meeting* não degenerasse em tumulto, a Câmara tinha julgado dever tomar a direção do movimento e fazer sua a representação. El-rei conservou sempre muita presença de espírito e muita coragem e respondeu à Câmara que agradecia tanto zelo e amor pela sua pessoa; que a Câmara podia assegurar ao povo que a sua saúde era excelente; que lhe parecia que, cumprido este dever, restava à Câmara o outro de dissipar os descontentamentos e agitação, que não quisessem inaugurar o seu reinado com tumultos nem acrescentar as suas mágoas particulares com desgostos públicos. O senhor D. Fernando glosou estas palavras do filho com muito bom senso. A Câmara saiu e el-rei apareceu ao balcão ao povo que enchia o Largo das Necessidades. Levantaram-se muitos vivas, vozes de *saia daqui*, poucos e isolados morras, logo abafados com gritos de desaprovação.

El-rei veio para dentro e ouvi-o dar as ordens muito terminantes aos ministros e governador civil, mostrando e ordenando que se mostrasse a maior energia. O povo, porém, não se dissipou. Em Lisboa haviam-se reunido muitos ranchos. Um destes dirigiu-se à Secretaria da Fazenda, onde estava o Loulé e o Ávila e o Morais de Carvalho (os outros ministros estavam no paço). Aqueles ministros tiveram apenas tempo para irem embarcados para o Arsenal. O povo subiu à Secretaria e, não achando ninguém, saiu sem mais desordem. Pelo cair da tarde el-rei foi para o paço de Caxias, acompanhado do conde de Linhares, do general Passos e do Dr. Bernardino.

Neste tempo um grupo de mais de quatrocentas pessoas dirigiu-se a casa do conde da Ponte, gritando morras e tentando deitar fogo à casa. O conde estava no paço, onde os seus amigos lhe aconselhavam que ficasse, mas, ouvindo que se atentava contra a sua casa, onde ficara a mulher e filhos, saiu do paço. No alto da Calçada das Necessidades um amigo, conhecendo-o de longe, gritou-lhe pelo seu nome, pedindo-lhe que se retirasse. O povo ouviu este grito e correu sobre o conde, que deitou a correr pela calçada abaixo. Perto das cavaliças reais o povo alcançou-o e começaram as pauladas a chover-lhe sobre os ombros e cabeça. O conde não perdeu a presença de espírito e conti-

nuou a correr pela rampa abaixo. O povo sempre em cima dele espancou-o cruelmente, fazendo-o cair três vezes, mas o conde levantou-se sempre e assim chegou coberto de sangue e feridas até defronte da porta do paço, onde caiu e teria ficado, se a guarda não tivesse cruzado as armas sobre o corpo do conde, que pôde levantar-se e arrastar-se até ao quarto, onde chegou coberto de sangue, com a cabeça num bolo, a sobrecasaca desfeita e o corpo todo pisado»¹.

A 27 de dezembro, pelas 20h, falecia o infante D. João. Não houve tiros de canhão para se ocultar a morte a D. Augusto e, talvez, para não exaltar mais a população. Depois de autopsiado judicialmente, o cadáver foi levado para os Jerónimos a 30, quase em segredo, sem as honras que lhe eram devidas. Aí ficou depositado provisoriamente, mas o pobre infante só foi trasladado para São Vicente a 8 de outubro de 1864².

No primeiro dia de 1862 D. Augusto saiu do paço de Belém para casa de Vila Lobos, no Lumiar. Foram com ele Moreira, D. Alexina, médicos e criados. A 15 saiu em passeio pela primeira vez, em carruagem fechada. Entretanto, D. Luís mudara-se de Caxias para o Palácio de Pedrouços e depois, a 16, para a Ajuda. Só a 12 de março ele e o pai revelaram a Augusto as mortes de Pedro e João. Em maio, o infante retomou as aulas, sem Fernando, o companheiro de sempre. Estava «muito apagadinho de inteligência», como comenta a condessa de Rio Maior³.

4.2. Reações no clã Coburgo

«Deus leva-nos todos os príncipes mais distintos da nossa pobre família, outrora tão feliz. A terra não parece ser digna de os reter».

Rainha Vitória, 30.12.1861

«Esta família de Portugal era bem superior aos Bourbons de Espanha e agora está quase exterminada».

Rei Leopoldo, 31.12.1861

A morte de D. Pedro V consternou toda a sua larga família⁴. O desgosto sentido pelo príncipe Alberto foi especialmente profundo e muitos são os

¹ Carta do marquês de Sousa ao conde do Lavradio, 26.12.1861 in PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, pp. 94-95.

² BNP, códice 10 780, fl. 48, *Catálogo Geral da Monarchia Portuguesa*, de António Joaquim Moreira. Devo esta informação ao Professor Paulo Drumond Braga, a quem muito agradeço.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 23.4.1862.

⁴ Não consegui localizar documentação que esclarecesse a reação dos Coburgos de Viena.

que veem nesse golpe pelo menos uma das causas da sua morte inesperada. Mas também Vitória e o velho rei Leopoldo sentiram muito essa morte. A notícia soube-se em Londres no dia seguinte, embora já desde a véspera um telegrama de D. Fernando tivesse preparado os primos para o pior. A rainha de Inglaterra escreve de imediato ao tio Leopoldo, profundamente perturbada:

«Que horrível desgraça esta! Como a mão de morte parece determinada em perseguir esta pobre e querida família outrora tão próspera! Pobre Fernando tão orgulhoso dos seus filhos — dos seus cinco rapazes. Agora o mais velho e mais ilustre, o chefe da família, desaparecido, e também outro de 15 e o mais novo ainda mal! Os outros dois, no mar, vão desembarcar amanhã na completa ignorância de tudo, e o pobre, querido e bom Luís (que achei terrivelmente baixo quando o vimos com João por uma hora na sexta-feira) rei! É um acontecimento quase inacreditável! Uma calamidade terrível para Portugal e, de facto, uma perda para a Europa! Querido Pedro que era tão bom, tão inteligente, tão distinto! Estava tão ligado ao meu amado Alberto, as personalidades e gostos tão bem adequados e tinha tanta confiança em Alberto! Tudo, tudo se foi! Está feliz agora, de novo unido à querida Estefânia de cuja perda nunca recuperou»¹.

E, no mesmo dia, Vitória regista no diário:

«Que perda terrível! E sem podermos pensar para nos resignarmos, como na morte da mamã, que é o fim de um longo sofrimento e de dores inevitáveis que viriam! O único pensamento que pode oferecer algum consolo é que ele, este querido Pedro, tão puro e tão perfeito, está agora reunido à sua angélica Estefânia e evita a angústia e o sacrifício de ter de voltar a casar!... Mas é uma perda irreparável para o país onde era adorado, para a sua família e para a nossa, das quais era o mais belo ornamento, para a Europa, enfim, para todos. Superiormente dotado, muito competente, puro, virtuoso, trabalhador aturado, pensando apenas no seu dever, era um entre mil. O meu Alberto estava-lhe muito ligado, ambos o amávamos como um filho e ele tinha uma confiança ilimitada em Alberto e era digno dele. Oh! É como um pesadelo horrível! Querido Pedro! Com 25 [*sic*] anos, partir deste mundo onde nunca foi feliz, é demais, é demasiado horrível!»².

O príncipe Alberto, em carta à sua filha mais velha, atenua o que verdadeiramente sente: «É-me impossível compenetrar-me de que este querido Pedro foi arrancado a esta terra e que Luís tomou o seu lugar. Que golpe terrível para este pobre país e para o pobre Fernando! Quanto a Pedro, com

¹ Carta de 12.11.1861 in *The Letters of Queen Victoria*, vol. III, p. 592.

² Cit. in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 499.

a ferida que a perda de Estefânia lhe tinha deixado no coração, com o seu carácter naturalmente propenso à tristeza, a sua consciência escrupulosa penetrada de tudo o que respeitava ao seu dever e à felicidade do seu país, nunca teria sido perfeitamente feliz aqui em baixo e agora está de novo com o anjo que o precedeu»¹. Ainda nesse dia, age da mesma forma na carta que dirige ao velho Stockmar: «Terá lamentado como todos nós estes infortúnios ocorridos em Portugal. Conhecia a minha afeição por Pedro e como, através da partilha de ideias, tratávamos de trabalhar para o bem deste infeliz Portugal; e compreenderá a minha mágoa por Fernando!... Perder dois filhos numa semana e saber que a vida do terceiro está em perigo! Tinha acabado de ver a sua última filha deixar o teto paterno e os seus dois outros filhos estavam ainda aqui. Só os vimos por um momento, de passagem; choravam já o seu irmão mais novo e estavam em angústia pelo mais velho»². Dias depois, Alberto é mais sincero para a filha («Os terríveis acontecimentos de Portugal erguem-se continuamente diante dos meus olhos!»³) e até para o sogro desta, o rei da Prússia, confessa: «A morte do pobre e bom Pedro afetou-a [a esposa] profundamente. A mim abalou-me de uma forma extraordinária, porque o amava e admirava muito e tinha grandes esperanças de que a sua influência pudesse contribuir para pôr de pé um Estado e nação que tinha caído tão baixo. [...] Luís será um pobre substituto do irmão, embora seja uma alma boa e honesta e tenha a vantagem de ter visto alguma coisa do mundo antes de ser chamado a suportar o fardo do poder. O segundo irmão, João, que viu em Königsberg, é um bom rapaz e, em carácter, muito parecido com Pedro»⁴.

O rei Leopoldo ficou também em choque, lamentando, sobretudo, a perda política que o óbito do sobrinho-neto significava. «Pedro era incontestavelmente um jovem notável. Tinha também um carácter muito íntegro; é uma grande perda para a Península e a família perde um membro que a honrava». «Gosto muito de Luís, mas não é tão capaz como o irmão»⁵. Mas sabe avaliar o que essa morte representava para Alberto. «Este caro Pedro é uma imensa perda, era um membro ilustre da nossa família e quantas vezes fiquei surpreendido com a perfeição dos seus juízos. O caro Alberto

¹ Windsor, 13.11.1861, cit. in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 499.

² Cit. in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 500.

³ Carta à filha Vitória, 19.11.1861, cit. in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. II, p. 501.

⁴ Carta a Guilherme I da Prússia, Windsor, 22.11.1861 in SAXE-COBOURG-GOTHA, *Letters of the Prince Consort*, pp. 370-371.

⁵ Carta à filha Carlota, 22.11.1861, cit. in DEFRANCE, 2004, pp. 282-283.

sentirá profundamente a sua perda, ele que verdadeiramente o educou, e Pedro amava-o e respeitava-o acima de tudo»¹. Leopoldo era injusto para D. Fernando no que se referia à esmerada educação de D. Pedro, embora o príncipe Alberto fosse, de facto, e há vários anos, o confidente e conselheiro do jovem rei português.

No exato dia em que o rei Leopoldo escreveu estas palavras, morria Alberto. Tifo, disseram os médicos. Mas o seu primo Leopoldo, duque de Brabante, como muitos outros, atribui-lhe outros motivos: «A morte de Alberto foi sobretudo devido a três causas. Estava esgotado por 20 anos de trabalho; a morte de Pedro fez-lhe uma impressão imensa; algumas escapadelas do seu filho mais velho causaram-lhe uma cólera e desgosto excessivos»².

No último dia do ano soube-se em Bruxelas que falecera o infante D. João. Mais uma vez à filha, escreve o rei dos Belgas: «A morte deste pobre João, que esteve entre nós há tão pouco tempo jovem e florescente, foi-me muito penosa. Esta família de Portugal era bem superior aos Bourbons de Espanha e agora está quase exterminada»³. Nessa altura a rainha Vitória vivia uma dor desesperada pela morte do marido. À notícia desta outra tragédia em Portugal, conclui com um lamento cristão: «Deus leva-nos todos os príncipes mais distintos da nossa pobre família, outrora tão feliz. A terra não parece ser digna de os reter»⁴.

4.3. Mágoas de D. Fernando

Tentemos agora perceber o que D. Fernando sentiu com a morte dos três filhos, pelas cartas que escreveu ao irmão Augusto e ao primo Ernesto. Em resposta às condolências enviadas pelo irmão, diz-lhe no dia 25 de novembro:

«Podes imaginar o meu estado! É demasiado cruel ver os nossos filhos morrer, especialmente aquele que, apesar da forte personalidade e das diferentes perspetivas, era o mais querido de todos, e especialmente nos últimos tempos provou claramente que não me considerava uma pessoa comum. E ser reconhecido por alguém tão distinto como o Pedro era, tem muito valor. E agora temos o bom e excelente Luís como novo rei, mas é totalmente inexperiente e a coroa não tem apenas rosas. Que o Céu o abençoe e me dê

¹ Carta à rainha Vitória, 14.11.1861, cit. in DEFRANCE, 2004, p. 282.

² Carta do duque de Brabante ao pai, o rei Leopoldo, cit. in DEFRANCE, 2004, p. 285.

³ Carta de 31.12.1861, cit. in DEFRANCE, 2004, p. 287.

⁴ Telegrama ao conde do Lavradio in PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 93.

a oportunidade de lhe ser útil. Não creio que com o luto dos meus amados filhos tenha perdido a cabeça ou ficado esmagado. Não é esse o meu carácter. Em todas as amarguras desejo viver, para poder ser útil. Numa outra vez escrevo-te mais, hoje não estou virado para aí. Na velha alegria imutável, sempre teu velho irmão e amigo, Fernando. [P.S.] Augusto ainda nos preocupa. Que o Céu o mantenha a salvo!»¹.

Ao referir-se à morte tão recente dos dois filhos, o que D. Fernando destaca é o apreço (mais que duvidoso, aliás) que o mais velho tinha por ele e a sua própria alegria inata e vontade de viver. Não chora a vida roubada a esses jovens, não pronuncia o nome do mais novo, não lamenta os desgostos por que Pedro passou (como Alberto e Vitória fizeram) nem o destino do pequeno Fernando, órfão de mãe desde os 7; não alude, sequer, a saudades que deles sente. Ele, Fernando, é o centro da carta. Não o Fernando enquanto pai que vive a dor da morte dos filhos, mas a sua própria personalidade de que tanto se orgulha e de que tanto se vangloria.

Para Ernesto é mais emotivo, mas depois de se ter lido o que disse ao irmão fica a pairar a ideia de que escreveu ao primo o que era expectável que escrevesse. Ou, talvez mais provável, que a missiva a Ernesto foi escrita mais cedo e que ao dirigir-se a Augusto, duas semanas após a morte de Pedro, o desgosto maior passara. Na carta a Ernesto refere-se ao «destino medonho e inescrutável», a «incompreensíveis coisas na vida», à «natureza do mal inominável que se abateu sobre nós», à sua «alma perturbada». Afiguraram-se expressões feitas. Depois, o que parece ser mais genuíno, escreve: «a magnitude deste desastre é enorme, porque é muito triste perder um filho querido e prometedor de 15 anos e a perda de um jovem como Pedro, que não apenas honrava Portugal mas a Europa, é incomensurável!»². Contudo, estava longe de revelar a angústia e o desespero que sentiu em 1853 com a morte da esposa.

A 20 de dezembro D. Fernando volta a escrever ao primo para lhe dar os pêsames pela morte do irmão Alberto. Nesta altura, o estado do infante D. João era grave, D. Augusto parecia recuperar e D. Luís seria coroado dois dias depois. D. Fernando não faz qualquer menção aos filhos, é bastante frio nas considerações sobre Alberto, dizendo apenas que fará muita falta a Inglaterra e sobretudo a Vitória e que ninguém imaginaria que seguiria Pedro tão depressa. Remata com: «Como foram tristes para nós estes últimos tempos.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 25.11.1861.

² StAco, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, s.l., s.d. provavelmente de meados de novembro de 1861.

É preciso, realmente, muita força e filosofia para não perder a coragem necessária»¹. Uma semana depois morria D. João.

Existe um testemunho do marquês de Fronteira sobre o procedimento de D. Fernando durante a doença de D. João que, a ser verídico, revela um pai de uma frieza brutal. Conta o marquês, dois anos depois, em diário que mantinha e enviava à filha, então no estrangeiro, que as amigas e parentes de uma senhora que estava a morrer não a visitavam, passando os dias «dançando em Sintra e, nos intervalos das contradanças (e nem sempre), mandam pelo telégrafo perguntar (à moda de Sua Majestade, el-rei D. Fernando, que perguntava se ainda vivia o bom do infante D. João) se ainda vive a antiga amiga»². D. Fernando terá agido assim? Talvez não, pois Fronteira não é uma testemunha isenta. Ressabiado por acontecimentos pessoais, engrandecia sempre D. Maria II e apoucava D. Fernando, D. Pedro, D. Luís e D. Maria Pia. Contudo, as cartas de D. Fernando falam por si. Poucos meses depois da perda dos três filhos, em abril de 1862, escrevia a Augusto:

«Alegra-me muito, velho amigo, que penses sempre tanto em mim, pois por causa dos lutos e das amarguras morais têm sido dados duros golpes na minha alegria inata. Há certas coisas que, mesmo com toda a coragem para encarar a vida, nunca se podem esquecer. Queira o Céu conservar todos os teus filhos e que possas sempre apreciá-los com muita alegria e me dêes sempre boas notícias sobre eles, como até agora é o caso. [...] Para mim, a vida familiar (como alguns compreendem) e para a qual a minha cabeça algo excêntrica nunca teve uma aptidão muito duradoura, está agora quase completamente extinta [...].

Luís é um jovem bom e valente, a quem também não falta talento, mas ainda tem muito a aprender e vai ainda muitas vezes bater com a cabeça, o que, de qualquer modo, já aconteceu. O pai não pode apoiá-lo para sempre, como um professor, e já fez o suficiente, quando o alertava para as coisas que lhe pareciam perigosas. É meu profundo desejo ver Luís casado tão depressa quanto possível, mas a escolha não é fácil e a variedade é limitada. Não há dúvidas de que o arauto não tocará outra vez a sua trombeta em frente da torre Hohenzollern, por muitas razões, entre elas a fraca saúde da princesa.

Que me seja permitido dizer que é realmente triste ver que a boa e antiga estirpe de Coburgo se extingue tão completamente. Em Inglaterra só se geraram anões, Ernesto não tem sequer descendência e não sei como são os teus filhos agora. Aqui perdemos os melhores, os mais belos, os mais altos e só Luís existe mas, infelizmente, apesar de ser bastante agradável e rosado, é baixo e gorducho e não promete garantir uma bonita estirpe, a menos que, como acontece com frequência, os descendentes saiam aos avós ou bisavós.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 20.12.1861.

² Entrada de 23.8.1863, BARRETO, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, Apêndice, p. 215.

Augusto [...], o pobre rapaz, apesar de já estar completamente restabelecido, ainda sente dificuldade em caminhar. Este promete tornar-se muito alto e tem o rosto mais notável da nossa família. É muito parecido com a sua irmã Antónia, que, felizmente, parece estar feliz e satisfeita, tal como Maria, que se entrega novamente à sua filhinha. As minhas queridas filhas dão-me muito, pois cada uma à sua maneira, são encantadoras. Antónia é, na verdade, mais inteligente do que Maria, mas Maria, com a sua mente saudável, talvez reaja com mais serenidade e sensatez aos golpes da vida do que Antónia, que me parece ter um temperamento muito mais passional»¹.

Em novembro volta ao assunto do aspeto físico dos Coburgos da nova geração e quase com as mesmas palavras: «Os filhos de Alberto são uma espécie de anões; se os teus filhos tendem para a família do pai, eu não sei. Por aqui, o céu roubou-nos o melhor da beleza, pois Luís é de facto um jovem baixo e não se tornou mais bonito desde o casamento. Nas minhas filhas vive a ascendência do nosso belo sangue, mas estão longe de mim. No entanto, Augusto é um jovem escultural, com uma fisionomia totalmente Coburgo e promete tornar-se muito alto»².

D. Fernando era um homem que ultrapassava com extraordinária leveza a morte dos seus mais próximos. Muito perturbado e verdadeiramente desgostoso com a perda da mulher, como se viu, rapidamente se recompôs. A morte de quatro filhos recém-nascidos em nada o afetou, mas isso era comum na época. D. Maria, que estremecia os filhos, também superou sem desgosto essas mortes. Agora, com o desaparecimento sucessivo de três filhos de 15, 24 e 19 anos manifesta uma estranha frieza e desprendimento. O mesmo acontecerá em 1884 quando a filha mais velha falecer, aos 40 anos. As mortes de 1861 foram um golpe profundo, sem dúvida, mas revelam-no mais afetado no seu orgulho por ter perdido uma descendência que o honrava a si e a todos os Coburgos do que com o trágico destino dos três jovens.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.4.1862.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.11.1862.

Capítulo 5

Recomposição familiar e refúgio em Elisa

5.1. Casamento de Luís

Do próprio dia da coração de D. Luís, 22 de dezembro, data uma exposição do marquês de Sá da Bandeira, que era então ministro da Guerra, aconselhando o casamento do rei com a princesa Maria Pia de Saboia, filha mais nova do rei de Itália¹. Com toda a probabilidade, estava já informado das intenções do monarca italiano, que insistia nessa união, como já a desejava com o viúvo D. Pedro.

Sá da Bandeira invocava interesses nacionais e dinásticos e lembrava que «entre as Casas soberanas católicas» havia algumas que não podiam ser contempladas devido aos princípios políticos que professam. Por isso, rejeitava princesas austríacas e espanholas. Para ele havia estas possibilidades: «duas da Casa de Saxe-Coburgo, uma de Hohenzollern, duas ou três de Orleães e uma da Casa de Saboia». Entendia que casar o rei nas famílias de Saxe-Coburgo e de Hohenzollern não traria quaisquer vantagens políticas. Escolher a família de Orleães, inimiga do imperador dos Franceses, poderia acarretar a má vontade dele e tornar-se pretexto para a sua hostilidade. Assim, a princesa de Saboia era a melhor opção. «Esse enlace seria em Portugal muito popular, como mostrou a imprensa periódica liberal, quando correu o boato de que o senhor Dom Pedro havia escolhido aquela princesa e esta popularidade provém de que a Casa de Saboia tem dado, desde 1848, as maiores provas da

¹ Cit. in VILHENA, 1922, pp. 174-175.

sua adesão ao regime constitucional». Por outro lado, acrescenta, havia interesse em estabelecer relações de intimidade com a Itália, porque tendo Portugal questões em África com a Inglaterra e a França, e não sendo a Itália uma potência colonial, poderia vir a tornar-se uma aliada que servisse de mediador ou árbitro, pois seria bem aceite pelas outras duas.

Reis Vasconcelos informa Lavradio das distintas opiniões em relação ao assunto: «Agita-se a questão do casamento de el-rei: o pai propende para a sobrinha, filha da Clementina¹, o ministério para a filha de Vítor Manuel, alguém para uma irmã da imperatriz de Áustria e outros, posto que poucos, para a irmã da rainha Estefânia. Não sei se ainda há lembrança de outra princesa alemã»². E, depois, ainda em janeiro de 1862: «A questão do casamento de el-rei traz preocupados e apaixonados muitos ânimos. O *beatério* quer que venha ser rainha a irmã da senhora D. Estefânia e os *patriotas* querem que seja a Maria Pia. Cuido saber que el-rei escreveu ao rei Leopoldo, pedindo-lhe conselho. Cuido ser este da opinião de todos os homens sensatos do país (entrando neste número o nosso venerando amigo visconde da Carreira), dizendo a V. Ex.^a que eles desejavam que el-rei casasse com a princesa filha da rainha Vitória. [...] Finalmente cuido saber que el-rei estimaria muito obter a mão da princesa sobredita»³.

Mas a princesa inglesa estava fora de questão devido à diferença religiosa. Em março de 1862 D. Luís aconselhou-se com a prima Vitória, pedindo-lhe a opinião sobre quatro nomes: Maria de Hohenzollern-Sigmaringen, prussiana, irmã da defunta rainha D. Estefânia; Teresa de Habsburgo, austríaca, filha do arquiduque Alberto, primo do imperador Francisco José; Sofia Carlota, bávara, irmã da imperatriz da Áustria, a conhecida Sissi; Maria Pia, italiana, filha de Vítor Manuel, nessa altura proclamado soberano do novo reino de Itália. D. Fernando não deve ter apreciado a iniciativa. Já vimos que em abril dizia ao irmão que o filho já havia «batido com a cabeça». Ignoro se se referia ao pedido de ajuda a Vitória, mas o certo é que nessa carta o rei viúvo comunica a Augusto que quer ver Luís casado o mais depressa possível e que a escolha é restrita, não fazendo a mais leve menção à possibilidade da sobrinha⁴.

¹ Reis de Vasconcelos, como tantos outros, identifica a filiação de Clotilde, não pelo pai — Augusto, irmão do rei —, o que seria o usual, mas pela mãe Clementina, a personalidade forte do casal.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 97.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 109.

⁴ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 18.4.1862.

Como não apreciava os Saboias, a rainha Vitória considerou que uma aliança com essa família era a que menos convinha, devido à política e sobretudo ao carácter moral de Vítor Manuel II; além disso, a princesa era demasiado jovem. Preferia a irmã de Estefânia, mas temia que os pais, muito abalados com a morte da filha mais velha, não consentissem. Se não fosse esta possível, a melhor escolha, afirmava, era a de Teresa, filha do arquiduque Alberto de Habsburgo. D. Luís seguiu os conselhos da rainha Vitória e do rei Leopoldo, que foram no mesmo sentido, para grande descontentamento do governo português que era da esquerda liberal. Todavia, o arquiduque Alberto recusou a pretensão, alegando a pouca idade da filha. D. Luís reagiu de imediato, pedindo a mão de Maria Pia de Itália, sabendo que o rei Vítor Manuel aceitaria.

O entusiasmo foi enorme em Itália quando se soube do noivado. Agradava ao povo porque a princesa casava com um rei e não com o primo mal afamado do imperador francês, parente do antigo invasor, como acontecera à irmã mais velha; agradava aos políticos, porque acreditavam que Portugal, país de liberdades constitucionais, faria a unificação ibérica. Ao saber a notícia, a câmara de deputados italianos aplaudiu prolongadamente. Um deputado declarou que seria uma lição para a Espanha. A comissão que foi cumprimentar Vítor Manuel refere-se aos «gloriosos destinos» que esperavam os dois povos. A deputação do senado italiano, que também aplaudiu, menciona o sagrado culto à liberdade comum aos dois povos e à alta conveniência política da união.

Em Portugal os setores progressistas rejubilaram. Escreve-se no *Archivo Pittoresco*: «O enlace da neta de Carlos Alberto, fundador da liberdade de Itália, com o neto de D. Pedro IV, libertador de Portugal, não podia deixar de merecer o louvor do povo português e o consenso de todas as nações livres». Os conservadores reagiram como se esperava. O jornal *A Nação*, sem qualquer benevolência, publica: «A princesa escolhida é filha de um excomungado».

As negociações matrimoniais e o seu desenlace foram muito rápidos e nem a morte da mãe de D. Fernando, a 25 de setembro, provocou qualquer dilação. O casamento de Luís de Bragança e Maria Pia de Saboia realizou-se em Turim, em 27 de setembro de 1862. A nova rainha de Portugal tinha 14 anos e 11 meses. Saiu de Itália dois dias após o casamento e os noivos conheceram-se a 5 de outubro, quando a esquadra luso-italiana chegou a Lisboa. No dia seguinte, tal como se fizera quatro anos antes, a rainha pisou solo português e realizou-se a cerimónia das bênçãos nupciais. O casal régio

instalou-se no palácio da Ajuda, onde sempre viveu, e D. Fernando permaneceu nas Necessidades, onde se lhe reunira Augusto¹.

A rainha pouco mais era do que uma menina e a nobreza conservadora foi muito pouco tolerante com a sua inexperiência e timidez. As dificuldades da juvenzinha, incompreendida por tantos, foram colmatadas pelo apoio do marido e, porque não coabitavam, não viveu problemas de relacionamento com o sogro, como sucedera com Estefânia. Além disso, nesta altura, D. Fernando tinha boa impressão da nora, «que não se pode considerar bonita, mas é bastante agradável e parece ser compreensiva e boa, tanto quanto nos deixa conhecer, dada a sua enorme timidez².

5.2. Viagem de 1863

Regressemos ao início de 1862, aos meses que se seguiram à tragédia da família real. Em fevereiro, D. Maria Ana deu à luz mais uma filha. Ignoro o que sentiu o avô, mas pelo que afirmara, o sexo da criança deve tê-lo desiludido. A menina, Isabel, viria a morrer em maio do ano seguinte. Nessa altura, já a infanta tivera mais uma filha, Matilde, a terceira, mas a primeira a sobreviver.

D. Fernando refugiara-se em Elisa e o relacionamento causava escândalo. «O governo não tem nem merece prestígio, também este falta ao chefe de Estado e a toda a família real, contribuindo para isto muito principalmente o desacordo [= insensatez] com que o senhor D. Fernando se tem havido, mormente depois da morte dos filhos», escreve Reis de Vasconcelos em carta a Lavradio que este recebeu em Londres em inícios de junho. Dias depois volta ao assunto: «o senhor D. Fernando dorme no Paço com a Hensler»³. Contudo, e como vimos já, D. Fernando não mencionava Elisa na sua correspondência com Augusto. Provavelmente, contava com a sua incompreensão, pois Augusto reagira muito mal ao casamento do irmão mais novo com a ex-atriz Constança.

Maria Antónia Koháry faleceu a 25 de setembro de 1862, com 65 anos. Só a 3 de novembro D. Fernando respondeu a Augusto, comentando a morte da mãe: «Não penses que foi por esquecimento que, até agora, ainda não respondi à tua boa e comovente carta sobre o falecimento da nossa querida

¹ Sobre o casamento de D. Luís e relações do casal, ver SILVEIRA e FERNANDES, 2006, pp. 37-60, 70-77, 106-114 e, com interpretação distinta da relação conjugal, LOPES, 2011b, pp. 117-142, 192-198, 266-269, 296-310.

² LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.11.1862.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, pp. 138, 142.

mãe. Estamos agora tão agitados e ocupados, por causa do casamento de Luís e da presença permanente do príncipe Humberto de Itália e sua comitiva, que, sendo tempos tão cansativos, não houve tempo para pensar em escrever. No entanto aí estás, querido amigo e irmão, sempre extremoso e fiel, para compartilhar comigo esta atual perda tão angustiante. Não preciso de dizer que é muito triste pensar que a boa mãe já não está entre nós e que muitas impressões boas, antigas e íntimas são levadas com ela para a sepultura». A seguir congratula-se por saber que Augusto e Leopoldo haviam feito as pazes, lamentando que a mãe não tivesse presenciado a reconciliação dos filhos. E com estas únicas palavras encerra o assunto da vida e morte da mãe¹.

A relação do rei viúvo e da ex-cantora Elisa Hensler consolidava-se e em 1863 era do domínio público. Em março desse ano, a condessa de Rio Maior e a família visitaram o parque da Pena e aí encontraram o casal. «Estava um dia lindo, a Pena está uma beleza, andámos lá todo o dia, o pior é que parte do rancho se encontrou cara a cara com o dono que andava com a sua companheira. Eu, a Maria, Teresa e Maria Rita vimos de longe e sumimo-nos para a mata; mas teu pai, irmão, os marqueses e a Tixi foram diretos a eles. No primeiro momento foi uma aflição; depois temos rido com a história e muito mais com a desconsolação do António a quem ela disse que tinha um chapéu muito feio. Teu pai perguntou logo se ela tinha também reparado no seu. Foi boa história! Mas acho que o dono faria bem de não permitir a entrada da quinta quando lá está»², conclui a condessa, com inegável bom senso.

Nesse ano, entre maio e outubro, D. Fernando viajou pela Europa, em recreio. A sua jovem nora estava grávida e ansiava-se pelo nascimento de um príncipe, o que aconteceu a 28 de setembro, ainda o avô se encontrava no estrangeiro. Elisa acompanhou D. Fernando e, a acreditar nas denúncias de *A Lanterna* e de Máximo Estrela (pseudónimo de José Francisco Barreiros Calado), o velho conde da Foz, ajudante de campo do rei, prestou-se a fazê-la passar por sua esposa, «um papel que tem tanto de cómico e ridículo como de repugnante»³, além de afrontoso para a verdadeira condessa. O bota-fora deu-se a 2 de maio em direção a Cádiz, donde o rei seguiu para Sevilha e depois para Córdoba. Revisitava estas duas joias da arquitetura peninsular.

¹ LC, ms. 477, carta de D. Fernando ao irmão Augusto, Lisboa, 3.11.1862. Trata-se da última carta de D. Fernando para Augusto preservada na Landesbibliothek de Coburgo.

² RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 27.3.1863.

³ ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 15. Esta obra, violentamente crítica, foi publicada em 1886 quando se conheceu o testamento de D. Fernando. Por sua vez, *A Lanterna*, a que Máximo Estrela recorre, havia mantido uma campanha explosiva, insultuosa e continuada no rescaldo do casamento do rei com Elisa, em 1869.

A seguir dirigiu-se a Madrid, onde nunca estivera. Foi aí que recebeu a notícia da morte da neta mais velha, Isabel, a filhinha de 15 meses de D. Maria Ana, o que em nada alterou o seu programa. No dia seguinte foi ao circo com o amigo duque de Montpensier.

Formalmente, o rei viajava incógnito, mas como sucedia com frequência nestas circunstâncias, as Casas reinantes dos países visitados pelas realezas não deixavam de as receber com honras, embora não as alojassem. Assim o fez a rainha de Espanha em Aranjuez a 21 de maio¹. No dia seguinte Elisa completou 27 anos, o que, sem qualquer dúvida, foi celebrado pelo rei. A viagem prosseguiu para Paris, ainda em maio, onde D. Fernando não voltara desde 1836. Também aqui foi recebido pelos imperadores Napoleão III e Eugénia de Montijo e, com o primo duque de Brabante e o príncipe de Orange, assistiu na tribuna imperial à corrida de cavalos nos Bosques de Bolonha². O rei viúvo de Portugal, que a 12 de junho ainda permanecia na capital francesa, deixou boa impressão na alta sociedade parisiense³. Como é evidente, Elisa não podia aparecer ao seu lado nas cerimónias oficiais nem identificada como sua amante nos acontecimentos informais, mas com ele terá passeado pela Cidade-Luz, onde permaneceram duas semanas. Como é óbvio, os cortesãos sabiam muito bem o que se passava. Nesse mês, escreve de Lisboa o marquês de Fronteira à filha: «Não acabarei sem te contar uma anedota, que tem muita imoralidade mas sua graça. O cirurgião Barbosa foi chamado ao Farrobo, a toda a pressa, e isto fez com que se desse o conde por gravemente doente. *A Revolução* e *O Conservador* anunciam que não é o conde, mas sim a amável Pinaud e ontem aparece um anúncio, assinado pelo meu amigo conde, prevenindo os seus amigos de que as festas que deviam fazer-se no Farrobo nos dias 25 e 26 ficavam adiadas para o princípio de agosto, em consequência duma doença! Que belo mordomo-mor seria o conde, do nosso D. Fernando!»⁴.

Um apaixonado pelas artes como era D. Fernando não poderia deixar de conhecer a Itália. Um comboio especial, enviado pelo rei Vítor Manuel, foi buscá-lo à fronteira para o conduzir a Turim, onde permaneceu de 24 a 28 de junho, dia em que partiu para Génova. A 2 de julho chegou a Florença. O esplendor desta cidade exigia maior detença e o rei usufruiu-a durante onze dias. Borges de Castro, o diplomata português em Itália, que o acompa-

¹ *O Português*, 21.5.1863.

² *O Português*, 9.6.1863.

³ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta de José à mãe, Paris, 12.6.1863.

⁴ BARRETO, *Memórias*, Apêndice, p. 205, entrada de 15.7.1863.

nhou permanentemente, assegura que «os vastos conhecimentos de S. M. e a sua grande inteligência foram devidamente avaliados pelos célebres artistas e professores que tiveram a honra de aproximar S. M. A afabilidade e bondade natural com que S. M. costuma acolher todos, cativaram os ânimos das pessoas»¹.

Estando em Florença, o rei viúvo descreveu a D. Luís, um bom interlocutor nesta matéria, os vários locais que visitara. Em primeiro lugar, Turim, onde pouco se divertiu, o que «não é de admirar, porque nós chegámos a esta cidade num momento em que todos os teatros estão fechados e toda a gente vai viver para o campo». Já em Génova, passou dias bastante agradáveis, tendo a oportunidade de apreciar diversos palácios antigos e os quadros primorosos que neles encontrou. Nesta cidade, D. Fernando destaca ainda o jardim, «onde à noite se reúne um grande número de pessoas e onde se pode comer um gelado excelente». «Como em Génova não havia nenhum teatro, estivemos lá [no jardim] também duas vezes. A nossa travessia de Génova para Livorno foi numa noite de luar maravilhosa, calma como num lago, mas por causa do calor horrível chegámos aqui muito moídos com o comboio de Livorno. Em Livorno, onde ficámos apenas umas horas, não há absolutamente nada para ver, mas Florença é um verdadeiro paraíso para o amante das belas artes e só quem aqui esteve pode apreciar todo o valor de alguns dos mestres italianos (particularmente Andrea del Sarto). Foi sem dúvida uma época linda, em que se pintava, construía e ornamentava como se pintava, construía e ornamentava antigamente, muito diferente da época atual na Itália [...]. Ontem visitámos a Galeria degli Uffizi, hoje o Palácio Pitti e ainda estou todo atordoado dos tesouros que vi. Em particular os mestres italianos estão aqui representados de uma maneira magnífica que enche de admiração. Os maravilhosos Rafaéis e Ticianos e principalmente na Galeria Pitti um retrato de Leonardo da Vinci, o qual eu não podia admirar o suficiente. Também vi hoje recipientes maravilhosos de Cellini e ontem na outra galeria uma coleção de majólicas magníficas, todas do género da bela peça (alguidar com jarro) que comprei em Paris por 5000 francos. [...] com todas estas coisas, o meu tempo aqui vai passar como o vento. Também seria aqui exatamente o lugar, com tempo e muito dinheiro, de fazer belas aquisições. Já não posso gastar muito em semelhantes coisas, mas vou tentar levar pelo menos

¹ Carta de Borges de Castro ao primeiro-ministro, duque de Loulé, Turim, 17.7.1863, in BRAZÃO, 1966, p. 157.

uma bela peça. Existem aqui excelentes antiquários, mas que até agora ainda não tive tempo de visitar, o que deve acontecer dentro em breve. [...]. Depois do almoço vamos geralmente para os belos arredores, onde há palácios reais muito bonitos». Em *post scriptum* D. Fernando pede ao filho que diga à «querida Maria» que em Génova visitou Odone (Otão), uma pessoa muito amável, cordial e cheia de talento, mas lamentavelmente muito baixa e fraca¹. Tratava-se de um irmão de D. Maria Pia, um ano mais velho do que ela, e que tivera sempre problemas de saúde e de locomoção. Viria a falecer em janeiro de 1866.

O périplo continuou para Milão, passando por Pistoia e Bolonha. O rei visitou Veneza, então território austríaco, cuja fronteira atravessou a 15 de julho. Mas não prosseguiu para a sua Viena natal, retrocedendo para Itália, donde saiu para a Suíça. Na cidade termal de Ems, onde permaneceu uns dias, tentou agendar um encontro com o primo Ernesto, duque de Coburgo², e esteve algures com o irmão Leopoldo³. Depois, o rei e a sua comitiva deslocaram-se para Weinburg, junto ao lago Constança, onde a família Sigmaringen possuía uma casa de campo e para onde habitualmente se deslocava no tempo quente. É natural que D. Fernando tivesse estado aí com a filha Antónia. A 12 de agosto telegrafou de Weinburg para D. Luís, anunciando-lhe que partiria de Bordéus para Lisboa a 16 do mês seguinte, a fim de que fosse enviado para esse porto o vapor *Mindelo*⁴. Nesse mesmo dia, o filho Augusto lamentava-se ao irmão por nada saber do pai, pedindo-lhe que lhe fizesse chegar a carta que lhe escrevera. «Diga-me se tem tido notícias dele e se sabe onde ele para»⁵. Ainda a 12 de agosto, D. Fernando volta a escrever a Ernesto: «Escrevo a correr, para te dizer que pretendo visitar-te em breve. É para mim um desejo há muito acalentado e sou tão presunçoso que penso que também tu vais gostar de ver o teu velho amigo depois de tantos anos». Informa o primo que chegará a Munique no dia 17, onde se alojará no Hotel da Baviera sob o título de conde de Vila Viçosa, que tem o tempo todo contado e por isso só poderá estar com ele dois ou três dias e dificilmente depois de 21 ou 22 de agosto. «Por isso, responde imediatamente, porque me parece que estou a arder com o desejo de te rever e falar de cora-

¹ BA, 54-X-32 (247), carta de 4.7.1863. Utilizei a tradução do alemão que se encontra em anexo, cuja autoria desconheço, corrigindo algumas deficiências de português.

² Cf. StACo, LA, 6980, bilhete de D. Fernando ao primo Ernesto, Ems, ?8.1863.

³ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Dafundo, 22.9.1868.

⁴ BA, 54-X-32, n.º 143, telegrama de D. Fernando para D. Luís, Weinbourg, 12.8.1863.

⁵ BA, 54-X-32 (286), carta de D. Augusto a D. Luís, Mafra, 12.8.1863.

ção aberto só posso fazê-lo contigo». Depois de lhe pedir que não haja cerimónias de receção, pois viaje incógnito, despede-se com «o teu velho amigo e primo muito nómada, Fernando»¹.

No fim de agosto o rei visitou Colónia e a 29 partiu para Dresden², capital da Saxónia, onde residia a filha mais velha e a neta sobrevivente. Reviu ainda o tio Leopoldo da Bélgica³, dirigindo-se depois para Bordéus, onde não pôde embarcar na data prevista devido a um temporal⁴. Da sua viagem, chegavam notícias de vida boémia: «Bela patuscada foi a do príncipe Leopoldo, D. Fernando, Kessler, e as *belas*», comenta o marquês de Fronteira para a filha⁵.

5.3. Nascimento de Carlos e outros netos. Relações com D. Luís

D. Fernando aportou a Lisboa a 1 de outubro. Regressava de barco quando, a 28 de setembro, lhe nasceu o neto varão por que tanto ansiou. O avô tinha 46 anos e chegara a Portugal há vinte e sete. O príncipe Carlos de Bragança, um menino forte e saudável, prometia o futuro à dinastia portuguesa. Imediatamente a seguir ao desembarque, onde o esperavam D. Luís, ministros e cortesãos, D. Fernando dirigiu-se à Ajuda para conhecer o neto e príncipe herdeiro.

Cinco dias depois, desembarcou em Lisboa, sem pré-aviso, a imperatriz dos Franceses, Eugénia, que viajava incógnita. D. Luís e D. Fernando foram a bordo cumprimentá-la e conduziram-na à Ajuda. Vieram também, mas estes eram esperados, os príncipes Amadeu de Saboia e Eugénio Carignano, irmão e «tio» da rainha. Eugénio, recorde-se, fora um dos nomes que se pensara para marido de D. Maria II. Ainda antes do batizado do recém-nascido, festejaram-se os 16 anos da rainha com uma receção na Ajuda, onde, naturalmente, esteve D. Fernando, que aí se deslocou com D. Augusto⁶, e com uma ida a São Carlos. «A Sé de Lisboa continuava em obras e o batizado solene do príncipe herdeiro realizou-se na igreja de S. Domingos a 19 de outubro, o dia em que D. Luís viria a falecer. Maria Pia não foi, conforme os usos da época que impunham a ausência da mãe. Adotando também as regras en-

¹ StAco, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Weinbourg, 12.8.1863.

² BA, 54-X-32, n.º 130, telegrama de D. Fernando a D. Luís, Colónia, 27.8.1863.

³ BA, 54-X-28 (22), carta do rei Leopoldo a D. Luís, 3.10.1863.

⁴ BARRETO, *Memórias*, Apêndice, p. 237.

⁵ BARRETO, *Memórias*, Apêndice, p. 224, entrada de 30.8.1863.

⁶ BA, 54-X-32, n.º 155, telegrama de D. Fernando a D. Luís, Lisboa, 15.10.1863.

tão estabelecidas na alta sociedade para o apadrinhamento do primogênito, o avô paterno foi o padrinho, sendo a madrinha a tia materna, Clotilde de Saboia, porque a avó materna já falecera. Só agora foram conhecidos os nomes do menino. Apesar de, uma vez mais, terem sido seguidas as praxes na escolha dos muitos nomes do príncipe, os pais fizeram uma inovação que, de imediato, scandalizou: o primeiro nome seria Carlos. É claro que Maria Pia estava por trás disso, pois Carlos era um nome desde há muito usado na Casa de Saboia e evocava de imediato o bisavô do menino que se acolhera e morrera em Portugal»¹. O príncipe recebeu, pois, os nomes Carlos Fernando Luís Maria Vítor, seguidos dos tradicionais antropónimos de santos venerados na dinastia de Bragança. Fernando homenageava o avô paterno e padrinho, Luís e Maria os pais e Vítor o avô materno.

Não possuo fontes de índole privada que me permitam conhecer a reação de D. Fernando ao nascimento de Carlos e à escolha do seu nome, mas o mais provável é que se sentisse zangado e ofendido por não ser Fernando o primeiro dos nomes. Se em vez de Carlos se tivesse optado por um antropónimo tradicional da família real portuguesa, não se estranharia, mas dar um nome da família Saboia ao herdeiro do trono levantou alguma celeuma e foi visto como ofensa a D. Fernando². Suscetível como ele era, nem seria necessário que outros o notassem. Talvez surgisse aqui a implicância que o rei viúvo irá doravante manifestar pela nora.

Em fevereiro do ano seguinte, D. Carlos foi reconhecido pelas Cortes como sucessor do trono. Uma receção no palácio da Ajuda comemorou o evento. Antes disso, em novembro e dezembro, D. Luís e D. Maria Pia viajaram por terra até ao Porto. D. Fernando não os acompanhou. O rei era o filho e a ele competia suscitar simpatias e fidelidades. O pai tinha outras ocupações muito mais agradáveis. Sempre que D. Luís lhe quis entregar a regência para poder viajar pelo estrangeiro, enfrentou a sua relutância.

Um mês após o reconhecimento de D. Carlos como futuro rei de Portugal, nascia em Dusseldórfia o primeiro filho de D. Antónia, Guilherme. Não tenho dúvidas de que o avô se sentiu orgulhoso, conhecida a sua obsessão por descendência masculina. O ano imediato, 1865, trouxe-lhe nada menos do que três netos rapazes: em maio nasceu Frederico Augusto de Saxe, filho de D. Maria Ana, em julho, Afonso Henriques de Bragança, filho de D. Luís, e em agosto, Fernando Hohenzollern-Sigmaringen, filho de D. Antónia, que o batizou com o nome do avô materno. D. Fernando tinha agora

¹ LOPES, 2011b, p. 154.

² LOPES, 2011b, p. 155.

quatro netos e uma neta. Três deles serão reis: Carlos de Portugal, Frederico Augusto da Saxónia e Fernando da Roménia. Em 1867, 1868 e 1869 nascerão mais três netos: Maria Josefa, filha de Maria Ana, Carlos António, filho de Antónia, e João Jorge, filho de Maria Ana. A princesa Maria Josefa será mãe de Carlos, o último imperador da Áustria. Este bisneto de D. Fernando e de D. Maria viverá o seu exílio e morrerá na Madeira, em 1922. D. Maria Ana dará ainda à luz mais dois filhos, em 1870 e 1875: Maximiliano e Alberto. Assim, dos seus três filhos casados, D. Fernando teve onze netos que sobreviveram, sendo nove homens e duas mulheres. Suspeito que não sentisse por eles um grande amor ou ternura, mas sem dúvida que o envaideceram. Também neste aspeto, D. Fernando foi um homem feliz.

Outras alterações familiares importantes ocorreram na família do ramo belga, com a morte do venerando rei Leopoldo, em dezembro de 1865. Dois anos depois aconteceu a tragédia que Leopoldo I já não viveu: a condenação à morte do seu genro imperador do México e a subsequente loucura da filha Carlota.

O quotidiano de D. Fernando durante esta década de 1860 decorreu plácido e agradável, como gostava, entre as suas atividades artísticas e sociais, sempre com Elisa por perto, tanto em Lisboa como na Pena. Continuava um homem bem-parecido e capaz de seduzir quem queria. O célebre escritor Hans Christian Andersen, que esteve no nosso país em 1866 e foi recebido pelo rei viúvo no palácio da Pena, ficou, como todos, encantado com o lugar e com a simpatia do monarca, «um homem alto e muito atraente [que] veio ao meu encontro brando e complacente». «Acompanhou-me ele mesmo através do seu lindíssimo e amplo jardim». «Havia algo de tão caloroso, franco e, no entanto, majestoso nas suas palavras, que fez com que esta visita se tornasse numa recordação encantadora»¹.

No ano anterior fora inaugurada no Porto a Exposição Industrial Internacional, a primeira da Península, e o Palácio de Cristal, que a albergou. Lá estiveram os dois reis, a rainha e D. Augusto. Outro evento social importante foi a visita da rainha Isabel II de Espanha a Lisboa, em dezembro de 1866. Nesse ano completara-se a ligação ferroviária a Espanha, por Elvas, e de agora em diante as viagens à Europa passaram a ser muito fáceis. D. Maria Pia e D. Luís logo no ano seguinte irão usufruir do novo meio de transporte internacional.

¹ ANDERSEN, *Uma visita a Portugal*, p. 49.

D. Fernando escrevia com frequência ao filho mais velho, ora a propósito de questões artísticas, pedindo-lhe opinião, ora meros recados de pouca importância em que lhe confirmava a ida a um jantar ou recepção, ora tratando de assuntos graves, como foram as questões das viagens de D. Luís ao estrangeiro que implicavam deixar a regência ao pai e, em 1868, a hipotética mudança de D. Luís e família para o palácio das Necessidades.

Já em abril de 1864, escrevia a condessa de Rio Maior: «Continua-se a dizer que SS. MM. vão viajar. Ontem apareceu no *Diário* um artigo célebre, pois nega que el-rei D. Fernando recusasse aceitar a regência»¹. Esta viagem não se realizou e ignoram-se as razões, mas, como se leu, correu o boato de que o rei-pai recusava assumir a regência. No ano seguinte, após o nascimento de D. Afonso, D. Luís, D. Maria Pia e o pequeno D. Carlos farão a sua primeira jornada ao estrangeiro, ficando D. Fernando com a regência. Mas em 1867, quando os reinantes projetavam nova saída, o rei viúvo opôs-se tenazmente. «Em carta dirigida ao filho a 27 de março, desaconselha uma mera viagem de recreio. O povo não aceitará, afirma, por saber em que estado está a fazenda da Casa Real, as suas grandes e crescentes dívidas e porque ainda não se pagaram totalmente as despesas da viagem anterior. Diz-lhe isto, afirma, porque infelizmente ninguém lho diz. E declara que não assumirá a regência. A 19 de abril, porque os projetos se mantinham, o rei viúvo sentiu-se no dever de falar de novo ao filho desse desagradável assunto. A opinião pública, escreve, declara-se cada vez mais contra a viagem dos reis. D. Fernando envia-lhe, inclusivamente, artigos de jornais que, embora da oposição, não deixam de conter «grandes e inegáveis verdades»; e afirma não entender a insistência de D. Luís, «pois que primeiro é rei antes de ser esposo». D. Fernando está, pois, convencido de que a vontade de viajar é de Maria Pia e possivelmente que o filho se deixa manipular. D. Luís desistiu da viagem. [...] Nem D. Maria Pia nem D. Luís terão ficado satisfeitos e não desistiram. Vítor Manuel insistia também em que fossem ao casamento de Amadeu, que se realizaria a 30 de maio. E pede à filha que se o marido não puder ir, como ele gostaria, lhe peça autorização para ir sozinha porque deseja muito vê-la e tê-la com eles. A rainha partiu no dia 4 de maio e D. Luís irá reunir-se-lhe em Julho»². Só agora o conseguira. O pai aceitou a regência até ao regresso do filho, logo no mês seguinte. E não mais D. Fernando foi regente

¹ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 2.4.1864.

² LOPES, 2011b, pp. 167-168.

de Portugal. D. Luís só voltaria a sair do país na década de 1880 e nessa altura competia já a D. Carlos assumir a chefia do Estado.

D. Fernando também poderia referir-se a questões políticas nas cartas que endereçava ao filho, de que é exemplo a seguinte: «Tenho daqui seguido as misérias que lá se têm passado e achado que o governo neste caso tem feito o seu dever. Acho que se lhe deve dar toda a força e leal apoio e não ter consideração com Peniches e outros indivíduos enganadores e excitadores da plebe e outrossim criadores de crises acintosas e artificiais, entre as quais também conto a tão falada *crise operária*. Tudo isto são coisas que lá fora se é possível ainda mais mal nos causam do que dentro do país; porque ainda menos fora se entendem e compreendem do que cá dentro aonde há tantos despropósitos»¹. Contudo, e a acreditar no testemunho do criado Vital Fontes, que assim o ouvira aos antecessores, D. Luís atribuía pouca importância aos conselhos que o pai lhe enviava em bilhetes².

Nesse ano de 1868 a imprensa noticiou que D. Luís tinha intenção de se mudar para o paço das Necessidades, o que, a ter algum fundo de verdade, talvez visasse afastar Elisa Hensler. D. Fernando reagiu de imediato e com veemência: «Não é a primeira vez e não sei com que fundamento que os jornais ventilam o seu suposto projeto de ir habitar o palácio das Necessidades. Bem sabe quanto sou seu amigo e quanto prazer eu sempre tenho de o ver, declaro porém francamente que a sua morada aqui prejudicaria grandemente aquela liberdade e independência às quais todo o direito tenho. Cada um tem o seu modo de vida. Eu estimo-o e tenho-lhe toda a afeição, porém não me seria nada agradável encontrar-me a cada passo com pessoas às quais nenhum mal quero, mas que nem por isso me são muito aceitáveis, custar-me-ia ver esta quinta há tantos anos a meu cargo e na qual não poucas somas empreguei, devassada a cada hora por pessoas estranhas até hoje a este quieto sítio etc. etc.; numa palavra, os meus hábitos, que no fim de tudo, são a verdadeira vida, sofreriam com tudo isso. Falo-lhe assim porque sempre temos sido verdadeiramente francos em tudo e espero que dê esta interpretação a esta expansão»³. No ano seguinte, o assunto ressurgiu. «Andam obras no palácio real das Necessidades. Parece que se confirma a vinda de suas majestades para este paço»⁴. Mas não era verdade. Quem viera a Lisboa e fora re-

¹ Carta de D. Fernando a D. Luís, 17.4.1868, cit. in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», p. 346.

² FONTES, *Servidor de reis*, pp. 28-29.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Lisboa, 19.3.1868.

⁴ *Diário de Notícias*, 20.2.1869.

cebido nas Necessidades foi Leopoldo, o irmão mais novo de D. Fernando, que este não via há cinco anos. Chegou em setembro e passaram juntos uns dias em casa arrendada no Dafundo, para usufruírem de banhos de mar¹. Nesse mesmo mês rebentou a revolução espanhola, que tantas consequências trará ao quotidiano tranquilo do rei viúvo.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Dafundo, 22.9.1868.

Capítulo 6

Oferta de dois tronos

6.1. O trono espanhol antes da deposição da rainha

A rainha Isabel II de Espanha, que subiu ao trono em 1833 com apenas 3 anos de idade, foi sempre contestada e o seu reinado atravessado por guerras e pronunciamentos. Havia os pretendentes carlistas, absolutistas que recusavam a uma mulher a possibilidade de reinar; havia a ala «esquerda», que acusava os governos da regente, a rainha-mãe Cristina, e depois da própria Isabel, de violar a Constituição, e as rainhas de pactuar; havia Montpensier, cunhado da rainha reinante, sempre a conspirar para chegar ao trono; e havia ainda o comportamento pessoal de Isabel, considerado escandaloso, pelas dúvidas de paternidade dos seus muitos filhos. As potências europeias sempre viram em Isabel de Bourbon uma rainha substituível e a Inglaterra e a França intervieram fortemente nos assuntos internos espanhóis, de que é exemplo maior o casamento da rainha e da sua irmã Luísa Fernanda em 1846, como vimos quando se tratou dos projetos matrimoniais que os Coburgos acalentaram para o irmão mais novo de D. Fernando.

Logo em 1854, a imperatriz dos Franceses — que era espanhola, recorde-se — declarou sem subterfúgios ao duque Ernesto II de Coburgo que a Espanha só tinha uma esperança: o seu primo Fernando, rei viúvo de Portugal. Ernesto ficou alarmado, veio-lhe à mente o irmão Alberto e conteve-se, desviando a conversa¹. Nesse mesmo ano, em que mais uma revolução estalara em Espanha, lorde Clarendon, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, disse a Lavradio «como ideia sua, que ainda a ninguém tinha

¹ SAXE-COBOURG-GOTHA, *Memoirs of Ernest II*, vols. III-IV, p. 73.

comunicado, que, se se não pudesse evitar que a rainha Isabel fosse expulsa, o que poderia convir seria fazer subir ao trono de Espanha o duque do Porto [D. Luís], ficando separados os dois reinos». O diplomata português respondeu-lhe que «esta ideia seria admissível, sobretudo se se pudesse casar o duque do Porto com a atual princesa das Astúrias, embora se declarasse que os dois reinariam como Guilherme e Maria em Inglaterra». Clarendon «fugiu de discutir esta ideia, sem, porém, a rejeitar», mas depois concordou «que não havia ninguém mais próprio para o trono de Espanha do que o duque do Porto, que se devia sacrificar ao bem da Península; que a minha ideia do casamento com a princesa das Astúrias era decerto boa [...]; que, porém, temia que, excluída Isabel se quisesse excluir a filha, até porque todos a julgavam bastarda». E concluiu, ainda: «não é um rei que os Espanhóis querem, mas sim Portugal», com o que Lavradio e muitos outros concordavam. Por sua vez, John Russell, o anterior ministro dos Negócios Estrangeiros, tinha-se referido a D. Pedro V como futuro rei de Espanha, ao que Lavradio respondeu que não acreditava nem o desejava¹.

A defesa da união ibérica, o iberismo, ressurgira em força em 1852 com a publicação de *La Iberia*, de Sinibaldo de Mas, de imediato traduzida para português por Latino Coelho². Napoleão III e a sua mulher espanhola aderiram às teses iberistas. Em 1854, o imperador disse-o claramente ao príncipe Alberto, que rebateu a ideia³. No memorando que redigiu sobre o seu encontro com Napoleão, escreve o príncipe consorte de Inglaterra:

«Falámos de seguida da Espanha e de Portugal: o imperador disse-me que o rei de Portugal “o cativou completamente”. Ele [Napoleão] está ansioso para ver a união de Espanha e Portugal sob o rei. À minha resposta “que não queremos”, respondeu-me: “Bem sei, lorde Clarendon não quer ouvir falar disso, mas não desespere de o convencer”. Eu disse-lhe que isso era contrário às tradições da política inglesa, que não podia acreditar nem por um momento na realização desse programa; que os Espanhóis detestavam os Portugueses e que estes odiavam os Espanhóis. A Espanha tornar-se-ia província de Portugal ou Portugal província de Espanha? O imperador respondeu que esta aversão mútua dos dois países estava exagerada e que era possível dizer aos Portugueses: “Dou-vos Espanha” e aos Espanhóis: “Dou-vos Portugal”.

Eu respondi que, pelo contrário, exigiriam rapidamente esclarecimentos sobre esse ponto, o que provocaria uma disputa imediata. Onde seria a capi-

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, pp. 82-84, 87-88.

² Sobre o iberismo nos seus aspetos teóricos, ver, entre outros, CATROGA, s.d., CATROGA, 1993, e PEREIRA, 1995.

³ Carta do príncipe Alberto à rainha Vitória, 5.9.1854 in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, vol. 1, p. 500.

tal? Se Madrid fosse a capital, a Espanha não teria nenhum domínio sobre Portugal, e para este seria apenas o acréscimo da sua miséria. Se em vez disso, se escolhesse Lisboa como capital, o reino de Portugal tornar-se-ia rapidamente poderoso e a Espanha, vendo a dinastia e a capital escolhidas estranhas ao seu país e à sua raça, acharia que se deslocou o seu centro de gravidade, o que esta nação orgulhosa nunca suportaria. Se se fizer este ensaio e ele fracassar, a derrocada não deixaria de trazer a ruína da dinastia do pobre rei em Portugal»¹.

Alberto dizia, pois, a verdade quando comunicara o assunto ao conde do Lavradio logo que desembarcou na Inglaterra, a 9 de setembro: «Aqui interrompeu-me o príncipe e disse-me que, conversando sobre esta matéria com o imperador dos Franceses, este, depois de lhe haver elogiado el-rei, lhe tinha dito que seria muito bom que os dois reinos da Península se unissem e formassem um só Estado poderoso, debaixo do cetro de D. Pedro, atual rei de Portugal», do que ele, o príncipe, discordou. Lavradio e Alberto supunham que o imperador não desistiria facilmente, até porque, como o príncipe verificara, a imperatriz estava muito empenhada no projeto. Quanto à ideia de sentar um membro da Casa de Bragança no trono de Espanha, continua Lavradio, «por meio de um casamento com a princesa das Astúrias, disse-me ele [Alberto] que este projeto lhe parecia bom; que, se el-rei D. Fernando mostrasse firmeza, poderia ser regente de Espanha e quando a princesa das Astúrias chegasse à idade competente, escolheria de entre os príncipes aquele que lhe agradasse para esposo»².

No mês seguinte, em conversa com o embaixador da França em Inglaterra, o conde de Walewski, Lavradio confirmou o que o príncipe Alberto lhe havia revelado sobre o que desejava o imperador para a Península, acrescentando ainda o diplomata que Napoleão não se oporia nem ao duque do Porto nem ao de Génova (um Saboia) e «que a duquesa de Montpensier lhe não podia ser agradável, porque necessariamente havia de complicar as relações dos dois governos, que era quase impossível que fossem francas e cordiais. Que à república, que seria o mesmo que a anarquia, se havia de opor pelas suas necessárias conseqüências». Lavradio respondeu-lhe de imediato com um sumário das ideias imperiais sobre a península Ibérica: «Concluo: o imperador deseja a conservação da rainha Isabel; não se podendo esta conseguir, deseja que D. Pedro de Portugal reine em toda a Península Hispânica; rejeitada esta combinação, aceita a do duque do Porto ou a do duque de Génova, rejeita a da duquesa de Montpensier e repelirá, se for necessário, com as ar-

¹ Memorando de 11.9.1854 in MARTIN e CRAVEN, *Le prince Albert*, I, p. 509.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, pp. 100-101.

mas a da república». Walewski concordou, acrescentando apenas que o seu imperador desejava «a formação de uma sexta grande potência na Europa»¹.

E assim, nas chancelarias e cortes francesa e inglesa se decidia o futuro das duas nações, das suas casas reinantes e dos seus povos. Passou um mês e nessa altura era já em D. Fernando que se pensava para o trono espanhol. Recorra-se, uma vez mais, ao precioso testemunho do conde do Lavradio, que se refere a uma receção em casa do embaixador da França a 20 de novembro de 1854: «apenas o dito embaixador me viu entrar, veio falar-me, levando-me logo para junto do fogão, onde não estava ninguém, e, sentando-nos, disse-me: “Tenho a fazer-vos uma comunicação confidencial, debaixo do maior segredo. Nós (os governos francês e inglês) continuamos a fazer tudo quanto podemos para conservar a rainha Isabel sobre o trono de Espanha, mas talvez isso se não possa conseguir, se bem que agora o aspeto das coisas seja um pouco melhor. Consta-nos que em Espanha existem disposições favoráveis para el-rei D. Fernando de Portugal; esta combinação não me parece desagradar e sobre ela temos conversado, e, dadas certas circunstâncias, poderá realizar-se. Enfim, nada está resolvido a este respeito e a resolução dependerá dos acontecimentos”»².

A rainha de Espanha não foi por então destronada, embora todos considerassem essa possibilidade muito real e muitos temessem que o acontecimento pudesse ser perigoso para Portugal. D. Fernando terminou a regência e passou a viver como lhe agradava. Mas outros se encarregavam de lhe traçar projetos de vida. Sem o consultar, o conde de Lavradio propôs o seguinte a lorde Clarendon em outubro de 1855: «Eu formaria um estado novo das duas potências do Danúbio, reunia-lhes a Bessarábia, deixando talvez a Crimeia à Rússia, e constituiria rei deste novo estado a D. Fernando, ex-regente de Portugal, que, pela sua posição e prudência da sua regência, deve merecer grande consideração à Europa». O ministro inglês replicou-lhe que não se podia desmembrar o império turco e encerrou o assunto³.

Dois anos depois, em Espanha, continuava a falar-se de D. Fernando, D. Pedro e D. Luís para substituir Isabel II. Nesta altura era o primeiro-ministro inglês, lorde Palmerston, que confiava a Lavradio que em Espanha corria tudo mal e não se sabia o que queriam, pois, «uns querem o vosso rei, outros o irmão, outros o pai e outros nem sei quem»⁴.

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, pp. 116-117.

² PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, p. 127.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. v, pp. 248-249.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. vi, p. 198.

O assunto muito aborreceu D. Pedro V. Em 1860 já percebera que Saldanha apoiava a ideia ibérica. Em carta ao príncipe Alberto diz-lhe que o duque deseja uma nação com dois tronos. «Os dois soberanos seriam da mesma raça e visto que estão convencidos que não deixarei o meu recanto, é fácil adivinhar a quem caberá a outra coroa»¹. Para o conde do Lavradio, o rei é mais contundente: «Acaba de regressar o duque de Saldanha: desgraça sobre desgraça. Eram realidade as minhas suspeitas. A pessoa a quem deseja servir, em quem mede as suas novas ambições, declarou ele que o fim da sua estada em Madrid havia sido aplanar-lhe o caminho do trono espanhol. Nem se me pediu segredo, nem se considerava tão absurdo e arriscado o negócio como eu o considero»². A pessoa cujo nome não menciona é obviamente o pai, que, ainda na mesma carta, D. Pedro critica asperamente por, no mínimo, permitir que tal ideia crie raízes:

«Ainda hoje, depois do que venho de dizer, quero persuadir-me de que entre Saldanha e a pessoa que ele oferece como salvação aos nossos vizinhos não existe uma cumplicidade ativa; mas não bastará indiferença expectante com que se encaram os acontecimentos? Não bastará repetir a todas as horas e a toda a gente que o trono é tão mal ocupado em Espanha que a mais insignificante mudança para melhor seria avidamente acolhida e restituiria àquele país a tranquilidade que há meio século desconhece? Não será estabelecer insciente e inocentemente uma candidatura? Não sei; sei que é fazer prova de suma ignorância dos homens e das cousas de Espanha e julgar com os entusiasmos fugazes do viajante o que quer ser considerado com a paciência e a fleuma do político. É esquecer que uma monarquia revolucionária tem o dobro das obrigações das soberanias herdadas ou mesmo conquistadas. Para ela não existem nem tradições nem feitos que supram as deficiências ou perdoem as culpas; vive-se dois dias de esperança e de desengano os mais»³.

No ano seguinte, o último do seu reinado, Pedro V continuou a referir-se a este desagradável assunto, o iberismo que crescia em Espanha, mas também em Portugal. Numa das suas frases bem conseguidas, afirma: «Há muitas pessoas que, sem serem maus cidadãos, têm uma ideia confusa da grandeza das nações e deduzem muito depressa da nossa fraqueza a nossa impossibilidade»⁴.

¹ Carta de Lisboa, 5.5.1860 in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 341.

² Carta de 31.5.1860 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 261.

³ Carta de 31.5.1860 in BRAGANÇA, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, p. 263.

⁴ Carta ao príncipe Alberto, Lisboa, 16.4.1861, in BRAGANÇA e SAXE-COBURGO-GOTHA, *Correspondência*, p. 362.

Também os italianos julgavam que, tal como eles próprios, os ibéricos iriam unificar-se e que seria Portugal a conduzir o processo, como o Piemonte o fizera na península Itálica. A unificação territorial de pequenos países era então considerada por muitos uma causa ligada ao progresso civilizacional. Quando Vítor Manuel II casou a filha com D. Luís, em 1862, acreditou que o genro seguiria as suas pisadas¹. Anos depois, quando o quiseram empurrar para aí, D. Luís recusou.

6.2. Trono da Grécia

Em 1862 uma revolução na Grécia levou à fuga do rei e à vacatura do trono. Como era expectável, não só os gregos, mas também as potências europeias, procuraram alguém que pudesse cingir a coroa. Falou-se de imediato num príncipe das Casas da Baviera, Itália e Bélgica, mas os gregos desejavam um inglês, Artur, o segundo filho da rainha Vitória. Embora Palmerston e Russel, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, fossem favoráveis à ideia, a rainha opôs-se, o que transmitiu ao tio Leopoldo. Este elencou então as diferentes possibilidades, reservando-as à família: em primeiro lugar, o sobrinho Fernando, rei viúvo de Portugal; não sendo possível, outro sobrinho, o duque Ernesto II; como terceira hipótese, um dos filhos de Carlos Leiningen, seus sobrinhos-netos. Como Palmerston e a rainha Vitória apoiaram também a candidatura do rei português, ignora-se de quem partiu a sugestão, mas sabe-se que o primeiro-ministro inglês pediu à rainha que sondasse o primo².

O *Morning Post* de 10 de dezembro de 1862 publica um artigo «no qual el-rei D. Fernando é indigitado para o trono da Grécia». No dia seguinte, o jornal volta ao assunto: a escolha do rei D. Fernando era «resolução tomada pelas três potências protetoras da Grécia»³. Acreditava-se em Londres que o rei viúvo oferecia as vantagens de poder garantir ligações privilegiadas entre a Inglaterra e a nova dinastia grega, de usufruir de grande experiência em lidar com regimes instáveis e de fundo revolucionário e, ainda, que a D. Fernando agradaria a mudança para esquecer as tragédias familiares⁴. Enganavam-se. D. Fernando não desejava, de forma alguma, abandonar a vida tranquila que usufruía em Lisboa e na Pena. O tio Leopoldo ficou furioso e em carta a Vitória diz sobre o sobrinho o que poderia ter concluído há muito: «Gosta demasiado da boa vida; no fim da existência resta muito pouco

¹ LOPES, 2011b, p. 125.

² DEFANCE, 2004, p. 296.

³ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, pp. 166-167.

⁴ DEFANCE, 2004, p. 296.

quando se viveu apenas para isso»¹. Mas nem assim desistiu. Continuou a insistir para que Vitória o pressionasse e enviou a Lisboa Jules Devaux, também instruído pelo governo inglês, para persuadir Fernando a aceitar. Como notou Olivier Defrance, a escolha de Devaux não era inocente, pois tratava-se de «um amante de música, como Fernando, e o rei dos Belgas esperava que a paixão comum contribuísse para o êxito da missão. Nenhum pormenor é descurado por Leopoldo»². Ignorando a importância que Elisa tomara na vida do sobrinho, o rei dos Belgas apela ainda a outra das suas facetas, tentando aliciá-lo com a beleza das mulheres levantinas, como confessa a Ernesto³.

Por seu lado, o governo britânico «insta para Sua Majestade aceitar. Mageniz negociará», anota Lavradio no seu diário, a 16 de dezembro. E, no dia imediato: «O governo inglês vai fazer novas e enérgicas diligências para obter que el-rei D. Fernando se preste a aceitar o trono da Grécia. Hoje ou amanhã deve partir para Lisboa um navio de guerra com as instruções necessárias para Sir Arthur Mageniz negociar a desejada resolução. O governo britânico resolveu ceder as ilhas Jónias ao reino da Grécia e encetar uma negociação com o governo turco para obter que este melhore os limites da Grécia ou se preste a ceder-lhe as ilhas do arquipélago. El-rei D. Fernando vai receber comunicações confidenciais do rei dos Belgas e de Lord Palmerston. A aceitação de el-rei D. Fernando é geralmente desejada»⁴.

Nessa altura, José de Saldanha, o filho mais novo dos condes de Rio Maior, estava em Paris e escreve à mãe: «Sei que o nosso D. Fernando não se resolve a ir até à Grécia, mas se a rainha Vitória insistir? É cousa que me dá vontade de rir e de chorar — ver como as grandes nações se metem em todos os negócios das pequenas. Com que direito? Porquê e para quê? Se é por causa do tal equilíbrio europeu [...] é cousa que não percebo»⁵. Dias depois, a condessa informava-o: «El-rei D. Fernando recusou o trono da Grécia e está muito zangado pelo terem proposto como candidato sem lhe perguntar primeiro se queria ou não e acho-lhe toda a razão. Diz que nem rei de Inglaterra ele queria ser, quanto mais da Grécia»⁶.

Nada demoveu o rei viúvo de Portugal, que recusou definitivamente, deixando a família e o governo britânico sem mais capacidade de manobra. Um telegrama do duque de Loulé (primeiro-ministro), recebido por Lavra-

¹ Carta do rei Leopoldo à rainha Vitória, 15.12.1862, cit. in DEFANCE, 2004, p. 296.

² DEFANCE, 2004, p. 297.

³ DEFANCE, 2004, p. 297.

⁴ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 167.

⁵ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta de José, 22.12.1862.

⁶ RIO MAIOR, *Correspondência de e para seus filhos*, carta a José, 26.12.1862.

dio a 19 de dezembro, comunicara-lhe que assegurasse ao governo de Inglaterra que D. Fernando não aceitava. No dia seguinte, o diplomata português regista: «Fui procurar lorde Russell e comuniquei-lhe o telegrama recebido, observando-lhe que o considerava como resposta à comunicação que eu tinha feito para Lisboa das novas instâncias que me constava que iam ser feitas junto de el-rei D. Fernando para o resolver a aceitar a candidatura do pouco brilhante trono da Grécia. A minha comunicação causou notável desgosto a lorde Russell, que me disse que não obstante parecer positiva a decisão do senhor D. Fernando, ele, lorde Russell, julgava que se não suspenderia a resolução tomada de instar novamente para que Sua Majestade aceitasse a proposta candidatura»¹. Em janeiro de 1863 é recebida em Londres a comunicação oficial da não aceitação do trono grego por parte de D. Fernando.

Nem assim os Coburgos desistiram de fazer de um dos seus rei da Grécia, avançando sucessivamente com os nomes de Ernesto II, Leopoldo (o irmão mais novo de D. Fernando), Filipe (filho de Leopoldo I), Augusto (filho de Augusto e Clementina) e Ernesto (filho de Carlos Leiningen)². Nenhum destes projetos se concretizou e foi um príncipe dinamarquês que veio a sentar-se nesse trono.³

6.3. Espanha outra vez. «Mas o rei — sábio profundo! Não quis a c'roa aceitar!»

Foi D. Fernando Segundo
 Que a c'roa não quis d'Espanha,
 Que o queria a Grã-Bretanha,
 E algumas nações do mundo;
 Mas o rei — sábio profundo!
 Não quis a c'roa aceitar!
 Seu povo não quer deixar,
 Quanto é nobre o rei-artista!
 E quanto é vil na conquista,
 À força tronos tirar.
 (Manuel António da Luz, fado de 1870)

A 17 de setembro de 1868 rebentou a revolução em Espanha que levou à deposição da rainha Isabel II e à sua fuga, com os filhos, para França, onde

¹ PORTUGAL, *Memórias do conde do Lavradio*, vol. VIII, p. 167.

² Cf. DEFRANCE, 2004, pp. 297-304.

³ Embora já se escrevesse que também a Coroa do México foi oferecida a D. Fernando, isso não aconteceu. Se o seu nome foi alguma vez ventilado, nunca terá passado de uma mera alternativa no caso de falharem as negociações com Maximiliano da Áustria (TEIXEIRA, 1986, p. 79).

foram protegidos por Napoleão III¹. Já há muito que a situação espanhola era crítica, como se disse. O tio da rainha, D. Carlos Isidro, e os seus muitos partidários (os carlistas) nunca aceitaram a ascensão de uma mulher ao trono e a guerra civil tinha deflagrado duas vezes entre 1833 e 1849. Depois da morte de Carlos Isidro, os seus sucessores apresentaram-se sempre como pretendentes ao trono espanhol. À data da revolução de 1868, as suas pretensões permaneciam, vindo depois a desencadear a terceira guerra carlista entre 1872 e 1876.

O duque de Montpensier, um Orleães casado com a infanta D. Luísa Fernanda, irmã de D. Isabel II e, recorde-se, cunhado dos irmãos de D. Fernando e conviva deste, há muito conspirava também para ser rei. Isabel II sabia perfeitamente o que podia esperar do cunhado e da irmã. Em carta enviada a D. Luís, datada de 13 de julho de 1868, o conde de Alte, ministro de Portugal em Madrid, informa o rei de que, tendo marcado uma audiência com a rainha de Espanha, tal como ele ordenara, para lhe agradecer a «afetuosa» receção que fizera a D. Maria Pia e ao príncipe real na sua recente passagem por Madrid, D. Isabel II, em conversa privada, mostrara-se preocupada com a irmã, a qual deveria partir para Lisboa. Pedia, pois, a D. Luís que acolhesse os duques de Montpensier, mas que os vigiasse para que não conspirassem em Portugal com os emigrados. O diplomata assegurou-lhe que assim se faria e o governo espanhol de tudo seria informado. O conde qualifica a situação política espanhola de «mui crítica»². Os duques de Montpensier chegaram a Lisboa quatro dias depois.

Após a vitória revolucionária de 1868, e embora houvesse partidários da república, os espanhóis optaram pela monarquia. Havia, pois, que escolher um rei. Montpensier, que agradava ao governo inglês, apresentou a sua candidatura, mas se inicialmente congregou muitos apoiantes em Espanha, acabou por ser rejeitado. Era malvisto pela aristocracia, que o considerava avarento e lhe chamava o *naranjero* por mandar vender as suas laranjas no mercado de Sevilha, era casado com uma Bourbon, tinha conspirado contra a cunhada e morto em duelo um irmão do rei consorte, seria hostilizado por Napoleão III por ser Orleães e por Bismarck por ser francês.

Napoleão III não se opunha à escolha de um membro da família de Bragança, como desde há muito afirmava. Surgiram notícias sobre o interesse de

¹ Parte deste subcapítulo retoma, com ligeiras alterações, trechos de obra anterior (LOPES, 2011b, pp. 177-189) a que se acrescentam fontes agora localizadas em ANTT, BNP, BA e StACo, e ainda alguns estudos.

² ANTT, ACR, cx. 7341.

largos setores espanhóis em D. Luís ou em D. Fernando, que garantiam uma monarquia constitucional e poderiam concretizar o sonho da união ibérica. Publicava-se também que os reis portugueses recusavam. Os ânimos começaram a exaltar-se em Portugal. Quando em novembro se inaugurou o busto de Almeida Garrett no Teatro D. Maria, ouviram-se vivas a D. Fernando e gritos «Nada de união ibérica», «Não queremos ser espanhóis». Noticiou-se que o rei viúvo se comovera e limpou as lágrimas¹. Acintosamente, a peça de Garrett *D. Filipa de Vilhena* era levada à cena no D. Maria II. Nesse 1.º de Dezembro de 1868 houve um entusiasmo e fervor inusitados. Mas também existiam iberistas importantes no nosso país, nomeadamente Saldanha, que, dizia-se, era um joguete nas mãos de Prim, presidente do governo provisório espanhol. Meses depois também se afirmava que D. Fernando desejava que o seu amigo Montpensier fosse o futuro rei de Espanha, mas não recusara de forma categórica. Asseverava-se ainda que D. Luís tinha pretensões e por isso o pai deixava tudo em aberto.

Em fevereiro de 1869 o diplomata português em Madrid, conde de Alte, informou o primeiro-ministro, marquês de Sá da Bandeira, que o governo provisório espanhol tratara em Conselho de Ministros a questão dos nomes a propor para futuro rei de Espanha. Apenas duas candidaturas foram tidas em conta, D. Fernando II e o duque de Montpensier, e, tendo-se votado, D. Fernando ganhara. Alte participava ainda que antes de este governo «ter tratado disso» já a maioria dos «homens políticos» de Espanha se declarava favorável a D. Fernando, não obstante saber-se que ele poderia recusar. Todavia, os espanhóis pareciam querer insistir nesta solução, estando dispostos a aceitar quaisquer condições que D. Fernando pudesse impor, por considerarem o rei viúvo de Portugal a salvação e única solução para Espanha. Informa também que lhe tem constado que o imperador Napoleão irá pessoalmente empregar toda a sua influência na Europa e junto da família real portuguesa, para vencer a «repugnância que S. M. parece ter sempre mostrado relativamente a esta ideia», o que sabe não porque lhe conste alguma coisa do pensamento do rei, mas por notícias particulares de Lisboa². Ao que tudo indica, de facto D. Fernando declarara a Montpensier que iria recusar³.

Voltando ao ofício do conde de Alte, este termina queixando-se de falta de instruções e expõe a sua opinião: os interesses de Portugal «no meu entender muito ganhariam com a ocupação do trono de Espanha por el-rei

¹ PEREIRA, 1995, vol. II, p. 94.

² BNP, ms. 149, doc. 105, Madrid, 11.2.1869.

³ BA, 54-XIII-22, n.º 110, telegrama para D. Luís, Lisboa, 17.2.1869.

D. Fernando, tendo S. M. já assegurada a sucessão para Espanha na pessoa do infante D. Augusto [...] ou nas pessoas das senhoras infantas D. Maria Ana e D. Antónia». Dessa forma, conclui, a independência de Portugal manter-se-ia, enquanto as duas nações unidas, mas independentes, se ajudariam mutuamente.

O diplomata português em Madrid envia dias depois novo ofício a Sá da Bandeira, informando que fora procurado pelo embaixador de França, que lhe transmitira que o general Prim continuava firme na escolha de D. Fernando para o trono. Nesse sentido ter-se-iam realizado diligências junto do rei consorte para que este não recusasse o trono, caso viesse a ser eleito para o mesmo. Todavia, o remetente alerta que não pode confirmar a veracidade desta última informação. Relata que nesse mesmo dia, à entrada das Cortes, se distribuía uma brochura sobre a candidatura de D. Fernando. O conteúdo desta é extremamente ofensivo para D. Fernando e para D. Luís, pelo que se entende ser de autoria de partidários de Montpensier. Participa ainda que há «mais alguns convertidos sobre a conveniência da aceitação do senhor D. Fernando, entre outros o *Jornal do Comércio*», congratulando-se por isso, já que é de opinião que sentar D. Fernando no trono espanhol «é o meio mais poderoso para que a nossa independência se conserve e robusteça»¹. Dias depois recebera já instruções de Sá da Bandeira e admoestações ao seu comportamento. Alte procura justificar-se dizendo que em nada tem interferido, limitando-se a exprimir a opinião de que D. Fernando não aceitará a Coroa de Espanha, caso venha a ser eleito para a ocupar, e só defende, tal como o seu governo, uma aproximação económica com Espanha².

D. Fernando soube das atividades de Alte e não gostou. Em carta a D. Luís, diz-lhe: «Constou-me hoje que o visconde de Alte andava espalhando por Madrid que eu havia de aceitar sem dúvida a coroa de Espanha, uma vez que pelas Cortes me fosse oferecida. Acho que é necessário para que eu não fique mentiroso no que tantas vezes tenho dito, que se faça saber ao dito visconde que nunca tal declaração foi por mim feita» e qualifica o «proceder» de Alte «muito estranhável e comprometedor». «Faz-se jogo com tudo isso e é bom declarar uma vez por todas, mesmo para definir a situação, que mesmo no caso do oferecimento, eu recusaria tal, aliás grande honra». Pede, portanto, ao filho que «de um bom modo, me mandasse chegar a Madrid essas

¹ BNP, ms. 149, doc. 105, Madrid, 20.2.1869.

² BNP, ms. 149, doc. 96, Madrid, 25.2.1869.

minhas ideias. Não receio tanto a república como o Saldanha e o imperador dos Franceses»¹.

Por sua vez, a Sá da Bandeira, que o informara das manobras do conde de Alte, o rei responde-lhe agastado e perentório que sente «deveras que não se queiram as pessoas competentes convencer uma vez por todas que o que sempre tenho dito e repetido, assim como agora o torno a fazer, foi, é, e será sempre a minha inabalável convicção e decisão, quero dizer, que não posso aceitar o trono do país vizinho. Ninguém, decerto, respeita mais do que eu, a briosa nação espanhola, nem desconheço o lado lisonjeiro do oferecimento de um dos mais antigos tronos da Europa e de um dos mais belos e nobres países, porém não quero deixar Portugal, que conheço e habito há tantos anos». E acrescenta ainda: «Deus sabe que a minha assim chamada candidatura, não foi nunca por mim provocada, e o marquês não ignora que eu, há muito tempo, tive o desejo de fazer constar ao público as minhas ideias sobre a questão de que se trata e que só suspendi tal resolução pelo receio do ridículo de recusar o que por ora não me tinha sido oferecido. Lastimo a continuação da insistência, e por isso mesmo, para evitar desenganos ao governo espanhol, passos inúteis, sempre desagradáveis, e a mim dissabores, desejo de novo, que se signifique ao nosso ministro em Madrid, para o fazer constar aos membros do governo de Espanha, que eu, no aliás honrosíssimo caso da decisão das Cortes a meu favor, estou firme e inabalavelmente resolvido a não aceitar»².

Nesse mesmo dia, ao primo Ernesto, refere-se irónico ao muito que poderiam conversar sobre as «relações amorosas espanholas». O assunto incomoda-o muito, diz, e não aceitará porque, «mais do que nenhum outro, a Espanha não é país para um homem honesto». Depois, referindo-se claramente a si e a Montpensier, mas sem mencionar nomes, escreve: «Estranhamente, permanecem aqueles que sempre disseram não, enquanto a outros, que trabalharam como negros a pontos de quase perder até mesmo o título de príncipe, todas as portas se fecham! Isto é bem digno de reflexões filosóficas!»³.

Ainda em março, o embaixador francês em Berlim denuncia a existência de um plano para entregar o trono espanhol a um Hohenzollern. Tratava-se de Leopoldo Hohenzollern-Sigmaringen, marido de D. Antónia de Bragança. A 5 de abril, ao saber que ia partir uma delegação espanhola para se en-

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Lisboa, 1.3.1869.

² Carta de 21.3.1869, pub. in VILHENA, 1922, p. 167.

³ StACO, LA, 6980, carta de Lisboa, 21.3.1869.

tender diretamente com ele, D. Fernando ordena a Sá da Bandeira que envie ao representante diplomático português em Madrid o seguinte telegrama: «Declare V. Ex.^a oficialmente, a todo o governo provisório, que el-rei D. Fernando não aceita a Coroa de Espanha nem recebe a deputação que dizem dever partir para Lisboa»¹. A atitude foi considerada ultrajante em Espanha e debatida nas ruas e no Parlamento. Prim, presidente do governo, que não admitia a candidatura de Montpensier por ser Bourbon, enceta então negociações com Vítor Manuel de Itália. Queria Amadeu de Saboia, duque de Aosta, para rei de Espanha, mas o príncipe, enfrentando e surpreendendo o pai, recusou, como já recusara em janeiro. Prim propõe então Tomás de Saboia, duque de Génova e sobrinho do rei de Itália, embora fosse menor. A candidatura mantém-se em pé até outubro, quando a mãe do duque se opôs tenazmente, enfrentando também o chefe da família. Em Espanha a velha aristocracia não queria os Saboias e, à falta de outro, aceitaria D. Augusto de Bragança².

Antes disso, a 19 de maio, a recusa de D. Fernando enviada por telegrama e que tanta celeuma provocara foi levada às Cortes portuguesas. Casal Ribeiro interpelou o governo pretendendo saber pormenores por não se tratar «de uma questão pessoal apenas e que só devesse preocupar» D. Fernando. Criticando o governo pelo seu alheamento e os ingénuos que não percebiam o que se pretendia com a oferta da Coroa a D. Fernando, Casal Ribeiro congratula-se porque o rei viúvo compreendeu que não podia «aceitar uma coroa para esmagar com ela a independência do país que lhe deu família e pátria». Bem digno é do seu filho Pedro, continua o par do reino, pois quando já então se falava da união ibérica, o jovem monarca lhe dissera: «Enganaram-se comigo, porque me encontraram mais honesto que ambicioso». Enaltece, portanto, a atitude de D. Fernando, pois caso tivesse aceitado a Coroa do país vizinho, haveria «Espanha por D. Fernando, Ibéria por seus descendentes», divisa do iberista espanhol Eusébio de Salazar Marraxedo³.

Simultaneamente, falava-se de uma viagem ao estrangeiro da rainha de Portugal e seus filhos. Surgiram boatos segundo os quais D. Maria Pia queria deixar Portugal para sempre, levando as crianças, pois não estava doente, como se dizia, mas desejava de se fixar na Itália. A 31 de maio, na Câmara dos

¹ Cit. in VILHENA, 1922, p. 168.

² Sobre toda esta questão da oferta do trono espanhol a D. Fernando, ver *Duas palavras*, 1870; CORVO, *Perigos*; CARVALHO, 1935, pp. 389-196; SAMPAYO, 1984, pp. 333-361; TEIXEIRA, 1986, pp. 70-78; QUEIRÓS, *A questão ibérica*; ANGUERA, 2003; SILVEIRA e FERNANDES, 2006, pp. 165, 170-171, 175-177.

³ *Actas das Câmaras dos Pares*, 19.5.1859. Intervenção transcrita na ata de 31.5.1869.

Deputados, Alves Mateus declarou ser contra a saída dos príncipes, por mais que à rainha lhe custasse enquanto mãe. Afirmou também haver desagrado por todo o país. Mas a grande convulsão provocada pela família real foi outra e veio a seguir, a 10 de junho, com o casamento de D. Fernando e Elisa Hensler, já agraciada com o título de condessa de Edla¹. Teria sido o rei viúvo convencido pela velha infanta D. Isabel Maria, atormentada por escrúpulos religiosos? Teria sido um hábil manejo da ambiciosa comediante? Teria sido puro amor do rei? Teria sido uma manobra do duque de Montpensier, exilado em Portugal e conviva de D. Fernando, para lhe retirar qualquer hipótese de subir ao trono espanhol? Onde está a verdade? Tudo isto se afirmava. Dizia-se também que a preferência de Prim ia para D. Luís, que abdicaria do trono português em D. Carlos (com regência do avô D. Fernando), e à morte de D. Luís os dois países unir-se-iam. Ou que D. Luís mandaria o seu primogénito para o trono espanhol ou, ainda, para que não se reunissem as duas coroas, que seria rei de Espanha o seu segundo filho, D. Afonso.

Vítor Manuel ou Bismarck (ou ambos) procuravam reverter a questão espanhola a favor das suas políticas internas, propondo sub-repticiamente para o trono de Espanha Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen. A candidatura de um membro da família real da Prússia, fosse imaginada por Vítor Manuel, fosse uma manobra de Bismarck, como se crê geralmente, ou ainda tática de Prim para pressionar Napoleão III a convencer D. Fernando, ou lembrança deste último para fazer da filha rainha de Espanha, o certo é que servia o melhor possível a Itália e a Prússia. Bismarck já unira na Confederação Alemã os estados do Norte, mas precisava de uma causa que despertasse nos do Sul a consciência da identidade comum, para, finalmente, alcançar a unificação alemã. Nada melhor do que uma guerra considerada injusta e ofensiva para unir num só os estados alemães. Havia, pois, que a provocar, apresentando a todos a França como a agressora. Ora, Napoleão III nunca aceitaria alguém da família real da Prússia no trono de Espanha e estava convencido de que venceria os alemães. E talvez Vítor Manuel quisesse obrigar a França a reagir e a esquecer Roma, retirando daí as tropas que impediam o avanço do rei de Itália. Depois, se a candidatura prussiana não fosse concretizada, um Saboia podia ser a solução.

Com exceção de Montpensier, todos os nomes ventilados para rei de Espanha eram parentes muito próximos da rainha de Portugal: marido, filhos, sogro, cunhado, concunhado, irmão e primo direito. E é no âmagô de todas

¹ Este enlace será tratado no capítulo seguinte. Aqui importa apenas levantar estas questões que se relacionam com a candidatura ao trono espanhol.

estas conspirações que D. Maria Pia sai de Portugal, a 14 de junho de 1869, rumo a Baden e depois Itália. Há quem defenda que a viagem esteve relacionada com a questão espanhola, mas nada permite corroborar tal opinião. A 31 de julho o conde de Alte escreveu a D. Luís transmitindo-lhe o desejo manifestado por Prim de cumprimentar a rainha na sua viagem de regresso e aconselhando o rei a aceitar¹. O conselho de Alte foi ignorado e o diplomata viria a ser substituído por Andrade Corvo, que sempre recusara o iberismo com toda a altivez. Maria Pia regressou a Portugal por mar, embarcando em Bordéus, para onde se dirigiu de Itália. Tal como na ida, evitava-se a passagem por Espanha. Nesta altura, a propaganda federalista ibérica alastrava em Lisboa e os seus contrários acusavam o governo de passividade, o que levou à sua demissão. A 19 de setembro um jornal espanhol que apoiava a candidatura de Montpensier informava que D. Luís tinha aceitado a Coroa de Espanha. Para sossegar os ânimos, a 26 desse mês o rei de Portugal declarou oficialmente não aceitar: «Nasci Português, Português quero morrer». Dois dias depois, o *Diário de Notícias* distribuiu um suplemento especial, com uma tiragem de 10 mil exemplares, com a carta do rei ao primeiro-ministro, o duque de Loulé:

«Constando-me que alguns jornais têm asseverado que, em virtude de combinações ultimamente feitas em Paris, eu abdicaria em meu filho a coroa de Portugal sob a regência de meu augusto pai, aceitando a de Espanha; e não desejando que tão infundado boato tome incremento e se me atribuíam, em assunto de tanta gravidade, intenções que estão longe do meu ânimo, venho pedir-lhe, meu caro duque, que faça com a maior brevidade desmentir semelhante notícia. [...] Nasci Português, Português quero morrer».

Já no número habitual do mesmo jornal, noticiava-se que o duque de Saldanha escrevera a D. Fernando no sentido de o pressionar a aceitar a Coroa de Espanha; que, segundo o duque, Portugal estaria seguro tendo como soberano vizinho um «rei amigo»; e que D. Fernando respondera que «se viesse a aceitar a coroa de Espanha, tornar-se-ia um Espanhol com a lealdade e dedicação com que se fez Português, e se a opinião pública em Espanha fosse ibérica, seria seu dever representar a opinião do país em cujo trono se fora sentar. Já não poderia favorecer os interesses de Portugal, se opostos fossem os de Espanha, embora o coração lhe pedisse outra cousa».²

¹ ANTT, ACR, cx. 7341.

² *Diário de Notícias*, 28.9.1869.

Nos últimos meses de 1869 e primeiros do ano seguinte os espanhóis continuavam sem rei e negociavam várias soluções. A candidatura do marido de D. Antónia era pública, mas não se desistia de D. Fernando. Em outubro, o duque de Saldanha, que era o diplomata português em França, regressou sem ter sido chamado. Correram boatos de que se havia entendido com Napoleão e Prim e vinha convencer D. Fernando e, logo a seguir, que este tinha aceitado. Dizia-se também que D. Luís tinha o trono em risco e que pensava na abdicação.

No final do ano, D. Fernando estava exasperado com o filho mais velho, que considerava ter sido demasiado imprudente com Saldanha e diz-lho em tom violento. O duque escrevera ao rei-pai uma longa carta onde lhe relatava tudo o que se passara desde que estava em Lisboa. Ao lê-la, D. Fernando concluiu «quanto o rei se tinha comprometido com o duque. Sejam quaisquer as situações, não se brinca assim com elas». «Quando chegará o dia em que el-rei D. Luís olhará com verdadeira seriedade para os negócios e pensará nos resultados que esta ou aquela ideia ou inspiração momentânea pode trazer no futuro?»¹. O que é irónico é que estas considerações se assemelham às que D. Pedro V expendia sobre o pai.

«Com o novo ano estabelecem-se e ativam-se as negociações secretas para a candidatura do príncipe de Hohenzollern», mas interromperam-se em abril devido à instabilidade política espanhola, que desmotivou os prussianos². A 12 de maio de 1870 Napoleão escreveu a D. Luís para convencer o pai a aceitar o trono de Espanha. Não queria um Hohenzollern e talvez temesse a república em Espanha. Uma semana depois dá-se a Saldanhada, uma revolta militar chefiada pelo duque de Saldanha na noite de 18 para 19 de maio. O episódio é quase inaudito, pois o velho marechal, que nesse ano completava 80 anos, atreveu-se a comandar um corpo militar rebelde e a ir, altas horas da noite, atacar o paço da Ajuda para obrigar o rei, pela força, a destituir o ministério legalmente constituído e presidido por Loulé. Disse-se que teria havido financiamento espanhol para as tropas, não sendo Saldanha mais do que um brinquedo nas mãos dos iberistas do país vizinho. Falou-se de uma conspiração para depor D. Luís, que abdicaria no príncipe real, sendo este, depois, nomeado rei de Espanha. Como D. Carlos era menor, a regência de Portugal seria assumida por Saldanha e a de Espanha por Prim. O governo espanhol negou qualquer envolvimento.

O ato violava todas as leis da ordem constitucional e era uma afronta ao chefe de Estado e à sua pessoa e família. A indignação foi funda. E, no en-

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 7.12.1869.

² Corvo, *Perigos*, pp. 69-71.

tanto, depois do ataque, dos feridos, dos tiros que entraram pela sala onde o rei se encontrava, da defesa por parte da guarda do paço, D. Luís recebeu Saldanha e fez-lhe a vontade, entregando-lhe a chefia do governo. Fraqueza? Horror ao derramamento de sangue? Prudência de quem espera por melhor oportunidade? Receio de que Saldanha se proclamasse presidente da República, como chegou a ser ventilado? A atitude da rainha foi diferente: ficou indignada, manteve-se serena e não perdoou a Saldanha, o que lhe manifestou com toda a altivez e coragem. D. Fernando e D. Augusto chegaram ao paço de manhã. D. Maria Pia aprovou o comportamento do sogro, dizendo ao pai, em carta confidencial, que se conduzira muitíssimo bem. Diz-lhe, ainda, que quando o duque foi apresentar o ministério a D. Fernando, este lhe dirigiu palavras duras. Sublinhe-se que embora a rainha não critique o marido, também não o elogia, mas enaltece o procedimento do sogro¹.

Saldanha estava agora no poder e as pressões sobre D. Fernando aumentavam. Leopoldo de Hohenzollern aceitara ser rei de Espanha, mas, perante os protestos franceses e tentando impedir a guerra, voltou atrás. De nada serviu, porque ambos os países a queriam. A 14 de julho, quando, finalmente, D. Fernando aceitou em segredo a Coroa de Espanha, o ministro francês retirou-se de Berlim. Começou a guerra franco-alemã e em setembro a França estava derrotada. O império caiu, os Bonapartes desapareceram da cena política e nascia a III República Francesa. No mesmo mês, Vítor Manuel entrou em Roma, que se converteu na capital da Itália. Desabava também o reino papal. Pio IX, autoenclausurado no Vaticano, passou o resto da vida a combater os Saboias. Em janeiro de 1871 foi proclamado o império alemão. Surgia o país Alemanha, sob a hegemonia da Prússia. Devido ao nome assumido pelo novo Estado, progressivamente a Áustria e os seus habitantes deixariam de ser considerados alemães.

Antes de tudo isto, D. Fernando aceitou ser rei de Espanha, como se disse, impondo algumas condições, nomeadamente a impossibilidade da futura união dos dois países. Como este era o verdadeiro móbil dos espanhóis ao insistirem nos Braganças, a candidatura morreu definitivamente aqui. E foi este, em síntese, o desfecho inglório dos anseios iberistas, permitindo a D. Fernando viver tranquila e agradavelmente até ao fim da vida.

Recorrendo em parte a Joaquim de Carvalho, faça-se a narrativa mais pormenorizada do que sucedeu em 1870, procurando perceber o que terá levado o rei viúvo de Portugal a aceitar um destino que significava o fim do

¹ LOPES, 2011b, pp. 185-188.

seu bem-estar e que por tanto tempo havia recusado. Nos primeiros meses do ano, negociava-se a candidatura de Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, mas nem este e a sua família haviam dado o acordo definitivo, nem entre os políticos dirigentes de Espanha o nome era consensual, embora fosse defendido por Prim. A 5 de maio, em reunião deste com os representantes diplomáticos espanhóis em França (Olózaga) e em Portugal (Fernández de los Rios), decide-se instar de novo com D. Fernando, visto que se reconhecia ser impossível coroar D. Luís rei de Espanha. O diplomata creditado em Lisboa, regressado ao nosso país, solicita, a 12 desse mês, uma audiência a D. Fernando para lhe fazer o convite oficial. Nesse mesmo dia, como já se referiu, Napoleão III escreve a D. Luís: «O embaixador de Espanha pede-me para escrever a Vossa Majestade para o empenhar a decidir o rei vosso pai a aceitar a coroa de Espanha. Apesar da minha firme resolução de em nada me intrometer nas questões da península, não posso recusar dizer a Vossa Majestade que se o vosso pai admitir dever aceitar um fardo tão pesado como é a coroa de Espanha, esforçar-me-ei em manter com ele as relações de amizade e de simpatia que me unem à vossa família e aos povos da península»¹.

D. Fernando enjeita a reunião com Fernández de los Rios, pedindo-lhe que não lhe voltasse a falar de assunto «tão sério e para mim impossível», pois estava «firme nas minhas antigas e tantas vezes expressas ideias de não aceitar»². Quatro dias depois dá-se a Saldanhada e, sem que se percebam muito bem os contornos em que tal sucedeu, após este golpe D. Fernando mudou de atitude em relação à Coroa de Espanha, acabando por aceitar. Contudo, a 25 de maio, quando D. Luís responde a Napoleão III (cuja carta viera por portador que chegara a Lisboa, via Madrid, no próprio dia do pronunciamento), o pai continuava inflexível na sua recusa: «Senhor, mal recebi a vossa carta, apressei-me em conversar com o rei meu pai, embora com a certeza da sua resposta. O rei está firme na primeira resolução de recusar»³. Fora instruído pelo pai, que lhe dissera:

«Meu querido Luiz,

Li com toda a atenção a carta do imperador e peço-lhe que lhe responda da minha parte que não cederei nunca, e neste momento mais do que nunca, à minha firmíssima resolução de não aceitar o trono de Espanha. Pode acrescentar que sou o maior antagonista da união ibérica e que serei imbalavelmente fiel a esta minha crença, venha o que vier. Isto é para o imperador. Agora para nós digo que nós todos desta dinastia devemos ser e mostrar-nos

¹ Cit. in CARVALHO, 1935, p. 395.

² Carta de 15.5.1870 in CARVALHO, 1935, p. 394.

³ Cit. in CARVALHO, 1935, p. 395.

mais portugueses do que nunca, depois deste movimento do duque de Saldanha e alheios a todas estas já muito começadas combinações, que são inaceitáveis para qualquer homem leal e honrado.

O que peço a Deus é que ilumine o meu filho para que ele possa sair com honra sua desta crise que é muito mais complicada do que se pensa e que talvez por isso haja interesse em não resolver mais prontamente.

Seu pai e amigo, Fernando»¹.

Pouco mais posso adiantar ao que, em 1935, Joaquim de Carvalho escreveu e continua, portanto, a ser válido: «Conserva-se ainda secreto, recitado nos arquivos, o testemunho das negociações posteriores a este dia [25 de maio]; sabemos, apenas, mediante o livro de los Rios [*Mi misión en Portugal*], que em 9 de julho se reuniu em Lisboa um conselho da família real, ao qual Saldanha, por intermédio de D. Luís, apresentou uma carta “pintando a gravidade das circunstâncias, os perigos que para a Europa desentranhariam e a possibilidade de que a aceitação de D. Fernando os poderia conjurar”². D. Fernando não deu resposta, e os conselhos continuaram nos dias seguintes, “sem dúvida a instâncias de Londres, Florença [então capital da Itália] e, porventura, de Paris e Viena”. Los Rios insistia por uma resposta, invocando a proximidade do dia 20, para o qual as cortes espanholas haviam sido convocadas a fim de procederem à eleição» do rei, mas D. Fernando queria saber se o genro mantinha ou não o seu desejo de ocupar o trono espanhol³, o que revela ter ele próprio já concordado aceitar a Coroa de Espanha. Aliás, logo a 15 desse mês de julho, o diplomata espanhol telegrafou para o seu governo anunciando a aceitação. E é aqui que permanece o mistério. Que argumentos convenceram D. Fernando? No telegrama do dia 15 o negociador espanhol refere-se ao grande interesse da esposa, a condessa de Edla. D. Fernando terá cedido por amor a Elisa? Porque a sua própria vaidade falou mais alto? Porque temia ser responsável pela implantação da república em Espanha que poderia alastrar a Portugal? Possivelmente todas estas razões foram importantes para o fazer mudar de opinião e aceitar essa radical mudança de vida.

Mas os espanhóis não o demoveram do que verdadeiramente os interessava: a futura união dos dois países. Para a aceitação do trono, D. Fernando

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de Lisboa, 23.5.1870. Antes, mas no mesmo dia, D. Fernando tinha enviado a D. Luís o seguinte bilhete: «Acaba de me dizer o Augusto que me queria mostrar uma carta do imperador dos Franceses para que a ele possa responder; peço-lhe portanto que me mande a referida carta» (ANTT, ACR, cx. 7335).

² Trata-se de uma carta em tom apocalíptico escrita por Saldanha a D. Luís e a D. Fernando a 9.7.1870, pub. in QUEIRÓS, *A questão ibérica*, pp. 301-304.

³ CARVALHO, 1935, p. 395.

impôs seis condições, sendo a primeira que «as duas coroas de Espanha e Portugal jamais possam cair na mesma cabeça». As restantes, que visavam precaver a sua posição pessoal e política e garantir o respeito devido à esposa, não constituíram problema, salvo aquela em que D. Fernando exigia, para poder aceitar, ser eleito no mínimo por 75 % dos deputados, única cláusula em que cedeu por ser contrária à lei espanhola. As outras condições, que foram aceites, eram as seguintes: se viesse a abdicar, Espanha pagar-lhe-ia a dotação que antes recebia em Portugal; em atos não oficiais a condessa de Edla receberia as honras que lhe eram devidas enquanto esposa do rei¹; a candidatura teria o apoio dos governos da Inglaterra, França, Espanha e Portugal e, deste último, a aprovação expressa por se tratar de um negócio de Estado.

D. Fernando impunha a garantia da independência de Portugal ao exigir a aprovação de uma lei que consignasse a impossibilidade da união das duas coroas numa só pessoa. Assim sendo, o futuro rei de Espanha nunca poderia ser D. Luís ou D. Carlos, mas outro descendente de D. Fernando, possivelmente D. Augusto, que depois seria necessário casar. Os espanhóis nunca confessaram que queriam a união ibérica, desculpando-se com a Constituição que impedia a aprovação da lei que D. Fernando exigia, mas este, e decerto também D. Luís, não transigiram, apesar de Saldanha chefiar o governo, donde foi exonerado em fins de agosto por ato pessoal de D. Luís.

Antes disso, a 3 desse mês, D. Fernando avisa o filho: «Previno-o que neste momento chegou uma daquelas cartas do de los Rios na qual me diz que vai amanhã pedir-lhe audiência para lhe expor o caso. Deve recebê-lo, mas peço-lhe que se tenha firme com ele e com o S. [Saldanha] e que lhe diga que não tem nada com os meus negócios e que está certo que o que faço é para o bem dos meus. Em todo o caso, não deve ir tal negócio nem a conselho de ministros nem de Estado, apesar de eu estar certo que fiz bem no que tenho feito»² e, dois dias depois: «Para seu governo e para que não dê algum passo inconveniente, previno-o que acabo de escrever ao de los Rios sustentando as minhas ideias sobre a sucessão»³.

¹ O casamento de D. Fernando e Elisa era morganático e por isso o que o rei exigia era o respeito devido à condessa enquanto sua esposa e apenas em atos privados e informais, tal como sucedia em Portugal. Elisa não era membro da família real portuguesa e nunca seria rainha de Espanha. Se viesse a ter filhos, também estes não teriam direito de sucessão ao trono, questão que nem sequer se pôs. Sobre o segundo casamento de D. Fernando e sua natureza, ver o capítulo seguinte.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 3.8.1870. Recorde-se que o Conselho de Ministros era presidido por Saldanha.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 5.8.1870.

Prim continuava a tentar que D. Fernando prescindisse da primeira cláusula, não se inibindo de recorrer à chantagem moral. Argumentava que poderia ser responsável por infelicidades na Península e na Europa, mas o rei, respondendo-lhe que tal «insinuação» era muito grave, insistiu na sua legitimidade de impor condições de índole política e não meramente pessoais. Fê-lo a 10 de agosto desse ano de 1870 em carta a Fernández de los Rios:

«Muitas vezes tenho explicado o pensamento que tive ao redigir a condição que é a causa de toda esta discussão; foi ele demonstrar que aceitando a coroa de Espanha, não me esquecia do país em que vivo há tantos anos, onde tenho a maior parte da minha família e que tem sido para mim uma segunda pátria. Nunca ocultei este sentimento e, sabendo como sei, o amor que Portugal tem à sua independência, estipulei pela minha parte que a sucessão seria regulada de modo a que as duas coroas não recaíssem na mesma cabeça [...].

Quis que ficasse bem assente que pela minha parte não tem havido estorvos ou dificuldades que não procurasse vencer, como prova a prontidão com que retirei a exigência das três quartas partes da votação [...]. Dessa condição podia eu desistir, sem inconveniente porque era unicamente de mim que se tratava; com respeito às garantias para a independência de Portugal, sou mais exigente porque a natureza do assunto me obriga a isso e não faço mais do que cumprir o meu dever»¹.

A 18 de agosto D. Fernando deu a candidatura por definitivamente ultrapassada, como comunica a D. Luís: «O que lhe posso dizer é que a minha [*sic*] está de todo acabada. Não posso voltar para trás no que eu disse terminantemente e não se pode obrigar ninguém muito menos a mim, ao que não quer. Enquanto ao Tubo [D. Augusto], é isto um novo estratagema em que eu não quero entrar». E em *post scriptum*: «Não tenho dúvida que faça uso desta carta»².

Prim volta-se para a Casa de Saboia, Vítor Manuel conseguiu vencer a resistência do filho e Amadeu, duque de Aosta, foi eleito rei de Espanha a 16 de novembro. Os espanhóis, após mais de dois anos de busca, tinham encontrado um rei, mas Amadeu I de Espanha foi infeliz no reinado. Abdicou a 11 de fevereiro de 1873 e de imediato se proclamou a república, que foi ainda mais efêmera, pois em dezembro do ano seguinte um golpe de Estado restaurava a monarquia espanhola bourbónica na pessoa de Afonso XII, filho da rainha destronada.

¹ Cit. in CARVALHO, 1935, p. 396.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Sintra, 18.8.1870.

É certo que se D. Fernando ou D. Luís tivessem aceitado ser reis de Espanha poderiam ter tido o destino de Amadeu, mas as suas hipóteses de sucesso eram muito superiores, sobretudo porque respondiam ao desígnio da classe política e de largos setores da população: a união ibérica. Talvez lhes devamos a independência de Portugal.

Capítulo 7

O segundo casamento (1869)

D Fernando casou com Elisa Hensler a 10 de junho de 1869. Já no mês de abril, pelo menos, estava decidido a fazê-lo e comunicara-o ao primo, o duque Ernesto II, antes do dia 24, quando lhe escreve de novo já sobre a forma como o casamento será realizado e sobre o título nobiliárquico a conceder a Elisa. Esta carta de 24 de abril perdeu-se e o duque, sem notícias, advertiu-o por telegrama, em maio, que não devia realizar a cerimónia no estrangeiro, decerto porque D. Fernando pusera essa hipótese. O rei viúvo responde-lhe de imediato, percebendo que a sua carta anterior não fora recebida. Agradece-lhe a compreensão demonstrada, continua decidido a dar esse passo, o que parece ser resposta a pergunta de Ernesto, e concorda com ele sobre a necessidade de realizar a cerimónia em Portugal. Informa-o de que o local do casamento está assente: será na capela da «velha e boa infanta Isabel», que a pôs à disposição para isso e que ele não poderá recusar sem insulto à tia. Quanto ao título a conceder à noiva, pede-lhe que envie quanto antes algumas sugestões de nomes para poder escolher um que não fosse difícil de pronunciar pelos portugueses ou desagradável aos seus ouvidos; aceita grato, se o primo fizer de Elisa baronesa, mas para a sua posição, parece-lhe categoria muito baixa; todavia, sabendo como esta questão é desagradável, compreende que não possa atender ao que pede e não será isso que destruirá a sua amizade¹.

Ernesto fez tudo o que Fernando lhe solicitava. Compreendera, sem dúvida, que o primo estava determinado a casar-se e interessava ao bom nome da família elevar Elisa. É possível que a felicidade pessoal do primo o tivesse também movido e que o compreendesse, pois Ernesto, ao contrário do seu austero irmão Alberto, fora sempre mais emotivo e dado a conquistas amoro-

¹ StACO, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 15.5.1869.

sas. D. Fernando rejubilou de gratidão pelo apoio que o primo lhe demonstrou. E não evita compará-lo com Augusto, que não lhe oferecera nenhuma compreensão e a quem Fernando se refere com azedume: «Meu bom e querido Ernesto: não encontro palavras para te agradecer a tua boa carta datada de 22 de maio e todo o amor e amizade que nela encontro. É bom ter um parente tão leal e afetuoso como tu» e tão diferente do «senhor de Szitnya e Csábrág, etc., etc., o irmão para quem somos já uma espécie de párias»; «o mais importante neste mundo é ainda ter coração e por isso és tão precioso para mim, meu querido Ernesto!»¹.

Agradece-lhe a dignidade condal concedida à noiva e informa-o que acabou de lhe telegrafar comunicando que escolhera a designação Edla, que é «muito melodiosa e agrada muito a Elisa». Pede-lhe urgência no envio do título provisório, que servirá para a cerimónia da concessão, porque os boatos sobre o casamento já correm. Contudo, este será sempre muito simples. Afinal, como concluíram ambos, é muito vantajoso que Ernesto seja o chefe da família dos Coburgos, o que, diz D. Fernando, para a sua situação é importante e evita alguma animosidade, referindo-se, provavelmente, à hipótese de pertencer a chefia a Leopoldo II da Bélgica ou a Augusto, o que sucederia se o ramo Coburgo-Koháry se tivesse autonomizado.

Quanto ao pagamento a fazer pela atribuição do título, é informação que não deve cair no domínio público, salienta o rei. E foi conseguido, pois na violenta campanha que se seguiu contra este casamento o facto nunca é referido porque todos pensavam que o primo duque de Coburgo o oferecera. Havia ainda que desenhar as armas do novo título coburguês e D. Fernando acrescenta o pagamento, prontificando-se a enviar 6000 florins (cerca de 2 milhões de réis) para embelezamento da zona antiga de Coburgo, o que fez, de facto, remetendo ao duque 2250 florins em 1870, 2250 em 1871 e 1500 em 1872². D. Fernando termina a missiva agradecendo mais uma vez ao «amigo e companheiro de juventude». «Para mim tudo isto é muito importante porque nunca me separaria de Elisa e, apesar de toda a filosofia, o matrimónio é sempre melhor do que a mancebia, embora, *entre vieux scélé-rats* [entre velhos celerados], esta também tenha as suas vantagens»³.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 31.5.1869.

² StACo, LA, 12 813, Hofamt, 30, 31.

³ Marion Ehrhardt publicou algumas frases destas cartas de 1869, sem informação sobre a localização e sem esclarecer que são trechos provenientes de cartas distintas. Desta, de 31 de maio, publica: «apesar de toda a filosofia o matrimónio é sempre melhor do que o concubinato, embora este também tenha o seu lado bom» (EHRHARDT, 1988, pp. 13-14). Na sua tradução, Ehrhardt retirou o aposto malicioso em francês.

O diploma com as armas condaís de Elisa Hensler, para quem, nas palavras de D. Fernando, se desenhara um brasão muito belo, chegou finalmente a 11 de setembro¹.

7.1. Natureza do casamento

O segundo casamento de D. Fernando, realizado a 10 de junho no palácio da infanta D. Isabel Maria, na sua presença e tendo como testemunhas Manuel Correia de Sá, mordomo-mor da infanta, e o conde de Campanhã, camarista de D. Fernando, levanta algumas questões. Como se vê pela referência do documento reproduzido em imagem por Teresa Rebelo, o registo lavrado no local foi lançado a 8 de abril de 1870 no *Livro de registo dos matrimónios de consciência do Patriarcado de Lisboa*².

Os matrimónios de consciência eram realizados às ocultas porque eram situações que poderiam causar alvoroço ou denegrir os noivos, como, por exemplo, aqueles que eram tidos como já casados. O casamento permanecia secreto e as testemunhas eram obrigadas ao sigilo. Assim, a Igreja mantinha o sossego da comunidade, mas sacramentava uma união até aí pecaminosa, salvando os amancebados da perdição eterna. Mas o casamento de D. Fernando e da condessa não foi ocultado. Porque se encontra então registado no livro dos matrimónios de consciência? Nunca houve intenção de o manter secreto. Pelo contrário, os noivos queriam aparecer aos olhos de todos como casal legítimo.

Baseando-se em notícia da imprensa, Teresa Rebelo afirma que Elisa, que era protestante, recebeu o batismo católico na véspera da cerimónia³. Na realidade, não foi assim e creio não me enganar ao concluir que foi esse o segredo a que as testemunhas ficaram obrigadas. E cumpriram, pois só agora, com a descoberta de uma carta de D. Fernando ao primo Ernesto, se percebe que foi um casamento com duas cerimónias: uma católica e outra protestante. O rei conta ao duque seu primo que depois da solenidade na capela da infanta Isabel Maria houve outra num salão fechado. «Como Elisa é de fé protestante, o contrato teve de ser abençoado pelo pastor alemão local, que nos deleitou com um longo e desnecessário discurso»⁴.

Esta informação justifica o casamento de consciência, com as testemunhas constrangidas ao segredo. O registo destes casamentos era feito em livro

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Dafundo, 12.9.1869.

² REBELO, 2006, p. 56.

³ REBELO, 2006, p. 54.

⁴ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 12.6.1869.

especial do patriarcado e não, como impunha a norma, no da paróquia de um dos nubentes, onde ficaria sujeito a olhares indiscretos. Por existir esse livro especial, o que manifestamente Elisa ignorava, em 1879 não conseguiu encontrar o registo do seu casamento nos livros paroquiais de Benfca, tendo requerido ao patriarca que ordenasse ao pároco que o lavrasse¹.

Mesmo sem as revelações da carta de D. Fernando sobre o que se passou, o teor do registo deste matrimónio já sugeria algo desse tipo, pois o sacerdote, José Chevalier, confessor e capelão da infanta Isabel Maria, escreveu simplesmente: «abençoei hoje... o matrimónio de...», quando a fórmula usada na época era «na minha presença compareceram..., os quais nubentes se receberam por marido e mulher e os uni em matrimónio, procedendo em todo este ato conforme o rito da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana». É certo que pelo menos o noivo era viúvo, e nesse caso a cerimónia era mais simples, mas mesmo assim, é uma formulação estranha.

Dois anos depois, correu o boato de que a condessa de Edla declarara que o seu matrimónio fora um «meio-casamento», dizendo-se, também, que recebera agora o batismo católico. Sempre maldoso em relação a Elisa Hensler, Silva Lobo, o jornalista responsável pela notícia, conclui (com graça, convenhamos) que a senhora se convertera para castigar o seu Deus por não ter «um príncipezinho para oferecer de presente à nação portuguesa, que certamente lhe dispensa a oferta, sobretudo se também quiserem para ele dotação no orçamento»². O rumor induziu em erro, concluindo alguns que afinal não houvera qualquer casamento, pois quando este foi celebrado os noivos professavam religiões diferentes. «Como pode considerar-se legal o que é tão ilegal?»; «Legal é tudo nesta terra da camarilha, onde impera Fontes Pereira de Melo!», escreve Silva Lobo³. Mas o casamento, a 10 de junho de 1869, existiu e foi reconhecido pela Igreja católica, apesar de Elisa ser protestante. Quanto à sua posterior conversão e/ou batismo católico, nada encontrei na documentação compulsada que os comprove ou sequer sugira, mas à data da morte, só em 1929, era católica. Já vimos como D. Fernando era intolerante para com aqueles que mudavam de religião. Dada a sua visão sexista, própria do tempo, é admissível que só aplicasse esse entendimento aos homens, considerando, talvez, ser aceitável que as mulheres mudassem da religião que receberam dos pais para a dos homens com quem casavam. Contudo, e porque

¹ Requerimento de 17.4.1879, reproduzido em imagem in CARNEIRO, 1985, p. 146.

² *Os Camaleões pelo autor da Lanterna*, 15.7.1871.

³ *Os Operários pelo autor da Lanterna*, 21.10.1871.

a crença religiosa e sobretudo os seus rituais não o preocupavam, não creio que o incomodasse o protestantismo da esposa.

O segundo casamento de D. Fernando foi morganático, o que significa que os títulos nobiliárquicos e estatuto do marido não se transmitiram à esposa. É essa condição que define esse tipo de casamento e por isso Teresa Rebelo está equivocada quando afirma, repetidamente, que o matrimónio de D. Fernando e Elisa Hensler não foi morganático porque entende que casamento morganático era o «de um nobre com mulher de condição inferior». Assim, alega que esta segunda união de D. Fernando não foi de tal natureza porque Elisa tinha ascendência nobre¹, argumento estranho pois, além de tal circunstância, a ser verídica, nada importar, o facto é que quando casou Elisa já era condessa de Edla e, portanto, membro da nobreza. Só que a nobreza estava longe de ser um grupo igualitário, havendo dentro dela graus quase intransponíveis e os casamentos morganáticos eram usados não nos casamentos de nobres vulgares, mas de membros de famílias reinantes que se uniam a pessoas de baixa nobreza ou plebeias.

Ao casar morganaticamente, a condessa de Edla não se tornou membro da família real portuguesa, nem duquesa de Saxe-Coburgo-Gotha, título que D. Fernando sempre manteve. Se tivesse havido filhos, também eles não seriam membros da Casa Real portuguesa nem da Casa ducal de Coburgo. Sendo esta a situação, a condessa não podia participar nas cerimónias oficiais de Estado ou de carácter dinástico. Mas como esposa de D. Fernando, era membro da família enquanto família privada e, assim, Elisa era convidada para tudo o que fosse convívio familiar ou atos não oficiais. Por sua vez, D. Luís e D. Maria Pia participavam nas festas, saraus ou outros eventos que D. Fernando e a esposa organizavam. Além disso, sempre que a condessa aparecia em público com o marido em ocasiões não oficiais, era-lhe devido o respeito que adquirira enquanto mulher do rei.

Quanto à natureza civil do casamento, tendo sido celebrado já em vigência do Código Civil de 1867, era esse o seu enquadramento. Elisa Hensler tornou-se portuguesa, porque assim o impunha o artigo 18.º a qualquer estrangeira que casasse com português, sem que a vontade da noiva tivesse qualquer consequência. Por isso não tinham razão os que lhe chamavam estrangeira, como mais um insulto e sobretudo quando, após a morte do rei, se insurgiram pelo facto de uma estrangeira se tornar proprietária do palácio da Pena. O casamento não teve convenção antenupcial e o regime geral de en-

¹ REBELO, 2006, p. 134.

tão impunha a comunhão total de bens, exceto se pelo menos um dos contraentes fosse viúvo com filhos ou seus descendentes, como sucedia aqui. E é importante esclarecer esta questão devido à polémica suscitada pelo testamento de D. Fernando. Nestes casos, ficavam de fora da comunhão duas terças partes dos bens possuídos à data do casamento ou herdados posteriormente de seus parentes (art.º 1109.º, §4.º). Pelo artigo 1235.º, D. Fernando também não poderia doar à nova esposa mais do que um terço do que já possuía. Por fim, o artigo 1236.º determinava que se um dos contraentes viúvos tivesse bens que recebera por morte de um filho, que por sua vez os herdara do pai ou mãe, e se existissem irmãos inteiros desse filho falecido, a propriedade desses bens pertencia aos irmãos, ficando o pai ou a mãe apenas com o usufruto — o que se aplicava a D. Fernando, que herdara dos filhos e passava agora a mero usufrutuário.

Em concreto: ao casar com D. Fernando sem convenção antenupcial, Elisa Hensler tornou-se proprietária de metade da terça parte da fortuna do marido e passaria também a ser dona de metade de tudo o que a partir de então fosse adquirido pelo casal.

7.2. Reação da família

Já se percebeu que Augusto, o irmão do rei e herdeiro da Casa Koháry, reagiu mal ao casamento de D. Fernando. Leopoldo, o mais novo, decerto exultou. Afinal o irmão mais velho, possuindo uma dignidade incomparavelmente superior à dele, casara também com uma ex-atriz. Não conheço documentação que descreva a reação da rainha Vitória, embora poucas dúvidas tenha sobre o choque que terá sentido. Para os seus padrões, o que Fernando fizera só podia ser considerado ultrajante, tanto para ele como para toda a família.

Na carta de 12 de junho em que D. Fernando descreveu a cerimónia ao primo, diz-lhe que foi só então que a infanta Isabel Maria conheceu Elisa, para quem foi muito simpática, e que a boa senhora estava muito feliz com o passo dado pelo sobrinho. Acrescenta ainda, em trecho já publicado por Marion Ehrhardt: «Deves ficar contente ao saber que o rei D. Luís assim como o meu filho Augusto estão muito satisfeitos com este meu passo e sentem uma grande amizade por Elisa, fazendo-lhe plena justiça. Quanto a mim, sinto-me feliz e contente de sagrar deste modo uma bela relação que teria durado sempre. Neste caso naturalmente não se tem de pensar no mundo, porque nunca se pode contentar todos. Parece-me, porém, que a maioria está de acordo com o assunto. Antes de mais nada uma pessoa tem realmente o di-

reito de pensar pelo seu próprio coração e de não se importar com preconceitos tolos que no nosso século já não deveriam existir»¹. D. Fernando não estava a ser sincero no que respeitava aos sentimentos de D. Luís. Quanto a D. Augusto, sim. O infante, então com 21 anos, gostava da madrasta e sempre se deu bem com ela².

D. Maria Pia e D. Luís nunca poderiam ter ficado agradados com o casamento do pai e isso sucederia em qualquer corte europeia. D. Fernando era rei e pai de rei, não um aristocrata qualquer. Casara agora com uma «cómica», profissão que na época se conotava com mulher de comportamento licencioso, de quem se apontavam antigos amantes no Porto (onde se estreara em 1859) e em Lisboa. Os lisboetas tinham-na visto atuar vestida de pajem com as pernas apenas cobertas por meias e cuja fotografia Elisa Hensler colocara à venda para se publicitar como atriz. Além disso, fazia-se acompanhar de uma rapariga, na qual todos adivinhavam uma filha, e corria ainda o boato de que o primeiro marido não morrera, mas fora bem pago para permanecer oculto. A opinião pública manifestou-se com indignação ao saber do casamento, vendo-o como uma afronta a D. Maria II, rainha considerada esposa e mãe exemplar, e a quem D. Fernando devia o título de rei. Contudo, a grande explosão virá depois, quando, pelo seu testamento, D. Fernando irá deixar tudo o que pode à condessa. Nessa altura haverá quem critique até D. Maria Pia porque frequentara os saraus de D. Fernando e da condessa «descendo imprudentemente», «apesar do seu pundonor e orgulho de italiana»³. Quanto às infantas, também elas viram com profundo desgosto o casamento do pai e foi muito contrafeitas que receberam a condessa em suas casas. Muitos anos depois, em 1883, D. Maria Ana e o rei da Saxónia pediram a D. Carlos que comunicasse aos pais que a condessa de Edla não fora recebida em parte alguma, não estivera no palácio e só uma vez fora a casa da enteada⁴. D. Antónia, no mesmo ano, declarava que uma das razões para não ir a Lisboa era a presença da condessa e que muito a aborrecia ter de a receber⁵.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 12.6.1869 e pub. em EHRHARDT, 1988, pp. 13-14. Desta carta, Marion Ehrhardt omitiu informação importante: a religião de Elisa e a cerimónia protestante que se seguiu à católica; acrescenta também uma frase («um “chez-soi” deveria ser a maior felicidade e a particular aspiração do homem sensato») retirada de carta posterior, de 27.7.1874, quando D. Fernando comenta a relação conjugal do irmão Leopoldo.

² Os parágrafos que se seguem retomam trabalho anterior: LOPES 2011b, pp. 205-208.

³ ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 26.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7342, carta de D. Carlos a D. Maria Pia, Dresden, 3.9.1883.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Maria Pia a D. Luís, Reichenhall, 11.8.1883.

Os bilhetes de D. Fernando de 1871 e 1872 atribuem as desfeitas sofridas pela condessa tanto a D. Maria Pia como a D. Luís. Mas este era de feitio contemporizador e a rainha pontificava na vida do paço, sendo natural que tivesse mais responsabilidades nos agravos de que D. Fernando se queixava. Em fevereiro de 1872, este escreve uma carta emocionada a D. Luís, a propósito de uma situação num concerto, envolvendo a condessa de Edla. Considera o velho rei que não podia ser acusado de demasiado exigente ou irascível. Pelo contrário, afirma: «tenho a consciência de ter até agora suportado com grande paciência muitas coisas que teriam num outro [...] dado lugar a explosões, aliás justas, de cólera e de ressentimento. Desacatando-se minha esposa, não é a ela que se desacata, mas a mim, seu pai! Enganam-se grandemente se pensam que isto nos faz a nós mal no público. A quem faz mal é ao Luís e à rainha»¹.

Mais tarde, D. Fernando vai acentuar a responsabilidade da nora, mas neste mesmo mês de Fevereiro de 1872 houve um esforço de desanuviamento. No dia 21, D. Fernando, que se encontrava com a condessa no chalé em Sintra e aí tencionava ficar alguns dias, pede desculpa ao filho por não poder aceitar um seu convite: «Sinto muito não podermos estar presentes à representação para a qual nos convida, e tanto eu como a condessa sinceramente lhes agradecemos o seu amável convite». Em nota, acrescenta: «A condessa lembrou-se de mandar à rainha algumas camélias, que irão amanhã»². E no verão, D. Maria Pia parecia esforçar-se por suavizar as relações com o sogro. Estando em Sintra sem o marido, que provavelmente estava na Ajuda, e em resposta a uma carta de D. Luís, a rainha pergunta-lhe se acha que deve ir ou não, sozinha ou com as crianças, a um jantar que o rei iria oferecer e onde estaria presente o sogro. A rainha afirma que, no que lhe diz respeito, pode ir, «se crês que isso agrada ao teu pai», mas também não pretende que D. Fernando pense que ela não quer que ele jante lá sem ela. Quanto aos filhos, se não forem, ficarão com um responsável e duas amas, sendo que a rainha vai apenas para o jantar e regressa. Se o rei preferir, poderá dar o jantar em Sintra. Pondo o marido completamente à vontade, Maria Pia afirma que se D. Luís achar que ela não deve ir ou que é inútil ou desnecessário, «cela ne me fait rien». Ele que lhe comunique a sua vontade por telegrama³.

Tinha-se encontrado, pois, alguma serenidade na família, o que não impediu, episodicamente, outras situações em que D. Fernando se sentiu enxo-

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 8.2.1872.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Sintra, 21.2.1872.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Maria Pia a D. Luís, Sintra, 28.8.1872.

valhado e particularmente enfurecido com a nora. Em março de 1873, D. Fernando escreve a D. Luís, queixando-se, muito indignado, da desconsideração sofrida por ocasião da vinda de Amadeu quando este abandonou Espanha: «Porque pensar eu, que o que aconteceu, foi uma combinação entre os 3, quer dizer ele, a rainha Maria Pia e o rei D. Luís, para não se realizar a visita de despedida, é uma ideia, que para honra sua, não quero deixar entrar na minha mente. [...] O que eu sobretudo lhe quero fazer sentir é a minha justíssima indignação pelas já tantas provas de pouca consideração [...] que tenho recebido na sua casa». A mais recente teria sido no último jantar, em que os reis sentaram Amadeu de Saboia no lugar de D. Fernando à mesa. Para não fazer escândalo, este conteve a raiva que sentiu: «Nesse dia eu devia estar no meu lugar do costume, porque D. Amadeu não é nenhum rei reinante e o ser irmão da rainha Maria Pia, não basta para que eu lhe ceda o meu lugar. Tive a ideia de ter este desabafo sobre estas e muitas outras coisas (que sabe) com a rainha, mas abandonei esta ideia porque receei perder o sangue-frio e chegar a dizer o que mais tarde eu não quisera ter dito a uma senhora. [...] Sabe muito bem que eu tenho sofrido bastante sem me queixar»¹. Segundo a princesa Rattazzi, a situação da condessa de Edla em 1879 era a seguinte: «Geralmente não é admitida nas solenidades oficiais, embora a rainha a acolha benevolmente em todas as reuniões íntimas de família»², mas Maria Rattazzi era incapaz de dizer mal de Maria Pia. O certo é que D. Fernando nunca sentiu afeição pela nora.

Quanto a D. Augusto, era uma pessoa inofensiva que não criava dissabores a ninguém. Visitava frequentemente a cunhada e os sobrinhos, mesmo na ausência de D. Luís, como, por exemplo, no verão de 1876. Só quando, encantado com a madrastra, resolveu intervir opinando acerca do comportamento de D. Maria Pia, ouviu desta o que, se fosse mais inteligente, teria previsto, pois a rainha a ninguém admitia que lhe ditasse a conduta. E não era um cunhado de recursos intelectuais limitados e sem qualquer influência que lhe podia dizer como se devia relacionar com o sogro e a sua esposa. Em 11 de setembro de 1873, D. Maria Pia comunica a D. Luís que acabou de receber uma carta bizarra de Augusto, fazendo-lhe notar que cometera uma asneira ao não ir visitar o pai do rei em determinado dia. A rainha respondeu-lhe «en le mettant en place» («pondo-o no seu lugar»), falando tão abertamente como falara, em certo dia, com D. Luís sobre «madame» e «l'autre demoiselle». Afirma querer que o marido saiba isto porque se no dia seguinte

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Lisboa, 13.3.1873.

² RATTAZZI, *Portugal de relance*, p. 90.

encontrar Augusto e o seu pai, acompanhado de «madame», podem estar zangados devido ao que ela escrevera. Informa ainda D. Luís de que, na carta, Augusto também declarava pretender falar com o irmão, quando o visse, como se a reprimenda fosse dirigida aos dois. Percebe-se, pois, que D. Maria Pia não acreditava no bom carácter de Elisa Hensler nem no da jovem «sobrinha» que com ela vivia. E era correspondida. D. Antónia irá dizer mais tarde que a madrastra tudo fez para desacreditar Maria Pia¹. A antipatia pela condessa de Edla será também partilhada por D. Carlos.

7.3. A indignação pública e a campanha d'A Lanterna

Se a família se apaziguou, o mesmo não sucedeu com largos setores da opinião pública, longamente acicatados pela imprensa mais radical. A notícia do casamento do rei viúvo com uma atriz caiu como uma bomba. Conta Máximo Estrella — que apesar de ter de ser lido com muitas reservas, dada a sua parcialidade, aqui afigura-se verídico, tanto pelo pormenor como porque invoca o nome de um conhecido jornalista e político: «Em 9 de junho de 1869, pelas 11 horas da noite, pretendia João Crisóstomo Melício, como correspondente do *Comércio do Porto*, comunicar à redação que ia casar el-rei D. Fernando com uma dama de São Carlos, há muito residente em Lisboa. Os empregados da estação telegráfica não aceitaram o telegrama, redigido por aquela forma. O expedidor teve que modificá-lo, escrevendo que ia casar um alto personagem com uma estrangeira distinta. Ninguém podia acreditar semelhante extravagância. A todos enchia de pasmo»².

O jornal *A Lanterna*, de António Augusto da Silva Lobo, que, sem identificação do redator, saía com periodicidade semanal, bissemanal ou mensal, encetou uma campanha violenta de descrédito dos recém-casados e de apelo à supressão da dotação de D. Fernando. Nas palavras de Brito Aranha, este periódico «quebrou a monotonia da nossa imprensa partidária e quotidiana, e no género panfletário, verrinoso, visando o escândalo, a *Lanterna* excedeu em muito os seus antecessores, *O Espectro*, *A Matraca*, o *Rabecão*, o *Supplemento burlesco*, e outros, sem todavia representar, como eles, um partido organizado e forte, que lançava mão de todos os meios de luta para atacar e prostrar adversários poderosos. Em todo o caso, revelou no seu autor um escritor talentoso e enérgico argumentador»³. Se nas suas diatribes contra as

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Antónia a D. Luís, Sigmaringen, 5.1.1886.

² ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 17.

³ SILVA e ARANHA, 1972-1987, XIII, p. 280.

peçoas do rei e da condessa, o insulto foi a arma preferida, já na batalha para que o Estado português deixasse de assegurar ordenado a D. Fernando, o raciocínio era consistente, perflhado por outros e debatido durante alguns anos. Em 1874, o rei D. Fernando recebeu, seriamente, perder a sua remuneração oficial¹.

Logo no seu n.º 5, o redator de *A Lanterna* se interroga: «o rei-noivo continuará a ter os cem contos do rei-viúvo?»². No número seguinte, sob a epígrafe «Perguntas inocentes», volta ao assunto: «El-rei D. Fernando, tendo passado a segundas núpcias, pode e deve continuar a perceber 100 contos pela lista civil? El-rei D. Fernando pode e deve continuar a receber todas as despesas de alimentos e representação, que se calculam em 150 contos por ano? *A Lanterna* responde que não pode nem deve» e lembra que «recebeu até hoje do nosso tesouro mais de 3500 contos para o seu bolsinho, custando mais de outros três ou quatro mil contos as despesas abonadas pela coroa nos anos que são decorridos depois do consórcio com a desditosa rainha D. Maria II».

Nos folhetos seguintes, dedica-se a noticiar as desfeitas que o novo casal recebia das pessoas reais e da aristocracia. Com o título «Uma revolução na corte», o jornal assinala o conflito em que estavam «as princesas pelo capricho dos príncipes». A «velha camarilha matreira das Janelas Verdes», residência da viúva de D. Pedro IV, aconselhara D. Amélia de Beauharnais a não abrir as portas do paço à condessa de Edla, o que iria provocar um conflito com a infanta D. Isabel Maria, que sempre honrara os noivos. Quanto à nobreza, hesitava sobre que partido tomar, já que, embora não gostasse do «himenheu», não ousava condenar o que podia vir a ser aceite, pois os recém-casados visitariam D. Amélia, e parecia que o rei e a rainha aceitavam o facto consumado. Contudo, algumas damas haviam protestado junto dos seus maridos, afirmando que jamais iriam ao paço da «nova rainha-mãe». Entre essas encontravam-se as condessas da Torre e da Foz, que «*ab initio* declararam não visitar a condessa de Edla» e, assim, «vingaram a antiga nobreza destes reinos». O periódico questiona a aparente hipocrisia da situação, pois os condes da Foz e da Torre continuavam ao serviço daquele paço e o próprio D. Fernando «ofendido [...] pelas condessas, não dispensa os condes do seu serviço». Segundo o jornal, as visitas à Pena têm sido muito reduzidas «porque em todos os palácios da corte há esforços para afastar dali a nobreza».

¹ Ver este assunto no capítulo seguinte.

² *A Lanterna* era publicada sem indicação de dia e mês. O n.º 5 é de 1869, o segundo ano desta publicação.

Por fim, além de regressar à questão da dotação de D. Fernando, *A Lanterna* questiona a legitimidade de D. Fernando poder voltar a assumir a regência e levanta a suspeita de que o rei-pai poderá aceitar a Coroa de Espanha, caso venha a ser de novo convidado para a tomar, como julga, e, desta forma, «vingar o seu justo orgulho de príncipe, aclamando também a sua nova esposa» já não como plebeia, mas como rainha «e quem sabe, cobrindo-se depois do manto imperial!...» (n.º 8).

Entretanto, D. Fernando e a esposa começavam a aparecer em público e intervinham em atos de beneficência. Noticiara-se que a condessa fundara uma escola para 100 crianças pobres, o que é denunciado por Silva Lobo como forma de «a rainha Elisa» ser finalmente aceite, pois não seria mais do que uma estratégia de D. Fernando, aconselhado pelo duque de Loulé, para «conciliar o amor [...] dos pequenos». Por sua vez, Fontes Pereira de Melo sugerira a realização de um conjunto de almoços, jantares e bailes, como forma de agradar aos «grandes». Tendo D. Fernando aceitado os dois conselhos, «para o amor do povo virão as escolas» e «para o amor da nobreza virão os bailes», ficando a fatura para o povo pagar, conclui o redator (n.º 17). E é assim que com «todas as exigências do luxo em que vive», «pelo seu gosto fausto, à custa da nossa pele, se chamou — o rei artista» (n.º 22). Algum tempo depois, *A Lanterna* nota que D. Fernando vai pondo em prática o plano de Fontes para conciliar a corte com a ex-atriz. Assim, sucedem-se os banquetes e preparam-se os bailes para a estação invernososa, num período em que se prevê «menos dissidências aristocráticas». Lentamente, a alta sociedade portuguesa ia aceitando Elisa Hensler, facto que o jornal atribuiu também à influência francesa nesta questão, a mesma que «queria dar o trono de Espanha a D. Fernando» (n.º 21).

Era verdade que desde o seu casamento D. Fernando procurava cativar a nobreza e levá-la a aceitar a esposa, organizando festas na Pena e nas Necessidades que o *Diário de Notícias* invariavelmente anunciava, assim como não deixava de informar quando os dois reis com as suas esposas se convidavam para os respetivos palácios. Logo a 22 de junho de 1869, o jornal informa que D. Fernando realizou um concerto no palácio da Pena. Depois, que D. Fernando deu um jantar de família nos pavilhões da quinta das Necessidades, estando presentes o rei D. Luís, a condessa de Edla, o duque de Coimbra e mais três ou quatro pessoas da corte¹. Nesta altura a rainha saíra para o estrangeiro e por isso a sua ausência não tinha qualquer significado de

¹ *Diário de Notícias*, 26.6.1869.

rejeição à condessa. No mês seguinte, o público é também devidamente informado de que nos aposentos de D. Fernando e de sua esposa, no palácio das Necessidades, se fazem grandes preparativos, com o emprego de inúmeros operários portugueses, para um grande baile que irá ocorrer, não deixando de se esclarecer que as despesas estavam a ser pagas pela tesouraria particular de D. Fernando¹. No outono, já com a rainha em Portugal e D. Fernando e a condessa instalados no Dafundo para tomarem banhos de mar, o *Diário de Notícias* informa que D. Maria Pia tem ido «estas noites» visitar D. Fernando e sua esposa² e que ela e D. Luís jantaram com eles na residência da praia³. Mas nem sempre o austero *Diário de Notícias*, no seu desejo de bem servir a realeza, media com acerto o que noticiava. E com muito mais descerto procedia D. Fernando. Senão repare-se: a 17 de novembro o público é informado de que D. Fernando assistira na véspera ao ofício que se realizou na capela do paço das Necessidades por alma de D. Maria II; no dia seguinte o mesmo jornal informava que na passada terça-feira D. Fernando e a condessa estiveram em passeio pela zona da Estrela — isto é, no dia 16, quando se realizara na corte o ofício fúnebre de D. Maria. Mais uma leviandade de D. Fernando e esta de bastante mau gosto, que teria provocado o desespero do seu filho Pedro, fosse ele vivo.

Nessa mesma altura, a 18 de outubro, Vítor Manuel II de Itália, pai da rainha de Portugal, casou religiosamente com Rosa Vercellana, sua amante desde 1847. D. Maria Pia, tão ciosa da sua família, de quem tanto se orgulhava, tinha agora, também ela, uma madrasta que se não fora «cômica» era uma mulher analfabeta sem modos nem educação. Podemos imaginar o riso trocista de D. Fernando e da condessa...

O aniversário de D. Fernando (29 de outubro) serviu de pretexto para nova diatribe de *A Lanterna*: «As damas e as esposas dos camaristas e ajudantes de ordens do regente irão cumprimentar seu amo e por concomitância cortejarão também sua ama». Terminará desta forma o «interdito» à condessa, pelo que o jornal prevê um pedido de dotação à «nova rainha», levado a cabo pelo duque de Loulé. Com ironia maldosa, *A Lanterna* concorda que assim deva ser, visto que os meninos da Palhavã também foram considerados na corte e «D. Fernando II não é menos que D. João V» (n.º 23). E *A Lanterna* prosseguia, desancando impiedosamente, e por vezes com graça, o pobre casal que muito deve ter sofrido com tais catilinárias. Agora era o projeto

¹ *Diário de Notícias*, 21.7.1869.

² *Diário de Notícias*, 8.10.1869.

³ *Diário de Notícias*, 9.10.1869.

de Fontes que triunfava, com a «rainha Maria» a reconciliar-se com a sua «sua colega Elisa» (n.º 24). De facto, noticiara-se que os monarcas reinantes tinham convidado o rei-pai e sua mulher para um jantar no palácio real de Belém, na véspera de regressarem ao da Ajuda¹.

Neste final de 1869, a campanha contra D. Fernando e a esposa torna-se mais ofensiva e brutal. Ao noticiar um sarau musical na corte, escreve Silva Lobo que se realizou «dizem uns, que para honrar o nome de Madame Hensler; dizem outros, que para desonrar a memória de D. Maria II!...» (n.º 25). Desmente que haja «numerossíssimas» visitas ao paço das Necessidades, como têm veiculado os principais periódicos da capital, porque as visitas são «antigas relações da dama de S. Carlos e do rei-viúvo; fidalgas ilustres que nas praias cantavam outro dia à desgarrada a música dos lupanares». Em seguida, para justificar a afirmação que «a gente da condessa de Edla deve ser [...] gente de uma laia à altura do palco; fidalguia de meia tigela que ilustra os seus pergaminhos ou cantando o fado pelas praias ou adulando nos Paços os falsos ídolos da nobreza cómica», o jornal passa a relatar a viagem que D. Fernando fizera à Suíça em 1863: o rei viúvo partira com «a mãe dos novos meninos de Pavalhã, M.me Hensler», que por não poder ser ainda «rainha» por trazer «vivo o triste esposo», podia, ao menos, ser amante e distrair o viúvo que estava perdido de amores por ela. Para o conseguir, o conde da Foz, «caráter à prova de honra», prestou-se a fazer passar Elisa por sua mulher, enxovalhando desta forma o nome de sua esposa, para agradar e servir o «noivo-baboso» (n.º 26).

Este número de *A Lanterna* relata também o desgredo com que o povo recebera a nova esposa de D. Fernando. Assim, durante um ensaio geral que se realizou no São Carlos, pretendendo-se «ensaiar também o estado da opinião», Elisa esteve presente no camarote real e, embora não tomasse lugar distinto, já que D. Luís e D. Fernando «lhe fizeram costas», não houve prova de entusiasmo popular, mas também não surgiu qualquer sinal de desgredo. Porém, no dia seguinte, a polícia foi informada da preparação de uma manifestação ruidosa, caso Elisa voltasse a apresentar-se no camarote real. Sabendo-o, a condessa acabou por ocupar o do conde de Farrobo. Contudo, antes de aí chegar, já se tinha formado uma «alegoria ao *Baile de Máscaras*², com pungentes alusões à nova rainha». Posteriormente, quando a condessa apareceu no camarote, rompeu a «pateada» em todo o teatro, que se repetiu em

¹ *Diário de Notícias*, 23 e 24.11.1869.

² Ópera em que Elisa Hensler protagonizou a figura do pajem Óscar, atraindo a atenção de D. Fernando.

todos os atos. Também o conde da Foz foi ridicularizado nos corredores do São Carlos, devido ao que acontecera na viagem de D. Fernando à Suíça. D. Fernando viu-se obrigado à terrível humilhação de instalar a esposa no camarote de Farrobo, enquanto ele continuava a ocupar o camarote real, sempre que assistiam a algum espetáculo no São Carlos — o que era, por si só, um espetáculo. Mais tarde, ele e o filho Augusto passaram a ficar com a condessa no camarote privado, que D. Fernando comprou em 1880¹. Elisa Hensler não voltou ao camarote real.

A campanha de *A Lanterna* continuou intensa, anunciando o confronto entre «as camarilhas de Belém e das Necessidades» à medida que crescia na corte a importância da «rainha Elisa», «conhecida na roda das fadistinhas por Dona Fernanda». Noticia-se também o rumor de que D. Luís estaria a ponderar retirar as despesas de representação ao pai, rejubilando *A Lanterna* pela possibilidade de se poder terminar com a sustentação de uma corte «semi-real, semi-plebeia», esperando que esse montante não revertesse a favor da corte da Ajuda (n.º 28). Depois surge uma acusação mais grave: abordando o recente empréstimo efetuado pelo Estado português, o jornal denuncia que se realizou apenas para salvar a fortuna de D. Fernando, depositada em mãos de um banqueiro em risco de falir pela quebra das companhias de caminho de ferro do Sul e Sueste. Adianta-se ainda que D. Fernando tinha 2000 contos na «oscilação do banqueiro a quem o país foi salvar» (n.º 30). No número seguinte, o redator regozija-se com a repercussão da sua notícia sobre o empréstimo do Estado e as finanças pessoais de D. Fernando e informa que D. Luís retirara ao pai o financiamento para despesas de representação. Finalmente, no n.º 35, *A Lanterna* diz-se alvo de perseguição política «para que ela não diga as verdades», porque «el-rei D. Fernando já não recebe os 140 contos que indevidamente recebia cada ano do bolsinho do seu filho e este ato de moralidade foi obra da Lanterna».

Em dezembro D. Fernando estava saturado. Contudo, diz ele ao primo Ernesto, «não desespera de Portugal», consegue alhear-se até da propaganda republicana e dos seus repugnantes libelos contra toda a família real, do «nobre Saldanha» que agora regressou e da política que nos países latinos é uma «verdadeira abominação». O que mais o apoquentava agora, de facto, não era a pressão espanhola, mas a sua situação financeira. Desde o casamento, a legitimidade da dotação do rei era posta em causa. Ora, se o ordenado que recebia do Estado cessasse, D. Fernando teria muitas dificuldades. E por isso

¹ NORONHA, 1922, p. 257.

afirma: «Às vezes sinto-me preocupado com o meu futuro» e «há momentos em que penso que seria bom não depender de uma nação». «É triste, na verdade, que eu nada possuía no mundo a não ser a dotação local que é atacada por algumas pessoas como se fosse imensa»¹.

Como *A Lanterna* foi de facto perseguida e proibida, Silva Lobo recorreu ao estratagema de a publicar sob nomes que mudavam em quase todos os números, mantendo invariável o subtítulo *pelo autor da Lanterna*. E a campanha contra a condessa de Edla e seu marido continuou em 1871, agora em *Os Processos pelo autor da Lanterna, As Conferencias pelo autor da Lanterna, Os Camaleões pelo autor da Lanterna, A Força pelo autor da Lanterna...* Haviam passado dois anos sobre o casamento, mas o tom não mudara. Elisa era agora a «rainha dos calcanhares», D. Fernando «o marido da cómica» e «o velho baboso». Voltou a questionar-se a legitimidade de D. Fernando receber a sua dotação, já que «o contrato antenupcial» do primeiro casamento rescindira «quando o rei se desaristocratizou, democratizando-se com o seu casamento cómico-platónico», grita-se contra «o escândalo da cómica que é rainha [...], o escândalo da moradia do palácio que é da nação a dois estrangeiros [...], o escândalo dos cem contos da lista civil»².

Em setembro, descreve-se um passeio de D. Fernando e da condessa de Edla pela feira de Belém. Ali o casal fizera a despesa de 4 libras na aquisição de loiça das Caldas, ficando o povo entusiasmado com a visita do casal. Contudo, em determinada barraca alguém começou a entoar um trecho do *Baile de máscaras*, fazendo corar a condessa, que se recordou do seu passado, e irritando D. Fernando, que «deitou abaixo a viseira e saiu da feira, depois de ter distribuído em esmolas quatro vinténs». Um pouco mais atrás seguia um homem que «a todos parecia [...] um criado de compras [...] pelas cortesias que fazia a sua majestade, a cantora». A condessa retribuía-o com indiferença e desprezo, muito embora este «criado» fosse na realidade... o marquês de Pombal³. Poucas semanas depois, volta-se ao tema: «A cómica» goza agora a plenitude do seu triunfo político, visto que «a homenagem que a fidalguia rebelde lhe negava, está já prestada, porque um conde [Alcáçovas] e um marquês [Pombal] da melhor linhagem e da mais sólida nobreza, prestou culto já, em público e em particular, à nobre dama dos calcanhares, de quem em tempo riram a bom rir, quando ela dava notas falsas e mostrava as pernas tortas. O marquês então é um petisco. Pequenino como é, com aqueles barbas

¹ StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 11.12.1869.

² *A Força pelo autor da Lanterna*, 5.8.1871.

³ *O Ministerio pelo autor da Lanterna*, 13.9.1871.

de respeito e aquele nome que tanto respeito devia impor, ajoujado atrás de D. Elisa, carregado de bonecos das Caldas e de vários vasos da mesma terra, parece mais um macaco que um homem, apresenta mais aspeto do servil galopim do que de herdeiro de um nome imenso»¹.

Era verdade que o 5.º marquês de Pombal e o 2.º conde de Alcáçovas, camaristas do rei, acompanhavam muito o casal. D. Fernando sentia-se reconhecido aos dois fidalgos que o apoiavam e assim eram publicamente enxovalhados. Por isso pediu, tanto ao filho como ao primo Ernesto, que concedesse a ambos uma grã-cruz². O duque fez-lhe a vontade, embora agora, com a Alemanha unificada, tivesse de passar pela formalidade de comunicar o pedido e aguardar a anuência do imperador³.

A campanha de Silva Lobo continuava. «A rainha que ocupa o palácio das Necessidades foi uma cómica de mau nome! Se a mancebia é uma virtude, ela é cem vezes santa!». A «nação ainda está afrontada; porque o regente casou sem licença das Cortes nem do rei, licença que não se dispensa nos casamentos dos fidalgos, perdendo eles os títulos e a nobreza [...]. Mas D. Fernando não perdeu coisa alguma. Recebe os 100 contos, como quando era esposo de D. Maria II, a rainha de Portugal». Por último, em jeito de conclusão, o autor é perentório em declarar que «Madame Hensler é rainha, e já faz ministérios! Ela é que inventou a presente situação para assegurar a dotação do esposo»⁴. Silva Lobo sempre fora adversário figadal de Fontes Pereira de Melo, que fora chamado a formar governo nesse mês de setembro. No mês seguinte, o jornalista conclui que, afinal, «quem mostrou as pernas tortas sobre a rampa, se endireita mais tarde sobre um trono, na penumbra de um velho baboso»⁵.

¹ *Os Pares pelo autor da Lanterna*, 7.10.1871.A

² Carta de D. Fernando a D. Luís, Paço de Arcos, 9.9.1871 in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», p. 347). StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Paço d'Arcos, 17.10.1871.

³ StACo, LA, A, 6980, cópia da carta do primo Ernesto a D. Fernando, Coburgo, 24.12.1871.

⁴ *Os Pares pelo autor da Lanterna*, 28.9.1871.

⁵ *Os Operários pelo autor da Lanterna*, 21.10.1871.

Capítulo 8

Recursos financeiros

Mesmo tendo em conta que com muita frequência foi pressionado a ceder parte da sua dotação a favor das urgências financeiras do Estado, os 100 contos (100 milhões de réis) que D. Fernando recebia por ano constituíam uma soma muito avultada porque se destinavam apenas às suas despesas pessoais. Com o seu segundo casamento, a dotação oficial do rei-pai foi contestada por alguns, como se viu. A questão ressurgiu cinco anos depois, com contornos mais graves.

8.1. Polémica sobre o direito à dotação

Em fevereiro de 1874, Francisco Mendes, deputado do Partido Reformista¹, levou o assunto ao Parlamento por considerar que D. Fernando II, após o seu casamento com a condessa de Edla, perdera o direito a qualquer dotação por parte do Estado porque lhe era paga na qualidade de marido e de viúvo da rainha D. Maria II. «Perdida pois, Sr. presidente, a única qualidade que, no meu entender, dava ao alto personagem a que me refiro o direito, ou pelo menos um pretexto plausível, para ser contemplado no orçamento com uma quantia tão avultada, estou resolvido a envidar as minhas débeis forças para que a esta verba da despesa se dê uma aplicação mais justa e mais consoante ao minguido rendimento do nosso Tesouro, uma vez que se me não prove que por virtude de algum contrato está a nação obrigada a continuar a dar esta dotação ao senhor D. Fernando, seja qual for a posição ou estado em que ele se ache». «O meu zelo pelos meus constituintes não me leva

¹ Partido da esquerda. Em 1876, pelo Pacto da Granja, a maioria dos reformistas uniu-se aos históricos, criando o Partido Progressista.

a querer que a briosa nação portuguesa falte ao cumprimento dos seus contratos (apoiados). Mas se não existe esta obrigação, entendo que se não deve pagar tal dotação, porque o tesouro tem *deficit*, há muitos pequenos funcionários quase sem pão e muitos melhoramentos em abandono (apoiados)». Requereu, pois, que fossem procurados no Arquivo Parlamentar quaisquer documentos que pudessem esclarecer a questão, requerimento também assinado por Osório de Vasconcelos, Luís de Campos e Cerqueira Veloso (23.2.1874)¹, todos reformistas.

No mês seguinte, tendo consultado o contrato matrimonial, Francisco Mendes declarou que mudara de opinião porque «o negociador dos contratos a que me refiro não previa, como devia, o caso de segundo matrimónio». Concluiu, portanto, que o país continuava «obrigado a sustentar uma família que já não é a família da senhora D. Maria II», declaração que suscitou «apoiados da esquerda» (18.3.1874). Contudo, os seus colegas de bancada Luís de Campos e Mariano de Carvalho apresentaram uma proposta para que a dotação de D. Fernando fosse reduzida a metade. Recorde-se que o contrato matrimonial tinha duas partes, tendo ficado a segunda em sigilo, precisamente aquela que previa a duplicação do vencimento do consorte logo que recebesse o título de rei (com o nascimento do primeiro filho) de 50 para 100 contos.

A questão foi discutida dois dias depois numa longa e acalorada sessão onde intervieram os políticos mais destacados da época. O governo era então dirigido por Fontes Pereira de Melo e a oposição estava cada vez mais aguerrida, aproveitando todos os pretextos para atacar o Partido Regenerador, no poder. Alguns deputados consideraram que as cláusulas secretas, por terem sido redigidas em nome da rainha, eram de carácter particular e não público. Luís de Campos argumentou que o aumento da dotação do rei consorte esteve muito anos por acontecer, entre 1838 e 1842, e portanto «entendia não ter [D. Fernando] direito a receber essa dotação da nação ou a recebia particularmente da casa de Sua Majestade a rainha a senhora D. Maria II». Por outro lado, o terceiro artigo da componente secreta do contrato levava-o «a ver neste contrato antenupcial dois entes particulares que nada têm a ver com a realeza nem com a nação». Para reforçar o seu ponto de vista, questionou o conteúdo do ponto 2 do artigo 3.º: «Que significa isto de ter casa separada? Seria a questão da morte de Sua Majestade a Senhora D. Maria II? Não, que está prevista no primeiro contrato. Portanto não podia ser, nem esta

¹ Ver esta e as sessões a seguir mencionadas em *Actas da Câmara dos Deputados*.

seria a redação. Seria a possibilidade de um divórcio legal ou amigável? Creio que sim: e condições desta ordem não são condições de família, arranjos particulares completamente estranhos ao Estado? Tem o país com isso alguma coisa?».

Seguiu-se a intervenção do presidente do Conselho de Ministros, que defendeu posição contrária. Fontes Pereira de Melo sustentou que o tratado fora negociado por um agente ao serviço do reino, o conde do Lavradio, e, por esse mesmo motivo, tratava-se de um acordo internacional que era preciso respeitar na íntegra. Por outro lado, a redação em nome do reino ou da rainha «não altera a natureza do contrato (apoiados) nem prejudica os estilos nunca interrompidos com que nas diversas chancelarias da Europa quando se diz os ministros representantes dos seus soberanos, subentende-se que são representantes dos países a que pertencem esses soberanos e todos os tratados que assignam obrigam as respetivas nações». Assim, Fontes considera que os 100 contos de réis anuais devidos a D. Fernando desde que nasceu o seu primeiro filho são perfeitamente legais.

Mariano de Carvalho declarou então que não pretendia emitir uma opinião final, sendo favorável à criação de uma comissão especial para estudar o assunto, não deixando de notar que agora «achamos o negócio tão claro, que queremos resolvê-lo sem mais exame; porém em 1839, ano que apenas se distanciava quatro anos da época da assinatura dos contratos matrimoniais, quando era vivo o Sr. conde de Lavradio, quando o ministro da fazenda ia propor ao Parlamento o aumento da dotação do senhor D. Fernando, julgava-se tão difícil e obscura a questão, que a comissão de fazenda não se dava por habilitada para a resolver». Mariano de Carvalho contestou a afirmação de Fontes, segundo a qual D. Fernando passou a receber 100 contos desde que tomou o título de rei, porque «segundo os documentos oficiais que eu compulsei, o senhor D. Fernando não começou a auferir a dotação de 100 000 000 réis senão no ano de 1841-1842 (apoiados). Pelo menos decorreram quatro anos de dúvidas sobre este negócio. E, procurando nos arquivos parlamentares quais foram as razões que demoveram a câmara dos deputados em 1841 a votar o aumento da dotação, não encontrei nenhuma. A câmara votou sem dar a razão do seu voto». E prossegue: «Em todo este período de 1840 a 1841 continuou o orçamento a não ser discutido e a existir a mesma dúvida a respeito da dotação do senhor D. Fernando, vigorando, portanto, a lei de 1839, que não autorizava maior dotação a Sua Majestade». «Finalmente, pela carta de lei de 17 [sic] de novembro de 1841, fixando-se a despesa para o ano económico de 1841-1842, foi que o senhor D. Fernan-

do começou a receber 100 000 000 réis sujeitos à dedução de 50 000 000 réis.» Mariano conclui a sua intervenção propondo «a nomeação de uma comissão especial composta de sete membros para dar parecer sobre a minha proposta e do Sr. Luís de Campos, acerca da dotação de el-rei o senhor D. Fernando». Foi admitida à discussão.

Barros e Sá, um deputado regenerador, interveio a seguir defendendo a legalidade e a continuação do pagamento de 100 contos anuais a D. Fernando, mas o seu discurso não se encontra nas atas, pelo que ignoro qual fosse a sua argumentação. Seguiu-se outro «notável», Rodrigues de Freitas, então nas fileiras do Partido Reformista mas em breve republicano. Discorreu longamente, duvidando também do carácter legal do pagamento de 100 contos. Entre outros argumentos, alegou: «Dir-se-á que a lei de 16 de novembro de 1841 veio legalizar essa verba? E que é neste caso legalizar uma verba? É dar-lhe entrada no orçamento; é obrigar o tesouro a pagá-la, como paga tantas outras, isto é por leis que um ano são feitas e logo depois podem ser interrogadas. A dotação do senhor D. Fernando, perante o nosso direito, não está pois legalizada como ordena a Carta». «Temos leis que aprovaram as dotações da senhora D. Maria II, a do senhor D. Pedro V, a do senhor D. Luís, a da senhora D. Maria Pia, a do senhor infante D. Augusto e dos outros príncipes: temos leis especiais para todos estes casos; mas não há nenhuma lei que aprovasse a dotação de 100 000 000 réis ao senhor D. Fernando. Sendo assim é claro que esta dotação é ilegal».

E o debate prosseguia, interminável, com argumentos esgrimidos de parte a parte alternando entre os membros do partido do governo, que defendiam a legalidade dos 100 contos anuais pagos a D. Fernando, e os da oposição que a contestavam ou exigiam que a sua legitimidade fosse comprovada. Manifestaram-se Carlos Bento (avilista), a favor da manutenção da dotação e novamente Fontes Pereira de Melo, que discordou da nomeação de uma comissão por não ter qualquer dúvida na matéria. Anselmo Braamcamp, do Partido Histórico, já defendera a criação da comissão de estudo que esclarecesse cabalmente o assunto, e o seu correligionário Adriano Machado declarou logo a seguir ao primeiro-ministro: «Não basta, porém, que nós não tenhamos dúvidas; é preciso que a nação também não as tenha (apoiados)». Por isso, propôs um projeto de lei que no seu artigo 1.º legalizava «a dotação de 100 000 000 réis estipulada a favor de Sua Majestade o senhor D. Fernando, nas convenções antenupciais de 1835» e no segundo e último revogava a legislação em contrário. Luciano de Castro, também do Partido Histórico, apoiou a proposta de Adriano Machado: «Eu, quanto à conservação da

dotação do senhor D. Fernando, não tenho dúvida nenhuma sobre o direito que lhe pertence pelo contrato matrimonial. Sobre a questão de forma, entendendo que há irregularidades e que por isso conviria votar uma lei nos termos, pouco mais ou menos, do projeto que apresentou o Sr. Adriano Machado (apoiados)».

Finalmente, votou-se se devia ou não ser nomeada a comissão proposta por Mariano de Carvalho. Foi rejeitada com 56 votos contra e 22 a favor. A segunda votação com a proposta de redução do vencimento do rei-pai para 50 000 000 réis foi também rejeitada. Só a votaram Osório de Vasconcelos, Francisco Mendes, Bandeira Coelho e Luís de Campos, todos reformistas. Outros deputados, também reformistas, como Pinto Bessa e Rodrigues de Freitas, recusaram-se a votar porque, não tendo sido constituída a comissão, não se consideravam esclarecidos sobre o assunto. Foi portanto rejeitada a proposta por 68 votos contra 4.

No dia seguinte, 21 de março, a questão prosseguiu com a votação de admissão à discussão do projeto de lei apresentado por Adriano Machado, que previa a legalização da dotação dos 100 contos. Como a aprovação de tal lei seria o reconhecimento de que até aí o que D. Fernando recebera era ilegal, não foi admitida à discussão por uma diferença de 14 votos (37-23). No rescaldo desta discussão, Francisco Mendes declarou-se «franca e abertamente republicano» porque a monarquia constitucional portuguesa contrariava «as aspirações democráticas deste século». «A monarquia decerto não perderá com a minha deserção; mas eu ganharei o sossego da minha consciência, que não anda em paz com o caminho que a nossa governação parece disposta a seguir. E irei então pedir à república nada mais e nada menos do que tenho pedido e ainda peço à monarquia constitucional: liberdade, justiça e moralidade».

D. Fernando apanhou um valente susto. De tal forma, que quis retomar direitos à fortuna da família. Uma semana após esta discussão na Câmara dos Deputados, apelou ao primo Ernesto na sua qualidade de chefe dos Coburgos. Conta-lhe que depois de mais de trinta anos de silêncio e total aceitação do montante recebido, 550 000 francos, agora «alguns jovens do partido pseudorrepublicano do virtuoso bispo de Viseu¹ a que pertencem esses deputados» pretenderam reduzir a metade a sua dotação, que, diz, nunca recebeu na totalidade. «Esta proposta que ultrajou todas as pessoas imparciais foi rejeitada na Câmara», mas voltará a ser manejada pela oposição, enquanto

¹ Alves Martins, do Partido Reformista.

o governo for conservador. A questão, continua D. Fernando, não respeita apenas à sua honra, mas à de «toda a nossa família», sujeita em cada ano que passar à lama que lhe é lançada por uns jovens petulantes. Lembra-lhe, num trecho já publicado por Marion Ehrhardt, que ele é «alguém que a nossa geração mais velha empurrou para o estrangeiro, roubando-lhe, homem quase imaturo, tudo aquilo que um dia iria possuir na velha pátria»¹. Pede-lhe, portanto, que no caso de lhe ser retirada metade da dotação, interceda junto de Augusto, desabafando: «Não me levarás a mal, mas às vezes perco a paciência quando me lembro que o meu irmão Augusto que não me honra com umas linhas há 4 ou 5 anos, tem, como ouvi recentemente, um rendimento anual de 4 400 000 francos», enquanto ele, o irmão mais velho, recebe muitíssimo menos e não sabe quanto receberá no futuro. «Deves estar espantado com tudo isto», acrescenta. Depois de lhe dizer que nada fará sem conhecer a sua opinião, pede-lhe que o informe por telegrama logo que receber a sua carta².

No mês imediato já lera a resposta do primo e parece conformado ou ciente de que os seus rendimentos afinal não corriam perigo. Ernesto II questionara-o sobre o que se estipulara no contrato matrimonial no caso da sua viuvez e D. Fernando esclarece-o que era omissivo, que tem o apoio do rei Luís e do ministério e que não lhe pedira uma opinião especializada sobre as condições do seu contrato, mas sim o «*quod faciendum* se esta moção desagradável se repetir», porque se lhe retirarem metade da dotação ser-lhe-á muito desonroso aceitar o restante. Informa-o ainda que ninguém, incluindo o rei seu filho, sabe que lhe escreveu sobre o assunto³.

Ernesto II responde finalmente ao que o primo lhe perguntara e, cautelosamente, guardou o rascunho no seu arquivo. Considera que se os Portugueses lhe diminuíssem a dotação serão injustos e ingratos, pois a ele devem não ter o país na «perfeita desintegração social e política» da Espanha e da França ou na «imminente ruína financeira» da Itália. Depois, com um senso muito prático, diz-lhe que por mais nobres que sejam os sentimentos que o levam a ponderar a recusa de metade da dotação, tem de pensar que não está em condições de o fazer, porque será muito difícil retomar as propriedades que há 30 anos deixou aos irmãos. Quando muito, que renuncie na condição de encontrar segurança financeira na família. Contudo, depois de analisar com cuidado os documentos das negociações e do seu contrato matrimonial, con-

¹ EHRHARDT, 1988, p. 9.

² StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 27.3.1874.

³ StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 23.4.1874.

cluiu que isso só pode ser conseguido se Augusto o desejar. E estará ele pronto a isso?, pergunta. «Somos ambos suficientemente velhos para conhecermos bem Augusto e esta pergunta não será respondida na afirmativa. E se o teu irmão não te escreve há 4 ou 5 anos, eis a confirmação». Ernesto insiste em desaconselhá-lo a renunciar à metade da dotação, mas se o primo der esse passo, promete-lhe fazer tudo o que estiver ao seu alcance junto de Augusto. Que não deixe que em Portugal se conheça este assunto, avisa, pois o que defende um partido extremista deve ser-lhe indiferente enquanto se mantiver minoritário. Diz-lhe, por fim, que como a dotação foi estabelecida por um contrato firmado entre o pai dele e Portugal, se deixar de ser cumprido ele agirá como chefe da Casa de Coburgo e reclamará a intervenção do império alemão¹. D. Fernando sentiu-se muito grato e concordou em que devia manter Augusto na ignorância do problema. Em agosto acreditava que o perigo passara, pois o ministério mantinha-se e com as últimas eleições assegurara agora uma larga maioria².

A questão do montante da remuneração de D. Fernando voltou à Câmara dos Deputados em 20 de abril de 1880, suscitada por Rodrigues de Freitas, que propôs que se analisasse «se a dotação do senhor D. Fernando deve ser reduzida a 50 000 000 de réis ou se deve ser mantida a verba orçamental». Após uma longa intervenção de Barros e Cunha (Partido Progressista) que defendeu a legalidade dos 100 contos anuais, a proposta foi rejeitada. Nem por isso certa imprensa esqueceu o assunto. No ano seguinte, podia ler-se no *Partido do Povo*: «Ou D. Fernando é casado ou não: se é, venham os cem contos para os cofres do Estado, porque D. Fernando não pode ser casado e viúvo ao mesmo tempo; se não é, péssimo exemplo dá Sua Majestade ao país e à sua própria família»³.

8.2. Investimentos e outros recursos

Além da sua dotação do Estado, D. Fernando teve direito pela morte do pai, em 1851, a uma herança em capital. Não lhe foi fácil apurar e receber esta soma, processo que só concluiu seis anos depois graças à intervenção de Dietz, que procurou conciliar os interesses de morgadio e primogenitura de Augusto com os dos irmãos. Segundo a proposta de Dietz, com os juros entretanto auferidos, em 1856 D. Fernando teria na Áustria um capital de

¹ StACo, LA, A, 6980, Rascunho/minuta de carta do duque Ernesto a D. Fernando, Gotha, 8.5.1874.

² StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Sintra, 6.8.1874.

³ N.º de 27.2.1881, cit. por ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 29.

200 202 florins que lhe podia remeter para Lisboa¹, o que equivalia a perto de 67 contos. As finanças de D. Fernando eram administradas pelo conselheiro José Rodrigues Chaves, que, com Dietz, também resolveu o assunto da herança austríaca, só em 1857. O rei decidiu aplicar esse capital na aquisição de ações da Companhia das Lezírias, o que preocupou um pouco Dietz, porque «no meu tempo, esta companhia fez maus negócios». Contudo, como desde então «Portugal fez grandes progressos em termos agrónomicos», admite ser uma boa solução².

Com a morte dos três filhos em finais de 1861, D. Fernando tornou-se seu herdeiro, mas em janeiro do ano seguinte cedeu a favor de D. Luís tudo o que lhe coubera da herança de D. Pedro³. Reteve as outras, embora a propriedade deixasse de lhe pertencer ao contrair segundas núpcias, como já se esclareceu. Do que herdara de D. João e de D. Fernando, o pai mantinha em 1885 um total de 316 288 600 réis em aplicações financeiras, estando 79 % investidos em dívida pública portuguesa, 20 % em dívida pública brasileira e 1 % em ações da Companhia das Lezírias. Das mesmas heranças possuía em aplicações no estrangeiro 5971 libras (cerca de 27 contos), 15 750 florins (cerca de 5 contos) e 860 francos (cerca de 156 000 réis), na Áustria, Brasil, França, Inglaterra e Rússia⁴. À morte do rei Leopoldo, que geria um fundo da Casa ducal de Coburgo, recebeu também uma quantia em 1866, cujo valor ignoro⁵.

Quando contraiu segundas núpcias, em 1869, D. Fernando possuía em propriedade plena o palácio da Pena, a quinta e casa da Abelheira e a igreja de São Miguel. Comprara o foro do castelo dos Mouros, Cruz Alta, Vigia, Lavandeira, Mouco, Chão da Cerca e os terrenos entre o castelo e a Abelheira e «junto ao portão de ferro». A crer na fonte compulsada, o *Diário de Notícias*, a aquisição mais dispendiosa fora a da Abelheira, no valor de três contos. Todos esses bens e foros haviam-lhe custado apenas 4 050 948 réis, cerca de meio mês do seu rendimento oficial. Após o casamento com a condessa de Edla, continuou a alargar as suas propriedades em Sintra, comprando cin-

¹ ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 18.3.1856.

² ANTT, ACR, cx. 7461, cp. 966, carta de Dietz a D. Fernando, Viena, 27.5.1857. Trata-se da última carta de Dietz que localizei na Torre do Tombo.

³ BA, 54-VII-19, n.º 87, *Alvará de D. Fernando II pelo qual cede a favor de D. Luís I todos os bens, direitos e ações que lhe pertencem da herança de seu filho, D. Pedro V, Paço das Necessidades*, 27.1.1862.

⁴ ADL, Inventário orfanológico de D. Fernando II, PT-ADLSB-JUD-TCLSB-B-X-001-00 001-13—m00 017 a PT-ADLSB-JUD-TCLSB-B-X-001-00 001-13—m0029.

⁵ TSG, Staatsministerium Abt. Coburg Nr.523 (Loc.J Tit.5 Nr.199) Bl.8-9. Carta de D. Fernando ao barão von Pawell, Sintra, 11.3.1866.

co tapadas (Santa Eugénia, encosta de Santa Efigénia, Sereno, Mãe de Água e Shore), três pinhais (Chapa, Bica e Mata) e as casas na estrada de São Pedro. Continuou também a aforar vários terrenos, gastando nestas aquisições (compra e aforamento) 1 738 870 réis¹. À sua morte as propriedades em Sintra valiam cerca de 400 contos² e o espólio móvel que reunira era ainda mais valioso, ultrapassando os 500 contos³, sendo 297 contos só do que se encontrava no paço das Necessidades⁴.

Segundo ainda o *Diário de Notícias* de 9.1.1886, à data da morte D. Fernando possuía fundos em ações, obrigações, cupões e apólices no valor de 178 contos, tendo 92 % investidos em títulos da Junta do Crédito Público. O capital restante, em valor percentual diminuto, estava aplicado na Companhia das Águas de Lisboa (3,4 %), no Jardim Zoológico de Lisboa (2,5 %) e, tudo abaixo de 1 %, na Companhia do Gás de Lisboa, na Fábrica de Faianças das Caldas, nos Recreios Whittoyne, na Companhia do Gás de Coimbra, na Sociedade Dramática Feirense, no Teatro Aveirense, na Dívida Pública Brasileira e na Companhia das Lezírias.

Compulsando o inventário manuscrito que morosamente se elaborou, verifica-se que, englobando os fundos das heranças dos filhos, o total das suas aplicações financeiras atingia os 537 contos, tendo sido investidos antes do segundo casamento 507 (95 %)⁵. Uma distribuição tão desequilibrada faz suspeitar de que muitos outros investimentos foram feitos em nome da condessa. Além disso, e mesmo excluindo os investimentos em divisas estrangeiras, mais de metade das suas aplicações eram da herança dos filhos, que não podia amortizar por ter delas apenas o rendimento. Reforça-se a suspeita anterior e lança-se outra: terá resgatado aplicações suas anteriores ao segundo casamento, passando-as para o nome da esposa?

D. Fernando não tinha dívidas e possuía ainda em dinheiro 22,6 contos depositados no London & Brazilian Bank (capital e juros), 100 730 réis em caixa e era credor de 11,7 contos que lhe eram devidos pelo Tesouro Público e pela Casa Real. O Estado devia-lhe 7,3 contos de dotação e a Casa Real 4,4

¹ Inventário publicado no *Diário de Notícias* de 9.1.1886.

² Estas propriedades foram avaliadas no inventário judicial a que se procedeu após a morte de D. Fernando em 377 contos e 530 mil réis. Quando o Estado as comprou à condessa de Edla, em 1890, pagou-as com títulos de dívida consolidada no valor de 593 contos e 600 mil réis, à cotação dos títulos em 11 de junho (ver escritura em MUCHAGATO, *O palácio*, p. 372).

³ REBELO, 2006, p. 125

⁴ *Diário de Notícias*, 10.11.1886.

⁵ ADL, Inventário orfanológico de D. Fernando II. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-B-X-001-00 001-13—m00 017 a PT-ADLSB-JUD-TCLSB-B-X-001-00 001-13—m0035.

Valores em aplicações financeiras de D. Fernando em moeda portuguesa (réis)

Até 10.6.1869, provenientes de rendimento próprio	191 150 000	36 %
Até 10.6.1869, da herança dos infantes D. João e D. Fernando	316 288 600	59 %
Depois de 10.6.1869, de rendimento próprio	29 340 000	5 %
Total	536 778 600	100 %

Fonte: ADL, Inventário orfanológico de D. Fernando II.

de pagamentos em atraso a Carl Dietz. Isto é, o ordenado que desde 1847 se enviou sempre ao antigo professor e conselheiro instalado em Viena não era custeado pelo rei consorte, mas pela Casa Real (sucessivamente pela dotação de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís).

Em suma, a fortuna de D. Fernando rondaria os 1500 contos de réis ou 1200, excluindo o capital dos filhos falecidos, que não lhe pertencia desde junho de 1869. Era ultrapassado por alguns aristocratas portugueses, nomeadamente a Casa de Palmela e a de Cadaval, e por alguns grandes empresários burgueses, como José Maria Eugénio de Almeida, mas constituía uma das grandes fortunas do país, tanto em património como em rendimento anual¹. O que é impressionante é o absoluto contraste da situação financeira de D. Fernando com a do seu filho, o rei de Portugal D. Luís, e com a da nora, a rainha D. Maria Pia². Embora o monarca reinante tivesse uma dotação anual de 365 contos, cabia-lhe assegurar os gastos pessoais e todas as despesas da Casa Real, incluindo de representação, pelo que as dívidas se acumulavam. Mesmo socorrendo-se dos rendimentos do morgadio de Bragança, no ano da morte de D. Fernando os débitos da Casa Real atingiam os 967 contos. Meses depois da morte do pai, D. Luís teve grandes dificuldades financeiras para organizar condignamente o casamento de D. Carlos. Quanto à rainha, com a sua dotação anual de 60 contos, nunca conseguiu arcar com as despesas. Em 1885 canalizava já a maior parte do seu rendimento para amortizações de dívidas e pagamentos de juros por empréstimos contraídos.

¹ Cf. FONSECA e REIS, 1987; MARTINS, 1992; SARDICA, 2005.

² Cf. SILVEIRA e FERNANDES, 2006; LOPES, 2011b.

Capítulo 9

Viver para o deleite com Elisa (1872-1884)

A relação conjugal de D. Fernando e da condessa foi muito harmoniosa. D. Fernando gostava da esposa, que, pelos seus gostos e aptidões, se tornou uma ótima companheira. Além dos seus conhecimentos musicais, Elisa apaixonou-se pela jardinagem e pela cerâmica, o que deleitava o marido. As humilhações a que foram sujeitos, longe de provocarem a rutura do casal ou o arrependimento da decisão de casar, contribuíram para a sua maior união. Mais uma vez, D. Fernando se revelou um bom marido, feliz na companhia da esposa e atento ao seu bem-estar. No verão de 1871, escrevendo da Pena, D. Fernando diz a Ernesto: «A minha mulher é muito feliz aqui e dirige pessoalmente os plantios e os embelezamentos»¹. Construíam a encantadora Casa do Regalo, depois conhecida como Chalé da Condessa. Nos princípios do outono, que era então a época balnear, enquanto D. Luís, D. Maria Pia e os filhos se instalavam em Cascais, D. Fernando e a esposa preferiam Paço de Arcos ou Caxias.

Nessa altura, planeavam já viajar pela Europa no ano seguinte e D. Fernando ansiava por rever Ernesto e visitá-lo em Coburgo com a esposa, que tanto lhe devia. O primo responde-lhe que os receberá aos dois com grande prazer; que será bom revê-lo e partilhar memórias. Diz-lhe também que Leopoldo, o irmão de D. Fernando, estava então com ele para caçarem e que esperava em Coburgo o imperador Pedro II do Brasil², que D. Fernando lhe recomendara como seu grande amigo, na carta atrás mencionada. Os imperadores do Brasil tinham estado em Portugal dois meses antes, voltando

¹ StACo, LA, A, 6980, 7.8.1871.

² StACo, LA, A, 6980, rascunho de carta de Ernesto II a D. Fernando, Reinhardtsbrunn, agosto de 1871.

a passar por Lisboa em março de 1872, quando regressavam do seu périplo pela Europa. Fora então, em junho de 1871, que os dois cunhados e velhos amigos se conheceram. Esta visita havia gerado, aliás, algum desconforto devido à situação protocolar de Elisa. Quando, alguns dias depois do desembarque dos imperadores, se organizara um jantar em sua honra, D. Fernando escreveu ao filho perguntando se o jantar «se deve considerar de etiqueta ou de família. Se for de família, não irei, porque acho que neste caso, a condessa, que foi já visitada pelo imperador e a imperatriz, devia ter sido convidada; se for considerado de etiqueta, irei»¹.

Neste ano de 1871, em setembro, quando Fontes Pereira de Melo chefiava o governo pela primeira vez, deu-se uma revolta da guarnição militar de Goa que levou ao envio de um batalhão comandado a contragosto pelo infante D. Augusto, que regressou feliz e aliviado em março do ano seguinte. D. Maria Pia organizou na Ajuda um jantar de comemoração do regresso do cunhado, onde estiveram D. Fernando e a esposa. Como estes estavam de partida para uma viagem pela Europa, foi considerado também um jantar de despedida.

9.1. Viagem de 1872

Depois do casamento, D. Fernando e a condessa passearam pelo estrangeiro em 1872 e 1883. Foram viagens de recreio, obviamente, a que se juntaram tratamentos termais de Elisa. Na primeira, D. Fernando ponderou levar Augusto, mas tendo conversado com Fontes, considerou não ser conveniente². O filho acompanhou-os na de 1883.

O casal e o seu séquito partiram de Lisboa a 19 de maio de 1872 sob o título de condes de Vila Viçosa³. A primeira etapa fez-se por mar, possivelmente para evitar a passagem por Espanha, onde há tão pouco tempo haviam desejado D. Fernando para rei. Desembarcaram em Bordéus a 23 de maio, onde os esperava o conde de Seisal, representante diplomático de Portugal em França, que já lhes preparara acomodações. A prefeitura local pôs ainda à disposição de D. Fernando um camarote no teatro, caso o rei quisesse assistir a alguma peça nos dois dias em que permaneceu na cidade. A 25 a comitiva prosseguiu para Paris, onde ficou até finais de junho.

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de 21.6.1871.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 3.4.1872.

³ Reconstituição do percurso da viagem pelas informações do *Diário de Notícias* e nas cartas de D. Fernando escritas durante o périplo ao rei D. Luís (ANTT, ACR, cx. 7335) e ao duque Ernesto II (StACo, LA, A, 6980).

D. Fernando foi visitado pelo presidente da República Francesa, Adolfo Thiers «prevenindo a minha visita, o que foi sumamente amável da parte dele», pelo primo príncipe de Gales, «que está gordíssimo e alegríssimo» e tem-se «divertido aqui à grande», e pelo cunhado Joinville, «que pareceu muito contente de me tornar a ver; está cada vez mais surdo e todo calvo», como comenta com D. Luís¹. Congratula-se com o «presente sossego» de Portugal e com o «juízo que de tempos para cá nele se vai manifestando». «Isto aqui ao menos exteriormente é cada vez mais animado e divertido de modo que o viajante nem sabe para onde se há de virar! Singular nação esta!». Pergunta por Tubo, nome que na família se dava ao filho Augusto, e descreve-lhe — pedindo a Luís que transmita tudo isso ao irmão — os esplêndidos cavalos que se veem nas ruas, o jardim de aclimação, o teatro e os atores. Estão mal alojados por falta de espaço e espera poder mudar para outro hotel. Anuncia também que ficarão em Paris até 11 ou 12 de junho².

Dois dias depois volta a escrever porque acabara de receber carta de D. Luís transmitindo-lhe, preocupado, um imbróglio provocado pelo irmão. O texto é propositadamente ambíguo, mas pelo que se depreende, Augusto pretendia casar com uma princesa espanhola sem que o assunto tivesse sido devidamente debatido e sem estar autorizado pela família a tratar do assunto. O pai ficou muito descontente e acreditava que o filho mais novo estava sob influência de alguém: «Há decerto ali outra vez dedinho de fora. Eu não faço nada nisto porque é minha convicção que seria grande erro político na atualidade. Mostre esta carta ao Tubo e diga-lhe que tenha juízo e paciência. Parece-me, meu Luís, que deve ficar sossegado com o que eu lhe escrevo e que não pode duvidar da coerência das minhas ideias»³. Era, com certeza e de novo, o espectro do iberismo, mesmo agora que o trono espanhol já estava ocupado por um irmão da rainha de Portugal. E, talvez, mais uma manobra de Saldanha, o inveterado conspirador.

De Paris, o casal rumou a Marienbad (Mariánské Lázně), cidade termal da Boémia, onde Elisa fez os seus tratamentos. Foi em Marienbad ou durante o percurso para esta cidade que Fernando e Ernesto se reviram, mas este encontro só durou umas horas. Depois, a 7 de julho, D. Fernando esteve também com o irmão Leopoldo, em Bečov, cidade boémia. A Boémia pertencia ao império austríaco, tal como Veneza em 1863 quando D. Fernando aí se deslocou, mas é de assinalar que, como na viagem anterior, o rei voltou

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Paris, 1.6.1872.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Paris, 29.5.1872.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Paris, 1.6.1872.

a atravessar a fronteira austríaca, mas não foi a Viena. Por ser demasiado penoso rever a sua cidade natal e tudo o que aí tinha perdido ou para evitar o irmão, sobretudo agora que já era casado com Elisa?

Durante esta estada de D. Fernando na Boémia, Amadeu, rei de Espanha, foi alvo de um atentado, o que, naturalmente, se noticiou em todos os jornais da Europa. D. Fernando deve ter-se sentido feliz com a sua sábia decisão de recusar tal trono. Em Portugal, também ocorrera a Pavorosa (22 de julho), uma tentativa de golpe de Estado e, talvez, de derrube dinástico. Felizmente para os Braganças, sem consequências. Nessa altura, D. Antónia e o marido estavam com D. Fernando. Instalaram-se no mesmo hotel e aí permaneceram cinco dias. O pai achou Antónia radiosa. Finalmente, a 30 de julho, Fernando e Elisa partiram para Coburgo, como convidados de Ernesto e sua esposa Alexandrina. O acolhimento que receberam deixou-os a ambos comovidos e gratos. A vida de Ernesto havia sido bem mais tranquila do que a do primo, mas não o poupou ao desgosto de não ter tido filhos que lhe preenchessem a família e o orgulho e lhe assegurassem a sucessão no ducado. Quanto a Alexandrina, sempre se considerara responsável por esse fracasso e carregava esse fardo.

Havia que regressar, mas antes disso o casal gozou ainda uns dias em Paris, onde D. Fernando se deleitou no Louvre. A 24 de agosto deixou a cidade rumo a Bordéus, onde o barco o esperava, sem nenhum entusiasmo de retomar o quotidiano no nosso país, mas consolando-se ao pensar na Pena, «sempre um conforto»¹. E, de facto, alguns dias depois de aí estar, ultrapassara a repulsa que sentira ao desembarcar em Lisboa e readquirira o prazer de viver no palácio com o parque que ele e Elisa continuavam a plantar e embelezar².

9.2. Quotidiano

«D. Fernando vive feliz. Passeia muito, caça, canta, pinta, acompanhado constantemente por sua esposa, a condessa de Edla».

Princesa Rattazzi, 1879

O quotidiano de D. Fernando e Elisa prosseguiu agradável, entre as Necessidades e a Pena. A relação conjugal era cada vez mais pacífica para o público e a condessa de Edla aceitou ao lado do marido em todos os eventos não oficiais. Contudo, D. Fernando passou ainda por uma provaçãõ devido ao

¹ StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Paris, 21.8.1872.

² StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Sintra, 3.9.1872.

seu casamento: a legitimidade da dotação, que voltou a ser contestada em 1874, como vimos.

«D. Fernando vai encanecendo; mas notei-lhe os mesmos ares cortesês e donairoso garbo doutro tempo», comenta uma aristocrata inglesa de visita a Portugal em 1873¹. «D. Fernando é um homem de presença gentil, muito alto, muito elegante e muito distinto. Trajando de caçador, parece-se com os grandes Velasquez e Van Dyck do museu de Madrid. Usa bigode e barba enorme. A expressão das suas feições é acentuada e característica», diz, por sua vez, a princesa italiana Maria Rattazzi, que esteve entre nós em 1876 e 1879. O rei «conserva no declinar dos anos um coração terno e impressionável. É certo que ninguém lhe atribui a idade que realmente tem; e que, a julgar pelas aparências, parece o irmão mais velho dos filhos»².

Em agosto de 1874 a condessa de Edla continuava muito ativa nos seus trabalhos no parque da Pena. O marido orgulhava-se dela, considerando-a «a alma de tudo, sempre atarefada a plantar novos espécimes e a aclimatá-los». Passavam então os dias inteiros ao ar livre gozando também a paz que se fazia sentir em Portugal, em pleno contraste com o país vizinho, «sempre incompreensível», como comenta o rei³. Recorde-se que Amadeu de Saboia abdicara em fevereiro de 1873 e a Espanha vivia então a sua I República, que terminaria com a restauração monárquica em dezembro de 1874. Nesta correspondência que D. Fernando mantém com Ernesto, concentra-se em si e em Elisa, muito raramente se referindo aos filhos e aos netos, por quem aparenta um total desinteresse. Contudo, esteve sempre muito ligado a Augusto, que nunca se casou, que com ele coabitava nas Necessidades e com quem aparecia muito em público. É claro que D. Fernando estava sempre presente nas cerimónias oficiais, onde tinha lugar protocolar enquanto rei não reinante e, com alguma regularidade, acompanhava também, com ou sem a condessa, D. Luís e a rainha sua nora em outros eventos. Em janeiro de 1875, por exemplo, esteve com os dois filhos e D. Maria Pia em Vila Viçosa, onde se organizou uma caçada a que não faltaram bailes⁴. No mês seguinte a rainha instalou-se no Alfeite com D. Carlos, deixando o filho mais novo com o pai. Estavam todos doentes e era mais sensato separá-los. D. Fernando visitou aí a nora e o neto. D. Maria Pia gostou da visita do sogro, que estava muito bem-disposto⁵.

¹ JACKSON, *A formosa Lusitânia*. p. 84.

² RATTAZZI, *Portugal de relance*, pp. 89-90.

³ StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Sintra, 6.8.1874.

⁴ StACO, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, [Sintra], 23.3.1875.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Maria Pia a D. Luís, Alfeite, 23.2.1875.

Nasceu, neste ano de 1875, o último neto de D. Fernando, Alberto, filho de D. Maria Ana. Pensou-se, também, no casamento de Augusto, então com 27 anos. Em abril, o pai, o irmão mais velho e possivelmente uma ou ambas as irmãs, tinham escolhido uma noiva, mas aguardavam informações «sobre fortuna e físico». Como estas podiam ser pouco satisfatórias, mantiveram Augusto na ignorância, dizendo-lhe apenas que estavam a ocupar-se do assunto, não fosse ele, como era próprio da sua personalidade, «inflamar-se imediatamente pela desconhecida» e arranjar-lhes «novos tormentos e trabalhos»¹. Em fins de maio, já lhe tinham mostrado o retrato da eleita e ele concordara em não tratar da viagem até «mais notícias e nova ordem»². Ignoro a identidade da «noiva». O infante viajou nesse ano pela Europa, a única vez que o fez sem a companhia de familiares. É bem possível que tivesse por objetivo encontrar ou conhecer uma noiva, mas se assim foi, o pai ocultou o assunto ao primo Ernesto, a quem pediu que o recebesse uns dias³. Mais tarde, com a partida iminente, e sem aludir a qualquer projeto matrimonial, D. Fernando pede ao primo que seja tolerante com Augusto porque, «infelizmente, a doença o deixara um tanto desajeitado», mas é alto como é próprio da família, a quem não desmerece. Ele lhes dará notícias, porque embora não vivam sempre juntos, Augusto tem, entre muitas outras boas qualidades, a de manter com o pai e com a condessa uma boa intimidade, apreciando muito Elisa. E D. Fernando insiste, orgulhoso, na altura do filho, que já sabemos ser uma das suas manias: Augusto assemelha-se às irmãs e aos antepassados que figuram nos quadros de Coburgo, com características da família que desapareceram noutros lados, no cruzamento orleanista, já para não mencionar o inglês⁴. D. Augusto nunca se casou. Compensou a sua solidão afetiva com discreto comportamento licencioso⁵.

D. Fernando e a mulher frequentaram sempre o teatro, mantiveram o hábito de concertos e refeições nas Necessidades, mas refugiavam-se cada vez mais na Pena. Em março de 1875, instalados no chalé do parque, o rei exulta na companhia da esposa. Rodeado de «magníficas camélias e magníficos rododendros», têm também agora palmeiras que estão a aclimatar-se muito bem, descreve ele a Ernesto, a quem faz questão de frisar que «o principal mérito por todos os arranjos e plantações é de Elisa, que se ocupa deles

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 11.4.1875.

² ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 27.5.1875.

³ StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 7.6.1875.

⁴ StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 27.7.1875.

⁵ Ver, por exemplo, em ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Royat, 21.7.1883.

com zelo incansável, grande conhecimento e gosto considerável». Conta também ao primo que «desde há uns anos Elisa começou a dedicar-se à escultura. Tendo apenas 4 aulas de um escultor local, muito hábil, fez alguns medalhões, um deles o meu retrato, na sua segunda tentativa. Foi executado na Pena (no verão passado), sem a presença do mestre, e além de estar muito parecido, em termos artísticos é meritório». A condessa e o marido enviam agora a Ernesto uma cópia em mármore. E D. Fernando comenta, envaidecido: «Tenho a certeza que vais considerar a semelhança impressionante, sem desatenderes ao talento realmente artístico da transposição e da execução. Tenho de dizer isto porque nada foi corrigido ou embelezado pelo mestre. A minha avaliação deste trabalho é de que demonstra sentido artístico»¹. Como não poderia deixar de ser, mesmo que o não merecesse, Ernesto enalteceu o trabalho de Elisa, o que encantou o primo, que lhe responde que é exatamente essa a sua opinião². Não há dúvida de que D. Fernando gostava muito da mulher e que ela lhe preencheu a vida.

Este ano, continua o rei, não poderão viajar pelo estrangeiro, mas como Elisa precisa de tratamento de águas, irá fazê-los em Portugal. Nesta altura D. Fernando estava muito cáustico com o irmão Augusto, o que se devia, sem dúvida, ao facto de ele não ter sido solidário com o seu segundo casamento. Referindo-se-lhe ironicamente como «príncipe Augusto I de Saxe-Orleães», diz a Ernesto que o irmão «acordou outra vez do seu sono e olvido, escrevendo-lhe uma carta idílica e amistosa sobre o noivado da sua querida Amélia», a filha. Quanto a Leopoldo, mantinha-se em contacto regular com o irmão mais velho.

«D. Fernando vive feliz. Passeia muito, caça, canta, pinta, acompanhado constantemente por sua esposa, a condessa de Edla», escreve a princesa Rattazzi. O rei-pai recebeu-a na Pena, que ela admirou. Referindo-se ao interior do palácio, revela: «O quarto do rei é de uma simplicidade elegante. É forrado de um estofado da Pérsia e precedido de um *boudoir* encantador; perto de um piano, sobre o qual abundam as partituras, depara-se-nos um cavalete contendo muitos desenhos e esboços. Sua Majestade fez-nos notar uma espécie de relicário da mais remota antiguidade. Oferecendo-se para ser nosso cicerone, visitámos juntos não só os seus aposentos mas ainda a capela do palácio». «Os móveis sorriem-nos afetuosamente, utilizam-se, não são exibidos unicamente a título de curiosidade; sente-se ali a mão de uma mulher inteligente dirigindo o governo da casa; no dia em que Sua Majestade se dignou

¹ StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, [Sintra], 23.3.1875.

² StACo, LA, A, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 7.6.1875.

receber-nos, encontrámos a condessa de Edla fazendo burguesemente uns bolos deliciosos»¹.

A política ficara para trás e os próprios fautores e protagonistas de tantas revoltas e agruras de D. Fernando iam desaparecendo do mundo dos vivos. Em 1874 tinha falecido Joaquim António de Aguiar e no seguinte morreu o duque de Loulé, ao qual se seguiram, em 1876, o duque de Saldanha e o marquês de Sá da Bandeira. Também Silva Cabral e Lavradio haviam morrido em 1869 e 1870. Silva Carvalho, Rodrigo e Terceira já há muito, em 1856, 1858 e 1860, assim como Passos Manuel em 1862 e o irmão no ano seguinte. O marquês de Fronteira, António Rodrigues Sampaio e Costa Cabral viviam ainda, mas só este último irá sobreviver a D. Fernando, morrendo apenas em 1889 com a propecta idade de 86 anos.

Também na família real houve mortes: as de D. Amélia Beauharnais e de D. Isabel Maria de Bragança. A viúva de D. Pedro IV faleceu em janeiro de 1873, três anos antes da infanta sua cunhada. Pobres destinos os destas mulheres, pois nenhuma foi chorada. A infanta, única sobrevivente dos filhos de D. João VI, vivendo há muito enclausurada no seu paço de Benfica com proverbial mau feitio que não dava tréguas a quem a servia, era percebida como alguém de uma época há muito extinta. A duquesa, mais nova mas não menos reclusa e alheia a tudo o que importava à vida nacional, acentuou o desamor que os portugueses lhe votavam quando se soube que deixara a sua herança aos parentes estrangeiros².

Em agosto e setembro de 1877, a segunda viagem dos imperadores do Brasil a Portugal veio quebrar o quotidiano de Fernando e Elisa. D. Pedro aceitara muito bem o casamento do cunhado com a condessa, a quem chamava afetuosamente «a nossa Elisa», e os dois casais conviveram intensamente, tanto em Lisboa como na Pena. Uma carta do imperador ao rei, escrita em 1879, revela como esse convívio fora agradável e lhe ficaram gravadas na memória as conversas que ele e Fernando tiveram na Pena, à volta da mesa com chá e torradas ou em piqueniques no parque. E as cavaqueiras podem ter versado viagens, botânica, música, história natural, ópera, cantores, cavalos..., porque de tudo isso lhe fala, saltando vertiginosamente de um assunto para outro. Pedro II não tinha interlocutores e isolava-se, o que aceitava filosoficamente: «Entretanto vou vivendo de minha imaginação, e, como acertadamente dizes, *des ressources que l'on trouve en soi-même* [dos recursos que en-

¹ RATTAZZI, *Portugal de relance*, pp. 320-321.

² Incluindo a *Tiara Bragança* que lhe fora oferecida pelo marido e que legou à irmã, rainha da Suécia. Pertence agora ao tesouro da Casa Real sueca.

contramos em nós próprios]»¹. D. Fernando e a esposa haviam-lhe prometido ir ao Brasil, o que nunca fizeram.

Leopoldo visitou pela última vez o irmão em janeiro de 1881, visita esta de que *O António Maria* de 20 de janeiro fez cruel chacota, considerando uma sensaboria a recepção que lhe foi feita. É possível que assim tivesse sido, mas os dois irmãos gostavam um do outro e devem ter apreciado esses dias. Meses depois, a 26 de julho, falecia Augusto, o irmão tão querido mas que não conseguira manter com Fernando a amizade que os unira. Na hora da sua morte, com a sua geração cada vez mais rarefeita e no isolamento da Pena que agora ainda mais aprecia, o rei evoca o irmão com quem cresceu e com quem partilhou, num passado distante, estudos, sofrimentos e alegrias². E o primo responde-lhe no mesmo tom melancólico: «quanto mais envelhecemos, mais sós ficamos e por fim resta-nos apenas a memória quando contemplamos o mistério da vida humana»³. Ao representante diplomático português em Viena, o visconde de Valmor, D. Fernando agradece todo o zelo e dedicação que teve com a sua família e, sobretudo, com ele próprio, durante «aquela longa e triste enfermidade» da qual o irmão veio a falecer⁴.

Mas o rei-pai não vivia tão isolado como pode parecer. As suas obrigações protocolares mantinham-se nas cerimónias de Estado, incluindo a apresentação dos novos ministros e novos representantes diplomáticos estrangeiros, e nas visitas oficiais e privadas que D. Luís recebia. Aliás, D. Fernando foi sempre muito cioso das prerrogativas da sua posição. Manteve também intacto o gosto das idas a São Carlos, de receber em casa e do convívio social. Em novembro de 1881 estiveram em Lisboa a princesa herdeira do Brasil, D. Isabel, e o marido, conde de Eu, ambos sobrinhos de D. Fernando: a primeira por afinidade, o segundo pelo sangue, pois era filho da sua irmã. Pouco depois, em janeiro do ano seguinte, os reis de Espanha, Afonso XII e Maria Cristina, visitaram oficialmente Portugal. Como impunha o protocolo, esperavam-nos na estação D. Luís, D. Maria Pia, D. Fernando e D. Augusto e, pelas mesmas exigências protocolares, a condessa de Edla só pôde participar nos eventos não oficiais. Assim, e usando o apanhado de Teresa Rebelo, Elisa esteve ausente da recepção na gare, das cerimónias no palá-

¹ Carta de D. Pedro II do Brasil a D. Fernando, 13/15.1.1879 in BRAGANÇA, «Carta de D. Pedro II».

² StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Sintra, 9.8.1881.

³ StACo, LA, 6980, cópia de carta do duque Ernesto II ao primo D. Fernando, Reihardsbrunn, 15.8.1881.

⁴ BNP, ms. 143, doc. 51, carta de D. Fernando ao visconde de Valmor, Sintra, 19.8.1881.

cio real da Ajuda e da inauguração da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental e Decorativa. «Na gala decorrida no Real Teatro de São Carlos repetiu-se o mesmo cenário de anos atrás: o rei D. Fernando II no camarote com a família real, enquanto a condessa d'Edla ficava no seu camarote privado». Mas foi convidada para o baile de gala na Ajuda e compareceu noutros eventos, como a corrida de cavalos no hipódromo de Belém, além de ter organizado com o marido um banquete no paço das Necessidades para a comissão executiva da exposição e um almoço no palácio da Pena, seguido de uma burricada, onde participaram os reis e rainhas de Portugal e de Espanha¹. No hipódromo de Belém, Afonso XII manteve uma «demorada e alegre conversa» com a condessa. «O caso fez impressão na alta-roda, que tantas vezes se abaixa por pequenas coisas»². Havia quem murmurasse que Afonso de Bourbon folgava em vê-la por lhe dever o trono, pois se não fosse o seu casamento com D. Fernando, este teria sido rei de Espanha — o que não correspondia à verdade.

Neste ano, D. Carlos, já com 18 anos, tomou assento no Conselho de Estado. Herdara a veia artística do avô paterno, mas o convívio entre eles não foi intenso, o que D. Fernando lamentava. Em maio de 1882, o príncipe herdeiro visitou o avô, mas este não se encontrava em casa. D. Fernando escreve-lhe muito pesaroso, já que «são tão raras vezes» que tem «a ideia de visitar este seu avô». E, sarcástico, diz-lhe esperar que as visitas se tornem mais frequentes, «tendo a firme convicção que dali não lhe pode nascer nenhum detrimento, nem físico, nem moral»³.

O velho rei também não se alheava completamente das questões políticas, sobretudo daquilo que pudesse manchar a imagem do filho reinante. Assim, como já em 1867 o desaconselhara de viajar pelo estrangeiro, dada a situação financeira do país e da Casa Real⁴, também em 1882 é de parecer que não deve ir a Vila Viçosa porque «os tempos não são bons, nós temos entre nós em parte, um espírito bastante revoltado, todos sabem que a Casa Real não abunda em meios, que ainda se estão pagando hoje dívidas, causadas no ano passado⁵ pela receção ao rei de Espanha, aqui e em Vila Viçosa, e às vezes é útil tirar pretextos a juízos nem sempre inteiramente justos mas

¹ REBELO, 2006, pp. 71-72.

² BREYNER, *Memórias... 1880-1883*, p. 114.

³ ANTT, ACR, cx. 7354, cp. 451, carta de D. Fernando ao neto D. Carlos, s.l., 10.5.1882.

⁴ Carta de D. Fernando a D. Luís, 27.3.1867, pub. in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», p. 345.

⁵ Na verdade, tinha sido nesse ano, em janeiro.

existentes»¹. Também não se eximia de censurar o filho, embora pela documentação que se conhece se trate de assuntos menores relacionados com condecorações ou associações a que presidia², salvo em 1870, no rescaldo da Saldanhada, em que por várias vezes escreveu a D. Luís sobre questões políticas importantes, aconselhando ou manifestando com severidade desacordo em relação ao seu procedimento. Em junho envia ao filho conselhos para lidar com o novo ministério³ e em julho previne-o contra Saldanha, comunicando-lhe os boatos que circulam, segundo os quais o duque pretendia convencer o rei a abdicar. D. Fernando não acredita muito que «a loucura criminosa de um homem octogenário chegue até a este ponto», mas «é bom saber tudo para nosso governo». «O que para mim é sempre certo é que há um horrível perigo em tudo quanto é ilegal e fora do constitucionalismo»⁴. Em agosto, termina uma dessas suas cartas de advertências não requeridas com «Olhe para isto com a seriedade que a situação requer!»⁵. Dias depois, apesar de o filho pouco o ouvir, como diz o próprio D. Fernando, avisa-o de que sabe «pela maçonaria» que Saldanha conspira para o destronar⁶, numa das suas raríssimas manifestações da pertença à sociedade secreta, onde deve ter sido muito pouco ativo. D. Luís demitiu Saldanha dias depois.

Em 1883, indiferentes às considerações do pai e sogro, D. Luís e D. Maria Pia partiram para Espanha, deixando D. Carlos encarregado da regência. O rei regressou passados poucos dias, mas a rainha ficou em Madrid à espera dos filhos e com eles empreendeu uma longa viagem pela Europa. Era tempo de procurar uma noiva para Carlos, e Afonso saía de Portugal pela primeira vez⁷. A 16 de junho, duas semanas após a partida dos príncipes, D. Fernando — que não tinha dificuldades financeiras nem ninguém lhe contestava os gastos com as viagens — saiu também para o estrangeiro, fazendo-se acompanhar da condessa de Edla e de D. Augusto. A D. Luís não agradara que o irmão saísse do país e D. Fernando, com o seu costume de escrever ao filho, teve de argumentar para o convencer a autorizar a viagem — não podemos esquecer que o rei e chefe da Casa era D. Luís e o infante só podia partir com a sua autorização. D. Fernando invocou que não seriam mais de dois

¹ Carta de D. Fernando a D. Luís, 29.11.1882, pub. in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», p. 349.

² Ver, por exemplo, cartas que lhe dirige em 26.10.1872 e 8.12.1882, pub. in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», pp. 348, 349-350.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 4.6.1870.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Pena, 7.7.1870.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Lisboa, 6.8.1870.

⁶ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Pena, 25.8.1870.

⁷ Cf. LOPES, 2011b, pp. 260-266.

meses, que Augusto teria de fazer tratamento termal e se o fizesse em Portugal estaria também separado dele; que ele, pai, sempre contara com a ida de Augusto nesta viagem, «sendo aliás singular que ele não vá ver a irmã doente, não havendo força maior que o impeça. Essa força maior não poderia resultar senão de motivos políticos, e existindo esses, parece-me que em tal caso também eu não deveria ausentar-me, pensando, sem dar a minha pessoa um valor exagerado, que eu poderia ser em tal caso ainda mais útil do que o Augusto». Conclui, portanto, que a única razão é a vontade de Luís de o ter perto dele, privando o irmão de «uma digressão que ele muito deseja» quando ao rei não falta companhia e, aliás, normalmente pouco vê o irmão que tem há muito idade para ter a sua própria vontade. Finalmente, ele, pai, deseja muito que Augusto o acompanhe. Que Luís lhe comunique a decisão o mais tardar no dia seguinte¹.

D. Luís fez a vontade ao pai e ao irmão. Nada me indica que fosse movido por essa razão mas, de facto, era perigoso ter fora do país toda a família real portuguesa com exceção do rei, o que devia impressionar os Portugueses. Contudo, o mais arriscado — embora creia que a questão não foi posta — era a viagem conjunta dos dois herdeiros.

9.3. Viagem de 1883

Na sua última viagem ao estrangeiro, usando de novo o título de conde de Vila Viçosa, D. Fernando fez o percurso por linha-férrea. As relações com Espanha estavam pacificadas e não havia razão para evitar a sua travessia. Tendo tomado o comboio ordinário das 18h45m, D. Fernando, a condessa e D. Augusto ocuparam a carruagem-salão, enquanto o séquito seguiu viagem nas carruagens normais de 1.^a classe. A comitiva de despedida incluía, naturalmente, o rei D. Luís e alguns ministros². No dia seguinte desembarcaram em Madrid, recebidos na estação por Afonso XII e membros do governo espanhol. No pouco tempo que permaneceram na capital de Espanha ainda conseguiram ver museus e uma exposição de minério, assistir a um concerto e visitar o rei. A 19, retomaram a viagem. Depois de uma noite passada num hotel em Bordéus, prosseguiram para Paris. Aqui, D. Fernando reviu o duque de Montpensier e, sem dúvida muito mais gratificante, o irmão Leopoldo, com quem foi visto no teatro. Teve também o prazer de assistir

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, s.l., 27.4.1883.

² Reconstituição do percurso da viagem mediante as informações do *Diário de Notícias* e nas cartas de D. Fernando ao primo Ernesto, escritas durante a viagem.

a uma ópera no camarote da Presidência da República com a esposa ao seu lado e de ser recebido com ela pelo presidente, Jules Grévy. Na sua correspondência, D. Fernando afirma que os jardins e em geral os espaços públicos parisienses estavam mais belos do que nunca. Quanto ao irmão e cunhada Constança, estavam bem. Esta última «como sempre, Leopoldo com ótima saúde, só se tornou significativamente mais largo»¹.

A 2 de julho, deixaram Paris, em direção a Royat, cidade termal francesa, junto a Clermont-Ferrand, onde Elisa procurava tratamento para o reumatismo. Daí, o rei anuncia a Ernesto que prevê chegar ao ducado a 12 de agosto². Ainda em Lisboa, e sem qualquer prurido, pedira-lhe que desta vez lhes proporcionasse no magnífico palácio de Reinhardsbrunn acomodações mais confortáveis, para que o seu séquito não ficasse alojado noutra espaço³. Agora, de Royat, está ansioso por revê-lo e passar dias felizes pois, afirma, apesar da idade mantém intacta a alegria de viver. Royat é excelente, situada no meio de belos campos verdes, com ótimos edifícios antigos. A comida é boa e as noites muito bem passadas no teatro, onde há comédias, óperas cómicas e operetas.

Para o filho Luís, dois dias depois, o tom é diferente. D. Fernando diz-lhe que tem «grandes saudades» dele, que «viajar é ótimo e sempre e em todas as idades aprendemos alguma coisa, porém no fim de tudo o melhor da vida é a nossa casa, os que nos pertencem e os nossos hábitos». Contudo, «a viagem foi feliz por enquanto e a estada aqui não é desagradável, sendo a Auvergne uma bela região, muito rica e fértil e cheia de coisas interessantes. A vegetação é invejável para quem, como nós em Lisboa, por causa de nem eu sei porquê, não vemos senão arvoredo meio raquítico, mas tudo o mais é aqui muito inferior às disposições dos sítios termais da Alemanha. Há todas as noites dois teatrinhos que não são maus e sempre constituem um grande recurso. Alguns atores têm merecimento, enquanto à ópera, cada vez me posso conformar menos com a detestável maneira do canto francês, de modo que tenho saudades do pior cantante italiano. Depois há aquele timbre das vozes francesas que péssima impressão me faz». O rei não poderia deixar de mencionar a catedral gótica de Clermont, que considera notável, e também apreciou o jardim botânico e a piscicultura. Em Paris, o jardim da aclimação pouco progrediu e a Ópera está muito fraca. Estiveram também em Chantilly que achou mais belo do que nunca. Depois conta, zombeteiro:

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Royat, 18.7.1883

² StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Royat, 18.7.1883.

³ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 1.6.1883.

«Tubo parece-me tem estudado constantemente uma certa parte do género humano, mas apesar disso está mais gordo e alentado do que nunca. Posso só dizer que tais estudos constantes não conduzem decerto a maior desenvolvimento das faculdades intelectuais». E refere-se ainda à nora, com indistigável despeito: «Parece que a Sr.^a D. Maria Pia, sempre prolongou mais a sua estada fora do país, do que tencionava; a este respeito direi que há pouco recebi carta da Antonica [D. Antónia], expressando o grande prazer de ver a rainha e dizendo que estava certa que havia de gostar imenso dela. Mais uma prova do que eu sempre digo: que não há pessoa mais feliz do que a rainha D. Maria Pia»¹.

A 11 de agosto, dirigem-se finalmente para Reinhardsbrunn, perto de Gotha, onde Ernesto e Alexandrina os aguardavam. D. Fernando, alegre por natureza, exultou com a companhia do primo, a quem enviava bilhetes folgazões em dialeto saxão, por vezes também com frases em italiano, dando-lhe os bons-dias, dizendo que o tempo estava maravilhoso, que se sente feliz, desculpando Elisa por não poder ir à caçada desse dia². Só depois visitou as filhas, a quem desagradou profundamente receber a madраста. Antónia queixou-se a Maria Pia³ e ao irmão Luís⁴ e Maria Ana e o sogro, rei da Saxónia, pediram a D. Carlos que comunicasse aos pais que a condessa de Edla não fora recebida em parte alguma, não estivera no palácio real e só uma vez fora a casa da enteada⁵. A 6 de setembro, a rainha e D. Afonso regressaram a Portugal. D. Carlos prosseguiu a sua viagem, assim como o avô que, depois da Alemanha, esteve na Suíça, país de origem da condessa de Edla, e que D. Fernando achou «magnificante»⁶. Em Vevey, onde permaneceu vários dias, organizou-se uma festa veneziana no lago Léman em sua homenagem, descrita no *Diário de Notícias* com entusiasmo⁷. Daí o rei partiu a 24 de setembro e de Paris a 6 de outubro. Desembarcou em Lisboa a 13, onde na estação o esperava o filho rei e o neto D. Afonso, rodeados de grande aparato de honras militares. A 21 de dezembro regressou D. Carlos.

9.4. A morte que esvoaça (1884)

A 5 de fevereiro de 1884 faleceu em Dresden a infanta D. Maria Ana, com 40 anos. Segundo a tradição, que não conseguiu comprovar ou desmen-

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Fernando a D. Luís, Royat, 21.7.1883.

² StACo, LA, 6980, bilhetes sem data.

³ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Maria Pia a D. Luís, Reichenhall, 11.8.1883.

⁴ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Antónia a D. Luís, Sigmaringen, 2.8.1883.

⁵ ANTT, ACR, cx. 7342, carta de D. Carlos a D. Maria Pia, Dresden, 3.9.1883.

⁶ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Paris, 6.10.1883.

⁷ *Diário de Notícias*, 19.9.1883.

tir, morreu esgotada pelas vigílias contínuas a que se obrigou no acompanhamento de um filho doente. Deixou seis filhos, com idades entre os 20 e os 9 anos.

Uma vez mais, a reação do pai foi de um estranho desprendimento. Respondendo às condolências enviadas por Ernesto, diz-lhe: «Agradeço de coração o teu imenso interesse pela nossa grande tristeza e luto. É realmente angustiante no mais alto grau ver tantas mortes na família, sobretudo a desta querida filha! Era uma natureza amorável e boa, cuja memória só pode confortar. Aqui, também, apesar dos estragos em certas camadas (como em toda parte) do republicanismo e do socialismo, há grande e genuíno desgosto». E de imediato passa a tratar de uma questão de condecorações¹. No mês seguinte, ao enviar a Luís as pagelas fúnebres que recebera do genro, escreve:

«Dou-lhe os parabéns pelo excelente desempenho daquela deveras belíssima festa de caridade que o deve ter enchido de satisfação. Depois desejo que me diga se tencionam ir hoje ouvir a ópera Laureana. Dou outrossim parte que o Tubo desde ontem está incomodado; muito constipado e com grandes dores de lumbago. Hoje está melhor da constipação, porém diz ele pior das dores nas costas, que provavelmente são reumáticas.

Tive carta de Jorge da Saxónia, que me pede que lhe mande da sua parte o incluso *Totenzettel* que diz ele, ser lá costume mandar fazer e depois rezar em certas ocasiões. Enfim lá lhe mando a folha oriunda de um sentimento sempre respeitável. Não sou ateu, nem serei nunca, mas também nunca fui de tais coisas. Respeito-as, entretanto, e compreendo-as nos outros. Mandou o Jorge dessas estampas a nós todos e diz ele que sente não poder mandar uma à Maria² por ela não saber alemão. Eu sabendo que ela outrora cultivava essa língua, a que o conde de Ficalho já disse um dia, que não tinha razão de existir, mando a Maria uma das minhas duas, que poderá pôr num livro de reza, que suponho terá!

Et nunc vale dilectissime [E agora adeus diletíssimo], e tenha a bondade de responder pelo portador a este seu afeiçoado pai e amigo»³.

Nem o memento da filha o comoveu. Em nenhuma das cartas há uma palavra a deplorar a sua vida truncada, os filhos que deixara, o destino de alguma forma semelhante ao da mãe.

Em maio falecia também o irmão Leopoldo. Fernando, o mais velho, sobrevivera a todos. Ao escrever a Ernesto, não podia deixar de salientar como a geração deles estava a desaparecer. «Quem nos diria isto quando Leopoldo,

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 17.2.1884.

² Maria Pia.

³ Carta de D. Fernando a D. Luís, 12.3.1884 in CRUZ, «Algumas cartas de D. Fernando», pp. 350-351.

ainda tão ágil, caçou connosco em Reinhardsbrunn! Aliás, nada sei sobre o início e o decurso da doença [...]. A infeliz Constança só se lamenta e não dá mais esclarecimentos. Também nada sei sobre as condições e outras circunstâncias da viúva e do filho. [...] Temo que prevaleça uma situação muito confusa e não é Constança que conseguirá pôr-lhe ordem». Depois passa a assuntos mais agradáveis: o tempo esplêndido, a exposição agrícola a que preside e continua aberta, o jardim zoológico recentemente inaugurado¹.

D. Fernando e a condessa tencionavam voltar a Royat nesse verão de 1884, mas a cólera que invadira o Sul da Europa, incluindo a França, levou-os a cancelar a viagem. O rei continuava preocupado com a sorte da «pobre Constança» e do sobrinho e interviu junto de Filipe, o filho mais velho de Augusto, mas pediu também a Ernesto que, na qualidade de chefe da família, fizesse alguma coisa. É possível, continua o rei nesta carta, que o primo se interrogue por que razão ele próprio não atua. Fá-lo-ia, diz, se não tivesse ninguém a quem recorrer, mas como tem e não lhe é possível atender a tantos deveres e obrigações, considera que tendo agido assim cumpriu o seu dever². E, provavelmente, D. Fernando não se preocupou mais com o sobrinho. No outono Fernando escreve de novo a Ernesto, mas não volta a aflorar a situação de Constança e do filho³. Diz-lhe em novembro que está tudo bem, mas desde o mês anterior que tinha uma das faces tumefacta. A 2 de dezembro, a condessa conheceu o diagnóstico fatal: cancro inoperável⁴.

¹ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 10.6.1884. A Exposição Agrícola de Lisboa fora inaugurada a 4 de maio e o Jardim Zoológico a 28 do mesmo mês.

² StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Sintra, 21.7.1884.

³ StACo, LA, 6980, cartas de 30.9.1884 e 11.11.1884.

⁴ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla a Alexandrina, duquesa de Saxe-Coburgo-Gotha, Lisboa, 28.12.1884.

Capítulo 10

O fim

10.1. Doença e morte

Atumefação que D. Fernando detetou em outubro na face esquerda foi rapidamente diagnosticada como tumor no céu da boca. Sem que o rei suspeitasse, reuniu-se uma junta de seis médicos que ponderou a intervenção cirúrgica, mas a solução não se revelou consensual devido ao estado avançado do tumor, à idade do doente e, nas palavras da esposa, «ao seu problema cardíaco». Rapidamente a notícia se espalhou, mas o diagnóstico foi ocultado a D. Fernando, que manteve o seu quotidiano habitual, embora, cioso como era do seu aspeto, muito deva ter sofrido com a deformidade do rosto. A condessa de Edla, que transmite estas notícias à duquesa Alexandrina, mulher de Ernesto II, pede-lhe que instrua toda a família Coburgo para que nada revelem ao marido, que «deve ignorar tudo»¹. Ao saber da fatalidade, Ernesto II decide de imediato vir a Portugal ver o primo, o que muito comoveu a família portuguesa.

Sabendo da visita de Ernesto, que se previa para fevereiro, Elisa Hensler pediu-lhe se podia trazer com ele um bom médico, única forma de D. Fernando ser observado por um especialista estrangeiro. Conta a esposa, em janeiro de 1885, que tem tentado convencê-lo a deslocar-se a Paris ou à Alemanha para consultar médicos mais conceituados, mas a ideia é rejeitada por D. Fernando, que continua sem conhecer a real dimensão do seu problema — um caso perdido, na opinião dos clínicos portugueses. Nesse mesmo dia,

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 28.12.1884.

ao ler em carta de Dietz que em Inglaterra se comentava a sua falta de saúde, o rei foi perentório em afirmar que não estava doente. Mas o relatório médico não deixava margem para dúvidas: «Tumor maligno (provavelmente de natureza cancerosa) da metade esquerda do palato duro e do véu palatino. Já inclui todo o rebordo alveolar e parte do maxilar superior do mesmo lado. A face está também infiltrada de produtos mórbidos. Há infecção ganglionar. O tumor data de nove a dez meses. A evolução é muito rápida. É inoperável».

Na versão da condessa, o rei D. Luís, que é um bom coração, estava muito preocupado. Já a rainha, tem naturalmente tomado parte de tudo, mas, na realidade, apenas se interessa pelas aparências e pela sua popularidade, nada sentindo. A condessa detestava D. Maria Pia e era injusta ou propositadamente malévola. Conta a Alexandrina que a rainha chega a ser indiscreta, na sua ânsia de que todos saibam como se preocupa com o sogro, e é agora tão assídua que D. Fernando estranha tanta amabilidade. Avisa também que o duque Ernesto deve saber quem a rainha é, até para não se admirar com a tirania que ela exerce sobre o rei Luís e o príncipe Carlos e ainda com o medo que inspira a toda a sua «entourage». «Orgulhosa e invejosa o mais possível», escreve¹. Ora isto não corresponde à verdade. A documentação privada de Maria Pia revela precisamente o contrário, pois a generosidade e a imediata empatia por quem sofria eram uma das suas características marcantes. Nunca a inveja aflora na sua correspondência e nenhum contemporâneo que com ela conviveu a acusou de tal defeito. A condessa denigre a rainha, aliciando os primos para o seu lado e pede à interlocutora que na sua resposta não faça a mais pequena alusão a estes seus comentários. Sabe, pois, que o marido não aprovaria a sua atitude.

A enfermidade ia evoluindo e podemos segui-la pelas descrições de Elisa nas suas cartas mensais a Alexandrina. Assim, em fevereiro, a doença tinha feito progressos diários, pelo que o aspeto da face esquerda já não escapava aos olhares dos mais curiosos. Não estava ulcerada, mas com um volumoso inchaço. Apesar disso, D. Fernando comia bem e não tinha dores, muito embora já sentisse essa zona da cara bastante sensível ao toque. Continuava a interessar-se pela música e o casal ainda cantava duas vezes por semana, mas a condessa já notava que em cada noite o marido se sentia menos feliz e afligia-a vê-lo cada vez mais desfigurado.

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 15.1.1885.

Nada disto impedia a condessa de se preocupar com questões financeiras, pois revela a Alexandrina que D. Fernando escrevera ao sobrinho Filipe para que este lhe enviasse o dinheiro que lhe pertencia e que fora depositado em Viena pelo seu irmão Augusto, pai de Filipe. Como este tem provocado algumas dificuldades, e para que não se recuse a entregar o fundo, Elisa pede a Alexandrina que lhe preste o «grande serviço» de interceder junto do marido para pressionar Filipe¹. D. Fernando estava a morrer e não podemos deixar de suspeitar que a esposa procurava evitar que ficassem créditos por pagar pois, a serem satisfeitos após a morte do rei, sê-lo-iam decerto aos seus filhos e netos e não à viúva. Recorde-se que neste casamento só um terço das heranças se comunicava aos cônjuges e o dinheiro em causa só podia ser de um capital herdado por D. Fernando, possivelmente por morte da mãe. No mês seguinte Elisa volta ao assunto, acusando Filipe Coburgo de há muito se informar da saúde do tio, o que a faz desconfiar, porque o marido já havia sido lesado pela família do irmão em 200 000 francos. Quatro dias depois tranquilizara-se, pois uma carta de Filipe indicava que tudo parecia estar resolvido². Mas nunca revelou aos duques de Coburgo que em janeiro desse ano fora redigido um testamento que fazia dela herdeira de toda a quota disponível.

D. Luís pedira ao médico professor Theodor Billroth, um famoso cirurgião e investigador da Universidade de Viena, que viesse a Lisboa observar o pai, o que de facto sucedeu a 8 de março, mas o parecer do especialista corroborou o dos clínicos portugueses. Aliás, o Dr. Lencastre, médico pessoal do rei, informara a condessa de que D. Fernando não teria mais de 8 a 10 meses de vida, prognóstico que se revelou certo. Contudo, nesse mês o doente continuava sem dores — o que se atribuía à toma de condurango, uma planta medicinal proveniente da América do Sul — e cantava com frequência, queixando-se apenas da fealdade da sua face esquerda. A visita de Ernesto nessa primavera animou-o³ e, ao que parece, nem assim percebeu que estava a morrer e o primo viera despedir-se⁴. Ou recusar-se-ia a mencionar o assunto, deixando que todos pensassem que de nada sabia?

Em junho o tumor cresceu de tal forma que lhe tapou o olho. Uma incisão na bochecha fez que drenasse durante três dias, ao mesmo tempo que

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 18.2.1885.

² StACo, LA, 8707, cartas da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, 15.3.1885 e 19.3.1885.

³ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, s.l., 15.5.1885.

⁴ StACo, LA, 6980, carta de D. Fernando ao primo Ernesto, Lisboa, 3.7.1885.

o rei sofria de febres altas. A intervenção resultou: o inchaço diminuiu, a febre foi debelada e o doente recuperou apetite e bem-estar. Contudo, os médicos previam que em setembro o seu estado seria já muito grave, previsão em que a condessa não acreditava porque a doença não progredia assim tão rapidamente. D. Luís e D. Maria Pia continuavam a visitá-lo todas as noites, mas, segundo Elisa, D. Fernando não apreciava a presença contínua da rainha pelo que ela própria, afirma, terá pedido a D. Luís que nem sempre a trouxesse¹. Também o neto D. Carlos o visitou mais assiduamente durante este ano de 1885 em que todos sabiam que D. Fernando estava a morrer².

Como sempre, D. Fernando e a esposa mudaram-se no verão para a Pena. Embora o velho rei lamentasse o estado da sua «desgraçada cara»³, permanecia sem dores, passeava todos os dias e falava em regressar a Lisboa para assistir à ópera, o que fez. Não suspeitava que tinha um cancro, afirmava a esposa, o que, na opinião dela, se devia à sua ignorância em assuntos de medicina. Os reis continuavam a visitá-los com frequência e Elisa insistia nas suas farpas à rainha e, em tom mais leve, a D. Luís. «Só tenho Augusto, que é um bom rapaz»⁴. A vida de D. Fernando prosseguia numa aparente normalidade, mantendo as rotinas. Depois da estada na Pena, o casal mudou-se para Lisboa e o rei insistia em sair e assistir aos espetáculos de São Carlos, embora sofresse de visão dupla e em certos dias já não conseguisse abrir o olho esquerdo⁵. Aliás, no dia do seu aniversário, o 69.º, assistiu à abertura da temporada lírica «com a galhardia habitual», «como se a saúde lhe tivesse voltado»⁶.

Em 25 de novembro desse ano faleceu Afonso XII, rei de Espanha, e D. Augusto foi a Madrid representar o irmão nas exéquias. Ao regressar, ficou retido no lazareto de Marvão, em quarentena imposta a todos os que vinham de Espanha devido a um surto de cólera que aí grassava. Estava no Alentejo quando o pai faleceu no palácio das Necessidades, às 14h10m de 15

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 30.6.[1885].

² ANTT, ACR, cx. 7354, cp. 451, cartas de D. Fernando a D. Carlos, 13.1.1885, 11.2.1885, 16.3.1885, 14.6.1885, 30.8.1885.

³ ANTT, ACR, cx. 7354, cp. 451, carta de D. Fernando a D. Carlos, [Sintra], 30.8.1885.

⁴ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Sintra, 24.9.1885.

⁵ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Sintra, 23.12.1885.

⁶ GUIMARÃES, *Elogio histórico de Sua Magestade El-Rei D. Fernando II*, p. 19.

de dezembro de 1885. Na antevéspera, D. Fernando tinha ido a São Carlos, onde deu uma queda, caindo com o rosto no chão. Resumam-se os seus últimos dias, recorrendo sobretudo ao relato pormenorizado da condessa de Edla¹.

Na noite de 13 de dezembro, D. Fernando e a esposa foram a São Carlos assistir à peça *Os huguenotes* de Meyerbeer e, como sempre, instalaram-se no seu camarote privativo. D. Luís deslocou-se aí e passou com o pai todo o segundo intervalo. Na terceira interrupção, D. Fernando dirigiu-se até um compartimento anexo, para o qual teria de descer uns degraus. Momentos depois a condessa ouviu o marido que a chamava e foi encontrá-lo ensanguentado devido a uma queda que dera, tendo batido com a cabeça precisamente sobre o lado em que a doença o atacava. Limpou-o e não viu nenhuma lesão. D. Fernando assistiu ao quarto ato da ópera. Na manhã seguinte, como era seu hábito, levantou-se bem-disposto, sentindo apenas um pouco de dificuldade em andar. Mais tarde almoçou bem, com o apetite que nunca lhe faltou. Próximo das três horas da tarde recebeu as visitas do rei D. Luís, da rainha e dos príncipes, que ficaram satisfeitos com a sua aparência e saíram tranquilizados. Em seguida, foi-se deitar e, pelas 18h, quando se levantou para o seu tratamento, tremia de frio. Recompôs-se passado uma hora. Foi durante o jantar, quando comia a sopa, que a voz lhe saiu alterada e o médico percebeu que o rei tinha sofrido uma hemorragia meníngea. Pouco depois entrou em agonia. Recebeu a extrema-unção nessa noite de 14 e procedia-se ao cerimonial quando D. Luís e a família chegaram. Sem que se soubesse como, de imediato correu a notícia em Lisboa de que D. Fernando tinha falecido, o que ainda não era verdade.

A agonia de D. Fernando durou cerca de dezasseis horas, sem sofrimento e com períodos em que perdeu a lucidez. Como é óbvio, porque os costumes do tempo assim o impunham, o rei esteve permanentemente acompanhado pela família, dignitários eclesiásticos e cortesãos. A agonia e a morte eram vividas de forma completamente diferente da atualidade, que desritualizou o último momento de passagem. «Continuava-se a crer que tudo se podia decidir no momento da morte, quando o demónio travava o último combate para arrebatá-la alma que se desprendia. A conformidade cristã era indispen-

¹ StACO, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Sintra, 23.12.1885. Recorri também à crónica de Bulhão Pato publicada em *O Occidente*, 21.12.1885 e a GUIMARÃES, *Elogio histórico de Sua Magestade El-Rei D. Fernando II*. É de notar que neste último texto, com bastante informação sobre a vida de D. Fernando, o segundo casamento foi totalmente omitido.

sável e, com o moribundo devidamente amparado, acreditava-se controlar a morte»¹. Ora, isso só era possível com a colaboração ativa do agonizante, que tinha de aceitar a vontade de Deus, preparar-se para ir ao seu encontro, confessando-se, recebendo a comunhão (o viático) e a extrema-unção, pedindo perdão àqueles a quem tinha ofendido, despedindo-se com solenes palavras finais. Por sua vez, os presentes confortavam, ajudavam a bem morrer e podiam usufruir do exemplo de uma morte edificante. Mesmo que não o desejassem fazer, as obrigações sociais impunham a prática, que podia implicar vários dias e noites, de permanência junto do leito do moribundo. Por isso, o facto de esposa, filho, nora e netos não terem deixado D. Fernando um só momento nada revela dos seus sentimentos. Mas desta vez, a condessa não pôde calar a bondade e generosidade demonstradas por D. Maria Pia, que outros testemunharam. E, assim, diz à duquesa de Coburgo que o comportamento da rainha a apanhou de surpresa porque foi para ela como uma irmã e nunca esquecerá a bondade com que a tratou.

O corpo de D. Fernando foi embalsamado, como se fazia com todas as pessoas reais, vestido com o uniforme de marechal e permaneceu exposto em câmara ardente durante seis dias. A 19 chegara D. Augusto, que com os outros membros da família real participou em todas as cerimónias fúnebres de Estado no palácio das Necessidades. Mas não a viúva, porque não era membro da realeza e não tinha lugar no protocolo oficial, tendo incorporado apenas o cortejo, de natureza privada, que conduziu o corpo desde o quarto a um salão do paço, onde foi posto num altíssimo catafalco dentro de um caixão com tampa de vidro. A 21 realizou-se o grandioso préstito que conduziu o cadáver para o panteão real em São Vicente de Fora. Nas escadas do paço, a despedir-se do morto e a proferir as palavras regimentais de «pode partir», estava o rei, ladeado pela rainha, os filhos e o irmão.

Três dias antes, o público conhecera já as disposições testamentárias de D. Fernando e a indignação foi funda, geral e ruidosa, «explosão de cólera que rebentou em todas as consciências», nas palavras de Emídio Navarro². «D. Fernando despediu-se do mundo deixando um deplorável documento de si e que produziu a mais lastimosa impressão», escreve, por sua vez, José Barreiros Calado³. Esboroava-se a bela imagem do rei artista e do rei-pai há tantos anos admirada pelos portugueses.

¹ LOPES, 2011a, p. 180.

² *Novidades*, 24.12.1885.

³ ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 32.

10.2. O testamento

Pelo seu testamento, datado de 13 de janeiro desse ano, D. Fernando deixou à condessa de Edla tudo aquilo que pôde subtrair à legítima, a herança imposta por lei aos descendentes diretos, que não pode ser testada, e que abrange dois terços dos bens. Incluiu no legado à esposa, além de joias e preciosidades artísticas, todo o património que possuía no concelho de Sintra. Pediu ainda a D. Luís que permitisse à sua viúva continuar a residir no palácio das Necessidades. Os herdeiros legitimários de D. Fernando eram os filhos Luís, Antónia, Augusto e os seis órfãos da infanta D. Maria Ana, constituindo estes uma cabeça. Como existiam herdeiros menores, foi necessário proceder a inventário orfanológico. Havia antes de mais que determinar o que D. Fernando usufruía das heranças dos filhos, porque tinham de ser subtraídas aos bens passíveis de ser possuídos e herdados por via testamentária pela viúva. Depois havia que identificar e avaliar o que o rei adquirira antes e depois do segundo casamento, pois do património anterior a junho de 1869 comunicara-se um sexto à condessa (metade da terça) e as aquisições posteriores pertenciam em partes iguais a D. Fernando e à esposa; e, portanto, a herança destes bens respeitava apenas à meação do defunto. Da massa da herança, D. Fernando só podia desapossar os filhos de uma terça parte. Foi o que fez, deixando-a por inteiro à esposa, que, segundo o direito português de então, não era herdeira legitimária. Constituiu-a também sua testamenteira e liquidatária, o que era humilhante para D. Luís, seu filho mais velho e rei.

Neste documento de últimas vontades, D. Fernando referia-se à condessa de Edla como «a minha muito amada esposa», «minha querida esposa» dotada de «inteligência e bom gosto», enquanto a primeira mulher era secamente mencionada como «a rainha de Portugal, D. Maria II» e, do mesmo modo, os filhos tratados pelos seus títulos de rei e infantes seguidos dos nomes. Só D. Augusto teve direito a «meu amado filho», quando o nomeia testamenteiro na impossibilidade de a viúva o ser e, nos últimos parágrafos, D. Luís é o «meu muito prezado e querido filho» quando lhe pede que proteja a madrasta. A nora, rainha de Portugal, os genros e os netos, incluindo o herdeiro do trono que era seu afilhado e o continuador da linhagem, não eram mencionados. Nem uma pequena peça simbólica lhes deixou.

É de salientar que os filhos surgem no testamento de D. Fernando apenas e só porque a lei fazia deles herdeiros obrigatórios de duas terças partes dos seus bens, assim como os netos, órfãos de D. Maria Ana e referidos sem

nome — «os filhos da minha falecida filha a infanta D. Maria Ana (princesa de Saxe)»; quanto a D. Maria II, é mencionada apenas porque dessa esposa ficaram os herdeiros. Após a declaração da existência legal dos filhos e sua mãe, que, como bem notou Emídio Navarro, só por isso constam do documento, de imediato redigiu: «Portanto, constituo a minha muito amada esposa a senhora condessa de Edla legatária de tudo o que por lei posso dispor. Quero que nos bens que couberem a minha esposa se compreendam os seguintes: móveis, objetos de arte, pratas, loiças, quadros, etc., que se acham nos aposentos ocupados pela minha esposa, ou todo ou parte, à sua livre escolha, todas as minhas propriedades situadas no concelho de Sintra, tais como, palácio da Pena e pertences, incluindo os *chalets*, castelo dos Mouros, quinta da Abelheira e pertences, São Miguel e pertences, as tapadas ultimamente compradas, incluindo a tapada nova dos Capuchos, assim como a mobília, prata, loiças e mais recheio do palácio da Pena, dos *chalets* e das outras casas acima mencionadas».

Destinou alguns pequenos legados a camaristas e criados e declarou não deixar «economias», o que não correspondia à verdade, e «por isso, para não prejudicar os meus herdeiros, não posso contemplar com legados quaisquer estabelecimentos ou instituições». O Rei Artista não ofereceu nenhuma das suas peças a museus ou instituições de belas-artes, não aplicou qualquer quantia para o desenvolvimento das artes, da botânica ou da agricultura, nem deixou meras esmolas para estabelecimentos assistenciais. Terminava pedindo «ao meu muito prezado e querido filho el-rei D. Luís, pela grande e sincera afeição que sempre lhe tenho tido, que seja benévolo para com a minha muito amada esposa, a condessa de Edla, e que não lhe negue a sua proteção. Peço-lhe igualmente que consinta que ela possa continuar a ocupar os aposentos no palácio das Necessidades em que atualmente habita, enquanto lhe convier. Recomendo igualmente ao meu querido filho o conselheiro Dietz, assim como todos os criados que estão a meu serviço».

10.3. A polémica e a imagem de D. Fernando

É claro que correu de imediato a versão de que tais vontades tinham sido sopradas pela condessa, «a harpia» que lhe guiara o espírito já perturbado pela agonia. Dias depois da morte, já Elisa se queixava da guerra injusta que a opinião pública lhe movia, sobretudo por ser agora a proprietária da Pena¹. Rapidamente estendeu os seus protestos a toda a família do marido,

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Sintra, 23.12.1885.

que não a apoiava, que nem sequer previra para ela um lugar na igreja para as exéquias do marido a realizar no dia 14 de janeiro e às quais não iria por não poder assistir «no meio do povo». Pedia ao duque Ernesto que escrevesse a D. Luís a interceder por ela. Queixava-se de que sairia das Necessidades mais pobre do que quando entrou¹.

De facto, logo em dezembro se denunciava que D. Fernando redigira um testamento em 1880 que se «não vier a lume, é porque já foi ao lume — para o queimarem»². A lei impunha que ao fazer-se novo testamento que não mencionasse o anterior este só seria revogado na parte que não lhe fosse contrária. Ora o testamento com que morreu D. Fernando não aludia a nenhum outro e por isso se reclamava que o anterior fosse revelado. O de 1885, a que chamavam alguns o testamento da condessa de Edla, foi visto como injúria a D. Maria II, aos filhos e ao país, «afronta cruel cuspidada na face da nação e nas tapeçarias do trono»³. Quanto às determinações concretas, as que mais escandalizavam era o destino do palácio e parque da Pena e a manutenção da condessa num paço real. Afirmava-se que os bens deixados à viúva eram muito superiores à parte da herança a que tinha direito, que não podia admitir-se que um monumento verdadeiramente nacional, como era a Pena, ficasse para uma estrangeira que o transmitiria aos seus herdeiros e ainda que das baixelas e outros objetos da Coroa e peças pessoais de D. Maria II haviam sido retirados os monogramas, substituídos pelo da condessa. D. Antónia acusa também Elisa de, semanas antes da morte do rei, ter mandado sair das Necessidades «caixotes com coisas de valor»⁴.

Porque não se conseguia acreditar que D. Fernando pudesse ter desejado que os seus bens fossem distribuídos como se determinava no testamento, concluía-se que fora redigido por Elisa Hensler para se locupletar com tudo o que a lei lhe permitia. Possivelmente, toda a família pensava isso, mas só é conhecida a opinião expressa de D. Antónia, que era sempre maledicente: «Estava certa [...] que aquela mulher mostrasse o seu carácter depois da morte do nosso querido pai, a infelicidade entrou na nossa família com o casamento do papá e se a tia Isabel não tivesse perdido a razão mental nunca teria consentido em tudo o que fez; [...] que coisas tristes há neste mundo, nunca pensaria que meu pai nem mesmo nos deixasse uma lembrança. [...] Acharia

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 10.1.1886.

² *Pontos nos ii*, 30.12.1885. A condessa de Edla afirmará que o testamento anterior era de 1879.

³ *Ilustração Portuguesa*, cit por ESTRELLA, *Perfil da condessa d'Edla*, p. 38

⁴ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Antónia a D. Luís, Sigmaringen, 5.1.1886.

muito mal da parte de Augusto se ele protegesse a condessa, ele deve ir de acordo com a família, é o seu dever; o Augusto infelizmente tem pouco juízo e como todas essas pessoas é muito teimoso». Depois afirma taxativamente: «Se o nosso pai ainda tivesse estado bem de saúde quando fez o testamento nunca teria sido assim, o papá quando esteve aqui disse ao Leopoldo que tinha feito o seu testamento e que deixava à Casa toda a sua coleção! Aonde está esse testamento? Deus sabe o que se fez com ele!». D. Antónia também não se inibe de qualificar a madrastra como «pessoa tão ordinária de sentimentos» e «pessoa deveras infame [que] pôs este veneno na família e que fez assinar ao nosso pobre pai um documento vergonhoso»¹.

Destaca-se na campanha pública de descrédito da condessa e reabilitação do rei defunto Emídio Navarro, em artigos publicados no *Novidades*, logo em dezembro de 1885, e no ano seguinte reunidos em livro intitulado *O testamento*:

«O testamento último não é obra do Sr. D. Fernando. Não o pode ter sido, porque mesmo por um egoísmo feroz (que aliás nunca manifestou em vida) poderia ser explicado. É descarável demais, até para isso! Está ali, sibilando em cada linha, o rancor venenoso duma ambição que serpeou até junto do trono e que se consumiu em esforços impotentes para ter assento nele. A cantarina procurou vingar-se com a mão do finado. História verdadeira, que é de lances mais dramáticos que o romance! Está também retratada, com todas as suas unhas, a rapacidade implacável, que nem a pobre gratificação aos mais antigos e leais servidores poupou!»².

Fialho de Almeida, em crónica datada de agosto de 1889 sobre o desencaminhamento e perda de obras de arte portuguesa, depois publicada no primeiro volume de *Os gatos*, pensa, pelo contrário, que o testamento foi a desforra do rei que durante tantos anos viu a sua esposa injuriada e desconsiderada por todos. Classificou-a de «vingança de merceeiro casmurro, reles e mesquinha, mas devemos recordar que o rei não tinha outra»³. Só Ramalho Ortigão, apelando à força dos afetos, defendeu o comportamento de D. Fernando, «refratário às praxes estabelecidas pela convenção dos outros», indiferente ao «pedantismo hipócrita da regularidade burguesa». Para personalidades como a do rei defunto, continua Ramalho, «a mais inviolável e a mais sagrada de todas as liberdades é a liberdade do sentimento e nada se lhes afigura mais completamente indiscutível, perante a razão e perante

¹ ANTT, ACR, cx. 7335, carta de D. Antónia a D. Luís, Sigmaringen, 5.1.1886.

² *Novidades*, 23.12.1885.

³ ALMEIDA, *Os gatos*, vol. 1, p. 37.

a moral, do que o direito que assiste a cada um de amar quem quiser, de casar com quem prefira e de dispor do que é seu em proveito de quem muito lhe apraza»¹. Contudo, esta opinião não é tão desempoeirada e atual como parece, porque Ramalho era o mais possível burguês, convencional e normativizador sempre que se referia à família e às mulheres. Tivesse sido uma testadora com filhos de anterior casamento a deixar tudo o que podia ao seu segundo marido, nunca o cronista expenderia tal defesa do imperativo dos sentimentos.

Os motivos da profunda indignação pública não residiriam só em D. Fernando ter casado e ter deixado a Pena a uma antiga atriz e não a «uma distinta aristocrata», como se interroga Luís Espinha da Silveira²? Em parte, sim. Mas imagine-se que a viúva era uma princesa de pergaminhos indiscutíveis. Dificilmente se aceitaria também que o castelo e o parque da Pena fossem subtraídos à Casa Real portuguesa e outrossim não lhe perdoariam «este desamor, esta secura, este esquecimento»³ de D. Maria II, dos filhos e dos netos.

10.4. Os agravos de Elisa

Entretanto, a condessa de Edla queixava-se amargamente da imprensa e, sobretudo, da família real, «da Ajuda», como por vezes dizia. Acusava D. Luís de não lhe dar a proteção que o defunto pedira, de ter um caráter muito diferente do pai, de nem sequer a considerar digna de uma carta. Mas, assegura, crê na justiça de Deus e nos castigos que Ele envia aos perversos. Garantia também que o imperador do Brasil a apoiava e que lhe escrevera afirmando ter a certeza de que D. Fernando lhe deixaria o palácio da Pena⁴.

Em março, Elisa reconhece que recebera da rainha uma carta amável e amistosa e concentra agora o seu rancor em D. Carlos. Aliás, o duque Ernesto aconselhara-a a não confiar nele, que não lhe parecia sincero nem amigo dela, aviso que a condessa muito agradece. Queixava-se ela de que o príncipe tinha agora muitos simpatizantes porque concedia muitas graças para «formar a sua casa» e que as pessoas acreditavam que estavam a ser agradáveis para ele ao serem desagradáveis com ela. Mas Elisa também tinha agravos do rei: em resposta a uma carta dela, e não se dignando sequer escrever-lhe,

¹ ORTIGÃO, *As farpas*, vol. III, pp. 158-159.

² SILVEIRA e FERNANDES, 2006, p. 90.

³ *Novidades*, 25.12.1885.

⁴ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 12.1.1886.

D. Luís havia mandado dizer por Augusto que ela podia permanecer no palácio; mas depois disso, contrariando o que assegurara, ordenou-lhe que libertasse os seus aposentos até ao fim do mês e que lhe respondesse por escrito; alegava ser necessário o espaço para alojar os príncipes que viriam assistir ao casamento de D. Carlos. A condessa diz ter ficado tão chocada com a situação que adoeceu e que, embora o seu advogado a aconselhasse a resistir por ter esse direito, não o quis fazer e sairia em breve do palácio para uma casa arrendada. Depois acusa a família real de ter esquecido D. Fernando, que todos, exceto Augusto, foram à ópera (a rainha «ainda vestida de crepes») e assistiram ao baile de Carnaval e que D. Luís, aparentando e dizendo não se envolver na questão das partilhas, fazia agir o conselheiro Nazaré¹. Mais: o rei nomeara ministro das Obras Públicas o homem que pusera D. Fernando pela lama, assim como tudo que ele respeitava e amava². Tratava-se de Emídio Navarro, que integrava o governo de Luciano de Castro, empossado em fevereiro desse ano. Na verdade, Navarro não denegria o rei defunto, mas sim a condessa, como vimos.

As cartas de Elisa Hensler enviadas para Coburgo prosseguiram, sempre com acusações à aristocracia, que agora a desprezava, e à família do marido, apesar de ela tudo fazer, assegura, para harmonizar os interesses de todos. Contudo, o rei era indelicado com ela e alguém ouvira o príncipe afirmar que se sentia roubado porque o avô tinha a intenção de lhe deixar a Pena, mas que a condessa o convencera a fazer o contrário. Elisa nega tal coisa e diz que irá mandar copiar o primeiro testamento de D. Fernando, que é de 1879, para o enviar ao rei, para que vejam que a única diferença está nos legados, motivo pelo qual D. Fernando refez o testamento. Por todas estas atitudes, diz, não ousa sequer pedir para ser apresentada à princesa Amélia, já que a família real a trata como não tendo qualquer direito de aspirar a ser considerada da família. Depois ameaça: espera que o rei e os seus não lhe sejam hostis, pois caso contrário ela não terá as considerações que lhe foram recomendadas no que respeita a quem dar ou deixar a Pena. E por fim: o que a consola é que Deus os punirá a todos³. A ameaça da condessa, se corresponde à verdade, revela que D. Fernando quis salvaguardar o retorno da propriedade à família de sangue, confiando na palavra da mulher.

¹ António José Duarte Nazaré, o gestor da Casa Real.

² StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 25.3.1886.

³ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 14.5.1886.

Foi em resposta a estas informações e opiniões que a duquesa de Coburgo lhe escreveu em nome dela e do marido uma carta muito séria. Dada a importância do assunto, o rascunho ficou guardado no arquivo da Casa¹. Começando por sublinhar a verdadeira amizade que ambos, duques de Coburgo, têm pela condessa e o quanto querem zelar pela memória sagrada do «nosso bem-amado Fernando», Alexandrina diz-lhe que perfilham pontos de vista diferentes dos dela e que passa a explicar. Não duvidam que é a condessa a pessoa que melhor sabe cuidar e apreciar a Pena. Todavia, existem situações em que nada pode ser feito quando faltam os meios indispensáveis. É esse o caso em apreço, pois devido ao seu enorme parque e ao seu castelo real, Elisa arrisca-se a ver desaparecer gradualmente o encanto da propriedade da qual guarda tantas queridas recordações. Pergunta-lhe, pois, se não chegará o momento em que terá a terrível necessidade de vender a propriedade. Quando esse dia chegar, o elevado montante da Pena irá pôr o rei D. Luís numa posição embaraçosa, criando-se o risco de a propriedade vir a cair nas mãos de um qualquer milionário estrangeiro. Assim sendo, a remete transmite-lhe que, no parecer do duque Ernesto, a melhor forma que a condessa tem para resolver o assunto é praticar uma ação grande e generosa: vender a Pena ao rei D. Luís por um preço que ele consiga pagar e se isso não for possível, como supõem, que a ofereça a D. Carlos e que diga que nos primeiros meses de viuvez e de desgosto não teve força para pensar no assunto, mas agora, que o príncipe real está casado e não tem onde ficar no verão, lhe oferece a Pena como habitação verdadeiramente régia que é e com a esperança de que venha a manter com dignidade o que o seu avô criou com tanto cuidado e amor. Claro que a condessa reservaria para si o seu querido *cottage* e o jardim envolvente e acrescentaria ao ato de doação a condição de o rei Luís lhe conceder uma renda vitalícia cujo montante seria determinado por ela. Esta atitude, continua a duquesa a argumentar, mudaria completamente a situação de Elisa em Portugal, poria o príncipe real, a família inteira e todo o reino em situação de lhe dever uma ação nobre e generosa. Fazendo-o, não só a família real, como a aristocracia, cairiam a seus pés, ganharia o reconhecimento, a admiração e a afeição de todos, as calúnias seriam esquecidas, a Pena poderia manter o seu esplendor de sempre e ela teria a satisfação de ver cumprido neste aspeto o desejo de D. Fernando. E a duquesa insiste, lembrando que a posse da Pena é aquilo de que mais a acusam e que, como ela própria afirmara, o príncipe Carlos se considera roubado. Alexandrina

¹ StACo, LA, 8707, rascunho de carta da duquesa Alexandrina à condessa de Edla [10.6.1886].

avisa-a de que também assim pensam todos os Orleães¹, Antonica e os filhos de Maria Ana. Acrescenta que mesmo que Elisa copie o testamento de 1879, isso não mudará a opinião formada.

Salientando os benefícios desta solução que eles, duques, lhe suplicam, Alexandrina argumenta ainda que a condessa poderá livrar-se de todos os aborrecimentos presentes que certamente lhe afetam a saúde, passando a viver de forma independente e com as boas recordações da grande felicidade de que desfrutou. Embora a duquesa reconheça que não será a vida mais feliz, assegura-lhe que lentamente recuperará a tranquilidade e evitará ter de combater continuamente as manifestações de ingratidão e de indiferença em relação àquele cuja recordação lhes é tão cara a eles e a ela. E a hábil pressão continua: se Fernando pudesse regressar à vida, ver e julgar tudo o que se passou, provavelmente dar-lhe-ia o mesmo conselho. Caso não o siga, conclui Alexandrina, todas as situações que a condessa tem descrito sobre a atitude dos reis, o afastamento das pessoas que deixaram de a visitar, a descortesia do príncipe Carlos, a impossibilidade de se apresentar à princesa Amélia, o comportamento mesquinho da corte, enfim, todas as «punhaladas» que a têm atormentado prosseguirão e a sua existência tornar-se-á cada dia mais insuportável, se ela não os detiver com uma ação de tal forma grande e inesperada que os abata e os vença pela sua generosidade. Encerra com um último argumento de ordem financeira: seria um bom negócio para ela, talvez melhor do que vir a ser forçada a vender.

Os Coburgos, como sempre, defendiam-se. O teor da carta terá sido transmitido à família portuguesa? Seria de combinação com esta? Mas a condessa de Edla não seguiu os conselhos, que, de facto, por muito hábeis que fossem e muito interessassem à família real portuguesa, teriam sido também vantajosos para ela. Possivelmente, o ressentimento e a ganância falaram mais alto.

A condessa respondeu a esta carta dos duques a 7 de julho de 1886. Não gostou dos alvitres, mas tentou dizer que sim: que falara com o seu advogado e este lhe dissera que não podia oferecer uma coisa que em parte é dos outros herdeiros, mas se a Pena lhe vier a pertencer poderá fazer com ela o que quiser e seguirá os bons conselhos da duquesa. Contudo, de imediato volta aos agravos que recebe da família real, que a ignora. Bem podia estar no seu leito de morte, diz, que nem o rei, nem a rainha e ainda menos o príncipe pediriam informações sobre ela e sabe por Augusto que nunca falam da sua pes-

¹ Recorde-se que D. Carlos casara nesse ano com Amélia de Orleães.

soa. Qual terá sido o seu crime?, pergunta. Depois deixa vir ao de cima toda a revolta que sente pelo comportamento da aristocracia lisboeta, que diz estar dominada pela inveja, e queixa-se de que nenhum dos convidados estrangeiros que vieram ao casamento do príncipe a visitou. Contradizendo a declaração anterior, questiona-se se o marido lhe daria o conselho de oferecer a Pena. Na sua opinião, perante tudo o que se tem passado, Fernando ficaria de tal forma chocado que tomaria o seu partido e só Deus sabe o que seria capaz de fazer. O que ela deseja, afirma, é que a tratem como exige a sua posição e garante que a sua fortuna pessoal é bem mais pequena do que a duquesa imagina¹.

Nos anos seguintes, o teor das cartas de Elisa manteve-se inalterado. Acusava os enteados, que são ricos, de prolongarem desnecessariamente o processo, obrigando-a a contrair empréstimos bancários que estavam a asfíxiar o seu capital, sendo pouco digno que os advogados dos co-herdeiros não quisessem ver a viúva do rei D. Fernando independente (1887); queixava-se de nunca ter recebido uma palavra de bondade de D. Luís e de lhe ter sido recusado um novo empréstimo bancário (1888); reiterava que D. Fernando desejara que ela ficasse com a Pena e com as peças mais raras da coleção (1889). E, já depois de resolvida a questão com a compra da Pena pelo Estado, que os benefícios que fazia no chalé e seu parque reverteriam a favor da nação (1890) e que temia que o novo rei D. Carlos a expulsasse do chalé (1892)².

10.5. Dúvidas que permanecem

A análise que Emídio Navarro fez à redação do testamento, levando-o a concluir que a autoria não podia ser de D. Fernando, apresenta argumentos convincentes, alguns dos quais perfilho. O rei era muito educado e muito cioso de todos os títulos régios e principescos. Nunca ignorava tais regras protocolares e muito menos o faria num documento formal que sabia viria a público. Por isso penso, como Navarro, que D. Fernando não se referiria à rainha de Portugal e às infantas sem que precedesse o «senhora», como impunham as regras e não omitiu à condessa de Edla nem à infanta D. Isabel Maria. Embora não restem dúvidas de que D. Fernando apreciava pouco a rainha D. Maria Pia, também não creio que em documento deste género

¹ StACo, LA, 8707, carta da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, Lisboa, 7.7.1886.

² StACo, LA, 8707, cartas da condessa de Edla à duquesa Alexandrina, 27.8.1887; 24.10.1887; 10.9.1888; 7.10.1889; 13.10.1890; 5.2.1892.

deixasse de a mencionar porque a isso o obrigava a delicadeza familiar e deferência pela dignidade régia da nora. Mas uma coisa é a redação, que não parece ser dele, e outra as disposições da vontade. E esta não teria sido, de facto, a que está expressa no testamento?

José Teixeira resolveu esta incógnita de uma penada porque não queria admitir outra hipótese. Para o biógrafo, o rei escreveu o testamento «em adiantado grau de doença» praticando «com o espírito alterado um ato contrário ao bom senso e à nobreza de virtudes que foram seu apanágio»¹. Contudo, o testamento está datado de 13 de janeiro de 1885, época muito longe de «adiantado grau de doença». Uma carta que D. Fernando escreveu a Ernesto em julho desse ano² revela uma mente sã. Na verdade, podemos avançar com argumentos a favor da autenticidade do teor do testamento. Há muito que D. Fernando se centrava em si próprio e na esposa. Depois do casamento e, salvo uma ou outra menção necessária, nunca se refere aos filhos e aos netos, nem para informar se estão bem de saúde. Ele, Elisa, a Pena e as artes são o seu mundo. Os restantes membros da família preocupam-no pouco. Não perfilho a opinião de Emídio Navarro quando afirma que D. Fernando nunca foi egoísta. Por outro lado, as ofensas que sentiu pela forma como o público e a família trataram a condessa foram reais e pode muito bem ter desejado demonstrar a todos a importância que ela tinha. Não a desforra de merceiro a que se refere Fialho, mas a desafrona à mulher que amou e o fez feliz.

Todavia, para proteger e honrar a esposa, de quem sem dúvida gostava, bastaria deixar-lhe determinado mobiliário, joias e peças artísticas, o usufruto do Chalé do Regalo e de uma parte do parque da Pena, que ela tanto estimava, além de uma boa renda que lhe permitisse comprar ou arrendar uma moradia em Lisboa e viver sem preocupações financeiras. Elisa não tinha herdeiros porque não reconhecera nem amparava financeiramente a filha e seria adequado e honroso receber o usufruto de propriedades. D. Augusto, sempre amigo e leal, nunca teve bens de raiz e nem o pai lhos legou. D. Luís e D. Carlos saberiam apreciar devidamente as preciosidades que D. Fernando acumulara. Nem uma pintura ou qualquer outro objeto artístico lhes destinou.

Por outro lado, D. Fernando era rei e não um mero particular. Não deveria ter-se esquecido de que a sua fortuna provinha, quase totalmente, da dotação paga pelos contribuintes portugueses. Que a Pena fora, em última

¹ TEIXEIRA, 1986, p. 348.

² StACo, LA, 6980, Lisboa, 3.7.1885.

análise, paga por eles. E se os portugueses anuíam a que passasse para os membros da família real, dificilmente aceitariam outros destinos. É um tanto perturbador que D. Fernando, também monarca e antigo regente, não tivesse procurado valer à calamitosa situação financeira do filho, que era rei de Portugal. Acresce que D. Carlos precisava de se casar e de um palácio. Não só lhe sonegou a Pena — que, ao que se dizia, o neto esperava herdar — como pediu que a condessa continuasse a habitar as Necessidades. É certo que esta só ocupava uma parte do paço, mas como dirá D. Antónia e D. Fernando sabia perfeitamente, havia dois infantes para casar e nenhuma princesa aceitaria viver aí com a condessa. D. Fernando sabia também que a míngua de recursos do filho e do neto dificultava, e de facto impediu, o casamento de D. Carlos, herdeiro do trono, numa casa reinante.

Só em 1890 o destino do castelo e parque da Pena foi definitivamente resolvido, já D. Luís e D. Augusto haviam falecido. A carta de lei de 25 de junho de 1889, ainda em vida dos dois, autorizara o governo a comprar à condessa de Edla os seus bens imóveis de forma a evitar que o património ficasse na posse de privados e, na pior das hipóteses, nas mãos de estrangeiros. Um ano depois, o palácio da Pena, o parque, o castelo dos Mouros e ainda outros bens do concelho de Sintra passaram à propriedade do Estado, ficando o usufruto para a família real, à exceção dos chalés da Condessa e dos Camaristas, com os seus parques, que permaneceram no uso da condessa até à sua morte¹. Em 1892 e 1893, por decisão judicial, venderam-se em leilões públicos realizados no paço das Necessidades quadros, mobiliário, livros..., enfim as preciosidades que com tanto entusiasmo D. Fernando havia reunido. Em 1895 os filhos de D. Maria Ana queixam-se do interminável e «malfadado inventário» e que nada ainda haviam recebido da herança². O processo de partilhas prolongou-se até finais de 1897.

¹ Ver escritura em MUCHAGATO, *O palácio*, pp. 372-374.

² Cit. in MUCHAGATO, *O palácio*, p. 97.



Epílogo

«Nada do que é humano me é alheio», diz-nos Terêncio. E desta frase cintilante que nos chega da lonjura de dois mil anos me sirvo sempre para explicar aos meus alunos que tudo o que respeita ao passado humano pode e deve ser objeto da investigação histórica. Que os que nos precederam foram mulheres e homens, crianças, adultos e velhos, cultos e ignorantes, heróis e vilões, poderosos e indigentes. Por isso lhes digo também que não há História de primeira e História de segunda quanto ao campo de análise. Porque tudo o que é humano é importante e não há hierarquia de valor científico entre os estudos das ideias e das técnicas, da geopolítica e da vida privada, dos estadistas e dos pobres, das rainhas e das camponesas. Mais uma vez termino a biografia de uma pessoa régia, com a mágoa de nunca poder escrever a de uma pastora do mesmo tempo. Porque em História, como se disse ao abrir este livro, as fontes são o limite. O poder delas é soberano e para uma pastora, personalidade individualizada, que fontes posso encontrar?

Serve este introito para reafirmar o que já escrevi: que tudo o que respeita àquele que biografamos deve ser procurado, que qualquer vida, por mais pública que seja, tem o seu lado íntimo que temos de investigar — o que não significa, de forma alguma, voyeurismo ou superficialidade de interesses. E que se o não fizermos estaremos a mutilar a personalidade que nos esforçamos por compreender e dar a conhecer. Por isso se deu tanta atenção aos aspetos privados da vida de D. Fernando, que foi rei e artista, mas também ser humano com todos os seus interesses, paixões e desencantos, homem integrado numa família e num núcleo de relações e de afetos. Contudo, o historiador não é omnisciente e uma biografia desafia-nos sempre com zonas de sombra que não é possível perscrutar nem entender.

Reafirmo também que a biografia é uma forma válida de fazer História e que não é um género historiográfico menor; mas é difícil e perigoso porque se criam laços entre biógrafo e biografado, que tanto podem ser de empatia como de repulsa. E assim a biografia, mais do que outras formas de fazer História (porque todas o são), é subjetiva, apesar de se comprovar tudo o que se escreve e se exercer, vigilante, o distanciamento necessário.

O final deste livro foi árido e melancólico como o foi o desmoronar da belíssima imagem que os portugueses haviam construído de D. Fernando. Com o escândalo do testamento e das partilhas esqueceu-se o rei que fora um conciliador, a quem, talvez, devamos não ter sido absorvidos pela Espanha, o homem alegre, sedutor, pleno de vida, e que só no século xx foi recuperado pelo valor do seu legado artístico. A Pena continua a provocar um deslumbramento de cortar a respiração e a orgulhar qualquer português que a visite, agora que ficaram para trás, perdidos na memória do tempo que passou, o susto e a revolta de a perder.

Menos de quatro anos após a morte de D. Fernando, morreram D. Luís e D. Augusto. Dos seus onze filhos, só D. Antónia ultrapassou os 50 anos. A condessa de Edla sobreviveu à monarquia e a todos os enteados, falecendo em Lisboa, com 93 anos, em 1929. Como não era membro da família real, não lhe fora imposto o exílio.

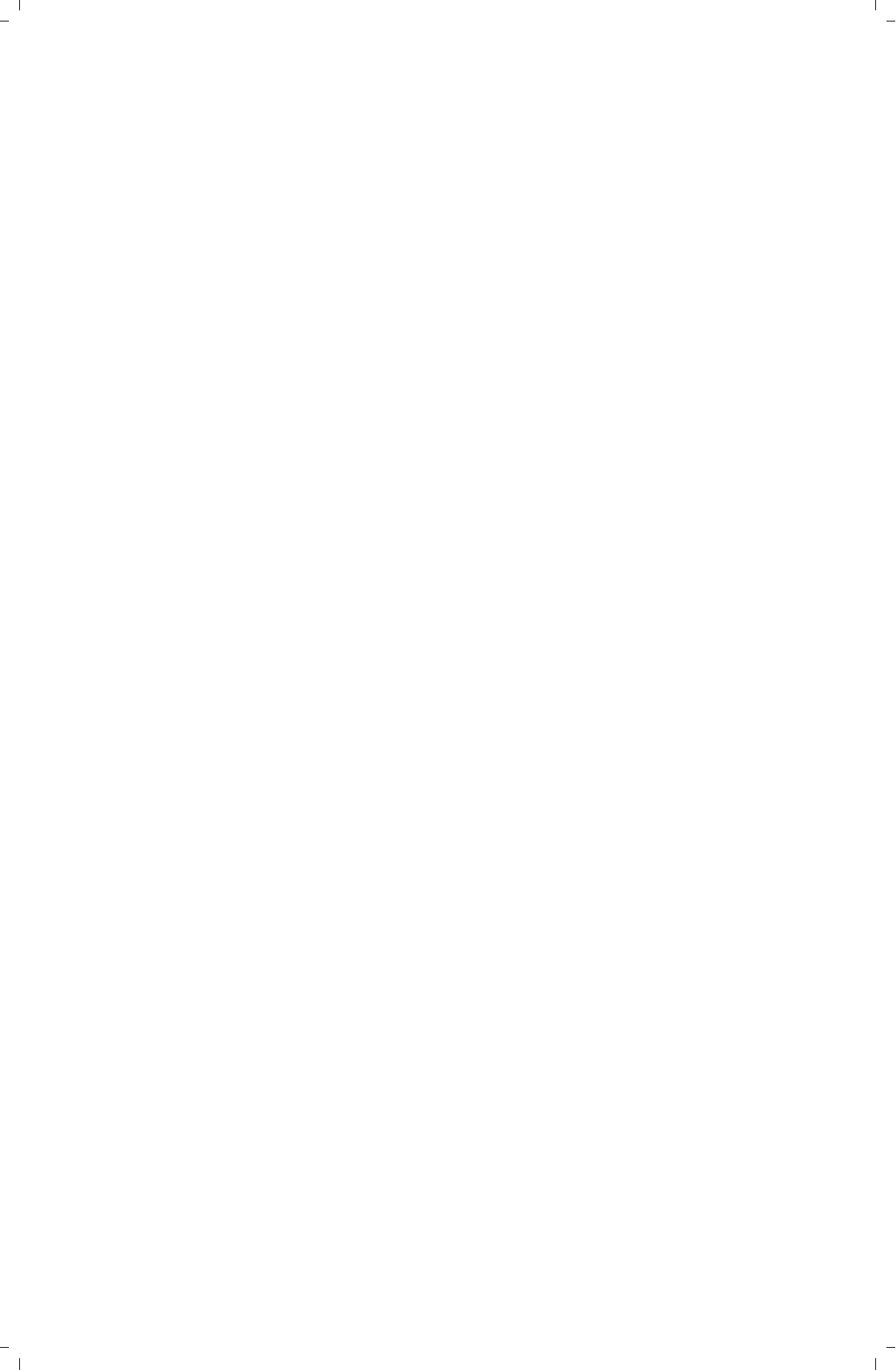
D. Fernando teve onze netos e 21 bisnetos que chegaram à vida adulta. Três netos foram reis: Carlos I de Portugal, Frederico Augusto III da Saxónia e Fernando I da Roménia. Transmitiram o trono aos filhos em Portugal (D. Manuel II) e na Roménia (Carlos ou Carol II). Um outro bisneto, filho da sua neta Maria Josefa da Saxónia, casada na Casa de Habsburgo, foi o imperador Carlos I da Áustria-Hungria. Duas das suas bisnetas foram também rainhas, ambas filhas de Fernando I da Roménia: Isabel na Grécia e Maria na Jugoslávia. Num eloquente testemunho de mutação civilizacional, todos estes bisnetos e bisnetas reinantes morreram no exílio, dois deles em Portugal: Carlos da Áustria na Madeira, em 1922; e Carlos da Roménia no Estoril, em 1953. Maximiliano e Jorge da Saxónia, neto e bisneto, ambos descendentes de D. Maria Ana, foram sacerdotes católicos. Nem D. Fernando nem D. Maria teriam apreciado essa opção de vida. Os últimos dos seus bisnetos só vieram a falecer em 1990 e 1991, as princesas Maria Alice da Saxónia e Eliana da Roménia.

A descendência portuguesa de D. Fernando II e D. Maria II extinguiu-se em 1932 com a morte de D. Manuel II, casado com outra bisneta, Augusta

EPÍLOGO

Vitória, neta de D. Antónia. Mas vivem muitos outros descendentes seus, que residem sobretudo na Alemanha e na Áustria, mas também na Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Itália, Polónia, França, Espanha, Hungria, Roménia, Estados Unidos, Canadá, México e África do Sul. Não há nenhum em Portugal.

Coimbra, 15 de março de 2013



ANEXOS



Diário memorial de D. Fernando, 1853

[Lisboa], 1853, novembro, 15, 19 e 20 — *Diário memorial escrito por D. Fernando desde a morte de D. Maria II ao dia seguinte ao seu funeral.*

ANTT, ACR, cx. 7453, cp. 944.

Original em francês. Tradução minha. Sublinhados no original. Caderno sem paginação.

15 de novembro de 1853,
dia de tristeza e de infelicidade

Maria, a minha bem-amada Maria, já não está entre nós; foi hoje que aprouve ao Céu tirá-la aos que a amavam, depois de tantos sofrimentos e angústias suportados sempre com esse sangue-frio e essa admirável coragem, digna de um herói, que esta mulher generosa demonstrou durante toda a sua vida, infelizmente curta, mas cheia de dificuldades e sobressaltos.

A sua constituição, naturalmente robusta, tinha de se ressentir de tantas gestações seguidas. Desta vez, ai de mim!, depois de uma longa e dolorosa extração da criança, durante a qual o meu pobre coração sangrava e se enchia dos mais tristes pressentimentos, as suas forças extinguiram-se e esta alma, tão nobre e tão digna de ser entendida e devidamente apreciada, subiu para uma morada mais feliz. Momento para sempre indelével para mim, e cuja recordação não me deixará até ao fim da vida! Compreendi então o desespero e loucura e teria gostado de poder morrer com aquela que foi a felicidade da minha vida e que pela intimidade tão doce, tão simples e tão santa que formámos me compensava com juro dos caprichos do destino que, arrancando-me ao repouso e à agradável posição que me esperavam na minha antiga pátria, me transportaram a um país tantas vezes transformado em teatro da

luta das // [2.^a pág.] paixões. Esta mulher generosa só pensava em mim, mostrando-me a sua afeição profunda até nas mais pequenas coisas. Nunca houve esposa como ela, mas também nunca houve esposo que tão bem soubesse apreciar e honrar a sua esposa. Chegado a Portugal há quase dezoito anos, muito jovem e sem nenhuma experiência, a nossa união, ao princípio tímida, como a de crianças que éramos, tornou-se a cada dia mais sincera e mais íntima, acabando por nos fazer indispensáveis um ao outro. Perdi irremediavelmente todo este bem e ei-la para sempre acabada esta vida encantadora, tranquila e de confiança mútua, que só é dada àqueles que compreendem a poesia do casamento e aí encontram uma fonte de felicidade. Eis que desapareceu este repouso da alma e esta certeza que cada um de nós tinha de encontrar no outro a compensação para tudo o que os encargos e aquilo a que se convencionou chamar a política tem de repugnante. Olho o passado com saudade, e receio a solidão e a melancolia do futuro. Maria era tão boa, que prazer ela tinha em adivinhar os meus gostos. Para me ser agradável, ela, que antes não tinha a menor ideia de tais coisas, aprendera a apreciar e a amar as obras de arte. Com que alegria ela me trazia uma gravura // [3.^a pág.] de um bom mestre, alguma linda água-forte antiga ou algum belo trabalho em prata ou em prata dourada! Tudo o que me veio dela, tudo o que ela arranhou e instalou comigo será sempre querido e precioso! Ai de mim, que não mais a verei, mas a sua doce memória gravada em letras de ouro no meu coração, viverá aí para sempre, guiar-me-á em todas as circunstâncias da vida e dar-me-á a perseverança que tão necessária é na minha situação atual.

Não é invejável, esta situação. Obrigado a cuidar dos negócios sem a certeza de poder fazer o bem, perderei talvez a simpatia que algumas pessoas afirmam ter por mim. Já vi o suficiente das ações dos homens e tenho 37 anos; conheço, pois, o valor desses protestos de afeto geral. E, além disso, perdoar-me-ão a grande falha de não ter nascido em Portugal?

Enfim, Deus me ajudará e eu ficar-lhe-ia muito reconhecido se este país conseguisse manter-se em paz e fazer alguns progressos úteis até o meu filho Pedro tomar as rédeas do poder!

19 de novembro de 1853

A cidade de Lisboa oferece hoje um espetáculo raro, de tristeza e de emoção. O cortejo fúnebre da nossa querida e sempre chorada rainha encaminha-se // [4.^a pág.] para este fatal São Vicente, onde repousam os nossos po-

bres filhos e onde jazem os restos desta boa e encantadora Amélia, tirada na flor da sua primavera a uma carinhosa e triste mãe e àqueles que puderam apreciar as suas belas qualidades.

O aspeto da cidade é imponente, é toda a população que vem testemunhar o seu respeito aos augustos despojos que passam e o cortejo não exclui nenhuma classe. É que a rainha D. Maria II identificava uma época na história moderna de Portugal, a época da liberdade. Os que lutaram por ela, que lhe prepararam os degraus do trono não devem seguir de lágrimas nos olhos e dor no coração, este ataúde real que leva para sempre o símbolo do governo liberal?

A posteridade já agora faz justiça à generosidade e clemência da rainha Maria, pois mesmo aqueles que ainda há poucos anos a acusavam de despotismo e de espírito vingativo, deploram a sua perda e prestam-lhe solenemente a última reverência. Não é só a rainha que o povo chora, é sobretudo a melhor das mães e o modelo das esposas! O povo parece muitas vezes indiferente a certas coisas, mas ele vê, entende e cuida de tudo. A vida privada dos príncipes, que tantas vezes lhe dá o mau exemplo, é o que mais lhe importa. Ai dos príncipes // [5.^a pág.] que pensam que ninguém os observa na sua vida privada! A probidade e os bons sentimentos de família sustentam com frequência os tronos. Não é agora para nós, nesta infeliz ocasião, um belo exemplo da justiça que o povo faz tantas vezes, no seu grande bom senso e na apreciação dos sentimentos honrosos, àqueles que os merecem? Não reside aí a nossa mais bela recompensa?

Nas questões políticas, é sempre mais seguro quando se é sincero em tudo o que se faz e sobretudo quando diante do seu povo se baniram os sofismas e as quimeras, que foram demasiado usadas neste país; considero isso ainda mais perigoso do que o absolutismo que reina em Espanha sob o nome de Constituição.

20 de novembro de 1853

A rainha D. Maria II, filha de D. Pedro, morreu com 34 anos. Toda a sua vida foi agitada e na sua curta existência teve com frequência experiências tão duras, viu por vezes os homens a uma luz tão pouco favorável, que não podemos censurar-lhe esse desprezo dos humanos levado, algumas vezes, ao excesso. Nascida no Brasil, veio muito nova para Inglaterra, de lá voltou ao Brasil, de onde // [6.^a pág.] regressou à Europa com o seu pai, quando es-

te foi obrigado a abdicar e a abandonar o Brasil. Conhecendo esse tempo e tudo o que se seguiu apenas com base em relatos, nada mais direi.

A marquesa de Ponta Delgada (D. Leonor da Câmara) era então responsável pela educação da jovem princesa. Era uma mulher íntegra e nutria a maior afeição pela sua pupila mas, devota em demasia, cansava e aborrecia a princesa — que teve sempre caráter forte, alegre e independente — com longas e inúteis devoções que no futuro produziram o contrário do que a velha senhora queria obter. Quantas vezes se vê isto! As crianças acabam por detestar tudo o que queremos que amem à força. A rainha Maria, atormentada na sua infância e juventude, nunca conseguiu depois confiar num padre. A marquesa pregava-lhe tudo o que pode conter a cabeça de uma beata e, conseqüentemente, a intolerância contra aqueles que não professam as nossas crenças; a rainha, sendo boa cristã, nunca foi beata e a intolerância repugnava à sua alma nobre e generosa.

Terminada a guerra que a pôs no trono de Portugal, a rainha veio instalar-se em // [7.^a pág.] Lisboa onde o seu pai a esperava, depois de ter batido completamente o exército de D. Miguel.

Todos conhecem a história de D. Pedro e da sua morte, por isso não direi nada sobre ela e não serei aqui juiz das suas ações. Pouco depois a rainha casou com o príncipe Augusto de Leuchtenberg, irmão da imperatriz Amélia, esposa de D. Pedro. Este príncipe morreu pouco depois da sua chegada a Lisboa e a rainha D. Maria, viúva sem ter sido esposa, contraiu por fim, em 1836, uma nova união, desposando aquele que escreve estas linhas e que chegou a Lisboa no mês de abril do ano mencionado. Poder-se-ia então dizer que eu era uma criança, e era-o de facto, mas a pouco e pouco aprendi a conhecer o terreno não sem uma triste aprendizagem e desde há quatro ou cinco anos, sobretudo, tenho a felicidade de encontrar algumas simpatias entre os portugueses, normalmente tão pouco benignos para os que não nasceram neste belo país.

No mês de setembro de 1836 ocorreu a famosa revolução de setembro conduzida pela oposição ao ministério Terceira. Sabemos que a rainha foi obrigada a jurar a antiga Constituição de 1820 [*sic*], depois de a Carta de D. Pedro ter sido suprimida. Se a Corte e sobretudo os seus conselheiros // [8.^a pág.] tivessem tido então o bom senso de dar livre curso aos acontecimentos e principalmente dar tempo aos homens de se desgastarem, os alicerces da revolução de setembro, edificada em bases tão pouco sólidas, em pouco tempo ruiriam, arrastando nos escombros as grandes personagens deste drama. Não foi assim pelos pareceres e instâncias do ministro de Inglaterra,

lorde Howard de Walden, e da Bélgica, Sr. Sylvan de Van de Weyer. A corte tomou a triste e funesta decisão de fazer um golpe de Estado, de se mudar clandestinamente, às ocultas até dos membros dos séquitos, para o palácio de Belém e aí proclamar a Carta. Os apoiantes e forças prometidos não chegaram, como quase sempre acontece, o plano falhou, regressou-se ao palácio das Necessidades entre duas alas de guardas nacionais num horrível estado terrível de exaltação, comprometeram-se pessoas e, o que é pior, dando novas forças a um partido já exaurido e quase desejoso de se retirar. A ação do governo setembrista sob os auspícios de Manuel da Silva Passos e todos os seus desvarios e ridículos são conhecidos. No entanto, não devo deixar de testemunhar que Passos Manuel nunca // [9.^a pág.] foi cruel nem vingativo no meio dos seus sucessos e que, com má vontade, poderia ter feito muito mais mal do que fez.

A Constituição de 38 parecia nesse tempo a muitas pessoas uma espécie de trégua entre os partidos; e de facto esta Constituição, que tinha, no entanto, para aqueles que não cedem à força das circunstâncias, o mal de emanar por assim dizer, do povo, parecia-me feita de modo que contentasse os espíritos razoáveis. Tinha duas câmaras, uma de deputados e o senado. Esta última sempre me pareceu uma instituição mais adaptada aos hábitos e às condições do país, do que uma câmara de pares hereditários. Penso que um senado eleito é muito mais satisfatório para o trono do que um pariato hereditário cuja descendência tem de se suportar, agrade ou não, e que muitas vezes assume facetas muito mais incómodas do que um deputado da extrema-esquerda. Já passou o tempo em que só o nome de príncipe ou de nobre nos fazia grandes e respeitados; as loucuras de príncipes e a insolência dos grandes fizeram ver à humanidade que só se é grande e nobre pelo coração, pelo saber e pelos sentimentos. Logo, o pariato sem instrução e sem riqueza para colmatar este defeito é um absurdo // [10.^a pág.] que muitas vezes pode tornar-se fatal. A Constituição de 38 durou poucos anos, mas esses anos passaram bastante pacificamente e produzia-se na época uma espécie de reconciliação imperceptível entre os partidos que prometia um futuro um pouco mais tranquilo depois de tantas tormentas. O destino sempre invejoso dos que gozam um pouco de descanso acendeu na sociedade portuguesa, então bastante tranquila e resignada, um novo facho de guerra; o instrumento deste golpe fatal foi o conde de Tomar, então António Bernardo da Costa Cabral. Diremos adiante algumas palavras mais pormenorizadas sobre esta personagem, conhecida em toda a Europa de hoje. Para voltar ao triste fim da Constituição de 38, direi que não se deve pensar que na época a que nos referimos as sim-

patias pela Carta de D. Pedro estivessem totalmente extintas; pelo contrário, havia muitos, especialmente entre os militares, que tinham lutado por ela e pela rainha, cujo coração sangrava ao vê-la destruída por um acaso infeliz. Este sentimento, de resto louvável, tornou-se funesto para o país, porque tudo o que não se faz legalmente, mais cedo ou mais tarde acarreta maus frutos. Estou convencido de que se não tivessem precipitado as coisas que ainda não estavam maduras, regressar-se-ia gradualmente // [11.^a pág.] à Carta pelas próprias Câmaras, restauração, neste caso, desejável e sobretudo legal. A ambição e a paixão quiseram colher os frutos ainda verdes. O conde de Tomar (Costa Cabral), então ministro com os senhores Fonseca Magalhães, Aguiar e conde de Vila Real, desejando, sem dúvida, livrar-se de alguns dos seus colegas que lhe pareciam mais influentes do que ele, pretextou um dia uma viagem de negócios particulares ao Porto; apesar de alguns avisos, os seus colegas deixaram-no partir e dois dias depois souberam que tinha proclamado a Carta no Porto. Este ato de felonía e de ambição de Costa Cabral havia sido previamente combinado com o irmão José Bernardo da Silva Cabral, tão famoso depois com a continuação dos acontecimentos de que fazemos aqui apenas um ligeiro esboço.

Por sistema e porque acreditava ser seu dever agir assim, o trono fez uma oposição leal e franca ao movimento do Porto de que falamos. Não que a rainha não desejasse restaurar a Carta dada por seu pai, mas não era assim que ela e eu a queríamos restabelecida, prevendo já então facilmente todas as tristes consequências desse infeliz acontecimento, o que o futuro demonstrou bem funestamente.

A divisão dos partidos // [12.^a pág.] não se manifestou no início, porque os frutos da ambição, como tudo neste mundo, precisam de tempo para atingir a sua triste maturidade. É gradualmente, mas despercebidas para o homem que pensa, que se preparam as calamidades a vir. Antes de continuar este ligeiro esboço, diga-se aqui uma palavra de justiça para alguém que já não existe. O duque de Palmela foi alheio ao criminoso plano de Costa Cabral e nesta circunstância deu o seu apoio ao trono que, sinceramente, desejava resistir ao que a força queria impor-lhe. O duque de Palmela, um homem que muitas vezes submetia demasiado os factos a si próprio, e sem dúvida com boas intenções, tornou-se pouco depois o protetor e não o antagonista do conde de Tomar e ninguém mais do que ele suplicou ao trono, sempre indisposto, para que perdoasse ao restaurador da Carta. Para ser consequente com o que direi de seguida, confesso aqui que eu próprio sou daqueles que acreditam que muitas vezes é mais político, e sobretudo hu-

mano, reconhecer os factos consumados, e penso que é muitas vezes, quando o trono se aventurou demasiado imprudentemente em ações que não tinha a força de realizar, o único meio de se salvar e de se conservar // [13.^a pág.] viável. Com frequência é um remédio bem triste, mas é sempre melhor manter o que temos, fazendo um pouco de penitência pelos nossos erros políticos, do que abandonar o que está consumado. A frase de Francisco I¹, tão bela numa batalha, será talvez um tanto deslocada nos casos que acabo de mencionar.

¹ «Tout est perdu, fors l'honneur» («Está tudo perdido, menos a honra»), frase atribuída a Francisco I de França quando foi derrotado e aprisionado pelas tropas do imperador Carlos V na Batalha de Pavia, em 1525.

CRONOLOGIA		
ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1815.11.30		Casamento dos pais, o duque Fernando Jorge de Saxe-Coburgo-Saalfeld (1785-1851) e a princesa Maria Antónia Koháry (1797-1862).
1816.10.29		Nascimento em Viena do príncipe Fernando Augusto de Saxe-Coburgo-Saalfeld-Koháry, futuro rei consorte de Portugal.
1817.11.6		Morte de Carlota de Inglaterra, princesa de Gales e esposa do tio Leopoldo de Saxe-Coburgo-Saalfeld.
1818.6.13		Nascimento do irmão Augusto de Saxe-Coburgo-Saalfeld-Koháry.
1818.6.21		Nascimento do primo Ernesto, futuro Ernesto II da Saxónia ducal.
1819.4.4		Nascimento da princesa Maria da Glória de Bragança, futura rainha de Portugal e sua esposa.
1819.5.24		Nascimento da prima Vitória de Hanôver, futura rainha do Reino Unido.
1819.8.26		Nascimento do primo Alberto, futuro príncipe consorte do Reino Unido.
1820.1.23		Morte do tio Eduardo de Hanôver, duque de Kent.
1822.2.4		Nascimento da irmã Vitória de Saxe-Coburgo-Saalfeld Koháry.
1823		Carl Dietz entra ao serviço da família Coburgo-Koháry como professor.
1824.1.31		Nascimento do irmão Leopoldo de Saxe-Coburgo-Saalfeld Koháry.
1826.3.10	Morte do rei D. João VI e reconhecimento do rei D. Pedro IV com regência da irmã D. Isabel Maria.	
1826.4.29		D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional.
1826.5.2		D. Pedro IV abdica do trono português a favor da filha, D. Maria II.
1826.6.27		Morte do avô materno, príncipe Francisco José Koháry.

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1826, novembro		Criação do ducado de Saxe-Coburgo-Gotha. Adoção deste nome pela família.
1826.12.11		Morte da ex-rainha de Portugal Leopoldina de Habsburgo.
1827		Fernando Jorge de Saxe-Coburgo-Gottha e os filhos recebem a nacionalidade húngara.
1828.4.25	Subida ao trono de D. Miguel I.	
1829.8.2		Casamento (por procuração) do imperador Pedro I do Brasil, ex-rei de Portugal, com Amélia de Beauharnais.
1830.1.7	Morte da rainha D. Carlota Joaquina.	
1830.8.9		Luís Filipe de Orleães torna-se rei dos Franceses.
1831.4.7		D. Pedro I abdica do trono imperial do Brasil em favor do filho, D. Pedro II.
1831.7.21		O tio Leopoldo de Saxe-Coburgo-Gottha torna-se rei dos Belgas.
1831.11.16		Morte da avó paterna, Augusta Reuss-Ebersdorf, duquesa de Saxe-Coburgo.
1831.12.1		Nascimento de Maria Amélia de Bragança, meia-irmã de D. Maria II.
1832-1834	Guerra civil entre partidários de D. Miguel I e de D. Maria II.	
1832.8.9		Casamento do tio Leopoldo, rei dos Belgas, com Luísa de Orleães.
1834.5.26	Convenção de Évora Monte que põe fim à guerra civil e dita o exílio de D. Miguel.	
1834.9.18	D. Maria II, com 15 anos, é declarada maior de idade.	
1834.9.20	D. Maria II jura cumprir a Carta Constitucional.	
1834.9.24	Governo do duque de Palmela. Morte de D. Pedro IV.	
1834.12.1	Casamento da rainha D. Maria II com Augusto de Beauharnais (por procuração).	
1835.3.28	Vuvez de D. Maria II.	
1835.5.4	Governo do conde de Linhares.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1835.5.9		Nascimento do primo Leopoldo, futuro Leopoldo II, rei dos Belgas.
1835.5.26	O conde de Lavradio parte em busca de um marido para a rainha.	
1835.5.27	Governo do marquês de Saldanha.	
1835.7.8		Morte da tia Sofia Saxe-Coburgo-Saalfeld.
1835.7.28		O conde do Lavradio escreve ao pai de Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha-Koháry pedindo-o em casamento para a rainha de Portugal.
1835.11.18	Governo de José Jorge Loureiro.	O príncipe Fernando parte para Coburgo, deixando Viena para sempre.
1835.12.1		Aprovação do contrato matrimonial de D. Maria II de Bragança e Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, em Coburgo.
1836.1.1	Casamento (por procuração) de D. Maria II de Bragança e Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha na Sé de Lisboa.	D. Fernando torna-se português e príncipe consorte de Portugal.
1836.2 [entre 1 e 3]		Festividades, em Gotha, comemorando o casamento e a dignidade real de D. Fernando.
1836.2.4		D. Fernando parte de Coburgo para Bruxelas.
1836.2.10		D. Fernando chega a Bruxelas.
1836.2.17	Na Câmara dos Deputados é proposta a extinção do cargo de comando em chefe do exército.	
1836.3.9		D. Fernando parte para Paris.
1836.3.17		D. Fernando chega a Londres.
1836.4.4		D. Fernando parte para Portugal.
1836.4.8	D. Fernando chega a Lisboa e conhece a esposa. A extinção do cargo de comando em chefe do exército é discutida na Câmara dos Deputados.	
1836.4.9	Cerimónia de ratificação do casamento na Sé de Lisboa.	
1836.4.21	Governo do duque da Terceira.	
1836.4.30	Decreto nomeando D. Fernando comandante em chefe do exército.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1836.5.22		Nascimento de Elisa Hensler, futura esposa de D. Fernando.
1836, julho	D. Fernando viaja pelo litoral centro e norte do país. Conhece os mosteiros de Alcobaça e da Batalha.	
1836.9.9	Revolução de Setembro (vintista).	
1836.9.10	Deposição da Carta e do governo. A rainha jura a Constituição de 1822. Governo do conde de Lumiares.	
1836.9.14	D. Fernando perde o comando em chefe do exército.	
1836.11.3-5	Belenzada, tentativa frustrada de restauração da Carta Constitucional.	
1836.11.5	Governo do visconde de Sá da Bandeira.	
1837.1.21	Abertura das Cortes Constituintes.	
1837.3.24		Nascimento do primo Filipe, futuro conde da Flandres.
1837.5.13	«Conspiração das Marnotas» (miguelista).	
1837.6.1	Governo de António Dias de Oliveira. Passos Manuel pede a demissão.	
1837.6.20		A prima Vitória torna-se rainha do Reino Unido.
1837.7.12	«Revolta dos marechais» (cartista).	
1837.7.15		Nascimento de Estefânia de Hohenzolern-Sigmaringen, futura nora e rainha de Portugal.
1837.8.10	Governo do visconde de Sá da Bandeira.	
1837.8.28	Batalha do Chão da Feira.	
1837.9.16	Nascimento do filho D. Pedro de Bragança, futuro rei de Portugal. D. Fernando assume a dignidade de rei consorte e o título de D. Fernando II de Portugal.	
1837.9.18	Batalha de Ruivães.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1837.9.20	Convenção de Chaves que põe fim à «revolta dos marechais».	
1837.10.1	Batizado solene de D. Pedro.	
1838.1.26	D. Pedro é reconhecido em Cortes como herdeiro do trono.	
1838.3.7	Revolta militar em Lisboa. Costa Cabral é nomeado administrador-geral (governador civil) de Lisboa.	
1838.4.4	D. Maria II jura a nova Constituição.	
1838.10.31	Nascimento do filho D. Luís de Bragança, futuro rei de Portugal.	
1838.11.3	D. Fernando compra o antigo Convento de Nossa Senhora da Pena da Serra de Sintra e sua cerca.	
1838.11.14	Batizado solene de D. Luís.	
1839.4.18	Queda do governo de Sá da Bandeira. Ministério do barão da Ribeira de Sabrosa.	
1839, julho-agosto	Visita do pai e irmãos de D. Fernando.	
1839.8.24	Palmerston autoriza os navios ingleses a interceptar os portugueses suspeitos de tráfico negroiro.	
1839.11.26	Governo do conde do Bonfim.	
1840.2.10		Casamento da prima rainha Vitória com o primo Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha.
1840.4.27		Casamento da irmã, Vitória, com Luís de Orleães, duque de Nemours.
1840.6.7		Nascimento da prima Carlota, futura imperatriz do México.
1840.6.22	Começa a publicar-se <i>A Revolução de Setembro</i> .	
1840.8.11	Motins em Lisboa.	
1841-1847	Fase dos principais trabalhos de construção do palácio da Pena.	
1840.10.4	Nascimento da filha D. Maria, já morta.	
1841.5.10	Portugal e a Santa Sé reatam relações diplomáticas.	
1841.6.9	Governo de Joaquim António de Aguiar.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1842	Portugal e Áustria reatam relações diplomáticas.	
1842.1.2	Vitória dos cartistas nas eleições municipais do Porto.	
1842.1.14	Costa Cabral parte para o Porto.	
1842.1.26	A rainha demite Costa Cabral do cargo de ministro da Justiça.	
1842.1.27	Revolução cartista chefiada por Costa Cabral.	
1842.2.7	Governo do duque de Palmela («ministério do Entrudo»).	
1842.2.9	Governo do duque da Terceira.	
1842.2.10	Reposição da Carta Constitucional de 1826 por decreto da rainha.	
1842.2.19	Costa Cabral chega a Lisboa e integra o novo governo (início do primeiro cabralismo).	
1842.3.16	Nascimento do filho D. João de Bragança.	
1842.4.17	Batizado solene de D. João.	
1842.4.28		Nascimento do sobrinho Gastão de Orleães, filho de Vitória, conde de Eu.
1842.5.3		Casamento do primo Ernesto, futuro Ernesto II, com Alexandrina de Baden.
1843.4.20		Casamento do irmão Augusto com Clementina de Orleães, princesa de França.
1843, maio-junho	Visita do pai, irmãos Augusto e Leopoldo e cunhada Clementina.	Casamento de Francisca de Bragança, irmã de D. Maria II, com Francisco de Orleães, príncipe de Joinville. Casamento de Pedro II do Brasil, irmão de D. Maria II, com Teresa de Bourbon-Sicília.
1843.7.21	Nascimento da filha D. Maria Ana de Bragança.	
1843.8.10	Batizado solene de D. Maria Ana.	
1843, outubro	Os reis viajam pelo Alentejo acompanhados de Costa Cabral.	
1844.1.29		Morte do tio Ernesto I Saxe-Coburgo-Gotha, duque soberano.
1844, fevereiro-abril	Revolta de Torres Novas (setembrista).	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1844.3.28		Nascimento do sobrinho Filipe de Saxe-Coburgo-Gotha, filho de Augusto.
1844.4.28		Casamento de Januária de Bragança, irmã de D. Maria II, com Luís de Bourbon-Sicília, conde de Áquila.
1844.7.12		Nascimento do sobrinho Fernando de Orleães, filho de Vitória, duque de Alençon.
1845.2.17	Nascimento da filha D. Antónia de Bragança.	
1845.4.8	Batizado solene de D. Antónia.	
1845.8.9		Nascimento do sobrinho Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, filho de Augusto.
1845, setembro	D. Maria e D. Fernando passam uns dias em Tomar no palácio de Costa Cabral. Este é elevado a conde.	
1845.11.26	Leis da saúde pública.	
1846.2.10		Nascimento da sobrinha Margarida de Orleães, filha de Vitória.
1846.2.16	Entra em vigor a reforma fiscal.	
1846.4.7	Lei concedendo a regência a D. Fernando em caso de morte da rainha e menoridade do filho mais velho.	
1846, abril- -maio	Revolta da Maria da Fonte.	
1846.5.20	Queda dos Cabrais. Governo do duque de Palmela.	
1846.5.21	Revogação das leis da saúde.	
1846.5.22	Revogação da reforma fiscal.	
1846.5.26	Costa Cabral sai do país e instala-se em Espanha.	
1846.7.8		Nascimento da sobrinha Clotilde de Saxe-Coburgo-Gotha, filha de Augusto.
1846.7.19	Remodelação governamental com inclusão de setembristas.	
1846.7.23	Nascimento do filho D. Fernando de Bragança. Saldanha regressa a Portugal.	
1846.8.25	Batizado solene de D. Fernando.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1846.10.5-6	Golpe da Emboscada. Queda de Palmela. Governo do marquês e depois duque de Saldanha.	
1846.10.9	Revolução setembrista no Porto. Constituição, nessa cidade, de uma Junta Provisória do Supremo Governo do Reino. Início de nova guerra civil, a Patuleia.	
1846.10.17	Restabelece-se o comando em chefe do exército na pessoa de D. Fernando.	
1846.10.18		«Casamentos espanhóis», da rainha Isabel II com Francisco de Bourbon, duque de Cádiz, e da infanta Luísa Fernanda com António de Orleães, duque de Montpensier.
1846.11.16	Batalha de Valpaços, com vitória do governo de Lisboa.	
1846, dezembro	Prosseguem os levantamentos miguelistas no Norte iniciados no mês anterior. Começa a publicar-se o <i>Espectro</i> . Chega a Portugal Alexandre Mensdorff-Pouilly.	
1846.12.22	Batalha de Torres Vedras, com vitória do governo de Lisboa. Mouzinho de Albuquerque morre em combate.	
1847, janeiro	Trinta e dois prisioneiros de Torres Vedras são condenados à deportação para Angola. Alexandre Mensdorff-Pouilly sai de Portugal.	
1847, fevereiro	Os prisioneiros de Torres Vedras partem para o degredo. Regresso de Alexandre Mensdorff-Pouilly.	
1847.3.19	O governo de Lisboa pede a intervenção armada estrangeira.	
1847.4.1	Sá da Bandeira (patuleia) e as suas tropas desembarcam no Algarve, donde prosseguem para norte até Setúbal.	
1847.4.11	Recebem-se em Lisboa as condições da mediação britânica definidas por Palmerston.	
1847.4.20	Dietz abandona Portugal. Meses depois, o visconde da Carreira torna-se preceptor (aio) dos dois infantes mais velhos.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1847.4.25	D. Fernando parte para Setúbal a fim de conferenciar com Sá da Bandeira.	
1847.4.27	D. Fernando aconselha a rainha a aceitar a mediação estrangeira e regressa a Lisboa.	
1847.5.19	D. Fernando escreve aos primos rainha Vitória e príncipe Alberto apelando a uma pronta intervenção inglesa para que seja possível pacificar o país.	
1847.5.21		Assinatura do Protocolo de Londres pela Inglaterra, França e Espanha, estabelecendo as condições da intervenção armada em Portugal.
1847.6.29	Convenção de Gramido que põe termo à guerra civil da Patuleia.	
1847.8.27	Costa Cabral regressa a Portugal.	
1847, outubro	Visita da rainha-viúva de Inglaterra, Adelaide de Saxe-Meiningen.	
1847.10.16		Nascimento de Maria Pia de Saboia, futura nora e rainha de Portugal.
1847.11.4	Nascimento do filho D. Augusto de Bragança.	
1847.12.2	Batizado solene de D. Augusto.	
1848, fevereiro		Revolução em Paris. Queda dos Orleães e instauração da república. As revoltas populares alastram a grande parte da Europa.
1848, julho	Manuel Moreira Coelho assume a função de coadjutor do visconde da Carreira. Será o preceptor dos infantes D. João, D. Fernando e D. Augusto.	
1848.10.23		Nascimento da sobrinha Amélia de Saxe-Coburgo-Gotha, filha de Augusto.
1848.12.20		Luís Napoleão Bonaparte é eleito presidente da República Francesa.
1849.5.7	Nascimento do infante D. Leopoldo, já morto.	
1849.6.19	Governo do conde de Tomar (Costa Cabral). Início do segundo cabralismo.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1849.7.28	Carlos Alberto de Saboia, ex-rei da Sardenha, morre no Porto.	
1849.11.20	Rebenta o escândalo «do caleche» de Costa Cabral.	
1850.1.28	Rebenta o escândalo do <i>affidavit</i> de Costa Cabral.	
1850, fevereiro-março	Represálias de Costa Cabral sobre Saldanha. Visita dos cunhados Francisca de Bragança e Francisco de Orleães, príncipes de Joinville.	
1850, maio	Visita de Maximiliano de Beauharnais, conde de Leuchtenberg.	
1850.10.11		Morte da tia Luísa de Orleães, rainha dos Belgas.
1850.10.12	Morte do duque de Palmela.	
1850.12.30	Rebenta o escândalo do arrendamento do Alfeite a Costa Cabral.	
1851.2.3	Nascimento da infanta D. Maria, já morta.	
1851, março	A polémica do caso do Alfeite atinge o auge.	
1851.4.7	Saldanha sai de Lisboa e inicia a revolta da Regeneração.	
1851.4.9	D. Fernando sai de Lisboa, comandando o exército contra os sublevados.	
1851.4.10-16	D. Fernando estaciona em Santarém.	
1851.4.20	D. Fernando chega a Coimbra.	
1851.4.21	D. Fernando recebe uma deputação coimbrã que solicita a demissão de Costa Cabral. O rei escreve à rainha e a Costa Cabral pedindo-lhe que se demitisse.	
1851.4.24	Sublevação militar do Porto, aderindo à revolta de Saldanha.	
1851.4.26	A rainha assina o decreto que exonera Costa Cabral do governo. O duque da Terceira é nomeado chefe do governo.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1851.4.27	Saldanha é recebido triunfalmente no Porto e a maior parte do exército de D. Fernando, em Coimbra, abandona-o, seguindo para o Porto.	
1851.4.28	D. Fernando e as tropas que lhe restavam saem de Coimbra, iniciando a retirada.	
1851.5.1	Ministério transitório de Saldanha. <i>A Revolução de Setembro</i> pede a abdicação da rainha a favor de D. Pedro.	
1851.5.3	D. Fernando chega a Lisboa. <i>A Revolução de Setembro</i> volta a pedir a abdicação da rainha.	
1851.5.7	D. Fernando pede a exoneração do cargo de comandante em chefe do exército, que não mais veio a assumir.	
1851.5.15	Saldanha chega a Lisboa, onde é recebido triunfalmente.	
1851, maio-junho	Visita do irmão Augusto, mulher e filhos.	Doença do pai.
1851.7.7	Remodelação governamental. Fontes Pereira de Melo entra no governo.	
1851.8.27		Morte do pai, o duque Fernando Jorge de Saxe-Coburgo-Gotha.
1851, outubro	D. Maria II sofre um aborto espontâneo.	
1852, janeiro		Luís Napoleão Bonaparte confisca os bens dos Orleães.
1852, fevereiro-março	Visita do irmão Leopoldo.	
1852.4.15	Os reis e os dois filhos mais velhos iniciam uma viagem pelo litoral centro e norte do país.	
1852.6.2	Regresso da família real a Lisboa.	
1852.6.28		Morte do tio Emanuel Mensdorff-Pouilly.
1852.7.5	Aprovação do 1.º Ato Adicional da Carta Constitucional.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1852.8.30	Cria-se o ministério das Obras Públicas, que é confiado a Fontes Pereira de Melo.	
1852.12.2		Luís Napoleão Bonaparte torna-se o imperador Napoleão III.
1853, fevereiro	Visita do irmão Augusto.	
1853.2.4	Morte da princesa Maria Amélia de Bragança, meia-irmã de D. Maria II, no Funchal.	
1853.5.11	D. Amélia de Beauharnais chega a Lisboa com o corpo da filha.	
1853.5.12	Funeral da princesa Maria Amélia de Bragança.	
1853.11.14	D. Maria II entra em trabalho de parto.	
1853.11.15	Nascimento do infante D. Eugénio, já morto. Morte da rainha D. Maria II. Sucede-lhe o filho D. Pedro V. O rei viúvo, D. Fernando II, assume a regência.	
1853.11.19	Funeral da rainha D. Maria II.	
1854		Defende-se, tanto em França como na Inglaterra, a entrega da Coroa de Espanha a um membro da família real portuguesa. O projeto só morreu em 1870.
1854.1.17		Morte da avó materna, Maria Antónia de Waldstein-Wartenberg, princesa Koháry.
1854, fevereiro	Visita do irmão Leopoldo.	
1854.5.28	D. Pedro V e D. Luís partem de Lisboa em viagem pela Europa.	
1854.9.15	D. Pedro e D. Luís chegam a Lisboa, mas só desembarcam dois dias depois, sujeitando-se à quarentena.	
1855	Epidemia de cólera.	
1855, janeiro	Visita do irmão Augusto.	
1855.5.20	D. Pedro V e D. Luís partem de Lisboa em segunda viagem pela Europa.	
1855.8.14	Regresso de D. Pedro V e D. Luís.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1855.9.16	Aclamação de D. Pedro V, ao completar 18 anos. Fim da regência de D. Fernando.	
1856	Epidemia de cólera.	
1856.4.14	D. Fernando parte em viagem pelo Sul de Espanha e Norte de África.	
1856.5.20		D. Fernando desembarca em Tânger.
1856.5.25		D. Fernando volta à Península.
1856.6.6	D. Fernando regressa a Portugal. Governo do marquês de Loulé.	
1856.9.5	Morte de José da Silva Carvalho.	
1856.11.13		Morte do primo Carlos Leiningen.
1857	Epidemia de febre-amarela em Lisboa.	
1857.1.30		O príncipe Alberto sugere a D. Pedro V que case com Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen.
1857, maio	D. Pedro pede ao príncipe Alberto que encete em segredo as negociações matrimoniais.	
1857.6.14	O Parlamento aprova a dotação da futura rainha no valor de 60 contos anuais. O nome de Estefânia não é mencionado.	
1857.6.22		Morte da infanta D. Ana de Jesus de Bragança, em Roma.
1857.10.28		Nascimento da sobrinha Branca de Orleães, filha de Vitória.
1857.11.10		Morte da irmã Vitória, princesa de Saxe-Coburgo-Gotha e duquesa de Nemours.
1857.12.8		Assinatura em Berlim do contrato matrimonial de Estefânia e D. Pedro V.
1858	Graves controvérsias decorrentes do ultimato francês e da presença das Irmãs de Caridade.	
1858.4.17	O príncipe Jorge da Saxónia pede a mão da infanta D. Maria Ana, em Lisboa.	
1858.4.29		Casamento por procuração, em Berlim, de Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen e D. Pedro V. Estefânia torna-se rainha de Portugal.

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1858.05.11	Morte de Rodrigo da Fonseca Magalhães.	
1858.5.17	A rainha D. Estefânia chega a Lisboa e conhece o marido. Acompanha-a o irmão, príncipe Leopoldo.	
1858.5.18	Ratificação do casamento dos reis de Portugal na Igreja de São Domingos.	
1858.6.19	Partida do príncipe Leopoldo de Hohenzollern.	
1859.3.16	Governo do duque da Terceira.	
1859.5.11	Casamento da infanta D. Maria Ana com o príncipe Jorge da Saxónia.	
1859.5.14	D. Maria Ana sai de Portugal, para sempre. D. Luís acompanhou-a na viagem.	
1859, junho	O príncipe de Gales, futuro Eduardo VII, visita Lisboa.	Vítor Manuel II e Napoleão III conquistam a Lombardia à Áustria.
1859.7.8	D. Estefânia adocece.	
1859.7.14	Regresso de D. Luís.	
1859.7.17	Morte da rainha D. Estefânia.	
1859.7.20	Funeral de D. Estefânia.	
1859.9.14	D. Luís embarca para Tânger, donde regressou a 21.	
1859.10.8	Estreia em Portugal, no Porto, de Elisa Hensler.	
1859.11.23	Chega a Lisboa Leopoldo de Hohenzollern, irmão da rainha defunta.	
1859.12.31	Partida de Leopoldo de Hohenzollern.	
1860.4.15	Data provável em que D. Fernando conhece Elisa Hensler.	
1860.4.26	Morte do duque da Terceira.	
1860.5.1	Governo de Joaquim António de Aguiar.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1860.6.19		Nascimento da neta Maria, filha de D. Maria Ana.
1860.7.4	Governo do marquês de Loulé.	
1860.8.1	Partida de D. Luís para Angola.	
1860.10.12		Nascimento do sobrinho Francisco, filho natural de Leopoldo.
1860.10.15	Regresso de D. Luís.	
1860.11.18	D. Pedro V, D. Luís e D. João viajam até ao Porto.	
1860.11.30	O rei e os irmãos regressam a Lisboa.	
1860, dezembro	O príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen pede a mão da infanta D. Antónia, em Lisboa.	
1861.2.26		Nascimento do sobrinho Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, filho de Augusto, e futuro czar da Bulgária.
1861.3.2		Morte da neta Maria, filha de D. Maria Ana.
1861.3.16		Morte da tia Vitória Saxe-Coburgo-Saalfeld, duquesa de Kent.
1861.3.17		Vítor Manuel torna-se rei de Itália e unifica o país, faltando ainda Roma (sob o domínio do papa) e Veneza (sob o domínio do imperador austríaco).
1861.4.12		Início da guerra civil americana.
1861.4.15	Viagem de D. Luís à Madeira e a Gibraltar.	
1861.4.23		Casamento do irmão Leopoldo com Constância Geiger e perfilhação do filho.
1861.5.13	Regresso de D. Luís.	
1861.8.2	D. Luís vai a Southampton buscar Leopoldo de Hohenzollern.	
1861.8.26	Chegam a Lisboa D. Luís e o príncipe Leopoldo. D. Pedro V estava no Porto, donde regressou, por mar, a 5 de setembro.	
1861.9.12	Casamento da infanta D. Antónia de Bragança com o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1861.9.18	Partida de D. Antónia e marido. D. Luís e D. João acompanham-nos.	
1861.9.29	D. Pedro e os irmãos D. Fernando e D. Augusto vão para Vila Viçosa.	
1861.10.6	Os infantes D. Fernando e D. Augusto regressam a Lisboa.	
1861.10.12	D. Pedro regressa a Lisboa.	
1861.10.15	D. Fernando e D. Augusto sentem-se doentes.	
1861.11.1	Os dois infantes melhoram e acredita-se que estão fora de perigo.	
1861.11.6	Morte do infante D. Fernando de Bragança, com 15 anos. D. Luís e D. João estavam em Paris e no dia seguinte chegam a Londres.	
1861.11.8	Funeral do infante D. Fernando.	
1861.11.9	O estado de D. Pedro V é muito grave.	
1861.11.11	Morte de D. Pedro V, rei de Portugal, com 24 anos. D. Augusto continua muito doente.	
1861.11.11-14	Segunda regência de D. Fernando.	
1861.11.14	D. Luís, agora rei, e D. João, agora príncipe herdeiro, regressam a Portugal.	
1861.11.16	Funeral de D. Pedro V.	
1861.12.9	D. João sente-se indisposto.	
1861.12.14		Morte do primo Alberto, príncipe consorte do Reino Unido.
1861.12.22	Aclamação de D. Luís. D. João em grande perigo. Exposição do marquês de Sá da Bandeira, aconselhando o casamento de D. Luís com a princesa Maria Pia de Saboia.	
1861.12.25	Tumultos. D. Luís abandona o palácio das Necessidades.	
1861.12.27	Morte do infante D. João de Bragança, com 19 anos.	
1861.12.30	O corpo de D. João é depositado nos Jerónimos.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1862.1.16	Morte de Manuel da Silva Passos (Passos Manuel).	
1862.1.27	D. Fernando cede a D. Luís a herança de D. Pedro V.	
1862.2.14		Nascimento da neta Isabel, filha de D. Maria Ana.
1862.3.12	D. Augusto está livre de perigo e só agora sabe das mortes de D. Pedro e D. João.	
1862.3.25		A rainha Vitória de Inglaterra desaconselha o casamento de D. Luís na Casa de Saboia.
1862.4.16	D. Luís passa a residir no palácio da Ajuda.	
1862.5.26	A infanta D. Isabel Maria parte para Roma.	
1862.6.17-18	A dotação da futura rainha é aprovada nas câmaras dos Pares e dos Deputados. O nome não é mencionado.	
1862.6.18	D. Luís pede em casamento Maria Pia de Saboia, filha do rei Vítor Manuel II de Itália.	
1862.7.28	Regresso da infanta D. Isabel Maria.	
1862.8.9		Assinatura em Turim do contrato matrimonial de Maria Pia e D. Luís I.
1862.9.4	D. Luís anuncia oficialmente às cortes o seu casamento.	
1862.9.12		
1862.9.22		Bismarck assume o cargo de chanceler da Prússia.
1862.9.25		Morte da mãe, princesa Maria Antónia Koháry e duquesa de Saxe-Coburgo-Gotha.
1862.9.27		Casamento por procuração, em Turim, de Maria Pia de Saboia com o rei D. Luís I. Maria Pia torna-se rainha de Portugal.
1862.10.5	A rainha D. Maria Pia chega a Lisboa e conhece o marido. Acompanha-a o irmão, príncipe Humberto.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1862.10.6	Ratificação do casamento dos reis de Portugal na Igreja de São Domingos.	
1862.10.17	Passam por Lisboa Clotilde de Saboia e o marido, o príncipe Napoleão Jerónimo.	
1862.11.4	Morte de José Estêvão de Magalhães.	
1862.11.5	Partida do príncipe Humberto de Saboia.	
1862, dezembro	D. Fernando recusa o trono da Grécia.	
1863.3.3	Nova viagem da infanta D. Isabel Maria a Roma.	
1863.3.19		Nascimento da neta Matilde, filha de D. Maria Ana.
1863.5.2	D. Fernando parte em viagem pela Europa. Elisa Hensler acompanha-o às ocultas.	
1863, maio-setembro		D. Fernando viaja por Espanha, França, Itália, Veneza austríaca, Suíça, Baviera, Saxónia ducal, sul da Prússia, Saxónia real e Bélgica.
1863.5.18		Morte da neta Isabel, filha de D. Maria Ana. D. Fernando encontrava-se em Madrid.
1863.5.19	Abolição das capelas e morgadios, com exceção do da Casa de Bragança.	
1863.9.28	Nascimento do neto Carlos Fernando de Bragança, futuro rei. D. Fernando está ausente.	
1863.10.1	D. Fernando regressa a Lisboa.	
1863.10.6	A imperatriz Eugénia (esposa de Napoleão III) desembarca em Lisboa.	
1863.10.11	Chegam a Lisboa Amadeu de Saboia e Eugénio de Saboia-Carignano.	
1863.10.19	Batizado solene do neto D. Carlos.	
1863.11.12	Morte de José da Silva Passos (Passos José).	
1863.11.18	D. Luís e D. Maria Pia iniciam uma viagem ao Norte.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1863.12.10	D. Luís e D. Maria Pia regressam a Lisboa.	
1864	Abertura do caminho de ferro até Vilar Formoso; a linha do Norte chega a Gaia e a do Sul a Beja. Fundação do <i>Diário de Notícias</i> .	A capital de Itália passa de Turim para Florença. Pio IX publica o <i>Syllabus</i> .
1864.2.11	D. Carlos é reconhecido pelas Cortes como sucessor do trono.	
1864.3.7		Nascimento do neto Guilherme, filho de D. Antónia.
1864.4.28	Tumultos em Coimbra com vivas a D. Miguel (Rolinada).	
1864.6.12		Maximiliano de Habsburgo e Carlota de Saxe-Coburgo-Gotha, seus primos, tornam-se imperadores do México.
1864.10.8	Trasladação do corpo do infante D. João dos Jerónimos para o panteão real de São Vicente.	
1864.10.15		O seu sobrinho Gastão de Orléães casa com D. Isabel de Bragança, princesa herdeira do Brasil, sua sobrinha por afinidade.
1865.4.9		Fim da guerra civil americana.
1865.4.17	Governo do marquês de Sá da Bandeira.	
1865.5.1	Inauguração da estação de Santa Apolónia.	
1865.5.25		Nascimento do neto Frederico Augusto, filho de D. Maria Ana, futuro rei.
1865.7.31	Nascimento do neto Afonso Henriques de Bragança.	
1865.8.24		Nascimento do neto Fernando, filho de D. Antónia, futuro rei.
1865.9.4	Governo de Joaquim António de Aguiar.	
1865.9.18	Inauguração, no Porto, da Exposição Industrial Internacional e do Palácio de Cristal, que a albergou. Presença dos dois reis e da rainha.	
1865.9.27	Batizado solene de D. Afonso.	
1865.10.3	D. Luís, D. Maria Pia e o príncipe D. Carlos partem em viagem pelo estrangeiro. Terceira regência de D. Fernando II.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1865.11.22		A família real portuguesa chega a Florença, capital de Itália, depois de ter estado em Paris, Bruxelas, Dresden e, durante um mês, em Turim.
1865.12.10		Morte do tio Leopoldo Saxe-Coburgo-Gotha, rei dos Belgas.
1865.12.30	A família real portuguesa regressa a Lisboa. Fim da regência de D. Fernando.	
1866.1.22		Morte de Otão de Saboia, irmão da rainha de Portugal.
1866, junho-julho		Guerra entre a Itália e a Áustria. Veneza e o seu território passam ao reino de Itália.
1866.11.14		Morte de D. Miguel, ex-rei de Portugal.
1866.11.27	D. Maria Pia sofre um aborto.	
1866.12.11	Isabel II, rainha de Espanha, chega a Lisboa.	
1867.2.25	Abolição da pena de morte.	
1867.5.4	Maria Pia parte para Madrid e Paris com destino a Itália. Provavelmente em depressão.	
1867.5.31		Nascimento da neta Maria Josefa, filha de D. Maria Ana.
1867.6.19		Morte por fuzilamento do imperador do México.
1867.7.1	Aprovação do Código Civil.	
1867.7.3	D. Luís parte para o estrangeiro a reunir-se à rainha. Quarta e última regência de D. Fernando II.	
1867.8.11		Os reis de Portugal, D. Luís e D. Maria Pia, partem de Paris para Portugal.
1868.1.4	Governo do conde de Ávila.	
1868.4.12	D. Maria Pia e D. Carlos partem para Itália e Ems.	
1868.7.2	D. Maria Pia e D. Carlos chegam a Lisboa.	
1868.7.22	Governo do marquês de Sá da Bandeira.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1868, setembro	Visita do irmão Leopoldo.	Deposição da rainha Isabel II de Espanha. Surgem notícias sobre o interesse de alguns setores espanhóis em D. Luís ou D. Fernando. Defesa da ideia da união ibérica.
1868.9.1		Nascimento do neto Carlos, filho de D. Antónia.
1868.12.1	Comemoração da restauração da independência com fervor inusitado.	
1869, fevereiro	Abolida a escravatura em todos os domínios portugueses.	O governo provisório espanhol aprova o nome de D. Fernando para rei de Espanha.
1869.3.13	D. Fernando pede que seja transmitida a Madrid a sua recusa da Coroa.	
1869.3.25	Morte de José Bernardo da Silva Cabral.	
1869.4.5	D. Fernando insiste em recusar o trono espanhol, ao saber que uma delegação oficial vem convidá-lo.	
1869.6.10	Casamento de D. Fernando com Elisa Hensler, condessa de Edla. Segue-se, durante meses, uma violenta campanha na imprensa de detração dos noivos. A legitimidade da dotação de D. Fernando é questionada.	
1869.6.14	D. Maria Pia parte para Baden e Itália.	
1869.7.10		Nascimento do neto João, filho de D. Maria Ana.
1869.8.11	Governo do duque de Loulé.	
1869.8.20	D. Maria Pia chega a Lisboa.	
1869.9.19		Publica-se em Espanha que D. Luís de Portugal aceitara a Coroa espanhola.
1869.9.26	D. Luís declara publicamente não aceitar a Coroa de Espanha: «Nasci Português, Português quero morrer.»	
1869.10.18		Vítor Manuel II casa religiosamente com Rosa Vercellana.
1870.2.01		Morte do conde do Lavradio.

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1870.4.29	Inauguração do monumento a D. Pedro IV em Lisboa. Presença dos dois reis, rainha e D. Afonso (D. Carlos estava adoentado).	
1870.5.5		O governo espanhol decide insistir com D. Fernando para que aceite a Coroa.
1870.5.12		Napoleão III escreve a D. Luís para convencer o pai a aceitar o trono de Espanha.
1870.5.19	Saldanhada. Governo do duque de Saldanha.	
1870.5.25	D. Luís responde a Napoleão III, reafirmando a recusa do pai em ser rei de Espanha.	
1870.7, antes de 15	D. Fernando aceitou em segredo o trono de Espanha, impondo a independência dos dois países.	
1870.7.15- -1870.8.10	Os espanhóis tentam convencer D. Fernando a prescindir da cláusula que impedia a união ibérica.	
1870.7.19		Início da guerra franco-prussiana desencadeada pela candidatura de Leopoldo de Hohenzollern ao trono de Espanha, entretanto retirada.
1870.8.18	D. Fernando considera a questão espanhola definitivamente encerrada.	
1870.8.29	Governo do marquês de Sá da Bandeira.	
1870, setembro		Derrota da França. Fim do império. Exílio dos Bonapartes. III República Francesa. Fim do reino papal. Roma torna-se capital da Itália totalmente unificada.
1870.10.29	Governo do marquês de Ávila.	
1870.11.16		Amadeu de Saboia é eleito rei de Espanha.
1870.11.17		Nascimento do neto Maximiliano, filho de D. Maria Ana.
1871	Continua, vigorosa, a campanha na imprensa contra D. Fernando, «o marido da cómica», e a esposa, a «rainha dos calcanhares».	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1871.1.18		O rei Guilherme I da Prússia é proclamado imperador da Alemanha unificada (II Reich).
1871.2.14		Morte do primo Alexandre Mensdorff.
1871.3.18		Revolução em Paris. Insurreição da Comuna.
1871, maio	Ramalho Ortigão e Eça de Queirós começam a publicar <i>As farpas</i> .	
1871.6.12	Chegam a Lisboa os imperadores do Brasil. D. Fernando e D. Pedro, cunhados e correspondentes de longa data, conhecem-se pessoalmente.	
1871, setembro	Revolta da guarnição militar de Goa que levou ao envio de um batalhão comandado pelo infante D. Augusto. Visita do príncipe Humberto de Saboia.	
1871.9.13	Governo de Fontes Pereira de Melo.	
1872, março	Os imperadores do Brasil voltam a Portugal, na viagem de retorno ao Brasil. D. Augusto regressa da Índia.	
1872.5.19	D. Fernando e a esposa partem em viagem pela Europa.	
1872, maio-junho		D. Fernando e a condessa permanecem em Paris.
1872.6.25	D. Luís e D. Maria Pia partem para o Porto.	D. Fernando e a condessa estão na Boémia (Áustria).
1872.7.19		Amadeu de Espanha é alvo de um atentado em Madrid.
1872.7.22	A Pavorosa, tentativa de golpe.	D. Fernando e a condessa permanecem na Boémia (Áustria). D. Antónia e o marido estão com eles.
1872.7.30		D. Fernando e a condessa partem para Coburgo.
1872.8.24		D. Fernando e a condessa partem de Paris, iniciando a viagem de regresso.
1872.8.29	D. Fernando e a condessa desembarcam em Lisboa.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1873.1.26	Morte de D. Amélia de Beauharnais, duquesa de Bragança e ex-imperatriz do Brasil.	
1873.2.11		Amadeu I abdica do trono espanhol. República espanhola.
1873.2.13	Amadeu, ex-rei de Espanha, chega a Lisboa.	
1873.3.3	Amadeu de Saboia regressa a Itália.	
1874, fevereiro-março	A dotação oficial de D. Fernando é posta em causa na Câmara dos Deputados por já não ser viúvo de D. Maria II. Levada a votação, manteve-se com o mesmo valor.	
1874.5.26	Morte de Joaquim António de Aguiar.	
1874.12.29		Restauração da monarquia espanhola. Sobe ao trono Afonso XII.
1875.1.10	Fundação do Partido Socialista.	
1875.2.25		Nascimento do neto Alberto, filho de D. Maria Ana.
1875.5.22	Morte do duque de Loulé.	
1876.1.6	Morte do marquês de Sá da Bandeira.	
1876.3.25	Fundação do Partido Republicano.	
1876.4.22	Morte da infanta D. Isabel Maria.	
1876.5.1	Chega a Lisboa o príncipe de Gales, futuro Eduardo VII.	
1876.8.18	Sexta-Feira Negra: corrida aos bancos e suspensão dos pagamentos.	
1876.9.7	Fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista, originando o Partido Progressista.	
1876, outubro-dezembro	Chuvas e inundações. D. Maria Pia dirige a comissão de subscrição dos inundados.	
1876.11.21		Morte do duque de Saldanha.
1877, janeiro	As câmaras dos Pares e dos Deputados aprovam votos de reconhecimento à rainha pelo que fez pelos inundados.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1877.3.5	Governo do marquês de Ávila.	
1877, agosto- -setembro	Segunda visita dos imperadores do Brasil a Portugal.	
1877.9.13	Morte de Alexandre Herculano.	
1877.11.3-4	D. Luís, D. Maria Pia e D. Augusto partem para o Porto. Inauguração da ponte ferroviária D. Maria Pia.	
1878	O Partido Progressista desencadeia uma violenta campanha contra a família real.	
1878.1.9		Morte de Vítor Manuel II.
1878.1.12	D. Maria Pia e D. Carlos partem para Itália para o funeral de Vítor Manuel II.	
1878.1.15		O papa tenta impedir que as famílias reais portuguesa e italiana mantenham relações. A rainha chega a Roma com D. Carlos e instalam-se no Quirinal.
1878.1.29	Governo de Fontes Pereira de Melo.	
1878.2.14	A rainha e D. Carlos chegam a Lisboa.	
1878.3.14	D. Carlos, como herdeiro da Coroa, jura perante as duas câmaras cumprir a Constituição.	
1879.2.2	Encontro dos reis de Portugal e de Espanha em Elvas.	
1879.4.5	D. Maria Pia apanha um resfriado.	
1879.4.10	O estado de D. Maria Pia é gravíssimo.	
1879.4.16	D. Maria Pia é considerada livre de perigo.	
1879.6.1	Governo de Anselmo José Braamcamp.	
1879.6.2	Desembarca em Lisboa o príncipe herdeiro da Áustria, Rodolfo de Habsburgo.	
1879.6.12	Começa a publicar-se o <i>António Maria</i> .	
1879.8.24	Início da abertura da Avenida da Liberdade.	

CRONOLOGIA

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1880.4.20	O montante da remuneração de D. Fernando volta a ser questionado na Câmara dos Deputados, mas a proposta de diminuição foi rejeitada.	
1880.6.10	Cortejo do tricentenário de Camões.	
1881, janeiro	Última visita do irmão Leopoldo.	
1881.2.19	Morte do marquês de Fronteira.	
1881.3.8	Aprovação do Tratado de Lourenço Marques. Manifestações de indignação.	
1881.3.25	Governo de António Rodrigues Sampaio.	
1881.5.3	Morte do duque de Ávila.	
1881.7.26		Morte do irmão Augusto, duque de Saxe-Coburgo-Gotha.
1881.10.8		Encontro dos reis de Portugal e Espanha em Cáceres.
1881.11.14	Governo de Fontes Pereira de Melo.	
1881.11.21	Chegam a Lisboa a princesa herdeira do Brasil e o marido.	
1882, janeiro	Visita dos reis de Espanha, Afonso XII e Maria Cristina.	
1882.3.26	D. Carlos toma assento no Conselho de Estado.	
1882.9.13	Morte de António Rodrigues Sampaio.	
1883.5.22	Partida dos reis para Espanha em visita de Estado. D. Carlos, e já não D. Fernando, assume a regência.	
1883.5.31	Regresso do rei.	A rainha fica em Madrid à espera dos filhos.
1883.6.2	D. Carlos e D. Afonso partem para se reunir à mãe e viajar pela Europa.	
1883.6.16	D. Fernando, a condessa de Edla e D. Augusto partem em viagem pela Europa.	
1883.6.19		A viagem de D. Fernando prossegue de Madrid para Paris.

D. FERNANDO II (1816-1885)

ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1883.7.2		D. Fernando, família e séquito partem para Royat (França).
1883, agosto		D. Fernando, família e séquito visitam Ernesto II em Reinhardsbrunn (ducado de Saxe-Coburgo-Gotha), D. Maria Ana em Dresden (Saxónia) e D. Antónia em Sigmaringen (Prússia).
1883.9.6	D. Maria Pia e D. Afonso regressam a Lisboa.	
1883, setembro		D. Fernando, família e séquito instalam-se em Vevey (Suíça) e daí regressam a Paris.
1883.10.6		D. Fernando e acompanhantes iniciam a sua viagem de regresso.
1883.10.13	D. Fernando, a condessa de Edla e D. Augusto regressam a Lisboa.	
1883.12.21	D. Carlos regressa a Lisboa.	
1884.2.5		Morte da filha, a infanta D. Maria Ana, princesa da Saxónia.
1884.5.4	Inauguração da Exposição Agrícola de Lisboa.	
1884.5.17-19	Quermesse a favor das creches, por iniciativa de D. Maria Pia. Presença de toda a família real e da condessa de Edla.	
1884.5.20		Morte do irmão Leopoldo, duque de Saxe-Coburgo-Gotha.
1884.5.28	Inauguração do Jardim Zoológico de Lisboa. Presença da família real e da condessa de Edla.	
1884.9.28	Maioridade de D. Carlos.	
1884, outubro	D. Fernando tem a face esquerda tumefacta.	
1884.12.2	Diagnóstico da condição de D. Fernando: cancro inoperável no céu da boca. A conclusão médica é-lhe ocultada.	
1885.1.13	É redigido o testamento com que D. Fernando vem a morrer.	
1885.3.8	D. Fernando é observado pelo cirurgião Theodor Billroth, que confirma o diagnóstico dos médicos portugueses.	
1885.4.9	Na Câmara dos Deputados discute-se a dotação da Casa Real.	

CRONOLOGIA

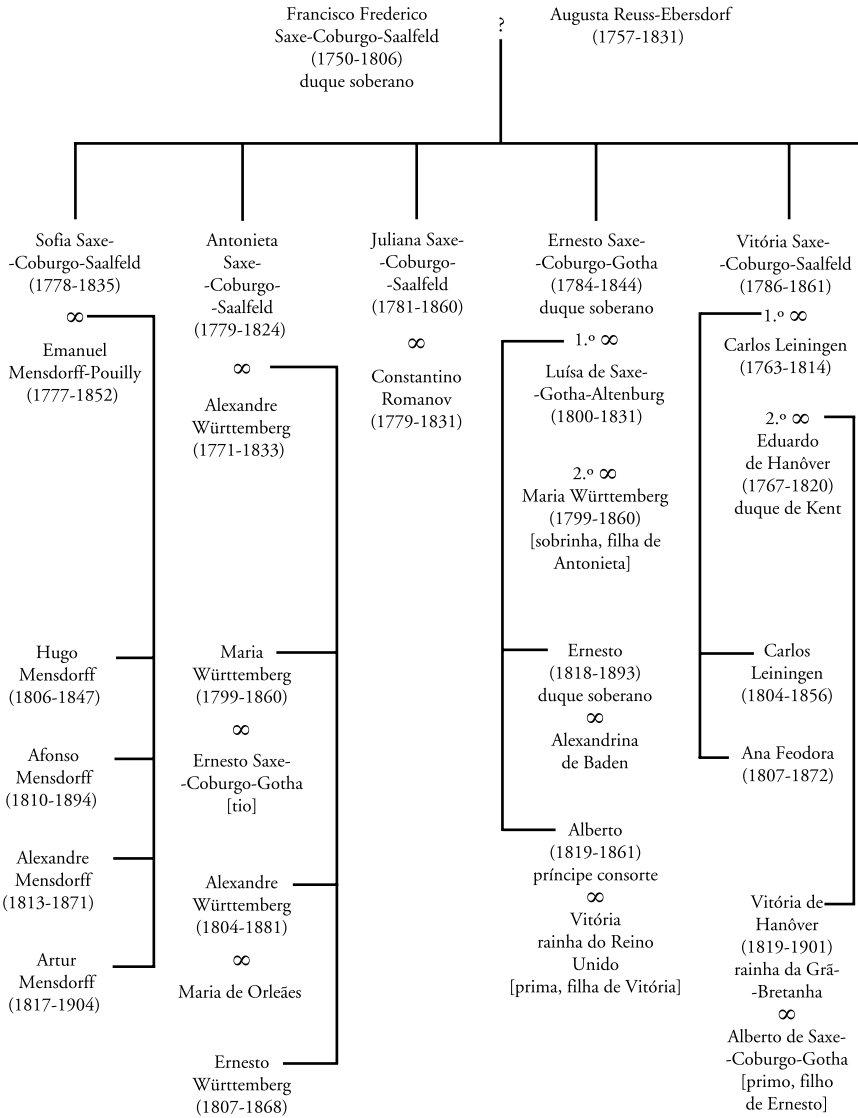
ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1885, maio	Visita do primo Ernesto II.	
1885.9.16	Morte de Anselmo Braamcamp.	
1885.10.29	D. Fernando completa 69 anos e assiste, como habitualmente, à abertura da temporada lírica no Teatro de São Carlos.	
1885.11.25		Morte do rei de Espanha Afonso XII.
1885.12.13	D. Fernando dá uma queda em São Carlos, batendo no chão com a face doente. Recompõe-se e assiste ao resto da ópera.	
1885.12.14	D. Fernando sofre um derrame cerebral e entra em agonia com períodos de lucidez.	
1885.12.15	Morte do rei D. Fernando II, no palácio das Necessidades.	
1885.12.18	O testamento de D. Fernando é publicado nos jornais. Indignação pública.	
1885.12.21	Funeral de D. Fernando II. Sepultado no panteão dos Braganças, em São Vicente de Fora.	
1885, dezembro	Início do processo judicial de inventário dos bens de D. Fernando. Campanha de Emídio Navarro contra a condessa de Edla, considerada autora do testamento.	
1885, dezembro-1892	A condessa de Edla queixa-se e acusa a família real, a aristocracia e a imprensa de a difamar e humilhar.	
1886.6.10		Ernesto II Saxe-Coburgo-Gotha e a esposa, Alexandrina, aconselham a condessa de Edla a oferecer a Pena a D. Carlos, ficando com o usufruto do chalé e jardim e uma renda vitalícia.
1886.7.7	A condessa de Edla responde aos duques de Coburgo, dizendo que seguirá o conselho. Não o fez.	
1889.6.25	Carta de lei autorizando o governo a comprar à condessa de Edla os bens imóveis herdados de D. Fernando II.	
1889.9.26	Morte do infante D. Augusto.	

D. FERNANDO II (1816-1885)

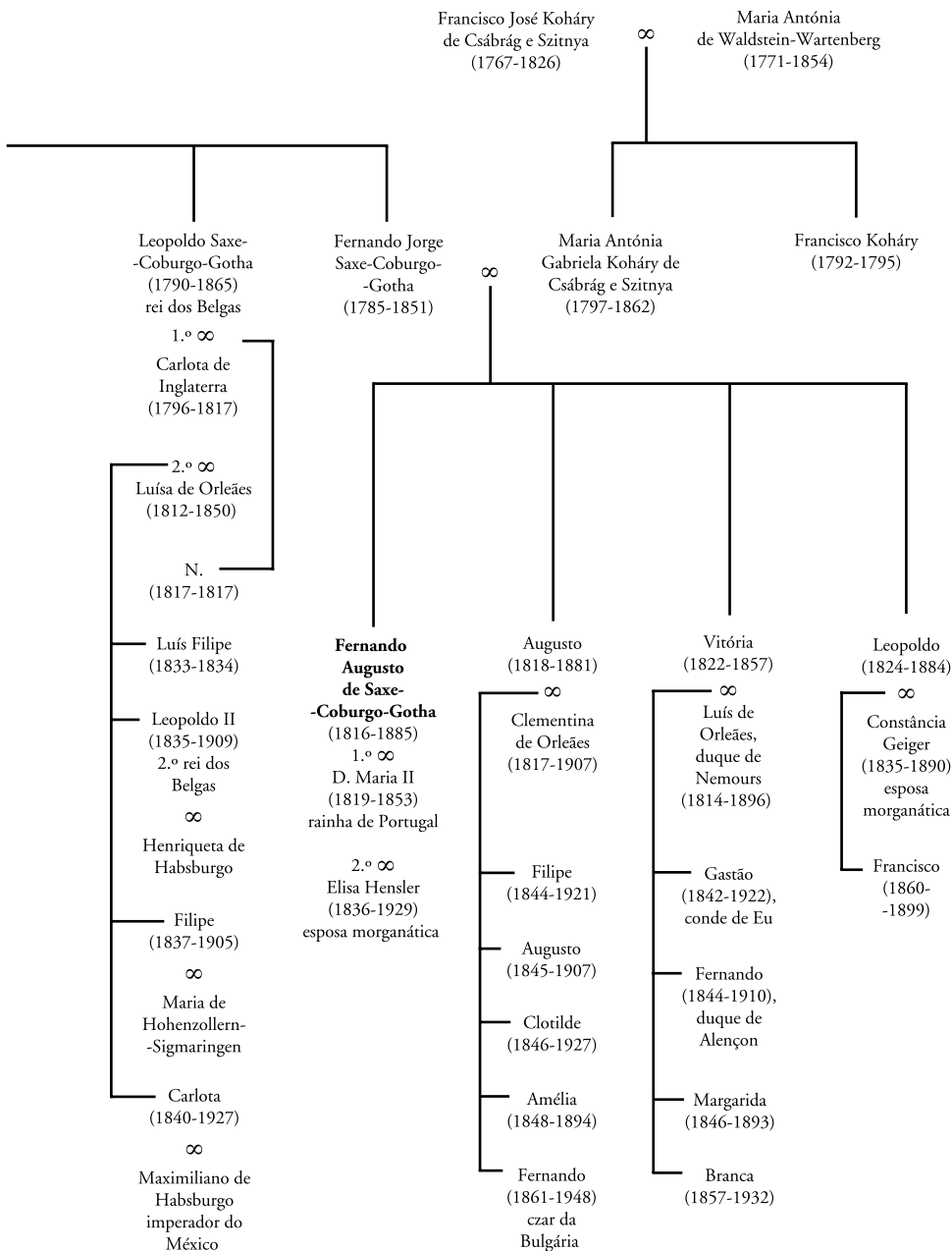
ANO	PORTUGAL	ESTRANGEIRO
1889.10.19	Morte do rei D. Luís I.	
1890.6.12	Os bens imóveis da condessa sitos no concelho de Sintra são comprados pelo Estado, ficando ela com o usufruto dos dois chalés com os seus parques. Tudo o resto fica na posse e para uso da família real.	
1892 e 1893	Leilões públicos de bens móveis de D. Fernando.	
1897	Só em finais deste ano se encerrou o processo de partilhas da herança de D. Fernando II.	

Genealogias

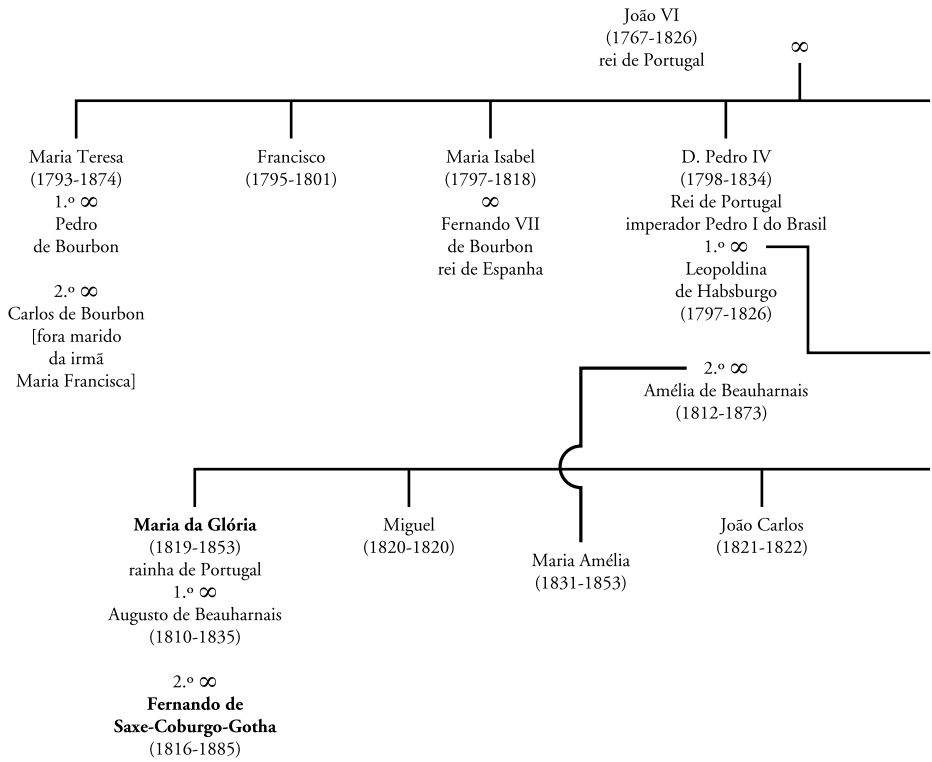
GENEALOGIA I



CASA DE COBURGO



GENEALOGIA II



CASA DE BRAGANÇA

Carlota Joaquina de Bourbon
(1775-1830)
rainha de Portugal

Maria Francisca
(1800-1834)
∞
Carlos
de Bourbon
[segundo marido
da irmã
Maria Teresa]

Isabel Maria
(1801-1876)

Miguel
(1802-1866)
rei de Portugal
∞
Adelaide
Löwenstein

Maria
da Assunção
(1805-1834)

Ana de Jesus
(1806-1857)
∞
Duque
de Loulé, marido
morganático

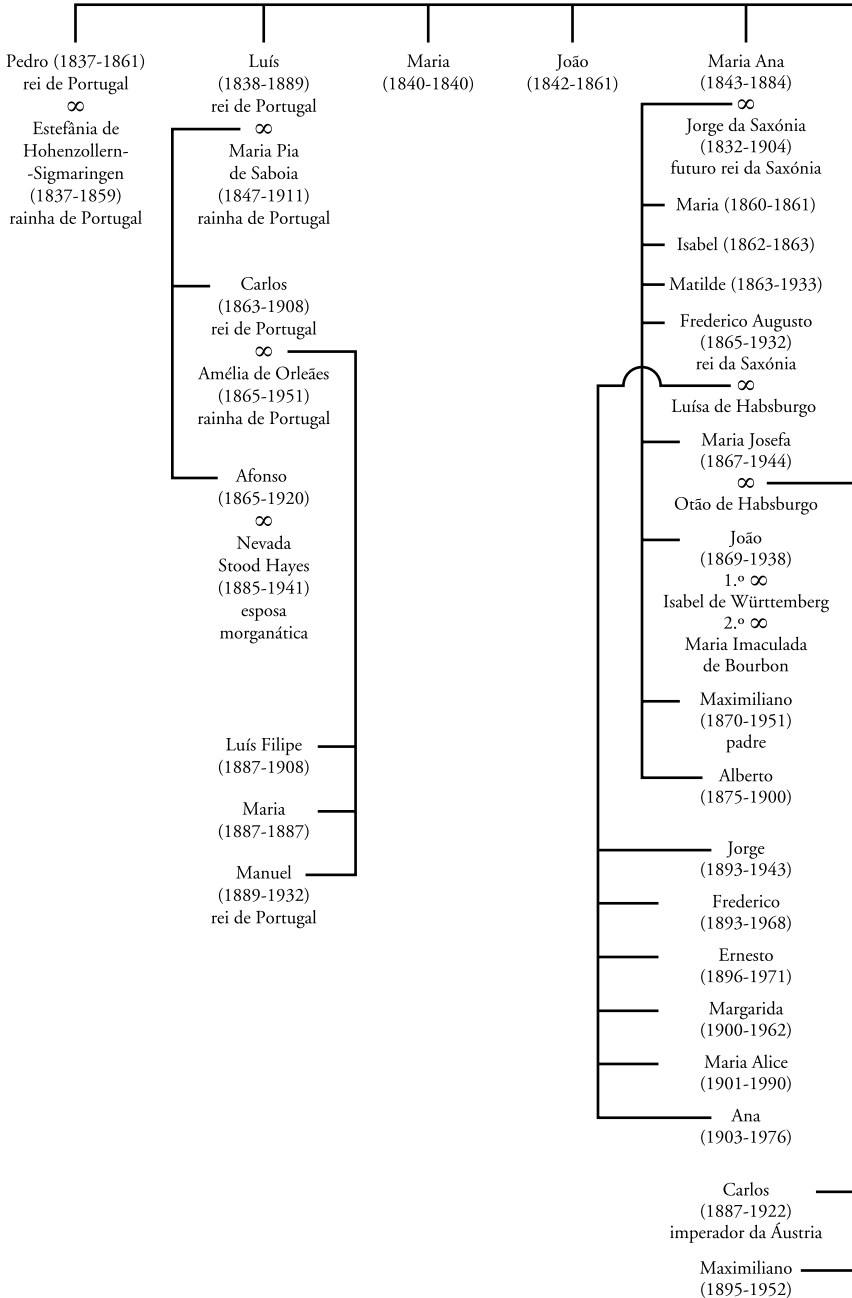
Januária
(1822-1901)
∞
Luís de Bourbon
(1824-1897)
conde de Áquila

Paula
(1823-1833)

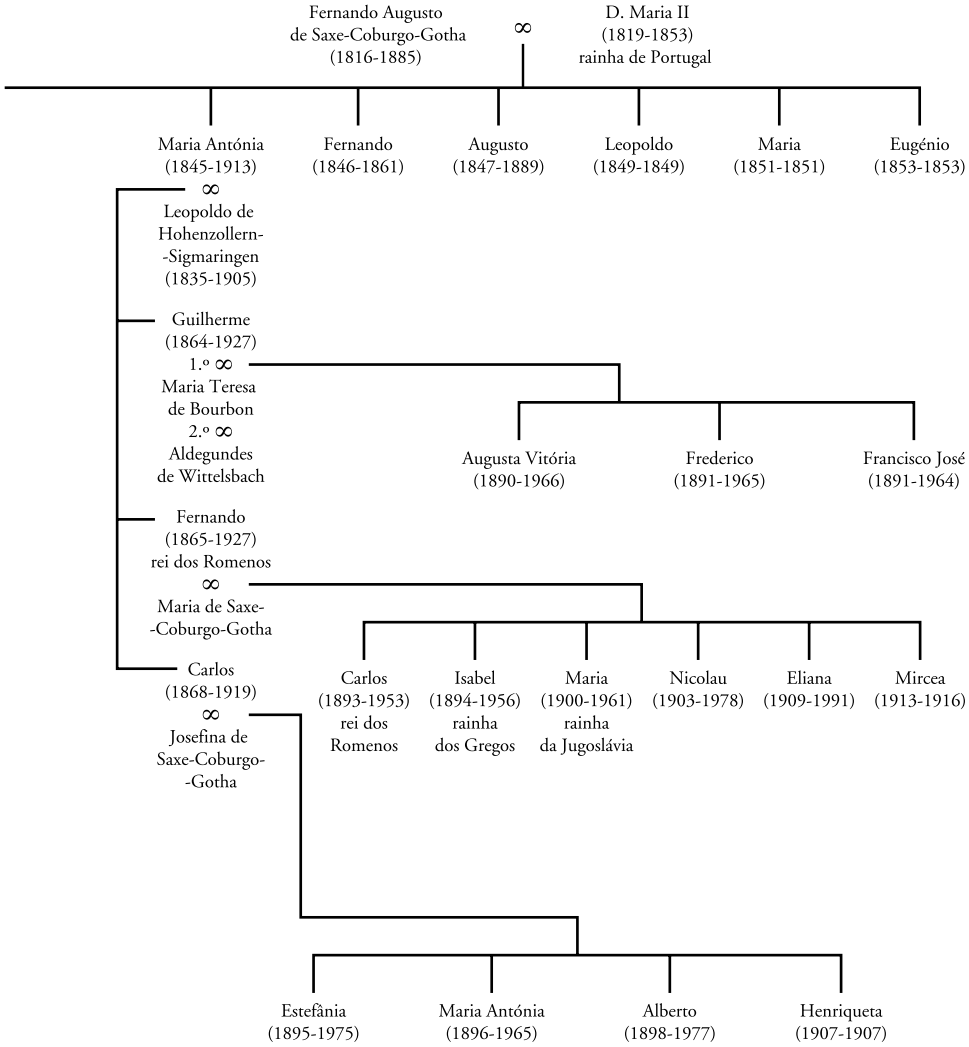
Francisca
(1824-1898)
∞
Francisco
de Orleães
(1818-1900)
príncipe
de Joinville

Pedro
(1825-1891)
segundo imperador do Brasil,
∞
Teresa de Bourbon
(1822-1889)

GENEALOGIA III



DESCENDÊNCIA DE D. FERNANDO E D. MARIA II





Fontes e estudos

Abreviaturas

ADL — Arquivo Distrital de Lisboa
ANTT, ACR — Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Arquivo da Casa Real
APMAL — Arquivo Privado da Autora
BA — Biblioteca da Ajuda
BNP — Biblioteca Nacional de Portugal
cp. — capilha
cx. — caixa
LC — Landesbibliothek Coburg
ms. — manuscrito
RAW — The Royal Archives of Windsor
StACo, KA — Staatsarchiv Coburg Koháry-Archiv
StACo, LA — Staatsarchiv Coburg Landesarchiv
TSG — Thüringisches Staatsarchiv Gotha

Fontes manuscritas

Coburgo, *Landesbibliothek Coburg* (LC)

Manuscritos 477.

Manuscritos 478.

Coburgo, *Staatsarchiv Coburg* (StACo)

Koháry Archiv (KA): 13, 38, 41, 45, 46, 49, 58, 59, 60, 65, 67, 68, 71, 72, 74, 78, 94, 138, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 165, 168, 169, 170, 173, 177, 179, 180, 182, 189, 190, 191, 195, 201, 204, 205, 209, 217, 230, 259, 261, 262, 263, 271, 274, 275, 284, 288, 289.

Landesarchiv (LA): 169, 581, 594, 946, 962, 967, 971, 6130, 6980, 7009, 7514, 8707, 12 756, 12 813.

Coimbra, *Arquivo Privado da Autora* (APMAL)

Carta do duque da Terceira ao marquês de Bemposta e Subsera, 15 de setembro [de 1846].

Cartas do Padre Marcos, esmoler-mor de D. Maria II a Veríssimo Máximo de Almeida, sem data.

Gotha, *Thüringisches Staatsarchiv Gotha* (TSG)

Staatsministerium Abt. Coburg 180, 234, 280, 281, 282, 283, 523.

Lisboa, *Arquivo Distrital de Lisboa* (ADL)

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. B Cível, Inventários orfanológicos: 1770-1999. Inventário orfanológico de D. Fernando II, caixas 1-10, PT/ADLSB/JUD/TCL-SB/B-X/001/00 001, Disponível em <http://digitarq.adlsb.dgarq.gov.pt>. Último acesso em 21.7.2012.

Lisboa, *Arquivos Nacionais da Torre do Tombo* (ANTT)

Arquivo da Casa Real (ACR): caixas 3917, 3918, 3944, 3945, 3979, 3980, 4053, 4084, 4085, 4112, 4175, 4211, 4212, 4278, 4279, 4387, 4388, 4389, 4390, 4391, 4437, 4438, 4495, 4496, 4502, 4503, 4530, 4531, 4559, 4560, 4590, 4591, 4603, 4604, 4628, 4629, 4641, 4642, 4663, 4664, 4676, 4701, 4702, 7231, 7306, 7307, 7311, 7321, 7323, 7324, 7335, 7341, 7342, 7354, 7427, 7429, 7430, 7432, 7433, 7435, 7445, 7450, 7453, 7461.

Lisboa, *Biblioteca da Ajuda* (BA)

51-X-35; 51-XIII-23; 51-XIII-37; 54-V-19; 54-VII-12; 54-VII-19; 54-X-18; 54-X-28; 54-X-31; 54-X-32; 54-XI-3; 54-XI-4; 54-XI-5; 54-XI-6; 54-XI-14; 54-XI-21; 54-XI-22; 54-XI-31; 54-XI-43; 54-XIII-17; 54-XIII-19; 54-XIII-22; 54-XIII-28; 54-XIII-37; 54-XIII-39.

Lisboa, *Biblioteca Nacional de Portugal* (BNP)

Códice 10 780.

Coleções em Organização, caixa 28A.

Manuscritos 143, 148, 149, 160, 174, 223, 226, 243, 246.

Windsor, *The Royal Archives of Windsor* (RAW)

Queen Victoria's Journals, 1836-1840. Manuscrito e transcrição datilografada de lorde Esher disponíveis em <http://www.queenvictoriasjournals.org/>. Consultados entre 20.8.2012 e 30.8.2012.

Fontes publicadas

Actas da Câmara dos Deputados, 1822-1910. Disponíveis em <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cd>. Última consulta em 12.9.2012.

Actas da Câmara dos Pares, 1826-1838; 1842-1910. Disponíveis em <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cp>. Última consulta em 12.9.2012.

Actas da Câmara dos Senadores, 1838-1842. Disponíveis em <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cp>. Última consulta em 12.9.2012.

Actas das Cortes Gerais e Extraordinarias, 1837-1838. Disponíveis em <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.cp>. Última consulta em 12.9.2012.

Almanach de Gotha. Annuaire généalogique, diplomatique et statistique 1887, Gotha, Justus Perthes, 1859-1907.

ALMEIDA, Fialho de, *Os gatos I*, Lisboa, Livraria Clássica, 1919.

ALVIELLA, E. Goblet d', *L'établissement des Cobourg en Portugal. Étude sur les débuts d'une monarchie constitutionnelle*, Paris, Librairie Internationale, 1869.

ANDERSEN, Hans Christian, *Uma visita a Portugal*, Lisboa, Ulmeiro, 2000.

Antonio Maria, O.

- ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida, «Sua Magestade a Rainha Dona Estephania», *Ilustração Popular*, 21, 1866.
- ARAÚJO, Francisco Duarte de Almeida, «Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V», *Ilustração Popular*, 23-24, 1866.
- Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*.
- BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*, vols. v-vi, vii-viii e Apêndice, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- BASTOS, Francisco António Martins, *Memórias para a historia de el-rey fidelissimo o Senhor Dom Pedro V e de seus augustos irmãos, dedicada a sua magestade fidelissima el-rey o Senhor Dom Luiz I*, Lisboa, Typ. Universal, 1863.
- BENALCANFOR, visconde de — ver GUIMARÃES, Ricardo.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, com uma introdução de Ruben Andresen Leitão, Porto, Portucalense Editora, 1945.
- BRAGANÇA, Pedro de, «Cartas de D. Pedro V ao imperador do Brasil, apresentação, estudo e notas de Ruben Andresen Leitão», *Ocidente. Revista Portuguesa Mensal*, vol. LXXV, n.ºs 363-368, 1986, pp. 1-78.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Cartas de D. Pedro V ao príncipe Alberto*, tradução e estudo de Ruben Andresen Leitão, Lisboa, Fundação Casa de Bragança/Portugália, 1954.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*, apresentação, estudo e notas de Ruben Andresen Leitão, Lisboa, Livraria Portugal, 1961.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Cartas inéditas d'el-rei D. Pedro V*, prefácio e notas de Mendes dos Remédios, Coimbra, França Amado, 1903.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, 5 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1923-1930.
- BRAGANÇA, Pedro de, *Inéditos de D. Pedro V dos arquivos reais de Windsor*, apresentação, estudo e notas de Ruben Andresen Leitão, Lisboa, s.n., 1966.
- BRAGANÇA, Pedro, imperador do Brasil, «Carta de D. Pedro II, imperador do Brasil, ao rei D. Fernando II», com introd. de Francisco Alberto Fortunato Queirós, *Revista da Faculdade de Letras — História*, II Série, 2, 1985, pp. 217-234.
- BRAGANÇA, Pedro de; SAXE-COBURGO-GOTHA, Alberto, *Correspondência entre D. Pedro V e o seu tio o príncipe Alberto*, organização, prefácio e notas de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Quetzal, 2000.
- BRAMÃO, Alberto, *Últimas recordações*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- BREYNER, Thomaz de Mello, *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner 4.º conde de Mafra, 1869-1880*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1930.
- BREYNER, Thomaz de Mello, *Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner 4.º conde de Mafra, 1880-1883*, Lisboa, Of. Gráfica, 1934.
- CALADO, José Francisco Barreiros — ver ESTRELLA, Máximo.
- Camaleões pelo autor da Lanterna, Os*.
- CARNOTA, conde da, *Memoirs of Field-Marshal the Duke de Saldanha with Selections from his Correspondence*, 2 vols., Londres, John Murray, 1880.
- CARVALHO, José Liberato Freire de, *Memórias*, Lisboa, Tip. José Morando, 1855.
- CASTELO BRANCO, Maria dos Remédios, *A missão do coronel Wylde, através de algumas cartas inéditas de D. Fernando*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957.
- Código Civil*, Porto, Imprensa Popular, 1867.
- COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da marquesa de Rio Maior*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005.
- COLAÇO, José Daniel, *Viagem de Sua Magestade El Rei o Senhor Dom Fernando a Marrocos, seguida da descrição da entrega da grão cruz da Torre e Espada ao sultão Sid Mohammed*, Tânger, Imprensa Abrines, 1882.

- Conferencias pelo autor da Lanterna, As.*
- Contrato matrimonial entre Sua Alteza a Serenissima Senhora Infanta Dona Antónia e Sua Alteza o Serenissimo Principe Leopoldo de Hohenzollern Sigmaringen assignado em Lisboa pelos respectivos plenipotenciários aos 6 de junho de 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.
- CORVO, João de Andrade, *Perigos*, Lisboa, Typ. Universal, 1870.
- CRUZ, Lígia, «Algumas cartas de D. Fernando para seu filho o rei D. Luís», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 7, 1985, pp. 341-351.
- Descrição dos festejos reaes por occasião do feliz consorcio de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V com a Augusta Rainha Dona Estephania*, s.l., Typ. do Panorama, s.d.
- Diario de Lisboa.*
- Diario de Noticias.*
- Duas palavras sobre a candidatura de S. M. El-rei D. Fernando ao throno de Hespanha por um Portuguez*, Lisboa, Lallemand Frères Typographos, 1870.
- ESTRELLA, Maximo [pseudónimo de José Francisco Barreiros Calado], *Perfil da condessa d'Edla madrastra d'el-rei D. Luiz I*, Lisboa, Typographia Nacional, 1886.
- FERREIRA, José Maria de Andrade, *Reinado e ultimos momentos de D. Pedro V*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1862.
- FONTES, Vital, *Servidor de reis e de presidentes*, compilação de Rogério Perez, Lisboa, Ed. Marítimo-Colonial, 1945.
- Força pelo autor da Lanterna, A.*
- FRONTEIRA e Alorna, marquês de — ver BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas.
- GARRETT, Almeida, *Memoria historica da Excellentissima duquesa de Palmella D. Eugenia Francisca Xavier Telles da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.
- GOBLET — ver ALVIELLA, E. Goblet d'.
- GREY, Charles, *Early Years of His Royal Highness the Prince Consort compiled under the direction of Her Majesty the Queen*, Londres, Smith, Elder and C.º, 1867.
- GUIMARÃES, Ricardo, *Narrativas e episódios da vida parlamentar*, Lisboa, Typographia Universal, 1863.
- GUIMARÃES, Ricardo, visconde de Benalcanfor, *Elogio historico de Sua Magestade El-Rei D. Fernando II presidente da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1886.
- HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, Estefânia de, *Cartas inéditas da rainha D. Estefânia*, prefaciadas e comentadas por Júlio de Vilhena, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- HOLSTEIN, Pedro de Sousa, *Memórias do duque de Palmela*, transcrição, prefácio e edição de Maria de Fátima Bonifácio, Lisboa, Dom Quixote, 2011.
- JACKSON, Lady, *A formosa Lusitânia: Portugal em 1873*, tradução e notas de Camilo Castelo Branco, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.
- LACERDA, José D., *Oração funebre recitada nas reaes exequias de Sua Magestade a Rainha a Senhora Dona Estephania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- Lanterna, A.*
- LAVRADIO — ver PORTUGAL, Francisco de Almeida.
- LEITÃO, Ruben Andresen, *Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, s.n., 1955.
- LEITÃO, Ruben Andresen, *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, s.n., 1958.
- LENOIR, Lélío, *Portugal em 1862*, Lisboa, Sousa Neves, 1863.
- LENOIR, Lélío, *Portugal em 1863*, Lisboa, Sousa Neves, 1864.
- LENOIR, Lélío, *Portugal em 1864*, Lisboa, Sousa Neves, 1865.
- Letters of Queen Victoria, The. A selection from her Majesty's Correspondence between the Years 1837 and 1861. Edited by Arthur C. Benson and Viscount Esher*, 3 vols., Londres, John Murray, 1907.

- LICHNOWSKY, príncipe, *Portugal: recordações do anno de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.
- MARTIN, Théodore, *The Life of his Royal Highness the Prince Consort*, vol. III, Londres, Smith, Elder & Co., 1877.
- MARTIN, Théodore; CRAVEN, Augustus, *Le prince Albert de Saxe-Cobourg époux de la reine Victoria d'après leurs lettres, journaux, mémoires, etc. Extraits [...] par Augustus Craven*, 2 vols., Paris, E. Plon, 1883.
- Ministerio pelo autor da Lanterna, O.*
- MUCHAGATO, Jorge, *O palácio e parque da Pena: fontes e bibliografia para apoio à investigação histórica. II O Palácio da Pena*, Sintra, Parques da Pena-Monte da Lua, 2011 *Nação, A.*
- NAVARRO, Emídio, *O testamento: artigos publicados por E. N. no jornal «Novidades» a respeito do testamento de sua majestade el-rei D. Fernando*, Lisboa, Tipografia das «Novidades», 1886.
- Novidades.*
- Occidente, O.*
- Operários pelo autor da Lanterna, Os.*
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas I: a vida provincial*, Lisboa, Clássica Editora, 1986.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas III: os individuos*, Lisboa, Clássica Editora, 1988.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas VI: a sociedade*, Lisboa, Clássica Editora, 1991.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas VII: a capital*, Lisboa, Clássica Editora, 1991.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As farpas XIV: crónica mensal da política, das letras e dos costumes (1873-1875)*, Lisboa, Clássica Editora, 1992.
- Panorama, O.*
- Pares pelo autor da Lanterna, Os.*
- PATO, Bulhão, *Memorias 1: scenas de infancia e homens de letras*, Lisboa, Tip. Real das Sciencias, 1894.
- PATO, Bulhão, *Memorias 2: homens politicos*, Lisboa, Tip. Real das Sciencias, 1894.
- PATO, Bulhão, *Memorias 3: quadrinhos de outras epochas*, Lisboa, Tip. Real das Sciencias, 1907.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Album das glorias*, Lisboa, Frenesi, 2003.
- Pontos nos ii.*
- PORTUGAL, Francisco de Almeida, *Memórias do conde do Lavradio D. Francisco de Almeida da Portugal: comentadas pelo marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá: revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade*, vols. 3-8, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934-1940.
- Português, O.*
- Processos pelo autor da Lanterna, Os.*
- Purpura pelo autor da Lanterna, A.*
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *A questão ibérica: correspondência de D. Fernando, marquês de Sá da Bandeira, conde de Alte e duque de Saldanha*, Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre, 2003.
- RATTAZZI, Maria, *Portugal de relance*, Lisboa, Antígona, 1997.
- Realistas pelo autor da Lanterna, Os.*
- Revista Contemporânea.*
- RIO MAIOR, condessa de, *Correspondência de e para seus filhos*, 1852-1889 (disponível em http://www.ics.ul.pt/ahsocial/gd_riomaior.asp). Último acesso a 17.2.2008.
- RIO MAIOR, condessa de, *Correspondência para seus filhos, 1852/1865*, estudo, organização e notas de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005.

- SAXE-COUBOURG-GOTHA, Albert, *Letters of the Prince Consort, 1831-1861 select and edited by Dr. Kurt Jagow and translated by E. T. Dugdale*, Nova Iorque, E. P. Dutton & C.^a, 1938.
- SAXE-COUBOURG-GOTHA, Ernest, *Memoirs of Ernest II Duke of Saxe-Coburg-Gotha*, vol. I e II (1818-1850), Londres, Remington & C.^a, 1888.
- SAXE-COUBOURG-GOTHA, Ernest, *Memoirs of Ernest II Duke of Saxe-Coburg-Gotha*, vols. III e IV (1850-1870), Londres, Remington & C.^a, 1890.
- SECCO, António Luís de Sousa Henriques, *Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889.
- SORIANO, Simão José da Luz, *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860.
- VENTURA, José Miguel, *Portugal e a Itália ou enlace da dynastia de Bragança com a dynastia de Saboya*, Lisboa, Silva Junior, [1862].
- VIALE, António José, *Apontamentos para uma biographia de Sua Magestade a Rainha a Senhora Dona Estephania de saudosissima memoria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859 (publicado sem nome de autor).
- VIANA, António, *Documentos para a história contemporânea: José da Silva Carvalho e o seu tempo*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1894.

Estudos

- ALMEIDA, Mário de, 1916, *Lisboa do romantismo (Lisboa antes da Regeneração)*, Lisboa, Rodrigues & C.^a.
- ANACLETO, Regina, 1986, *História da arte em Portugal 10: neoclassicismo e romantismo*, Lisboa, Alfa.
- ANACLETO, Regina, 1993, «Arte», em *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. v, *O liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 669-683.
- ANACLETO, Regina, 1997, *Arquitectura neomedieval portuguesa, 1780-1924*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- ANGUERA, Pere, 2003, *El general Prim. Biografía de un conspirador*, Barcelona, Edhasa.
- ARRIAGA, José, 1911, *Os últimos 60 annos da monarchia: causas da revolução de 5 de outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- BARMAN, Roderick J., 2002, *Princess Isabel of Brazil. Gender and Power in the Nineteenth Century*, Wilmington, Scholarly Resources.
- BARROCA, Norberto, 1988, «O teatro português no tempo de D. Fernando» em *Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, pp. 39-55.
- BELIEN, Paul, 2007, *A Throne in Brussels. Britain, the Saxe-Coburgs and the Belgianisation of Europe*, s.l., Imprint Academic.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, 2007, *Rainhas de Portugal: estudo histórico*, Lisboa, Livros Horizonte (1.^a ed: 1879).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1993, *História da guerra civil da Patuleia 1846-47*, Lisboa, Estampa.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2001, «Uma vida feliz», *Análise Social*, vol. xxxvi (160), pp. 895-914.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2004, «A “causa” de D. Maria II (1826-1834)», *Análise Social*, vol. xxxix (172), pp. 519-545.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 2005, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e, 2009, *A princesa Flor Dona Maria Amélia: a filha mais linda de D. Pedro I do Brasil e IV do nome de Portugal*, Funchal, Região Autónoma da Madeira.

- BRAZÃO, Eduardo, 1963, *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1848-1860)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BRAZÃO, Eduardo, 1966, *A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses (1861-1870)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- BRAZÃO, Eduardo, 1969, *Estudos de história (ultramarina e continental): Portugal na Bélgica (de Filipe de Alsácia a Leopoldo I)*, Lisboa, Diamang/Dundo.
- BURDIEL, Isabel, 2004, *Isabel II: no se puede reinar inocentemente*, Madrid, Espasa Calpe.
- CÂNCIO, Francisco, 1939, *Aspectos de Lisboa no século XIX*, Lisboa, s.n.
- CÂNCIO, Francisco, 1943, *Lisboa: figuras e casos do passado*, vol. 3, Lisboa, s.n.
- CARNEIRO, José Martins, 2009, *O imaginário romântico da Pena*, Lisboa, Chaves Ferreira.
- CARNEIRO, José Martins (org.), 1985, *D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha: comemoração do 1.º centenário da morte do rei-artista*, Sintra, Palácio Nacional da Pena.
- CARROMEU, Francisco, 2007-2008, «O romantismo político do Padre Marcos (1820-1851)», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 19-20, pp. 15-40.
- CARVALHO, João Pinto de — ver TINOP.
- CARVALHO, Joaquim de, 1935, «Regime político dos pequenos partidos» em *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, pp. 380-400.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de, 1903, *Vida do duque de Palmela D. Pedro de Souza e Holstein*, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CATROGA, Fernando, s.d., *Nacionalismo e ecumenismo: a questão ibérica na segunda metade do século XIX*, sep. de *Revista Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, 4, pp. 419-463.
- CATROGA, Fernando, 1993, «Nacionalistas e iberistas» em *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. v, *O liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 563-567.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro — Ver COLEN, J. Barbosa; GOMES, Marques.
- COELHO, F. J. Pinto, 1878, *Contemporaneos illustres: D. Fernando II de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COLEN, J. Barbosa, 1905, *História de Portugal popular e ilustrada continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até nossos dias* (vol. 10 da *História de Portugal...* de Manuel Pinheiro Chagas), Lisboa, Empreza da Historia de Portugal.
- COLEN, J. Barbosa, 1906, *História de Portugal popular e ilustrada continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até nossos dias* (vol. 11 da *História de Portugal...* de Manuel Pinheiro Chagas), Lisboa, Empreza da Historia de Portugal.
- CÔRTE-REAL, Manuel H., 1983, *O palácio das Necessidades*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- COSTA-SACADURA, 1940, *O parto mortal de D. Maria II*, sep. de *Imprensa Médica*, Lisboa, Imprensa Médica. O mesmo em: *Parto e morte da rainha D. Maria II*, sep. de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, T. III, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- COSTA, Ana Maria, 1988, «D. Fernando II e a imprensa romântica portuguesa» em *Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, pp. 23-38.
- COSTA, António da, D., 1879, *Historia do marechal Saldanha*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, Júlio de Sousa e, 1941, *O segrêdo de Dom Pedro V (1837-1861)*, Lisboa, Romano Torres.
- COSTA, Júlio de Sousa e, 1947, *D. Maria II, 1819-1853 (episódios do seu tempo)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

- DEFRANCE, Olivier, 2004, *Léopold I^{er} et le clan Cobourg*, Bruxelles, Éditions Racine.
- DIAS, Carlos Malheiro, 1905-1907, *Cartas de Lisboa*, 3 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- DIEZ, Katharina, 1873, *Estephania rainha de Portugal: vida de uma princeza alemã dos nossos dias*, Lisboa, Lallemand Frères, tradução publicada sem nome de autor de *Stephanie, Königin von Portugal: Lebensbild einer deutschen Jürstentochter aus unserer Zeit*, Stuttgart, Gebrüder Scheitlin, 1864.
- EHRHARDT, Marion, 1985, *D. Fernando II, um mecenas alemão regente de Portugal*, Porto, Paisagem Editora.
- EHRHARDT, Marion, 1988, «D. Fernando II visto através das suas cartas à família» em *Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, pp. 9-14.
- EHRHARDT, Marion, 2010, «Carl Dietz, conselheiro alemão de D. Fernando II: bode expiatório das tensões anglo-franco-portuguesas» em DELILLE, Maria Manuela Gouveia (coord. e prefácio), *Portugal-Alemanha: memórias e imaginários*, vol. II, *Séculos XIX e XX*, Coimbra, Minerva Coimbra/Centro de Investigação em Estudos Germanísticos, pp. 103-117.
- FASTNER, Carsten, 2005, «Johann Strauss: in the name of love — King of the waltz, marriage law and the Coburg family» em *The Coburg Palace*, dir. por Klaus-Peter Högel e Richard Kurdiosky, Viena, Verlag Christian Brandstätter, pp. 194-198.
- FONSECA, Hélder Adegar; REIS, Jaime, 1987, «José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração», *Análise Social*, 99, pp. 865-904.
- FRANÇA, José-Augusto, 1966, *A arte em Portugal no século XIX*, 2 vols., Lisboa, Bertrand.
- FRANÇA, José-Augusto, 1974-1975, *O romantismo em Portugal: estudo de factos socio-culturais*, 6 vols., Lisboa, Livros Horizonte.
- FRANÇA, José-Augusto, 1979, *A arte portuguesa de Oitocentos*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- FREIRE, Henrique, s.d., *D. Pedro V*, Lisboa, M. L. da Silva.
- GALVÃO, José, 1998, «Uma carta familiar de D. Fernando II» em *Romantismo: imagens de Portugal na Europa romântica*, II Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1998.
- GOMES, Marques, 1894, *Luctas caseiras: Portugal de 1834 a 1851*, T. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- GOMES, Marques, 1907, *História de Portugal popular e illustrada [...] desde a morte de D. Maria II até aos nossos dias* (vol. 12 da *História de Portugal...* de Manuel Pinheiro Chagas), Lisboa, Empreza da História de Portugal.
- HUBERTY, Michel; GIRAUD, Alain; MAGDELEINE, F.; MAGDELEINE, B., 1976-1994, *L'Allemagne dynastique*, 7 vols., Le Perreux, Alain Giraud.
- KURDIOVSKY, Richard, 2005, «The building of the Palace as a reflection of the family-history» em *The Coburg Palace*, dir. por Klaus-Peter Högel e Richard Kurdiosky, Viena, Verlag Christian Brandstätter, pp. 48-105.
- LASSÈRE, Madelaine, 2006, *Louise reine des Belges, 1812-1850*, s.l., Perrin.
- LEITÃO, Ruben Andresen, 1945, «Introdução» a *Cartas de D. Pedro V ao conde de Lavradio*, Porto, Portucalense Editora, pp. 9-113.
- LEITÃO, Ruben Andresen, 1954, «Tradução e estudo» das *Cartas de D. Pedro V ao príncipe Alberto*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança/Portugália.
- LEITÃO, Ruben Andresen, 1955, «Introdução» a *Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, s.n., pp. XXI-LIII.
- LEITÃO, Ruben Andresen, 1958, «Introdução» a *Novos documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, s.n., pp. XXIII-LXXI.

- LEITÃO, Ruben Andresen, 1965a, «Edla, condessa de (1836-1929) in *Dicionário de História de Portugal II*, dir. por Joel Serrão, Lisboa Iniciativas Editoriais, 1965, p. 5.
- LEITÃO, Ruben Andresen, 1965b, «Fernando II, D. (1816-1885)» in *Dicionário de História de Portugal II*, dir. por Joel Serrão, Lisboa Iniciativas Editoriais, 1965, p. 214.
- LEMONS, Ester de, 1954, *D. Maria II (a rainha e a mulher)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança.
- LONGFORD, Elisabeth, 2011, *Victoria*, s.l., Abacus (1.^a ed: 1964).
- LOPES, António Cordeiro, 1996/1997, «D. Fernando II e a condessa de Edla, um germânico e uma suíça na corte dos Braganças: do escândalo privado à contestação da monarquia (1869-1889)», *Revista da Faculdade de Letras*, 21-22 (5.^a série), pp. 103-118.
- LOPES, Maria Antónia, 2011a, «As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos» em *História da vida privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. III, *Época contemporânea*, coord. por Irene Vaquinhas, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, pp. 152-193; 470-473.
- LOPES, Maria Antónia, 2011b, *Rainhas que o povo amou: Estefânia de Hohenzollern e Maria Pia de Saboia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- LOURO, Francisco; PINTO, Graça Mendes (texto e organização do catálogo), 1990, *D. Luís I duque do Porto e rei de Portugal: Catálogo*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda.
- MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama, 2005, *A casa Palmela e o desafio liberal: estratégias de afirmação*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa I*, Lisboa, Delta.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2002a, «A conjuntura» em *Portugal e a instauração do liberalismo* (vol. IX da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Presença, pp. 544-619.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord., 2002b, *Portugal e a instauração do liberalismo* (vol. IX da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Presença.
- MARTINS, Conceição Andrade, 1992, «Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos», *Análise Social*, 116-117, pp. 367-404.
- MARTINS, Francisco da Rocha, 1907, «A infanta de Portugal mãe do rei de Saxe», *Ilustração Portuguesa*, pp. 265-271.
- MARTINS, Francisco da Rocha, 1926, *D. Carlos: história do seu reinado*, s.l., Ed. Autor.
- MARTINS, Maria Manuela Pera Lourenço, 2001, *D. Augusto de Leuchtenberg e Santa Cruz: contributo para uma biografia*, Lisboa, Colibri.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1999, «D. Pedro V, o rei virgem» em *Cenas da vida portuguesa*, Lisboa, Quetzal, pp. 93-104.
- MÓNICA, Maria Filomena, 2000, «Prefácio» a *Correspondência entre D. Pedro V e o seu tio o príncipe Alberto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Quetzal, pp. 7-28.
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 2004-2006, *Dicionário biográfico parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/Assembleia da República.
- MÓNICA, Maria Filomena, 2005, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- NEVES, Azevedo, 1935, *El-rei D. Fernando II*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- NOBRE, Eduardo, 2003, *Casa Real: fotografias, documentos, manuscritos, memorabilia*, s.l., Quimera.
- NORONHA, Eduardo de, s.d.(a), *A Regeneração: Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores: mais subsídios para a história da sua vida, meio, obra, factos, amores e aventuras*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

- NORONHA, Eduardo de, s.d.(b), *O rei marinheiro: subsídios para a história política, social, militar, litterária, industrial e artística do reinado de D. Luiz I*, Lisboa, João Romano Torres.
- NORONHA, Eduardo de, 1912, *O passado: reminiscências anedóticas dos tempos idos*, Porto, Magalhães & Moniz.
- NORONHA, Eduardo de, 1913, *Vinte e cinco annos nos bastidores da política: Emydio Navarro e as «Novidades»: a sua vida e a sua obra política e jornalística*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.
- NORONHA, Eduardo de, 1922, *Estroinas e estroinices: ruína e morte do conde de Farrobo*, Lisboa, João Romano Torres.
- NORONHA, Eduardo de, 1928, *Reinado florescente, soberano pacífico: alguns elementos para a reconstituição da época de D. Luiz I*, Lisboa, João Romano Torres.
- PAIXÃO, V. M. Braga, 1965, *Últimos casamentos na Casa Real em Portugal*, Lisboa, sep. das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Letras, T. VIII).
- PEREIRA, Ana Marques, 2000, *Mesa real: dinastia de Bragança*, Lisboa, Inapa.
- PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme, 1904-1915, *Portugal: dicionário historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artístico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 1995, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, Porto, Universidade do Porto, tese de doutoramento policopiada.
- PEREIRA, Paulo; CARNEIRO, José Manuel Martins, 2012, *Pena: Palácio Nacional: Guia oficial*, Sintra, Parques da Pena-Monte da Lua.
- PERES, Damião, dir., 1935, *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora.
- PERES, Damião, 1945, *D. Pedro V nas páginas do seu diário íntimo*, Porto, Portucalense Editora.
- PINHEIRO, Magda, 1996, *Passos Manuel: o patriota e o seu tempo*, Porto/Matosinhos, Afrontamento/Câmara Municipal de Matosinhos.
- PINTO, Albano da Silveira; BAENA, visconde Sanches de, 1991, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Braga, s.n.
- Porto 1865, uma exposição*, Lisboa, Expo 98, 1994.
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato, 1981, *D. Pedro V e o seu pensamento político*, vol. 1, *Perfil de um rei moço*, Porto, Assembleia Distrital.
- Rainha D. Maria Pia: iconografia*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1987.
- REBELO, Teresa, 2006, *Condessa d'Edla: a cantora de ópera quasi rainha de Portugal e de Espanha (1836-1929)*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- Rei D. Luís I: iconografia*, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1990.
- REMÉDIOS, Mendes dos, 1903, prefácio e notas a *Cartas ineditas d'el-rei D. Pedro V*, Coimbra, França Amado.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1990, *Portugal e a revolução de 1848*, Coimbra, Minerva.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1993, «A Regeneração e o seu significado» em *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. v, *O liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 121-129.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, 1993, «A restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e anticabralismo» em *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. v, *O liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 107-119.
- Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1988.

- SÁ, Victor de, 1969, *A revolução de setembro de 1836*, Lisboa, Dom Quixote.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira de, 1984, *Estudos históricos*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- SARDICA, José Miguel, 2005, *José Maria Eugénio de Almeida: negócios, política e sociedade no século XIX*, s.l., Quimera, 2005.
- SCHULER, Auguste, 1846, *Histoire de la Maison de Saxe-Cobourg-Gotha*, Bruxelas, D. Raes.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1961, *O Palácio Nacional da Ajuda: resenha histórica*, Lisboa, s.n.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986a, *História de Portugal. VIII: do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*, Lisboa, Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1986b, *História de Portugal. IX: o terceiro liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Verbo.
- SHOBERL, Frederic, 1840, *Prince Albert and the House of Saxony; With a Particular Memoir of the Reigning Family of Saxe-Coburg-Gotha*, Londres, Henry Colburn.
- SILVA, António Martins da, 1993, «A vitória do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo» em *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. v, *O liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 89-105.
- SILVA, Inocência Francisco da; ARANHA, Brito, 1972-1987, *Diccionario bibliographico portuguez*, Imprensa Nacional, 23 vols. (fac-símile da ed. de Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1883).
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge, 2006, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOARES, Ernesto, 1952, *El-Rei D. Fernando II artista*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- SOTNICK, Richard, 2010, *The Coburg Conspiracy. Victoria and Albert — Royal Plots and Manoeuvres*, s.l., Ephesus Publishing.
- SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord., 2004, *Portugal e a Regeneração* (vol. x da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Presença.
- TEIXEIRA, José, 1986, *D. Fernando II: rei-artista, artista-rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- TINOP, 1898, *Lisboa d'outros tempos*, vol. 1, *Figuras e scenas antigas*, Lisboa, Antonio Maria Pereira.
- TINOP, 1938-1939, *Lisboa de outrora*, 3 vols., Lisboa, Grupo «Amigos de Lisboa».
- TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço, coord., 1993, *O liberalismo* (vol. v de *História de Portugal*, dir. por José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores.
- VASCONCELOS, Francisco de, 2003, *A nobreza do século XIX em Portugal*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia.
- VILHENA, Júlio de, 1921, *D. Pedro V e o seu reinado*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VILHENA, Júlio de, 1922, *D. Pedro V e o seu reinado: novos documentos: suplemento*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- WEINTRAUB, Stanley, 1997, *Uncrowned King. The Life of Prince Albert*, Nova Iorque, The Free Press.
- ZAGALO, Manuel C. de Almeida Caiola, 1961, *O Palácio Nacional da Ajuda: resenha histórica*, Lisboa, s.n.
- ZÚQUETE, Afonso Duarte Martins, dir., 1989, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia.



Índice remissivo

- ABERDEEN, lorde 110, 243
- ADELAIDE DE SAXE-MEININGEN
(rainha de Inglaterra) 25, 50, 66,
197, 211
- AFONSO XII (rei de Espanha) 324,
361, 362, 364, 372
- AFONSO HENRIQUES DE BRAGANÇA,
D. (filho de D. Luís) 36, 299,
300, 301, 317, 363, 366
- AFONSO MENSENDORFF 24
- África* 201, 254, 290
- África, Norte de* 254
- África do Sul* 389
- AGUIAR, Joaquim António de 101,
106, 112, 114, 360, 398
- ALBERTO (príncipe consorte da Grã-
-Bretanha) 13, 14, 27, 29, 31, 34,
35, 38, 39, 50-52, 57, 96, 97,
103, 107, 109, 110, 117-120,
122-127, 152-154, 156, 157,
161, 165, 166, 168, 170, 173,
176, 177, 179, 181, 185,
189-191, 201, 209, 225, 241,
245, 246, 247, 253-256,
258-266, 269-272, 274, 275,
279, 280, 282-286, 288,
304-306, 308, 326
- ALBERTO DA SAXÓNIA (filho da
infanta D. Maria Ana) 300
- ALBERTO DE HABSBURGO
(arquiduque) 291, 292
- ALBERTO EDUARDO (filho de Vitória,
rainha de Inglaterra), *v.*
EDUARDO VII (rei de Inglaterra)
- ALBONI, Marieta 200
- ALBUQUERQUE, Luís Mouzinho de
111-114, 116, 120
- ALCÁÇOVAS, 2.º conde das 341, 342
- Alcobaça* 196, 226
- Alemanha* 13, 16, 26, 36, 49, 147,
148, 169, 188, 209, 245, 270,
320, 342, 365, 366, 369, 389
- Alentejo* 110, 144, 209, 217, 277,
372
- ALEXANDRE I (czar da Rússia) 30
- ALEXANDRE MENSENDORFF 35, 38, 60,
61, 119, 124, 125, 151, 157,
159, 160, 167, 171, 174, 242
- ALEXANDRINA (princesa de Baden
e duquesa de Saxe-Coburgo-Gotha)
166, 356, 366, 368-374, 376,
377, 379-383
- ALEXINA *v.* WEBER, Alexandrina
Augusta
- Alfeite* 131, 209, 216, 357
- ALFREDO (filho de Vitória, rainha de
Inglaterra, duque de Saxe-Coburgo-
-Gotha) 166
- Algarve* 121
- Alhandra* 206, 208
- Aljube* 219
- Almada* 123
- ALMEIDA, Fialho de 378, 384
- ALMEIDA, José Maria Eugénio de 352
- ALTE, visconde/conde de 312-315,
318
- ALVES, António Severino 226
- ALVIELA, general Goblet de 83, 87,
92
- AMADEU DE SABOIA (duque de Aosta)
298, 316, 324, 334, 356, 357
- AMADEU I (rei de Espanha), *v.*
AMADEU DE SABOIA (duque de
Aosta)
- AMÉLIA (filha de Augusto Luís Vítor
de Saxe-Coburgo-Gotha) 167
- AMÉLIA DE BEAUHARNAIS, D. (2.ª
mulher de D. Pedro IV/I do
Brasil, ex-imperatriz, duquesa de
Bragança), 42, 51, 69, 70, 71, 76,
82, 129, 138, 139, 147, 152,
170, 174, 175, 183, 184, 201,
206, 210, 230, 231, 233, 237,
247, 277, 280, 336, 360

- AMÉLIA DE LEUCHTENBERG *v.*
 AMÉLIA DE BEAUHARNAIS
 AMÉLIA DE ORLEÃES, D. (princesa)
 381
América do Sul 371
 ANA (imperatriz da Áustria) 56, 144
 ANA DE JESUS, infanta D. 42, 76,
 138, 206, 249, 265
 ANA FEODEROVNA 23
 ANA FEODORA 24
 ANACLETO, Regina 12, 17, 192
 ANADIA, condessa de 198, 207
Andaluzia 256, 257
 ANDERSEN, Hans Christian 300
 ANDRADE, Freire de (família) 207
Angola 120
 ANTAS, conde das 115, 116, 118,
 125
 ANTONIETA DE SAXE-COBURGO-
 -SAALFELD (tia de D. Fernando II)
 23, 27, 162
 ANTÓNIO DE ORLEÃES (duque de
 Montpensier) 166, 194, 211, 212,
 295, 304, 312-318, 364
 ÁQUILA, condessa de *v.* JANUÁRIA DE
 BRAGANÇA, D.
 ARANHA, Brito 335
Aranjuez 295
Ardverikie 126
Argel 169
Arsenal 123, 224, 227, 282
 ARTUR MENSENDORF 24, 38
 ASTÚRIAS, princesa das 305, 306
 ATOUGUIA, visconde de 232, 233,
 234, 240, 241
 AUGUSTA DE REUSS-EBERSDORF
 (duquesa de Saxe-Coburgo-
 -Saalfeld, avó de D. Fernando II)
 22, 23, 25, 30-33, 37
 AUGUSTO (filho de Augusto Luís
 Vítor de Saxe-Coburgo-Gotha)
 167
 AUGUSTO DE BEAUHARNAIS (duque
 de Leuchtenberg, primeiro marido
 de D. Maria II), 42, 43, 44,
 75-77, 99
 AUGUSTO LUÍS VÍTOR DE SAXE-
 -COBURGO-GOTHA (irmão de
 D. Fernando II) 31, 34, 35,
 37,39, 43, 46, 51, 59, 65, 68, 70,
 126, 127, 129, 133, 145, 148,
 149, 157, 160, 163-165, 168,
 170, 174-182, 185, 187, 190,
 191, 195, 198, 199-203,
 210-212, 217, 218, 224-227,
 232, 235-237, 240, 242, 244,
 245, 247, 248, 256, 259, 268,
 274-276, 286-288, 291, 293,
 294, 298, 311, 331, 359, 361,
 368, 371
 AUGUSTO, infante D. (filho de
 D. Fernando II) 111, 127,
 145-147, 150, 153, 154-155,
 279-281, 283, 287, 289, 293,
 314, 316, 323, 324, 327, 332,
 334, 335, 337, 340, 346, 348,
 349, 354, 355, 358, 363, 364,
 372, 374, 375, 378, 380, 384,
 385, 388
 AUMALE, duque de 169
Austerlitz 29
 ÁUSTRIA (família) *v.* HABSBURGO
 (família)
Áustria 14, 16, 22, 24, 25, 28-30,
 36, 37, 42, 47, 49, 96, 101, 113,
 144, 170, 176, 180, 195, 211,
 246, 260, 264, 291, 300, 311,
 320, 349, 350, 389
Auvergne 365
 ÁVILA, António José de
 (conde/marquês/duque de) 214,
 215, 282
Azambuja 224
 AZEVEDO, Sousa 116

Baden 318
Balmoral 230, 240, 261
 BAMBERG, arcebispo de 60
 BARBOSA (cirurgião) 295
 BARCELOS, condes de 198
 BARJONA (deputado) 64
 BARRETO, José Trazimundo
 Mascarenhas (marquês de
 Fronteira) 13, 61, 80, 81, 83, 84,
 87, 88, 105, 107, 108, 112,
 115-117, 122-124, 127, 130,
 169, 170, 207, 212, 214, 215,
 217, 219-223, 229, 231, 233,
 237, 288, 295, 298
 BASTOS, Francisco António Martins
 13, 154, 155, 156, 246, 279
Batalha 197, 198
Baviera 21, 28, 70, 71, 168, 258,
 309
 BAYARD, Ildefonso 114
 BEAUHARNAIS (família) 68

- Becov* 355
Beiras 94
Belém 86, 87, 89, 113, 115, 117, 206, 224, 278, 283, 341, 362
 Belenzada 86
Bélgica 14, 26, 27, 61, 63, 66, 68, 75, 76, 93, 108, 171, 172, 232, 246, 260, 269, 298, 309, 327, 389
 BEMPOSTA, marquês da 102, 103, 112, 114, 117, 118, 124, 125, 212, 213, 233
 BENEVIDES, Francisco 77, 230
Benfica 183, 211, 329, 360
 BENTO, Carlos 346
 BENTO, Joaquim (coronel) 223
Berlim 60, 129, 188, 266, 269, 316, 320
 BERNARDES, José Augusto 17
 BERNARDINO, Dr. 282
 BERNARDO, José 215
 BESSA, Pinto 347
 BILLROTH, Theodor (professor) 371
 BISMARCK, Otto von 312, 317
Boémia 355, 356
Boulogne-sur-Mer 246
Bolonha 295, 296
 BONIFÁCIO, Maria de Fátima 12, 13, 58, 77, 81, 94, 137, 216, 217
Bordéus 297, 298, 318, 354, 356, 364
 BOSCH, Hieronymus 198
 BOURBON (família) 166, 262, 286
 BRAAMCAMP, Anselmo 346
Braga 80, 95, 108, 210, 227
 BRAGA, Isabel Drumond 17
 BRAGA, Paulo Drumond 17, 50, 283
 BRAGANÇA (dinastia) 14, 17, 28, 139, 143, 151, 163, 167, 168, 169, 299, 306, 312, 320, 356
 BRAGANÇA, duquesa de v. AMÉLIA DE BEAUHARNAIS
 BRANCA (filha de Vitória Saxe-Coburgo-Gotha) 168
Brasil 14, 28, 42, 66, 107, 139, 155, 163, 167, 168, 172, 175, 183, 196, 202, 224, 237, 240, 244, 248-250, 254, 255, 258, 262, 263, 265, 350, 353, 360, 361, 379
 BREYNER, António de Melo 61
 BREYNER, Francisco de Melo 61, 246
 BREYNER, Luís de Melo 61
 BREYNER, Tomás de Melo 85, 226
Bristol 273
 BRUEGHEL, Samuel 198
Bruxelas 37, 52, 56, 57, 59, 61, 64, 78, 122, 162, 266, 286
Buckingham 170
Buda 24
Bulgária 28, 168, 274
Cabaços 220
 CABRAL, António Bernardo da Costa (conde de Tomar) 97, 101-108, 110, 111, 113, 115, 121, 126, 127, 129-134, 137, 144, 145, 187, 212-218, 221, 223-225, 244, 360
 CABRAL, José da Silva 102, 108, 110, 111, 131, 134, 360
 CABREIRA, Tomás (coronel) 223
Cacilhas 123
 CADAVAL (família) 352
Cádiz 113, 237, 256, 294
Cais do Sodré 86
 CALÁBRIA, duque da 268
 CALADO, José Francisco Barreiros v. ESTRELA, Máximo
Calais 65
 CÂMARA, D. Leonor da (marquesa de Ponta Delgada) 35
 CAMBRIDGE, duque de 25
 CAMBRIDGE, Maria 181
 CAMPANHÃ, conde de 328
 CAMPELO, António José 107
 CAMPOS, Luís de 344, 346, 347
Canadá 389
Cantanhede 227
 CARACCILO DI BELLA, marquês 276
 Carbonária Lusitana 129
Caríntia 37
 CARLOS, D. (rei de Portugal) 36, 96, 97, 194, 223, 298-302, 317, 319, 323, 332, 333, 335, 352, 357, 362, 363, 366, 370, 372, 379, 380, 382-385, 388
 CARLOS I (imperador da Áustria-Hungria) 388
 CARLOS II (rei de Inglaterra) 199
 CARLOS (arquiduque da Áustria) 45
 CARLOS ALBERTO (rei da Sardenha) 45
 CARLOS ANTÓNIO DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN (filho da infanta D. Antónia) 300

- CARLOS ANTÓNIO DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN (pai da rainha D. Estefânia) 262, 264, 278
- CARLOS FREDERICO LEININGEN 66-68, 157, 160, 173, 182, 258, 309
- CARLOS ISIDRO, D. 312
- CARLOTA (filha do príncipe Jorge de Inglaterra) 25, 26, 30, 170
- CARLOTA DE SAXE-COBURGO-GOTHA (filha de Leopoldo I, rei dos Belgas) 167, 183, 247, 260, 261, 264, 269, 274, 285, 300
- CARLOWITZ, ministro 48, 51-55, 71
- CARNEIRO, José Martins 12, 192
- CARREIRA, visconde da (Luís António de Abreu Lima) 44, 152-155, 201, 206, 226, 246, 247, 254, 291
- CARVALHO, Joaquim de 320, 322
- CARVALHO, José da Silva 13, 45, 79, 99, 113, 127, 128, 137, 211, 216, 217, 224, 360
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de 82, 103, 105
- CARVALHO, Mariano de 344, 345, 346, 347
- CARVALHO, Morais de 282
- CASAL, barão do 116, 118
- CASAL RIBEIRO, José Maria Caldeira do 316
- Cascais* 353
- CASTELLAN, Joana 201
- CASTELLANI, Alexandre 259
- CASTELO BRANCO, Manuel Cardoso 69
- CASTELO MELHOR (família) 153
- CASTILHO, António Feliciano de 186
- CASTRO, António de Azevedo Melo e 107
- CASTRO, Borges de 295
- CASTRO, Luciano de 346, 380
- CATARINA DE BRAGANÇA, D. (infanta de Portugal, rainha de Inglaterra) 199
- CATARINA II, *A GRANDE* (imperatriz da Rússia) 23
- CAULA, Carlos 61
- CAVOUR, conde de 276
- Caxias* 210, 282, 283, 353
- CELLINI, Benvenuto 199
- Ceuta* 257
- CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro 13
- Chão da Feira* 95
- Chaves* 112
- CHAVES, José Rodrigues 350
- CHEVALIER, José 329
- CHEVALIER, Paulina 258
- Chiado* 258
- CHICA, *v.* FRANCISCA DE BRAGANÇA
- Cidade do Cabo* 202
- CINATTI, Giuseppe 197
- Claremont* 67, 148, 170, 171, 182
- CLARENDON, lorde 240, 243, 304, 305, 307
- CLEMENTINA DE ORLEÃES (mulher de Augusto Luís Vítor, irmão de D. Fernando II) 43, 138, 148, 161, 162, 164, 165, 168-171, 175-177, 179, 182, 224, 247, 274, 291, 311
- Clermont-Ferrand* 365
- CLOTILDE (filha de Augusto Luís Vítor de Saxe-Coburgo-Gotha) 167, 276, 291
- CLOTILDE DE SABOIA 299
- Coburgo* 33, 35, 37, 49, 50, 51, 56, 57, 61, 67, 69, 78, 101, 108, 177, 180, 182, 193, 257, 342, 353, 356, 358, 380
- Coburgo* (ducado) *v.* *Saxe-Coburgo-Gotha* (ducado) e *Saxe-Coburgo-Saalfeld* (ducado)
- COBURGO (família) *v.* SAXE-COBURGO-GOTHA (família) e SAXE-COBURGO-SAALFELD (família)
- COBURGO-KOHÁRY (família) *v.* SAXE-COBURGO-GOTHA-KOHÁRY (família) e SAXE-COBURGO-SAALFELD-KOHÁRY (família)
- COELHO, Bandeira, 347
- COELHO, F. J. Pinto 12, 76
- COELHO, Latino 305
- COELHO, Manuel Moreira 153, 155, 281, 283
- Coimbra* 17, 80, 103, 129, 210, 215, 216, 219-222, 226, 227, 273, 389
- COIMBRA, duque de *v.* AUGUSTO, infante D.
- COLAÇO, José 257
- COLEN, Barbosa 232
- Colónia* 298
- Companhia das Lezírias 350
- Condeixa* 222
- Confederação Alemã 318

- Confederação do Reno 21, 22
 Confederação Germânica 16, 22, 27, 29
Constança, lago 297
Córdova 294
 CÔRTE-REAL, Manuel 196
 CORVO, Andrade 318
 COSTA, madame 81
 COUTINHO, D. Manuel de Sousa 61
 COUTINHO, D. Maria das Dores Sousa 226
Cowes Roads 68
Crimeia 242, 307
 CUNHA, Barros e 349
- Dafundo* 297, 303, 328, 338
Damão 97
Danúbio, rio 307
 DEFRANCE, Olivier 26, 48, 64, 260, 276, 310, 311
 DEVAUX, Jules 310
 DIESKAU, barão de 66, 67, 75, 81
 DIETZ, Carl 33-36, 67, 68, 75, 77, 80, 87, 91, 95-97, 104, 105, 107, 108, 113-115, 117-120, 122, 127-129, 132-134, 138, 142, 143, 151-153, 157, 158, 160, 171, 176, 177, 179-182, 186, 188, 194, 199, 200, 225, 242, 245, 247, 262, 263, 349, 350, 352, 370, 376
Dinamarca 28
Diu 97
Douro, rio 100
Dresden 199, 268-270, 272, 277, 298, 333, 366
Dusseldórfia 299
- Ebenthal* 37, 48, 157, 158
Edimburgo 230
 EDUARDO (duque de Kent) 25, 31
 EDUARDO VII (rei de Inglaterra) 246, 247, 355
 EHRHARDT, Marion 13, 15, 94, 189, 193, 276, 328, 331, 332, 348
 ELIANA DA ROMÉLIA 388
 ELIAS (médico) 230
 ELISABETH DA BAVIERA (imperatriz da Áustria) 291
 ELPHINSTONE 67
Elvas 300
 ERNESTO I (duque de Saxe-Coburgo-Gotha, tio de D. Fernando II) 22, 23, 26, 27, 30-32, 37, 38, 47-50, 56, 60, 61, 65, 67-70, 79 86, 96, 98-102, 104, 108-110, 119, 120, 127, 138, 140-145, 149, 153, 154, 157, 160, 162-166, 168, 169, 179, 185, 188, 193, 194, 197, 201, 208, 210, 211, 238
 ERNESTO II (duque de Saxe-Coburgo-Gotha) 27, 38, 110, 111, 120, 128, 145, 162, 166, 167, 203, 224, 233, 234, 236, 238, 239, 241, 244, 247, 249, 257, 286-288, 297, 298, 302, 304, 309, 310, 311, 315, 326-329, 332, 340, 342, 348, 349, 353, 354, 356-359, 361, 364-370, 377, 381, 384
 ERNESTO III (duque de Saxe-Coburgo-Saalfeld) *v.* ERNESTO I (duque de Saxe-Coburgo-Gotha)
 ERNESTO LEININGEN, 173
 ESCHWEGE, barão de 193, 194
Eslováquia 24, 36, 37
Eslovénia 16, 37
Espanha 16, 28, 43, 85, 96, 98-101, 109, 110, 125, 129, 165, 166, 172, 175, 197, 199, 211, 241, 243, 256, 286, 292, 295, 300, 304-308, 311-325, 334, 337, 348, 354, 356, 357, 361-364, 372, 389
 ESPARTERO, Joaquín Baldomero 109, 110
Estados Unidos da América 273, 389
 ESTEFÂNIA DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN, D. (rainha de Portugal, mulher de D. Pedro V) 13, 26, 155, 156, 190, 195, 197, 258-262, 264-267, 269-272, 276, 277, 284, 285, 291-293
 ESTÊVÃO, José *v.* MAGALHÃES, José Estêvão de
Estoril 388
 ESTRELA, Máximo 294, 335, 374
Estremoz 94
Estugarda 200
 EUGÉNIA DE MONTIJO (imperatriz dos Franceses) 295, 298, 304, 306
 EUGÉNIO, infante D. (filho de D. Fernando II) 234
 EUGÉNIO DE BEAUHARNAIS 42
 EUGÉNIO DE CARIGNANO (príncipe) 45, 46, 298

- Europa* 21, 45, 96, 106, 119, 129, 139, 170, 244, 246, 260, 261, 273, 284, 287, 294, 307, 313, 315, 324, 353, 354, 356, 358, 368
- EUTRÓPIO 154
- FAÍSCA, Carlos 17
- FARROBO, conde de 199, 205, 206, 215, 258, 295, 339, 340
- FARTO (médico) 230
- FEDRO 154
- FERNÁNDEZ DE LOS RIOS 321, 322, 324
- FERNANDO I (imperador da Áustria) 24, 25, 53, 144
- FERNANDO I (rei da Roménia) *v.*
FERNANDO DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN
- FERNANDO I (czar da Bulgária) *v.*
FERNANDO MAXIMILIANO DE SAXE-COBURGO-GOTHA (filho de Augusto Luís Vítor de Saxe-Coburgo-Gotha)
- FERNANDO, infante D. (filho de D. Fernando II) 39, 111, 114, 145, 150, 151, 153-155, 258, 279, 280, 351
- FERNANDO DE ORLEÃES (duque de Alençon) 44, 161, 167
- FERNANDO DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN (filho da infanta D. Antónia) 299, 300, 388
- FERNANDO JORGE DE SAXE-COBURGO-GOTHA (pai de D. Fernando II) 21-25, 29-32, 36-38, 42, 43, 45-50, 52-55, 66, 143, 177, 178, 202
- FERNANDO MAXIMILIANO DE SAXE-COBURGO-GOTHA (filho de Augusto Luís Vítor de Saxe-Coburgo-Gotha) 167, 274
- FICALHO, conde de 367
- FICALHO, condessa/marquesa/duquesa de 77, 85, 230, 238, 231
- FICALHO, marquês de 246, 282
- Figueira da Foz* 227
- FILPE DE SAXE-COBURGO-GOTHA (conde da Flandres, filho de Leopoldo I, rei dos Belgas) 26, 167, 268, 269, 311
- FILPE DE SAXE-COBURGO-GOTHA (filho de Augusto Luís Vítor de Saxe-Coburgo-Gotha) 167, 368, 371
- Florença* 295, 296, 322
- FOLQUE, Filipe 155, 246
- FONSECA, António Manuel da 155
- FONTES, Vital 302
- Foz* 115
- Foz, barão/visconde/conde da 226, 256, 294, 336, 339, 340
- Foz, condessa da 336
- França* 14, 22, 26, 28, 43, 44, 47, 66, 86, 114, 124, 125, 129, 165, 171-173, 213, 241, 242, 246, 291, 304, 306, 307, 311, 314, 317, 319-321, 323, 348, 350, 354, 368, 389
- FRANÇA, José Augusto 12, 192
- FRANCISCA DE BRAGANÇA, D. (princesa de Joinville) 129, 147, 148, 168, 169, 171, 172, 173, 237, 238
- FRANCISCO I (imperador da Áustria) 29, 30
- FRANCISCO II DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO *v.*
FRANCISCO I (imperador da Áustria)
- FRANCISCO (conde de Azinhaga) 273
- FRANCISCO DE ORLEÃES (príncipe de Joinville) 43, 147, 168, 169, 237, 238, 355
- FRANCISCO FREDERICO (duque de Saxe-Coburgo-Saalfeld, avô de D. Fernando II) 22, 23
- FRANCISCO JOSÉ (imperador da Áustria) 26, 167, 182, 183, 291
- FRANCISCO JOSÉ KOHÁRY (magnata da Hungria, avô de D. Fernando II) 24, 30
- FREDERICO AUGUSTO (duque de York) 25
- FREDERICO AUGUSTO III DA SAXÓNIA (rei, filho da infanta D. Maria Ana) 299, 300, 388
- FREDERICO GUILHERME IV (rei da Prússia) 266
- FREIRE, Agostinho José 88
- FREITAS, Rodrigues de 346, 347, 349
- Frogmore* 174, 182, 201, 245
- FRONTEIRA, marquês de *v.* BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas
- FRONTEIRA, marqueses de 206, 207
- Funchal* 183

- GALES, príncipe de *v.* EDUARDO VII
(rei de Inglaterra)
- Galiza* 216
- GALVÃO, José 15
- GARRETT, João Baptista da Silva
Leitão de Almeida 313
- GASTÃO DE ORLEÃES (conde de Eu,
filho de Vitória de Saxe-Coburgo-
-Gotha) 167, 265
- GAZZANIGA 273, 274
- GEIGER, Constança 274, 293, 365,
368
- Génova* 295-297, 306
- Gibraltar* 257
- Gibraltar, estreito de* 257
- Goa* 97, 354
- GOMES, Guilhermina 17
- Gotha* (ducado) 26
- Gotha* 32, 38, 51, 58, 60, 61, 101,
182, 197, 366
- Grã-Bretanha* 14, 25, 28, 30, 63, 86,
96, 97, 109, 122, 242, 311
- Granada* 257
- GRAVELEY, Carlos Mylton 150, 155
- Grécia* 26, 27, 309, 310, 311, 388
- GREGÓRIO XVI, papa 143
- GRÉVY, Jules 365
- GUILHERME I (rei da Prússia) 277,
278, 285
- GUILHERME IV (rei de Inglaterra) 25,
26, 46, 50, 66
- GUILHERME (duque de Clarence) *v.*
GUILHERME IV (rei de Inglaterra)
- GUILHERME DE HOHENZOLLERN-
-SIGMARINGEN (filho da infanta
D. Antónia) 299
- GUIZOT, ministro 165
- GUSTI *v.* AUGUSTO LUÍS VÍTOR DE
SAXE-COBURGO-GOTHA (irmão de
D. Fernando II)
- HABSBURGO (família) 28, 75, 161,
164, 165, 183, 262, 388
- HAMLET* (cavalo) 202
- HANÓVER (família) 28
- Hanôver* 95
- HANRIOT, Charlotte 258
- HENSLER (família) 273
- HENSLER, Alice 273
- HENSLER, Elisa (condessa de Edla,
segunda mulher de
D. Fernando II) 137, 272-276,
293-295, 300, 302, 310, 317, 322, 323, 326-335,
337-342, 353-363, 365, 366,
368-373, 375-377, 379-385, 388
- HERCULANO, Alexandre 99
- HOGGUER 65
- HOHENZOLLERN (família) 14, 28,
264, 278, 288, 290, 315, 319
- HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN
(família) 264
- Holanda* 26, 246
- HOLBEIN, Hans, 198
- HOLSTEIN, Sousa *v.* SOUSA
- HOLSTEIN, marquês de
- HUGO MENSENDORFF 24, 167
- HUMBERTO I (príncipe/rei de Itália)
294
- Hungria* 14, 24, 29, 31, 32, 41, 47,
48, 53, 56, 165, 170, 171, 180,
196, 389
- Inglaterra* 14, 29, 30, 44-47, 50, 51,
63, 65, 68, 85, 86, 89, 95, 97,
101, 108, 117-119, 122-125,
130, 133, 151, 156, 162, 166,
169-171, 174, 199, 211,
244-247, 256, 261, 281, 283,
287, 288, 291, 304, 305, 306,
309-311, 323, 350
- INOCÊNCIO, Manuel 150, 155, 156
- ISABEL II D. (rainha de Espanha) 28,
109, 164-166, 300, 304, 305,
307, 311, 312
- ISABEL DA SAXÓNIA (filha da infanta
D. Maria Ana) 293, 295
- ISABEL (filha de Fernando I da
Roménia) 388
- ISABEL DE BRAGANÇA D. (princesa
imperial do Brasil) 167, 265
- ISABEL MARIA, infanta D. 42, 76, 82,
138, 143, 211, 280, 282, 317,
328, 329, 331, 336, 360, 361,
383
- Itália* 14, 28, 37, 191, 246, 276,
290-292, 294, 295, 296, 297,
309, 316, 318, 320, 322, 331,
348, 389
- JANUÁRIA DE BRAGANÇA,
D. (condessa de Áquila) 163, 168,
268
- JERSEY (família) 180
- JOÃO I (rei da Saxónia) 269
- JOÃO JORGE DA SAXÓNIA (filho da
infanta D. Maria Ana) 300

- JOÃO V, D. (rei de Portugal) 338
 JOÃO VI, D. (rei de Portugal) 360
 JOÃO, infante D. (filho de
 D. Fernando II) 39, 105, 111,
 142-144, 150, 153-155, 168,
 271, 272, 278, 280, 281,
 283-288, 350, 351
 JOINVILLE, princesa de *v.* FRANCISCA
 DE BRAGANÇA, D.
Jónias, ilhas 310
 JORGE III (príncipe/rei de Inglaterra)
 25
 JORGE IV (rei de Inglaterra) 25
 JORGE DA SAXÓNIA, príncipe (genro
 de D. Fernando II, marido de
 D. Maria Ana) 267-270, 272,
 367, 388
 JOSÉ, D. (rei de Portugal) 195
Jugoslávia 388
 JULIANA SAXE-COBURGO-SAALFELD
 (tia de D. Fernando II) 23

Kensington 66
 KESSLER, Frederico (médico) 60, 75,
 141, 226, 230, 231, 233, 234,
 254, 256, 298
 KOHÁRY (família) 21, 37, 56, 331
 KOHÁRY, princesa *v.* MARIA ANTÓNIA
 DE WALDSTEIN-WARTENBERG
Konigsberg 285
 KOTH, Dr. 60

Lapa 273
 LAVRADIO, conde do *v.* PORTUGAL,
 Francisco de Almeida
 LEININGEN, príncipe de 23
Leiria 95, 227
 LEITÃO, Ruben Andresen 13, 217,
 273
Léman, lago 366
 LEMOS, Ester de 12, 13
 LENCASTRE, Dr. 371
 LEOPOLDINA DE BRAGANÇA
 D. (princesa do Brasil) 167
 LEOPOLDO I (rei dos Belgas, tio de
 D. Fernando II) 14, 37, 40,
 47-52, 54, 61-65, 68, 75, 76, 79,
 85-89, 91, 92, 95, 108, 138, 140,
 143, 147, 157, 159-161,
 163-167, 170, 175, 176,
 180-182, 185, 245, 247, 260,
 261, 268, 269, 271, 274-277,
 284-286, 291, 294, 298, 300,
 309, 310, 350
 LEOPOLDO II (imperador do Sacro
 Império Romano-Germânico) 210
 LEOPOLDO II (rei dos Belgas) 167,
 245, 286, 295, 327
 LEOPOLDO (duque de Brabante) *v.*
 LEOPOLDO II (rei dos Belgas)
 LEOPOLDO DE HOHENZOLLERN-
 -SIGMARINGEN (genro de
 D. Fernando II, marido de
 D. Antónia) 272, 273, 276, 277,
 315, 317, 319, 320, 321
 LEOPOLDO FRANCISCO JÚLIO SAXE-
 -COBURGO-GOTHA (irmão de
 D. Fernando II) 31, 37, 165, 166,
 167, 168, 180, 181, 240, 244,
 276, 303, 311, 353, 355, 359,
 361, 364, 367
 LEUCHTENBERG (família) 68
 LEUCHTENBERG, conde de *v.*
 MAXIMILIANO BEAUHARNAIS
 LICHNOWSKY Felix, príncipe 187,
 188, 193, 196, 207, 208
 LIMA, Luís António de Abreu *v.*
 CARREIRA, visconde da
 LINHARES, conde de 282
 LIPIPI *v.* Luís, D. (rei de Portugal)
Lisboa 16, 17, 30, 42, 43, 47, 51,
 56, 58, 64, 66-70, 75, 76, 78, 79,
 81, 84, 88, 91, 92, 95-97, 100,
 101, 103, 105, 107, 109, 110,
 113-119, 121, 122, 124-131,
 134, 138-149, 152-156, 158,
 160, 165-169, 171, 172,
 174-176, 178-181, 183, 184,
 187, 188, 193-200, 201-203,
 206, 208-215, 217-219, 223,
 224, 226, 227, 229-233,
 235-243, 245-248, 255-260, 262,
 263, 265, 266, 268-272,
 275-279, 281, 282, 287-289,
 291-295, 297, 298, 300, 302,
 306, 309-310-313, 316, 318,
 319, 321, 322, 326, 327, 329,
 332-335, 341, 348, 350, 351,
 354, 356, 358-361, 363,
 365-373, 377, 379, 381, 383,
 384, 388
 LISZT, Franz 206
Liubliana 182
Livorno 296
 LOBO, António Augusto da Silva
 329, 335, 337, 339, 341, 342
Londres 31, 40, 43, 44, 47, 59, 61,
 63, 66-69, 75, 78, 79, 88, 92, 95,

- 97, 103, 107, 109, 114, 125-127, 131, 149, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 176, 177, 182, 201, 201, 227, 239, 259, 262, 263, 265, 266, 269, 274, 280, 293, 309, 311, 322
- LOS RIOS *v.* FERNÁNDEZ DE LOS RIOS
- LOULÉ, marquês/duque de 42, 44, 69, 265, 281, 282, 296, 310, 318, 319, 337, 338, 360
- LOUREIRO, José Jorge 77, 110
- LUÍS, D. (rei de Portugal) 13, 17, 36, 39, 84, 97, 111, 140-146, 149, 150, 153-156, 168, 186, 190, 191, 194, 198, 203, 211, 223, 240, 246, 258, 262, 265, 267, 270-272, 278, 280, 281, 283-294, 296-302, 305, 307, 309, 312-315, 317-325, 330-335, 338-340, 342, 346, 348, 350, 352-355, 357, 358, 361-367, 370-373, 375-381, 383-385, 388
- LUÍS DE BOURBON-SICÍLIA (conde de Áquila), 168
- LUÍS DE ORLEÃES (duque de Nemours) 43, 160, 162, 163
- LUÍS FILIPE DE ORLEÃES (rei dos Franceses) 23, 43, 44, 86, 88, 161, 162, 165, 166, 169-171, 174, 194
- LUÍSA DE ORLEÃES (rainha dos Belgas) 26, 39, 40, 44, 47, 76, 77, 138, 145, 159, 160, 175
- LUÍSA DE SAXE-GOTHA-ALTENBURG 26, 27
- LUÍSA FERNANDA DE BOURBON (infanta de Espanha e duquesa de Montpensier) 166, 306, 312
- Lumiar* 283
- LUTERO 29
- Luxemburgo* 16, 389
- LUZ, José Lourenço da 215
- LUZ, Manuel António da 311
- MACDONELL, James (general) 118
- MACHADO, Adriano 346, 347
- Madeira* 174, 183, 211, 300, 388
- Madrid* 100, 121, 166, 243, 256, 268, 295, 306, 308, 312-316, 321, 357, 364, 372
- Mafra* 80, 144, 154, 168, 174, 197, 199, 204, 209-212, 225, 229, 248, 297
- MAGALHÃES, José Estêvão de 98, 129, 116
- MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca 101, 102, 104, 106, 127, 129, 137, 197, 218, 225, 240, 256
- MAGENIS, *sir* Arthur 310
- MALMESBURY, lorde 172, 173
- MANUEL II, D. (rei de Portugal) 388
- MANUEL, Passos 81, 84, 87-91, 94, 360
- MARCOS, padre 113, 115, 126, 128, 130, 132
- MARGARIDA (filha de Vitória Saxe-Coburgo-Gotha) 168
- MARIA II, D. (rainha de Portugal, mulher de D. Fernando II) 12, 13, 14, 25, 35, 36, 41-44, 47, 50, 51, 55-61, 64, 67-70, 75, 77, 80, 82-87, 91-94, 102, 103, 109, 112, 113, 114, 115, 117-120, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 135, 142, 144, 146-149, 151-154, 156, 158, 160, 163, 164, 166-169, 171-177, 180, 184, 187, 191, 195, 202, 204-206, 209-211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 233-236, 238-240, 288, 298, 313, 332, 336, 338, 339, 342-344, 346, 352, 375, 376, 377, 379, 388
- MARIA (filha de Fernando I da Roménia) 388
- MARIA, infanta D. (filha de D. Fernando II) 140
- MARIA, infanta D. (filha de D. Fernando II, segunda deste nome) 148
- MARIA (mulher de Ernesto I de Saxe-Coburgo-Gotha) 27
- MARIA ALICE DA SAXÓNIA 388
- MARIA AMÉLIA (rainha dos Franceses), 39, 40, 43, 44, 47, 65, 88
- MARIA AMÉLIA DE BRAGANÇA, D. (princesa do Brasil) 42, 47, 69, 155, 167, 168, 182, 183, 201, 211, 240, 260, 380, 382
- MARIA ANA, infanta D. (filha de D. Fernando II) 109, 111, 142-144, 150 151, 154, 190, 258, 267-271, 273, 275, 289, 293, 295, 299, 300, 314, 332, 358, 366, 375, 376, 382, 385, 388

- MARIA ANTÓNIA, infanta D. (filha de D. Fernando II) 111, 145, 148, 154, 190, 258, 271, 273, 275, 277, 278, 289, 299, 300, 314, 315, 319, 332, 335, 356, 366, 375, 377, 378, 385, 389
- MARIA ANTÓNIA DE WALDSTEIN-WARTENBERG (princesa Koháry, avó de D. Fernando II) 24, 158, 181, 182, 245
- MARIA ANTÓNIA GABRIELA KOHÁRY DE CSÁBRÁG E SZITNYA *v.* MARIA ANTÓNIA GABRIELA SAXE-COBURGO-GOTHA-KOHÁRY (mãe de D. Fernando II)
- MARIA ANTÓNIA GABRIELA SAXE-COBURGO-GOTHA-KOHÁRY (mãe de D. Fernando II) 21, 24, 25, 29-32, 36, 37, 50, 140, 157, 158, 169, 179, 182, 183, 247, 293
- MARIA CRISTINA DE BOURBON-DUAS SICÍLIAS D. (rainha de Espanha) 109, 166, 304, 361
- Maria da Fonte 111, 145
- MARIA DE HOHENZOLLERN-SIGMARINGEN 268, 291
- MARIA DE ORLEÃES 23, 162
- MARIA FEODOROVNA 23
- MARIA JOSEFA DA SAXÓNIA (filha da infanta D. Maria Ana) 300, 388
- MARIA PIA DE SABOIA (rainha de Portugal, mulher de D. Luís) 13, 15, 36, 45, 190, 191, 194, 223, 276, 288, 290, 291, 292, 297-301, 312, 316, 318, 320, 330, 332-335, 338, 346, 352-354, 357, 361, 363, 366, 370, 372, 374, 383
- Marienbad* 355
- MARQUES, A. H. Oliveira 81
- MARRAXEDO, Eusébio de Salazar 316
- MARRECA, Oliveira 129
- Marrocos* 257
- MARTINS, Alves 347
- Marvão* 108, 372
- MAS, Sinibaldo de 305
- MASCARENHAS, D. Carlos de 112, 214
- MATEUS, Alves 317
- MATILDE DA SAXÓNIA (filha da infanta D. Maria Ana) 293
- MAUCOMBLE, Madame 69
- MAX, príncipe *v.* MAXIMILIANO BEAUHARNAIS
- MAXIMILIANO BEAUHARNAIS 51, 174
- MAXIMILIANO DA SAXÓNIA (filho da infanta D. Maria Ana) 300
- MAXIMILIANO DE HABSBURGO (arquiduque e imperador do México) 26, 166, 182, 183, 194, 211, 260, 261, 264, 311
- Meca* 257
- MELBOURNE, lorde 36, 63, 66, 95
- MELÍCIO, José Crisóstomo 335
- MELO, conde de 116
- MELO, Fontes Pereira de 225, 228, 240, 244, 329, 337, 342, 344-346, 354
- MELO, Francisco de *v.* BREYNER, Francisco de Melo
- MELO, D. Tomás de *v.* BREYNER, Tomás de Melo
- MENDES, Francisco 343, 347
- MENESES, D. João de 258
- MENDSORFF-POUILLY, conde 24, 38
- MERCADANTE, Saverio 200
- MERCIER, Pierre 92
- METTERNICH, príncipe de 29, 42, 48-50, 163
- México* 26, 311, 389
- MEYER (antiquário) 200
- MIGUEL, D. (rei de Portugal) 42, 63, 94, 97, 121, 225, 226
- Milão* 297
- Mindelo* 85
- Minho* 94, 216, 226
- Mirandela* 125
- MÓNICA, Maria Filomena 13
- Montemor-o-Velho* 227
- MONTPENSIER (família) 256
- MONTPENSIER, duque de *v.* ANTÓNIO DE ORLEÃES
- MONTPENSIER, duquesa de *v.* LUÍSA FERNANDA DE BOURBON
- MOREIRA, António Joaquim 283
- MOREIRA, Manuel *v.* COELHO, Manuel Moreira
- Moscovo* 23
- MUCHAGATO, Jorge 192
- Munique* 54, 70, 129, 160, 170, 174, 297
- MURÇA, condessa de 207
- NAPIER, *sir* Charles 196
- NAPOLEÃO I (imperador dos Franceses) 42
- NAPOLEÃO III (imperador dos Franceses) 22, 24, 29, 172, 246,

- 295, 305, 306, 312, 313, 317,
319, 321
- Nápoles* 129, 172, 268
- NAVARRO, Emídio 374, 376, 378,
380, 383, 384
- NAZARÉ, António José Duarte 380
- Necessidades* (palácio) 75-77, 82-84,
87, 89, 103, 117, 120, 136, 139,
144, 146, 156, 169, 170, 174,
192, 195, 196, 198, 201, 206,
208, 211, 219, 228, 237, 258,
272, 273, 281, 282, 293,
301-303, 337-340, 342, 351,
356-358, 362, 372, 374-377,
385, 387
- Neuchâtel* 273
- NOBRE, Sónia 17
- NORMANBY, lorde 153
- Odone* (Otão) 297
- OLIVEIRA, João Gualberto de (barão
do Tojal) 107
- Olózaga* 321
- ORANGE, príncipe de 45, 295
- ORDEM DE CRISTO 130
- ORDEM DE SANTA ISABEL 167
- Orleães* 211
- ORLEÃES (família) 14, 28, 41, 43, 44,
65, 129, 161, 162, 164, 165,
169, 170, 172-175, 265, 290,
381
- ORTIGÃO, Ramalho 378, 379
- Osborne* 126, 242
- ÓSCAR (personagem teatral) 339
- Ostende* 77
- OURÉM, conde de 59
- OZEROFF, Nadine (embaixatriz da
Rússia) 201
- Paço de Arcos* 342, 353
- Palhavã* 338, 339
- PALMELA (família) 352
- PALMELA, duque de 22, 43-46, 76,
82, 87, 102-104, 109-117, 120,
122, 129, 134, 156, 206
- PALMELA, duquesa de 76, 114, 206
- PALMERSTON, lorde 39, 44-46, 49,
50, 63, 66, 91, 95, 97, 109, 118,
119, 121, 124, 126, 128, 153,
307, 309, 310
- Pampulha* 224
- PANAM, Paulina 27
- Paris* 27, 40, 43, 61, 69, 88, 114,
122, 129, 169, 199, 206, 239,
246, 265, 295, 296, 310, 318,
322, 354, 355, 356, 364-366,
369
- PARREIRA, Caetano José Vaz 61
- PASSOS, José 115, 116, 216, 223
- PASSOS, Manuel da Silva, *v.*
MANUELA, Passos
- PATO, Bulhão 13, 258, 373
- Patuleia 115, 197, 221
- PAULO I (czar da Rússia) 23
- PEDRO II, D. (imperador do Brasil)
107, 139, 155, 163, 168, 183,
201, 224, 240, 244, 248, 249,
250, 255, 258, 263, 353, 354,
360, 361
- PEDRO III, D. (rei consorte de
Portugal) 17
- PEDRO IV, D. (rei de Portugal) 42,
69, 81, 82, 85, 91, 139, 224,
235, 292, 336, 360
- PEDRO V, D. (rei de Portugal) 13,
14, 17, 26, 36, 39, 84, 94, 95,
111, 114, 124, 138, 139,
141-145, 149, 150, 152-156,
168, 186, 187, 190, 191, 197,
203, 211, 223, 227, 233, 238,
240-244, 246, 247, 253-255,
257, 258, 260-274, 276-280,
283-288, 290, 305-308, 316,
319, 346, 350, 352
- PEDRO DE ALCÂNTARA MARIA
FERNANDO MIGUEL GABRIEL
RAFAEL GONZAGA XAVIER JOÃO
ANTÓNIO LEOPOLDO VÍTOR
FRANCISCO DE ASSIS JÚLIO
AMÉLIO BRAGANÇA BOURBON -
SAXE-COBURGO-GOTHA *v.*
PEDRO V, D.
- Pedrouços* 213
- PEEL, Robert 66
- Pena* (palácio) 15, 81, 93, 168, 183,
190-195, 198, 208, 211, 212,
237, 245, 258, 294, 300, 309,
330, 336, 337, 350, 353,
356-363, 372, 376, 377,
379-385, 388
- PENAFIEL, condes de 206
- Península Hispânica* 306
- Península Ibérica* 16, 306
- PEREIRA, Esteves 137
- PEREIRA, Frederico Guilherme da
Silva 240
- PEREIRA, Paulo 12

- PERES, Damião 13
Pérsia 359
 PESSOA, Simão da Costa (visconde de Vinhais) 111, 112, 116
Petrópolis 248, 249
 PHILLIPS, Samuel 170
Piemonte 129, 309
 PIMENTEL, coronel 82
 PINTO BASTO (família) 207
 PIO IX, papa 320
Pirenéus 194
Pistoia 297
 PLAG, Cornélia 17, 148
Plymouth 68
Polónia 16, 389
Pombal 227
 POMBAL, marquês de (5.º) 341, 342
 POMBEIRO, condes de 207
 PONTE, conde da 282
Porto 45, 80, 85, 91, 102, 103, 106, 108, 116, 121, 122, 124, 125, 210, 216, 221-224, 226, 227, 272, 299, 300, 332
 PORTO, duque do *v.* Luís, D. (rei de Portugal)
Portsmouth 67, 68
 PORTUGAL, Francisco de Almeida (conde do Lavradio) 13, 43-56, 58, 59, 64-67, 69, 75, 78, 79, 86, 89, 92, 96-98, 102, 109, 110, 112-115, 129, 131, 170, 171 173, 187, 197, 214, 217-219, 221, 224, 227, 230, 238-244, 247, 256, 257, 259, 265, 268, 269, 275, 283, 286, 291, 293, 304-311, 345, 360
 PÓVOA, conde da 116
 PÓVOAS, general Álvaro 118
Praga 48, 49, 247
 PRETO, Marcos Pinto Soares Vaz *v.* MARCOS, padre
 PRIM, general 313, 314, 316, 317, 318, 319, 321, 324
Prússia 14, 16, 28, 29, 42, 60, 129, 246, 264, 265, 266, 285, 317, 320
 Quádrupla Aliança, 43, 117, 122
 QUEZADA, Rita 17
Ramsgate 63
 RATAZZI, Maria (princesa) 334, 357, 359
 REBELO, Teresa 273, 328, 330, 361
 Regeneração 217
Reichenhall 333, 366
Reino Unido 93
República Checa 16, 37
 RESENDE, Garcia de 186
Ribatejo 94
 RIBEIRA, marquês de 282
 RIBERA, José de 198
Richmond, 170
Rio de Janeiro 202, 224, 258
 RIO MAIOR, condes de 310
 RIO MAIOR, condessa de (Isabel de Sousa Botelho) 183, 210, 212, 228, 240, 249, 254, 272, 273, 283, 294, 301
 RIO MAIOR, marquesa de (Isabel de Saint-Léger), 145, 213
 RODRIGO, *o Raposa v.* MAGALHÃES, Rodrigo da Fonseca
 RODRIGUES, Guilherme 137
Roma 143, 265, 317, 320
 ROMA, Carlos Mourato 98
 ROMANOV, Constantino (grão-duque) 23
Roménia 388, 389
Rosenau 37, 38, 79, 157, 169
 ROSSINI, Gioachino 200
 ROTHSCHILD 63
Royat 365, 366, 368
Ruivães 95
 RUSSEL, lorde John 66, 126, 129, 305, 309, 311
Rússia 22, 23, 30, 48, 101, 201, 227, 242, 307, 350
 SÁ DA BANDEIRA, visconde/marquês de 83, 90, 94, 97, 102, 113, 114, 116, 118, 121, 123, 124, 125, 126, 289, 313, 314, 315, 316, 360
 SÁ, Barros e (deputado) 346
 SÁ, José de Almeida Correia de 89, 112, 121, 130, 131
 SÁ, Manuel Correia de 328
 SÁ, Vítor de 81
Saalfeld (ducado) *v.* *Saxe-Coburgo-Saalfeld* (ducado)
 SABOIA (família) 14, 28, 290, 292, 299, 306, 316, 317, 320, 324
 SABOIA-CARIGNANO (família) 45
 SACADURA, Costa, 232
 SAINT LÉGER, Teodoro (marquês de Bemposta-Subserra) *v.* BEMPOSTA, marquês de

- SAINT-LÉGER, Isabel de *v.* RIO
 MAIOR, marquesa de
- SALDANHA, duque de 80, 87, 94,
 112-124, 127, 129-134, 149,
 196, 206, 214-226, 233, 240,
 308, 313, 315, 318, 319, 322,
 323, 340, 355, 360, 363
- SALDANHA, José de 310
- SALDANHA, marechal/marquês de *v.*
 SALDANHA, duque de
- Saldanhada 223, 320, 321, 363
- SAMPAIO, António Rodrigues 116,
 118, 120, 129-131, 213, 360
- SANCHES, Júlio Gomes da Silva 112,
 114
- SANTA IRIA, marquês de 194
- Santarém* 149, 202, 220, 279
- Sardenha* 242
- SARMENTO, João Ferreira
 (barão/visconde de Sarmento) 61,
 103, 123, 226, 246
- SARMENTO, Cristóvão de Morais
 (barão de Moncorvo) 45, 66, 67
- SARTO, Andrea del 296
- Saxe-Coburgo-Gotha* (ducado) 16, 26,
 37,42, 70, 139, 167, 172, 246
- SAXE-COBURGO-GOTHA (família) 14,
 21, 22, 26, 27, 32, 39, 45, 46,
 53, 58, 60, 63, 64, 69, 78, 91,
 93, 96, 110, 119, 124, 139, 142,
 145, 157, 161, 163, 164, 165,
 166, 167, 169, 175, 177, 179,
 180, 187, 246, 260, 262, 265,
 266, 268, 274, 281, 283, 290,
 327, 330, 349, 350, 369, 382
- SAXE-COBURGO-GOTHA-KOHÁRY
 (família) 21 36, 37, 158, 247
- Saxe-Coburgo-Saalfeld* (ducado), 21,
 22
- SAXE-COBURGO-SAALFELD (família),
 14, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 30,
 31,32
- SAXE-COBURGO-SAALFELD- KOHÁRY
 (família) 21, 29
- SAXE-COBURGO-SAALFELD, duque(s)
 de 23
- SAXE-GOTHA-ALTENBURG (família),
 27
- SAXE-MEININGEN (família) 50
- SAXE-WEYMAR, duque de, 211
- Saxónia* 14, 28, 96, 172, 246, 272,
 298, 332, 366
- SAXÓNIA-ALTENBURGO-
 -HILDBURGHAUSEN (família) 45
- SCHARNHORST, Guilherme 60
- SCHELER, Augusto 27
- SECO, António Luís de Sousa
 Henriques 13, 220, 222, 227
- SEIA, conde de 81, 207
- SEISAL, barão/visconde/conde do
 232, 234, 354
- Setúbal* 121, 123-125
- Sevilha* 148, 175, 256, 294, 312
- SEYMOUR, *sir* Hamilton 123, 124,
 126-129
- SIGMARINGEN (família) *v.* HO-
 HENZOLLERN-SIGMARINGEN
 (família)
- Sigmaringen* 264, 335
- SILVA, Possidónio da 197
- SILVEIRA, Luís Espinha da 13, 233,
 379
- Sintra* 80, 82, 86, 101, 102, 108,
 110, 144, 154, 160, 168, 174,
 176, 183, 190, 195, 197,
 200-202, 205, 207-212, 215,
 225, 229, 244, 248, 254, 265,
 325, 333, 334, 349-351, 356,
 357, 359, 361, 368, 372, 373,
 375, 376, 385
- SIRY, Lille de (embaixador francês) 207
- SISSI, *v.* ELISABETH DA BAVIERA
 (imperatriz da Áustria)
- Sobralinho* 207, 208, 209
- SOFIA CARLOTA (arquiduquesa
 bávara) 291
- SOFIA SAXE-COBURGO-SAALFELD (tia
 de D. Fernando II) 23, 24, 38
- SOUSA HOLSTEIN, marquês de 199,
 283
- SOUSA, António Caetano de Sousa
 186
- SOUSA, D. Maria de Vasconcelos
 e 150, 153, 155
- SOUTHERN (diplomata inglês) 121
- SPEYER, Guilherme 200
- STOCKMAR, barão de 51, 55, 60, 61,
 126, 285
- STOOP, Dirk 199
- STRAUSS (família) 274
- STRAUSS, Johann 206
- Subserra* 207
- Suíça* 23, 246, 273, 339, 340, 366,
 389
- SUSSEX, duque de 46, 47

- TÁCITO 186
Tãnger 257
 TAVARES, Leonel 83
 TEIXEIRA, José 12, 94, 192, 196,
 229, 233, 384
Tejo, rio 83, 123, 239
 TERCEIRA, duques da 206, 208
 TERCEIRA, marechal duque da 58,
 76, 77, 80, 82, 83, 87, 94, 103,
 107, 108, 112, 113, 115-117,
 121, 127, 196, 207-209,
 213-215, 218, 219, 221, 233,
 246, 249, 360
 TERÊNCIO 387
 TERESA DE BOURBON-SICÍLIA
 (imperatriz do Brasil, mulher de
 D. Pedro II) 168, 353, 354, 360
 TERESA DE HABSBURGO 291, 292
Tetuão 257
 THIERS, Adolfo 355
Tilsit 22
Tomar 111, 198, 214, 220
 TOMAR, condes de 206, 216, 217
 TOMÁS DE SABOIA (duque de
 Génova) 306, 316
 TONI, *v.* MARIA ANTÓNIA GABRIELA
 SAXE-COBURGO-GOTHA-KOHÁRY
Toplitz, 48
 TORRE, condes da 336
Torres Novas 110
Torres Vedras 94, 120, 145, 152
Trás-os-Montes 94, 113, 118
Turim 292, 295, 296
Turingia 21, 26

 VALADA, marquês de 282
 VALDEZ, José Travassos (conde do
 Bonfim) 100, 102, 116
 VALMOR, visconde de 361
 VAN DE WEYER, Sylvain 63, 64, 67,
 68, 75-77, 79, 80-83, 86, 87, 89,
 92, 95
 VAN DYCK, Antoon 357
 VARENNE 124, 125
 VASCONCELOS, Osório de 344, 347
 VASCONCELOS, Reis de 291, 293
Vaticano 320
 VELÁZQUEZ, Diego 357
 VELOSO, Cerqueira, 344
Veneza, 355
 VERBOECKHOVEN, Eugène 77, 198
 VERCELLANA, Rosa 338

 VESSY, mademoiselle Feny 168
Vevey 366
 VIALE, António José 150, 151, 155
Viana do Castelo 210, 227
 VIANA, António 13
 VIANA, marquês/marquêsas de 206,
 249
Viena 16, 21, 29, 33, 34, 36-38, 41,
 46, 49, 53, 57, 60, 61, 78, 112,
 129, 132-134, 148, 157-159,
 164, 174, 176-178, 180-182,
 191, 194, 199-201, 225, 245,
 247, 262, 274, 297, 322, 350,
 356, 361, 371
Vila Franca de Xira 207, 227
 VILA REAL, conde de 44, 106, 116,
 152
Vila Viçosa 272, 273, 279, 357, 362
 VILA VIÇOSA, conde(s) de 297, 354,
 364
 VINCI, Leonardo da 296
 VINHAIS, conde de (general) 123,
 124
 VISEU, bispo de *v.* MARTINS, Alves
 VÍTOR MANUEL II (rei da Sardenha,
 rei de Itália) 45, 276, 291, 292,
 295, 301, 309, 316, 317, 320,
 324, 338
 VITÓRIA (rainha de Inglaterra) 14,
 23, 25, 26, 29, 31, 36, 38, 39,
 43, 57, 62, 63, 66-68, 79, 85-88,
 93-96, 104, 105, 108, 110, 114,
 115, 118, 119, 121, 124-127,
 129, 136, 138, 140, 144, 146,
 147-149, 151, 152, 154, 156,
 157-160, 162, 165, 167, 169,
 170, 173, 176, 180, 181, 197,
 202, 204, 211, 213, 229-231,
 233, 236, 240, 241, 245, 247,
 261, 262, 269, 271, 274, 284,
 286, 287, 291, 292, 305, 309,
 310, 333
 VITÓRIA DE SAXE-COBURGO-
 -SAALFELD (duquesa de Kent, tia
 de D. Fernando II, mãe da rainha
 Vitória de Inglaterra) 31, 35, 46,
 47, 50, 51, 54, 63, 66, 80, 86,
 91, 92, 97, 138, 157, 163, 171,
 173, 174, 176, 177, 182, 201,
 241-243, 245, 258, 259, 271,
 274
 VITÓRIA FRANCISCA ANTÓNIA
 JULIANA LUÍSA SAXE-COBURGO-

ÍNDICE REMISSIVO

- GOTHA, (irmã de D. Fernando II, duquesa de Nemours) 31, 39, 40, 148, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 182, 211
- VOLTAIRE 186
- Vouga (navio) 183
- Vurtemberga* 23, 172
- WALDEN, lorde Howard de 78, 82, 83, 86, 87, 89, 91, 95, 97, 110
- WALEWSKI, conde de 306, 307
- Walterskirchen* 37, 171, 275
- WANGENHEIM, Paulo 37, 38
- WEBER, Alexandrina Augusta 151, 153, 280, 283
- Weinburg* 297, 298
- WETTER, Thomas 17
- Weymouth* 68
- Wieden* 31, 191
- Windsor* 13, 30, 35, 61, 66, 67, 114, 118, 126-130, 136, 140, 147, 152, 165, 167, 169, 170, 181, 197, 202, 211, 213, 226, 230, 231, 233, 240, 241, 261, 262, 285
- WURTEMBERG (família) 45
- WURTEMBERG, Alexandre de 162
- WYLDE, coronel 35, 119, 120, 122-124
- Xabregas* 228



1 Aspeto de Viena, cidade natal de D. Fernando II. Aí viveu desde o nascimento, em 1816, até sair para Coburgo, em 1835.

Foto: Fotobanco.



2 Pai de D. Fernando II: Fernando Jorge (1785-1851), duque de Saxe-Coburgo-Gotha.

Foto: Fotobanco.



3 Ernesto I (1784-1844), duque-soberano de Saxe-Coburgo-Gotha, tio de D. Fernando II.

Foto: Fotobanco.



4 Leopoldo de Saxe-Coburgo-Gotha (1790-1865), 1.º rei dos Belgas, tio de D. Fernando II.

Foro: Fotobanco.



5 Augusto, Vitória (1822-1857, futura duquesa de Nemours) e Leopoldo (1824-1884) de Saxe-Coburgo-Gotha, irmãos de D. Fernando, olham para o seu busto depois de ter partido para Portugal. Litografia de Josef Kriehuber, 1838.

Albertina Museum, Viena.

Foro: Peter Geymayer.



6 Rainha D. Maria II, ainda solteira. Óleo da autoria de John Simpson (c. 1834). Museu Nacional dos Coches (Inv. HD 28).

Foro: Henrique Ruas/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.

7 D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha na época em que chegou a Portugal. Óleo sobre tela, de autor desconhecido (século XIX). Palácio Nacional da Ajuda (Inv. PNA 3681).

Foto: Manuel Silveira Ramos/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



8 O palácio das Necessidades numa imagem do século XIX.

Foto: Museu da Cidade, Lisboa.



9 Ernesto (1818-1893) II, duque soberano de Saxe-Coburgo-Gotha, primo direito de D. Fernando II. Retrato da autoria de Richard Lauchert, c. 1856. Kunstsammlungen Coburg. Foro: Culture Images/AIC.

10 Vitória (1819-1901), rainha de Inglaterra, prima direita de D. Fernando II. Foto: Fotobanco.



11 Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha (1819-1881), príncipe consorte de Inglaterra, primo direito de D. Fernando II. Foto: Fotobanco.



12 Rainha D. Maria II em 1846, por Ferdinand Krumholz. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 4196).

Foto: Henrique Ruas/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



13 O infante D. João, com 2 anos, junto à árvore de Natal. Gravura a água-forte executada por D. Fernando II em 1844. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 55 228).

Foto: Manuel Silveira Ramos/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



14 Infantas D. Antónia e D. Maria Ana aos 7 e 9 anos. Desenho a lápis sobre papel, de autoria de D. Fernando II, 1854. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 55 229).

Foto: Manuel Silveira Ramos/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.

15 Infantes D. Luís e D. Pedro em 1846. Gravura de autoria de D. Fernando II. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 55 231).

Foto: Manuel Silveira Ramos/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



16 *Charabã*, a viatura onde cabia toda a família. Construído pela companhia Thrupp and Co., Inglaterra, em 1850. Palácio Nacional da Ajuda (PNA 50 870).

Foto: Nuno Fevereiro/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



17 Palácio da Pena. Aspeto atual.

Foto: Fotobanco.



18 A infanta D. Maria Ana aos 13 anos.
Fotografia de Wenceslau Cifka, 1856.
Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 63 031).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do Património
Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



19 A infanta D. Antónia aos 11 anos.
Fotografia de Wenceslau Cifka, 1856. Palácio
Nacional da Ajuda (Inv. 63 030).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do Património
Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



20 O infante D. Fernando aos 10 anos.
Fotografado em 1856 por Francisco
Augusto Gomes. Palácio Nacional da
Ajuda (64 762).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do
Património Cultural/Arquivo de
Documentação Fotográfica.

21 D. Fernando II aos 43 anos.
Fotografia de Wenceslau Cifka, 1859.
Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 63 033).

Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do
Património Cultural/Arquivo de
Documentação Fotográfica.



22 A família real portuguesa em 1858, fotografada por Wenceslau Cifka. Do lado esquerdo: os reis, D. Estefânia e D. Pedro V. À sua frente, na primeira fila: o rei viúvo D. Fernando II, ladeado pelas infantas D. Maria Ana e D. Antónia. Na segunda fila: os infantes D. Luís, D. João, D. Fernando e D. Augusto. Direção-Geral do Património Cultural/Biblioteca da Ajuda.



23 O infante D. Augusto em 1861.
Fotografia de Francisco Augusto Gomes.
Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 60 099).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do
Património Cultural/Arquivo de Documentação
Fotográfica.

24 Fotografia da família real portuguesa por ocasião do casamento da infanta D. Antónia. Em pé, da esquerda para a direita: infante D. Luís, príncipe Leopoldo Hohenzollern-Sigmaringen (noivo de D. Antónia), infante D. João (sentado), infante D. Augusto, príncipe Carlos Hohenzollern-Sigmaringen (irmão do noivo) e infante D. Fernando. Sentados, à frente: a infanta D. Antónia e o rei D. Pedro V. D. Fernando II não se encontra neste grupo.
Foto de Alfred Fillon.
Palácio Nacional da Ajuda
(Inv. 63 028).

Foto: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.





25 A família de D. Fernando II residente em Lisboa em finais de 1862, reduzida a dois filhos e à nora. D. Augusto e D. Fernando de pé e os jovens reis, D. Luís e D. Maria Pia, sentados. Fotografia de Francisco Augusto Gomes. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 60 074)

Foto: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



26 Elise Hensler, ainda atriz, numa fotografia tirada por volta de 1860. Palácio Nacional da Ajuda (56 702/25).

Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



27 D. Carlos e D. Afonso de Bragança (c. 1867-1869), os netos portugueses de D. Fernando II. Fotografia de Jean Laurent. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. PNA F64 334).
Foto: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



28 Infante D. Augusto. Foto datável entre 1867 e 1877, de C. da Rocha. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 61 188).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



29 A condessa de Edla e D. Fernando numa fotografia não datada, de Augusto Bobone. Divisão de Documentação Fotográfica/IMC (Inv. 00 061.000.010).
Foto: Luísa Oliveira/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



30 D. Fernando II aos 60 anos. Retrato de autoria de Joseph-Fortuné Layraud, 1877. Palácio Nacional da Pena (PNP608).

Foto: Palácio da Pena/EMIGUS (2012).



31 Príncipe real D. Carlos e infante D. Afonso. Fotografia informal tirada no pátio central do Palácio da Vila de Sintra.

Palácio Nacional de Sintra (Inv. PNS5866).

Foto: Parques de Sintra-Monte da Lua.



32 Rei D. Fernando II, entre 1882 e 1884. Fotografia atribuída a Augusto Bobone. Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 64 814).

Foto: Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



33 Rei D. Fernando II em 1882. Pintura a óleo de José de Brito.
Palácio Nacional da Ajuda (Inv. 3932).

Foto: Manuel Silveira Ramos/Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica.



34 Casa do Regalo ou Chale da Condessa, no parque do Palácio da Pena.
Aspeto atual, após o restauro.

Foto: Fotobanco.



35 Frederico Augusto (1865-1932) III, último rei da Saxónia, neto de D. Fernando (filho de D. Maria Ana).

Foto: Fotobanco.



36 Os três filhos de D. Antónia, os netos prussianos de D. Fernando II: Fernando I (1865-1927), rei dos Romanos, Guilherme (1864-1927) e Carlos António (1868-1919), príncipes de Hohenzollern-Sigmaringen.

Foto: Fotobanco.